

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rogério Augusto Bilibio

**“ENTRE O FARFALHAR DAS PALMEIRAS E O
RAMALHAR DOS CARVALHOS”: O OLHAR DA
IMPREENSA CATARINENSE SOBRE A QUESTÃO
GERMÂNICA DURANTE A PRIMEIRA GUERRA
MUNDIAL (1914-1918)**

Passo Fundo
2020

Rogério Augusto Bilibio

**“ENTRE O FARFALHAR DAS PALMEIRAS E O
RAMALHAR DOS CARVALHOS”: O OLHAR DA
IMPREENSA CATARINENSE SOBRE A QUESTÃO
GERMÂNICA DURANTE A PRIMEIRA GUERRA
MUNDIAL (1914-1918)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de doutor em História sob a orientação do Prof. Dr. Adelar Heinsfeld.

Passo Fundo
2020

B595e Bilibio, Rogério Augusto.

“Entre o farfalhar das palmeiras e o ramalhar dos carvalhos”: o olhar da imprensa catarinense sobre a questão germânica durante a primeira guerra mundial (1914-1918) / Rogério Augusto Bilibio. – Passo Fundo, 2020.

422 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em História) - Universidade de Passo Fundo, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Adelar Heinsfeld.

Bibliografia: f. 404-410

1. Guerra Mundial, 1914-1918 - Imprensa. 2. Jornais brasileiros. 3. História moderna. I. Título.

CDD 940.3

Banca Examinadora do Doutorado

Prof. Dr. Delmir José Valentini (UFFS/SC)

Prof. Dr. João Klug (UFSC)

Prof. Dr. Alessandro Batistella (UPF)

Prof^a Dr^a Janaina Rigo Santin (UPF)

Prof. Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)

Dedicado àqueles cuja história não foi contada.

Agradecer é um ato de civilidade, respeito e inteligência. Nada se constrói sozinho, e melhor o sabe o historiador. Aqueles que aqui vão ser agradecidos não estão citados sob qualquer critério, pois todos são igualmente importantes.

Agradeço às instituições Unoesc e UPF, a primeira pelo suporte material e a segunda pela condução exemplar dos trabalhos que levaram a esta tese. Agradeço aos familiares: a esposa Lucivani, companheira, paciente, dedicada, os mais de vinte anos de convivência tornaram-me uma pessoa melhor. Agradeço à enteada Maiele e ao neto Davi, a enteada Greiciele e ao Natan, e ao meu irmão Ricardo. Todos vocês foram e sempre serão o sustentáculo de tudo e a engrenagem que faz tudo mover.

Não posso deixar de agradecer ao colega Marcio Trevisol, parceiro de artigos, de viagens, de conversas, do trabalho e das decepções e alegrias futebolísticas coloradas, cujo conhecimento também está incorporado a este trabalho.

Agradeço ao professor Adelar, pela imensa paciência, pela cessão de seu conhecimento, pela inspiração histórica desde o já distante ano de 1997. O mérito deste trabalho repousa na segura orientação do Prof. Adelar.

É vital o historiador lutar contra a mentira. O historiador não pode inventar nada, e sim revelar o passado que controla o presente às ocultas. (Eric Hobsbawm).

RESUMO

O presente estudo se propõe, a partir das publicações catarinenses no período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), observar os textos, artigos, matérias, que tratam da relação da guerra com os alemães, tanto em Santa Catarina quanto nos fatos ocorridos no cenário das batalhas, e sua repercussão para a imprensa catarinense. Utilizando dos jornais como fonte principal, a amostragem esta ancorada em quatro periódicos, dois deles semanais (*O Clarão* e *A Época*) e dois de circulação diária (*O Estado* e *O Dia*), no intuito de perceber a conduta ideológica de cada periódico, para, assim, poder compreender no todo como os alemães e seus descendentes foram alvo de atenção da mídia impressa. O critério de escolha desses periódicos obedece, na quase totalidade, ao da continuidade, pois são os jornais que circularam nos anos em que ocorreu a guerra, exceção feita ao jornal *O Estado*, que iniciou suas atividades em 1915. O estudo está estruturado em quatro momentos, nos quais são descritos as fontes utilizadas, as metodologias, as categorias criadas para a análise do conteúdo jornalístico, bem como um capítulo para cada categoria, a saber: os fatos da guerra e a forma como foram noticiados; os alemães em Santa Catarina e o tratamento dispensado a eles pelos jornais; e, por fim, um capítulo destinado a analisar se a responsabilidade pelo conflito pertence aos alemães ou aos aliados. A descrição das matérias jornalísticas, sua classificação e apreciação crítica são conduzidas a partir das categorias fundamentadas na proposição de Laurence Bardin, em uma metodologia alinhada à análise de conteúdo. A discussão da imagem germânica em Santa Catarina repercute os movimentos de cunho nacional em relação ao conflito, onde se destacam três posições: a corrente alinhada aos alemães, chamada de *germanófila*; a corrente mais próxima aos aliados, chamada de *aliadófila*; e a corrente da neutralidade. Como objetivo principal da tese, pretende-se observar como se construiu a imagem dos alemães em Santa Catarina.

Palavras-chave: Germanidade. Imprensa. Primeira Guerra Mundial.

ABSTRACT

This study proposes, based on the publications from Santa Catarina in the period of the World War I (1914 - 1918), to observe the texts, articles, other materials, which deal with the relationship between the war and the Germans, both in Santa Catarina and in the events that occurred in the battle scene, and its repercussion for the Santa Catarina press. Using newspapers as the main source, the sampling is anchored in four journals, two of them weekly (*O Clarão* and *A Época*) and two of daily circulation (*O Estado* and *O Dia*), to understand the ideological conduct of each journal, so as to be able to understand as a whole how the Germans and their descendants were the focus of the print media. The select criterion for these journals obeys, almost entirely, that of continuity, since it is the newspapers that circulated in the years when the war occurred, except for the newspaper *O Estado*, which started its activities in 1915. The study is structured in four moments, where the sources used, the methodologies, the categories created for the analysis of the journalistic content are described, as well as a chapter for each category, namely: the facts of the war and the way they were reported; the Germans in Santa Catarina and the treatment given to them by the newspapers; and finally, a chapter to analyze responsibility for the conflict belongs to the Germans or the allies. The description of journalistic articles, their classification and critical appraisal are conducted based on the categories based on Laurence Bardin's proposition, in a methodology aligned with content analysis. The discussion of the Germanic image in Santa Catarina has repercussions for national movements in relation to the conflict, where three positions stand out: the current aligned with the Germans, called the Germanophile; the current closest to the allies, called the aliadófila; and the current of neutrality. As the main objective of the thesis, it is intended to observe how the image of the Germans was built in Santa Catarina.

Keywords: Germanity. Press. World War I.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Santa Catarina e o Território Contestado	23
Figura 2 – Estado de Santa Catarina em 1923	24
Figura 3 – Principais núcleos de povoamento germânico	26
Figura 4 – Notas da Guerra.....	46
Figura 5 – Discurso do Chanceler Alemão.....	47
Figura 6 – Jornal <i>O Clarão</i>	65
Figura 7 – Primeira edição do jornal <i>O Clarão</i>	67
Figura 8 – Cabeçalho do jornal <i>O Dia</i>	76
Figura 9 – Ocupação do navio Pontos	95
Figura 10 – Perdas inglesas de Navios	97
Figura 11 – O recuo dos Alemães	144
Figura 12 – Eleições Norte-Americanas.....	156
Figura 13 – Relações Brasil-Alemanha	165
Figura 14 – Jornal <i>O Dia</i> , de 06 de setembro de 1914	213
Figura 15 – Jornal <i>O Dia</i> , de 08 de agosto de 1914	215
Figura 16 – A Língua Nacional	244
Figura 17 – Declaração de Guerra.....	259
Figura 18 – Acusações.....	263
Figura 19 – Acróstico	266
Figura 20 – Acróstico 2	267
Figura 21 – Acróstico 3	268
Figura 22 – Barbárie Alemã	274
Figura 23 – Kaiser	280
Figura 24 – Declaração da Guerra.....	283
Figura 25 – Jornal <i>O Dia</i> , de 12 de julho de 1914.....	296
Figura 26 – Extrato da matéria <i>A origem da Guerra</i>	297
Figura 27 – Jornal <i>O Dia</i> , de 27 de novembro de 1914.....	313
Figura 28 – Escolas Alemãs	331
Figura 29 – Contribuições germânicas	356
Figura 30 – Tenente Immelmann.....	358
Figura 31 – Alemanha e EUA	367
Figura 32 – Assassinatos nas trincheiras	367

Figura 33 – Hoepcke e Cia	373
Figura 34 – Jornal <i>A Razão</i>	375
Figura 35 – Festival Germânia	381

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Critérios de qualidade de escolha das boas categorias por Bardin	45
Quadro 2 – Os fatos e a proposição realística	50
Quadro 3 – Jornais catarinenses que circularam por mais de um ano entre 1914 e 1918 ...	62
Quadro 4 – Anunciantes do jornal <i>O Dia</i>	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Nº de indústrias por nacionalidade em Santa Catarina em 1920	27
Tabela 2 – Quantidade de Jornais catarinenses por cidade	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AD – Análise de Discurso
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- ONU – Organização das Nações Unidas
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 CENÁRIO: SANTA CATARINA, A 1ª GUERRA MUNDIAL E A IMPRENSA	23
1.1 SANTA CATARINA NO INÍCIO DO SÉCULO XX	23
1.2 A IMPRENSA ESCRITA COMO FONTE HISTÓRICA	29
1.2.1 Os Fatos da Guerra – a categoria restrita ao acontecido.....	45
1.2.2 A Guerra de Informações – categoria da seleção ideológica	51
1.2.3 Os alemães em Santa Catarina – Categoria da Repercussão Local.....	54
1.3 OS ATORES PRINCIPAIS: JORNAIS CATARINENSES	57
1.3.1 O jornal <i>O Clarão</i>	64
1.3.2 O jornal <i>A Época</i>	67
1.3.3 O jornal <i>O Estado</i>	69
1.3.4 O jornal <i>O Dia</i>	72
2 OS FATOS DA GUERRA: A RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO	82
2.1 A GUERRA NAVAL E AS AÇÕES MARÍTIMAS	82
2.1.1 O apresamento dos Navios	85
2.1.2 A guerra no mar.....	97
2.1.3 As agressões aos navios brasileiros.....	106
2.2 O PERIGO ALEMÃO E SUAS REAÇÕES	109
2.3 O UFANISMO ALEMÃO E AS RELAÇÕES BRASIL-ALEMANHA	134
3 ALEMÃES DE SANTA CATARINA: A IMAGEM CONSTRUÍDA	180
3.1 A IMAGEM CATARINENSE NO BRASIL EM RELAÇÃO AOS ALEMÃES	180
3.2 OS ALEMÃES NO BRASIL	210
3.3 OS ALEMÃES EM SANTA CATARINA	261
4 A GUERRA DA INFORMAÇÃO: VERSÕES E REPRESENTAÇÕES	291
4.1 QUEM VENCE A GUERRA?	292
4.2 ALEMANHA: VILÃ OU HEROÍNA?	309
4.3 JORNAIS E SUAS VERSÕES.....	351
CONCLUSÃO	398
REFERÊNCIAS	404
FONTES	411
ANEXO A – TORPEDEAMENTO DOS NAVIOS BRASILEIROS	412

ANEXO B – LISTA DOS NAVIOS ALEMÃES APRESADOS PELO BRASIL....	413
ANEXO C – CRONOLOGIA DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	415

INTRODUÇÃO

Entre o farfalhar das palmeiras e o ramalhar dos carvalhos é a frase inicial do título deste trabalho. Proferida pelo empresário Carl Hoepcke, ela carrega o simbolismo da relação entre brasileiros e alemães, relação esta nem sempre estável, principalmente no período a que se refere esta tese.

As palmeiras e os carvalhos, ou a América e a Europa, ou o Brasil e a Alemanha, tem seus caminhos cruzados periodicamente e por razões as mais diversas. Ao eclodir a Primeira Guerra Mundial, no entanto, os trilhos desta estrada precisam ser analisados e conhecidos nos seus pontos de consonância e contradição. Assim é que o pensamento de Hoepcke simboliza a intenção deste estudo.

A opção por embrenhar-se na imprensa catarinense e a sua relação com a Primeira Guerra Mundial fundamenta-se em três eixos: a necessidade de um estudo mais detalhado do fenômeno, a predileção do autor por temas que envolvam a relação da imprensa com a história e a oportunidade de cimentar um pouco mais a historiografia catarinense no aspecto específico do tema.

A Primeira Guerra Mundial, na época definida pelos jornais como Conflagração Europeia, foi o resultado de uma tensão acumulada durante as últimas décadas do século XIX, onde o armamento e treinamento militar, as pressões diplomáticas e os acordos entre impérios caracterizaram a Europa.

Ao envolver as potências colonialistas e demais países europeus de importância econômica e política e, posteriormente, pela via dos EUA, o continente americano, o conflito ganha ares planetários e torna-se um marco na história da humanidade.

Ao se observar o fenômeno, seja do ponto de vista militar, político, geográfico, econômico, social, surgem importantes argumentos de como esta guerra determinou mudanças na condução das sociedades. Brevemente, serão explorados estes pontos, de modo a fornecer um cenário razoável para o entendimento deste estudo. Antes, porém, de quaisquer destes pontos de vista, sua importância histórica é o marco inicial:

Parte-se, porém, do pressuposto de que o exercício historiográfico é uma importante acumulação de incursões e temáticas que ontem e hoje transformaram a análise da Primeira Guerra Mundial num dos campos precursores da história do século XX. Não obstante a resistente persistência de uma dimensão nacional nas políticas

oficiais comemorativas que assinalam o centenário, não mais a historiografia se desligará de uma perspectiva transnacional. Decorre esta nevrálgica viragem de uma coexistente maturação da história política, social e econômica, mas essencialmente cultural, que traria para o palco da guerra sujeitos que não mais poderiam ser pensados apenas no âmbito de um tempo e espaço vedados pelas fronteiras do nacional (CORREIA, 2014, p. 651).

Do ponto de vista político, a Primeira Guerra Mundial significou o desmembramento do poder europeu para uma mudança de eixo, com a inserção dos Estados Unidos como ator estratégico nas decisões mundiais daí em diante. Tal condição seria potencializada por ocasião da Segunda Guerra Mundial, mas a sua raiz está no conflito anterior.

Do ponto de vista geopolítico, houve um redesenho das fronteiras europeias, com a extinção do Império Austro-Húngaro, do Império Alemão e do Império Turco Otomano, o surgimento da União Soviética (em que pese existir um cenário próprio do Império Russo, a URSS não pode ser entendida sem a presença na Primeira Guerra Mundial), e várias outras situações envolvendo fronteiras.

Do ponto de vista militar, o uso de novas tecnologias e armamentos aumentou significativamente a capacidade de destruição. As mortes de civis, a guerra nas trincheiras e a quantidade de vítimas provocaram nos anos seguintes debates sobre como evitar guerras e como, no caso de elas ocorrerem, a criação de protocolos mais eficazes. Nesse sentido e também dentro do cenário político, surge a Liga das Nações, embrião da Organização das Nações Unidas.

Finalmente, nos aspectos econômicos e sociais, a humanidade passou a perceber que os modelos coloniais estavam no seu último estágio, que acabaria por resistir ainda no continente africano por mais algumas décadas, mas que a Primeira Guerra havia provocado uma nova configuração.

Ao comparar as guerras anteriores com a Primeira Guerra Mundial, Hobsbawn entende que a amplitude do conflito neste caso é perfeitamente cabível:

Tudo isso mudou em 1914. A Primeira Guerra Mundial envolveu *todas* as grandes potências, e na verdade todos os estados europeus, com exceção da Espanha, dos Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça. E mais: tropas do ultramar foram, muitas vezes pela primeira vez, enviadas para lutar e para operar fora de suas regiões. Canadenses lutaram na França, australianos e neozelandeses forjaram a consciência nacional numa península do Egeu – “Galipoli” tornou-se seu mito nacional – e, mais importante, os Estados Unidos rejeitaram a advertência de George Washington quanto a “complicações europeias” e mandaram seus soldados para lá, determinando assim a forma da história do século XX. Indianos foram enviados para

a Europa e o Oriente Médio, batalhões de trabalhadores chineses vieram para o Ocidente, africanos lutaram no exército francês (HOBSBAWN, 1994, p. 31).

Ainda usando de uma perspectiva semelhante, mas a partir de uma repercussão, econômica, Almeida reforça este ponto de reflexão, ao mencionar os polos de poder e as mudanças forçadas pelo conflito nas questões comerciais e da própria estrutura do capitalismo:

O capitalismo globalizado e liberal da belle époque seria transformado a partir dos eventos e processos deslanchados com a Grande Guerra: intervenção dos governos na economia, desafio socialista ao capitalismo, crise de 1929 e depressão dos anos 30, protecionismo comercial, suspensão da conversibilidade das moedas, desvalorizações cambiais maciças, para não falar da própria destruição física trazida por dois conflitos de proporções gigantescas. A “segunda guerra de trinta anos” vivida pela Europa entre 1914 e 1945, segundo a caracterização de Churchill no pós-segunda guerra, transformou a natureza das relações internacionais tanto quanto a estrutura da economia internacional: ela não apenas retirou a Europa do comando da política mundial – ao precipitar a hegemonia mundial dos dois gigantes planetários, como antecipado por Tocqueville – mas também modificou as bases de funcionamento do capitalismo (ALMEIDA, 2015, p. 132).

Além das observações a respeito das dimensões mundiais da guerra, é preciso acrescentar que, embora as consequências das duas grandes guerras mundiais possam ser agrupadas e entendidas conjuntamente, é preciso reconhecer que o primeiro conflito, justamente por sua condição temporal, inaugura esta série de novas percepções.

Entendido este ponto, resta para a completude da exposição do cenário entender a participação brasileira no conflito. De uma neutralidade inicial, que iria persistir por quase todo o tempo da guerra, o Brasil acaba por romper relações com a Alemanha e, por fim, declarar-lhe guerra no ano de 1917, depois do torpedeamento de vários navios brasileiros.

A tradição brasileira, em face de confrontos bélicos, é a primeira ponderação necessária para esta discussão:

As nações buscam alcançar seus objetivos por meio de instrumentos que lhes assegurem o máximo de êxito com o mínimo de perdas econômicas, militares e políticas. Dentre estes instrumentos, a diplomacia se mostra de grande valia pela habilidade em conduzir as negociações para um ambiente de consenso onde reina relativo nível de satisfação e patamares aceitáveis de descontentamento. Entretanto, a flexibilidade com que se devem conduzir tais negociações precisa de um limite que não permita o vilipêndio de sua dignidade, de sua soberania e de sua integridade como nação. A política externa brasileira tradicionalmente evita se respaldar na possibilidade do uso da força priorizando o canal diplomático. A tendência a eximir-se de assumir posicionamento claramente definido buscava conquistar maior espaço e liberdade para se situar entre as potências em litígio. Esta orientação tinha propósitos nitidamente econômicos, mas seus objetivos político-estratégicos se

mostravam bastante limitados. Ao não adotar postura incisiva aparentemente conserva independência e liberdade de movimentação diplomática, não se deixando influenciar pelas tendências de uma ou de outra potência beligerante. Ao mesmo tempo, porém, este comportamento evidenciou insegurança e indecisão, tornando a diplomacia nacional tibia, subserviente e desacreditada. Este foi tipicamente o modelo de comportamento adotado pela diplomacia brasileira durante a Primeira Guerra Mundial, com a excepcionalidade da decisão oportunista ao recurso do uso da força, argumento raramente considerado em nossas negociações internacionais (DHENIN; MENDONÇA, 2015, p. 82-83).

Para então, justificar a entrada na conflagração europeia, o Brasil precisava discutir a sua própria tradição diplomática. Por esta via é que se clareia um pouco mais o entendimento de que a atitude do Brasil durante o conflito não é hegemônica, ou seja, havia quem defendesse uma declaração de guerra contra os alemães, havia quem entendesse uma aliança com os mesmos e, por fim, existiam também opiniões que nenhum dos lados combatentes deveria ter apoio nacional.

É neste ponto que este estudo se insere. A partir da imprensa catarinense perceber como as correntes de pensamento em relação ao papel brasileiro na guerra se manifestaram. Embora todas as linhas de alinhamento (ou de neutralidade) estivessem representadas no estado, um ingrediente específico precisa ser considerado: a presença alemã mais significativa (em termos demográficos e econômicos) em Santa Catarina (e no sul do País) do que no restante do território nacional.

Particularmente, é na construção de uma imagem dos alemães e de seus descendentes em Santa Catarina que reside a principal preocupação deste estudo e, para esta finalidade, a estratégia é utilizar da imprensa como fonte principal. Ou seja, não é interesse deste estudo observar a cobertura da guerra como um todo, exceto quando a germanidade está inserida no contexto, ou nos pontos específicos cujo detalhamento é necessário para a compreensão do todo.

A escolha deste recorte obedece a pelo menos dois critérios principais, além de um aspecto inserido em ambos. Primeiramente, embora se pudesse afirmar que todos os países europeus mais influentes – Inglaterra, França, Império Alemão, Russo, Austro-Húngaro – tivessem suas razões para inserir-se ou mesmo iniciar o conflito, coube a Alemanha o primeiro ato de natureza bélica, ao ingressar no território belga. Esse ato fez com que parcela da sociedade a julgasse como provocadora da guerra. Essa ideia seria transposta aos jornais e também transmitida por determinados veículos.

Em segundo lugar, os alemães, entre outros povos, ocuparam terras e instalaram seus negócios e indústrias em Santa Catarina. Ao fazê-lo, alcançaram um lugar na sociedade, em termos econômicos, políticos e culturais. Embora em menor número que os italianos, os alemães se tornaram importantes atores nos rumos da sociedade catarinense. Além disso, também os alemães representavam uma das correntes de pensamento que pretendiam influenciar as decisões do estado brasileiro em relação à sua conduta dentro da Primeira Guerra Mundial. Assim, estudar a imagem construída da germanidade tornou-se uma necessidade, pois é preciso conhecer como se verificou a atuação dos jornais no período. Tal imagem não é uniforme, pois trata-se de um grupo humano diverso, com suas contradições, que tanto sofreu com o fenômeno como provocou sofrimento.

A Imprensa Catarinense, iniciada no século XIX, como ocorreu em termos nacionais, era representada basicamente pelos periódicos que se localizavam nos municípios litorâneos. As poucas exceções são restritas ao centro do Estado – Lages, Canoinhas, Curitibanos – e, mais tarde, Mafra, bem como mais à Oeste, Campos Novos. Era nessa região que o território catarinense se findava, pois desde 1895, depois da definição do ganho de causa brasileira na posse dos Campos de Palmas, que a questão dos limites entre Santa Catarina e Paraná se arrastava. Somente em 1916 a área passou ao domínio catarinense, ou seja, praticamente ao final do período alvo deste estudo.

Portanto, os jornais da época – descritos ao longo deste trabalho – atuavam sobre uma ótica litorânea, em que as referências ao interior do Estado eram em grande parte em razão da Guerra do Contestado. Os dois conflitos ocupavam seguidamente as principais colunas dos jornais, emprestando um ar de fanatismo ao conflito interno e um ar de dramaticidade ao conflito mundial.

A partir das impressões destes jornais, será proposta uma reflexão de como a imprensa catarinense trabalhou com o tema. Ao longo das descrições, vão aparecer os principais jornais, escolhidos pelo critério da longevidade, ou seja, os que mais tempo se dedicaram à cobertura da Guerra. Isto porque existiram dezenas de periódicos de curta duração, que por este fato não chegaram a se constituir como uma voz midiática no período. Entretanto, é preciso registrar, desde já, que a imprensa catarinense e a imprensa nacional possuíam uma integração no que diz respeito às matérias da primeira guerra mundial:

A imprensa nas principais cidades do país trazia nas primeiras páginas notícias sobre o conflito. A cobertura era quase diária, com manchetes estampando os acontecimentos do *front*, a movimentação dos exércitos, as cidades atingidas, os

países envolvidos. Observava-se a guerra europeia até então circunscrita à Europa através de binóculos selecionados, no entanto. As fontes fornecedoras de informações aos *papers* do Rio de Janeiro eram as agências de notícias de nacionalidade aliada, que possuíam seu ponto de vista específico sobre o confronto. A imparcialidade não era, por assim dizer, uma preocupação levada muito a sério. E como os jornais da capital serviam como veículos de informação a outros órgãos da mídia impressa Brasil afora, os residentes no Rio de Janeiro, em particular, e os brasileiros, em geral, eram abastecidos com notícias escritas sob o olhar específico da *Entente* (PIRES, 2016).

Assim, entendendo que os jornais catarinenses produziam seu próprio material para circular suas ideias, mas também se utilizavam, quando conveniente, das produções alheias, principalmente dos jornais mais estruturados, pode-se continuar com a descrição dos critérios deste estudo.

A condução desta pesquisa ocorreu, portanto, em primeira observação, na catalogação dos jornais existentes na época do conflito, bem como na sua seleção para compor o conjunto de periódicos que seriam pesquisados. O principal critério adotado para essa composição foi o da longevidade: isto porque existiram dezenas de jornais entre os anos de 1914 e 1918, mas a maior parte deles teve duração curta: um ou dois anos, alguns meses, casos de apenas um ou dois exemplares. As exceções, ou seja, periódicos que cobriram os anos do conflito, mas não foram incorporados, são descritas no capítulo I.

Ainda sobre a pesquisa nas fontes primárias, os jornais selecionados fazem parte do acervo digital nacional e estadual (jornal *O Dia* e jornais *O Estado* e *O Clarão*, respectivamente), sendo, portanto, examinados pela *web*, onde todas as edições disponíveis foram observadas. O jornal *A Época*, que não consta em versão digital, foi examinado em sua forma física, em todas as edições disponíveis. Os detalhamentos em relação aos exemplares também estão descritos no capítulo I.

Portanto, trata-se de uma pesquisa documental, tendo como principal referência o periódico escrito, complementado pelas fontes históricas tradicionais, os seja, livros e artigos. Acrescente-se ainda que, quando foi utilizado o texto do jornal, preservou-se a grafia da época.

O trabalho está organizado em quatro capítulos, que pretendem responder à seguinte questão: de que forma os periódicos selecionados contribuíram para a construção de uma imagem dos alemães e de seus descendentes, durante a Primeira Guerra Mundial em Santa Catarina?

O primeiro capítulo, dividido em três momentos, descreve o cenário para se compreender a ação dos jornais em Santa Catarina. Dessa forma, no primeiro subcapítulo se abordam as características do estado catarinense na época, além de uma descrição do papel do jornal como fonte histórica. Já no segundo subcapítulo são descritas as categorias utilizadas para a análise de conteúdo, bem como a fundamentação teórica, calcada principalmente na contribuição de Laurence Bardin. Por fim, a última subdivisão do capítulo traz as características dos jornais pesquisados, de forma a construir um fundamento para se considerar quem emite uma versão dos fatos e de onde o faz.

No segundo capítulo, a partir das informações dos jornais e do debate com a historiografia, são descritos os fatos da guerra, ou melhor ainda, os fatos da guerra trazidos pelos jornais. Nesse capítulo, são selecionadas as matérias que procuravam tão somente noticiar o fato, sem pretender julgar seu mérito. Portanto, o critério utilizado neste capítulo é a quantidade, periodicidade e origem (se proveniente da Alemanha ou dos aliados) da notícia. Da mesma forma que o primeiro capítulo, está subdividido em três momentos, da seguinte forma: o primeiro trata da guerra naval, elemento importante, pois foi o motivo do rompimento brasileiro com a Alemanha. Por tal razão está subdividido em três discussões: a guerra naval em si, o apresamento de navios e o torpedeamento dos navios brasileiros. O segundo subcapítulo reúne as notícias que alertavam para o “perigo alemão” e as reações da comunidade catarinense (em alguns casos, da sociedade brasileira, referindo-se a Santa Catarina). Finalmente, o terceiro subcapítulo captura as matérias que ilustravam a relação Brasil-Alemanha, bem como aquelas que buscavam retratar os alemães de forma mais ufanista.

A expressão “perigo alemão”, que será utilizada pela imprensa com grande frequência, seja no sentido de acusação, seja no de desmistificação, pode ser resumida na proposição seguinte:

Desde o final do século XIX, com o crescente contingente de imigrantes alemães que se fixaram no sul do país, a questão do “perigo germânico” ou “tedesco” colocara-se no horizonte de representações nacionalistas que tinham como referente, de um lado, o nacionalismo e, de outro, pela necessidade de identificação de um inimigo interno, a presença desse grupo étnico e sua cultura. De fato, os imigrantes de origem alemã e seus descendentes defendiam uma cultura da germanidade (*Deutschum*) que se traduzia pelo uso do idioma alemão nas colônias de frentes pioneiras rio-grandenses, catarinenses e paranaenses. Com o cimento do cultivo da língua e outros elementos culturais, a identidade teuto-brasileira foi construída durante a Primeira República (MALATIAN, 2013, p. 209).

O terceiro capítulo é referente à construção da imagem germânica. As notícias, agora com versões opinativas sobre os fatos, comentários a respeito da guerra, depoimentos de personagens locais e nacionais, também foram divididas em três subcapítulos: primeiramente, uma série de matérias que permitem perceber a tentativa de construção de uma imagem dos alemães, no segundo grupo, notícias que representam os alemães em termos nacionais; e, no terceiro, os alemães de Santa Catarina. A intenção deste capítulo é mostrar como num estado que contava com grupos significativos de alemães, a imprensa tentou dialogar (ou não) com eles.

O quarto e último capítulo, com o título de “Guerra de Informação: versões e representações” confronta as notícias de cada periódico, expondo os de natureza germanófila ou aliadófila, além das matérias que podem ser consideradas neutras. Esse capítulo foi subdividido em três momentos, agrupando primeiramente as notícias que procuravam apontar um vencedor do conflito; em seguida as matérias que apontavam os alemães ora como heróis da guerra, ora como vilões; e, ao final, o confronto de versões de um mesmo fato, quando possível, ou de fatos semelhantes.

A construção de uma narrativa, principalmente em um tema sensível como um conflito armado, é algo processual, que demanda informação e bons argumentos. Esses argumentos podem apelar tanto para os aspectos racionais quanto para os sensitivos. Por isso, é importante perceber como se constrói o conteúdo de uma notícia e, igualmente, a forma como ela se apresenta para aquele que vai apreciá-la visualmente. Ainda convém mencionar outro aspecto:

De todo modo, convém lembrar que tanto o historiador, quanto o jornalista executam esta tarefa, não só unicamente guiados pelos pressupostos delineados pelas técnicas e códigos deontológicos de suas práticas, mas sob o manto da subjetividade (SANTOS, 2016, p. 33).

De posse da subjetividade agregada a esta discussão (é preciso mencionar que neste aspecto o pesquisador se vale da sua ética para não distorcer o fenômeno), ao cabo deste estudo se poderá perceber como os órgãos de imprensa selecionados procuraram, a partir de suas intenções, apresentar os representantes da etnia alemã em Santa Catarina como heróis ou vilões. É importante ainda observar, ao encerrar esta seção, que após o torpedeamento dos navios brasileiros pelos alemães, há uma mudança significativa de rumo, pois a declaração de guerra posterior a este fato transforma o Império Alemão em inimigo. Ainda assim, mesmo que de forma mais sutil e mudando de estratégia argumentativa, é possível perceber a defesa dos alemães em alguns momentos.

1 CENÁRIO: SANTA CATARINA, A 1ª GUERRA MUNDIAL E A IMPRENSA

Este capítulo descreve o contexto que permeia o estudo. Uma breve referência à posição do estado de Santa Catarina em relação ao período, bem como uma descrição da imprensa e a sua utilização como fonte de pesquisa. Também neste capítulo são descritas as metodologias utilizadas e a categorização das matérias jornalísticas.

1.1 SANTA CATARINA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

O Estado de Santa Catarina, localizado ao sul do país, é um pequeno – em termos de extensão territorial – componente da república brasileira. No início do século XX, sua área ainda não estava totalmente definida, em consequência do impasse com o estado do Paraná pelas terras que ficavam no oeste.

Dessa forma, é pela caracterização geográfica que se desenha a maior necessidade de compreensão do que seria o Estado de Santa Catarina, iniciando por uma visualização cartográfica:

Figura 1 – Santa Catarina e o Território Contestado



Fonte: Mapoteca. Acesso em 03 de junho de 2019.

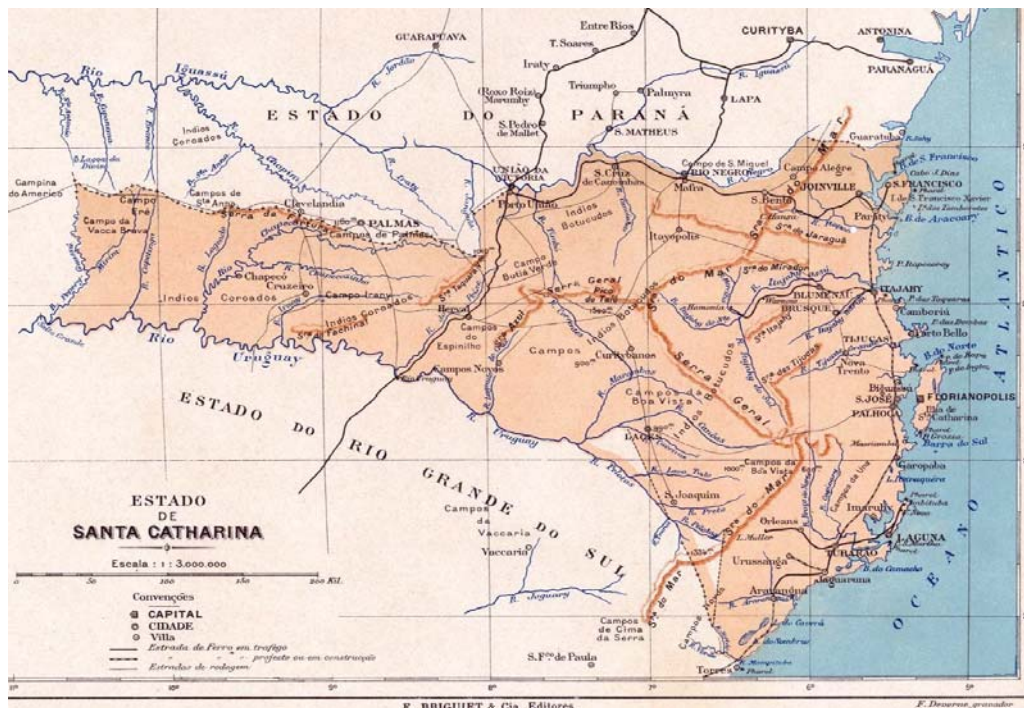
Esse mapa fornece a noção da litoraneidade do Estado de Santa Catarina. Considerando que a grande região em amarelo era ainda objeto de disputa interna, por esta razão aqui representada como “Território reivindicado”, o fato é que até o ano de 1916 não

existia uma autoridade catarinense sobre a região. O Estado do Paraná tinha, ao longo da área, instalado algumas autoridades tributárias, com o intuito de legitimar o seu direito sobre as terras. Mas, ainda assim, era nitidamente incipiente a ação do poder público na região.

A definição dos limites do estado envolve dois acontecimentos, que embora pareçam conectados, não o estão, necessariamente, no sentido de um depender do outro. A Guerra do Contestado, iniciada em 1912 com o combate do Irani, colocou, por quatro anos, grupos de cablocos, a maioria expulsos das terras ribeirinhas após a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, em confronto com as forças legalistas, enviadas para retirá-los da região e abrir caminho para as companhias de colonização promoverem a ocupação do espaço com os descendentes de europeus.

Com a derrota dos caboclos em 1916, acelerou-se o desfecho da questão dos limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, que teve o termo final em outubro de 1916. Assim, é somente após o conflito do Contestado se findar, seguido da assinatura do Acordo de Limites, e da fundação de quatro municípios – Chapecó, Cruzeiro, Mafra e Porto União – todos no dia 25 de agosto de 1917, que os contornos geográficos do Estado ganham o desenho atual. No mapa de 1923 já é possível perceber esta situação.

Figura 2 – Estado de Santa Catarina em 1923



Fonte: Mapoteca. Acesso em 03 de junho de 2019.

Note-se neste mapa que a região oeste ainda representa um grande vazio, preenchida ao seu início com a estrada de ferro (Porto União e Herval destacadas como estações), e a sede do município de Cruzeiro situada muito próxima da sede do município de Chapecó, fato que se modificaria nos anos seguintes.

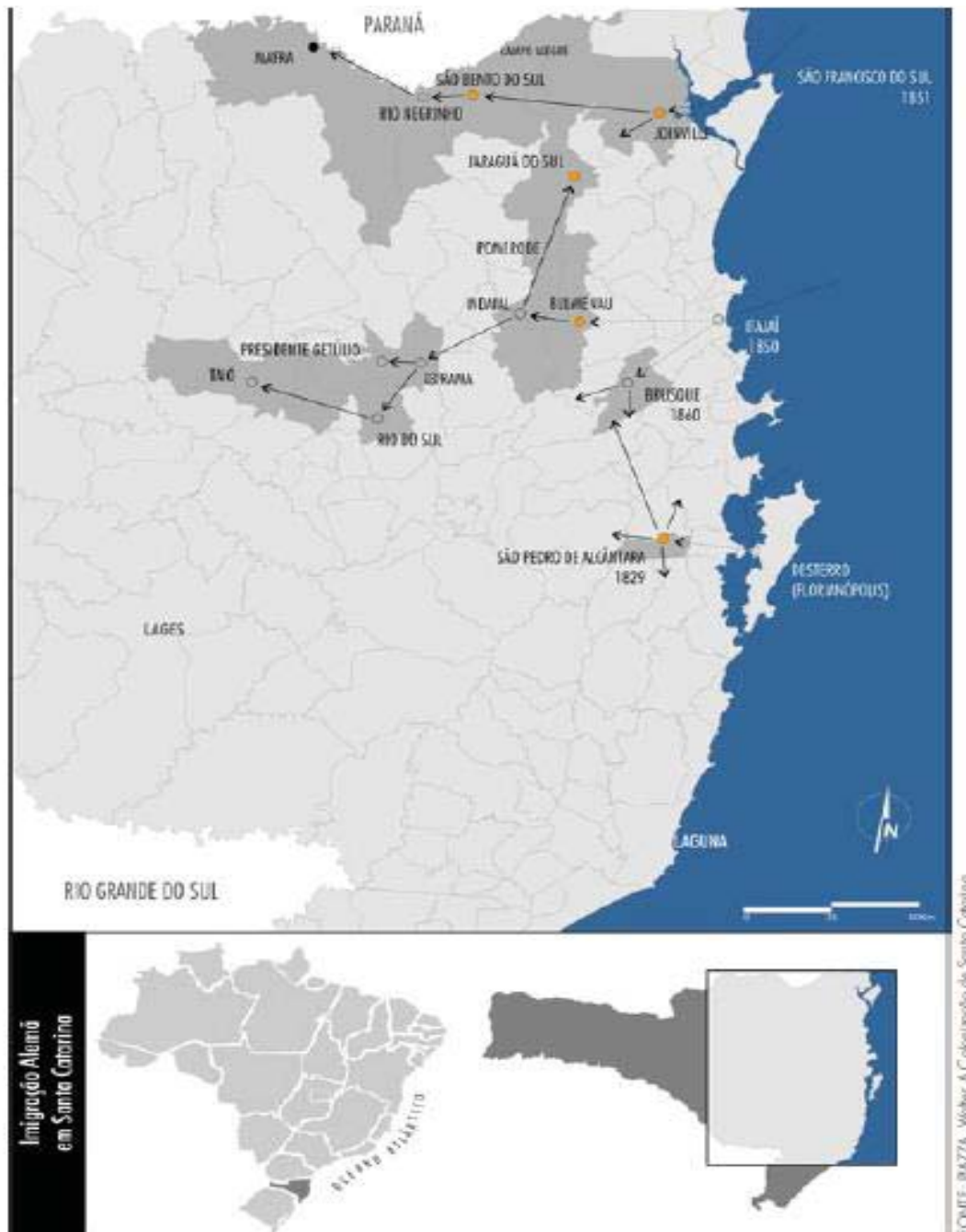
Ainda é preciso observar que o mapa aponta áreas onde predominam grupos indígenas: os botocudos ao norte e os índios coroados na região do rio Chapecozinho.

Assim é que, nos anos em que decorre a Primeira Guerra Mundial, é a faixa litorânea do estado que avança até os campos de Lages, que se pode considerar como o território catarinense. Em termos demográficos, a capital do estado tinha 41.338 habitantes, para uma população total de 668.743 – informações do censo de 1920. Esses dados são importantes para se relacionar a quantidade de periódicos circulantes na época, bem como os locais de onde se originam.

É justamente nesse espaço geográfico que se pode alongar a descrição das atividades econômicas, fator que se revelará de importância para a compreensão do papel desempenhado pelos alemães e seus descendentes em Santa Catarina.

Considera-se como marco inicial da chegada dos alemães a Santa Catarina o ano de 1828, onde algumas centenas de pessoas se instalaram no atual município de São Pedro de Alcântara, na região litorânea. Contudo, tal experiência não pode ser considerada como o início de um processo que prosseguiria de forma linear e ininterrupta. De fato, é somente na segunda metade do século que se formarão os principais núcleos de povoamento germânico: a Colônia São Paulo, na região de Blumenau; a Colônia Dona Francisca, na região de Joinville; e a Colônia Itajahy, na cidade de Brusque. Ao todo, são aproximadamente dez regiões coloniais nas quais os alemães têm maior número e influência.

Figura 3 – Principais núcleos de povoamento germânico



Fonte: IPHAN (2007, p. 60).

O mapa mostra a localização de Santa Catarina no Brasil, a região que primeiro recebeu os migrantes alemães e, em maior destaque, as cidades e movimentos de circulação dos migrantes. É preciso ainda registrar que as colônias localizadas ao sul do estado, principalmente aquelas em torno do rio Armazém, são pontos importantes da presença alemã em Santa Catarina. Todavia, são nos locais de origem das primeiras colônias que é possível

perceber a presença dos alemães na indústria, sendo esta uma das situações que ajudam a entender a inserção deles nos mecanismos produtivos. De acordo com o censo de 1920, existiam no Estado de Santa Catarina 128 indústrias pertencentes a estrangeiros, que ocupavam 469 operários, sendo que a divisão por nacionalidade era a seguinte:

Tabela 1 – N° de indústrias por nacionalidade em Santa Catarina em 1920

N° Indústrias	Origem	N° Operários
61	Alemães	254
56	Italianos	184
5	Portugueses	15
3	Espanhóis	9
3	Sírios	7

Fonte: IBGE – censo de 1920.

Embora haja um número aproximado de indústrias pertencentes a alemães e italianos, dois pontos precisam ser ressaltados: primeiro, a média de operários por indústrias alemãs é de 4,1; no caso dos italianos é de 3,2; segundo, a imigração italiana em Santa Catarina foi bem mais numerosa do que a alemã. Assim, é possível perceber a importância econômica dos alemães em Santa Catarina.

Tendo como base os estudos de Cunha (1992, p. 26), pode-se inferir quanto às origens do empresariado catarinense, a participação marcante de imigrantes alemães especializados e de seus descendentes nas indústrias têxteis, metalomecânica e em vários segmentos do ramo alimentar.

O mesmo autor, ao organizar temporalmente a economia catarinense, enfatizando a atividade industrial, percebe os períodos que marcam o século XX. O primeiro recorte, chamado de “Primeira Fase do Desenvolvimento Industrial (1880-1914)”, captura justamente o período da Primeira Guerra Mundial, que interessa à descrição que ora se propõe:

Observa-se, porém, que a plena utilização da capacidade produtiva ocorrerá na fase inicial do período 1914-1945, com a conflagração da Primeira Guerra Mundial. Ressalta-se que esse período se caracterizou pela transição entre os estágios de predominância das indústrias artesanais para as fabris de pequeno porte. Vários fatores contribuíram para a ocorrência deste novo momento da economia estadual, enumerando-se:

- a constituição de núcleos urbanos em alguns pontos de Estado, notadamente os situados nas zonas onde a colonização europeia já se encontrava consolidada, aumentando, em decorrência, o grau de divisão do trabalho entre o meio urbano e rural, tornando mais complexas as inter-relações econômicas;
- a geração de maior volume de excedentes, que proporcionou a apropriação de partes dos mesmos por grupos de agentes – comerciantes, agricultores bem sucedidos – que puderam assim transferi-los para a cobertura de investimentos em atividades industriais de pequeno porte;
- o aprimoramento do sistema de transporte, que facilitou a comercialização dos excedentes, pelo maior acesso aos portos de embarque (CUNHA, 1992, p. 24-25).

O autor observa a importância dos estrangeiros para um incremento da atividade industrial em Santa Catarina. As regiões mais próximas do litoral, as primeiras a receberem estes grupos, vão estabelecer suas atividades e, aos poucos, caracterizar a região como produtora de diversos bens industriais. Contudo, é necessário salientar que entre os grupos de imigrantes, os alemães se mostram capacitados a essas atividades. Esta tese é confirmada pelos estudos de Cabral (1983):

É de 1880 a estruturação da primeira indústria têxtil, iniciada como artesanato familiar em 1879, pelos irmãos Hering, imigrados da Saxônia, com uma pequena malharia, que se transformaria na Cia. Hering. Logo em seguida, em 1882, Johann Karsten e Gustavo Roeder organizam uma tecelagem, que, anos mais tarde, seria a Cia. Têxtil Karsten. O mesmo Roeder, em 1884, lança os fundamentos da atual empresa industrial Garcia, tomando, aqui, o nome do ribeirão em cujas margens se instalou. No ano de 1880, August Otte inicia a industrialização do couro, com o seu curtume, que persiste até hoje. Na mesma época, por volta de 1886, são lançados os fundamentos da indústria metalúrgica, quando K. Ernst Auerbach instala a sua pequena fundição, que se transformaria na atual Eletro-Aço Altona S.A. Na mesma década, tem início a primeira indústria tipográfica, não só para pequenos serviços de impressão, mas para a edição de jornais e outros periódicos e publicações (CABRAL, 1983, p. 406).

O autor ainda prossegue citando mais atividades, como os laticínios, a fabricação de artefatos de madeira, fósforos, alimentos, chapéus, roupas, sempre com a acentuada presença de alemães e seus filhos.

Aliando a questão industrial com a questão social, Seyferth (1999) explica como os alemães aplicaram seus capitais e se tornaram parte das elites locais:

Os comerciantes, então, formavam a elite econômica das duas sedes municipais criadas pela emancipação política das colônias Blumenau e Brusque, no início da década de 1880. Acumularam capital suficiente para investir na atividade industrial, embora nem todas as indústrias tenham surgido diretamente ligadas ao sistema colônia-venda. Alguns exemplos podem servir como ilustração do início do processo de industrialização nas duas localidades (SEYFERTH, 1999, p. 70).

Também Cabral (1971) contribui para a descrição da importância dos alemães, ao esclarecer como ocorreu a criação de duas colônias, situadas em regiões estratégicas do estado de Santa Catarina:

Nota-se na formação das de sangue alemão a empresa privada comandando as primeiras ações: D. Francisca, da sociedade Hamburguesa de Colonização, em terras de patrimônio particular (embora de cabeças coroadas da família imperial brasileira) em 1850; e Blumenau, em 1852, cuja iniciativa e organização coube ao Dr. Hermann Blumenau, concessão particular e que, se em certa ocasião, por dificuldades financeiras teve de reverter ao governo a área doada, mediante compra, conservou ele a testa da colônia o seu criador, evitando assim uma solução de continuidade na sua trajetória vital que poderia ter sido de trágicas consequências (CABRAL, 1971, p. 39-40).

Essas colônias impulsionaram e consolidaram os núcleos urbanos de Blumenau e Joinville, duas das maiores cidades do estado de Santa Catarina. Dessa forma, a presença do alemão em Santa Catarina, a sua vinculação com a atividade industrial e a consequente importância econômica, ficam demonstradas no período anterior e posterior ao conflito.

1.2 A IMPRENSA ESCRITA COMO FONTE HISTÓRICA

A utilização de fontes históricas é um ponto de discussão frequente na historiografia. Aquilo que se considera fonte da ciência histórica é objeto de uma discussão ampla, que engloba desde vestígios materiais de uma cultura (fósseis ou artefatos) até a fonte mais utilizada, o livro histórico. Da mesma forma, a apropriação do testemunho histórico compartilha esta diversidade, nas palavras de Bloch: *A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita*. Tudo o que o homem diz ou escreve, que fabrica, que toca pode e deve informar sobre ele (BLOCH, 2001, p. 79).

O documento escrito foi defendido como única fonte confiável da historiografia pela corrente positivista da história. A incorporação de outras fontes foi acontecendo gradativamente, sob o argumento de que a mesma veracidade atribuída ao documento escrito poderia ser atribuída a outras fontes, ou, ainda, invertendo o raciocínio, não se tinha a garantia de que, pelo fato de uma informação ser escrita, tivesse maior fidedignidade que as demais. Dessa forma, os historiadores passaram a se utilizar com mais intensidade da história oral, da iconografia, das obras de arte como fontes históricas. No campo da relação da história com a imprensa, imagem e texto passam a ser fontes cada vez mais utilizadas.

Neste ponto, já é possível argumentar que as fontes históricas, dentro de um universo de documentos escritos, servem como base para a pesquisa histórica tanto na questão

imagética quanto na questão textual. Em relação aos jornais, há ainda mais um elemento que se deve considerar, o quanto o objeto da pesquisa histórica é anterior ao surgimento do rádio, da televisão e das demais mídias eletrônicas. Isto porque é preciso considerar que o jornal impresso é a única fonte de informação de que dispõe a população.

De acordo com Ferreira, o jornalismo se constitui em meio de registro histórico, por conta de diversos aspectos:

A importância do jornalismo não se limita apenas à sua função como documento de um determinado grupo social ou de uma época, como o aproveitaria um historiador; ou como veículo de comunicação (coletiva ou não), como poderia ser visto pelo estudioso das comunicações. Sua importância pode ser encontrada também nos estudos da sociedade, como valioso instrumento de orientação coletiva; como um militante com certa prática na área notou: “a missão do jornalismo não se limita, entretanto, a difundir ideais, a educar politicamente e a atrair aliados políticos. O jornal não é somente um agente coletivo de propaganda, mas também um organizador social” (FERREIRA, 1978, p. 88).

A historiadora Maria Helena Capelatto acrescenta a esta ideia a capacidade de o jornal mostrar os movimentos das sociedades e a expressão de suas ideias:

A leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das ideias que circulam na época. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social. Grupos se aproximam e se distanciam segundo as conveniências do momento: seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados. Os conflitos desencadeados para a efetivação dos diferentes projetos se inserem numa luta mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro. O confronto das falas, que exprimem ideias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos (CAPELATTO, 1988, p. 34).

Dessa forma, pode-se entender como a informação é concebida, criada e disseminada. No caso de um acontecimento de repercussão mundial e de sua assimilação em um ponto distante do fato, como é o caso deste estudo, é necessário observar como os veículos de imprensa da época se relacionaram ao contexto:

Os jornais dividem a cobertura do conflito mundial e de suas consequências nas relações internacionais com temas que antecedem ou se desdobram a ele: o congaçamento político para curar as feridas do impasse civil, o reatamento das relações diplomáticas com Portugal, a guerra de Canudos, o programa Murinho de recuperação financeira, a campanha civilista, o motim dos marinheiros de João Cândido (BAHIA, 1990, p. 133-134).

Embora o autor não cite no seu texto, os jornais de Santa Catarina dividiam sua atenção, além dos fatos históricos citados, com a Guerra do Contestado, que ocorria entre 1912 e 1916, na região oeste e no planalto serrano do Estado, áreas mais ao interior. Ainda na questão do jornal impresso e sua relação com os temas sociais, no dizer de Bahia:

No jornalismo é necessário considerar, primeiro, as funções da imprensa como entidade de direito privado (mais uma vez restritivamente para exprimir os meios gráficos de comunicação como jornais e revistas); e em seguida, as funções do rádio e da televisão, como entidades de direito público, desdobradas pelo advento acelerado das novas tecnologias. Em tal sentido o jornal guarda uma origem política – proselitismo ideológico, catequese partidária, meio de ação sobre os indivíduos – que concentra opinião e doutrina. Com o desenvolvimento social essa função recebe o acréscimo da notícia, que cria o seu próprio conceito de objetividade, remetendo a plano secundário a concepção opinativa (BAHIA, 1990, p. 68).

Dessa forma, a utilização da imprensa como registro histórico e sua apropriação como fonte pelo historiador constituem-se em ferramenta importante e um campo fértil de reflexões e elaboração de versões de um fato.

O jornal como fonte histórica e a sua utilização como instrumento de formação da opinião pública, pontos estratégicos deste estudo, necessitam do estabelecimento de categorias, para que os conteúdos provenientes das matérias jornalísticas, que foram agrupados, analisados e relacionados, possam ser elencados nos capítulos seguintes.

Preliminarmente, antes de expor as razões que levaram a opção por uma análise de conteúdo, é necessário mencionar duas situações: primeiro, o período estudado, em termos de imprensa, resume ao jornal escrito, pois as transmissões radiofônicas no Brasil só iniciaram ainda em termos incipientes, na década seguinte. Assim, é por meio do jornal escrito que as pessoas se informam e trocam notícias, ainda que em meio a uma sociedade composta, em sua maioria, por analfabetos.

O segundo ponto diz respeito ao fato de que se torna mais adequado aos limites deste estudo – a impossibilidade de uma abordagem da oralidade, de testemunhos, por conta da temporalidade – considerar os textos jornalísticos como principal fonte, e, portanto, a partir deles verificar em que termos a imagem alemã foi construída.

Feita esta caracterização, é importante esclarecer os motivos que levam a se optar por uma metodologia que possa contemplar as necessidades deste estudo. As opções mais adequadas são a análise de discurso e a análise de conteúdo. Cada uma delas tem seu

propósito e suas características, mas também suas semelhanças, e tanto uma quanto outra têm importância significativa para as reflexões necessárias ao conteúdo jornalístico estudado.

Em relação às diferenças, Caregnato e Mutti (2006) constroem uma explicação objetiva:

Sobre a análise de conteúdo e a teoria do discurso, referindo-se a análise de conteúdo como sinônimo da análise de texto, percebe-se “que antes de tudo a diferença entre a AD e a AC é o modo de acesso ao objeto”. A interpretação da AC poderá ser tanto quantitativa quanto qualitativa, enquanto que na AD a interpretação será somente qualitativa (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 683).

Este ponto se impõe como estratégico, pois se a diferença principal se fundamenta no acesso ao objeto, as semelhanças entre ambos são pertinentes, principalmente as ideias de Charaudeau que, ao trabalhar com a análise de discurso, ainda assim fornece subsídios que serão aproveitados para este trabalho.

Prosseguindo com a explicação das diferenças entre Análise de Conteúdo e Análise de discurso, as autoras esclarecem ainda em relação às fontes:

“A AC trabalha tradicionalmente com materiais textuais escritos”. Existem dois tipos de textos que podem ser trabalhados pela AC: os textos produzidos em pesquisa, através das transcrições de entrevista e dos protocolos de observação, e os textos já existentes, produzidos para outros fins, como textos de jornais. Na AD existe o corpus de arquivo e empírico. Quando se analisa em AD material já existente como documentos, legislação, pronunciamentos em jornal, livros e outros, referem-se ao corpus de arquivo; se o material é construído especialmente para a pesquisa, como por exemplo, através de entrevista, refere-se ao corpus empírico, experimental (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 683).

Como este estudo é embasado em conteúdo jornalístico escrito, cabe a escolha pela análise de conteúdo; todavia, a análise de discurso não pode ser de todo abandonada por conta justamente do empirismo, que precisa ser considerado quando da construção da imagem dos alemães em Santa Catarina.

Finalizando a contribuição das autoras, a diferenciação prossegue:

A maior diferença entre as duas formas de análises é que a AD trabalha com o sentido e não com o conteúdo; já a AC trabalha com o conteúdo, ou seja, com a materialidade linguística através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação. Enquanto a AD busca os efeitos de sentido relacionados ao discurso, a AC fixa-se apenas no conteúdo do texto, sem fazer relações além deste. A AD preocupa-se em compreender os sentidos que o sujeito manifesta através do seu discurso; já a AC espera compreender o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente de linguagem. Na AD, a linguagem não é transparente, mas opaca, por isso, o analista

de discurso se põe diante da opacidade da linguagem (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 684).

A partir da separação entre sentido e conteúdo, tem-se um ponto de convergência. Embora seja predominantemente uma análise de conteúdo, material este proveniente das notícias escritas, não se pode desprezar que tal conteúdo *conduz a um sentido*; portanto, é das diferenças entre uma e outra que se optou pela análise de conteúdo, mas é também pelas semelhanças que se mantêm as propriedades da análise de discurso, limitadas ao sentido que se procura dar ao conteúdo.

Assim, elegendo-se a análise de conteúdo como principal ferramenta, também é importante definir quais cientistas melhor representam essa escolha. A ideia principal nesse processo é baseada na proposição defendida por Laurence Bardin, que permite uma reflexão a respeito da construção de conteúdos nos veículos de imprensa.

A primeira abordagem vai trabalhar com essa autora e também com outros que entendem a análise de conteúdo de forma semelhante, no intuito de demonstrar como os elementos noticiados pelo jornal, os quais, basicamente, remetem-se ao povo alemão durante a guerra, precisam ser dispostos em categorias para que se torne possível capturar o discurso ideológico, contraideológico e mesmo a falta deste.

Contudo, é importante neste mesmo espaço ampliar a discussão situando a ciência histórica quando esta se serve do conteúdo jornalístico como fonte. Tal abordagem já é um assunto recorrente na metodologia histórica, mas cabe ainda trabalhar nas especificidades deste estudo. Essa discussão será o tema da segunda subdivisão desta seção.

Ainda é preciso acrescentar que, embora a análise de conteúdo seja o fio condutor deste estudo, não se pode deixar de buscar alguns elementos presentes em outras metodologias. Isto diz respeito principalmente à contribuição de Patrick Charaudeau, que embora trabalhe com a análise de discurso, fornece reflexões para complementar a abordagem.

O “fazer notícia”, embora possa parecer algo trivial, como selecionar um fato e descrevê-lo, traz na sua processualística uma série de elementos que, relacionados e executados, conduzem a determinados objetivos.

No campo histórico, tais objetivos são ainda mais viscerais, pois podem significar, em determinadas situações, o entendimento histórico de um período ou de um fenômeno. Assim, a compreensão deste processo requer o entendimento de três etapas, a saber:

- a) A geração da notícia;
- b) A exposição da matéria no veículo midiático – nesse caso, o jornal impresso;
- c) A repercussão do mesmo – a análise de conteúdo propriamente dita.

Isto posto, cabe uma exposição histórica do que consiste a análise de conteúdo, nas palavras de Bardin:

Descrever a história da análise de conteúdo e essencialmente referenciar as diligências que nos Estados Unidos marcaram o desenvolvimento de um instrumento de análise das comunicações; é seguir passo a passo, o crescimento quantitativo e a diversificação qualitativa dos estudos empíricos apoiados na utilização de uma das técnicas classificadas sob a designação genérica de análise de conteúdo; é observar *a posteriori* os aperfeiçoamentos materiais e as aplicações abusivas de uma prática que funciona há mais de meio século. Mas também é pôr em questão as suas condições de aparecimento e de extensão em diversos sectores das ciências humanas, e tentar clarificar as relações que a análise de conteúdo mantém ou não com disciplinas vizinhas pelo seu objeto ou pelos seus métodos (BARDIN, 1977, p. 13).

Assim é que a análise conteúdo, relacionada à produção de um material jornalístico, possui uma trajetória que deve ser entendida como um meio de produzir, também, a própria história.

A geração de uma matéria jornalística, assim, consiste em objeto de importante abordagem. A matéria jornalística, em certo sentido, é uma notícia. A definição de notícia, no pensar de Charaudeau, remete à seguinte ideia:

Propomos chamar “notícia” a um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo *espaço temático*, tendo um caráter de *novidade*, proveniente de uma determinada *fonte* e podendo ser diversamente tratado. Um mesmo espaço temático: significa que o acontecimento, de algum modo, é um *fato* que se inscreve num certo *domínio* do espaço público, e que pode ser reportado sob a forma de um *minirrelato*. Assim, quando um jornal expõe os títulos: “Greve”, “Energia nuclear”, “Bósnia”, “Rolling Stones no Olympia”, cada um desses títulos refere-se a lugares, fatos, atores que aparecem num determinado setor da vida social. Um caráter de novidade: isso não quer dizer que não se tenha falado antes do acontecimento, mas que é trazido um novo elemento que até então era desconhecido do público (ou que se supunha desconhecido). Aí reside toda a ambiguidade da expressão “as novas” (*the news*) há elementos de informação que podem dar origem a um novo espaço temático, mas podem também se ligar a um espaço temático já circunscrito e conhecido, como no caso de um conflito que se prolonga e do qual as mídias se ocupam cotidianamente. Uma determinada fonte: isso significa que o acontecimento é convertido em informação por uma determinada instância, e que a credibilidade dessa informação será avaliada segundo a natureza da fonte. Diversamente tratado:

isso significa que, no mesmo instante em que se dá a notícia, ela é tratada sob uma forma discursiva que consiste *grosso modo* em: *descrever* o que se passou, *reportar* reações, *analisar os fatos* (CHARAUDEAU, 2013, p. 132).

A ideia mais ampla do papel da imprensa seja ela de que natureza for (digital, escrita, radiofônica, televisiva), é fundamentada pelo conceito de Mídias, explicado por Charaudeau, quando afirma que as mídias constituem uma instância que não promulga nenhuma regra de comportamento, nenhuma norma, nenhuma sanção. Seriam ainda uma espécie de instituição que serve como meio de uma denúncia do poder. Sendo assim, de onde vem a designação de “quarto poder”? Seria porque se presta, sem querer, a uma manipulação das consciências? A explicação para isto ocorre em um raciocínio dialético, pois as mídias manipulam tanto quanto manipulam a si mesmas. Para manipular, é preciso um agente da manipulação que tenha um projeto e uma tática, mas é preciso também um manipulado. Como o manipulador não tem interesse em declarar sua intenção, é somente por meio da vítima do engodo que se pode concluir que existe uma manipulação. A questão, então, é saber quem é o manipulado, fato que, para as mídias, remete à questão de saber quem é o alvo da informação. Para quem fala ou escreve o jornalista? (CHARAUDEAU, 2013, p. 18).

Fixado o entendimento, para esta proposição de estudo, do termo notícia, é preciso um aprofundamento para o que significa trabalhar com o conceito de notícia. De fato, gerar uma matéria jornalística, uma *notícia*, é um processo, mas a sua compreensão é uma perspectiva diversa. Tal situação depreende a exposição de alguns conceitos. O primeiro é a Análise de Discurso. A primeira definição do termo chega por meio das palavras de Caregnato e Mutti (2006), que utilizam a abreviatura AD:

A AD trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido, pode-se afirmar que o *corpus* da AD é constituído pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de idéias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar. Portanto, na AD a linguagem vai para além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer. Entende-se como memória do dizer o interdiscurso, ou seja, a memória coletiva construída socialmente; o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu discurso e de ter controle sobre ele, porém não percebe estar dentro de um contínuo, porque todo o discurso já foi dito antes. Exemplificando, com o olhar da AD o enunciado “é dando que se recebe” permite uma multiplicidade de sentidos. Este pode ser pronunciado tanto por um padre franciscano, quanto por um político ou por uma prostituta, com sentidos diferentes para cada sujeito. A fonte originária deste enunciado foi o discurso religioso, permanecendo no contexto sócio histórico e ficando na memória do dizer, ou memória discursiva, e voltando em um novo contexto, de outro momento histórico,

com novas significações, perdendo o sentido religioso e popularizando-se no sentido político e vulgar (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680-681).

Tem-se aqui, portanto, que a notícia, o fato, a matéria jornalística é um ente, que possui um conteúdo, aqui expresso da análise de discurso, mas que tal elemento interessa para a Análise de Conteúdo de forma diversa, posto que nesse momento importa o sentido. Recorrendo novamente a Charaudeau, é importante uma diferenciação:

Não se deve confundir *discurso* com *texto*. É preciso considerar *texto* como o objeto que representa a materialização da encenação do ato de linguagem. O texto é o resultado singular de um processo que depende de um sujeito falante particular e de circunstâncias de produção particulares. Cada texto é, assim, atravessado por vários discursos ligados a gêneros ou a situações diferentes. Por exemplo, o gênero político poder ser entrecruzado por um *discurso didático* ou por um *discurso de humor* (CHARAUDEAU, 2001, p. 25).

Além disso, outros dois elementos trazidos à discussão por Bardin agrupam-se a esta discussão, são eles a função heurística e a função de administração da prova, os quais compõem o seguinte quadro:

- uma *função heurística*: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta. É a análise de conteúdo “para ver o que dá”.
- uma função de “*administração da prova*”. Hipóteses sob a forma de questões ou afirmações provisórias servindo de directrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de infirmação. É a análise de conteúdo “para servir de prova” (BARDIN, 1977, p. 30).

Essas duas funções, simplificadas nas expressões “para ver o que dá” e “para servir de prova”, sintetizam como se processa a análise de conteúdo, e se ajustam ao que se espera de material jornalístico.

Tal situação será possível de visualização nos capítulos posteriores, quando os jornais trazem a guerra por ambas as vias, didática e humoristicamente. Além disso, a diferenciação de Charaudeau também se materializará quando da exposição dos fatos da guerra, quando o termo *texto* se mostrará mais apropriado. Todavia, nos dois capítulos posteriores, que buscam justamente a imagem da germanidade, o *discurso* cabe como melhor definição.

Assim, temos, até o momento, uma compreensão dos termos texto, notícia e análise de conteúdo. Ainda é preciso, porém, descrever mais profundamente a processualística da linguagem envolvida. Nesse sentido, Nogueira traz uma importante síntese:

Um ato de linguagem se inicia no momento em que um sujeito motivado por um projeto de fala definido em termo de objetivos comunicacionais (factivo, “fazer fazer”, informativo, “fazer saber”; persuasivo, “fazer crer”; sedutor, “fazer prazer”) toma a iniciativa da palavra. O contrato de comunicação reserva a esse sujeito uma margem de manobra dentro da qual ele pode escolher, com uma certa liberdade, as estratégias de fala (as formas de organização do discurso) que ele julgue mais apropriadas para influenciar adequadamente os interlocutores. Esta dimensão ativa ou estratégica da acção dos sujeitos encontra, por outro lado, uma série de limitações. Em primeiro lugar, o sujeito que constrói seu projeto de fala e que seleciona suas estratégias discursivas não é um sujeito qualquer, um ser abstrato, descolado de uma realidade social determinada, mas, ao contrário, é alguém que se orienta em circunstâncias materiais específicas e que se define por uma identidade psicossocial particular. Sua intencionalidade é assim socialmente condicionada (NOGUEIRA, 2004, p. 70).

A exposição desse primeiro ponto deixa claro que há uma trajetória específica do que se considera um ato de linguagem, ou seja, há uma intenção por parte de um sujeito que, valendo-se de suas capacidades humanas, emite sua impressão a respeito de algo, e usufrui de sua condição de ser social para atingir a quem deseja com tal mensagem.

Em segundo lugar, o projeto e as estratégias de fala do sujeito são constrangidas pelo fato de se dirigirem para um outro sujeito com uma identidade e uma intencionalidade também definidas. Isso exige que, para ser eficiente no seu objetivo de influência, o ser comunicante molde seu projeto e suas estratégias ao conhecimento e às expectativas que ele tem em relação ao comportamento do outro com quem ele pretende interagir. Por último, vale lembrar que o processo é dinâmico e que, portanto, as reações do interlocutor à fala do sujeito comunicante fazem com que esse último seja obrigado a redefinir constantemente seu projeto e suas estratégias de fala. Resumidamente, pode-se dizer que o sujeito em Charaudeau encontra-se por um lado, preso a uma série de constrangimento relativos às características do contrato e às condições de sua realização. Esses constrangimentos não eliminam, no entanto, uma margem de escolha dentro da qual o sujeito pode agir estrategicamente (NOGUEIRA, 2004, p. 70).

De posse agora destas competências linguísticas e do papel destinado ao sujeito criador e emissor da mensagem, é o momento para expor os pontos essenciais da Análise de Conteúdo:

Três características fundamentais da Análise de Conteúdo: orientação fundamentalmente empírica, exploratória, vinculada a fenômenos reais e de finalidade preditiva; transparência das noções normais de conteúdo, envolvendo as ideias de mensagem, canal, comunicação e sistema; metodologia própria, que permite ao investigador programar, comunicar e avaliar um projeto de pesquisa com independência de resultados (GONÇALVES, 2016, p. 281).

A esta tríade – orientação, transparência e metodologia – é necessário somar o aspecto de cientificidade, ou seja, procurar compreender os objetivos dos estudos desenvolvidos à luz do que se convencionou chamar Análise de Conteúdo. Isso quer dizer, acima de tudo, colocar

os conhecimentos e técnicas no campo das ciências, ou ainda mostrar, por meio de uma reflexão, de que a ciência, definida a partir de um ramo específico, resultado de décadas, ou séculos de pesquisa, possa, efetivamente, dar sustentação a tudo que se propõe em termos de Análise de Conteúdo (DEUSDARÁ; ROCHA, 2005, p. 308).

Ainda sob o mesmo prisma, mas sem abdicar dos aspectos pertinentes à cientificização de qualquer elemento, os mesmos autores complementam o raciocínio anterior:

Nesse movimento entre a heterogeneidade do objeto e o rigor metodológico é que se percebe em que modelo de ciência se funda a Análise de Conteúdo: um modelo duro, rígido, de corte positivista, herdeiro, como dissemos, de um ideal preconizado pelo Iluminismo. Centra-se, sobretudo, na crença de que a “neutralidade” do método seria a garantia de obtenção de resultados mais precisos. Essa busca se caracteriza inicialmente pelo equívoco clássico de associar análise quantitativa e “objetividade”, algo que pode ser observado no grande número de estudos pautados por essa orientação. Mais que isso, há sempre um patrulhamento no sentido de não só preservar a objetividade, mas também afastar qualquer indício de “subjetividade” que possa invalidar a análise. Aproximar-se da neutralidade equivale, nesses termos, a sustentar-se como ciência. O analista seria, portanto, um detetive munido de instrumentos de precisão para atingir a significação profunda dos textos (DEUSDARÁ; ROCHA, 2005, p. 309).

Temos assim, que a Análise de Conteúdo é uma metodologia que se constrói nos aspectos próprios de uma ciência, que pressupõe diferenças entre conteúdo e sentido. É importante que essas definições não se afastem do objetivo principal, que é justamente o de poder absorver, das páginas da imprensa catarinense do início do século XX, o significado da guerra, tanto para a humanidade em si quanto para a comunidade germânica que estava localizada no estado.

A esses aspectos soma-se a observação de Bardin, no que diz respeito à relação entre a linguagem e o seu conteúdo psicológico:

Ou, por outras palavras, o que se procura estabelecer quando se realiza uma análise conscientemente ou não, é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas: (por exemplo, condutas, ideologias e atitudes). De maneira bastante metafórica, falar-se-á de um plano sincrônico ou plano horizontal, para designar o texto e a sua análise descritiva e de um plano diacrônico ou plano vertical, que reenvia para as variáveis inferidas (BARDIN, 1977, p. 41).

Assim é que os aspectos linguísticos e sociológicos se somam para dar forma e intenção ao que se escreve, se publica e, por fim, ao que se transmite.

Dessa maneira, a significação dos escritos, no bojo da análise de conteúdo, precisa contemplar duas perspectivas, que são assim explicadas:

A análise de conteúdo pode ser uma análise dos “significados” (exemplo: a análise temática), embora possa ser também uma análise dos “significantes” (análise léxica, análise dos procedimentos). Por outro lado, o tratamento descritivo constitui um primeiro tempo do procedimento, mas não é exclusivo da análise de conteúdo. Outras disciplinas que se debruçam sobre a linguagem ou sobre a informação, também são descritivas: a linguística, a semântica, a documentação. No que diz respeito às características sistemática e objectiva, sem serem específicas da análise de conteúdo, foram e continuam a ser suficientemente importantes para que se insista nelas (BARDIN, 1977, p. 34).

A contribuição de Bardin é complementada por Charaudeau, quando este trabalha com a definição da propositude do discurso:

O *propósito* é aquilo de que se fala, o que está em questão num ato de comunicação. Assim definida, esta noção é vaga, pois “aquilo de que se fala” pode incluir tudo o que corresponde ao que está em jogo nesse ato, até mesmo o que diz respeito à relação entre os dois parceiros, em qualquer nível de explicitação ou implicação. Aquilo de que se fala, na notícia de um desastre de avião, difere de acordo com as pessoas que recebem essa notícia e as circunstâncias nas quais a recebem. Para umas será a causa (acidental ou criminal), para outras serão as consequências (individuais ou políticas), para outras ainda serão os detalhes do acidente (mórbidos ou técnicos). Assim, definiremos essa noção como ligada a de “universo de discurso”, a qual se refere ao aspecto referencial da linguagem, isto é, ao movimento da linguagem que, ao mesmo tempo em que está relacionado a um ato de troca, volta-se para o mundo para recortá-lo de uma maneira mais ou menos racional através das representações languageiras e reconstruí-lo em categorias de sentido. Essa fragmentação semântica do mundo é ordenada por um ato de “tematização”. Desse modo, o mundo-objeto é construído em objeto-sentido, o *propósito*, objeto de compartilhamento do ato de comunicação (CHARAUDEAU, 2013, p. 94).

Essas aproximações entre sentido, discurso e propositude associam-se com a finalidade da imprensa, que seria basicamente a de *informar*, mas que, por vezes, pode ser entendida como *formar*, como construção de uma narrativa. A germanidade em Santa Catarina será, assim, formada e informada pelos veículos de comunicação.

Como documentos de uma versão histórica, os jornais se constituem em um objeto de uma análise documental. Portanto, cabe uma distinção entre os termos, pois em que pese ser necessário efetuar procedimentos de uma análise documental, estes não serão os únicos, como se pode comprovar pela descrição de Bardin:

- A documentação trabalha com documentos: a análise de conteúdo com mensagens (comunicação).
- A análise documental faz-se, principalmente, por classificação-indexação: a análise categorial temática é, entre outras, uma das técnicas de análise de conteúdo.

- O objectivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem; o da análise de conteúdo, é a manipulação de mensagem (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir uma sobre outra realidade que não a da mensagem (BARDIN, 1977, p. 46).

Feitas as distinções entre documento e conteúdo, do ponto de vista de suas abordagens, saliente-se que a “*análise categorial temática é, entre outras, uma das técnicas de análise de conteúdo.*” (BARDIN, 1977, p. 46). É importante que se destaque este ponto, pois a categorização das matérias permitirá a compreensão da intencionalidade dos jornais.

Alongando a discussão, análise e interpretação são assim relacionadas por Charaudeau:

Toda análise de texto nada mais é do que a análise dos “possíveis interpretativos”. No que tange à comunicação midiática, isso significa que qualquer artigo de jornal, qualquer declaração num telejornal ou num noticiário radiofônico, está carregada de efeitos possíveis, dos quais apenas uma parte – e nem sempre a mesma – corresponderá às intenções mais ou menos conscientes dos atores do organismo de informação, e uma outra – não necessariamente a mesma – corresponderá ao sentido construído por tal ou qual receptor (CHARAUDEAU, 2013, p. 28).

Após essas considerações, é preciso recorrer ainda uma vez mais a Bardin, desta feita para definir o que se entende por hipótese e no que consiste seu processo de formulação:

A formulação das hipóteses e dos objectivos – uma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar ou infirmar), recorrendo aos processos de análise. Trata-se de uma suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados seguros. *O objectivo* é a finalidade geral a que nos propomos (ou que é fornecida por uma instância exterior), o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos serão utilizados. Levantar uma hipótese é interrogarmo-nos: “será verdade que, tal como é sugerido pela análise *a priori* do problema e pelo conhecimento que dele possuo, ou, como as minhas primeiras leituras me levam a pensar, que...?” De facto, as hipóteses nem sempre são estabelecidas quando da pré-análise. Por outro lado, não é obrigatório ter-se como guia um corpus de hipóteses, para se proceder à análise. Algumas análises efectuem-se “às cegas” e sem idéias pré-concebidas. Uma ou várias técnicas são consideradas adequadas *a priori*, para fazerem “falar” o material, utilizando-se sistematicamente. Isto é o que sucede muitas vezes ao recorrermos à informática (BARDIN, 1977, p. 98.)

Essas conceituações nos permitem perceber a complexidade entre aquilo que se escreve, se publica, se selecciona, para aquilo que efetivamente será lido, compreendido e difundido pelos receptores da mensagem.

Em todo caso, a relação alvo-público deveria ser estudada em função de duas indagações: O que é compreensão? O que é motivação? *A compreensão* é um mecanismo cognitivo que depende da capacidade do sujeito em produzir inferências interpretativas através de um jogo de relação entre o que é dito e seu saber (conhecimentos, opiniões, crenças, apreciações). Ora, os saberes dos leitores não são

todos idênticos. Sendo assim, como apreendê-los, atribuí-los a grupos, em função de quais critérios e, principalmente, como pretender, para a instância midiática, que ela seja o reflexo de tais saberes? A *motivação* depende dos desejos e das necessidades psicológicas e sociais dos diferentes públicos, desejos e necessidades que são instáveis, em perpétua mudança, e que resultam da conjunção entre uma oferta, a maneira de apresentar a oferta e as próprias racionalizações e pulsões dos públicos. Nesse caso, como observá-los, medi-los, em função de que parâmetros e, sobretudo, como pretender influenciá-los ou dominá-los? A combinação das duas (compreensão e motivação) explica por que é tão difícil dominar o que acontece na instância de recepção. Por exemplo, o que acontece quando a imprensa fornece uma retificação? Em primeiro lugar, a retificação aparece sempre de maneira muito discreta num pequeno encarte perdido no meio do jornal. Em segundo lugar, e por conseguinte, não se sabe se será lida. Em terceiro lugar, que é o mais importante, o que é que a retificação retifica para o leitor? Pode-se garantir que a notícia falsa inicial não permanecerá na memória, não continuará a agir de maneira remanente, não continuará a brotar e mesmo a ampliar-se, transformando-se num rumor? (CHARAUDEAU, 2013, p. 84).

Compreensão e comunicação são termos afetos, mas que se constroem sob perspectivas até certo ponto distintas, como o próprio Charaudeau reconhece nos seguintes termos:

Se falamos de instância é porque o que preside a produção da comunicação midiática é uma entidade composta que compreende vários tipos de atores: os da direção do organismo de informação que cuidam da saúde econômica da empresa e de sua organização competitiva; os da programação, ligados aos precedentes de maneira a fazer com que as informações escolhidas tenham um certo sucesso junto ao público; os da redação das notícias e os operadores técnicos, que escolhem tratar a informação conforme sua linha editorial. Todos contribuem para fabricar uma enunciação aparentemente unitária e homogênea do discurso midiático, uma coenunciação, cuja intencionalidade significativa corresponde a um projeto comum a esses atores e do qual se pode dizer que, por ser assumida por esses atores, representa a ideologia do organismo de informação (CHARAUDEAU, 2013, p. 73).

Como última reflexão desta seção, cabe recorrer novamente aos estudos de Bardin, quando a autora reúne em quatro elementos uma proposta de metodologia para compreensão da mensagem trazida pelo texto. São estes elementos o objeto, o personagem, o acontecimento e o documento. Cada um deles será explicado pela autora e relacionado ao cenário deste estudo.

O *objecto ou referente*: trata-se de temas eixo, em redor dos quais o discurso se organiza. Por exemplo, as divisões de uma casa citadas num inquérito sobre a habitação. Ou então os “objetos de atitudes”, numa análise de imprensa política. Neste caso, recorta-se o texto em função destes temas eixo, agrupando-se à sua volta tudo o que o locutor exprime a seu respeito (BARDIN, 1977, p. 106).

Nesse ponto, o objeto se torna bastante claro. No caso de cada jornal pesquisado, há uma organização nítida para o discurso, seja ele de neutralidade, de germanismo ou de

antigermanismo. Para atingir tal objetivo, é que entram em cena os demais elementos, partindo da já citada organização.

O segundo elemento é o Personagem:

O personagem: o actor ou actuante pode ser escolhido como unidade de registo. Neste caso, o codificador indica os “personagens” (ser humano ou equivalente, tal como um animal, etc.) e no caso de uma análise categorial, as classes em função da grelha escolhida. Tal grelha é geralmente estabelecida em função das características ou atributos do personagem (traços do carácter, papel, estatuto social, familiar, idade, etc.). As obras de ficção (filmes, emissões, romances, bandas desenhadas, fotonovelas, peças de teatro) podem ser analisadas segundo os seus personagens, do mesmo modo que os artigos de imprensa, manuais escolares, etc. que e em que ocasião: com que papel? Em que situação? A unidade “personagem” pode ser combinada com outros tipos de unidade (BARDIN, 1977, p. 106).

Nesse caso, o personagem tem um aspecto coletivo, qual seja, o povo alemão, principalmente o que reside em Santa Catarina. Cada jornal expõe as características que julgam necessárias à construção da imagem que pretendem, omitindo as que não corroboram com seu discurso.

Prosseguindo com o terceiro elemento, temos o Acontecimento:

O acontecimento: no caso de relatos e de narrações, é possível que a unidade de registo pertinente, seja o acontecimento. Neste caso, o ou os relatos (filmes, lendas, contos, relatos míticos, artigos de imprensa) serão recortados em unidades de acção (BARDIN, 1977, p. 106-107).

Aqui se pode referir a duas espécies de acontecimento, a partir de sua abrangência: a guerra, fio condutor de toda a narrativa, como o acontecimento que gerencia o olhar sobre todos os outros fatos, de menor abrangência, mas que se tornam relevantes quando compreendidos com o todo.

O último elemento é o documento.

O documento: o documento ou unidade de gênero (um filme, um artigo, uma emissão, um livro, um relato), por vezes serve de unidade de registo, desde que possa ser caracterizado globalmente e no caso de análise rápida. Também é possível tomar como unidade de registo a resposta (a questão aberta) ou a entrevista, com a condição de que a ideia dominante ou principal, seja suficiente para o objetivo procurado (BARDIN, 1977, p. 107).

Da mesma forma que o acontecimento, aqui o documento precisa ser entendido tanto no contexto macro – o jornal em si, e toda a sua trajetória durante a guerra – quanto no contexto micro, ou seja, a cada matéria, artigo, opinião ou entrevista que o mesmo publicou.

Finda esta etapa, onde o objetivo maior foi o de fundamentar, de buscar uma definição adequada aos elementos que constituem a notícia e seus desdobramentos, é necessária uma nova discussão, que possa esclarecer em que termos serão elaboradas as categorias de análise e como serão conduzidas cientificamente.

Assim, inicia-se com a perspectiva de que as categorias de análise, do ponto de vista científico, são uma forma de organização e descrição do objeto de estudo, a partir de suas manifestações, impressões e compreensões. No caso de um estudo histórico, pode-se dispor dos fatos, ou, como é o caso presente, da apresentação destes fatos ao público, por meio do jornal impresso. A primeira consideração nesse sentido é como se entende a processualística das categorias.

A categorização, é um processo de tipo estruturalista e comporta duas etapas:

- o inventário: isolar os elementos
- a classificação: repartir os elementos, e portanto procurar ou impor uma certa organização às mensagens (BARDIN, 1977, p. 118).

Todavia, para a compreensão das categorias, torna-se necessário recorrer a descrições preliminares. Nesse ponto, pelo menos dois registros são pertinentes. O primeiro é em relação ao que se propõe a comunicação via imprensa e a “verdade/realidade”. Essa integração, que pode gerar até mesmo distorções, é assim compreendida:

Portanto, fica evidente que a elaboração de categorias precisa considerar o que é o fato e o que é notícia. Tal relação não se esgota, porém, nesta única vertente. O conteúdo da notícia também se constitui em ferramenta essencial:

A seleção dos acontecimentos, operada pelas mídias, impõe um certo recorte, do espaço público e uma certa configuração do acontecimento. A questão é saber quais são os critérios dessa seleção. Distinguem-se dois tipos de critérios, um externo, o outro interno. Os critérios externos estão voltados para o modo de aparição do acontecimento, sendo que este pode ser de três tipos:

- *o acontecimento surge* em sua factualidade, com um caráter de inesperado, porque não podia ser previsto pelos sistemas de expectativa da vida social. É o *acontecimento-acidente*, o exemplo tipo sendo as chamadas catástrofes naturais (tremores de terra, tsunamis, inundações, furacões etc.).
- *o acontecimento é programado* pela existência de um calendário que pontua a organização e o desenvolvimento da vida social. Trata-se, aqui, de um advento, isto é, da aparição de algo conhecido ou anunciado antecipadamente, logo, esperado, como as manifestações esportivas (campeonatos de futebol, de rúgbi etc.), culturais

(cantores num concerto, aberturas de exposições, estreias de filmes, de peças de teatro etc.) e os rituais da vida política institucional (inaugurações, festas oficiais, comemorações, eleições etc.).

• *o acontecimento é suscitado* porque é preparado e provocado por tal ou qual setor institucional – particularmente o setor do poder político – que faz pressão junto às mídias com fins estratégicos (desviar a atenção da opinião pública com relação a um problema, provocar descontentamento sobre uma medida social para fazer passar outras, revelar um escândalo para a imprensa para encobrir outro caso etc.). Coloca-se aqui um problema de manipulação na origem do acontecimento, o que põe as mídias numa posição desconfortável (CHARAUDEAU, 2013, p. 126-127).

Dessa forma, agora já é possível abordar a categorização das informações. Isto porque se tem claro a importância do que é escrito, do que não é escrito e da forma como se escreve, no sentido da verossimilhança com a realidade.

A primeira consideração a se fazer a respeito da elaboração de categorias é a essência do processo, que é didaticamente sugerida da seguinte forma:

A partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias. A categorização tem como primeiro objectivo (da mesma maneira que a análise documental), fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. Na análise quantitativa, as inferências finais são, no entanto, efectuadas a partir do material reconstruído. Supõe-se, portanto, que a decomposição – reconstrução, desempenha uma determinada função na indicação de correspondências entre as mensagens e a realidade subjacente. A análise de conteúdo assenta implicitamente na crença de que a categorização (passagem de dados brutos a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados brutos. Isto talvez seja abusar da confiança que se pode ter no bom funcionamento deste delicado instrumento. E preferível estar-se consciente do que se passa quando da efectuação de uma operação de tal modo habitual que parece anódina (BARDIN, 1977, p. 119).

Ainda para a elaboração de categorias, deve-se entender como um processo de, por meios de critérios diversos (analogia, natureza linguística, semelhança de natureza ou constituição, origem e outros), agrupar esses dados de modo a poder produzir uma reflexão analítica sobre os mesmos. De acordo com Moraes, as categorias devem prever na sua elaboração os seguintes elementos:

A categorização é sem dúvida, uma das etapas mais criativas da análise de conteúdo. Entretanto, seja com categorias definidas a priori, seja com uma categorização a partir dos dados, o estabelecimento de categorias necessita obedecer a um conjunto de critérios. As categorias devem ser *válidas, exaustivas e homogêneas*. A classificação de qualquer elemento do conteúdo deve ser *mutuamente exclusiva*. Finalmente uma classificação deve ser *consistente*. Mesmo admitindo diferenças na aplicação e interpretação destes critérios, é importante discuti-los e compreendê-los. O eventual não atendimento a algum deles numa pesquisa deve ser justificado adequadamente (MORAES, 1994).

O primeiro elemento, a validade, como o próprio nome sugere, precisa de confiabilidade. Esta é atingida, conforme a descrição no quadro a seguir, nos itens pertinência e fidelidade. Já a exaustividade, a homogeneidade e a consistência estão dispostos nos demais itens, cuja compilação, realizada por Marques e Urquiza, é resultado dos estudos de Bardin:

Quadro 1 – Critérios de qualidade de escolha das boas categorias por Bardin

Critério de Qualidade	Descrição
A exclusão mútua	Ser classificada em apenas uma categoria. Não existir ambiguidades no momento do cálculo (multicodificação).
A pertinência	A categoria é pertinente quando está adaptada ao material escolhido e quando pertence ao quadro teórico definido.
A objetividade e a fidelidade	O organizador da análise deve definir claramente as variáveis que trata, assim como deve precisar os índices que determinam a entrada de um elemento numa categoria.
A produtividade	Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos.

Fonte: Marques e Urquiza (2016, p. 124).

É necessário reforçar um ponto, a questão da mútua exclusão. Isto porque a divisão em categorias precisa fixar o que pertence a cada uma, sob pena de omitir ou confundir as informações.

É absolutamente necessária a própria existência de regras (regras para inclusão de cada conteúdo em cada categoria). A ausência desta regra leva ao problema de informações de inclusão/exclusão incompletas ou insuficientes. Às vezes estas regras existem, mas são dúbias, o que gera erros de classificação e interpretação dos dados (CARLOMAGNO; ROCHA, 2016, p. 178).

Na sequência, as categorias pertinentes para a apreensão das intenções jornalísticas catarinenses em relação à Primeira Guerra Mundial.

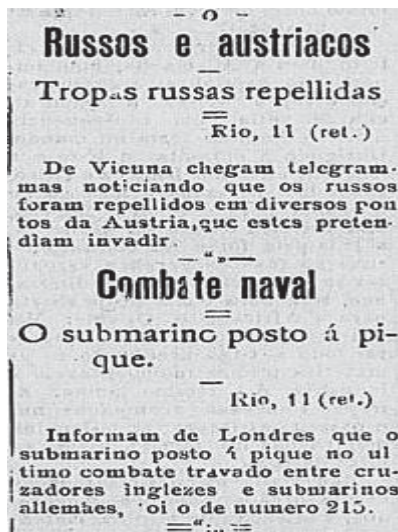
1.2.1 Os Fatos da Guerra – a categoria restrita ao acontecido

A primeira categoria para a análise do discurso jornalístico é a forma como foram noticiados os fatos que ocorreram durante a guerra. O fato, quando noticiado, pode vir acolhido de uma interpretação a seu respeito. Nesse ponto, tal interpretação não é objeto de interesse, pois será abordada em outra categoria.

A exposição de um fato pode ser feita, *grosso modo*, de três formas. A primeira, que seria a mais imediata, é relatar o acontecido, com detalhes e informações, mas sem pretender criar um juízo de valor sobre este determinado fato.

Os exemplos mais comuns desta forma de se noticiar são as curtas notas da guerra, utilizadas principalmente pelos jornais *O Dia* e *O Estado*, como a que se apresenta na figura:

Figura 4 – Notas da Guerra



Fonte: O Dia (1914, p. 2).

Justamente por serem notas curtas, elas têm somente a informação e não trazem nenhuma tentativa de criar uma versão a partir dessa exposição.

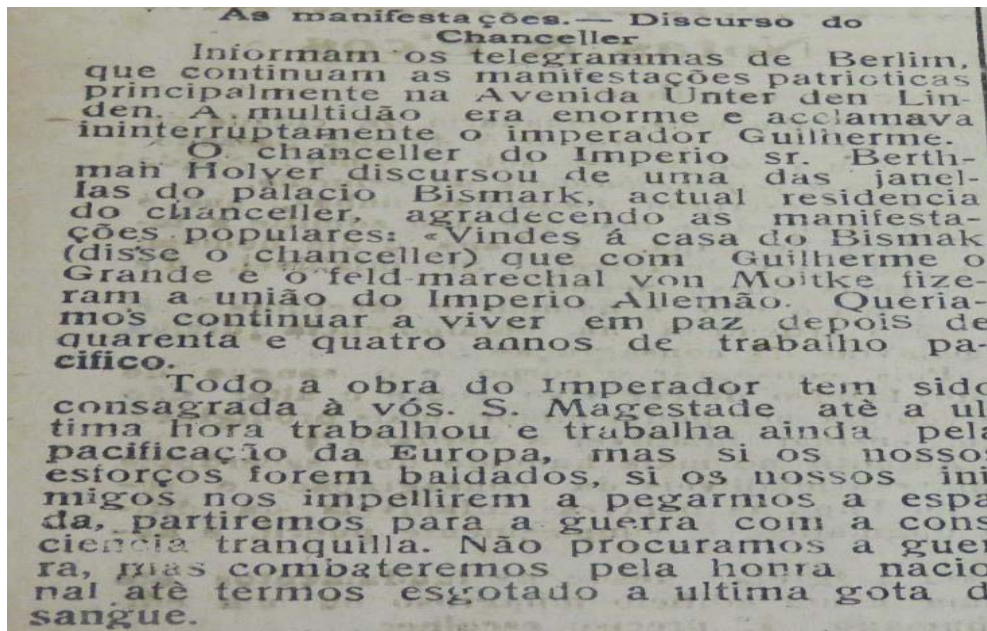
Uma segunda forma seria relatar o fato, mas colocando no texto as possíveis interpretações para o mesmo, seja as duas versões possíveis, ou, se for o caso, *todas* as versões possíveis para o fenômeno, sem, contudo, criar um posicionamento, isto é, o leitor é quem escolhe qual das versões faz mais sentido ao seu entendimento.

Nesse caso, em nenhuma das edições dos jornais pesquisados foi possível perceber uma matéria elaborada com tais características.

E ainda uma terceira possibilidade seria a de relatar o fato, criando ao mesmo tempo uma posição a respeito. Isso pode ser feito pela ampliação dos detalhes, ou pela omissão de alguns que dificultam o sentido que se pretende dar; ou, ainda, pela junção da opinião de alguma autoridade do assunto, opinião que precisa ser cuidadosamente recolhida, de modo a não contradizer a versão pretendida.

Nesse caso, pode ser usado como exemplo o jornal *A Época*. A partir do segundo semestre de 1914, depois dos primeiros movimentos da guerra na Europa, começaram as notícias. O primeiro registro da guerra, na data de 08 de agosto, onde o discurso do chanceler alemão é publicado:

Figura 5 – Discurso do Chanceler Alemão



Fonte: *A Época* (1914, p. 2).

A partir desta notícia, tem-se uma boa impressão de que o jornal pretende mostrar ao seu público que os alemães não são os provocadores da guerra, a julgar pelas palavras do chanceler. Não há qualquer crítica às suas palavras, o que autoriza a pensar que este era o pensamento do jornal, ao menos naquele momento. Para salvaguardar sua idoneidade, o jornal publica na mesma edição uma pequena nota, informando que as informações que recebe da guerra são via telegramas e que estes sofrem forte censura na Europa, e que, portanto, o leitor precisa considerar se tais informações são críveis ou não.

No primeiro caso, a imprensa – o jornal escrito, para os desejos deste estudo – cumpre apenas um papel, o de informar, trazer o acontecido ao conhecimento de quem o lê. No segundo caso, continua a proposta de informar, mas isto é feito de uma forma mais abrangente, permitindo a exposição de cada ponto de vista em questão; assim, o leitor fica mais próximo de uma compreensão equilibrada do fato. E finalmente, no terceiro caso, há uma intenção clara de, a partir da notícia em si, criar uma narrativa que atenda aos objetivos do jornal ao divulgar o fato.

Conseqüentemente, a primeira categoria criada para a análise dos conteúdos dos jornais consiste na seleção das matérias que se atêm aos fatos da guerra. Nesse conjunto estão as descrições das batalhas em terra, ocupações de cidades e outras áreas, movimento de tropas, afundamento de navios, combates marítimos e outros momentos da guerra.

Publicar os fatos da guerra, tal qual mostrado na figura anterior, pode parecer corriqueiro, ou seja, não seria esta mesma a função do jornal? Porém, nesse raciocínio há duas dimensões a se considerar: *o que* publicar e *como* publicar. Posto que é um fato, haveria uma grande comodidade em se aceitá-lo como tal. É um fato, e isto basta em si mesmo, o que o jornal poderia fazer diante do acontecido?

Na verdade, expor um fato implica considerar alguns pontos, que são trazidos à discussão por Charaudeau. Primeiramente, como este fato é descrito e percebido por aqueles que o leem. O autor, ao discorrer sobre os saberes do conhecimento, aponta três categorias: a existencial, a evenemencial e a explicativa. Destas, interessa neste momento a segunda, cuja definição ocorre nos seguintes termos:

- *evenemencial*: a percepção mental é determinada pela descrição do que ocorre ou ocorreu, isto é, do que modifica o estado do mundo (dos seres, de suas qualidades, dos processos nos quais estão implicados). Essa descrição só pode ser feita sob o modo da maior ou menor verossimilhança, dependendo do consenso que pode estabelecer-se, no interior de uma comunidade social, sobre a maneira de compartilhar a experiência do mundo e representá-la. Quando esse tipo de percepção e de descrição se inscreve numa enunciação informativa, serve para fazer ver ou imaginar (através de uma reconstituição) o que se passa ou se passou, chamando a atenção ora para o próprio processo da ação (um acidente, um bombardeio, a assinatura de um ato de paz), ora para uma declaração (entrevista coletiva, discursos oficiais, trecho de entrevista), ora para a identificação dos atores implicados (o agente, as vítimas ou beneficiários, os aliados ou oponentes), ora para as circunstâncias materiais (no espaço e/ou no tempo) (CHARAUDEAU, 2013, p. 45).

O autor chama a atenção para a verossimilhança, apontando que esta pode ocorrer em maior ou menor grau. Na mesma definição, é possível perceber que o fato e a declaração do fato tomam rumos distintos. Isto será referido posteriormente, na discussão das outras categorias. Por ora, tem-se como objetivo fixar a relação entre a descrição do fato e a sua percepção, baseada na verossimilhança.

Charaudeau contribui ainda, dentro do contexto da verossimilhança, com o aprofundamento da significação do verdadeiro/falso, a partir da seguinte reflexão:

A visada de informação consiste em fazer saber ao cidadão o que aconteceu ou o que está acontecendo no mundo da vida social. A instância midiática tenta realizar essa visada através de dois tipos de atividade linguageira: a *descrição-narração*, para

reportar os fatos do mundo; e a *explicação*, para esclarecer o destinatário da informação sobre as causas e as consequências do surgimento desses fatos. Num e noutro caso, embora de maneiras diferentes, coloca-se um problema de relação com a verdade. Tratar da verdade não é uma tarefa simples. O ponto de vista exposto aqui não será filosófico, mas linguístico, pois liga de maneira intrínseca a problemática do verdadeiro e do falso à linguagem, numa perspectiva construtivista. O verdadeiro e o falso como noções remetendo a uma realidade ontológica não pertencem a uma problemática linguística. Entretanto, acham-se no domínio linguístico noções como as de *significar o verdadeiro* ou *significar o falso*, isto é, produzir um valor de verdadeiro ou de falso por meio do discurso. A verdade, sob esse ponto de vista, avalia-se através de um dizer, logo, é uma questão que pode ser tratada segundo determinadas oposições: o verdadeiro seria dizer o que é *exato*/o falso seria dizer o *erro*/o verdadeiro seria dizer *o que aconteceu*/o falso seria inventar *o que não aconteceu*; o verdadeiro seria dizer *a intenção oculta* o falso seria *mascarar a intenção* (mentira ou segredo); enfim, o verdadeiro seria fornecer *a prova* das explicações/o falso seria fornecer explicações *sem prova* (CHARAUDEAU, 2013, p. 87-88).

Na publicação dos fatos da guerra, há uma facilitação nas questões do verdadeiro e do falso. O fato ocorreu e, portanto, é verdadeiro. Isto encerra, por ora, a dimensão *o que* publicar. Mas ainda é preciso discutir *como* publicar.

De modo geral, as notícias em um jornal recorrem a dois elementos: o texto e a imagem. O mais utilizado e poder-se-ia dizer, quase que imprescindível, é o recurso textual. A utilização de uma linguagem textual e de suas implicações é tratada por Bardin da seguinte forma:

Quanto ao vocabulário, pode-se enumerar num texto:

- O número total de palavras presentes ou “ocorrências”
- O número total de palavras diferentes ou “vocábulos”; estes vocábulos representam o vocabulário (ou repertório léxico, campo lexical) que o autor do texto utiliza;
- A relação ocorrências/vocábulos, ou “O/V”, dá conta da riqueza (ou da pobreza) do vocabulário utilizado pelo autor da mensagem, visto que indica o número médio de repetições por vocábulo no texto.

Podem classificar-se as unidades de vocabulário segundo a distinção entre:

- Palavras plenas, isto é, palavras “portadoras de sentidos: substantivos, adjetivos, verbos”;
- Palavras instrumento, isto é, palavras funcionais de ligação: artigos, preposições, pronomes, advérbios, conjunções, etc. Também é possível estudar o modo (ou tempos) dos verbos presentes no texto, se previrmos que isso possa ser significativo. Enfim, a análise qualitativa das unidades de vocabulário por ordenação frequencial segundo o sentido, pode fornecer informações. Da mesma maneira, certos aspectos sintáticos, organização da frase, por exemplo, são susceptíveis de ser reveladores das características de um discurso, ou podem fornecer a confirmação de certas hipóteses formuladas (BARDIN, 1977, p. 82).

De onde se conclui que o uso dos termos, bem como sua repetição, pode resultar na condução de uma intencionalidade para com o texto.

Como publicar um fato? Pode-se simplesmente descrever o acontecido, com ou sem riqueza de detalhes. Exemplos disso já foram explicados anteriormente.

Outra forma pode ser a escolha das informações que melhor representem o conteúdo do fato. Ao se fazer isto, corre-se o risco de criar para esse fato uma versão, pois a natureza dos componentes da notícia pode induzir o leitor a uma conclusão. Se houver mais de uma possível, tem-se uma criação de narrativa.

Pode-se perceber melhor pelo quadro a seguir, no qual são caracterizadas as diferenças entre fato e versão de um fato.

Quadro 2 – Os fatos e a proposição realística

Fatos e suas definições		
Nível de Referência		
Realidade	Proposição sobre a Realidade	
Perspectiva ontológica	Perspectiva epistemológica	Perspectiva comunicativa
Dados crus.	Proposição verdadeira.	Tipo de ato da fala ou declaração, ao qual o processo de argumentação não se aplica.
Recorte da realidade. Perspectiva de um evento. Objeto de uma proposição.	Proposição considerada verdadeira.	Oposto de juízo de valor.

Fonte: Adaptado de Sponholz (2009, p. 61).

A perspectiva comunicativa, que aqui se remete ao juízo de valor, na sua concordância ou oposição, ilustra o que significa a maneira de expor um fato.

Assim, a primeira categorização do conteúdo jornalístico deste estudo pode ser resumida pelos seguintes pontos:

- a) Seleção de fatos relacionados à primeira guerra mundial, notadamente aqueles que se referem à guerra naval, submarina e ao torpedeamento dos navios brasileiros, que impactam diretamente na formação da opinião pública;
- b) Tratamento dessas notícias na perspectiva do significado da sua publicação, ou, dito de outra forma, na sua contribuição para a construção ou desconstrução do germanidade em Santa Catarina.

1.2.2 A Guerra de Informações – categoria da seleção ideológica

A segunda categoria, chamada de Guerra de Informações, procura contrapor a notícia veiculada por cada jornal, de duas formas: a oposição frontal do noticiado, por dois ou mais jornais; ou a oposição do contexto do fato, procurando demonstrar a intenção da narrativa.

Essa abordagem é necessária porque não basta apenas mencionar determinado fato em alguma página do jornal. Variáveis, como o tamanho do espaço dedicado ao fato, o tamanho das letras, o uso de caracteres itálicos, sublinhados, em negrito, a extensão do texto, o uso de imagens, a localização da matéria (em qual seção, se está na primeira página, por exemplo) são evidências da importância que o veículo confere ao que está noticiando.

Dessa forma, o mesmo fato, ou fatos semelhantes, podem ter significados diferentes para cada periódico.

Embora possa parecer um fenômeno de solução simples, esta ambiguidade é na verdade complexa, posto que, para abranger a sua profundidade, é preciso recorrer a vários referenciais. A primeira contribuição neste sentido é proveniente da filosofia da linguagem:

A concepção ideacional insiste que o significado de uma expressão reside na ideia ou conceito que o falante possui ao utilizá-la em seu discurso [...]. Ela tem a vantagem de lidar com uma noção primitivamente intencional de significação das expressões em geral, isto é, ela também está relacionada com as intuições do falante que utiliza as expressões de uma língua (DUTRA, 2014, p. 77-78).

Ou seja, a materialização de uma ideia em palavras precisa considerar também a linguagem, as expressões e, por conseguinte, as intenções. A intencionalidade pode ser entendida, também, pela compreensão do termo “subentendido”, pois o uso deste elemento se torna esclarecedor, a partir de exemplos, da forma como conduzir a notícia. A seguir, um exemplo:

Uma primeira característica do subentendido é sua dependência em relação ao contexto, sua instabilidade. Dizendo ao gerente de um hotel: *Esta manhã o café estava quente*, dá-se a entender que estava frio nos dias anteriores. Mas é impossível formular uma regra: “Ao empregar um enunciado da forma *No momento t, o objeto A tem a propriedade P*, sempre se dá a entender que A tem a propriedade P somente nesse momento.” Pois o enunciado precedente pode muito bem ser empregado pelo próprio gerente, prestes a anunciar que no dia seguinte, em consequência de uma falha do abastecimento de gás, não poderá, excepcionalmente, servir café quente. Por outro lado, pode-se facilmente imaginar um hóspede que, depois de um dia passado no hotel, enumera suas críticas: “Esta manhã o café estava frio; na hora do almoço, a carne estava dura.” Eis uma das razões pelas quais reservamos ao componente retórico, que conhece os contextos, o cálculo dos subentendidos [...]. Existe sempre, para qualquer enunciado, um “sentido literal” do qual os seus

subentendidos eventuais ficam excluídos. Estes aparecem por tanto como acrescidos. Em numerosos empregos, o enunciado *A situação já não está excelente* faz pensar que ela é decididamente ruim. Mas um locutor que tivesse pronunciada essa frase e se visse acusado de derrotismo, poderia sempre entrincheirar-se atrás ao sentido literal de suas palavras “Não foi isso que eu disse”), alegar que se põem em sua boca palavras que ele não disse, e deixar ao ouvinte a responsabilidade da interpretação. O subentendido tem, assim, a particularidade – e a inevitável vantagem – de poder sempre ser retratado (DUCROT, 1972, p. 142-143).

À medida que se alcança o entendimento do poder das palavras, do jogo de sentidos, e da finalidade que se pretende, surge mais um elemento: a ideologia, ou, mais simplesmente, as vinculações para a ideia que se pretende lançar ao público:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc, não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante) mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões, e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir esta tese dizendo: *as palavras, expressões, proposições, etc, mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido de referência a essas posições, isto é, em referência às *formações ideológicas* nas quais essas posições se inscrevem (PECHEUX, 1995, p. 160).

Com estas referências, agora já é possível finalizar o conceito, com a última contribuição teórica, a da ambiguidade.

A ambiguidade lexical [...]; o duplo sentido se realiza a partir da unidade lexical; este tipo de ambiguidade se manifesta de duas maneiras: por Homonímia e por Polissemia. A homonímia se caracteriza por não apresentar uma ligação no sentido da palavra ambígua; encontram-se palavras denominadas de homógrafas que apesar de possuírem a mesma ortografia e fonema geram sentidos distintos, [...]; e as denominadas homófonas que possuem escrita e sentido distintos, mas reproduzem o mesmo som [...]. A ambiguidade sintática, que se desenvolve a partir da estrutura, não exige identificar as palavras ambíguas na sentença, mas sim, os sentidos distintos que podem ser gerados pela estrutura. [...] A ambiguidade de escopo, tipo que também tem a ambiguidade desenvolvida a partir da estrutura da sentença, mas diferente da sintática, a ambiguidade de escopo se dá por sua estrutura semântica, logo o foco da ambiguidade não se encontra em um item lexical (SÁ; GUIRALDELLI, 2014, p. 92-93).

A partir das contribuições da análise de conteúdo, a distinção entre notícia e o que se pretende com ela pode ser aplicada aos casos concretos, com a consciência de que, nesse caso, o discurso é via palavra escrita. O jornal, no início do século XX, era a única forma de imprensa regular que existia.

No caso da Primeira Guerra Mundial e dos jornais catarinenses da época, a exposição dos fatos obedeceu aos ordenamentos ideológicos, ou, dependendo do período e do veículo, a

uma não preocupação nesse sentido. Assim, os jornais identificados com a causa germânica procuraram mostrar que a guerra era uma estratégia antiga, utilizada para resolução de problemas entre as nações, e que a Alemanha apenas defendia seus interesses. Para corroborar essa versão, foram resgatadas antigas rivalidades, provocações passadas, exemplos que envolviam os adversários que agiram da mesma forma, mas se evitava citar os fatos bélicos primeiros, pois sabidamente estes movimentos foram dos exércitos alemães.

Exatamente este cenário é que foi explorado pelos jornais contrários ao germanismo. Principalmente a invasão e a ocupação da Bélgica, considerada por estes veículos como um ato de barbarismo, por se tratar de uma nação neutra e com poucas possibilidades de defesa perante a força do exército alemão. Contudo, essa mesma força germânica era relativizada, pois não se poderia argumentar sobre o poderio militar alemão em demasia. O preço disto seria criar um cenário desfavorável a uma possível vitória aliada.

A reação da Alemanha para os efeitos da invasão belga é assim explicada por Arouca (2016):

Com invasão da Bélgica, a opinião dos países neutros rapidamente se cristalizou contra a Alemanha. Uma de suas primeiras medidas foi enviar a esses países sua versão das causas da guerra e as intenções hostis dos inimigos, numa tentativa de explicar e justificar sua posição. Para barrar a propaganda alemã, a Grã-Bretanha cortou os cabos submarinos que ligavam a Alemanha e a América, para que, com exceção de relatórios *wireless*, qualquer informação devesse passar por Londres. Outra medida alemã foi adquirir o controle de jornais neutros ou lançar novos no mercado. Embora tenha havido o esforço de supervisionar tanto as informações em países neutros, quanto aliados e inimigos, a propaganda alemã teve a característica de ser desordenada e exagerada. Na tentativa de conquistar e controlar opiniões neutras a seu favor, dava uma exagerada impressão de sucesso militar que chegava a impressionar, correndo o risco até intimidar, em vez de persuadir a população (AROUCA, 2016, p. 53).

Essa seleção de conteúdos e formas para se criar uma narrativa factual é assim explicada por Brandão (1994, p. 37), que afirma ser o discurso uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza, onde se canalizam os aspectos da existência material das ideologias. A análise da ideologia com o discurso, assim, compreende dois aspectos: a formação ideológica e a formação discursiva.

A alocação da ideia, portanto, o elemento fundamental dessa categoria, depende da sua relação com o discurso, no qual a palavra e a construção do texto remetem àquilo que se tem como objetivo para o público-alvo: a construção da narrativa desejada.

A utilização, como exemplo, de uma matéria sobre o fim da guerra, pode ilustrar melhor essa situação:

Em novembro de 1918, a edição do dia 11 traz a matéria *Fim da Guerra*, com diversos fatos a respeito, que será reproduzida aqui:

Rio, 12 – A cidade vibra de delirante entusiasmo pela assignatura do armistício com a Allemanha. As ruas estão engalanadas, ostentando inúmeras bandeiras de todas as nações. Bandas de música militares percorrem ruas e avenidas. Foram organizados corso de automóveis, batalhas de confetti, meetings. Os jornaes publicam entusiasticos artigos saudando o marechal Foch, o grande gênio militar que salvou a Civilização da selvageria allemã. A imprensa accentua o valor dos alliados e dos generaes nesta guerra sem igual na história dos povos.

Rio, 12 – Aberta a sessão da Câmara dos Deputados, o dr. João V. de Abreu, seu presidente, leu a mensagem do governo, comunicando a assignatura do armistício com a Allemanha. Todos os deputados ouviram de pé a leitura de tão notável documento. Em seguida o deputado Vespúcio de Abreu pronunciou eloquente discurso, salientando o glorioso feito em que se immortalizaram Foch e tantos outros generaes das nações alliadas. O deputado Alberto Sarmento proferiu após um vibrante discurso, terminando por apresentar uma moção de congratulações á Nação Brasileira, aos poderes constituídos, aos governos estaduaes e municipaes, aos paizes alliados, ao commando superior das forças alliadas. O orador também prestou commovida homenagem aos mortos na guerra e terminou requerendo que fossa suspensa a sessão. O orador foi muito applaudido. Das galerias, que estavam repletas, partiu uma entusiasthica ovação á victória dos alliados. Na tribuna dos diplomatas estava o dr. Domício da Gama, futuro ministro do Exterior, que ouviu de pé a mensagem do governo.

Rio, 12 – Na sessão do Senado, orou o senador Fernando Mendes sobre a assignatura do armistício, tecendo os maiores louvores á acção dos vencedores.

Rio, 12 – Apesar de adoentado, Ruy Barbosa, o genial defensor da causa dos alliados, compareceu ao Senado, produzindo um notável discurso, que foi um vibrantíssimo hyrnno á gloria dos vencedores. Numa peroração brilhantíssima, Ruy Barbosa fez uma apotheose aos paizes alliados, terminando por pedir ao Senado idênticas demonstrações ás da Câmara. O Senado estava repleto. As galerias fizeram ao glorioso brasileiro uma ovação que foi uma verdadeira consagração á sua palavra inspirada (A ÉPOCA, 1918, p. 1).

Composta por várias notas, a maioria de caráter protocolar, é possível perceber que, mesmo em meio a uma notícia que deveria alegrar a todos que viviam no Brasil, ou seja, o fim das hostilidades, existem pontos de pressão ideológica, como na primeira nota, a homenagem ao General Foch, que “salvou o mundo da selvageria alemã”. São esses detalhes que formam o cenário de construção de uma mensagem.

1.2.3 Os alemães em Santa Catarina – Categoria da Repercussão Local

A terceira e última categoria construída para a análise dos materiais jornalísticos chama-se “Os alemães em Santa Catarina”, e pretende ser um espaço para a repercussão do conteúdo local, no sentido da construção da imagem dos alemães em Santa Catarina, durante

o período da Primeira Guerra Mundial. Essa categoria obedece a alguns aspectos preliminares, cuja definição é importante nesse momento.

Em virtude da presença significativa de alemães e seus descendentes no sul do Brasil e no Estado de Santa Catarina e, além disso, de sua inserção representar um impacto econômico e social relevante, determinou-se que os jornais adotassem certos cuidados ao abordar a participação da Alemanha na guerra; contudo, cada periódico procurou agir dentro das suas prerrogativas de interesse no conflito.

Os alemães em Santa Catarina já foram estudados por diversas metodologias e correntes historiográficas. Considerando os limites deste estudo, a ideia é mostrar que em Santa Catarina houve uma reprodução da corrente germânica, que ocorria em nível nacional e que se manifestava no sentido de o Brasil aproximar-se da Alemanha, alegando as vantagens que iria obter.

Dessa forma, essa categoria vai trabalhar com o conceito de criação de uma imagem a partir do recurso textual, ou ainda, do discurso propriamente dito, quando o jornal publica as falas de lideranças políticas ou institucionais. Neste sentido, duas observações são importantes: primeiro, os alemães não constituem um grupo homogêneo, seja em suas opiniões pessoais, seja no que tange à sua inserção em um local estrangeiro. Segundo, a imagem capturada pelo conteúdo jornalístico é também diversa, pois não há uma única corrente ideológica entre os periódicos.

A primeira manifestação dos aspectos da análise do discurso para compreender-se esta categoria é o processo deflagrado a partir da leitura de um texto. Esse processo pode ser mais bem descrito nas seguintes palavras:

As pessoas, quando leem um texto, não apenas constroem uma representação deste texto. Tal representação textual é importante para dar conta do fato de que os usuários da língua são capazes de reproduzir parte do que efetivamente foi dito (antes) em um texto, incluindo (às vezes) sintaxe específica, expressões lexicais e sentidos expressos. Ao mesmo tempo, contudo, os usuários da língua também tentam “imaginar” do que trata o texto, por exemplo, as coisas, pessoas, atos, eventos, ou estados de coisas a que o texto ou o falante se referem. Um modelo de situação é a noção cognitiva que dá conta deste tipo de “imaginação” em que os usuários da língua se empenham quando compreendem o discurso (DIJK, 2000, p. 160-161).

Os elementos cognitivos, presentes em um texto, são desencadeados organicamente quando o sujeito toma posse da informação. Assim, aos poucos, vai se construindo uma ideia,

um conceito, uma imagem do objeto que se deseja. Portanto, além da própria constatação desses elementos, há outra reflexão, que considera a simbologia, ou signo, que deve também ser acrescentada:

Assim, o signo é um ícone quando se refere ao objeto que esse signo denota pelos caracteres do próprio signo, quer o objeto exista ou não. Uma coisa é ícone de outra quando houver uma semelhança e essa outra coisa for utilizada como signo. É como se algo pudesse ser substituído por outro que com ele se assemelhe. Uma imagem de algo ou um diagrama podem ser icônicos. Pelo ícone, uma idéia pode ser diretamente comunicada. Observando-se um ícone, outras verdades podem ser descobertas além das que determinam sua construção. A partir de duas fotografias, pode-se desenhar um mapa. Quando há uma conexão física entre a pessoa e sua fotografia, tem-se um ícone. Idem no caso de um desenho de uma estátua, no caso de fórmulas algébricas, de construções arquitetônicas, de peças de decoração etc. O SÍMBOLO é um signo que se refere ao objeto que denota devido a uma “lei”, a uma regra de leitura, a uma associação de idéias que leva o símbolo a ser interpretado como referindo àquele objeto. O símbolo se constitui como signo por ser usado e compreendido como tal, por hábito ou convenção (ARAÚJO, 2000, p. 50).

A mesma autora prossegue no desenvolvimento desse tema, acrescentando a ligação do símbolo com o discurso e a sua conseqüente internalização em nível de indivíduo:

Não há símbolo sem interpretante, pois qualquer elocução de um discurso significa apenas pela compreensão dessa significação. O símbolo pode ser constituído por um índice, como quando alguém diz: “Lá está um balão” e aponta para ele. O gesto funciona como indicador. Mas se alguém explica que balão é algo como um círculo, a imagem cria neste caso, um símbolo, e não um índice. Um signo genuíno é um signo translacional ou símbolo, pois, como dissemos, depende de um interpretante para ser compreendido. Toda emissão discursiva é um signo genuíno [...]. Assim, todo signo determina um interpretante, que é também um signo. Em suma, um signo, ou *representamen*, é aquilo que sob certo aspecto ou modo representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez mais desenvolvido. O *representamen* é uma regra que determina seu interpretante, como palavras, frases, livros e signos convencionais que são símbolos. O que escrevemos ou pronunciamos não passa de réplicas, pois a palavra em si não tem existência, ou melhor seu ser consiste em que os falantes a ela se conformem [...]. Assim, o signo, ou *representamen*, está ligado ao fundamento, ao objeto e ao interpretante. Quando se enfoca o que é verdadeiro quanto ao *representamen* usado de modo a incorporar um signo, trata-se do terreno da gramática pura. Quando se pergunta pelo que é necessário para que os signos possam aplicar-se a qualquer objeto, e possam ser verdadeiros, tem-se a lógica. Na retórica, estuda-se como um signo acarreta outro (ARAÚJO, 2000, p. 50-51).

Assim, temos que o símbolo, nesse caso, a figura do alemão, principalmente o alemão catarinense, inserido no cenário da guerra, está sensível ao que acontece no outro lado do oceano, ainda que não possa ser responsabilizado pelo fato. Acrescente-se a isto outro elemento, importante no período do conflito, que é o componente religioso:

o catolicismo, enquanto elemento constituinte da cultura brasileira, foi empregado como instrumento no reforço de uma nacionalidade, um elemento afirmativo de

contraposição a um inimigo (real ou não, é um detalhe para outro artigo) naquele contexto histórico. A proximidade do Brasil com o conflito mundial propiciou uma valorização dos sentimentos patrióticos, sendo que houve o intuito de explorar a cultura católica brasileira como um fator de coesão (BONOW, 2011b, p. 150).

A eclosão da primeira guerra mundial permitiu que no Brasil se aflorassem sentimentos de proximidade ou de afastamento dos alemães. Isto porque aqueles que tinham interesses, negócios, ou mesmo simpatia pelas ideias e posturas germânicas percebiam que, em caso de uma Alemanha vencedora, estar ao lado destes seria, certamente, uma posição vantajosa. No entendimento de uma guerra rápida, essa perspectiva se mostrava bastante realista. Contudo, à medida que o conflito vai se alongando, e o número de nações contrárias à Alemanha aumenta, a certeza de vitória resta comprometida. Consequentemente, nos últimos anos do conflito essa posição tende a se suavizar.

Por outro lado, entre os que contestavam as razões da Alemanha no conflito, e que não viam com simpatia seus representantes em território nacional, argumentavam que não haveria meios de a Alemanha sustentar sozinha o custo da guerra, que terminaria por favorecer aos aliados. E acrescentavam a isto o histórico de aproximação do Brasil com os Estados Unidos, com a Inglaterra e com a França, que seria muito maior e mais efetivo do que àquele com os alemães.

Desta forma, política e religiosamente, cada um dos lados procurou usar de seus artifícios para defender o seu ponto de vista e influenciar aqueles que liam seus conteúdos. A imagem alemã em Santa Catarina no período precisa ser entendida nesse sentido, por mais que possam haver argumentos de que muitos alemães não se reportavam quanto ao conflito, procurando defender e preservar seus interesses no estado, ao invés de tomar partido em discussões ideológicas.

Finalizando a exposição das categorias, resta descrever de onde provém as informações que vão abastecer essas discussões.

1.3 OS ATORES PRINCIPAIS: JORNAIS CATARINENSES

Para os objetivos deste estudo, a imprensa surge como fonte principal de informação e reflexão. No início do século, os jornais exerciam papel preponderante em relação à comunicação, pelo fato de ser o único veículo regular de propagação de notícias, na

perspectiva de informações mais recentes, já que as revistas tinham temáticas específicas e periodicidade mais longa.

A imprensa escrita no Brasil da época, por conseguinte, era variada e representada por milhares de periódicos. São constantes as referências na historiografia, do papel da imprensa na campanha da maioria de D. Pedro II, no movimento a favor e contra a abolição, na Guerra do Paraguai, enfim, em todos os momentos mais exaltados pela sociedade.

Segundo Martins e Lucca (2008), uma importante característica da nascente imprensa brasileira é a utilização do jornal para fins políticos e ideológicos.

Uma radiografia rápida da imprensa brasileira desde suas primeiras publicações evidencia as raízes políticas da atividade jornalística; constituíram-se sempre a partir de grupos de interesse que viam na imprensa um meio de propagação de suas ideias e aspirações. Juntamente com as publicações oficiais, nasciam as folhas de oposição nas pequenas cidades, na capital da província ou na própria Corte. Do núcleo original de oposição saíam outros grupos, multiplicando-se as tendências e aumentando o número de impressos lançados fundamentalmente como instrumento de luta política (MARTINS; LUCA, 2008, p. 71).

Esse fator torna-se crucial, uma vez que será por meio dos jornais catarinenses que a figura dos alemães aparecerá como heroica ou vilã, como amiga ou inimiga, como confiável ou como perigosa.

Trazendo agora para a realidade local, em síntese, após a proclamação da República, era este o quadro da imprensa na capital catarinense:

A imprensa ilhéu abraçou a causa republicana quase que tardiamente. Somente em 31 de maio de 1885 estreou em Desterro, *A Voz do Povo*, o primeiro jornal republicano da província, fundado por José de Araújo Coutinho. Em 29 de novembro, após 27 edições, o jornal encerrava suas atividades em razão do fracasso político, antes mesmo das eleições, da candidatura de seu proprietário à Assembleia Provincial. O ideário republicano chega ao interior e em 1886 nascem em Tijucas *O Independente*; em Joinville, *Folha Livre*, que publica 23 números até 26 de julho de 1887 e, em 11 de agosto, é sucedida pelo *O Sul*. Neste ano, também são criados clubes republicanos em Camboriú, Joinville, São Francisco do Sul, São Bento do Sul, Porto Belo e São João Batista. Ainda em agosto de 1887, o republicanismo desterrense ganha mais um jornal, *A Evolução*, órgão do *Clube Republicano do Desterro*. Novos periódicos republicanistas só apareceriam em solo catarinense após o 15 de novembro. *A República* surgiu já no dia 19 daquele mês, como órgão oficial do novo regime. Foi suspenso em janeiro de 1892, com a deposição do governador Lauro Muller, e voltou a circular em março, como propriedade de um sindicato (empresa). Em 1896 foi transformado em órgão do Partido Republicano Federal. No início da República, os jornais que resistiram eram ligados a partidos políticos. *A Regeneração* era o órgão oficial do Partido Liberal, enquanto *O Conservador* representava o partido homônimo. Estas duas forças políticas tinham ainda uma série de jornais menores. Com a Proclamação da República, *A Regeneração* virou *O Democrata*. Com o material gráfico de *O Conservador*, o Partido Republicano Catarinense (PRC) montou *A República*. A mudança mais significativa foi a

ramificação da imprensa representando duas alas republicanas (FERNANDES, 2007, p. 9).

Prosseguindo, o mesmo autor relata a situação a partir do século XX, período de estudo da cobertura da Primeira Guerra Mundial:

Em 1900 ocorre uma forte cisão no PRC. A causa é a lista de 22 candidatos a deputado estadual elaborada pelo então governador Felipe Schmidt, que privilegiava funcionários públicos sem expressão eleitoral. O clímax da rusga ocorre quando o governador usa a força e depõe do cargo o superintendente municipal de Florianópolis e líder republicano histórico, ex-senador Raulino Horn. Hercílio Luz, republicano, parte em luta pela tomada do poder e pela cassação de Felipe Schmidt. Há acusações mútuas através da imprensa. *A República* defende a ala herciliista. Em 1901, Felipe Schmidt lança *O Dia*, o porta-voz de seu governo. Em 1918 o jornal passa a ser órgão oficial do partido, após a derrota dos herciliistas (FERNANDES, 2007, p. 9).

Em Santa Catarina, a imprensa da capital ao início do século incorpora esta prerrogativa:

A imprensa da capital da província foi extremamente partidária e projetou muitos de seus jornalistas na esfera política. Na verdade, em boa parte das vezes essa imprensa era desenvolvida por políticos que buscavam, através das páginas dos jornais uma forma de propagar os ideais dos grupos que representavam (FERNANDES, 2007, p. 51).

Em termos de uma caracterização da imprensa da época, Schlichting traz algumas informações relativas aos jornais que se ocupam de temáticas religiosas e políticas:

A religião é o tema predominante dos jornais ligados ao catolicismo (“*O Apóstolo*” e “*A Época*”), ao evangelismo (“*A Reforma*”- 1916 e 1929/30 e “*Atalaia*”), ao espiritismo (“*Caridade*”) e a maçonaria (“*A Ordem*” e “*O Oriente*”). Três outros periódicos: “*O Imparcial*”, “*A Semana*” e “*A Opinião*” também focalizam muitos aspectos religiosos, contrapondo-se a ingerência do catolicismo e dos padres estrangeiros nos assuntos de interesse nacional, o que será visto quando for analisado o posicionamento ideológico da imprensa florianopolitana. Contudo, não se vinculam a nenhum credo religioso específico. Nos jornais de apoio ao governo e ao Partido Republicano Catarinense, predominam colunas inteiras com atos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. São corriqueiras, também, as colunas com agenda de trabalho, despachos, reuniões e viagens do governador, como se observa no “*O Tempo*”, *O Dia*, “*A Verdade*”, “*A Semana*” (1928-1930), e nas três edições de “*A Republica*” (1918-1924, 1926-1930 e 1930) (SCHLICHTING, 1989, p. 88).

Alguns dos jornais selecionados para este estudo se encontram na descrição da autora, o que já inicia o processo de identificação dos interesses de cada periódico.

Dos que apoiam o governo, o catolicismo e germanismo “*A Folha do Commercio*” é o único que procura ausentar-se das discussões, não alimentando as críticas

recebidas. Os demais assumem posição hostil contra seus adversários e idéias. O jornal “*O Imparcial*”, na verdade mais independente da influência governamental, acaba entrando na defesa das pessoas católicas e do trabalho prestado pelos religiosos, e por um longo tempo polemiza com o jornal “*O Clarão*” - noticioso da maçonaria. Dos que criticam o governo, o catolicismo e o germanismo, “*A Noite*” surge com o objetivo específico de combater o germanismo, porque “constitue um perigo para a nacionalização do Estado.” (nº 13, p.1). Esse grupo de jornais considera *O Dia* e “*A Época*” Como “germanophilos”, aludindo a um plano alemão para conquistar o Sul do Brasil. O agrupamento dos pontos divergentes facilitará a compreensão do núcleo desses conflitos, que estão enunciados, detalhadamente, nas observações gerais do catálogo (SCHLICHTING, 1989, p. 93).

Ainda segundo a mesma autora, é possível perceber em que pontos existem críticas ao estado, e essas posições são importantes para se apropriar das intenções de quem emite o conteúdo que chegará à população. Essas contestações ao papel que o governo exerce na sociedade catarinense são utilizadas como pano de fundo para os valores que se pretende resgatar, sejam eles de apoio, sejam de repúdio aos alemães.

Pontos criticados no governo:

omissão e complacência diante das constantes transgressões de membros da Igreja Católica as leis e costumes brasileiros;

permissão da ingerência política da Igreja, substituindo e transferindo professores;

nomeações de “boches e germanophilos” para funções publicas;

o Partido Republicano, da situação política, era considerado como a agremiação dos alemães e brasileiros germanophilicos chefiados pelos representantes do Kaiser, conforme a origem germânica dos seus nomes, Lauro Muller e Felipe Schmidt;

subvenção oficial as escolas da Igreja;

Pontos criticados na Igreja, principalmente frades e padres de origem germânica;

exploração financeira do povo por parte dos frades e padres;

a “obrigação” do casamento religioso antes do civil;

desrespeito a legislação brasileira, reprovando o casamento civil, “forçando” os fiéis a acatarem as orientações da Igreja;

rejeição aos professores que ensinavam em português, porque se desejava impor o Alemão no ensino;

uso de superstições e rituais como forma de angariar e manter fiéis;

esvaziamento das escolas públicas, assustando os fiéis, ultrajando-as como escolas “do diabo” por que o ensino religioso deixava de ser ministrado;

Estes pontos, com maior ou menor intensidade, no todo ou em parte deles, eram objeto de críticas e retaliações, de acordo com as idéias e programas de cada jornal (SCHLICHTING, 1989, p. 93).

Note-se que da atuação do estado e da sua relação com a igreja, emana uma considerável quantidade de situações que servem de munição para o ataque da ideia contrária. Contudo, não é somente de uma análise ideológica que se deve tratar nesse momento. É preciso também esclarecer quais periódicos e porque foram escolhidos para este estudo e como eles obedecem ao quadro descrito anteriormente.

No caso catarinense, é uma tarefa custosa precisar exatamente quantos periódicos existiam ao desabrochar da Primeira Guerra Mundial. Tomando como base o *Catálogo de jornais catarinenses 1831-2013*, elaborado pela Biblioteca Pública de Santa Catarina, em ação conjunta com a Fundação Catarinense de Cultura, temos os seguintes dados: o total de jornais catalogados é de 1.483 títulos, sendo que no século XIX, isto é, desde o primeiro jornal de 1831 até o ano de 1900, circularam em Santa Catarina 187 periódicos. No período mais relevante para este estudo, as duas primeiras décadas do século XX, o total é de 345. Portanto, de 1921 até 2013, o catálogo lista outros 951 jornais.

É importante destacar, ainda, em relação ao catálogo, outros dois pontos: a localização desses jornais, pois a maioria deles origina-se da faixa litorânea do estado, em razão dos limites legais terem sido estabelecidos somente em 1916, com a assinatura do Acordo de Limites entre Santa Catarina e o Paraná.

Na sequência, estão expostos uma tabela e um quadro, a tabela mostra a localização desses jornais, em que se percebe facilmente como a concentração ocorre na capital do estado; e o quadro detalha um pouco mais os jornais que circularam entre os anos de 1914 a 1918, utilizando o critério de eles terem sobrevivido há mais de um ano dentro do período da guerra. A quantidade de jornais efêmeros é suficiente para criar dificuldade de representação em uma tabela.

Tabela 2 – Quantidade de Jornais catarinenses por cidade

Local	Florianópolis		Laguna		Joinville		Blumenau		Outros		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1831-1900	120	64,2	20	10,6	14	7,4	6	3,2	27	14,4	187	100,00
1901-1920	111	43,4	33	9,5	19	5,5	21	6,08	161	46,6	345	100,00

* Inclui o período em que se chamava Desterro.

Fonte: Elaborado a partir do Catálogo de Jornais Catarinenses.

Entre os 345 jornais que circularam até 1920, cumpre destacar que, entre os anos de 1914 a 1918, ou seja, no período da Primeira Guerra Mundial, o número é de 115 títulos. Listá-los seria uma tarefa extensa e pouco produtiva; contudo, algumas reflexões numéricas auxiliam no sentido de compreender e caracterizar a amostra pesquisada.

O primeiro critério de seleção dos jornais foi o da circulação. Assim, foram selecionados os jornais que publicaram suas matérias nos cinco anos da guerra. Nesse sentido, somente cinco preencheram esse quesito: os semanários *O Clarão* e *A Época*, ambos de Florianópolis; e os também semanários, em língua alemã, *Der Urdswaldbot* e *Joinvillezer Zeitung*, das cidades de Blumenau e Joinville, respectivamente. Acrescente-se o jornal *O DIA*, de circulação diária. Revertendo o raciocínio, foram descartados 79 periódicos, pelo fato de que circularam em apenas um dos cinco anos do conflito: 10 jornais em 1914; 13 jornais em 1915; 17 jornais em 1916; outros 13 em 1917; e, finalmente, um número de 26 jornais que existiram somente em 1918.

Entre os 31 jornais remanescentes, alguns foram descartados por conta de suas temáticas, como, por exemplo, jornais de divulgação de ideias educacionais e de defesa do espiritismo. Contudo, um deles, apesar de não obedecer ao critério de circular em todos os anos da guerra, foi selecionado por dois motivos: é um jornal diário (poucos na época eram) e foi um dos mais importantes do Estado de Santa Catarina até a sua extinção, em 2009. Trata-se do Jornal *O Estado*, que iniciou suas atividades em 1915. Ainda se acrescente que possui um dos acervos mais completos em se tratando de exemplares digitais.

Finalizando, os jornais *Joinvillezer Zeitung* e *Der Urdwalsbote* não foram incorporados a este estudo. O primeiro, por questões de acesso ao acervo. Na plataforma digital constam apenas exemplares relativos aos anos de 1897, 1912 e 1919, que não interessam à temática. Quanto ao acervo físico, não foi localizado na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, embora conste no catálogo que exista uma microfilmagem, esta não foi localizada em diversas tentativas.

O jornal blumenauense *Der Urdwalsbote* possui um acervo microfilmado no Arquivo histórico de Blumenau, o qual foi examinado por amostragem e descartado ser um jornal escrito em língua alemã, e, portanto, destinado a pessoas desta etnia.

Quadro 3 – Jornais catarinenses que circularam por mais de um ano entre 1914 e 1918

Jornal	1914	1915	1916	1917	1918
<i>A Actualidade</i>			X	X	
<i>A Comarca</i>		X	X	X	X
<i>A Época</i>	X	X	X	X	X
<i>A Farpa</i>		X	X	X	
<i>A Gazeta</i>		X	X		
<i>A Luz</i>			X	X	X
<i>A Nota</i>				X	X
<i>A Notícia</i>	X	X			

<i>A Opinião</i>		X	X	X	X
<i>A Ordem</i>			X		X
<i>A Semana</i>	X	X			
<i>A Tarde</i>	X	X		X	
<i>A Tesoura</i>			X		X
<i>Der Urwaldsbote</i>	X	X	X	X	X
<i>Folha Do Commercio</i>	X	X			
<i>Gazeta Orleanense</i>		X	X	X	X
<i>Joinvilleser Zeitung</i>	X	X	X	X	X
<i>O Alliado</i>		X	X	X	
<i>O Catharinense</i>	X	X			X
<i>O Clamor Do Povo</i>			X	X	
<i>O Clarão</i>	X	X	X	X	X
<i>O Dia</i>	X	X	X	X	X
<i>O Estado</i>		X	X	X	X
<i>O Imparcial (Canoinhas)</i>		X	X		
<i>O Imparcial (Florianópolis)</i>		X	X		
<i>O Lageano</i>		X		X	
<i>O Mensageiro</i>			X	X	X
<i>O Parafuso</i>		X	X		
<i>O Pharol</i>		X	X		X
<i>O Planalto</i>				X	X
<i>O Timoneiro Do Norte</i>				X	X
<i>Oriente</i>	X	X	X		
<i>Penna, Agulha E Colher</i>				X	X
<i>Vita Coloniale</i>				X	X

Fonte: Elaborado a partir do Catálogo de Jornais Catarinenses.

De fato, a quantidade de periódicos era bastante significativa, até mesmo em razão da quantidade de pessoas alfabetizadas e da própria densidade demográfica do estado de Santa Catarina.

A este respeito, e entendendo a imprensa catarinense como um fenômeno associado às peculiares e necessidades de sua época, ao discorrer sobre os jornais da capital no século XIX e sua relação com a política, Pedro (1995) utiliza o seguinte cenário:

A imprensa, considerada por Jurgen Habermas como a instituição por excelência da esfera pública, foi, em Desterro, na segunda metade do século XIX, impulsionada pelas lutas político-partidárias. Os periódicos tematizavam, também, questões morais, notícias, educação e comportamento ético. Aproximavam-se dos hebdomadários moralistas do século XVIII, descritos pelo mesmo autor. Ao tematizar o público, constituía-se em instrumento pedagógico e formador de opinião pública. No início do século XIX, na Inglaterra, a imprensa deixou de ser somente “publicadora de notícias” para tornar-se também formadora de opinião pública. A imprensa de desterro parece reunir às características dos hebdomadários moralista a publicação de notícias e das lutas político-partidárias. De qualquer forma, tornar-se-ia a expressão de uma esfera pública que se formava em Desterro. Os jornais de Desterro, foram, também, instrumentos do poder público. Por não haver naquele tempo diário oficial, os decretos, leis e atos oficiais eram publicados por periódicos contratos para tal divulgação; isto implicava em transformar, na época, os súditos locais da monarquia em público do poder público. Osvaldo Rodrigues Cabral informa que tais contratos de divulgação de atos oficiais garantiam a sobrevivência

dos periódicos. Muitos dos jornais que surgiam para defender um certo partido ou candidato, só sobreviviam com a vitória deste. Em caso de derrota, a continuidade ficava seriamente comprometida (PEDRO, 1995, p. 33).

Assim, é dos jornais catarinenses que vai se construir a matéria-prima deste estudo, representado pelos quatro periódicos a seguir, onde foram reunidas todas as informações disponíveis para descrevê-los.

Importante, porém, é situar, ainda que brevemente, como a imprensa da capital se organizou para cobrir a guerra. Isto porque são frequentes, por parte dos jornais catarinenses, a publicação de matérias dos principais jornais de circulação nacional. A síntese a seguir é de Vinhosa:

A imprensa do Rio de Janeiro estava alinhada entre os blocos em luta. *A Noite* e o *Jornal do Comercio* eram pró-aliados. *A Tribuna*, pró-Alemanha. O *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* procuravam manter um espírito de neutralidade. O assunto em pauta, no entanto, era a guerra; “com suas mentiras, sua propaganda; com artigos de encomenda, pagos pelos beligerantes, que dispunham de largas somas para a catequese dos países neutros através da mobilização dos seus meios de comunicação” (VINHOSA, 1990, p. 30).

Ainda neste sentido, os jornais germanófilos são trazidos por Heinsfeld (2018), bem como uma posição geral da imprensa escrita:

De forma geral, toda a imprensa acabou se posicionando em relação à guerra. A maioria esmagadora dos jornais cerrou fila ao lado dos aliadófilos. No entanto, alguns grandes jornais assumiram uma posição pró-Alemanha, como *O Dia*, de Florianópolis, o *Diário de Notícias*, de Salvador e *A Tribuna* do Rio de Janeiro [...] Dos diários da Capital Federal, apenas *A Tribuna* assumiu uma posição germanófila (HEINSFELD, 2018, p. 1-2).

Santa Catarina vai reproduzir, no seu quadro de periódicos, algo similar, no sentido de apoiar este ou aquele, ou ainda tentar manter a neutralidade.

1.3.1 O jornal *O Clarão*

Fundado em 1911, o jornal florianopolitano ostentava em sua capa que era “*um organ de combate legalmente construído*”, ou, em outras palavras, deixava de forma taxativa que estava na defesa de uma causa.

Figura 6 – Jornal *O Clarão*

Fonte: *O Clarão* (1911, p. 1).

O texto, na íntegra: “O Clarão, Orgam de combate legalmente constituído e de maior aceitação no Estado. Este orgam foi excommungado pelo bispo portuguez, desta diocese Joaquim Domingues de Oliveira, pelo aviso nº 14, lido nas missas de todas as igrejas, em 26 de novembro de 1916 (século XX).”

Além deste texto, outro aparecia com frequência:

Aqui a verdade tem um culto elevado de admiração enquanto que a hipocresia e a corrupção têm inimigos para combatel-as. Com a mesma intensidade de lucta com que na primeira phase de nossa existência vergastávamos os abusos praticados pelos hipócritas de todos os tempos, com essa nunca arrefecida intensidade reaparecemos sem temor algum as caretas dos judas que vendem Christo e a humanidade no balcão de baixos interesses. A nossa passagem como imprensa independente, durante aquele período de luctas tremendas, onde tudo foi esmerilhado de modo a esmagar as víboras que envenenaram a sociedade, deixou um traço de symphatias profundas que hoje nos alentam para continuação do combate as misérias moraes. (SCHLICHTING, 1989, p. 165).

O jornal continuou a ser publicado até 1918, mas quanto aos seus proprietários, gerentes, diretores, não há informação disponível. A única referência nesse sentido é o Redator responsável: Chrysanto Eloy de Medeiros. Circulou em formato de 4 páginas, ocasionalmente com 6 páginas, quase sempre com duas ou três colunas.

Em termos de imagens, não foram encontradas fotos, sendo muito frequentes os desenhos em forma de vinheta (1.880 ao total) e outros 24 desenhos. Destaca-se ainda a peculiaridade deste veículo em relação aos anunciantes. No acervo constam apenas 86 anúncios, para 15 anunciantes. O espaço publicitário praticamente não existe, pois ele é preenchido pelo próprio jornal, o que sugere que sua manutenção ocorre por outros meios, ou

seja, o jornal não consegue se prover autonomamente, e é mantido por capital externo. Eventualmente, os anúncios não possuem um cunho institucional, como nos exemplos:

“Atenção - A venda avulsa d'*O Clarão* é de 200 réis o exemplar - A Redação” – 30 inserções;

“Cura Infallível A Leitura d' *O Clarão*, cura radicalmente, a prejudicial moléstia - Fanatismo religioso.” 15 inserções;

“Agentes: A Casa Zenith, rua Benjamin Constant, 25 São Paulo, procura agentes em todas as localidades, oferecendo optima remuneração” (SCHLICHTING, 1989, p. 170).

Quanto à natureza das matérias, ocupa-se de notícias gerais, notas sociais, informações sobre a guerra e muitas referências a matérias religiosas. Há uma grande preocupação com a religião, evidenciada já nas mensagens de abertura de todas as edições.

No acervo disponível do jornal, estão exemplares de 1915 a 1918. Foram pesquisadas no total um número de 64 edições, que se explica pelos seguintes fatos: primeiramente, trata-se de um semanário e, segundo, existem muitas lacunas em relação ao seu acervo, tanto físico quanto digital. Embora o número de edições pesquisadas não seja o ideal, ainda assim é possível, por meio das informações levantadas, compreender a intenção do jornal na cobertura da guerra.

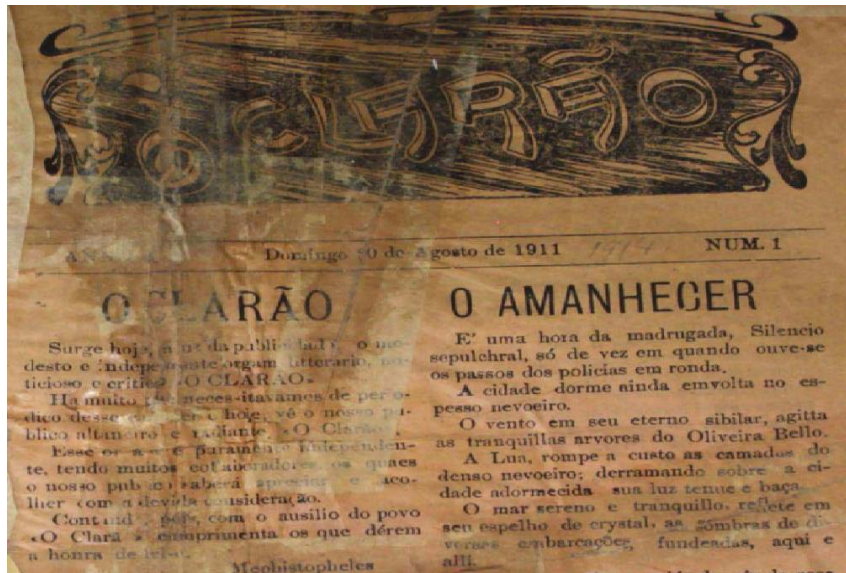
As edições pesquisadas estão assim distribuídas: 14 no ano de 1915, das quais cinco proporcionaram matérias; para o ano de 1916, 34 edições foram analisadas, resultando em 30 matérias pertinentes ao estudo; no ano de 1917, nove semanas pesquisadas, sendo que de todas foram retiradas informações e, finalmente, no ano de 1918, sete edições renderam sete matérias. Resumidamente, as 64 edições resultaram 51 notícias, ou notas, ou impressões, que serão descritas na sequência.

Sinteticamente, o jornal *O Clarão* se caracterizou pelo seu forte combate aos alemães, entendendo que estes não nutriam nenhuma identificação ou simpatia pelo Brasil, e que, com o eclodir da guerra, deixavam explícito que estariam sempre voltados aos interesses alemães. Isto valeria, inclusive, para os indivíduos de origem alemã já nascidos no Brasil. Dois aspectos foram largamente explorados pelo teor das matérias: o ensino público e a religião.

Na questão do ensino, foram frequentes as notícias que demonstravam perseguição a professores brasileiros, por parte dos alemães; da recusa em se estudar com a língua portuguesa, do respeito à cultura alemã e da desvalorização dos símbolos e da cultura brasileira.

Já a questão religiosa precisa ser entendida de duas maneiras. O jornal tem uma origem religiosa e, por sua atuação ideológica neste campo, foi excomungado e faz questão de exhibir tal excomunhão em todas as edições, como se vê na figura:

Figura 7 – Primeira edição do jornal *O Clarão*



Fonte: *O Clarão* (1911, p. 1).

Ainda a respeito da identificação do jornal *O Clarão*, fica evidente ao longo de suas edições a preocupação de que o estado brasileiro não fosse influenciado pelas práticas religiosas. São frequentes as matérias sobre a atuação dos padres no ensino, na política, na vida social. Também são frequentes as críticas ao governo quando este não se posiciona firmemente contra a influência católica.

1.3.2 O jornal *A Época*

O jornal tinha como lema, que estampava em suas páginas, “bem servir a Religião e a pátria”, e circulou entre os anos de 1914 a 1921. Seu fundador foi o Professor Henrique Fontes e teve ao longo de sua existência vários diretores, por ordem cronológica: Bacharel Henrique da Silva Fontes (entre 1914 e 1917), Padre Thomas Fontes/João de Souza Medeiros (durante o ano de 1918), Frei Liborio Greve; Padre Thierry de Albuquerque e João Medeiros (durante o restante, sem precisão do período) (SCHLICHTING, 1989, p. 265).

Já como Administradores, três nomes foram localizados: Padre Antônio Nieberle (durante o ano de 1917) e Jorge Heinrich e Lucio de Souza (a partir de 1918), sem maiores detalhamentos.

Enquanto conteúdo, o jornal possuía na maioria das suas edições 4 páginas. Em algumas ocasiões, o número dobrava. Em geral, o formato das páginas era dividido em 3 colunas, mas também era frequente usar 5 colunas. O número de desenhos e fotos não era tão significativo, dadas as dificuldades técnicas e financeiras da época: ao longo de sua existência foram publicados 1.592 desenhos, 79 fotos e 1.615 vinhetas (SCHLICHTING, 1989, p. 269).

Em termos de anunciantes, geralmente a última página era dedicada somente a esta finalidade. Durante a sua existência, 4.478 anúncios foram publicados, encomendados por 125 diferentes anunciantes, entre os quais se destacam como mais frequentes os seguintes:

Elixir de noqueira (anúncio exclusivo) 657 inserções; André Wendhausen & Cia (imp. e exp.) - (321 inserções); Livraria Cysne – sob diversos nomes -259 inserções; Elixir de Nogueira, Salsa, Caroba, Guaiaco 216 inserções; Fritz Sorge (photographo) 204 inserções; Emulsão de Scott 201 inserções; Isis - Vitalin – 167 inserções; Casa Perrone 115 inserções; Gabinete Typographico d'A Época - 115 inserções; Peitoral de Angico Pelotense – 111 inserções; Pequeno Catecismo do Pe. Dr. Theol Jacob Huddleston Slater - 106 inserções; Banco do Commercio de Porto Alegre (fund. em 1895) - 105 inserções; Clinica Medico-Cirúrgicas do Dr. Alfredo P. de Araújo – 91 inserções; Bromil -88 inserções; 1000 relógios de graça – 87 inserções; A saúde da mulher – 80 inserções; Dr. Thiago da Fonseca (Advogado) – 79 inserções; Casas Pernambucanas – 78 inserções; A morte das úlceras - (Cia Chimica Therapeutica Radium) – 75 inserções; Carl Hoepcke & C. (importadores de fazendas e ferragens - Proprietários do estaleiro Arataca) - 74 inserções (SCHLICHTING, 1989, p. 270-272.)

Destacam-se vários anunciantes de ascendência alemã, embora também constem nomes tipicamente brasileiros, ou portugueses.

Quanto à natureza das matérias, era comum a publicação de assuntos políticos, econômicos, informações úteis ao dia a dia, notas a respeito do estado de Santa Catarina e, com bastante intensidade, notas sociais. Casamentos, aniversários, viagens, batizados, transferências de residências e de cargos, agradecimentos, homenagens, etc. Também nascimentos, falecimentos, festas religiosas, atividades cívicas apareciam com frequência (SCHLICHTING, 1989, p. 274).

No que se refere ao material do jornal pertinente a este estudo, não existe no acervo digital os exemplares correspondentes aos anos de guerra, portanto, a consulta foi por meio de acervo físico e as matérias selecionadas foram fotografadas.

Existem lacunas consideráveis, contudo, para os objetivos deste estudo, foi possível perceber que a guerra não era um dos assuntos mais destacados do jornal. Matérias relativas à religião ocupavam bastante espaço e se entrelaçaram com a cobertura da guerra

frequentemente. Exatamente 30 edições foram selecionadas para analisar como a guerra ocupou as manchetes do jornal.

1.3.3 O jornal *O Estado*

Publicado a partir de 1915, o jornal *O Estado*, sediado em Florianópolis, tornou-se um dos mais importantes do Estado de Santa Catarina nas décadas seguintes. Por essa razão, foi incluído neste estudo, mesmo não cobrindo todos os anos da guerra.

Sua trajetória histórica pode ser compreendida com a contribuição de Mata (1996), que assim explica a sua fundação e seus primeiros responsáveis:

Fundado por Henrique Rupp Júnior e Ulysses Costa, veio para competir com o jornal *O Dia*, *A Opinião* e *A Semana*, numa época em que os mais poderosos e influentes meios de informação não escondiam sua cor partidária, o qual *O Estado* dizia não possuir, assumindo uma neutralidade que por diversas vezes, através de suas páginas, era negada. O Estado passou por algumas fases marcadas pela troca de proprietários. Na primeira fase, Henrique Rupp Júnior e Ulysses Costa permaneceram como diretores de 13 de maio de 1915 a 22 de dezembro de 1916. A partir desta data, inicia-se a segunda fase, tendo como diretor Marinho Lobo. Durante a primeira e segunda fases no contexto que envolvia a política governista nacional, *O Estado*, mesmo buscando mostrar-se neutro em relação aos conflitos políticos existentes, deixava transparecer uma postura crítica a algumas medidas do governo (MATA, 1996, p. 7-8).

A autora se refere a uma neutralidade negada, por entender que o compromisso do jornal era com a defesa dos interesses populares, mas fazia questão de ressaltar que tais interesses não poderiam ferir a ordem social vigente.

Prosseguindo com a descrição das características do jornal, a mesma autora aborda o cenário da imprensa catarinense por ocasião da Primeira Guerra Mundial.

Outro aspecto que marcou esta etapa foi a I Guerra Mundial. De maneira geral, podemos adiantar que o fluxo de informações decorrentes influenciou para o surgimento de jornais envolvendo diversos grupos. Os periódicos “*brotam por toda a parte como capim*”. Em Santa Catarina, o impacto da guerra levou a que a sociedade catarinense se dividisse na questão da germanização. “Afloram sentimentos de brasilidade, levantam-se vozes e formam-se correntes, que vão se alojar no corpo dos jornais que se criam para incorporar ideias e sentimentos”. Com o término da I Guerra Mundial e com as decisões governamentais de nacionalização do ensino e a extinção do ensino católico nas escolas públicas, percebe-se na imprensa florianopolitana uma distensão de ânimos e confrontações ideológicas que só voltam à tona no final da década de 20 (MATA, 1996, p. 8).

De fato, conforme se pode verificar anteriormente, no quadro onde constam os periódicos, a guerra suscitou interesse popular e, portanto, na esteira deste interesse surgiram

dezenas de periódicos; muitos não se mantiveram por muito tempo. Além disso, o conflito também determinou que aflorassem as preferências ideológicas e as colocassem em confronto.

É pertinente ainda recolher uma descrição da imprensa nacional, pois são frequentes as matérias de jornais catarinenses que buscam nos periódicos de maior circulação uma forma de legitimar suas intenções. A esse respeito, Garambone assim caracteriza a imprensa por ocasião da Primeira Guerra:

A voz do povo, em 1914, era voz dos jornais. Eram os únicos veículos de informação disponíveis: o primeiro passo da comunicação de massa e da sociedade midiática sendo dado por apenas um formato de divulgação dos fatos. Até então, o cidadão médio de uma cidade como o Rio de Janeiro costumava se informar indo às ruas, conversando nas esquinas ou lendo jornais efêmeros, eventuais e longe de serem portadores de notícias confiáveis (GARAMBONE, 2003, p. 46).

O cenário trazido por Garambone se junta ao descrito pela autora, pois é a primeira guerra que possibilita uma qualificação da imprensa brasileira, fenômeno este que atingiu, posteriormente, jornais menores, como é o caso do jornal *O Estado*. Finalizando com as contribuições da autora, uma descrição das características técnicas:

A extensão física do Jornal sofreu ampliações e reduções, isto de acordo com as necessidades que proliferavam nas colunas do diário. Impresso inicialmente em quatro páginas. Já em 27/03/1917 tomava espaço o aumento de propagandas, ocupando então seis páginas. Em 1918, o número de páginas foi reduzido para quatro. O maior número de páginas foi a partir de novembro de 1919, quando o Jornal passou a circular com oito páginas, sendo duas ocupadas pelo seu editorial, artigos e matérias pagas, e as demais com anúncios, propagandas, editais. A publicação de editais além de demonstrar uma certa aprovação do governo vigente por parte do Jornal, também, era uma das formas encontradas pelo mesmo, de arrecadar recursos financeiros, já que os referidos editais eram pagos pelos órgãos públicos para serem publicados. A partir de 1928 toma um padrão a paginação, geralmente em quatro páginas e ocasionalmente em seis páginas. As páginas dos primeiros números do Jornal eram divididas em sete colunas, e, posteriormente, passaram a ter seis colunas (MATA, 1996, p. 10).

Dessa forma, pode-se inferir que, desde o seu nascedouro, o jornal *O Estado* já apresentava a possibilidade de se tornar um veículo importante da imprensa catarinense, o que efetivamente se confirmou nas décadas seguintes.

No período correspondente à cobertura da guerra, estão disponíveis no acervo digital um total de 784 edições. Todas estas foram acessadas e estudadas. O critério de seleção das matérias foi o mesmo aplicado aos demais periódicos, ou seja, matérias que, de uma forma ou

outra, conduzem a uma emissão de opinião do jornal. Matérias que tão somente reproduzem fatos da guerra foram descartadas.

Do total de 784 edições pesquisadas, estão assim distribuídas: 156 publicações em 1915; 194 em 1916; 284 em 1917; e 150 publicações em 1918. Em termos de edições selecionadas, são estes os números: 165 matérias no total. No primeiro ano, 1915, 26 edições, no ano seguinte, 24 edições. A partir do maior envolvimento do Brasil na guerra, aumentam as matérias de interesse: 74 edições selecionadas em 1917 e 41 edições no último ano da guerra.

No primeiro ano, as notícias da guerra eram curtas e, em geral, poucas. Não se pode dizer que o jornal ignorou o fato, mas que preferiu focar sua atenção em temas do estado, como a economia, a política e a Guerra do Contestado. As questões dos limites em discussão com o Estado do Paraná também foram alvo de atenção constante neste ano e mais ainda no ano de 1916, quando as questões foram resolvidas.

Para o ano seguinte, 1916, 19 matérias foram selecionadas. Esse número é inferior aos demais anos por haver uma lacuna de três meses no acervo. Não há exemplares disponíveis nos meses de abril, maio e junho.

Encerrado o ano de 1917, fica nítida a mudança de postura, que seria de se esperar, por parte do jornal. A partir da declaração da guerra, os alemães considerados inimigos, o periódico abandonou sua postura de “neutralidade” e passou a atacar de forma veemente a presença alemã em Santa Catarina. Preservou alguns elementos de civilidade, como, por exemplo, a publicação das notas do governo recomendando prudência no trato com os alemães, no restante foram publicadas dezenas de referências contrárias, deixando bem claro que uma guerra estava em curso, com o Brasil como litigante e, mais importante, deixando bem claro que inimigos estavam em território catarinense.

Para o último ano da guerra, 1918, o acervo digital disponibiliza 150 exemplares. Destes, 43 trazem conteúdos pertinentes ao tema. Somente os mais relevantes terão sua transcrição integral ou parcial, pelo entendimento que, com os três anos já descritos até aqui, a lógica do processo já está encaminhada em termos de sua compreensão.

1.3.4 O jornal *O Dia*

O periódico *O Dia*, jornal de circulação diária, foi fundado em 1901, sob influência política, fato comum à época em Santa Catarina. Como características gerais, trata-se de um jornal diário, que circulou até 1918, tendo como redator-chefe Thiago da Fonseca e como redator Laercio Caldeira, cujo período na função não pode ser precisado. Seu formato mais usual é composto por 4 páginas com cinco colunas, mas por inúmeras ocasiões circulou com 6 e 8 páginas, variando também para sete colunas.

Em comparação aos outros periódicos selecionados, *O Dia* possuía maior quantidade de fotografias impressas: de acordo com Schlichting (1989, p. 205), foram publicados no total 600 fotos, 10.029 desenhos e 14.886 vinhetas, considerando todo o período de existência.

Por ser de circulação diária, se comparado aos semanários, possui muito mais matérias e mais variações. Ainda citando os dados levantados por Schlichting (1989, p. 206-209), o periódico publicou 3.618 notas de cunho político, 2.327 notas econômicas, 288 notas demográficas, 15.093 notas sociais, 2.282 notas culturais, 871 notas religiosas, 1.079 notas educacionais, 1.170 comunicações diversas e 11.369 notas oficiais, em todos os seus quase vinte anos de circulação. Além de publicações esportivas, policiais e de informação geral.

Em relação aos anunciantes, estes eram de diversos segmentos e em número de 389, que pagaram por 28.332 anúncios. Com mais de 500 anúncios, temos os seguintes:

Quadro 4 – Anunciantes do jornal *O Dia*

Anunciante	Natureza	Quantidade de Anúncios
<i>O Dia</i>	Expediente e notas diversas	1.598
A saúde da mulher	Medicamento	777
Carl Hoepcke & cia	Casa Comercial	727
Emulsão de Scott	Medicamento	693
Bromil	Medicamento	654
Cia N. N. Costeira	Transporte Marítimo	639
Cervejaria Atlântica	Fábrica de Cerveja	608

Fonte: Elaborado a partir de Schlichting (1989, p. 207-208).

Destaca-se aqui a figura da empresa Hoepcke que, além de anunciante, era constantemente defendida dos ataques que os alemães sofriam de seus oponentes em Santa Catarina.

Em termos de contexto de sua criação, pode-se dizer que ocorreu no mandato de Felipe Schmidt (1898-1902), surgiu de uma disputa política entre duas alas do Partido Republicano, uma afiliada a Lauro Muller e outra seguidora de Hercílio Luz, sendo assim explicada:

Durante o período de seu primeiro mandato é que fica declarada a oposição entre os Lauristas e os Hercilistas, uma vez que Felipe Schmidt indica os novos nomes aos cargos estaduais, que caberiam a Hercílio Luz. O jornal República, que desde 1896 era órgão oficial do Partido Republicano, faz severas críticas a Felipe Schmidt e, para se defender, este cria, em 01 de janeiro de 1901, o jornal *O Dia*. Assim, têm-se aberta na imprensa a disputa entre as duas alas do partido Republicano na política catarinense (SCHARF, 2008, p. 20).

Como veículo das ideias do Partido Republicano, caberia ao jornal enfrentar as pressões contrárias, bem como reforçar suas ideias. É importante considerar que, no período estudado, duas figuras políticas de impacto têm relações de parentesco (são primos) e provêm de famílias alemãs: Felipe Schmidt e Lauro Müller.

Durante praticamente toda a primeira república, o partido republicano e a política catarinense giram em torno de nomes como Lauro Severino Müller e Hercílio Pedro da Luz. Lauro Müller, republicano histórico, foi o primeiro governador do estado indicado por Deodoro da Fonseca, voltando a assumir a chefia do executivo catarinense por mais duas vezes, em 1902 e 1918 (ZANELATO, 2011, p. 52).

Lauro Müller, descendente das famílias alemãs que se fixaram no atual município de São Pedro de Alcântara, próximo a Florianópolis, foi uma das principais figuras políticas catarinenses da época. Em sua trajetória, foi o governador indicado para Santa Catarina quando da transição de monarquia para república, concluindo este mandato em 1890, quando assume a Assembleia Nacional, como deputado. Foram três mandatos como deputado e cinco como senador. No executivo, assumiu o cargo de Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, de 1902 a 1906. Entre 1913 e 1917, foi ministro das Relações Exteriores. Defendeu a neutralidade do Brasil na Primeira Guerra, mas, por conta de suas origens germânicas, sofreu pressões e enfrentou contestações que o obrigaram a renunciar. No ano seguinte, voltaria ao governo de Santa Catarina, eleito pelo voto direto, todavia, em uma composição confusa, renunciou, abrindo espaço para seu adversário dentro do próprio partido, Hercílio

Luz¹. Retorna então ao senado, onde encerrou sua vida política em 1923, vindo a falecer em 1926.

A respeito de Lauro Müller, é importante recuperar a imagem que dele traz Cabral, ainda que o faça de forma branda, quase que protocolar:

No governo Hermes da Fonseca, foi escolhido para o Ministério do Exterior, sucedendo ao grande Barão do Rio Branco e a sua passagem pela chancelaria não deslustrou as tradições do Itamarati. Wenceslau Braz conservou-o à frente da pasta, no seu governo, mas com a deflagração da primeira guerra mundial e com a participação do Brasil no conflito, Lauro Müller viu-se na contingência de retirar-se, dada a sua qualidade de descendente de alemães e a sua opinião contrária à declaração de guerra à Alemanha, opinando que o rompimento de relações diplomáticas era suficiente para exprimir o nosso repúdio aos atos de agressão sofridos (CABRAL, 1994, p. 284).

Essa posição defendida por Lauro Müller e pelo jornal, também ecoava em nível nacional, quando eram apropriadas matérias de veículos da então capital do país, como se verá nos capítulos posteriores.

Ainda sobre este personagem, Vinhosa traz uma referência importante:

A imprensa criticava seriamente a posição de Lauro Müller, acusando-o de germanófilo. O *Jornal do Comercio* dizia que ele “pode ser, apesar do tremá, um ótimo ministro. A 16 de abril de 1917, Medeiros e Albuquerque publicou no jornal *A Noite* um artigo coroadando todas as críticas à origem germânica do Ministro das Relações Exteriores, dando indiretamente ênfase também às críticas de Rui Barbosa. Dizia então Medeiros e Albuquerque que os raros defensores da atitude de Lauro Müller procuravam fazer crer que ele só era combatido por causa do nome, pois, se assim fosse, “nenhuma acusação seria mais inepta”. Para ele, os protestos que se levantavam contra os atos do ministro vinham exclusivamente da confissão “por ele reiteradamente feita de que é tão alemão como brasileiro”. Às que já haviam sido publicadas e que não foram contestadas, Medeiros e Albuquerque acrescentava mais uma: “Daí resulta também que nós, *brasileiros de sangue alemão*, cheios de orgulho por nosso Amazonas, somos ligados por um respeito filial ao Reno de nosso país” (VINHOSA, 1990, p. 31).

A questão envolvendo os sobrenomes dentro do período de guerra serviria de munição para aqueles que desejassem colocar sob suspeita, por quaisquer motivos, os que possuíam ascendência alemã, ou nomes razoavelmente parecidos.

Contudo, no dizer de Marques (2002), no caso de Lauro Müller tal suspeita seria infundada, pois enquanto ministro, nunca procurou usar do cargo para aproximar o Brasil da Alemanha, como foi muitas vezes acusado:

¹ Figura política de Santa Catarina, pertencente ao Partido Republicano, Hercílio Luz foi por três vezes governador do estado, além de vereador, deputado e senador, em diversos mandatos.

Essa posição, embora tenha a Brasil rompido relações diplomáticas com a Alemanha sob a sua orientação, e não declarado guerra, lhe custaria o cargo. Contra ele, a partir de insídias de Ruy Barbosa e de outros americanófilos, se estruturou uma campanha de difamação que afirmava que ele era contra a guerra, por ser um germanófilo em sua origem familiar. Aos que lhe criticaram por não se alinhar automaticamente aos Estados Unidos na declaração de guerra a Alemanha, em poucas linhas ele balizou uma eterna lição de soberania: “O argumento dos oradores nas praças públicas é sempre o mesmo: o Brasil tem de seguir a exemplo dos Estados Unidos. Isto significaria tornarmos nossas opiniões, as opiniões do Estados Unidos. Mas um país independente governa-se por si” (MARQUES, 2002).

As razões de Lauro Müller fazem sentido, do ponto de vista racional; mas também podem ser vistas de outra forma: ao invocar a soberania brasileira em suas decisões, desobriga-se de resolver a questão com a Alemanha, se não optando por alinhamento, ao menos não lhe declarando guerra. Certamente esta possibilidade de interpretação de sua atitude influenciou a opinião pública.

Felipe Schmidt, também de origem alemã, governador de Santa Catarina por duas vezes, entre 1898 e 1902, e nos anos de 1914 a 1918, portanto, dentro do período de análise do jornal. Aliado de Lauro Müller, seu grupo utilizou-se do jornal para enfrentar o grupo favorável a Hercílio Luz. Além de governador, foi senador no intervalo de seus mandatos no executivo catarinense. Engenheiro de profissão, desde a instalação da república, esteve envolvido com a administração do Estado.

Essas duas figuras políticas utilizavam o jornal *O Dia* para fazer o contraponto ao jornal *A República*, pois este, apesar de também se apresentar como portador das ideias do Partido Republicano Catarinense, apoiava, como já citado, o grupo de Hercílio Luz. A seu respeito, Cabral (1994) aponta o seguinte trecho, em que enfatiza a sua popularidade:

Extremamente popular, retirando diretamente do povo todo seu prestígio de que desfrutou em longos anos de atuação, no seu primeiro governo deu grande impulso aos serviços públicos, visando modernizar o Estado e colocá-lo em situação de destaque dentro da comunhão nacional. Reformou totalmente o velho Palácio do governo, abriu estradas, cogitou de dar ao Estado ferrovias e portos, ocupou-se da instrução pública. O seu segundo governo marcou-se pelo saneamento da Capital e pela ligação da Ilha de Santa Catarina ao continente pela ponte que recebeu o seu nome, além de outras obras que o tornaram verdade benemérito de seu estado (CABRAL, 1994, p. 292).

Descontados os elogios e a pouca profundidade de suas ações, que são citadas pelo autor mais como intenção do que como realização, esta referência busca cumprir com a questão da inserção do político no jornal, seu pertencimento ao partido, como forma de identificação da atuação do periódico.

O objetivo deste estudo, todavia, não é o registro dos embates políticos entre ambos (que aparecem nítidos, já que em 1914 ocorre a eleição para governador), mas a questão da germanidade em relação à Primeira Guerra Mundial e, por essa razão, a principal característica dessas lideranças é a sua origem alemã, de onde advém a posição do jornal em relação ao conflito.

De circulação diária (exceto às segundas-feiras), o jornal possuía, em quase todas as suas edições, quatro páginas. Ocasionalmente, a edição era composta de seis páginas e, mais raramente, com oito páginas. Geralmente a página era dividida em seis colunas e em algumas matérias havia a fusão de parte dessas colunas. O periódico não possuía um espaço que pudesse ser entendido como editorial e, esporadicamente, no período estudado, houve a alocação de uma opinião do jornal, exceção aos temas de natureza da política local. Dessa forma, não havendo um espaço de opinião do jornal, as ideias que ele defende precisam ser vistas na forma como as matérias são escritas, bem como na frequência dos assuntos.

A primeira página ocupava, obviamente, os assuntos que o jornal entendia serem os mais relevantes. Daí que, seguidamente, mesmo em meio à guerra, houvesse notícias relativas à Felipe Schmidt, figura maior do partido republicano em Santa Catarina.

Em 1914, o jornal chama a atenção para as repercussões do assassinato de Francisco Ferdinando. No mês de agosto, já se assume que a Europa estava em guerra, conforme se observa na figura a seguir:

Figura 8 – Cabeçalho do jornal *O Dia*



Fonte: O Dia (1914, p. 1).

Conforme se pode observar na Figura, o jornal identifica sua filiação partidária abaixo do título.

O Jornal *O Dia* circulou nos quatro anos em que se desenrolou a Primeira Guerra Mundial. O recorte deste estudo são os anos de 1914, início do conflito, a partir do dia 29 de junho daquele ano, até o final de 1918. Isto porque se considera que o atentado ao príncipe Francisco Ferdinando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, ocorrido no dia 28 de junho daquele ano, é o estopim do conflito. Contudo, a guerra propriamente dita vai se configurar a partir do mês de agosto, ao menos na relevância que o jornal atribuiu.

Na segunda página, em sua maioria, estavam os assuntos sociais, citadinos, e geralmente as matérias pagas, ou pequenas notas que expressavam a opinião de qualquer pessoa que pagasse pelo uso do espaço. Também eram comuns os avisos de utilidades públicas e pequenas notas de cunho policial. Dentro desse contexto, é curioso salientar, para os menos familiarizados com esse tipo de imprensa, que notícias sobre educação – como, por exemplo, o número de alunos que iniciava e terminava um ano letivo, bem como as faltas dos professores eram citados no jornal. Também os registros dos hospitais eram publicados como listas dos pacientes que recebiam alta, os que continuavam internados, os óbitos e outras informações.

A terceira e quarta páginas, quase que exclusivamente se dedicavam a anúncios. Era corriqueira a descrição das possibilidades de transporte ferroviário e marítimo nesses espaços. Também era muito comum, durante um curto período, que uma empresa utilizasse toda a quarta página para seu anúncio.

Assim, o espaço dedicado a notícias propriamente consideradas, ou seja, retirando os comerciais, os anúncios e demais notas, pode, *grosso modo*, ser considerado de 25%, ou uma página. As notícias provinham de telegramas, geralmente do Rio de Janeiro, então capital federal, com os principais fatos do país e do mundo. De tempos em tempos, o jornal publicava uma nota na qual informava aos leitores que os telegramas recebidos, que confirmavam a veracidade das notícias, estavam à disposição na redação do jornal, para aqueles que quisessem consultá-los.

O jornal *O Dia*, concebido com finalidade política – ostentada em sua capa –, tinha como finalidade expor as ideias políticas de parte do Partido Republicano Catarinense. Por ocasião da eclosão da guerra, o periódico descreveu os fatos pertinentes ao conflito, pontuando as batalhas, os discursos, as consequências da guerra para seus participantes. Também procurou demonstrar, no Brasil e em Santa Catarina, como os reflexos da guerra se manifestaram, embora com menos intensidade do que a exposição dos fatos.

Pelo fato de representar a chamada “ala laurista” do partido, ou seja, os partidários da figura de Lauro Müller, e deste ocupar no período o cargo de Ministro das Relações Exteriores, o jornal procurou se posicionar de forma a mostrar as competências alemãs no desenrolar da guerra e de como as relações entre Brasil e Alemanha eram benéficas aos brasileiros, incorrendo, diversas vezes, ao fato de que no sul do Brasil, os alemães eram numerosos e colaboravam no desenvolvimento econômico e social da região.

Prosseguindo com a descrição dos exemplares disponíveis, foram examinadas para este estudo 155 edições do jornal a partir do dia 29 de junho, um dia após o assassinato do príncipe, ou seja, para o ano de 1914. No caso do ano seguinte, 1915, o acervo somente está disponível a partir do mês de julho, o que totaliza 143 edições. Nos anos seguintes, o acervo está razoavelmente completo, possibilitando a pesquisa em 285, 297 e 220 edições, respectivamente para os anos de 1916, 1917 e 1918. Sinteticamente, considerando o período da guerra e retirando deste cálculo as segundas-feiras, onde não havia publicação, teriam sido publicadas 1.319 edições, sendo este número uma aproximação, em razão da impossibilidade de se obter informação, por exemplo, de que ocasiões se deixou de publicar o jornal por outras razões. Como se pesquisou um total exato de 840 edições, a amostragem é de 63,6%.

Destas 840 edições, em 444 delas foi possível selecionar uma das matérias sobre a guerra como pertinente a este estudo. O critério adotado foi separar as notícias que reportavam as situações da guerra, ou seja, apenas noticiavam o avanço ou recuo de tropas, a vitória deste ou daquele batalhão, ou, ainda, que os movimentos das tropas eram nesta ou naquela direção. Interessavam mais as matérias que apontavam em um sentido da significação que o jornal atribuía a guerra, principalmente ao envolvimento dos alemães.

Após esse filtro, um novo critério foi adotado para compor o material de análise. Separaram-se as matérias mais relevantes que pudessem mostrar como o jornal entendia o conflito, no que diz respeito ao que a sociedade brasileira dele poderia esperar e que papel o jornal entendia que os alemães desempenhavam na guerra. São estas as matérias que serão expostas na sequência.

Finalizando a descrição do jornal em sua parte técnica, considerando a quase totalidade das edições pesquisadas com 4 páginas, a regra era de uma composição de 6 colunas por página. *Grosso modo*, pode-se dizer que no ano o jornal dedicou pouco mais de 20% do seu espaço para mostrar a primeira guerra mundial. Quanto à escolha dos espaços, na maior parte a guerra foi noticiada na primeira e na segunda página. Entendendo-se ser a

primeira página o ponto mais visível para o leitor, o jornal ocupou este espaço preferencialmente nos períodos de maior interesse ao leitor, ou seja, quando do torpedeamento dos navios brasileiros pelos alemães, do rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha e na consequente declaração do estado de guerra.

Para o ano de 1916, estão disponíveis 285 edições no acervo digital da biblioteca nacional. Deste total, 116 publicações foram selecionadas para a temática deste estudo. Em virtude de sua maior importância, doze matérias serão transcritas na íntegra.

O ano de 1917 será crucial para o jornal *O Dia*, como o foi em geral para a imprensa simpática aos alemães. Isto porque o afundamento dos navios brasileiros, a ruptura da neutralidade, o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha e a declaração do estado de beligerância contra ela vão ocorrer nesse período. A posição germanófila, portanto, se tornará bem mais difícil de sustentar, bem como a ideia de uma Alemanha vencedora do conflito irá arrefecer.

O acervo de 1917 conta com 297 edições, ou seja, não chegam a vinte edições indisponíveis. Todas elas foram analisadas, ao final restaram 155 edições com textos relevantes. Em consequência deste grande volume de informações, como foi feito nos anos anteriores, somente as mais diretamente ligadas a germanidade serão transcritas na íntegra.

A primeira edição de 1917 a ser citada é a de 04 de janeiro, onde são retomadas as ideias de paz que já vinham sendo trazidas desde novembro de 1916. Na primeira página, “*Em torno da Paz*”, é o título da matéria, que cabe registrar a expressão “rasgo de gênio” com que a proposta alemã é adjetivada; de resto, segue ainda a dinâmica já explicitada anteriormente (O DIA, 1917, p. 1-2).

A 09 de janeiro, a primeira página da edição 8509 traz uma coluna com uma explicação para, mais uma vez, a justificativa alemã no caso da Bélgica. A legitimação da ação alemã naquele país se torna clara a partir de que, cabia aos alemães simplesmente passarem pela Bélgica, indenizando os habitantes por eventuais prejuízos. Se a Bélgica era efetivamente neutra, como podia ostentar as alianças com outros países? (O DIA, 1917, p. 1).

O ano de 1917 foi decisivo para os rumos do jornal. A bandeira da germanidade não mais poderia ser içada diariamente. Ao ter de assumir a postura patriótica e, conseqüentemente, elevar os alemães à categoria de inimigos, o jornal tratou de fazê-lo com uma naturalidade que não poderia existir, dada a paixão com que as notícias eram

apresentadas anteriormente. Somado ao estado de guerra, havia também um sentimento de que a derrota alemã se tornava cada vez mais possível. Dessa forma, a germanidade sobreviveu apenas em momentos esparsos, como os que foram descritos por último, relativos ao mês de dezembro.

Para 1918, o último ano da guerra, as notícias serão trazidas de forma mais sucinta e as transcrições integrais em pequeno número. Isto porque já é possível afirmar que os meses finais da guerra já haviam delimitado como seria a atuação do jornal, ou seja, a impossibilidade de continuar germanista.

No acervo digital correspondente ao ano de 1918, estão disponíveis 220 edições do jornal *O Dia*. Deste número, 66 publicações serão citadas ou comentadas, dependendo da informação que trazem. Os meses de outubro a dezembro não estão disponíveis no acervo, o que impossibilita de analisar o pós-guerra.

Assim se encerra a cobertura para o ano de 1918 e, conseqüentemente, para a própria guerra, já que não há exemplares disponíveis para pesquisa posteriores a setembro, como já referido. Contudo, tal lacuna não compromete a análise do jornal, pois com as reportagens aqui mencionadas, fica evidente a mudança de postura verificada durante o ano de 1917, e ratificada depois da declaração da guerra.

Pela exposição destes artigos e textos veiculados pelo jornal, fica ilustrada a sua aproximação com a corrente alemã, no caso de um possível rompimento da neutralidade em relação à guerra.

A imagem que o jornal construiu a respeito da Alemanha e dos alemães foi obtida por meio das matérias opiniosas, uma vez que, na descrição dos fatos da guerra, o jornal reproduzia as informações que recebia, via telegrama, dos principais jornais do Rio de Janeiro. Isto porque não existiu, no período estudado, um editorial, ou algo semelhante, que pudesse ser entendido como a opinião do periódico. Contudo, é racional entender que estas matérias expressam a intenção do jornal.

O jornal *O Dia* foi o periódico com mais possibilidades de investigação, por conta da disponibilidade de informação. Os demais periódicos não trazem a mesma fartura de dados, tanto nas suas próprias publicações quanto em outras obras. Por tal razão, é que se tem uma descrição mais alongada desse periódico, além de ser, entre os jornais pesquisados, o que mais se empenhou na defesa da germanidade.

Encerrada com esta descrição o capítulo, ficam caracterizados os jornais e, brevemente, suas posições ideológicas em relação ao conflito. Ainda é necessário acrescentar uma síntese do que se cobriu da guerra, em relação a posições dos periódicos brasileiros:

No Brasil, a batalha de ideias e paixões entre os favoráveis à Tríplice Entente – chamados de aliadófilos – e os inclinados em favor das potências centrais – os germanófilos – foi bem mais desequilibrada do que no front. A maior parte dos veículos posicionou-se a favor da França, Inglaterra e Rússia, impelidos pelos laços econômicos com o império britânico e de identificação cultural, que atavam os intelectuais e as elites brasileiras à primeira. Aliadófila foi praticamente francófila. Assim como os alemães, os imigrantes italianos expressaram-se em favor de seu país de origem, um aliado dos impérios de Guilherme II e dos Habsburgo, mas que em 1915 entrou na Guerra ao lado da Tríplice Entente devido a interesses territoriais que o opunham à Áustria-Hungria. A França, identificada como o berço da civilização, da ordem democrática e republicana, das luzes, das letras e das artes ganhou ascendência nos corações e mentes dos intelectuais e publicistas brasileiros. Por outro lado, a maior parte dos jornais era abastecida de notícias internacionais por meio das agências Havas – francesa – e Reuters – inglesa. Estas dedicaram-se a divulgar relatos e impressões favoráveis aos Aliados, numa tentativa de modelar as percepções do conflito entre os que o acompanhavam de longe (SILVA, 2015, p. 636-637).

Este quadro será comentado ao longo dos três capítulos, a partir da organização das informações já propostas anteriormente, mas é importante registrar como aconteceu a abordagem, em termos gerais, por parte da imprensa brasileira.

Cabe, como síntese final deste espaço, recuperar os principais pontos de reflexão: o estado de Santa Catarina como cenário do estudo, a partir da sua imprensa escrita, selecionada entre os anos de 1914 e 1918; a descrição da importância de imprensa como fonte histórica, e as ferramentas utilizadas para a análise do conteúdo jornalístico, eminentemente escrito, já que as imagens não eram tão frequentes nos periódicos.

A exposição das categorias para a análise de conteúdo, definidas pelo agrupamentos das notícias da guerra naval e submarina, bem como o torpedeamento dos navios brasileiros, fatos estes decisivos para os rumos do Brasil na guerra e para as publicações dos jornais; a construção das versões da guerra em cada jornal; e, finalmente, a imagem dos alemães catarinense face ao que acontecia na Europa.

A última seção descreve os jornais, com as informações disponíveis, em relação às suas características técnicas, sua circulação e as peculiaridades do acervo de cada um deles.

2 OS FATOS DA GUERRA: A RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO

Neste capítulo se pretende mostrar como os jornais publicaram os fatos pertinentes à guerra e, ainda, como estes mesmos fatos, quando possível, foram trabalhados de forma diversa por cada órgão de imprensa. E de que forma a notícia foi escrita, atendendo à política editorial do jornal, bem como as aspirações de seu público.

A exposição dos fatos obedece a critérios diversos, pois em alguns momentos será necessária a adoção da temporalidade; em outros, da natureza da notícia; e ainda, do embate entre os periódicos. O que se objetiva com este capítulo é capturar a percepção de que o fato existe, tanto para a historiografia quanto para a imprensa, porém a forma de comunicá-lo torna-se tão importante quanto o fato em si. Este objetivo, que é a ideia principal desta tese, irá permanecer nos capítulos seguintes, adequado às suas peculiaridades.

Contudo, mesmo em meio à diversidade dos critérios da exposição, foi possível organizar o capítulo em três momentos principais: Primeiramente, os fatos ligados ao conflito nos mares, em que estão compreendidas as discussões em torno da situação dos navios alemães no Brasil, as batalhas nos oceanos e a guerra submarina e, por fim, o afundamento dos navios brasileiros pelos submarinos alemães.

No segundo momento, o chamado “perigo alemão” e seus desdobramentos: a reação ao mesmo, o que podemos chamar de brasilianismo; e artigos que procuram mostrar como os aliados e alemães têm seus méritos e suas culpas, bem como escritos que possam responsabilizar este ou aquele pela guerra.

No terceiro e último ponto de reflexão deste capítulo, o ufanismo alemão surge como principal fio condutor. A ele se acrescentam matérias sobre a relação entre Brasil e Alemanha, a participação de outros países no conflito, com destaque para a Itália e como o conteúdo religioso foi acoplado a esta discussão.

2.1 A GUERRA NAVAL E AS AÇÕES MARÍTIMAS

Os combates navais e a guerra submarina têm uma relação mais estreita com a participação brasileira na Primeira Guerra Mundial, pois foi o afundamento dos sete navios brasileiros, que resultaram em cinco mortos, dois desaparecidos e perdas econômicas, o estopim maior de declaração de Guerra à Alemanha.

A guerra naval é um aspecto importante do conflito, principalmente a adoção da guerra submarina irrestrita pela Alemanha. A este respeito, cabe um aprofundamento do tema, iniciando por uma definição do que constitui o termo. No estudo de Brandão, ao analisar as consequências da primeira guerra mundial em águas portuguesas, há uma descrição adequada das razões do uso desta tática pelos alemães:

Para acentuar ainda mais a asfixia da Grã-Bretanha, várias vozes defendiam a promulgação de uma guerra submarina sem restrições, ou seja, dentro do raio de ação submarina qualquer navio poderia ser afundado sem qualquer aviso prévio, fosse este inimigo ou neutro. Até esta data, a maioria dos submarinos, antes de efetuar o ataque, lançava um aviso aos navios, permitindo poupar vidas humanas ao dar a possibilidade à tripulação de utilizar os barcos salva-vidas. Com uma guerra sem restrições, este tipo de preocupações passava simplesmente para segundo plano. A 28 de março, o parlamento alemão aprovou a guerra submarina imediata e irrestrita. Dois dias depois, o navio hospital russo Portugal foi bombardeado no Mar Negro, por um submarino alemão. A 8 de maio, o navio americano Cymric foi afundado, sendo o trigésimo sétimo navio de passageiros vítima de submarinos alemães desde o Lusitania (BRANDÃO, 2015, p. 36-37).

Ou seja, por parte da Alemanha, o emprego desta guerra irrestrita era devido à necessidade de enfrentamento da marinha britânica, já de tradicional inserção no cenário de guerra e de comércio. Em termos numéricos, o panorama trazido por Stevenson ajuda a compreender melhor as motivações alemãs:

Em 1914, os aliados possuíam 59% da tonelagem marítima do mundo (e só o Império Britânico, 43%), contra os 15% das Potências Centrais. O comando dos mares permitiu que os vapores britânicos transportassem mais de um milhão de soldados de seus domínios através do mundo sem perdas, e a despachar centenas de milhares de homens nos dois sentidos no Canal da Mancha. Durante a guerra, os navios ingleses transportaram mais de 23,7 milhões de pessoas, 2,24 milhões de animais e 46,5 milhões de toneladas de estoques militares britânicos (STEVENSON, 2016, p. 276).

Contudo, não somente as questões numéricas devem ser consideradas. A implicação destes números traz consequências e explicações ainda mais importantes do que a simples menção matemática. Ainda segundo Stevenson:

O comando dos mares permitiu que os franceses trouxessem suas tropas da África, e a Grã-Bretanha duplicasse suas importações do Império, recebendo vasta quantidade de lã australiana e trigo, além da munição canadense. A França, com sua principal jazida carbonífera ocupada, tornou-se dependente do carvão inglês; a Itália sempre foi pobre em recursos naturais e dependia das importações marítimas de alimento e matérias-primas mesmo em tempos de paz. Na segunda metade da guerra, os navios britânicos transportaram quase metade das importações francesas e italianas. Os suprimentos americanos de petróleo, grãos, aço e armas transportados por mar foram ainda mais significativos, mesmo antes de os Estados Unidos entrarem na guerra. A vantagem logística dos aliados foi crucial para que suas ofensivas do verão de 1916 fossem possíveis (STEVENSON, 2016, p. 276).

Assim pode-se argumentar que a adoção de uma guerra submarina irrestrita, ainda que possam surgir contestações de ordem ética, torna-se compreensível como decisão bélica, em que o enfrentamento das potências centrais contra os aliados exigia, por parte dos primeiros, uma superação de forças de considerável aporte.

Por conta desses fatos, o Brasil foi envolvido no conflito, pois embora distante dos disparos das armas, a guerra acabava por influenciar a todos. A começar pelas relações entre Brasil e Alemanha. A primeira contribuição de Rinke traduz com objetividade esse panorama:

Embora o Brasil tenha permanecido neutro até 1917, as conexões com a Alemanha foram cortadas quase de imediato pelo bloqueio naval dos Aliados. Assim, a guerra naval não apenas destruiu o comércio germano-brasileiro, mas também ameaçou os investimentos germânicos e germano-brasileiros. Destruindo cabos elétricos, e caçando comerciantes e estabelecimentos comerciais por meio de listas negras, os ingleses trataram de arrancar as influências alemãs do país e de garantir seu butim. Mas quem mais lucrou com essa ruptura não foi a Inglaterra, e sim os EUA. Além da perda de comércio, navios alemães foram confinados nos portos neutros brasileiros. Contudo, muitos negócios alemães conseguiram sobreviver. Alguns, como a Wille Company, simplesmente substituíram o comércio com a Alemanha pelo comércio com os EUA. Outros reinvestiram os lucros em empreendimentos industriais no Sul do Brasil. Isso ocorreu em um momento oportuno pois a concorrência estrangeira foi eliminada face às condições em tempos de guerra (RINKE, 2014, p. 303).

Esse aspecto das relações entre Brasil e Alemanha, por certo, é importante ao se observar a guerra naval; mas sua inserção não se esgota nesse ponto. É importante tê-lo em mente na sequência deste estudo, pois a construção de uma imagem germânica pela via da imprensa vai passar, pelo menos em parte, pelos resultados do estremecimento das relações entre os dois países. Embora a Alemanha tenha feito um considerável esforço em manter o Brasil neutro no conflito, a guerra submarina irrestrita cobrou seu preço, como evidenciado nas palavras de Rinke:

No entanto, o sucesso parecia menos provável quando submarinos alemães começaram a afundar navios brasileiros. O primeiro incidente ocorreu em abril de 1916 com o navio a vapor Rio Branco, que havia sido fretado pelos britânicos. No entanto, pelo menos por algum tempo, quando a guerra entre submarinos ficou menos acirrada, as tensões diminuíram. Isso foi importante, pois os interesses alemães tentaram usar o Brasil como base da estação sem fio para restabelecer a comunicação direta com o país e com a América Latina como um todo. Em 1917, quando os EUA entraram na guerra, a situação mudou drasticamente. A guerra submarina alemã irrestrita logo levou ao afundamento de outro navio brasileiro em abril de 1917. O governo brasileiro, sob o comando de Venceslau Brás, arroxou as relações imediatamente. O ministro das Relações Exteriores, Müller, teve que renunciar ao cargo. Em seguida, houve uma manifestação violenta contra instituições e empresas alemãs, abalando muitas cidades brasileiras, especialmente na região Sul. Diante do ataque a mais navios brasileiros, o governo no Rio de Janeiro finalmente reagiu, declarando guerra contra a Alemanha em outubro de 1917. Publicações em idioma alemão foram proibidas, empresas fecharam, e um

sentimento antigermânico permanecia incontrolável. O uso do idioma alemão em escolas também foi proibido e, portanto, muitas precisaram ser fechadas porque os professores não falavam português (RINKE, 2014, p. 304).

Dessa forma, os fatos relativos a esta faceta do conflito mereceu por parte da imprensa um considerável espaço. O que se tem a seguir é uma síntese destas notícias, sempre com a intenção de estabelecer o diálogo com a germanidade, fio condutor deste estudo.

2.1.1 O apresamento dos Navios

A primeira abordagem noticiosa refere-se ao apresamento dos navios alemães pelo governo brasileiro, ocorrido a partir da publicação do Decreto 12.501, datado de 02 de junho de 1917, cuja transcrição segue na íntegra:

DECRETO N. 12.501 – DE 2 DE JUNHO DE 1917

Manda utilizar todos os navios mercantes allemães ancorados nos portos da Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe concede o n. 1 do art. 2º do decreto legislativo n. 3.266, de 1 de junho do corrente anno, decreta:

Art. 1º O Governo do Brasil requisita todos os navios mercantes allemães ancorados nos portos da Republica, afim de utilizal-os como o aconselharem as conveniências e necessidades da navegação e do commercio.

Art. 2º Uma vez occupados, nos termos do decreto legislativo acima mencionado, esses navios serão considerados brasileiros para o effeito de poderem arvorar desde logo o pavilhão nacional.

Art. 3º O Governo providenciará para que, no mais breve prazo possível, essas embarcações sejam postas em condições de navegar e no serviço de transportes, de accôrdo com o disposto no art. 1º.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1917, 96º da Independência e 29º da Republica.

WENCESLAU BRAZ P. GOMES. Nilo Peçanha. Carlos Maximiliano Pereira dos Santos. João Pandiá Calógeras. José Caetano de Faria. Alexandrino Faria de Alencar. Augusto Tavares de Lyra. José Rufino Beserra Cavalcanti. (BRASIL, 1917).

O tema do apresamento dos navios rendeu discussões em todo o país. Os argumentos utilizados para a concordância e discordância dos termos do decreto variavam, mas é possível resumir os principais pontos de vista em dois principais: aos que se diziam favoráveis, se tratava de uma justa reação à atitude alemã de afundamento dos navios brasileiros; aos que se manifestavam em contrariedade, a tese sustentada era de que não seria prudente agravar as relações com a Alemanha, bem como era lembrado que o torpedeamento dos navios brasileiros havia ocorrido, em parte, pela ignorância do aviso de navegação em águas proibidas.

Ao todo, foram 44 navios apresados, que foram rebatizados com nomes brasileiros, totalizando mais de 240 mil toneladas. Os navios tiveram destinos diversos, mas a maioria foi incorporada ao governo brasileiro.

Iniciando pelo jornal *A Época*, a primeira matéria sobre isso é do dia 15 de abril de 1916 e consiste numa nota até certo ponto trivial, referindo-se aos navios alemães apresados e ancorados nos portos do Brasil. A notícia em si não revela nenhuma situação mais bombástica, mas mostra que, em termos de cobertura da guerra, o jornal busca a neutralidade, ao menos nesse momento. Suas demonstrações de preferência pelo lado francês irão sempre acontecer quando da relação do catolicismo com o protestantismo.

Os navios allemães

Continua na ordem do dia a melindrosa questão dos navios allemães surtos nos portos brasileiros. Relativamente ao aproveitamento dessas unidades germânicas pelo nosso governo, parece ter ficado em via de solução uma proposta de arrendamento por parte do governo, proposta que terá, o character puramente commercial e será endereçada ás companhias proprietárias dos vapores fundeados em aguas brasileiras. Para inteiro êxito dessa operação vão ser consultados os governos da Allemanha e das nações alliadas, para obter do primeiro o consentimento necessário e saber dos segundos se respeitam como se fossem brasileiros taes embarcações, navegando sob a bandeira brasileira e com guarnições brasileiras. Esses navios serão aproveitados não só na navegação de cabotagem como na internacional para os Estados Unidos. O governo do paiz ao encaminhar essas negociações reafirmara a estricta neutralidade guardada pelo Brasil diante da tremenda guerra actual (A ÉPOCA, 1916, p. 2).

A guerra submarina voltaria a aparecer na edição seguinte, de 17 de fevereiro, mas somente dois meses depois o jornal voltaria a publicar algo relativo à guerra naval. A primeira parte da coluna dedica-se a mostrar como a guerra no mar envolve todos os países, direta ou indiretamente. Já a segunda parte alerta para o perigo que correm todas as embarcações, sejam elas de passageiros ou não.

A nova phase em que entrou a guerra nos mares, e que tão grande ruído produziu no mundo inteiro, pondo em ebulição os próprios paizes neutros, não parece ter preocupado em demasia as nações da “entente”. As declarações repetidas dos seus dirigentes, si bem que não esqueçam por em relevo o que de contrário às convenções e tratados tem o novo programma germânico, referem-se as ameaças imperiaes com accentuada ironia. É, de facto, opinião dos technicos, que a campanha submarina sem restricções em pouco pode aumentar o coefficiente de perdas da marinha mercante alliada e neutra. O bloqueio dos belligerantes da «entente», que a declaração allemã de 31 de janeiro objectiva, já fora nominalmente proclamado a 1 de fevereiro de 1915, e nem por isso o movimento dos portos alliados decresceu (A ÉPOCA, 1917, p. 2).

A constatação de uma eficácia menor do que se esperava da parte do bloqueio alemão e da ameaça de guerra irrestrita é mostrada na primeira parte do artigo, mas a seguir se admite que já não existam mais garantias de que os navios de passageiros, até então ilesos, poderiam seguir assim no futuro.

Verdade seja que, em seguida ao protesto e intervenção enérgica dos Estados Unidos, esse bloqueio fictício foi em parte suavizado; os alemães comprometeram-se a não afundar navios sem aviso prévio e tiveram em consideração os vapores que transportavam passageiros, os quais foram, em geral, poupados. Foram estas frágeis garantias que desapareceram agora; mas a sua eliminação não coincide, evidentemente, com a posse, pela Alemanha, de meios de acção mais eficientes que aqueles que já possuía. E tanto isto é verdade, que, em pleno regimen da “acção ilimitada” dos submarinos, a média diária das catastrophes marítimas, provocadas pelos submarinos germânicos, não aumentou (A ÉPOCA, 1917, p. 2).

O tom de crítica branda aos alemães prossegue, assim como a cautelosa referência aos Estados Unidos. A ideia de neutralidade é corroborada aqui, pois nenhum dos lados merece ser alçado ao posto de lado correto do conflito.

A capacidade de armamento das potências em guerra é uma constante nos estudos referentes à guerra. Uma dessas contribuições é a de Renouvin, os seguintes termos:

En cuanto a los armamentos navalhes, la relacion de las fuerzas es evidentemente favorable a las potencias de la Entente. La marina de guerra rusa (8 acorizados y 22 cruceros) sólo puede tener un papel pasivo, ya qe está encerrada en el Mar Negro y en Báltico. Francia ha concentrado en el Mediterráneo, en virtud de los acuerdos franco-britânicos, casi la totalidad de sus fuerzas navales: 21 acorizados y 30 cruceros. En cualquier otra parte, la marina de guerra britânica es la dueña de los mares gracias a sus bases navales y a sus cruceros: la Gran Flota, es decir, el grupo de escuadras que están preparadas para librar una batalla decisiva en el Mar del Norte, cuenta con 20 acorizados, 4 cruceros de batalla y 8 cruceros acorizados (RENOUVIN, 1972, p. 6).

O autor prossegue neste raciocínio listando as forças dos impérios centrais e propondo a reflexão de como seria possível a estes medirem forças com seus oponentes. Esses números são importantes para os temas apresentados neste e nos capítulos posteriores, uma vez que permitem avaliar se os escritos dos jornais refletem ou não esta realidade.

Já com o jornal *O Dia*, o assunto dos navios alemães era uma pauta corriqueira, tanto que no ano de 1916, praticamente em metade das edições selecionadas, o tema é abordado. A título de exemplo, uma síntese do mês de abril deste ano.

Faz parte deste conjunto sete edições entre os dias 01 e 18 de abril de 1916. A última da série é que terá a matéria transcrita por inteiro, pois retrata que aquilo que o jornal tanto

temia acaba por acontecer, isto é, a autorização alemã para que os navios sejam arrendados pelo governo brasileiro. Antes de chegar a isto, porém, em ordem numérica de edição, foram noticiados os seguintes fatos: a 01 de abril, a nota relatava que a “impatriótica campanha do *Jornal do Commercio*” estava como seria de se esperar, já que era injusta, perdendo o fôlego (O DIA, 1916, p. 1).

O jornal acusa seu colega, no caso o *Jornal do Commercio*, de promover uma feroz campanha, suscitando a opinião pública para uma compreensão injusta dos rumos do Brasil dentro da guerra, pois no seu entendimento o que se tentava justificar não passaria de um simples roubo, ou seja, apossar-se de algo que não é seu. De fato, três dias depois, a matéria que se publicou é nesse sentido.

Em 04 de abril, novamente o jornal recorre à opinião de um jurista, no caso, José Mendes, que condena a ideia e diz, de forma sutil, que seria uma maneira de disfarçar um roubo (O DIA, 1916, p. 1).

É uma prática corriqueira dos veículos de imprensa buscar fundamentar o que pretendem a partir da seleção de especialistas em determinado assunto. No caso, utilizar da visão do fato proveniente de um jurista, certamente resultará em um impacto significativo, pois ao dizer que se trata de um roubo, apela-se para o sentimento de honestidade do próprio leitor.

Em 05 de abril, reforçam-se as ideias anteriores, aproveitando uma matéria do *Jornal do Brasil* e remetendo à credibilidade do mesmo o valor das palavras por ele publicadas (O DIA, 1916, p. 1).

Aqui a estratégia se repete, mas com a utilização de outro órgão de imprensa de alcance nacional, com o objetivo de ampliar a capacidade do argumento, pois se vários jornais importantes trabalhavam na mesma lógica, o leitor pode se convencer mais facilmente.

O *Jornal do Comercio* voltaria a ser destaque, mas agora com outra estratégia; ao invés de desqualificar por inteiro a publicação alheia, concorda-se com ela até o ponto em que interessa; depois, desmonta-se o argumento, alegando que os navios alemães não podem ser incluídos na situação que o artigo menciona.

No dia 06 de abril, o jornal contra-ataca uma matéria do *Jornal do Comercio*, alegando que sim, pode-se entender a desapropriação de bens de nacionais e de estrangeiros pelo estado

Brasileiro, mas que não é o caso dos navios alemães, que aqui se encontram por condições acidentais, não por escolha própria (O DIA, 1916, p. 1).

Ouvir um jurista novamente, desta vez apelando para o direito internacional, foi a estratégia utilizada a seguir. Contudo, tem continuidade a tentativa de criar um estranhamento no leitor, no sentido de que o governo brasileiro, além de cometer um roubo, pode passar por incompetente e ignorante.

No dia 07 de abril, mais um jurista, no caso o professor da Faculdade São Paulo, Dario Ribeiro, é conclamado para reforçar o argumento: utilizando boa parte das descrições anteriores, o entrevistado encerra dizendo que somente aquele que desconhece o Direito Internacional é que pode sustentar uma situação como essa (O DIA, 1916, p. 1).

A última matéria desta série, entre as quais não se optou por transcrever por completo, é a mais curta e objetiva: apelando para a neutralidade, como se o fato de ser neutro impedisse o Brasil de resguardar seus interesses.

No dia 14 de abril, o argumento é muito simples: se o Brasil é um país neutro, não lhe cabe tomar tal atitude (O DIA, 1916, p. 1).

Para o dia 18 de março, o jornal estampou na primeira página o artigo *Os navios alemães e o Brasil*, mas desta vez utilizando a opinião de um político de relevância no Estado de Santa Catarina, o então senador Hercílio Luz, cuja íntegra está a seguir:

Os Navios Allemães e o Brasil

Entrevista concedida á O Dia pelo eminente senador Hercílio Luz

"O sequestro de navios allemães seria um crime"

OPINIÃO INSUSPEITA

A attitude do Jornal do Commercio, aconselhando o nosso governo a sequestrar os navios allemães, tornou incandescente uma questão que estava sendo objecto de cogitações jurídicas e diplomáticas. A utilização dos navios allemães, (que, urgidos pela guerra, refugiaram-se nos portos brasileiros á sombra de nossa neutralidade), para solver a grave situação econômica do nosso paiz, resultante da falta de meios de transporte, está agitando os espíritos, encaminhando-a uns á luz dos princípios legaes e querendo outros, para satisfazer sympathias particulares, arrastar o nosso paiz pela pratica de inaudita violência, a um insondável abysmo. Resolvemos por isso ouvir a opinião de um homem de responsabilidade, que, pela elevação do seu espirito, está colocado acima de qualquer suspeição — o ilustre sr. dr. Hercilio Luz, representante do nosso Estado no Senado Federal, do qual é um dos secretarios e que, tendo cursado na Belgica os seus estudos superiores, por ella nutre sentimentos de affectuosa solidariedade. Encontrámos o sr. dr. Hercilio Luz, na sachristia da Cathedral, onde aguardava a hora da celebração do Sacrificio da Missa e, como dava tempo, abordámos a questão e lhe pedimos sua opinião sobre o caso. O distincto

político e conhecido parlamentar acolheu-nos com a sua proverbial fidalguia e poz-se á nossa disposição, dizendo que o local estava na altura do assumpto (O DIA, 1916, p. 1).

Depois da introdução, seguem as perguntas e respostas dirigidas pelo repórter a Hercílio Luz. O trecho transcrito compreende duas perguntas. Na primeira, é solicitado ao político que expresse sua opinião sobre como o Brasil poderia amenizar a crise de transporte a partir da aquisição de navios:

Acho que a situação é difícil, seriamente embaraçosa, porque não podemos attender á exportação dos nossos productos. A guerra, esse temível flagelo que está devastando o mundo, tem impedido que nós renovemos os nossos meios de transporte. Entretanto esse problema é complexo, mas não deve obrigar-nos a sacrificios supremos, que só devem ser impostos no desaggravo da honra e na garantia da liberdade (O DIA, 1916, p. 1).

Na sequência, vem a pergunta que efetivamente o entrevistador tinha seu maior interesse, pois Hercílio é inquirido a respeito de o Brasil se apossar dos navios alemães:

É um assumpto de summa transcendência, que só muito calmamente pode ser resolvido. A utilização dos navios alemães que se vieram abrigar á sombra de nossa neutralidade, só pode ser feita de accordo com os armadores e com a previa permissão do governo alemão. Trata-se de uma propriedade particular e d'ella somente nos – devemos servir com o consentimento dos seus donos. Nem comprehendo como, de qualquer modo, se possa pensar em algum outro recurso, que é illegal, absurdo e contrario á moral. (O DIA, 1916, p. 1).

O último depoimento do senador é mais longo, escrito sem a interferência do repórter. Logo após, o texto torna-se emotivo, como em tantos outros momentos anteriores, mostrando que a guerra era um cenário terrível, mas que as pessoas boas não podem perder seu caráter por conta dela e que se apoderar dos navios alemães seria exatamente demonstrar fraqueza moral.

Hercílio Luz afirma que o sequestro dos navios alemães acabaria pesando na consciência daqueles que o aprovassem, pois tal solução não resolveria o problema do transporte do país e acabaria até mesmo por agravá-lo. Afirma ainda que as pessoas que insistem no sequestro dos navios esquecem os seus deveres de patriotismo. Ao dizer isto, lembra que sempre foi simpático aos alemães, em razão de serem eles responsáveis pelo progresso no estado, ao mesmo tempo, ressalva que não deseja, entretanto, o esmagamento da Bélgica, ato contrário aos seus valores de cidadão. Mas, por ser brasileiro e ter responsabilidades diretas no governo e na direção dos negócios públicos, ele afirma que o

sequestro dos navios alemães seria um crime imperdoável e tal crime não seria capaz o governo brasileiro. E mesmo em caso de guerra, o sequestro não seria a atitude a ser tomada, pois os bens do inimigo não pertencem ao país (O DIA, 1916, p. 1).

A nota encerra com uma descrição emotiva, engrandecendo o Brasil e o então senador, cuja postura pró-Alemanha se mostrara evidente.

A campanha chamou os fiéis á oração: a Missa ia começar. Agradecemos a honra que o distinto Senador nos acabava de dispensar. Entramos com s. exa. no templo. A luz trêmula dos círios parecia-nos exprimir os sobressaltos da Pátria em face da campanha antipatriótica iniciada por uma parte da imprensa do Rio. Ajoelhamo-nos com o eminente Senador, e pedimos a Deus que illumine os nossos homens para que o seu único pharol seja a grandeza de nossa Pátria (O DIA, 1916, p. 1).

Com este texto, o jornal já deixa bem clara sua posição sobre qual atitude do Brasil seria ética nesse caso. A opinião do senador foi ali trazida pela cautela com que aborda o assunto; mas é nítido que o entrevistado se opõe ao apresamento dos navios, o que agrada ao jornal. Essa matéria abre uma série de publicações do mês de março, a respeito da questão que envolve os navios alemães.

Na mesma linha de raciocínio, no dia 29 de março, o jornal recolhe a opinião de Arthur Costa, secretário do congresso Nacional e representante, junto aos governos estadual e federal, das indústrias produtoras de erva-mate. O tema é a questão do transporte de produtos para exportação e para consumo interno. Depois de várias explicações técnicas a respeito do tema, é feita a pergunta que certamente mais interessa ao jornal: O que dizer a respeito do Brasil se apossar de navios alemães? A resposta do secretário é polida, mas adequada: desde que seja feito licitamente, com a anuência dos proprietários e do governo alemão, será uma excelente medida para solucionar o problema (O DIA, 1916, p. 3).

De fato, nos dias 21, 24 e 28 de março, o assunto navios alemães volta à cena. Com pequenas notas ou com artigo mais longo, as edições começam atacando o *Jornal do Commercio*, que defendia a tomada dos navios, contra-argumentando que o café brasileiro não poderia servir para este propósito. Os dois números seguintes reforçam a ideia, primeiro declarando que a questão do café já estava encaminhada em sua resolução e depois confirmando com uma pequena opinião do jurista Clóvis Bevilacqua² (O DIA, 1916, p. 1-3).

² Jurista e escritor, Clóvis Bevilacqua se inseriu também na política, representando o congresso pelo estado do Ceará e como secretário do governo do Piauí. No período da guerra, prestou consultoria ao Ministério das Relações Exteriores.

Como se pode perceber, houve um grande esforço publicitário do jornal para conter a investida brasileira em relação ao patrimônio naval dos alemães. Contudo, ao final do mês, mais precisamente no dia 28, o jornal estampou, com letras maiores, na primeira página, a matéria a seguir:

Os navios allemães

O governo da Allemanha permite o arrendamento pelo Brasil de vapores internados em portos brasileiros

BELLA VICTORIA DA CHANCELARIA BRASILEIRA

(Do Jornal do Brazil)

Abrimos espaço a nota abaixo, entregue a 9 do corrente pelo Ministro Plenipotenciário da Allemanha ao departamento das nossas Relações Exteriores. Como se vê, esse documento é a anuência do Governo Allemão aos desejos manifestados pelo Brasil quando ao arrendamento de alguns navios allemães, internados em nossos portos, para atenuar de certo modo os efeitos da crise de transportes, que tão nociva tem sido a vida econômica deste paiz. Esse annuncio do Governo Germânico, neste momento de tensão de ódios e de pleno exercício de uma política de receios e desconfianças, não pode deixar de ser encarada como uma victoria da chancellaria brasileira, tanto maior quanto é certo que o Governo de Berlim ainda não teve para com qualquer outro paiz gesto semelhante (O DIA, 1916, p. 1).

Na verdade, o jornal se entusiasmar com a ideia que a vitória da chancelaria brasileira, na verdade, é um duplo argumento. Primeiro, a posição do jornal é a de defesa do interesse nacional, portanto, uma manifestação de patriotismo; por outro, ao noticiar a atitude alemã, o jornal reforça a imagem de nação civilizada, poderosa e aliada ao Brasil. Continuando a transcrição da matéria:

Houve, em relação a necessidade que temos de transportes para os productos nacionaes, um frêmito de impaciências, inopportunas, chegando-se mesmo a sugerir com desconhecimentos das regras pais comesinhas de direito internacional referente a espécie, que o Governo Brasileiro devia requisitar os navios allemães abrigados nos nossos portos ou melhor, refugiados á sombra da nossa bandeira honesta e incapaz de proteger disparatadas suggestões de pilhagem e insólita quebra de neutralidade. As insinuações nesse sentido chegaram mesmo a se constituir objeto de commentarios da imprensa estrangeira. Felizmente, emquanto pullulavam os alvitres inteiramente divorciados dos princípios do direito das gentes e do respeito que devemos á propriedade quer nacional, quer não, o Governo Brasileiro, extranho as opiniões insensatas, meditava sobre o problema dos transportes e ao mesmo tempo que promovia um movimento salutar das companhias brasileiras de navegação, que, no limite do possível estão dando razão aos nossos «stocks» de productos, realizando viagens transoceanicas e, pois, prestando serviços inestimáveis, entrava em comunicação com o Governo Imperial da Allemanha, alcançando o resultado expresso na nota ora pública (O DIA, 1916, p. 1).

O tom do discurso continua o mesmo: o Brasil como ator racional, agindo para garantir seus interesses; a Alemanha adotando uma postura correta, que não poderia gerar os comentários maliciosos que outros periódicos tentaram fazer parecer. Finalizando a nota, os navios em questão são nominados, além das explicações necessárias:

A matéria explica que o Brasil não tinha motivos para proceder de maneira diversa, pois entre brasileiros e alemães não há um clima de hostilidades; somente nesta condição é que se poderia pensar assim, ainda que com ressalvas. A nota alemã, feita com consideração para com os brasileiros, se refere a condições de durabilidade do arrendamento e a obrigações que cabe aos brasileiros assumir no que diz respeito às cargas de que são portadores os navios a arrendar. Por essas razões, o Governo Brasileiro, assim que tomou conhecimento do documento, passou a se entender com as companhias proprietárias dos navios sobre as cláusulas do arrendamento, devendo, também, posteriormente, tratar disto com as demais nações em guerra. Algumas notas sobre os navios que vão ser utilizados pelo Brasil: “Santa Lucia”, que desloca 4.228 toneladas e tem 350,2 pés de comprimento, 47,2 de largura e 25,4 de pontal e foi construído em 1907. Outro navio é o “Rauenfels”, que desloca 5.472 toneladas, tem 421,9 pés de comprimento; 55,3 de largura e 20,3 de pontal, sendo construído em 1907. E finalmente o “Steiermark”, que desloca 4.836 toneladas, tem 354 pés de comprimento, 48,8 de largura e 21,8 de pontal. A sua construção data de 1911 (O DIA, 1916, p. 1).

Assim, ficava encaminhada a questão do arrendamento dos navios, que agora, segundo a matéria, seria feito de forma civilizada e acordada com o governo alemão. Neste ponto, o jornal se tranquilizava, pois não feria a sua visão dos fatos e da condução que esperava dos acontecimentos.

Já para o jornal *A Época*, no mesmo mês de março, mais precisamente no dia 18 de março, mas do ano de 1918, já em outro contexto, portanto, a tática adotada foi cruzar informações de outros jornais. Por meio de uma pequena nota, com o título *Idea Desastrada*, preocupa-se em defender os direitos dos navios alemães, repudiando uma proposta publicada no *Jornal do Commercio*, rebatendo-a com matéria do jornal *Correio da Manhã*.

Teve o “Jornal do Commercio” lembrança de sugerir a idéa verdadeiramente sexquipedal³, de, caso a Alemanha, por accôrdo conosco, nos não ceder, como certa imprensa pretende, os seus navios mercantes ancorados e abrigados em nossos portos, sob a proteção da nossa bandeira neutra e amiga, apropriemos-nos do carvão delles, afim de os impedir de fazerem-se ao mar. Seria uma medida de extorção imoralíssima, que, felizmente, contamos da seriedade e da honestidade do governo,

³ Algo extenso, de grande comprimento.

não será posta em pratica. A respeito o “Correio da Manhã”, bordou commentarios de muita sensatez. Disse o brilhante orgam da imprensa carioca: O Brasil não pôde ter semelhante. Seria um verdadeiro attentado contra os nossos deveres de paiz neutral e contra a nossa própria dignidade. Para impedir que os navios allemães deixem os nossos portos, si é essa a nossa vontade, temos a nossa marinha de guerra e as nossas fortalezas. Não precisamos roubar o carvão que elles tem em deposito, e é tão inviolável como são os próprios navios desde que se acolheram a nossa neutralidade (A ÉPOCA, 1918, p. 2).

É preciso registrar que, em 1918, o Brasil já declarara guerra à Alemanha, não sendo mais, portanto, um país neutro. Possivelmente a matéria queria referir-se à neutralidade na questão do apresamento dos navios e do seu destino.

Voltando a 1916, o jornal *O Estado*, em 14 de dezembro, coloca um artigo na página n. 2, intitulado *Os navios Allemães*, ocupando toda a primeira coluna da referida página, descreve as implicações comerciais em relação aos navios mercantes que singram as águas da América do Sul. Infelizmente, vários parágrafos estão ilegíveis, devido à claridade da imagem digitalizada, e não podem ser transcritos. O teor do artigo é o fato de a Argentina estar apresando navios comerciais alemães e o Brasil ainda não ter feito o mesmo. Todavia, é o último parágrafo que interessa a este estudo, pois é a primeira menção dos interesses brasileiros em relação aos navios alemães que o jornal registra:

Os navios allemães, zarpando do Rio aproarão para o sul e, entrando em Buenos Aires, de lá sahirão novamente hasteando a bandeira argentina. E nós que poderíamos com a aquisição desses navios fazer a cobrança do nosso café apreendido em Antuérpia, ficaremos com a barca “Henriette” e com outros navios menores (O ESTADO, 1916, p. 2).

Esta é a primeira referência mais contundente contra os alemães, justificada do ponto de vista dos interesses brasileiros. A edição de 16 de dezembro traz uma comparação entre as forças navais inglesas e as forças navais alemãs. É um artigo extenso, cobrindo duas colunas inteiras na segunda página, razão pela qual se optou em reproduzir apenas o parágrafo essencial para trazer a ideia do texto. Além disso, existem pontos de ilegibilidade ao longo do artigo que, se não trouxeram prejuízos à sua compreensão no todo, dificultam a transcrição completa. Segue o trecho selecionado, no qual se faz a síntese das comparações entre as marinhas, a partir do resultado de uma ação empreendida em 31 de maio de 1916, sob o comando do Almirante von Sheer.

Qual o resultado da batalha? A Batalha demonstrou que a esquadra alleman não pode sahir dos seus abrigos, mesmo com todas as suas unidades, sem arriscar-se a um desastre. É A GARANTIA DO BLOQUEIO. Em que estado regressaria para

seus portos a esquadra alleman? A este respeito, fornece-nos uma indicação segura a sortida subsequente, executada a 19 de julho, pelo mesmo almirante Von Sheer. Desta vez, em lugar de trinta e dois elle não commandava senão catorze ou dezesseis grandes navios. Estes foram suprehendidos pelos navios exploradores dos inglezes, e bateram em retirada. Na perseguição, dois cruzadores ligeiros inglezes, o “Nottingham” e o “Falmouth”, foram ao fundo, torpedeados por submarinos alemães. O submarino inglez “E 23” torpedeou duas vezes o couraçado allemão “Westphalen”. Creem os inglezes que o couraçado allemão foi destruído. Affirmam os allemães que o não tocou senão um torpedo e que elle conseguiu reentrar no porto, como, antes, o “Malborough”. Seja como for, a derrota da esquadra alleman em 31 de maio de 1916 parece ter encerrado, por muito tempo, a éra dos combates no mar do Norte, e é lícito affirmar que, desde o começo da guerra, a Inglaterra teve o privilégio de um preparo mais perfeito, tanto nas suas equipagens como nos seus navios, e mostrou que está mais bem apetrechada para manter e desenvolver suas vantagens (O ESTADO, 1916, p. 2).

O artigo é explícito em mostrar que a guerra naval do mar do Norte não pode, nem nunca pôde ser ganha pelos alemães. Contraria a visão do artigo mencionado anteriormente, em que os submarinos alemães estariam com todas as vantagens nos combates contra navios aliados.

O clima de patriotismo recebe uma manchete imponente na primeira página da edição de 05 de junho de 1917. Não se faz necessário transcrever o texto, pois segue a linha daqueles já citados, como, por exemplo, da Liga de Defesa Nacional. Nesse caso, é mais relevante ilustrar com a imagem da manchete:

Figura 9 – Ocupação do navio Pontos

A ocupação do PONTOS
A tocante cerimonia
A BANDEIRA NACIONAL
TREMULANDO NA POPA
DO NAVIO ALLEMÃO

Fonte: O Estado (1917, p. 1).

A matéria diz como os navios alemães foram ocupados, destacando a eficiência e como se portaram os marinheiros e oficiais brasileiros no ato. A bandeira nacional tremulando em patrimônio estrangeiro é uma forma de mostrar o poderio da nação (O ESTADO, 1917, p. 1).

A sete de junho, retoma-se o assunto da ocupação dos navios alemães. O jornal publica duas comunicações, as quais serão reproduzidas integralmente: uma do governo alemão protestando contra a atitude brasileira e a outra a resposta do governo brasileiro. Ainda será reproduzida uma pequena nota a respeito dos náufragos do navio Paraná, que desmentem terem sido maltratados pelos alemães.

Inicialmente, a nota que contém o protesto da Alemanha:

Por intermédio do Ministro da Hollanda, a Alemanha protestou contra a utilização dos navios allemães, na seguinte nota dirigida ao sr. dr. Nilo Peçanha, ministro das Relações Exteriores:

“Accusando a recepção de officio de v. ex. como me incumbe, tendo a honra de, em nome do governo do Império Allemão, por seu pedido transmittido ao governo da Rainha, protesta formalmente, junto ao governo do Brazil, contra a requisição e utilização dos navios allemães ancorados nos portos da Republica e reserva-se o direito de pedir indemnização para todas as perdas occasionadas aos interesses allemães, com semelhante medida. Peço a v. ex. accusar a recepção da presente”. (Assignado) Zeppelin Obernueller (O ESTADO, 1917, p. 1).

A nota consiste em comunicar o protesto, basicamente. Nenhum outro motivo ou justificação acompanha o texto. A resposta do Brasil é um pouco mais aprofundada:

O sr. dr. Nilo Peçanha, ministro do Exterior, respondeu ao protesto allemão com a seguinte nota: “Tenho a honra de accusar recebida a nota de v. ex. em que, em nome e por delegação do governo imperial allemão, protesta formalmente contra a requisição e utilização dos navios mercantes allemães ancorados nos portos da Republica. Essa medida que tomou o governo da Republica, utilizando-se dos navios allemães em seguida ao torpedeamento de navios da sua frota mercante, assegurando directa e immediatamente, embora pela força, a satisfação dos danos que nos têm sido causados, foi acto de legitima defesa, fundado no próprio direito allemão, que todos os povos praticam, mesmo sem sair do estado de paz, precisamente para coagir a nação offensora a reparações que lhe são imperiosamente devidas. Finalmente, o governo da republica acautelando a propriedade particular e prestando assistência à equipagem dos navios não sahiu da região serena dos princípios e leis que regem a sociedade internacional, só tendo procedido em defeza da sua bandeira e dos interesses do paiz (O ESTADO, 1917, p. 1).

As duas notas demonstram que, se por um lado, os alemães previam a reação brasileira, não poderiam deixar de emitir o seu protesto, ainda que de maneira formal. Por outro lado, os brasileiros consideram natural a sua atitude, em razão dos prejuízos que haviam sofrido até então. Não se encontrou nenhum comentário adicional do jornal, criticando outra postura.

2.1.2 A guerra no mar

A guerra submarina e os combates navais, em geral, além de representarem o envolvimento mais direto do Brasil com a guerra, também serviam como ponto de discussão para os rumos do conflito e a definição de seu vencedor.

Iniciando este tema pelo jornal *O Dia*, a edição de 05 de junho de 1916, de número 8298, traz várias notas e notícias. Em todas há uma nítida valorização do valor germânico. Ao final da primeira página, um quadro com as perdas navais inglesas valoriza todo o conjunto:

Figura 10 – Perdas inglesas de Navios

Navios ingleses afundados na batalha naval do Mar do Norte												
NAVIOS	Construído	Comprimento	LARGURA	ESCALADO	Torçopagos	CANHÕES	Metralhadoras em tempo de paz	Tubo lançac submar	Velocidade	Tripulação	Força cavalos	CLASSE
Warspite	1913 14	182,9	28	8,8	28.960	8 38,16 15,2-12 7,6-4 4,7;	4	8	52	1500	58000	Super-dreadnought
Queen Mary	1912 13	201,2	27,1	8,5	27.430	8 34,3-16 10,2-4 4,7	5	3	28 28,5	1020	87000	dreadnought
Indefatigable	1909	169,2	24,4	8,1	19.050	8 30,5-16 10,2-4 4,7	5	2	25 26,7	760	43000	cruzador de batalha
Invencible	1907	161,5	23,9	7,9	17.530	8 30,5-16 10,2	5	5	25 26,7	730	41000	» »
Defence	1907	149,3	22,7	7,9	14.890	4 23,4-10 19-16 7,6	5	5	23 23,4	755	27000	cruzador couraçado
Blank Prince	1904	146,3	22,4	8,2	13.770	6 23,4-10 15,2-20 4,7	5	3	22 23,7	720	23500	» »
Warrior	1905	146,3	22	8,2	13.770	6 23,4-10 15,2-20 4,7	3	»	»	»	23100	» »
Marlborough	1912 13	176,8	27,4	8,5	25.400	10 34,3-12 15,2-4 4,7-2 7,6	5	3	21 22	1200	27000	Superdreadnought

Fonte: O Dia (1916, p. 1).

A batalha do mar do Norte continuaria a ser assunto durante todo o mês de junho. As edições entre os dias 06 e 10 trariam, sempre na primeira página, novos pormenores, informações mais detalhadas, sempre tendendo a apontar a supremacia alemã (O DIA, 1916, p. 1).

O jornal *O Estado* aborda o tema na edição de 05 de julho, um longo texto sobre a utilização dos submarinos foi publicado. Analisando a guerra submarina e o uso destes equipamentos, é dado um espaço para a França, para a Inglaterra e finalmente para a Alemanha. Inicia o artigo pela perspectiva francesa:

A lucta europea veio dar destaque a uma das modernas armas inventadas pelo homem, cujo valor e importância na guerra foram postas em dúvida por muitos, dando lugar a largas discussões. Outros, porém, entendiam que o submarino era a última palavra em assumpto da guerra naval e que deante d'elle tudo mais desapareceria. Professando escolas oppostas, os dois grupos que se degladiaram até os extremos - optimo ou pessimo. Foi a França a nação marítima que cedo se dedicou a construção de submarinos, razão também por que ella a que mais padeceu os effeitos do período experimental, pagando caro o preço dos melhoramentos que

introduzia. Nenhum outro paiz mais do que ella viu a opinião dos entendidos em marinha tão dividida (O ESTADO, 1916, p. 2).

A explicação continua com os pormenores relativos ao tamanho dos navios, bem como das suas peculiaridades de utilização. A nota mostra como eram exagerados aqueles que entendiam que somente o submarino tinha valor, ficando outros navios, como os couraçados, relegados a segundo plano. Estes entendiam ainda que se lhes dessem o maior desenvolvimento em números, somente eles garantiriam a defesa das costas francesas. Contudo, havia outro grupo que, ao contrário, entendiam que estes navios deviam ser auxiliares dos de grande tonelagem e ter qualidades que lhes permitissem acompanhar as esquadras e combater com elas em alto mar. A nota acrescenta ainda que, apesar do elevado número de submarinos e submersíveis de que dispunha a França, esta jamais nomeou ou se tornou referência em relação ao tema, dentro do cabedal de conhecimentos relacionados ao papel da guerra marítima (O ESTADO, 1916, p. 2).

Um breve parágrafo sobre a situação inglesa, mas para efeito de comparação com a Alemanha, que viria logo a seguir:

Em segundo lugar vinha a Inglaterra. Também ahi houve muito sacrifício de vidas e uma dualidade de opinião, embora não tão sistemática como na França. O almirantado inglez, sendo autocrata, delle dependia o maior ou menor desenvolvimento de taes navios. Houve, porém, uma grande dificuldade a vencer. A aquisição das guarnições para submarinos foi sempre um problema de difficil com que o almirantado teve que arcar. Nem o segmento de gratificação teve o poder necessário para estimular e atrahir o número de que havia necessidade. A construção de submarinos na Inglaterra foi sempre comedida, não tendo o phrenesi que se observou na França (O ESTADO, 1916, p. 2).

Para a Alemanha foi dedicada a maior parte do espaço do texto. Primeiramente, a apreciação foi no sentido da capacidade alemã, que deveria migrar também para esta atividade, pois não ocupava boa colocação entre os países que possuíam esses pequenos navios. Na verdade, a Alemanha até possuía tais navios, mas não em número que a fizesse ocupar um lugar de destaque, nem sequer menção nas publicações anuais do gênero. Contudo, sendo os alemães quem eram, ou seja “*obedecendo ao espirito de organização e methodo que já lhe grangeara o titulo de ‘nação mais scienthifica do mundo’*, como a apelidava o escriptor naval inglez Percival Hislaw, ‘*sendo impossível que qualquer outra nação do mundo a sobrepuje na da eficiencia da esquadra*’, agiu de outra forma, ou seja, mesmo não entendendo ser o submarino a arma da guerra naval por excelência, tratou de olhar com carinho a questão, zelando pelo preparo da tripulação, cuidando de preparar o maior número

possível para guarnecer numerosas flotilhas, se uma emergência de guerra exigisse a utilização da nova arma, em grande escala. Ainda acrescenta a nota que o mesmo espírito previdente e cauteloso levou o governo alemão a não desprezar a questão, como já prevenira anteriormente o bom senso, herança histórica que adquiriu com os ensinamentos de von Moltke⁴ (O ESTADO, 1916, p. 2).

A comparação com a França e a Inglaterra continua, agora tomando como base o pessoal necessário para tripular os navios.

Na França e na Inglaterra, as tripulações dos submarinos eram constituídas pelos officiaes, subofficiaes e praças especialmente destacados para servir nelle. Era pessoal fixo. Na Allemanha, além do pessoal de estadia permanente, todo o resto passava pelo serviço submarino, mesmo pertencendo a guarnições de grandes navios “couraçados”. Enquanto estes estavam nos portos militares, sedes das suas bases navaes, em repouso, as tripulações eram enviadas para os submarinos, adquirindo, assim, não só os conhecimentos peculiares a manobra dos navios como o traquejo no mar, numa escola cheia de perigos e difficuldades sem nome. Uma semelhante providencia aparelhou-a com grande número de officiaes e demais homens aptos para o serviço dos submarinos. Tal foi a situação dos beligerantes ao romperem as hostilidades (O ESTADO, 1916, p. 2).

Com essa exposição, ficava concluído em que ponto se encontravam preparados os três principais contendores ao início da guerra. Depois são mencionados outros países e a guerra submarina em si. Cita-se a Rússia, a Áustria e posteriormente a Itália, como países que não tinham dado grande desenvolvimento à questão. Com a eclosão da guerra, os alemães, para surpresa de muitos, promoveram intensa campanha submarina rivalizando com a Inglaterra, procurando, com isso, bloquear e paralisar o comércio inglês. Contudo, o artigo questiona se tal fato é possível, pois para isso a Alemanha necessitaria de um número muito maior de navios, submarinos, e ainda com mais qualidade, apesar de todo o progresso havido. Tanto quanto é possível deduzir-se dos telegramas e narrativas vindas dos países em guerra, o quadro é de que os alemães não conseguem êxito neste sentido, pois as operações comerciais continuam acontecendo; para impedi-las, seria necessário um contingente humano e material muito superior (O ESTADO, 1916, p. 2).

A parte final do artigo procura, além de esclarecer como os alemães conduzem a guerra submarina, defendê-los de acusações de extrapolarem os limites previstos para situações de guerra, principalmente envolvendo navios comerciais.

⁴ Helmuth von Moltke. Marechal prussiano que atuou na unificação alemã. Faleceu em 1891, mas é considerado uma importante personagem da história militar alemã.

A acusação levantada contra os submarinos alemães de destruírem navios mercantes não é fundada, salvo uma interpretação muito ao pé da letra das normas e princípios do Direito Internacional Marítimo, que não é o que procuramos estudar aqui, porque o submarino ainda não é o ‘todo poderoso’ como querem fazer crer. Contra elle há várias armas, que se tornam facilmente preferíveis principalmente pela sua fragilidade. Os seus golpes serão sempre de surpresa, ou a levando aos navios que navegam com pequena velocidade, ou aproveitando os que passam, por quaesquer circunstancias, ao alcance de seus torpedos. Não dispondo de grande velocidade, quando immersos, só uma boa posição em relação à marcha do alvo lhe permite chegar a tempo ao alcance do tiro de torpedo, que, em tal navio, é relativamente pequena, embora percorrida com uma violência de 45 milhas horarias. Mesmo acompanhando as esquadras, o que já podem fazer, com mais ou menos liberdade (dependendo comtudo do afastamento das próprias bases navaes), a sua acção nos combates é muito pequena, porque não podem estarem em continuo movimento, devendo guardar uma certa posição na esperança de que o inimigo seja atraído para as suas proximidades. Fora d’agua, isto é, emersos, que é quando podem usar uma maior velocidade, ficam muito expostos aos effeitos da artilharia de pequeno calibre que é sufficiente para affundal-os, além do perigo de choque pela proa dos destroyers adversários, os seus mais perigosos inimigos (O ESTADO, 1916, p. 2).

Esta afirmação é um tanto passível de ser contestada, pois o torpedeamento de navios mercantes foi a motivação de o Brasil declarar guerra à Alemanha. Ainda se acrescente a isto o teor do próprio artigo, que ao mesmo tempo que procura minimizar a importância e a letalidade da guerra submarina empreendida pela Alemanha, também tem a intenção de chamar a atenção para as capacidades dos submarinos.

Do ponto de vista militar, a Alemanha é dos belligerantes o que maior rendimento tem tirado dos seus submarinos, levando-os as costas inglezas e ao Mediterrâneo, onde tem causado sérios danos. É só pelo processo racional de adestramento se explica por que apesar do grande número de submarinos perdidos segundo referem as notícias vindas dos países adversários, ella, a Alemanha, ainda os manda ao mesmo theatro de guerra, mantendo sempre o mesmo grau de ameaça. É que na Alemanha cada problema é resolvido por completo e todas as variantes possíveis são egualmente examinadas e resolvidas, no que obedecem aos preceitos ditados pelo mestre da arte da guerra - Von Moltke - que os synthetizou assim: “nenhum problema de guerra presta se elle só comporta uma solução” (O ESTADO, 1916, p. 2).

Essa matéria pode ser considerada, sim, pela forma como foi elaborada, uma defesa dos interesses alemães. Ela mostra como os alemães estão organizados para a guerra, como são práticos quando se deparam com um problema, como os seus submarinos são os mais eficazes, e somente há uma diminuição nas capacidades alemãs no momento em que se tenta atenuar uma possível “culpa” pelo afundamento de navios comerciais. Ou seja, quando é interessante mostrar a força, usa-se o argumento; quando é preciso demonstrar civilidade, questiona-se o mesmo argumento. Com este artigo, fica mais evidente que o jornal pretende defender mais intensamente o ponto de vista alemão.

Já o jornal *A Época* publica, no mês de julho de 1917, na edição do dia 27, sob o título *Universaes*, uma longa coluna, ocupando boa parte da página 2, que descreve como a Alemanha havia optado pela estratégia da guerra submarina. O jornal conserva sua neutralidade: A primeira parte da matéria pode ser considerada favorável à Alemanha, ainda que de forma sutil. Contudo, a seguir é exibido o contraponto ao discurso alemão.

A 20, apresentou-se ao Reichstag o novo chanceler Michaelis. No seu discurso elogiou a acção de Bethmann-Holweg. Referindo-se a guerra submarina, disse o seguinte: “Nego formalmente que esse processo de fazer a guerra, seja contrário à legislação internacional ou violatória dos direitos da humanidade (applausos). De mais, foi a Inglaterra que nos obrigou a lançar mão dessa arma; deante a sua atitude, sujeitando a Allemanha a um bloqueio illegal e impedindo os paizes neutros de commerciaremos conosco, deante de sua declaração de que faz contra nós uma guerra de fome não podíamos hesitar em estabelecer a guerra submarina, sobretudo depois de ver desvanecidas nossas débeis esperanças de ver a grande nação que estava à frente dos neutros da America, deter os processos illegaes empregados contra nós pela Inglaterra, depois também de ver que resultavam inuteis as offertas de paz honrosamente comprehendidas, que fizemos a nossos inimigos para pôr termo aos sofrimentos de todos” (A ÉPOCA, 1917, p. 2).

Novamente a adoção de uma guerra submarina é minimizada, sempre com o argumento de que se trata de um último recurso e que para uma nação civilizada, isto se trataria de uma situação extrema, não de uma decisão habitual. Ou seja, diante do fracasso dessa tentativa, teve que lançar mão da guerra submarina, como último recurso, em sua própria defesa. Isto feito, restaria à Alemanha, como nobre estado que é, fazer tudo quanto fosse possível para reduzir a duração da guerra submarina, mesmo que esta estratégia tenha produzido resultados muito maiores do que se esperava, atingindo intensamente a economia britânica. Ao contrário do que afirmam os aliados, a verdade evidente é esta: o êxito da guerra submarina é perceptível de tal modo que não será possível à Inglaterra resistir por muito tempo e assim a paz será, em breve, a única alternativa possível (A ÉPOCA, 1917, p. 2).

A parte seguinte da matéria é uma réplica ao discurso alemão, feita pelo jornal inglês *Westminter Gazette*, e reproduzida em parte, pois algumas linhas, na parte final da coluna, estão ilegíveis:

A *Westminter Gazette* de Londres diz que o discurso se resume nisto: “A Allemanha conta com os seus submarinos e mais nada para qualquer êxito que possa obter na guerra actual. Até ser este êxito obtido, a tarefa do governo allemão é conservar abertas todas as portas. O facto principal para nós, muito mais importante do que todas as palavras que o Sr. Von Michaelis possa pronunciar, é a existência na Allemanha de uma grande maioria contra os pan-germanistas, o que não quer, entretanto, dizer que não nos convenha a resolução de paz ou os objectivos políticos proclamados por esse grupo, mas sim que a Allemanha desceu do pedestal... (Parte

ilegível)⁵ ... dos primeiros meses de 1916. Não nos preocupemos das “fioriture⁶” que acompanham o discurso, das promessas de suavização econômica apenas recolhidas as colheitas. Não nos preocupemos tão pouco da profunda fé da Alemanha nos seus submarinos, nem do ‘seu poder intacto’, da ‘habilidade superior dos exércitos alemães” (A ÉPOCA, 1917, p. 2).

Dessa forma, fica mais uma vez evidenciado o esforço do jornal em se manter neutro, pois publicou duas versões do fato e não acrescentou a nenhuma delas quaisquer comentários, ou críticas, as quais ficaram por conta de seus leitores. Nesse ponto, há uma similaridade com o jornal *O Estado*, que neste momento cuidava para não se declarar favorável a nenhum dos lados.

Sobre o mesmo assunto, a 15 de setembro, o jornal *O Dia* traz a público uma matéria sobre os submarinos alemães, em que alegava que, mesmo tendo começado a se aperfeiçoar na guerra submarina após os ingleses, hoje a esquadra alemã de submarinos tem tudo a ensinar para a “rainha dos mares”, contestando a supremacia naval britânica (O DIA, 1918, p. 4).

A seção *Echos da Guerra*, presente em quase todas as publicações da época da guerra, publicou no dia 16 de setembro uma versão amenizadora do episódio envolvendo o navio Lusitânia, afundado pelos alemães, mas que estaria trazendo dois submarinos americanos que foram vendidos para os britânicos, o que consistiria em violação do tratado de neutralidade. Dessa forma, os alemães reagiram a uma quebra de compromisso e ao informar o afundamento do navio, o artigo se encerra com as palavras: “Há quem negue este último fato. Mas pelos antecedentes não se deduzem os consequentes?” (O DIA, 1915, p. 1).

A guerra no mar, tanto na sua superfície quanto nas profundezas, foi uma das situações em que os alemães tiveram de responder às nações não europeias, que por esta via se envolveram no conflito, de uma forma ou de outra. Para os ingleses significou ainda uma adaptação a esta forma de conflito, mas também para a marinha comercial houve mudanças. A este respeito:

A resposta inicial britânica à ameaça submarina centrou-se nos cruzadores mercantes com plataformas de canhões escondidas, chamados de Q-ships em função do codinome de seu almirantado. Esses navios chegaram pelas rotas marítimas fingindo ser navios mercantes comuns, expondo-se e disparando seus canhões

⁵ Dedução da parte ilegível: a que se guindou em abril de 1915. Provavelmente existem mais duas ou três palavras ainda. A ideia é demonstrar os primeiros movimentos da guerra, onde os alemães haviam obtido vitórias importantes.

⁶ Floreio musical, que torna mais melódica uma peça.

apenas quando conseguiam atrair um submarino para dentro do seu alcance. Em um momento posterior da guerra, também carregavam cargas de profundidade e equipamentos antissubmarino mais sofisticados. Já no verão de 1915, os Q-ships afundaram três submarinos alemães, mas, para os navios mercantes aliados, eles foram uma benção contraditória, pois fizeram os comandantes dos submarinos adotarem uma atitude ainda mais agressiva de “atirar primeiro e perguntar depois”, ao se aproximar de qualquer alvo em potencial (SONDHAUS, 2015, p. 309-310).

Esse aspecto da guerra submarina é importante para o envolvimento brasileiro, pois ajuda na compreensão dos ataques aos navios nacionais.

No dia 20 de junho de 1916, outra matéria sobre os submarinos, mas esta pertencente ao jornal *O Estado*, é publicada. Em razão do tamanho do texto, que ocupa duas colunas da segunda página, uma síntese será feita e citada uma pequena parte.

Basicamente, o texto alerta para os perigos que correm todos os países que possuem navios comerciais circulando pela Europa. E que por conta desses perigos, devem sim tomar medidas. Mas alerta também que tais perigos são muito maiores por causa de uma campanha da imprensa que tem por objetivo mostrar os alemães como culpados por tal situação. O texto mostra números nesse sentido, de navios apresados, afundados e quem são os responsáveis por isto, mostra também quantidade de navios em circulação e países a que pertencem, fazendo relações proporcionais conforme as nacionalidades e finalidades. O teor principal do texto pode ser resumido na passagem comentada a seguir:

Diz a nota que os alemães afirmam ter a capacidade de destruir, com o uso dos submarinos, todos os navios mercantes que sulcaram os mares da Europa; que, com os extraordinários melhoramentos que se dizem introduzidos nos submarinos, tal ameaça tenha feito cogitar, talvez muito além do que se poderia esta aludida capacidade. Contudo, não se pode também descartá-la, em consequência da falta de dados e notícias. Portanto, que ela mereça ser considerada não há dúvida alguma: que possa aumentar as necessidades em que já se encontram os Aliados e neutros, também é verdade. Afinal, a humanidade se encontra em guerra, mas a vitória é certa. Seria, porém, verdadeiro exagero supor que os submarinos possam destruir o tráfico marítimo. A nota convida o leitor a não deixar de lado a preocupação, mas garante que as coisas não são, pois, tão ameaçadoras como parecem, vistas isoladamente e não concatenadas (O ESTADO, 1916, p. 2).

As duas matérias sobre a guerra submarina tem, sim, franca adesão à causa germânica. Nas demais matérias, não se encontra um equivalente para a causa aliada. Essa matéria é

assinada por um pseudônimo ou apelido, “Pausário⁷”. Tal fato poderia eximir o jornal de quaisquer responsabilidades, pois cabe ao autor sustentar o que escreve. Contudo, tal afirmação também se constitui em frágil argumento, pois ao não conceder espaço para o contraditório, o jornal dá a entender que concorda com o exposto.

Já na edição de 15 de abril, a guerra toma todo o espaço da primeira página, com destaque para o modo como ocorre a ocupação dos navios alemães, evidenciando que tanto brasileiros quanto alemães portaram-se com toda a cordialidade durante todo o processo (O ESTADO, 1917, p. 1).

A 20 de novembro, o jornal publicava uma matéria, assinada pelo mesmo autor da transcrição anterior, na qual eram mostradas as razões que fizeram os alemães temerem a guerra naval com os ingleses:

PORQUE A ESQUADRA ALLEMÃ FUGIA AOS COMBATES

Sensacionaes revelações do crítico naval tedesco capitão Persius

LONDRES, 19 (*O Estado*) - O bem conhecido critico naval allemão capitão Persius, escolheu o momento em que os mais lindos navios da marinha allemã vão ser entregues aos aliados, para publicar no ‘Berliner Tageblatt’ um sensacional artigo, contendo revelações sobre a esquadra allemã. Diz esse critico que a esperança de que a esquadra allemã batesse a britânica numa segunda batalha, como a de Skagerrack, fundava-se num verdadeiro ‘blefe’ e em vergonhosas mentiras das autoridades navaes. Em agosto do 1914 a Allemanha tinha mais ou menos um milhão de toneladas em navios de guerra, enquanto que a Inglaterra tinha mais do dobro e graças aos erros de Von Tirpitz, o material allemão era bem inferior ao britânico. Na batalha naval de Skagerrack a esquadra allemã foi salva da destruição, em parte, pela boa manobra do seu chefe, e parte pelas condições favoráveis do tempo. Se o tempo tivesse sido claro e as manobras do almirante Sheer menos hábeis o resultado da batalha teria sido a destruição de toda a esquadra allemã. Os acanhos ingleses de longo alcance teriam esmagado completamente todos os navios allemães de armamento leve (O ESTADO, 1918, p. 1).

Como se trata de 1918, onde a guerra se encaminhava para o final e onde o Brasil já era declarado inimigo do Império Alemão, não havia mais a necessidade de cautela, como se percebe no restante da matéria:

Assim mesmo as perdas da esquadra allemã foram enormes em 1º de junho estava claro que todo o homem de pensamento era de opinião de que a batalha do Skagerrack seria a única da guerra. De todos os lados von Tirpitz era aconselhado a construir somente submarinos, porem, elle continuou teimoso. Em 1º de Outubro, diversos membros do Reichstag fizeram um ardente appello ao commando militar, e não ao Estado maior naval. Como resultado disso foi dada uma ordem, acabando com a construcção de navios de batalha, com o fim de fazer com que o material

⁷ Provavelmente trata-se de um apelido. Na língua italiana, significa aquele que, com o uso do tambor, marca o ritmo dos remadores, nos antigos navios romanos.

fosse empregado na construção de submarinos. Nesse interim a escassez de material era tão grande que se tornou necessário desarmar um certo número de navios de batalha e retirar o metal. Desse modo, no princípio de 1916, 23 navios de batalha foram desarmados, entre eles um cruzador de recente construção. No princípio deste anno, conclue dizendo o capitão Persius, ‘a nossa marinha consistia somente de *Dreadnoughts*, navios de batalha do typo *Nassau*, *Heligoland*, *Kaiser* e *Markgraf*. Todos os navios que von Tirpitz havia construído desde 1897 a 1906, a custo de innumerados milhões, haviam sido destruídos e os submarinos não estavam em condições de combater contra os navios de guerra britannicos. GRANT (O ESTADO, 1918, p. 1).

De modo geral, cada jornal, em sua característica, procurou mostrar que os navios brasileiros deveriam sim continuar a transportar e comercializar suas cargas, que os alemães deveriam respeitar o direito das nações neutras. Nesse ponto há alguma diferença de opinião, que não se observa quando o assunto passa a ser o torpedeamento dos navios. Aqui os jornais defendem uma reação contra a Alemanha.

Em relação à guerra no mar, fica evidente que os jornais *O Dia* e *A Época* procuraram criar a imagem de uma guerra que não poderia ser vencida pelos aliados, sustentando esta versão até o rompimento da neutralidade; já os jornais *O Estado* e *O Clarão* procuram um pouco mais de neutralidade, embora *O Estado* tenha se posicionado mais frequentemente na direção dos aliados e *O Clarão* tenha preferido manifestar-se pouco neste ponto, pois não foi encontrada nenhuma matéria que pudesse se juntar às demais. As notas publicadas foram tão somente uma ou outra inferência a um fato, sem maior profundidade.

Contudo, a questão marítima ainda tem mais um ingrediente, que é trazido por MacMillan, quando mostra como a ascensão naval alemã aumentou os temores entre este país e a Inglaterra:

A corrida naval é o fator-chave para entender a crescente hostilidade entre Alemanha e Inglaterra. Rivalidade comercial, disputa por colônias, opiniões públicas nacionalistas, todas influíram, mas eram fatores já existentes, parcial ou totalmente, nas relações entre a Inglaterra e vários outros países, como a França, a Rússia e os Estados Unidos. Mas nenhum levou a profunda desconfiança e aos temores que marcaram as relações entre Inglaterra e Alemanha nos anos que antecederam 1914. [...] ao começar a Alemanha a construção de uma esquadra poderosa, tinha de intranquilizar a Inglaterra. A Alemanha talvez apenas desejasse uma esquadra de alto-mar destinada a, como afirmou repetidamente, proteger seu comércio exterior e suas colônias, e por que grandes marinhas assinalavam o status de grande potência, tal como é o caso hoje de armas nucleares. [...] Longe de forçar a Inglaterra a ser amiga, como planejava Tirpitz, a corrida naval criou um fosso profundo entre os dois países e levou ao endurecimento da opinião das elites e dos públicos de um contra o outro (MacMILLAN, 2014, p. 140-141).

A rivalidade criada, ou ampliada, por conta da expansão naval alemã precisa ser acrescentada no contexto em que os jornais emitiam suas opiniões, bem como na decisão dos alemães de usar a guerra irrestrita, a reação brasileira perante este fato.

2.1.3 As agressões aos navios brasileiros

Esse ponto é um dos mais cruciais da guerra, pois com os ataques alemães mudam as circunstâncias da guerra para o Brasil e, conseqüentemente, a cobertura dos fatos. Por conta disso, esta temática será analisada neste espaço, mas será retomada em outros momentos, de acordo com as categorias de análise elaboradas.

O jornal *A Época*, em 21 de maio de 1917, traz o torpedeamento do navio Tijuca. Após relatar os pormenores do acontecido, a costumeira cautela é retratada como opinião, usando as seguintes palavras:

Reuniu-se o ministério, tendo o Dr. Nilo Peçanha, ministro do exterior, feito uma longa exposição sobre o momento internacional. Referio-se a uma mensagem que vae ser dirigida ao Congresso sobre o torpedeamento do vapor "Tijuca" declarando que, embora já confirmada a notícia, esse facto de nenhum modo vinha alterar a situação do nosso paiz em relação a Allemanha, porquanto a nossa conducta deve continuar de accordo com as ideas da mensagem já enviada ao Congresso. O governo da República não tem que declarar guerra à Allemanha, mas não devendo acceitar o estado de guerra que já lhe havia sido imposto pelas circumstancias conhecidas desde que aquele paiz declarou não respeitar o direito das nações neutras torpedeando os seus navios (A ÉPOCA, 1917, p. 3).

O tom de cautela prossegue, agora direcionado para a proteção das águas continentais da América, em colaboração com os Estados Unidos. É perceptível que a declaração de guerra não é desejada pelo jornal.

No momento basta que seja revogada o decreto da nossa neutralidade e collocando-nos francamente ao lado dos Estados Unidos, adherindo a sua política como foi pedido na mensagem. Referio-se aos auxílios que poderemos prestar aos aliados e tratou da necessidade urgente de medidas no sentido do nosso eficiente preparo militar e naval para qualquer emergência. A nossa marinha deve entrar desde logo em acção pois teremos de colaborar com os Estados Unidos na defesa do Atlântico Sul. Em relação aos navios allemães internados em nossos portos, desde o começo da guerra, disse S. EX. ter ficado já resolvido o seu confisco, mediante uma indicação do Congresso, sobre a mensagem que lhe foi apresentada hontem. Assim está assentado que o Congresso se manifestará nesse sentido por intermédio da sua commissão de Constituição e Justiça, sendo as medidas decretadas imediatamente pelo poder executivo (A ÉPOCA, 1917, p. 3).

Prudentemente, o jornal aconselha a não decretar o estado de guerra; tão somente romper com o estado de neutralidade, o que estava encaminhado pelo governo. A ideia parece

ser a de evitar o confronto, mas tomar a iniciativa de defender as costas brasileiras, auxiliando os Estados Unidos em relação ao continente americano. Como se trata de um jornal germanista tem-se o cuidado de não fazer a defesa dos motivos alemães contra o Brasil, mas, por outro lado, de também não expor a Alemanha como vilã.

O caso do afundamento do Paraná é abordado em 16 de junho, pelo jornal *O Dia*, com a publicação de uma entrevista com o comandante do navio, que afirmava não ter visto o submarino nem sua nacionalidade. Acrescentava ainda que entre os alemães não tinha nenhum inimigo (O DIA, 1917, p. 1). É bem possível que as declarações do comandante fossem todas verdadeiras, contudo, isto não exime de culpa os alemães, como a matéria tenta, sutilmente, sugerir. A exemplo do jornal *A Época*, também este periódico procura alguma forma de suavizar a agressão alemã, colocando sob dúvida a bandeira do agressor, sem, contudo, fazê-lo de forma contundente.

Já o jornal *O Estado* usa da imprensa estrangeira e de uma certa chantagem com a opinião pública para pressionar o governo brasileiro a romper com a Alemanha, por conta do afundamento do Paraná, e a estratégia adotada são pequenas notas, aqui agrupadas, todas com alguma importância, para culminar com a principal, que abertamente aponta para o rompimento de relações diplomáticas, como a situação que ao final se mostrará inevitável:

A imprensa franceza profliga⁸ o torpedeamento do Paraná

A grande maioria dos jornaes de Paris occupou-se, detalhadamente, do torpedeamento do Paraná, fazendo comentários sobre as consequências que provirão do procedimento do governo allemão.

Preparativos do vapor que conduzirá o ministro allemão para Buenos Ayres

Parece fora de dúvida que está se preparando o vapor do Lloyd Rio de Janeiro para levar o ministro allemão para Buenos Aires. A carga que esse vapor devia levar para Santos está sendo passada para outro navio.

A população do Rio de Janeiro é relativamente calma

A attitude da população é relativamente calma. Ella está confiante na acção do governo.

Rompimento de relações?

Parece inevitável o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Allemanha, nestas 48 horas (O ESTADO, 1917, p. 1).

A edição de 23 de maio noticia na primeira página o torpedeamento do navio “Tijuca”, ainda de forma extraoficial e, na mesma página, outra nota dá como certa a revogação da neutralidade, em virtude dos últimos acontecimentos (O ESTADO, 1917, p. 1). O torpedeamento ainda seria tema de primeira página até praticamente o final de maio, com destaque para a edição do dia 25, juntamente com os discursos dos parlamentares na Câmara

⁸ Termo com vários significados. Nesse caso, o que mais se aplica é “criticar duramente”.

Federal, no sentido de atitudes mais enérgicas do Estado Brasileiro, intensificando os ânimos para a entrada na guerra (O ESTADO, 1917, p. 1).

No dia vinte e nove de maio, a primeira página está repleta de informações da guerra, já com resultados do inquérito do torpedeamento do navio Tijuca e com a confirmação do torpedeamento do navio Lapa. Há referências ao trabalho da presidência, dos deputados, explicações sobre os acordos do Brasil em relação aos navios alemães, enfim, há toda uma variedade de fatos ali expostos. O que chama a atenção é a campanha para a população entender a necessidade de treinamento militar. É nesse sentido que será transcrita uma pequena nota, intitulada *Pelo Brasil Militarizado – Escola de Escoteiros em Tubarão*:

Graças a iniciativa do instructor do Tiro 282, de Tubarão, sr. sargento Paulino Faustino Rodriguez, vai ser creada naquella próspera cidade do sul uma Escola de Escoteiros annexa a patriótica Sociedade de Tiro d'ali. A nova Escola de Escoteiros, que já conta com avultado número de inscriptos, dentre em poucos dias deverá iniciar as suas aulas de instrucção, reinando muito vivo entusiasmo não só entre os jovens escoteiros, como entre os atiradores do 282, que tem desenvolvido patriótica propaganda a favor da Escola de Escoteiros (O ESTADO, 1917, p. 1).

Ainda nesse sentido, mais duas pequenas notas podem ajudar a entender como o jornal está convencido da necessidade brasileira de defender seus interesses, mas ao mesmo tempo pretende conservar um cenário de equilíbrio. Na primeira nota, o caso dos náufragos no navio Paraná. Na segunda nota, uma reclamação dos marinheiros alemães que estavam alojados na Ilha das Flores, desde a ocupação de seus navios pelos brasileiros.

A bordo do Liger chegaram os náufragos do Paraná que desmentem cathegoricamente terem recebido maos tratos do commandante como os jornaes da Bahia noticiaram (O ESTADO, 1917, p. 1).

Já a nota de reclamação dos alemães tem o seguinte texto:

NA ILHA DAS FLORES – OS TRIPULANTES ALLEMÃES INTERNADOS -
Descontentamento

Os tripulantes dos navios allemães internados na ilha das Flores mostram-se descontentes com os officiaes. Dizem-se maltratados por elles que passam do bom e do mellhor ao passo que os tripulantes por vezes nada tem para comer (O ESTADO, 1917, p. 1).

A nota não esclarece se os oficiais são os alemães ou os brasileiros, encarregados da ordem no local. É de presumir que se trate dos brasileiros, já que seria racional pensar que os

oficiais alemães perderam sua autoridade, conservando tão somente a hierarquia em relação aos tripulantes.

2.2 O PERIGO ALEMÃO E SUAS REAÇÕES

A presença dos alemães no Brasil, desde o início do conflito, foi discutida e vista como uma tentativa de apropriação do território, como uma simples migração de pessoas buscando oportunidades e como uma contribuição para o progresso do país. Essas três posições irão surgir nos artigos, matérias e opiniões desta seção.

Contudo, ao se analisar a ocupação do território catarinense, a presença alemã, de fato, manifesta-se em vários aspectos, que são recolhidos por Piazza (1988). O autor dimensiona essa influência em três vertentes: política, cultural e socioeconômica:

Pela inserção mais efetiva do elemento de origem germânica nos contextos urbanos, vemô-lo, mais rapidamente, aparecer no cenário político-partidário regional, enquanto que o ítalo-brasileiro, pela sua ruralização, vai participar, mais tardiamente, dos embates da política partidária regional. [...] Outro aspecto é a educação formal com a escola. Este é um complexo problema ainda não estudado em todas as suas dimensões. O isolamento do imigrante, com o conseqüente abandono à própria sorte, pelas autoridades brasileiras, que não tinham uma estrutura educacional a ofertar ao recém-chegado, forçou-o a procurar, no contexto comunitário, a criação de sua própria escola, com estrutura e modelo próprio, com sustentação econômica local (só mais tarde tem-se uma intromissão de organismo além-Atlântico, e até de governos estrangeiros), o que propiciaria a conservação de língua materna através de gerações e dos valores culturais. Esta situação daria ensejo a formação de uma resistência bastante forte a um processo de nacionalização, dentro de um programa educacional, quer da nação brasileira, quer do Estado de Santa Catarina. [...] De outro lado, a preservação dos costumes religiosos e da propagação da fé era uma reação ao liberalismo europeu do século XIX, notadamente a “kulturkampf”⁹ alemã (PIAZZA, 1988, p. 355-357).

Como se vê, existem razões para as atitudes alemãs, por uma própria manifestação do seu modo cultural. Interessa mais, entretanto, a referência que se faz nos jornais ao chamado “perigo alemão”, onde o estado de Santa Catarina, pelo número significativo de pessoas oriundas deste país e de seus descendentes, passa a ser alvo da desconfiança nacional. No capítulo IV esta temática terá novo desdobramento, de forma mais localizada. Nesse momento, cabe uma definição mais agregada à origem deste sentimento:

No entanto, de fato, o sentimento de desconfiança não se origina do nada. Aquilo que os contemporâneos identificaram como digno de nota, e que em parte embasa o famigerado “perigo alemão”, encontra real fundamento na manifesta intenção de aproximação da Alemanha junto aos seus conterrâneos que viviam do lado de cá.

⁹ Literalmente, “luta pela cultura”. No contexto, trata-se de um embate entre o estado imperial alemão e a Igreja Católica no último quarto do século XIX, nas questões relativas à educação e religião.

Para o Brasil vieram representantes alemães imbuídos da esperança de estreitar os laços de afinidade (BONOW, 2011a, p. 50-51).

O “perigo alemão”, expressão que frequentou as manchetes do período, pode ser entendido como o temor de que o Brasil (ou o sul do país) fosse controlado pelos tedescos. A sua explicação mais teórica pode ser entendida a partir da definição de Rinke:

Em 1896, o novo governo alemão enveredou por uma nova direção, a chamada *Weltpolitik* (política mundial). Essa nova forma de política estrangeira agressiva e expansionista deu origem a nacionalistas radicais como a Liga Pangermânica. Alguns de seus seguidores exigiam uma política mais ativa naquelas regiões do mundo onde os alemães se estabeleceram. A ideia de “salvar o sangue alemão” em terras estrangeiras era claramente expressão de uma ordem espacial altamente dicotômica. É óbvio que o Brasil participou dessas discussões como uma das principais regiões. Embora os pangermânicos e outros nacionalistas radicais nunca tenham dominado política estrangeira, seu alvoroço teve influência sobre a diplomacia. Então, na virada do século, o chanceler alemão verificou se seria viável algum tipo de controle indireto mais forte do Sul do Brasil. No Brasil, por outro lado, o furor público na Alemanha foi acompanhado atentamente. Foi nesse período que a expressão “perigo alemão” foi cunhada para designar essa terrível situação. Aos olhos dos pangermânicos, e como expansionistas, os alemães no exterior – os chamados *Auslandsdeutsche* – eram um recurso a ser explorado. Sua compreensão da germanice era basicamente racial, calcada na ideia de *ius sanguinis*, ou seja, valia a pena impedir a assimilação de qualquer pessoa com sangue alemão nas veias, pois ela poderia ser útil para as ambições imperiais. Portanto, os emigrantes alemães foram redescobertos como ferramentas em potencial do império pelo lado alemão. Uma variedade de clubes e associações no Reich, como a Liga Pangermânica, a Sociedade Colonial, o Clube Escola Germânica, entre outros, alimentava esse discurso não apenas para seu próprio bem. Empresas, linhas de navios a vapor e igrejas que tinham interesse nisso atendiam ao seu chamado (RINKE, 2014, p. 5).

Contudo, outras fundamentações são possíveis. Como o alemão se comporta no contato com outras culturas? Um aspecto que pode ajudar nessa reflexão é levantado por Nadalin e Fabris, quando observam o fenômeno do “perigo alemão” no Paraná, trazendo uma citação do jornal *Diário da Tarde*:

Na ocasião, o mesmo diário também exaltava as virtudes do imigrante e colono germânico, sem mencionar, nem de longe, o que se dizia do caráter inassimilável do alemão. Ao contrário, essa era, até, uma qualidade, se atentarmos para a comparação feita com o “povo inglês”:

A colônia alemã; numerosa, inteligente, empreendedora, profundamente sympathica ao meio brasileiro, mas mantendo sempre seus hábitos em geral, era e é a que se destina, no futuro dos Estados do sul, a deixar vestígios de sua influencia. [...] É sabido que o typo inglez também degenera na India, dizem que pela influencia muito preponderante do meio physico, independente de qualquer cruzamento e a despeito da escrupulosa conservação de todos os hábitos moraes, intellectuaes e práticos, levadas da mãe pátria. [...] O allemão, nos Estados do sul do Brazil... conserva-se moral e physicamente um perfeito allemão (NADALIN; FABRIS, 2013, p. 14).

Essa postura de manter seus traços culturais e de evitar o contato em demasia com outros povos, certamente reforça a ideia, ou pelo menos pode servir de argumento para aqueles que entendem a chegada de alemães no Brasil como uma tentativa de reproduzir neste território um ambiente para somente estes desfrutarem.

Margaret MacMillan também observa o movimento dos alemães nesta questão. A autora analisa a política externa a partir de dados econômicos, posições ideológicas, declarações políticas e diplomáticas e analisa igualmente diversas personalidades do período. Um dos aspectos que podem simbolizar o pensamento alemão de uma forma mais ampla é o seu papel na corrida colonial. Tem-se, portanto, os seguintes termos:

A questão das colônias era muito sensível na Alemanha. Eis uma nação poderosa, uma das mais fortes do mundo, que não tinha sua Índia ou sua Argélia. Realmente, a Alemanha amealhara algumas ninharias na África e no Pacífico, mas seu Império era insignificante antes da França e da Inglaterra. Até a pequena e burguesa Bélgica possuía o imenso Congo. A necessidade de ser e parecer uma grande potência preocupava cada vez mais os alemães. As ambições imperiais contavam com sólido apoio em Wilhelmstrasse e no meio militar. Como o chefe da Divisão das Colônias do Ministério do Exterior assinalou em 1890, “nenhum governo, nenhum reichstag teria o direito de abrir mão de colônias sem se humilhar perante a Alemanha e a Europa. Hoje em dia, uma política colonial encontra adeptos em todas as partes do país...” No público em geral, a Liga Pangermânica e a sociedade colonial, podiam não contar com número tão considerável de membros, mas compensavam isso com estardalhaço e veemência (MacMILLAN, 2014, p. 90).

Aos defensores dos alemães no Brasil, este argumento suscitava contrapontos, pois a autora deixa clara a importância de se possuir territórios ultramarinos. Os jornais buscavam amenizar ou acentuar a questão, conforme suas intenções.

Retomando a discussão do “perigo alemão”, o primeiro episódio desta natureza chega pelo jornal *O Clarão*, nas edições de 18 e 25 de março de 1916, em que trata de um caso envolvendo um professor, chamado Antônio Victor de Souza. Nomeado para lecionar em Santa Izabel (atual município de Palhoça, que compreende a região metropolitana de Florianópolis), ao se dirigir àquela localidade para procurar moradia, entrou em contato com um sr. Hugo Westphal (que a matéria não identifica quem seja, mas é possível deduzir que se trata de tão somente um morador local), que teria dito “em alto e bom som” que em Santa Izabel só se aceitaria um professor que falasse alemão. E que teria insistido no fato, impedindo de ali permanecer e ameaçando de reunir toda a comunidade para expulsá-lo, caso novamente retornasse. A matéria se finda fazendo uma comparação com outro caso semelhante, que teria ficado impune, ocorrido na localidade de Teresópolis (possivelmente o

jornal se refere a uma comunidade do interior do município de Águas Mornas, também pertencente à mesma região) (O CLARÃO, 1916, p. 1).

O caso seria retomado na semana seguinte, com mais informações: o indivíduo Hugo Westphal seria chefe do partido no local (não se especifica qual partido) e que a ele teria sido enviada uma “*uma carta, toda cheia de atenções amorosas*”, pedindo que não interrompesse nem interferisse no ensino em língua portuguesa. A indignação do jornal se consolida na seguinte expressão:

Oh!!! Que bonito corretivo se applica aos estrangeiros que desrespeitam as leis do nosso paiz e que trabalham abertamente para a germanização da nossa sociedade. Fossem brasileiros natos (bem entendido) que assim procedessem, os rigores da punição teriam cahido sobre suas cabeças com a mais inexorável violência, porém é um allemão que calca aos pés as nossas leis e por isso merece a complacência, sinão os aplausos das autoridades, que se diga a verdade, são coniventes com os transgressores das mesmas leis e que pelo alto cargo que ocupam não temem que se lhes peça contas (O CLARÃO, 1916, p. 3).

Fica evidente, por essas matérias, o empenho do jornal em denunciar o “perigo alemão”, utilizando para isto fatos de várias procedências, ou seja, não somente os assuntos relacionados à guerra. O entendimento que se pode ter deste caso, além do proposto pelo jornal, é de que o referido sr. Westphal entendia que o idioma alemão era o mais comum na localidade. Contudo, é visível que ele extrapolou o seu papel enquanto cidadão.

Esse tipo de situação, que seria recorrente durante o período e largamente mencionado nos veículos de imprensa, tanto no sentido de criticar ou de desmentir, era alcunhado de “perigo alemão”. Outra explicação para o fenômeno pode ser entendida nesses termos:

Dessa forma, reforçava-se a ideia do “perigo alemão”. Esta circulava no seio da intelectualidade brasileira desde o final do século XIX, menosprezada por uns e atestada por outros. Tal tese consistia na imaginada existência de um plano separatista das colônias germânicas concentradas no sul do Brasil, visando tornar a região independente politicamente. Muitas vezes, essa teoria conspiratória incluía o Segundo Reich no seu raciocínio, onde a separação do sul seria uma das etapas de um plano pangermanista de dominação mundial. O crítico literário Sílvio Romero foi uma das primeiras vozes a alertar contra aquela suposta ameaça, ainda no final do século XIX. Na sua concepção, a diferença cultural e racial existente entre os alemães e os brasileiros, tornava o imigrante germânico inassimilável, fomentando o isolamento desses núcleos imigrantes. Tais comunidades, prósperas economicamente e apartadas da sociedade brasileira, buscariam a independência política, fracionando o território nacional. Esta definição do “perigo alemão” foi defendida por Romero, primeiramente, numa conferência no Real Gabinete Português de Leitura, intitulada *O elemento português no Brasil*, e em parte modificada posteriormente, em 1906, quando publicada no livreto *O aleanismo no sul do Brasil* (PIRES, 2015, p. 74).

Ou seja, a ideia repercutia em todo o país e era disseminada por personagens de diversos ramos de atuação e abordagem. Ainda nesse sentido, outras duas possibilidades de observação do fenômeno cabem nesse momento. Primeiramente, uma abordagem que procura reduzir o impacto do “perigo alemão”, ao compará-lo com o que outros povos também teriam tentado levar a termo:

Em apoio à tese do “perigo alemão”, vale-se, dentre outras, de uma série de fontes francesas, inglesas e norte-americanas. Não faz, no entanto, uma crítica interna e externa com os documentos que trabalha. Que o imperialismo alemão passou a demonstrar interesses pelos *Deutscherausländer*, sobretudo daqueles em cujas áreas se preservava o *Deutschtum*, não há como negar. Mas também não se pode omitir que, na desenfreada corrida imperialista que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, Inglaterra, França e Estados Unidos tinham ambições imperialistas semelhantes às da Alemanha (VOGT, 2007, p. 228-229).

O autor procura argumentar que a iniciativa alemã em pouco ou nada difere do que outras potências fizeram, embora admita, sutilmente, o interesse alemão por terras além dos seus domínios. Aqui a equiparação do ato funciona como principal justificativa: não somente a Alemanha fez, como outros fizeram; se aos outros não foi dado grande destaque, porque razão se deveria fazer o mesmo em relação aos alemães?

A segunda referência é de Rene Gertz, que descreve a longevidade com que o debate do perigo alemão esteve presente nos estudos das relações dos dois países, e de como isto se deve ao número de alemães adentrados ao Brasil:

Imigrantes e descendentes costumam exercer algum tipo de influência sobre as relações entre os países de sua origem e de seu destino. No caso da Alemanha e do Brasil, o fato de este ter recebido o segundo maior contingente de imigrantes vindos daquela (ainda que em quantidade muito inferior aos Estados Unidos da América, que foram o destino preferido), as relações políticas, econômicas e culturais transcorreram – no mínimo entre 1871, ano da fundação do império alemão, e 1942, ano do início do segundo enfrentamento bélico entre os dois países –, em parte, sob o pano de fundo da presença de um número significativo de população de origem alemã. De forma generalizada, pode-se afirmar que esse período de cerca de 70 anos da história das relações germano-brasileiras teve como fator, no mínimo, interveniente, com intensidade variável, no decorrer do tempo, a discussão sobre o assim chamado “perigo alemão”. Isso significa que a presença das “colônias alemãs” era vista como fator importante na definição dos interesses da Alemanha em relação ao Brasil. Ainda que houvesse divergências entre os contemporâneos a esse respeito, e ainda que haja divergências entre os estudiosos sobre aquilo que “realmente aconteceu”, esse período está relativamente bem investigado pela ciência histórica (GERTZ, 2013, p. 90-91).

Assim, se junta ao debate um pouco mais de equilíbrio, no sentido de que, se por um lado alerta-se para o fato de que muitos alemães no Brasil pode significar o nascimento de

uma nova Alemanha; por outro lado, tem-se também como contraponto a semelhança dos atos alemães aos de outros países, que também buscaram terras em outros continentes e para lá direcionaram seus excessos populacionais.

O jornal segue na sua descrição com a edição do dia 08 de abril, a mesma organização de exposição dos fatos é utilizada. Com pequenas notas, o jornal relata três breves episódios, sob o título *Desaforos*. Um deputado, de origem alemã, teria dito: “*É mais fácil todos os brasileiros tomarem ..., do que os alemães perderem.*” Na mesma dinâmica, recolhe um dito comum entre meninos de sobrenome alemão: “*Depois de os alemães vencerem a guerra, veem tomar conta do Brasil.*” A nota destaca que os meninos apenas replicam o que ouvem em casa. O último “desaforo”, é o que diriam costumeiramente os alemães que vivem no Brasil: “*Depois da guerra acabada virá um navio alemão estacionar no porto de Itajahy.*” Ironicamente, o jornal saúda os autores da frase como “os grandes amigos dos brasileiros”. (O CLARÃO, 1916, p. 3).

Na página 2, a matéria *Em guarda*, alerta para a questão do armamento que os alemães estariam organizando no Brasil. Utilizando de informações de jornais gaúchos (*A RUA*), é feita uma descrição de como a colonização alemã faria parte de um plano de conquista do Brasil (novamente o Perigo Alemão), mas desta feita construindo a ideia de que existem em Santa Catarina, Paraná e no Rio Grande do Sul, 80 mil atiradores alemães (O CLARÃO, 1916, p. 2).

Organizados em torno de uma sociedade, sediada em Porto Alegre, chamada Water, cerca de 10 mil desses atiradores estariam se exercitando rotineiramente, por meio de seus campeonatos de tiro. Seria, desse modo, um clube de tiro, só que frequentado majoritariamente por alemães. Os clubes de Tiro nacionais teriam feito tentativas de filiar os alemães, a fim de mesclar os atiradores e assim diminuir sua influência, mas não teriam conseguido. Assim, os alemães seriam uma espécie de força de reserva, pronta a entrar em combate, já com as habilidades bélicas desenvolvidas. O ponto de alerta ocorre no momento em que a matéria informa que, a partir de agora, pode-se adquirir, por exemplo, o rifle Mauser 1910 (enquanto o exército brasileiro ainda usa o modelo 1908), e que a tal sociedade Water poderá, portanto, deixar de lado as espingardas de ar comprimido, as Winchester e as Manulicher, para se utilizar desses armamentos. O jornal não confirma se tal fato, em verdade, ocorreu. Paira a ameaça no ar. Depois de descrever mais uma série de alertas contra o perigo alemão, encerra a matéria com nova alfinetada na direção do rival: “*Amanhã o Dia*

virá dizer: ‘esse factu não tem a importância que lhe querem dar’. O que fazer, si Christo foi vendido por 30 dinheiros !!.’ (O CLARÃO, 1916, p. 2).

Na edição seguinte, são várias as matérias, todas pequenas, mas com títulos provocativos, no mesmo sistema antigermânico: *Farpas*; *Parodiando: inverta-se: “não há perigo alemão”*, para, “*não há perigo brasileiro*”; *Congresso de Bispos Allemães: o que diz um jornal suíço*; *O que abunda não prejudica: não há perigo alemão*. Esta última refere-se a uma conquista do Kaiser Guilherme junto ao Papa, nos seguintes termos:

Desde 1913 que demos o grito de alarme contra o perigo allemão, ante o conchavo do Kaiser e o Papa, e por isso vamos reproduzir o motivo a que deu causa o nosso grito de alarme. A folhas 295 do *Almach*¹⁰ *Bertrand*¹¹ de 1913, lê-se: OS PADRES ALEMÃES NO BRASIL: Segundo um telegramma de Roma, o Imperador Guilherme acaba (1911) de alcançar d'aquella capital, uma importante vitória: Obteve do Papa que, de ora avante, nos três grandes Estados do Brazil, Rio grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, será apenas auctorizado o ingresso de padres allemães, devendo pouco a pouco ser retirado o clero francez, que até aqui exercia sua influência naquelles estados. E.... não há perigo allemão (O CLARÃO, 1916, p. 3).

O jornal *O Dia*, de caráter germanófilo, abordou o tema de várias formas. Uma delas foi por meio da “Lista Negra”, tema frequente em questões referentes à guerra e aos alemães. Tal fato é retomado na edição de 17 de junho. Ocupando uma coluna na página três e mais uma na página quatro, o que não era tão usual, o texto acusa os britânicos de provocarem sérios danos à economia, na questão do controle marítimo, impedindo o comércio e prejudicando atividades de empresas brasileiras, neutras no conflito (O DIA, 1916, p. 3-4).

A “Lista Negra” era um dispositivo de boicote à Alemanha, como forma de enfraquecer a economia do país. Consistia em impedir os países neutros de fazerem o comércio com a Alemanha e, mais tarde, internamente, agrupar em uma lista as empresas com as quais ficava proibida qualquer transação comercial.

Ainda para o mês de junho, duas matérias serão transcritas na íntegra. A primeira, constante na edição de 20 de junho, ironiza o perigo alemão a partir de uma nota publicada em um jornal português, tendo o Brasil como tema principal:

Perigo allemão debellado

¹⁰ Talvez aqui haja um erro de grafia do jornal. Possivelmente, a palavra seja *Almanach*, ou seja, *Almanaque*.

¹¹ O *Almanaque Bertrand* era uma publicação portuguesa, popular na Europa nas primeiras décadas do século XX. O jornal refere-se, possivelmente, a uma edição alemã, de 1913, que trazia a notícia.

No jornal *O Século*, de Lisboa encontramos um telegramma que nos dá a notícia de um facto que absolutamente ignoravamos. Esse telegramma foi transmittido de Paris, naturalmente para incutir coragem aos tímidos, fazendo-lhes crer que o nosso governo quebrou a linha de neutralidade. Vae o telegramma, com os seus retumbantes títulos e sub-títulos, embora os typos não guardem o tamanho do original lisboeta:

O BRAZIL EM FOCO

São desarmadas todas as sociedades alemãs

PARIS, 13.- Telegrapham do Rio de Janeiro dizendo que, como medida de precaução, o governo federal confiscou o armamento de todas as sociedades allemãs existentes no Brasil (O DIA, 1916, p. 1).

Contudo, outros veículos poderiam variar em sua abordagem. O jornal *A Época*, ao comentar o caso dos colonos de Teresópolis, em que supostamente os alemães estariam organizando uma Alemanha no Brasil, remetendo para o seguidamente citado “perigo alemão”, adota um equilíbrio entre patriotismo e bom senso. Esta foi a receita utilizada pelo jornal para manter sua receita de aparente neutralidade. O texto coloca que os alemães que estão no Brasil não praticam tal ato por vários motivos: por desinteresse, por desnecessidade e por inutilidade.

É do “*Imparcial*” de 19 de novembro último o artigo que segue: Por effeito de uma suggestão muito comprehensivel, logo que se tornou inevitável a nossa entrada na guerra, começámos a vêr por toda parte espiões. Esta mania não é mais do que a repetição do que succedeu na França e na Inglaterra, no começo da conflagração. A espionagem allemã, admiravelmente montada naquelles dois paizes, e funcionando activamente durante a paz, revelou-se por alguns factos que impressionaram o espirito público. Em certo ponto encontrava-se uma esplanada de cimento, desde muito tempo construída, e preparada para receber canhões de grosso calibre. Em outro descobriam-se installações telephonicas clandestinas. Pequenos commerciantes, empregados de hotéis, desapareciam da noite para o dia, verificando-se ou desconfiando-se serem officiaes allemães disfarçados (A ÉPOCA, 1917, p. 3).

O tom de tranquilização da sociedade brasileira é evidente no artigo. A amplitude do litoral brasileiro é agora somada aos argumentos anteriores, com a intenção de diferenciar a situação brasileira dos países citados anteriormente. A nota afirma que as operações militares demonstravam que se dispunha de muita informação, com riqueza de detalhes, sobre tudo que interessava ao seu avanço sobre o território invadido. Sob a impressão desses acontecimentos, era natural que por toda parte descobrissem espiões e em tudo vissem atos suspeitos. Contudo, no Brasil, a situação era muito diferente, ou seja, não cabe reproduzir aqui o mesmo raciocínio em relação à espionagem e informação que se tem na Europa. Assim, a ideia de

uma invasão do país por forças alemãs torna-se absurda, para qualquer época, especialmente durante a guerra. Pensar em um ataque às costas brasileiras por submarinos é irrealizável, por conta do raio de ação dessa arma, que mal atinge metade da distância das suas bases mais próximas a Pernambuco (A ÉPOCA, 1917, p. 3).

Os motivos para desconsiderar a possibilidade dos alemães serem espiões no Brasil não se esgotam aqui. A matéria prossegue, avançando ainda mais em sua ousadia, ao afirmar que aos alemães não seria necessário espionar nada, já que eles eram responsáveis por parte da infraestrutura brasileira, que seria fruto de seu próprio trabalho. O jornal afirma que o inimigo não tem, pois, necessidade de espiões, seja para qual finalidade for; o alemão executa tudo que pareça útil, mas nada que seja inútil. São vários os motivos que fariam os alemães não se interessarem em ocupar o Brasil: a ausência de fábricas de armas e munições que fosse necessário destruir ou inutilizar. Outro motivo seria a esquadra naval, respectivo armamento e tudo que lhe diz respeito; pois os alemães conhecem tudo isto tão bem quanto os brasileiros, pelo que consta dos almanaques, relatórios e mais publicações, tanto aqui quanto no exterior. Ainda mais dois argumentos surgem: o armamento em terra, os depósitos de armas, as fortificações, da mesma forma o alemão conhece melhor do que os brasileiros, porque foram justamente eles que fabricaram, prepararam e montaram. A matéria toma certa ironia neste ponto, ao dizer que sobre os recursos e eficiência do Exército Brasileiro, von Hindenburg se acha tão informado como o sr. Caetano de Faria¹². O último ponto é sobre a espionagem, com a pergunta: devemos pôr de lado a preocupação dos espiões? Sim e não. Sim, quanto aos espiões que andamos a ver em cada turista com sua máquina fotográfica, em cada atividade noturna, em cada estrangeiro fazendo um piquenique, ou qualquer um que passeie pelas praias. Se os alemães pudessem realmente cogitar desembarque no litoral, não precisariam dar-se ao trabalho de sondá-lo, porque este trabalho já foi feito publicamente, mas não por eles, mas pelos ingleses. Sim, os ingleses, que não são os inimigos, desviaram a atenção para os alemães, fazendo perder de vista o campo em que os agentes inimigos podem agir – e no qual tem agido e continuam a agir (A ÉPOCA, 1917, p. 3).

A mesma matéria busca alertar para o verdadeiro perigo que poderia vir dos alemães, ou seja, a guerra submarina e as dificuldades que poderiam advir para o comércio internacional brasileiro.

Queremos referir-nos á insuflação de agitações operarias; á intriga internacional, que no caso presente tomou a forma de revivescencia de extinctas prevenções argentino-

¹² Ministro da Guerra do Brasil no Período.

brasileiras e, sobretudo, ao nosso movimento de navegação. A tarefa mais importante dos agentes inimigos no Brasil é a de comunicarem a saída, roteiro e destino dos nossos navios mercantes, ao seu governo, pelos mil e um meios ao seu alcance. Esta é a verdadeira espionagem que nos tem custado caro, e contra a qual não se tomou nenhuma providência sensata. Deixámos nossos navios seguir publicamente ao encontro dos submarinos allemães, e, para poupar os restantes, resolvemos supprimir as viagens (A ÉPOCA, 1917, p. 3).

As comparações com números em relação aos ataques e torpedeamentos são a parte final da matéria, mas com a ressalva que também faltou um pouco de prudência e de estratégia por parte dos brasileiros para evitar o contato com os torpedeiros alemães.

Nos portos inglezes entram por semana mais de dois mil navios. São atacados em média vinte, uns afundados, outros escapos, percentagem inferior a um por cento, apesar das costas britânicas estarem cercadas de submarinos. Dos navios que trafegam para a Europa quasi todos têm "encontrado" submarinos, e a percentagem dos torpedeados é de cerca de trinta por cento. Ante a immensidade do oceano, não se pode attribuir este facto á mera coincidência. O inimigo sem dúvida é informado. Ou era, pois que o nosso descuido neste ponto nos levou a suspender a navegação para a Europa. Em materia de espionagem nos deixamos tomar de uma excitação que desnorteia as autoridades e os leva a agir com incongruencia. Tão interessados como os allemães pelo resultado da guerra são os austriacos, os turcos, os bulgaros, que continuam a dispôr das immunidades diplomaticas para informarem livremente Berlim de tudo que queira saber sobre o Brasil. Nem mesmo precisam recorrer aos bons officios de outras legações sabidamente germanophilas. Deixamos de tirar destas considerações os commentarios naturaes, que não escaparão certamente ao governo (A ÉPOCA, 1917, p. 3).

Essa matéria revela uma crítica aos alemães – que seria inútil negar, já que os navios brasileiros haviam sido afundados por eles, mas, ao mesmo tempo, procura resguardar da desconfiança os alemães que aqui trabalhavam. Observar ainda que o jornal não produziu este material, mas tratou de pinçá-lo dos veículos que se adequavam à mensagem que pretendia divulgar.

Registre-se ainda que tal desconfiança não era exclusiva a Santa Catarina. No Rio Grande do Sul também havia tal sentimento, e igualmente, naquele estado, a importância dos alemães na economia era importante.

As desconfianças em torno dos imigrantes de origem alemã eram muitas, passavam pelo militarismo exacerbado chegando às questões religiosas. O fato de que muitos deles eram luteranos gerava um desconforto, já que a religião que predominava no Brasil era a Católica Apostólica Romana. Entretanto, no Rio Grande do Sul as pequenas agroindústrias formadas por imigrantes desempenharam importante papel na pauta das exportações (ROSA, 2017, p. 50).

Na mesma linha, também na mesma edição, o jornal dá voz ao apelo do governo brasileiro em relação aos alemães.

Appello do Governo a todos os brasileiros: “Respeite a pessoa e os bens dos allemães; só ao governo incumbe punir aquelles que tentarem contra a defesa nacional. Nenhum brasileiro deixará de cumprir o seu dever, alistando-se nas linhas de Tiro e reservas navaes, trabalhando pela producção dos campos, velando contra a espionagem e estando alerta aos appellos da Nação. É opportuno que aconselhemos a maior parcimonía nos gastos de qualquer natureza, públicos ou particulares. Intensifique-se, tanto quanto possível, a producção dos campos, a fim de que a fome que bate já ás portas da Europa, não nos aflija também, e, antes, possamos ser o celleiro de nossos alliados. Estejam todas as atenções alerta aos manejos da espionagem que é multiforme, e emmudeçam todas as boccas quando se tratar do interesse nacional – W. BRAZ”. (A ÉPOCA, 1917, p. 3).

Esse apelo seria republicado várias vezes nos números seguintes. A ideia é de que, além de ser o certo a fazer, era também uma determinação estatal.

Porém, outros motivos devem ser trazidos a esta discussão. Isto porque havia interessados em promover uma campanha de desestabilização dos descendentes de alemães no Brasil:

Logo após o início da guerra, as relações do Brasil com as principais potências beligerantes europeias foram alteradas, pois a Alemanha foi imediatamente eliminada como parceira comercial do Brasil pelos navios de guerra ingleses. Estes, aliás, impuseram restrições às relações comerciais do Brasil com todos os países europeus. Quanto à França, por sua vez, não tinha poder de competição com os ingleses e os norte-americanos; os primeiros, dominadores dos mercados latino-americanos, e principalmente do brasileiro, desde o início do século XIX, e os segundos, procurando assumir posições nestes mercados desde o início deste século. Em defesa dos seus interesses no Brasil, e procurando eliminar todas as atividades alemães aqui, o governo inglês desencadeou uma violenta política imperialista sobre o Brasil. Esta atitude inglesa encontrou, contudo, uma série resistência por parte do governo brasileiro, que procurou defender os vários setores da sociedade atingidos por ela. Mas, mesmo assim, a ação indébita da política inglesa no Brasil atingiu limites insuportáveis, com interferências arrogantes do ministro inglês no Rio de Janeiro, e dos cônsules em vários estados, num total desrespeito à soberania nacional (VINHOSA, 1990, p. 43).

Essa afirmação se torna importante à medida que fornece argumento para os defensores da causa alemã, ao expor as atitudes inglesas e, ao mesmo tempo, mostra que todos os países, tanto europeus quanto os EUA, visavam somente seus próprios interesses, o que alicerçaria a posição de defesa da pátria tão somente, sem se aliar a ninguém.

Voltando ao periódico *O Dia*, há uma série de pequenas notas, provocações, ironias e outras formas de relatos, em que o perigo alemão e o germanismo são o tema principal. Em resumo, são os seguintes pontos:

Brasileiros, acima de tudo é o título da matéria de 01 de dezembro. De autoria de Gil Vidal,¹³ procura mostrar que acima de quaisquer simpatias por aliados ou alemães, o que deve prevalecer no tempo de guerra é a defesa incontestada dos interesses brasileiros, ou seja, demonstrar simpatia por este ou por aquele lado, somente com sólidos argumentos nacionais. Contudo, sutilmente o autor procura mostrar que os aliados devem ser questionados, pois aproximar-se deles pode significar prejuízo aos interesses brasileiros (O DIA, 1916, p. 3).

Numa linha de raciocínio muito semelhante, no dia seguinte, na mesma página três, é publicado *O nosso germanofilismo*, texto sem autoria, mas extraído do mesmo jornal de Gil Vidal, que, basicamente, tenta explicar que a aproximação com a Alemanha é somente uma consequência daquilo que é melhor para o Brasil e não uma questão ideológica (O DIA, 1916, p. 3).

A esse respeito, as relações econômicas entre Brasil e Alemanha e, em razão disso, o fundamento para o germanofilismo, pode ser mensurado a partir desta descrição:

Mantendo o tato nas pretensões sobre o Brasil, a Alemanha obteve lucros, principalmente através do comércio de material bélico com o governo brasileiro. Negócios de grande envergadura, que envolviam concessões governamentais, evidenciaram a confiança de um país no outro (além da possibilidade de grandes cifras), bem como, despertaram inveja nas potências rivais. A presença alemã na economia brasileira não possuía a mesma abrangência da britânica, mas era importante. Os alemães injetaram capital no país. Entre os últimos dez anos do século XIX e os primeiros do XX, foram inauguradas seis companhias de seguros. O capital entrou, posteriormente, inserido na indústria, na agricultura e no comércio, para tanto buscou se afirmar através de laços de afinidade com elementos políticos brasileiros; no caso do Rio de Janeiro, chegara a conseguir o arrendamento do cais do porto (BONOW, 2010, p. 289).

Ou seja, haveria razões para que se defenda a relação com a Alemanha. Mas ainda prossegue o embate, agora com outros motivos. Entre os dias 12 e 14, a lista negra foi o assunto. Resumidamente, sempre na página três, os textos mostram que, para além de preferências culturais, políticas ou ideológicas, devem prevalecer os interesses comerciais do Brasil e que, portanto, a Lista Negra só faz gerar pobreza e dificuldade, não se prestando a nada de positivo (O DIA, 1916, p. 3).

A partir do dia 15 de dezembro, quase que ininterruptamente até o dia 20 (só falha no dia 18) e com mais uma abordagem no dia 26, as propostas de paz tornam-se o grande assunto. Iniciando como “um nobre gesto da Alemanha”, um possível acordo de paz é visto

¹³ Jornalista e político, editor do jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, cujo nome verdadeiro era Pedro Leão Veloso Filho.

pelo viés da imprensa, de lideranças políticas, e pela análise dos cenários onde as propostas influenciariam. O papel da Alemanha sempre foi mostrado com destaque e como uma versão correta dos fatos (O DIA, 1916, p. 1-3).

No dia primeiro de junho, a edição faz a defesa de Lauro Müller, por meio de um artigo chamado *Um juízo insuspeito*. A matéria é uma reprodução do *Correio da Manhã* e utiliza também de informações da imprensa alemã (O DIA, 1917, p. 1).

A este respeito, cabe a ressalva que havia, de acordo com os dados de Rego e Leal, desde 1914, censura na imprensa por parte da Alemanha, controlando a publicação de matérias favoráveis ao país, bem como a busca de notícias que ecoassem a sua superioridade:

a Alemanha abordava na imprensa a calúnia dos inimigos. Suas matérias traziam comparações apontando a superioridade em dados sociais, econômicos e culturais, renda per capita e analfabetismo, além de superioridade no arsenal bélico. “Ironicamente intitulado ‘nós, os bárbaros’, o quadro comparativo procurava mostrar que apesar do seu ‘barbarismo’ os alemães eram superiores aos inimigos em diversas variáveis indicativas de desenvolvimento e grau de civilização” (REGO; LEAL, 2015).

A edição publicada no dia 05 de junho traz na primeira coluna a descrição da incorporação do vapor alemão Pontos, pelo Lloyd Brasileiro. Os gritos de urras e vivas ao Brasil naquele momento dão a entender a missão patriótica do jornal e pretendem reforçar a sua imagem de nacionalismo, antes de qualquer outro sentimento (O DIA, 1917, p. 1).

Nos dias 08 e 09 de junho, duas matérias são agrupadas pelas manchetes: *A verdadeira verdade e Esmagando a mentira*. Ambas tratam da imagem de Santa Catarina perante o restante do país, que seria de uma terra perdida, controlada pelos alemães e uma região à parte do território nacional. Novamente recorrem aos jornais da então capital federal como argumento aos demais periódicos que acusavam o estado de germânico (O DIA, 1917, p. 1).

O Brasil perante a Guerra é a manchete de 13 de junho. Depois de explicar novamente que Santa Catarina não é reduto alemão, o artigo coloca em suspeita se tal atitude não teria relação com o Acordo de Limites, celebrado em 1916, que designou os territórios catarinense e paranaense, com reclamações da parte destes. Seria então uma estratégia do Paraná para rever os termos do acordo? O texto deixa somente a reflexão. Depois, o perigo alemão é direcionado para um perigo francês, pois em caso de derrota da Alemanha (cada vez mais esta possibilidade é considerada), caberia aos franceses “lotear” a América do Sul (O DIA, 1917, p. 1).

A questão da germanidade catarinense alimentou algumas discussões com o Estado do Paraná, pela já mencionada questão dos Limites, assinada em 1916. Em duas edições, a de 21 e 22 de junho, o jornal procurou destruir a ideia de que o Paraná poderia descumprir o acordo, enquanto Santa Catarina fosse “governada” por alemães (O DIA, 1917, p. 1).

A germanidade, o sentimento de pertencimento à cultura e etnia alemã, é assim explicado, em suas duas vertentes:

Esse entendimento do que seja e de como tenha se formado a identidade teuto-brasileira foi construído a posteriori sobre bases do pensamento antropológico e diferencia-se daquele elaborado e difundido pelos intelectuais do grupo étnico, cujo aporte principal era o germanismo. Para este, a identidade teuto-brasileira é composta de dois elementos: um relativo à fidelidade étnica e cultural e outro à fidelidade política. A etnicidade, na compreensão dos germanistas, é primordialista e está embutida na noção de Volkstum, que é a essência da qual é formado o povo que, por seu lado, constitui uma nação. Essa essência é compreendida como caráter nacional e, às vezes, como etnicidade, dentro de uma perspectiva difundida no século XIX e reapropriada pelos ideólogos do germanismo (SILVA, 2005, p. 298).

O componente político, destacado pela autora na citação anterior, é um ingrediente que não pode ser desprezado na construção da imagem alemã em Santa Catarina no período da guerra. Em que pese o comportamento dos alemães não tenha sido uniforme, pois muitos se declaravam brasileiros, uma identificação política com a Alemanha em tempos de confronto bélico certamente faria acirrar os ânimos antigermânicos no estado.

Aliado a este fator, tem-se a perspectiva econômica, por conta da inserção dos alemães em atividades industriais e comerciais. Um dos nomes mais citados nesse sentido é o de Carl Hoepcke, empresário alemão que se tornou uma espécie de simbologia da germanidade catarinense, a se confirmar nos estudos de Klug:

Podemos afirmar que a germanidade em Santa Catarina é tributária em grande medida à ação desse empresário alemão. Ao lado de sua atividade empresarial, manifestava sensibilidade para uma série de problemas que afetavam a germanidade catarinense, apontando para facetas que merecem ser exploradas, pois é através da análise desses fragmentos que podemos conhecer melhor o indivíduo, sua época e a sociedade da qual faz parte (KLUG, 1996, p. 50).

O mesmo autor cita trechos de discursos de Hoepcke sobre a sua condição de alemão, mas ressalta que, prudentemente, o empresário não esquece que foi no Brasil que construiu sua riqueza, sua família e seu círculo social.

Compara ainda essa situação, na qual se adota uma nova pátria, à mulher que se casa e sai do lar paterno para formar um novo lar, no entanto, não se esquece da casa

paterna, ao contrário, dela se lembra com orgulho, levando consigo tudo o que lhe foi dado e ensinado. “Assim também nós, não devemos jogar fora o que é símbolo da estirpe alemã”. Finalizando seu discurso, Carl Hoepcke chama a atenção para os propósitos do Clube Germânia: preservar e cultivar o caráter alemão, língua e costumes alemães, formando, no entanto, bons cidadãos brasileiros de formação e conteúdo alemão. Uma utopia? Parece-me que esta proposta representa bem a mentalidade da maioria dos alemães e teuto-brasileiros aqui residentes. Queriam ser cidadãos brasileiros, observando deveres e direitos de um cidadão brasileiro, pois um novo lar fora construído sob o “farfalhar das palmeiras”, não esquecendo, no entanto, que sua origem foi formada na Alemanha, sob o “ramalhar dos carvalhos”. Este projeto, de ser bom cidadão brasileiro de cultura alemã, foi bandeira e legenda entre os teutos em Santa Catarina, muitas vezes gerando tensões entre os próprios teutos e as autoridades brasileiras (KLUG, 1996, p. 57).

Certamente que o texto, por se tratar de um recorte da vida do empresário, carrega tons elogiosos, que devem ser amenizados. Mas isto não impede que se enxergue nos alemães o desejo de manter seus laços de origem, mas, ao mesmo tempo, resguardar suas boas relações com os brasileiros, tanto para preservar seus bens materiais quanto para se precaver de possíveis atos legais do estado brasileiro, no caso de um rompimento diplomático e declaração de guerra, como de fato ocorreu.

Adotando uma linha de raciocínio semelhante, nos dias 24 e 27 de junho, ocupando espaço da primeira página, a seção *Cartas Catarinenses* e o artigo *O Perigo*, respectivamente, buscam reforçar que Santa Catarina não tem nada diferente dos demais estados, quanto ao pertencimento nacional. Utilizam para isso referências feitas por outros periódicos ao próprio jornal e da opinião de pessoas influentes de Santa Catarina e de outros estados (O DIA, 1917, p. 1).

O germanismo catarinense, como já referido anteriormente, foi o principal assunto do mês de junho. Em praticamente todas as edições há pelo menos uma pequena nota sobre o assunto. Oito publicações foram selecionadas entre os dias 02 e 28 de junho. Sinteticamente, a principal ideia é a seguinte: “*Os Alemães em Santa Catarina*”, título de uma crônica de Manoel Duarte, publicada nos dias 02, 03, 06 e 07 de junho, relata a sua passagem por Blumenau. Não difere muito em estilo e objetivo dos demais textos publicados anteriormente: Ordem, seriedade, organização, prosperidade, patriotismo, atributos dos alemães.

Para o mês de setembro, apenas uma edição, publicada no dia 18, foi selecionada. A matéria é muito semelhante àquelas do mês de agosto, com o título *Os alemães no Brasil* e é assinada por um pseudônimo, “Aldebaran”. Alerta para o perigo interno, que passa

despercebido à medida que somente os alemães são considerados perigosos (mas não são, o texto faz questão de dizer) (O DIA, 1917, p. 3).

No mês de dezembro, quatorze publicações trouxeram elementos dessa nova posição. A destacar as edições do dia 01, que denunciava o ensino da língua alemã de forma clandestina em Blumenau; e do dia 16, onde uma entrevista de Lauro Müller confirma, sem mencionar diretamente os alemães, o momento vivido pelo país; e diversas edições entre os dias 05 e 14, em que notas e notícias da primeira página não mais citam os alemães como bom exemplo (O DIA, 1917, p. 1).

No dia 13 de dezembro, na terceira página é publicado novamente o decreto de controle da população alemã no Brasil, agora com seus anexos, os quais os alemães devem preencher seus dados e encaminhá-los à polícia (O DIA, 1917, p. 3).

O momento é a manchete da primeira página da edição de 28 de dezembro. A entrada do Brasil na guerra é descrita tecnicamente, mas também com as cores do patriotismo (O DIA, 1917, p. 1).

Depois de todas essas pequenas notas publicadas, é preciso observar como o jornal tratou situações de maior impacto. Uma delas é a posse de armas por alemães e seus descendentes em Santa Catarina. Em razão do andamento da guerra (o momento em que o Brasil passa a ser beligerante), são naturais as variações de rumo, e as notas finais atestam isto. Todavia, apesar da mudança de atitude, em duas ocasiões o jornal não deixou de retornar à sua bandeira anterior. São duas notícias sobre as armas que os alemães possuem em Santa Catarina, que se transcreve na íntegra a seguir. Primeiramente, *Sobre armamentos*, de 06 de dezembro.

SOBRE ARMAMENTOS

Uma denúncia à polícia

A' chefatura de Polícia compareceu hontem o nosso collega sr dr. Marinho Lobo, redactor-chefe do «O Estado», apresentando a seguinte carta, que recebera;

Illmo. Snr. Dr. Marinho Lobo. Director d'O Estado'

Louvando a nova orientação dada ao vosso jornal, diante do estado de guerra, vimos trazer ao vosso conhecimento factu gravíssimo. Trata-se da existência de grande quantidade de armamento em uma casa de um allemão. Não é uma simples suspeita. E' factu por nós verificado de maneiras a não deixar nenhuma dúvida. O armamento está guardado em casa de Gottlieb Boos; no Largo de São Sebastião, na Praia de Fóra, em um quarto que tem uma janella para o quintal lado de entrada. Esse indivíduo é empregado na casa commercial de Carl Hoepcke Cia. Pedimos levar essa denúncia à polícia, que se fizer uma busca verificará a existência desse armamento. A casa a que

nos referimos fica numa esquina, logo depois da rua que passando ao lado direito do deposito de material de esgotos vae dar à praia. Certos de que prestamos assim um serviço ao paiz esperamos que fareis o possível para apreensão desse armamento.

Brasileiros (O DIA, 1917, p. 1).

A esta altura, a matéria denuncia os armamentos dos alemães, ligando um deles à empresa Hoepcke, conhecido empresário de origem germânica. A nota termina com um apelo ao patriotismo. Contudo, na sequência da notícia, reside a verdadeira intenção da matéria:

Em vista dessa carta, o sr. dr. Medeiros Filho, chefe de polícia, tratou immediatamente de averiguar a veracidade da denúncia. Parti isso mandou intimar a comparecer immediatamente á chefatura de polícia o sr. Gottlieb Boos. E em companhia deste, do delegado de polícia, sr. dr. Cid Campos e sr. Haroldo Callado, redactor d'O Estado, partiu logo aquella autoridade em automóvel para a residencia do accusado. Lá chegando foi dada uma busca rigorosa em toda a casa e no quintal da mesma, não encontrando a autoridade senão uma carabina Winchester, para exercício de Tiro ao Alvo, e um revolver de uso particular. Gottlieb Goos declarou que aquella carabina lhe pertencia, servindo-lhe para exercício ao alvo, quando sócio activo do Tiro Allemão: Essa carabina entregou-a á polícia, para fazer o uso que lhe conviesse. Confirmou pertencer lhe também o revolver. Quanto ao armamento denunciado na carta as autoridades não o encontraram, tendo regressado, então, após duas horas de pesquisas minuciosamente feitas (O DIA, 1917, p. 1).

Ou seja, o jornal cumpre o seu dever patriótico de mencionar o perigo dos alemães estarem portando armas, sendo inimigos da nação, mas ao mesmo tempo preserva a sua intenção ao dizer que não passava de um alarme falso, ou, em outras palavras, não há porque se preocupar com os alemães.

De uma forma semelhante, a 15 de dezembro, *O Germanismo em SC ainda dá que pensar*, notícia do jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, é reproduzida, mas com um comentário do jornal local a seguir, que lhe revela o sentido.

O germanismo em Santa Catharina ainda dá que pensar

Santa Catharina ainda há de trazer-nos grandes surpresas. As cousas ali estão de tal maneira aparelhadas que uma providencia enérgica e decisiva já devia ter sido tomada. Entretanto, embora o estado de guerra, embora o estado de sitio, tudo ali vae como dantes. Ainda hoje tivemos, trazidas por pessoa chegada de Florianópolis, notícias graves e documentadas do que succede na terra do sr. Felipe Schmidt. No hotel Metropol, no dia em que o povo atacou as casas allemãs, foram encontrados no tecto, dois saccos de balas. Inquirido o proprietário pela polícia, respondeu que as balas eram de viajantes e freguezes do hotel. A' vista disso, a polícia devolveu os saccos de balas ao proprietário do hotel! ... O tiro allemão possui para mais de duas mil carabinas. Incendiado o prédio do tiro, não appareceu uma carabina! ... Onde estão ellas? (O DIA, 1917, p. 1).

Aqui se tem vários elementos. Primeiro, a questão das armas e munições em si. Segundo, a devolução delas ao proprietário. E terceiro, a menção ao incêndio do clube de tiro alemão, incêndio este que não consumiu as duas mil carabinas. A sequência da matéria vai trazer outros três fatos, na mesma linha de raciocínio:

No Gymnasio de Blumenau, onde os allunos são allemães, há um batalhão de escoteiros. O batalhão commandado por um tenente da Armada allemã, realisou um “raid” a Florianópolis. Centenas de creanças tomaram parte no exercício. Para hospedar-as em Florianópolis, foi improvisado um quartel, e para recebel-as nomeado um interprete, pois que, nem o commandante nem os pequenos soldados sabiam falar uma palavra de portuguez! (O DIA, 1917, p. 1).

A denúncia dos escoteiros que não sabiam falar alemão, bem como seu professor, agrava ainda mais a matéria. Aqui parece que o jornal está concordando com tudo. Esta impressão fica ainda mais acirrada nos próximos episódios:

No “Anna”, chegado antehontem dos portos do sul, entre os passageiros veiu uma mulher, Maria Renauld, casada com Carlos Renauld, allemão intendente municipal em Florianópolis, que está refugiado no interior do Estado porque, taes foram os insultos que dirigiu aos brasileiros que si puzer pé na capital será lynchado. Sua mulher era suspeita de espionagem em Santa Catharina. Embarcou ali e tentou descer em diversos portos, no que foi impedida. Aqui tranquillamente, desembarcou, sem ser ao menos importunada. Disse que ia para Petrópolis. Emquanto isso, um brasileiro com salvo conducto, com carteira de identificação, soffreu os maiores vexames e teve que sujeitar-se a mil exigências para desembarcar. Maria Renauld, apezar de dizer que ia para Petrópolis, está nesta cidade (O DIA, 1917, p. 1).

O caso agora é de uma mulher acusada de ser espiã a serviço da Alemanha e de como obteve privilégios na hora do desembarque, passando incólume pelo desembarque, ao passo que um brasileiro, ao que tudo indica, sem nada a esconder, teve dificuldades para descer do navio. A última situação acusa o próprio clube de tiro de Florianópolis de estar a serviço dos alemães: Trata-se de um caso envolvendo um clube de Tiro, chamada de “Tiro 40 de Florianópolis”, constituído por brasileiros, que tinha acumulado certo prestígio e imagem positiva junto à sociedade daquela capital e tinha sido quase dissolvido. Contudo, posteriormente, foi se aproximando do governo do Estado e hoje cabe a ele a guarda e a proteção dos alemães! O próprio oficial de gabinete do governador era o comandante desse tiro, embora tenha sido demitido, mas agora voltou ao seu cargo! O tom acusatório segue alto: O palácio presidencial está cheio de alemães! Será possível que tudo isso seja ignorado pelo governo federal? Ou será que Santa Catharina já está conquistada e que o governo abriu mão daquela unidade da Federação? (O DIA, 1917, p. 1).

Até aqui, temos uma aparente contradição, pois as posturas do jornal nunca foram nessa direção. Porém é a nota final da matéria, mostrada com letras maiores no artigo publicado, que esclarece tudo:

NOTA DA REDACÇÃO

Essa notícia, a respeito, do nosso Estado, foi extrahida da “A Noite”, do Rio. Publicamol-a para que os nossos leitores avaliem das mentiras forjadas por abi além, sobre S. Catharina (O DIA, 1917, p. 1).

Ou seja, de uma forma mais indireta, já que ser explícito na defesa do germanismo seria ilegal, o jornal encontrou uma maneira de persistir no seu propósito, utilizando as notícias de veículos antigermânicos que, a seu ver, cometiam excessos e criavam uma imagem ruim do Estado de Santa Catarina.

Já o jornal *O Estado*, que iniciou suas atividades em 1915, tratou de início de buscar uma posição de equilíbrio. São comuns, nos dois primeiros anos, matérias que podem ser vistas tanto como defesa dos aliados quanto dos alemães. Em relação ao tema desta seção, as primeiras manifestações são do dia 26 de agosto de 1915, com uma série de textos, escritos por um militar brasileiro, natural de Santa Catarina e que no momento da guerra prestava serviços no Rio de Janeiro. Contudo, a assinatura do artigo é simplesmente “Tenente Von Kluck”. Não foi possível apurar se houve um militar brasileiro com este nome, ou se o mesmo teria transcrito escritos de um militar alemão, este bem mais notório no conflito, falecido em 1935¹⁴. De toda forma, a matéria ocupa duas colunas na primeira página, serão reproduzidas aqui partes de duas edições, a já citada e a do dia seguinte, 27 de agosto. O início é de afirmação de uma vitória alemã e da explicação dos motivos que levariam a este desfecho:

A Germânia vencerá? Sim, a Germânia vencerá. Desde o dia 1" de Agosto do anno próximo passado, que commungamos nessa ideia e cada dia que passa mais arraigadas são as nossas convicções nesse sentido. E porque? Porque perduram as mesmas razões de um anno atrás. Porque então vencerá a Nação Germânica, luctando como está, com as maiores nacionalidades da terra? É possível isso? Ella combate com povos de todos os continentes, com povos de todas as raças! Bate-se contra europeus, contra asiáticos e oceânicos, contra africanos e americanos! Bate-se contra os brancos, contra os pretos e contra os amarellos! Sim, apesar de tudo, ella vencerá pelo sua perfeita organização civil, pelo seu exército modelar, pela extensa rede ferroviária, pela cultura scientifica, pela direcção superior e pelo moral levantado de seu povo (O ESTADO, 1915, p. 1).

¹⁴ Neste caso, tratar-se-ia de Alexander von Kluck, veterano das guerras de unificação alemã e que, na Primeira Guerra Mundial, já contava com 69 anos.

A nota agora começa a enumerar as razões pelas quais a Alemanha sairá vitoriosa. Primeiramente, a organização civil, que mantém a unidade e a estabilidade política.

1º - Possui uma admirável organização civil, superior em muito a dos seus desorganizados inimigos; allí predomina uma ordem perfeita e uma disciplina inteligentemente compreendida, em todos os múltiplos serviços da organização civil. A machina militar ainda não foi nem será entravada pelos serviços de ordem civil. Não há quedas de ministérios, não irrompem as greves, não há conflictos e ataques aos estrangeiros, nem saques às casas commerciaes dos subditos das nações inimigas. Tudo corre como se o paiz estivesse em plena paz (O ESTADO, 1915, p. 1).

Os motivos continuam a ser explicados minuciosamente. Aqui é importante mencionar que na visão deste depoimento, a certeza da vitória era tanto dos militares quanto da sociedade, o que contrasta com a versão anterior, do caderno de guerra do soldado bávaro. Na sequência, o segundo motivo da vitória alemã: 2º - Possui a Alemanha o mais completo, o mais preparado e o mais disciplinado exército do mundo. Os seus generais, que são a elite do oficialato, não podem, nem de longe, serem comparados com os das outras nações. O arsenal bélico seja no que se refere às armas, às munições, ao equipamento de guerra, à infraestrutura de transportes e afins, isto tudo coloca o Exército alemão em destaque extraordinário diante dos exércitos rivais. É por conta disso que os brasileiros, que ignoram tudo isso, acabam por atacar a Alemanha no que esta possui de mais belo e de mais patriótico: a passagem pela bandeira de todos os cidadãos válidos. É essa matrícula na escola do brio, do civismo e do verdadeiro patriotismo, que se chama exército alemão, que a imbecilidade chama militarismo. A comparação com a Alemanha assume um tom mais intenso ainda, ao dizer que naquele país não há militares profissionais, a não ser parte do corpo de oficiais. Todos os alemães prestam o serviço militar e voltam à vida civil educados, disciplinados e patriotas de verdade. Assim, resta a pergunta: Onde está o militarismo na significação verdadeira da palavra? Finalizando esse argumento, afirma-se que a guerra atual já justificou plenamente o mecanismo militar do Império invencível. Enquanto o “*grande Estado Maior tedesco*” manda para a linha das tropas milhares de verdadeiros soldados, as nações adversárias, principalmente a Inglaterra e a Rússia, mandam “*bisonhos paisanos armados*”. A Rússia e a Inglaterra não têm mais oficiais para substituir os que caem no campo de batalha. As tropas germânicas, sempre renovadas e com mais folego, avançam comandadas por novos oficiais, instruídos para a luta e tirados das reservas preparadas na paz. Tudo isto se deve ao tão atacado militarismo alemão. *Abençoado militarismo que salva a Pátria da derrota!* (O ESTADO, 1915, p. 1).

Apesar de extensa, a matéria é significativa, pois representa uma alternância na opinião do jornal, ao mostrar como a Alemanha estava preparada para a guerra, tanto militar quanto economicamente e em termos de infraestrutura. Segue o terceiro argumento, de cunho da logística armamentista:

3º - A admirável rede ferroviária unindo o Império às suas diferentes fronteiras, é um coeeficiente importantíssimo para as operações e tem contribuído admiravelmente para as grandes e ininterruptas victórias teutônicas. Quando os russos tiveram a arrojada ideia de invadir a Prússia Oriental, o Estado Maior Alemão jogou do occidente para oriente com velocidade do raio as enormes massas de soldados, que escreveram as páginas gloriosas da história com as extrondosas victorias de Tannenberg e Insterburg. Para a esmagadura offensiva que actualmente asphixia a moribunda Rússia, a rede ferroviária allemã prestou inolvidáveis serviços, transformando a guerra moderna em guerra de velocidade (O ESTADO, 1915, p. 1).

Não bastasse a organização civil e militar, a quantidade de soldados e os meios necessários para deslocá-los, a Alemanha ainda conta com mais uma vantagem, o conhecimento científico:

4º - A cultura scientifica é também uma poderosa alavanca que tem elevado muito alto o extraordinário poderio dos valorosos súbditos do Kaizer. Também se faz a guerra nos silenciosos laboratórios dos sábios do além Rheno. Assim, a chimica arrancou do ar atmospherico o elemento fertilisador dos campos. Ainda a chimica forneceu ao povo mais um elemento de subsistência: a *farinha de palha*. O sábio professor Dr. Haus Friedenthal, da universidade de Berlim, conseguiu, após acurados estudos, extrahir da palha uma farinha tão nutritiva quanto a de outros cereaes, pois ela contém albumina, fécula, assucar, dextrina, etc. A metallurgia, a chimica e a mecânica applicada vieram em auxilio patriótico às falanges allemães e eis que surgem os valorosos e invencíveis *submarinos*, os imponentes e velozes *taúbes*¹⁵, os colossaes e terríveis *Zeppelins*, os formidáveis morteiros 420, as fortes *automóveis blindados* e armados, as engenhosas machinas de cavar trincheiras e mil cousas novas que dão superioridade esmagadura aos exércitos dos Hindenburges, dos Machenses, dos Klucks, dos Bulows, dos Gallwitz (O ESTADO, 1915, p. 1).

Finalizando a primeira parte dos argumentos germânicos, o quinto é de natureza política, no qual são feitos largos elogios à condução do Império, na figura do Kaiser:

5º - Vencerá ainda porque dirige tudo isso a maior capacidade do século: *Guilherme II*. Organisar a nação germânica nos moldes em que está, disciplinar milhões de homens de crenças religiosas e ideias políticas diferentes, fazer progredir materialmente a ponto de avassalar a indústria e o commercio mundial, despertando a inveja ingleza, só para um homem de envergadura superior. A affeição e subida consideração que os germânicos, muito merecidamente tributam ao grande Kaiser, é o laço milagroso que une todas as ideias, todas as crenças, todos os sentimentos sob o victorioso pavilhão tricolor allemão. O Imperador é o typo do homem completo: soldado, marinheiro, industrial e commerciante. Tudo soffre sua acção benéfica, a todos elle impulsiona com sua máscula energia (O ESTADO, 1915, p. 1).

¹⁵ Avião monoplano desenvolvido para a Primeira Guerra Mundial.

Os elogios ao Kaiser agora atingem o ápice, pois segundo o texto nem é necessário uma declaração de guerra. Os feitos do povo alemão e de seus líderes há muito são conhecidos por todos, fazendo com que o país já comece a guerra com tudo a seu favor.

Vence ainda porque o povo alemão tem o moral levantado, não só pelas inúmeras batalhas ganhas, mas principalmente porque a convicção da vitória já o alemão traz desde a paz, desde os dias em que passou pela caserna; caserna que disciplina, que ensina a amar a Pátria e que levanta e forma o carácter dos homens. É regra ensinada nos quartéis e nos campos de manobras que o exército não poderá ser vencido; todo o alemão tem a convicção inabalável da vitória. É justa e isso demonstram as campanhas do oriente e do occidente após um anno de combates sem tréguas. É preciso que se diga que os alemães adoram o Kaiser, que têm uma confiança illimitada no grande Estado maior e que bem dizem o que os ensaios chamam militarismo e por isso cantam já a próxima vitória. Que orgulho bem justificado ser filho de urna Pátria forte, heroica, honesta, ordeira e laboriosa e por tudo isso invencível. São estas as razões principais porque a Alemanha vencerá, como tem vencido até agora. E o termo da grande epopéa está próximo. De um lado a Rússia agonisa, a Servia e o Montenegro já não existem militarmente fallando (O ESTADO, 1915, p. 1).

O arremate dessa longa cadeia de elogios à Alemanha consiste na diminuição de ingleses e franceses, utilizando de adjetivos para um e de ironia para o outro.

Do outro, a pobre França tendo dado o máximo do seu esforço sacrificando a sua mocidade e a sua fortuna, está esgotada e só pode declinar com a continuação da luta. A esperta Inglaterra, fazendo a guerra com os *canadienses*, com os *indús*, com os *australianos* e com os *egyptios* já não pode enviar soldados para os matadouros da linha do Ypres. A política interna e as consequentes grèves acabarão por completar a anarchia que já reina e isso digo de accordo como a abalisada opinião do “The Times”. Se a Alemanha não foi até agora esmagada pela *avalanche* russa, destruída pela *formidável esquadra* e morta a *fome* não será mais esmagada, nem destruída, nem morta a fome. A Alemanha vencerá para a felicidade da humanidade; porque ella encarna os grandes princípios de heroísmo e de valor e ensina os mais nobres sentimentos que devem dominar o homem! (O ESTADO, 1915, p. 1).

Na edição do dia seguinte, 27 de agosto, o mesmo autor faria longa descrição sobre o envolvimento do Império Russo no conflito, descrevendo sua agonia e as razões da eminente vitória alemã. A dinâmica é a mesma do texto anterior, portanto, não é necessária aqui a transcrição. Basta dizer que, por duas edições consecutivas, a primeira página abrigou uma defesa aberta da Alemanha, ainda que não constasse nessa defesa alegações, como “A Alemanha não provocou a guerra”, que eram comuns nos jornais germanófilos. É, antes disso, uma espécie de alerta, mostrando que, queiram os brasileiros ou não, é a Alemanha que irá vencer, e daí a consequente reflexão do rumo que, em consequência disto, o país deveria tomar.

A próxima edição selecionada, do mês de julho, foi publicada no dia 26. O relato é de um brasileiro, voluntário da frente italiana. A manchete ocupa a segunda coluna da primeira página: *Vinda da frente italiana – Chega um voluntário brasileiro*: O mesmo estaria vindo da frente italiana, onde estivera como voluntário, de nome Elizeu Tonelli, que tomara parte em muitos e sangrentos combates. Assim que o jornal soube, tratou de procurá-lo, a fim de ouvir a sua impressão sobre a guerra. Foi entrevistado no Hotel Boa Vista, à rua Álvaro de Carvalho, que pertence à sua família. O ex-combatente tem 22 anos de idade, é corpulento e robusto. Vestia o fardamento de soldado italiano quando foi entrevistado, trazendo no peito o distintivo dos mutilados e um laço de fita com as cores da Bandeira do Brasil. Elizeu partiu para a Itália em 30 de março de 1915 e a sua primeira batalha foi no Monte Sabbattini. Sua unidade era a de n. 127, divisão de cavalaria, assim como um seu irmão mais velho, que foi morto pelos soldados austríacos, quando “*elle luctava destemidamente na conquista de uma trincheira inimiga*”. Neste ponto, o entrevistado se emociona e então é perguntado sobre a sensação de se sentir, pela primeira vez, no meio do fragor de uma batalha (O ESTADO, 1917, p. 1).

Nesse ponto inicia a narrativa do soldado brasileiro. Ele retrata as diferenças de tratamento entre os prisioneiros de guerra, alegando que os italianos dispensavam tratamento digno aos seus capturados, enquanto que os austríacos, que haviam capturado os italianos, não davam a eles sequer alimento suficiente.

E elle nos narrou: - A princípio quando o fogo começou, fiquei atordoado sem atinar o que fazer. Depois voltou-me logo a calma e fui me accostumando áquelle espectatulo de todos os dias. Por fim já não me preocupava o sibilar das balas. Uma vez, de curioso, puz-me deitado de barriga para o ar, a ver os projecteis cruzando, até que recebemos ordem de avançar, o que fazíamos quasi sempre de rastro, e engatinhando. Geralmente atacávamos o inimigo às primeiras claridades do dia. O contra-ataque era certo na noite seguinte, nunca porem, nos surprehenderam descuidados como esperavam. A vigilância é rigorosa e os que estão na primeira linha não se deixam abater pelo cansaço, permanecem promptos para o primeiro signal de alarme. (O ESTADO, 1917, p. 1).

O tratamento humano aos prisioneiros, que caracteriza uma nação civilizada, não é deixado de lado. Inclusive a alimentação, usando como exemplo o que seria mais elementar, a quantidade de pão disponível para cada prisioneiro.

Nós sempre tratávamos bem os prisioneiros, elles no entanto os tratam muito mal. O que mais me divertia, quando na frente, eram as cartas dos italianos prisioneiros na Áustria. Em todas ellas pedem pão com tamanha insistência que chegam até a escrever a palavra pão mais de vinte e trinta vezes antes de terminarem as cartas que de lá enviam para os seus patrícios. Os austríacos e allemaes que se rendem diante

das nossas bayonettas a primeira cousa que pedem é pão, tão grandes são as privações que passam. Nós, os soldados italianos, temos de tudo, nada nos faltando, nem mesmo quando nas primeiras linhas. Bem verdade é que passávamos às vezes 3 ou 4 dias sem comer, mas isto só quando era inteiramente impossível nos mandar mantimentos devido ao fogo constante e nutrido da artilharia inimiga, que noite e dia está em atividade (O ESTADO, 1917, p. 1).

A entrevista finaliza com o relato dos ferimentos que o soldado havia sofrido, bem como o regresso ao Brasil e o apoio do governo italiano.

- Cortou ambos os pés, indagamos.

-Sim, cortei os dois, devido a gangrena provocada pelos gelos das trincheiras. A maioria dos mutilados da guerra na Itália o são por causa do frio. Nenhuma dor se sente ao cortar os pés quando gangrenados. Eu assisti calmamente à operação a que foi submetido e isso acontece com quasi todos. As vezes os dedos chegam a cair por si.

- Fez a viagem para o Brazil sem nenhum accidente? Fiz. Nas costas da Hespanha um submarino allemão surgiu entre o navio em que vinha e o torpedeiro francez que o comboiava, mas submergiu immediatamente sem nos fazer nenhum mal.

- Usa um aparelho com certeza, para andar com tanta facilidade.

- Uso um aparelho fornecido pelo governo italiano. É muito commodo e perfeito e de molas, de maneiras que disfarça bastante o defeito.

Elyseu Tonelli deu alguns passos para que verificássemos a excellencia e perfeição do aparelho. Andava bem, quasi sem difficuldade (O ESTADO, 1917, p. 1).

Esse emocionado depoimento não é uma situação pouco frequente nas páginas da imprensa catarinense na época. As histórias da guerra, contadas com pitadas de heroísmo e bravura, constituem uma boa maneira de angariar adeptos junto à opinião pública. Tal fato se replica, também, na historiografia, de onde se podem extrair textos semelhantes, como o que é recolhido por Max, no mesmo ano do episódio descrito anteriormente:

Sentíamos tanta sede que bebíamos água acumulada nos buracos de bombas, e só Deus sabe o que um buraco desses contém. Podia haver de tudo ali dentro – geralmente, partes de corpos humanos. Mas tínhamos tanta sede que a bebíamos fria mesmo, sem fervê-la, porque nem sempre era possível conseguir fogo. **Cabo Clifford Lane, Regimento de Infantaria** (MAX, 2013, p. 255).

O depoimento deste militar britânico poderia ser acrescido de milhares de outros, tanto de civis como de combatentes; o que se pretende aqui é demonstrar que mesmo a historiografia¹⁶ não descarta as experiências vividas por pessoas comuns na guerra, como fez a própria imprensa.

¹⁶ A este respeito, consultar: Englund, Peter. A Beleza e a dor da Guerra. Lisboa: Editora Bertrand, 2014.

A matéria do soldado brasileiro, com seu cunho patriótico e de confirmação do poderio aliado e da falta de moralidade por parte dos alemães, segue o mesmo tom das matérias seguintes, publicadas no ano de 1918.

As quatro primeiras destas matérias selecionadas mostram o discurso de Domício da Gama nos Estados Unidos, reforçando a posição brasileira; a manchete, bastante eloquente, “*Reina grande desmoralização na retaguarda do exército germânico*”; na primeira página, muitas notas sob o título “*Os Impérios Centrais pedem misericórdia aos Aliados*” e “*A Paz mundial parece que se fará muito breve*”. Estas quatro publicações correspondem as edições dos dias 02, 06, 08 e 13 de outubro. Como se apontou anteriormente, o final do conflito parecia inevitável, e o grande argumento para isto eram os sinais de esgotamento alemão.

Nos dias 21 e 22 de outubro, o jornal publicou na primeira página um artigo denominado *Paz..., mas que Paz?*, de autoria de Rui Barbosa. Como se trata de texto relativamente extenso, apenas um parágrafo será transcrito para sintetizar a ideia central do mesmo:

Não participo, absolutamente, do entusiasmo, com que vejo receberem, em geral, as condições de paz delineada da proposta alemã e nas notícias da encenação com que o governo do Kaiser procura dramatizá-la. Sem dúvida nenhuma, por um lado, o seu valor não tem medida. E' a mais estrondosa confissão, pela Alemanha, de que ella já não acredita na sua invencibilidade. Mas, ao mesmo tempo, é o mais hábil golpe diplomático e o mais estupendo artil militar, que se poderia conceber. Elle remove a questão do terreno das armas, onde já estava irremediavelmente perdida pela Alemanha, para o da esgrima política, em que ella ainda se poderia salvar, se os seus adversários de deixassem enlear nos fios do admirável estratagema (O ESTADO, 1918, p. 1).

No restante do texto, são levantadas várias questões pertinentes à guerra, que desenvolvem a ideia já lançada no parágrafo. Rui Barbosa, como fica evidente, quer que os alemães paguem por terem provocado a guerra, por terem causado prejuízos e por agora, no limiar do conflito, tentarem minimizar sua participação.

O mês de novembro determina o fim da guerra. Por conseguinte, todas as publicações exaltam o fato de todas as formas. Assim, neste mês dez publicações merecem ser mencionadas. A primeira delas é do dia 05, que trata da penetração alemã na América do Sul:

Na Inglaterra estão se fazendo grandes preparativos para o desenvolvimento do commercio depois da guerra, tendo-se voltado especial atenção para a América do Sul. O Morning Post, discutindo sobre as relações commerciaes Britannicas com a América do Sul, diz que a América do Sul é ainda considerada pelos allemães como o seu Canaan econômico, onde os lucros da pacifica penetração são suficientes para fazer compensar os seus prejuízos de guerra, que serão congregados, aconteça o que

acontecer, na frente Ocidental. O “Post” diz que os alemães tem prosseguido na penetração, na paz, de operações na América Latina, nessas terras que elles olhavam como sendo inevitavelmente destinadas a fazer parte do seu império de Além-mar. Para elles o commercio não significara uma rivalidade pacifica para com os outros paizes, porém, sustinha o esforço afim de derrotar, expulsar os rivaes e reduzir as terras penetradas a um jugo econômico. Elles tem empregado a maior falta de escrúpulo em seus methodos (O ESTADO, 1918, p. 2).

A responsabilização da Alemanha assume agora outro nível, em que ela é acusada de fomentar rivalidades nos países americanos, de modo a dificultar suas relações econômicas com os países europeus.

Como sabemos, os representantes do governo alemão no exterior sempre têm tomado parte nas mais intrincadas questões financeiras feitas pelos seus bancos, que eram instrumentos para a conquista mundial. A Alemanha sempre foi a principal causadora das perturbações na América Latina, acariciando com sua melhor habilidade toda a sorte de inveja e irritações locais que pudessem ser feitas para servirem de obstáculos aos commerciantes de outros paizes ou como antidoto ao crescente senso de solidariedade da América latina, que fazia os sul-americanos falarem de “La América Nuestra”. O “Post”, conclue insistindo na necessidade de uma razoável e bem organizada política nacional de expansão commercial na América do Sul, onde oito republicas declararam guerra a Alemanha e cinco outras romperam suas relações diplomáticas com a mesma (O ESTADO, 1918, p. 2).

Com esta matéria, encerra-se esta seção que, basicamente, discutiu dois pontos. Primeiramente, o chamado “perigo alemão”, ou seja, o receio de que a entrada de alemães no Brasil, sua inserção na economia, cultura, política e religião, eram parte de um plano para transformar o Brasil numa colônia, ou parte integrante do império Alemão e que a guerra acabaria por se tornar o veículo dessa transformação. Os jornais divergiram em suas opiniões até 1917; dali em diante acabou por criticar abertamente a Alemanha, ou então, focar-se no desenrolar da guerra e chamar a atenção para não se tocar nos interesses locais, que dependiam em parte de negócios gerenciados por alemães ou com capital deste.

O segundo ponto nesta seção foi mostrar como os jornais utilizaram de outras descrições para agredir ou preservar a imagem alemã. Ora os alemães apareceram como civilizados, bem organizados e que, mesmo em guerra, tratavam a todos respeitosamente; ou então, como no relato do soldado brasileiro, afirmava-se o contrário, que os alemães não tinham como sustentar a guerra, vivendo em meio às mais diferentes privações.

2.3 O UFANISMO ALEMÃO E AS RELAÇÕES BRASIL-ALEMANHA

Embora cada jornal tivesse sua intenção e sua estratégia ao mostrar a guerra, e isto pode ser percebido no antigermanismo do *O Clarão* e no germanismo do *A Época* e *O Dia*, no

caso do jornal *O Estado*, foi comum a veiculação de matérias nas quais os aliados eram vistos como os vencedores, assim como colunas apontando para a vitória alemã.

Assim, os relatos desta seção procuram mostrar como se propagou o sentimento ufanista alemão, mas também apresentar o contraponto deste, a partir de 1917, ou seja, uma espécie de “brasilianismo”. Ao longo desse processo, também as relações entre Brasil e Alemanha são expostas.

Para compreender melhor esse ponto, é preciso trazer o relato de Vinhosa, que explica como as tensões da Primeira Guerra provocaram abalos no comércio internacional, a ponto de os germanistas se posicionarem, sob a liderança de Dunshee de Abranches, para evitar prejuízos aos comerciantes, importadores e exportadores alemães:

A situação tornou-se tão desesperadora para o comércio interno brasileiro que, ainda em 1916, Dunshee de Abranches e vários outros deputados elaboraram um projeto de lei pelo qual o governo federal cassaria o *exequatur*¹⁷ dos agentes diplomáticos ou consulares, que procurassem cercear a liberdade de Comércio e que seriam nulos os contratos se fundassem sobre atos de governos estrangeiros, ou de seus respectivos agentes, que atentassem contra a constituição e contra as liberdades civis da República. Por fim ficava, expressamente proibida no território nacional a propaganda que visasse impedir de comprar vender ou ter negócios com pessoas de determinada nacionalidade, e pela razão desta mesma nacionalidade. Por “importantes razões de estado” por solicitação do próprio governo federal, Dunshee de Abranches retirou o projeto dos debates parlamentares para não entrar em votação (VINHOSA, 1990, p. 59).

Por esse recorte da situação, é possível perceber a tensão que se acumulou no período, e, portanto, em que ambiente pupulavam as notícias dos jornais.

No mês de março de 1916, o Jornal *O Clarão* publicou, no espaço de três semanas, algumas matérias que pretendiam relacionar a Itália com a ameaça provinda da Alemanha. Destas matérias, a que se torna pertinente para esta seção é a de 04 de março, sob o título, *A Itália Aterrorizada*. É informado que um jornal italiano (*Giornale D'Itália*) havia mencionado que “este é o momento mais trágico da história da Itália”, e que temiam pelo futuro dos povos latinos, pois seriam submetidos à escravização pelos alemães. Depois desta exposição, a matéria desconstrói a preocupação do jornal italiano, dizendo, basicamente, que a raça latina não corre risco, pois a Alemanha não vencerá a guerra; e que, culturalmente, a raça latina é briosa e não fraca, como se quer fazer acreditar (O CLARÃO, 1916, p. 1).

¹⁷ Termo utilizado no direito internacional que significa uma autorização para um cônsul ser admitido em um estado e se tornar pleno em suas funções.

Uma das características do jornal *A Época* é o conteúdo religioso de suas matérias. Por essa razão, há uma visível intenção em olhar para a guerra do ponto de vista da sobrevivência do catolicismo. A cobertura da guerra pelo prisma da religião compreende, portanto, de se valer da opinião de figuras proeminentes do catolicismo. Trata-se da opinião do Papa sobre as vítimas, entendendo serem todas iguais no sofrimento e no apreço que por elas tem a Igreja. A declaração, embora de cunho protocolar, reforça a neutralidade que o jornal pretende, com o Papa legitimando tal posição.

O Papa e a guerra

Acaba Bento XV de receber o director do diário catholico de Genova *Il Popolo*, e, no discurso da audiência declarou-lhe que não se exprimem com propriedade os que ao Papa chamam neutral. “A neutralidade - disse o Pontífice - significa e incluye indiferença, desinteresse e o Papa nesse sentido, não pode ser neutro ante as infinitas victimas da guerra”. Porventura o Papa não soffre com todas? Coisa differente é a imparcialidade. O Papa é e deve ser imparcial. A paz constitue o supremo anhelo de seu coração e não cessará de clamar pela paz, até que ella venha enxugar tantas lagrimas, como são as que actualmente se derramam no mundo. (*A ÉPOCA*, 1916, p. 2).

O periódico era identificado amplamente com o catolicismo, razão pela qual os alemães, quando protestantes, poderiam ser alvo de críticas. Contudo, é preciso lembrar que tais críticas não poderiam ser endereçadas de forma generalista, como bem registrado a seguir:

Em primeiro lugar, os acontecimentos refutam a noção vulgarizada – que já vem sendo desmistificada – de que a herança cultural germânica (a tradição, os costumes, a língua, que em sua totalidade será chamada aqui de germanidade) conferia homogeneidade aos teuto-brasileiros (descendentes dos imigrantes que se afixaram no país). De outra forma, significa dizer que qualquer concepção que parta da premissa que os teuto-brasileiros formaram no Rio Grande do Sul um grupo étnico coeso é equivocada, pois havia divergências que fendiam-na sensivelmente. No que diz respeito ao posicionamento político-ideológico também havia múltiplos compromissos. Sobre o assunto que aqui interessa, é possível observar que a religiosidade germânica se encontrava claramente dividida, reproduzindo conflitos e dissabores cujas origens remontam a tempos anteriores à chegada deles em terras brasileiras. A cisão entre os luteranos e os católicos era um fator importante na definição de sua própria imagem, inclusive para a reivindicação de uma cidadania brasileira (BONOW, 2011b, p. 150).

Mais para o final da guerra, as relações entre Brasil e Alemanha passam a ser a tônica das publicações. No mês de abril de 1917, usando o mesmo título em duas edições diferentes, “*Brazil – Allemanha – O momento*”, é publicado a nota integral do rompimento de relações entre os dois países. O texto do dia 14 tenta capturar um sentimento de patriotismo, mas ao mesmo tempo, de prudência.

O momento é de agitação em todo o mundo, que se vê convulsionado pela maior das catástrofes: a guerra. O rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, em consequência do torpedeamento do vapor “Paraná”, sem aviso prévio, por um submarino alemão, empolgou todos os espíritos, é a nota predominante, e o assumpto de todas as palestras. Parece que uma descarga eléctrica se desprende sobre este paiz, fazendo-lhe vibrar extraordinariamente o nervo patriótico. A diplomacia trabalhou hábil e assiduamente, transpondo o dia e entrando pela calada da noite; o palácio de nossa chancellaria, transformou-se num formigueiro de representantes americanos do Sul e do Norte; o telegrapho pejou-se de despachos para aquém e além-mar, resultando de tudo isso a nota official do rompimento de relações diplomáticas – Brasil Alemanha, que abaixo publicamos (A ÉPOCA, 1917, p. 2).

O patriotismo é o ingrediente principal do restante da nota. As qualidades do Brasil são enaltecidas, bem como a confiança de que no futuro o país irá prevalecer.

A condição actual do nosso paiz, suas finanças, sua força militar, sua disciplina, seus elementos para uma lucta armada, deve ser objeto de várias e ponderadas reflexões para o nosso governo, que, por certo, não se deixará arrastar pela opinião apaixonada de meia dúzia de irresponsáveis. Salvem-se os nossos interesses, defenda-se a nossa honra, garantam-se os nossos direitos e eleve-se o nome da Pátria estremecida, o nosso amado Brasil neste momento tão grave e tão solenne; mas, não se sacrifique o futuro de nossa Pátria amada nas mãos desses irriquiétos agitadores. Amor à Pátria, calor na peleja, bravura e coragem não nos faltam; disto demos a prova quando perigaram a nossa honra e a integridade nacional. Nas refregas de uma guerra de cinco annos, em que mais se puzeram em prova o nosso valor e a nossa intrepidez, pelejamos como heróes, e o sacrificio de nossa vida custou a derrota do inimigo. Neste momento o Brasil confia no descortino sábio e prudente dos responsáveis pelo seu governo, neste período tão grave para a nossa Pátria (A ÉPOCA, 1917, p. 2).

Ao abordar o tema, o jornal *O Dia* publicou, no mês de setembro, onze edições com informações pertinentes. Todavia, o mais relevante é o episódio envolvendo o navio couraçado Emden. A dois de setembro, a série é aberta, com o título *A Odisseia do Emden*. Nos dias 03, 04, 05, 08, 09, 12 e 14 são publicadas mais matérias sobre o caso. Resumidamente, a trajetória do navio é a seguinte: Construído em 1906, entrou em funcionamento em 1908 e, em 1914, foi utilizado nos combates navais. A partir de 1913, passou ao comando do capitão Karl von Muller, a quem o jornal atribui atos de bravura e heroísmo, bem como aos seus comandados. Após ter prestado serviços em Kiauchau, na época uma área chinesa sob domínio alemão, acabou sendo deslocado para enfrentar um navio russo, na mesma costa chinesa. Seus envolvimento seguintes vão se verificar contra mais um navio russo, o Zhemchug e um francês, o Mousquet. Contudo, ao tentar estabelecer um domínio alemão nas Ilhas Cocos, foi danificado no combate com o cruzador Sydney, da marinha australiana. Impossibilitado de navegar, o cruzador alemão teve que encalhar. Não conseguindo reparos, os 243 sobreviventes (o total de homens era de 376, portanto 133

morreram) acabaram capturados. Apenas um pequeno grupo, que não estava no navio, conseguiu retornar à Alemanha, liderados por Hellmuth von Mücke (O DIA, 1915, p. 1-4).

Essa trajetória de perda de homens, de resistência ao inimigo, das vitórias anteriores e do regresso do pequeno grupo à Alemanha, é retratada ufanissimamente em várias edições ao longo do mês de setembro de 1915, mais precisamente nos dias 2, 3, 4, 5, 8, 9 e 12. A manchete *O heroísmo dos marinheiros germânicos sob o comando do bravo tenente von Muecke*, acompanhou todos os textos, que incluíram desde passagens pelo deserto, como incidentes com os armênios, citando fatos não somente do destino final, como também anteriores. O grupo de 40 homens que conseguiu retornar à Alemanha é homenageado diversas vezes. O que se percebe é como, ao mesmo tempo que o jornal apontava para seus colegas de imprensa acusando-os de distorcerem fatos, não hesitou em transformar uma derrota de um navio alemão em uma peripécia extraordinária da guerra (O DIA, 1915, p. 1-4).

Na edição especial da comemoração do dia da República, o jornal circulou com 12 páginas, três vezes mais que o habitual. A página 3 foi dedicada ao conflito, com o texto *O Momento Europeu*, dividido em duas seções: *A Grande Guerra* e duas colunas de pequenas notas. No texto maior, é feita uma análise dos quinze meses de conflito até aquele momento. O ponto de interesse é quando se afirma que os aliados haviam conquistado apenas uma vitória na guerra, o episódio de Kao-Tschao. Ainda assim, ressalva-se o alto custo deste triunfo e que os alemães ali combateram em número muito inferior e, assim, demonstraram seu valor para o mundo (O DIA, 1915, p. 2).

A dezessete de novembro, na terceira página é publicada uma coluna *Victor Hugo e a Alemanha*, onde, em um texto de autoria de Gomes Freire, resgatando as palavras de Victor Hugo, são dirigidos múltiplos elogios à Alemanha, contemplando aspectos, como a cultura, a histórias, as tradições, citando, inclusive, a Alemanha como matriz da cultura francesa: seria a avó da História e mãe das lendas francesas. Como já ocorreu em outros momentos, o jornal acolhe manifestações deste tipo, que existem como homenagens a todos os países (O DIA, 1915, p. 3).

A dezoito de novembro, o tema é *Porque Paris escapou de ser tomada por von Kluck*. Na página 3, o artigo destrói a versão de que os alemães teriam se acovardado, ou não teriam condições de ocupar Paris. Foi, na verdade, uma troca de estratégia, optar por uma guerra longa, pois eram vários os adversários: França, Inglaterra e Rússia. Repleto de adjetivos

elogiosos aos alemães, a artigo deixa claro que a ocupação e a vitória alemã são somente uma questão de tempo (O DIA, 1915, p. 3).

Ainda neste mesmo tema, no mês de novembro, datada do dia 20, segue outra nota. Bastante irônica, chama-se *Os Aliados e o Konprinz*¹⁸. O artigo ironiza as notícias, por parte da imprensa dos países aliados, a respeito da morte, dos ferimentos e dos atentados sofridos pelo príncipe herdeiro Frederico Guilherme. Inicialmente citando como várias vezes a notícia de sua morte havia sido publicada pelo New York Herald. A seguir são citadas 23 manchetes de vários jornais, todas dando conta de que algo grave havia acontecido com o Konprinz. Ao final, a pergunta: “Há algum ser humano, vivo ou morto, que possa ser mais diligente?” (O DIA, 1915, p. 3).

No mês de janeiro, onze publicações demonstram, de uma forma ou de outra, como os alemães continuam hegemônicos no conflito e como suas razões são mais aceitáveis do que as dos aliados. A primeira edição do ano descreve de forma bastante apelativa à emoção, as agruras de um soldado austríaco no combate contra os russos, mantendo a linha de elogios à bravura dos alemães e seus aliados (O DIA, 1916, p. 1).

No dia 04 de janeiro, o jornal utiliza uma das seções da guerra para reproduzir discursos de políticos alemães, o que faria ainda por várias edições seguintes. Nesta edição, traz o discurso de Anton Fendrich, que representa o partido socialista. O artigo descreve que, apesar das desconfianças iniciais dos alemães em relação aos socialistas, não resta dúvida hoje que, ao primeiro sinal de ameaça à pátria, também eles não demoraram a pegar nas espingardas, ressaltando, assim, a união e o sentimento patriótico dos alemães para além das diferenças políticas (O DIA, 1916, p. 3).

A seis de janeiro, continuando a série, na página 3, um discurso do deputado alemão Dr. Spahn, líder do Centrum, partido católico alemão, é publicado. Na fala, o parlamentar defende que os resultados da guerra até o momento já deveriam assegurar aos alemães plena liberdade de comércio nos mares. Segundo o artigo, o discurso termina sob esfuziantes aplausos no Reichstag (O DIA, 1916, p. 3).

Os Ingleses têm medo da Alemanha é a manchete da página 3 do exemplar 8173, publicado em 07 de janeiro, cuja transcrição, que contém um caso relatado por um autor que se identifica apenas como Maritz, é a seguinte:

¹⁸ Príncipe Herdeiro.

O socialista irlandez Sheehy Skeffington foi condenado, por causa de seu discurso contra o recrutamento militar e o serviço obrigatório a seis meses de trabalhos forçados, mas ao cabo duma semana foi posto em liberdade provisória, unicamente por elle recusar a alimentação. Bernard Shaw dirigiu pouco depois a senhora Skeffington, da directoria do movimento feminista na Irlanda, a seguinte carta: Mui distincta Senhora Skeffington! Interessei-me naturalmente pelo caso de seu esposo com attenção, não sómente as notícias dadas pelos jornaes no que diz respeito ás sentenças pronunciadas pelas auctoridades, senão também a cópia do discurso que me enviou. Tomei também nota das referências que se fizeram no parlamento e em outros logares da Inglaterra referentes à contradicção que existe entre o tratamento infligido ao senhor Sheehy Skeffington e a completa liberdade no castigo com a qual Lord Forthcliff não sómente se esforçou por difficultar o recrutamento livre, recusando publicar em seus jornaes as ordens do ministério da guerra, senão que realmente, e para dizer a verdade, com o mesmo fim, ou seja a implantação do serviço militar obrigatório, publicou uma carta do bispo de Pretoria, que não sómente entre o público inglez, senão também na Allemanha produziu a impressão de que o exército britânico em Flandres, por causa do seu esgotamento e da superioridade do inimigo, estava dominado por este, devendo converter-se prontamente em sua victima senão appellava logo ao serviço militar obrigatório (O DIA, 1916, p. 3).

A continuação da matéria utiliza uma analogia entre o caso do ativista irlandês com o episódio envolvendo Lord Northcliff, jornalista britânico.

Agora bem; vê-se claramente que, se o sr. Sheehy Skeffington, pelo seu discurso na praça de Beresford, que não logrou ter mil ouvintes, merece seis meses, Lord Northcliff deve merecer uns sessenta annos. Somente pode desejar-o, dadas as circumstancias atuais que se encontra ainda em liberdade. Sem dúvida, não se pode fazer nada. A lei da defeza nacional supprime toda a classe de liberdades na grã-Bretanha, Irlanda fora das que as auctoridades quizeram nos deixar. Ainda, quando as faculdades concedidas pela lei não bastassem podia o governo agir arbitrariamente sem o menor perigo, posto que, fôra da revolução, não há nenhum procedimento contra semelhante arbitrariedade. Por acaso lembra de que a lei antes de ser modificada, não dava poderes ao governo de assassinar os espiões allemães? Isto não impediu para que matasse um e modificasse depois a lei. Se, por conseguinte, o governo, por qualquer motivo, se lembrasse de levar o seu marido para o logar da execução, não dispunha V. Exa. de meio algum contra isso. Os protestos são completamente inúteis. A opposição da Câmara não quer se oppor. A Imprensa não quer fallar do assumpto. A Inglaterra tem seriamente medo da Allemanha. Sob estas circumstancias creio que o seu marido commeteu uma grande falta em metter a cabeça na bocca do leão. Pode-se frequentar o tratamento d'um governo tyrannico, mas não no d'um governo cheio de terror e d'um povo amedrontado! (O DIA, 1916, p. 3).

O jornal aproveita as ideias de George Bernard Shaw para confirmar o que seria de seu interesse, ou seja, o medo que os ingleses nutriam pelos alemães. Não se pode deixar de mencionar que Bernard Shaw era irlandês, portanto, teria seus motivos para se expressar dessa forma.

A 11 de janeiro, na página três, mostra como os canadenses resistem ao recrutamento inglês. Principalmente entre os franco-canadenses, que não entendem serem justos os motivos de ser empreender guerra contra a Alemanha (O DIA, 1916, p. 3).

Três dias depois, a costumeira página três não foi suficiente para um longo artigo, que ocuparia também parte da página quatro, onde se mostrava como economicamente a Alemanha estaria nitidamente à frente da Inglaterra. Intitulado *A derrota da Inglaterra nos mercados mundiais*, este artigo vai aumentando a natureza dos argumentos que o jornal utiliza: bélicos, estratégicos, culturais, políticos e também econômicos. Todos valorizando a Alemanha (O DIA, 1916, p. 3-4).

Ampliando o rol dos argumentos bélicos, no dia 22 de janeiro, fala sobre as qualidades do exército alemão. Apesar de disciplinado, nele existe uma democracia, onde há respeito, cordialidade e responsabilidade. Ainda acrescenta que o exército é composto por cidadãos, não os mercenários que a Inglaterra contrata. Salienta, ainda, que os líderes militares alemães não são valorizados como os demais, por emanarem das camadas populares da sociedade (O DIA, 1916, p. 3).

As duas últimas edições selecionadas do mês de dezembro, são quase as últimas do ano também. Elas trazem o discurso do Chanceler Alemão no parlamento de seu país, em resposta às manifestações de Sir Edward Grey. O jornal não faz nenhum comentário adicional às palavras do diplomata, emprestando somente o espaço de imprensa, nas páginas três e quatro das edições dos dias 28 e 29 de dezembro. Como seria de se esperar, o discurso mostra como a Alemanha se conduz durante a guerra, acentua suas vitórias, minimiza suas contradições e procura vislumbrar um cenário de paz, com reconhecimento dos fatos ocorridos na guerra (O DIA, 1916, p. 3-4).

Nos dias 20 e 21 de fevereiro, a neutralidade brasileira foi tema de reportagem, mas de forma jocosa. O relato é de que o Capitão Boyle, adido naval britânico, teria chegado preocupadíssimo ao ministério da Marinha brasileira, alegando que o litoral brasileiro estava infestado de submarinos alemães. A resposta do Almirante Alexandrino¹⁹ foi a ironia, dizendo que isto não era possível, já que havia um cerco inglês que os impedia de saírem da Europa, seguido de uma estrepitosa gargalhada. Depois, é transcrita sua resposta oficial, que diz não haver nada de verdadeiro em tal afirmação (O DIA, 1917, p. 3).

¹⁹ Alexandrino Vieira de Alencar, foi ministro da Marinha por três períodos: 1906-1910, 1913-1918, 1922-1926.

Já no dia 27 de fevereiro, como já fizera anteriormente, o jornal consulta um especialista na área jurídica para analisar uma situação. Dessa vez, a nota emitida pelo governo brasileiro em relação à Berlim é o tema. Segue o texto integralmente:

O eminente jurista sr. dr. Rodrigo Octavio, consultor geral da República, em recente entrevista concedida a um dos vespertinos desta capital, collocou em seus justos termos o debate aberto pelos descontentes em torno da nota que o governo brasileiro enviou por intermédio da sua legação em Berlim ao Império Allemão. Não nos furtamos ao desejo de repetir alguns períodos daquella entrevista, cuja importância é tanto maior por ser o sr. dr. Rodrigo Octavio, como bem disse o referido vespertino, “o interprete presumptivo pensamento do governo brasileiro” (O DIA, 1917, p. 3).

Como se verá, na opinião do jurista o melhor que o Brasil pode fazer é não entrar na guerra. Certamente por isso que o jornal optou por usar tais palavras, mas ainda cabe acrescentar que há um tom de desconfiança em relação ao peso dos motivos que poderiam levar o Brasil à guerra.

O governo desejando manter a neutralidade, que é o que nos convém, collocou a nota em seu verdadeiro terreno. *Poderá haver outras notas mais enérgicas, mais incisivas ou melhor redigidas que a nossa; a questão, porém, não deve ser encarada sob o traçoeiro prisma dos confrontos, porquanto não se trata de um concurso de notas, e sim de se apurar si a nota do Brasil corresponde ao interesse nacional, sob o ponto de vista dos interesses geraes. O que nos convém de um modo absoluto é nos mantermos estranhos ás luctas, isto é, neutros. Parece-me ser este o desejo de todos os brasileiros.* Os que censuram a nota queriam certamente que ella fosse de molde a nos levar a guerra, por isso que vivem agora appellando com entusiasmo para o apparecimento de casos concretos, afim de que possam ver como irá agir o governo. No entanto, o que se me afigura de todo o ponto desejável é que estes chamados casos concretos nunca se verifiquem (O DIA, 1917, p. 3).

A neutralidade é desejada, até porque, se rompida, muito mais fácil de ser contra a Alemanha do que contra os aliados. Nesse ponto a entrevista se revela interessante aos desejos do jornal.

Acha o sr. Rodrigo Octavio que a situação é extremamente delicada, principalmente para nós, o único paiz da América do Sul que tem marinha mercante navegando para a Europa; e da illegalidade do bloqueio allemão, diz, como internacionalista:

“O bloqueio, mesmo em prejuízo dos paizes neutros, é um meio que todos reconhecem como licito; mas, é mister, para tanto, que aquella operação seja effectiva, isto é, que a nação bloqueadora tenha elementos reaes para impedir qualquer communição com o porto ou costa bloqueada. Estes são princípios por nós proclamados desde o nosso tratado com a Inglaterra de 1828, e generalizados depois da Declaração de Paris, em 1856, e nas Declarações de Londres de 1909”.

“Ora - conclue S. Exa. - Foi justamente nesse terreno da impraticabilidade de um bloqueio tão vasto, como a Allemanha pretende, que o nosso governo se collocou, baseado em princípios estritamente jurídicos. *Realmente, desejosa de manter o Brasil na situação de neutro o que, repito, deve ser o desejo de todos, a nota não poderia assumir um character inamistoso e, portanto, sendo jurídica no seu*

fundamento, protestando, como protesta a tornar effectiva a responsabilidade da Allemanha pelos prejuízos directamente causados a interesses nacionaes pelo bloqueio, disse o que devia dizer nos limites do que era conveniente” (O DIA, 1917, p. 3).

A análise da nota vai contemplar o efeito que a matéria propõe: não seria a nota do governo brasileiro uma demonstração de fraqueza ou uma estratégia adequada de quem deseja se manter neutro? As palavras finais mostram exatamente isto. Primeiramente, quando indagado se tal fato não se revelaria ao final inútil, por se tratar de uma declaração de responsabilidade, responde o entrevistado que não, absolutamente não. Pois todos os protestos que se fazem para alcançar efeito jurídico acabam por imputar a eventual efetividade das responsabilidades em que alguém possa incorrer. Assim, é natural pensar que quem pratica um ato que decorre dano a terceiro, é responsável por esse dano, havendo, obviamente, culpa comprovada. Ora, no caso presente, desde que o bloqueio é considerado um ato lícito, dadas certas condições, era indispensável que o governo fizesse sentir à Alemanha, como o fez, que a tornaria responsável pelas consequências desse bloqueio, por isso que o não considerava nos termos legais, porque, mesmo no caso de bloqueio efetivo, não é permitido o afundamento de navios sem aviso prévio, mas tão somente o apresamento; sendo o afundamento apenas admitido na hipótese de ser impossível levar o navio apresado a um porto nacional. Mas, mesmo nesse caso, cumpre não esquecer que devem ser salvos a tripulação e os passageiros. Acrescenta ainda que todas as nações neutras fizeram protestos contra o bloqueio pretendido pela Alemanha de forma semelhante, o que demonstra a regularidade do procedimento do governo brasileiro, além do fato de quase todas as nações afirmarem que a Alemanha é a responsável por tudo isto, prova que nada há a censurar na nota brasileira pelo fato de se referir também a essa responsabilidade (O DIA, 1917, p. 3).

O final da extensa matéria é entremeadado das últimas palavras do entrevistado e da confirmação do principal desejo de todo o texto: manter a neutralidade.

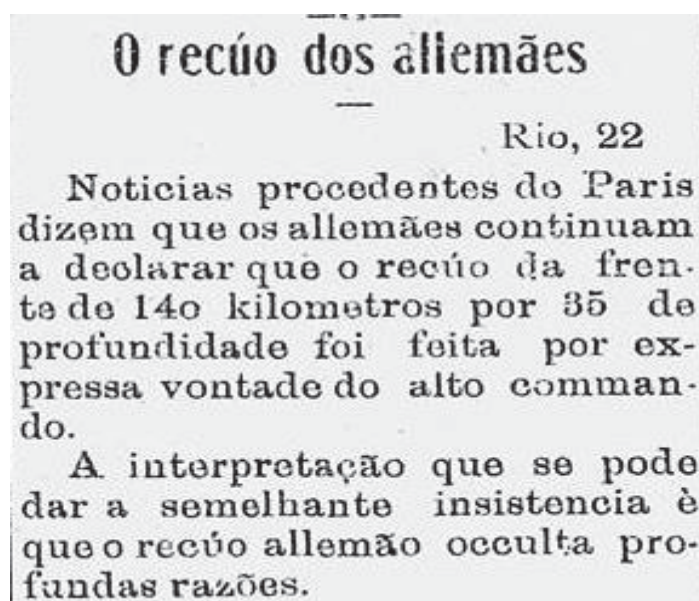
O Sr. Rodrigo Octavio conclue affirmando ser necessário se considerar que, *si nos casos normaes a diplomacia não se faz nas ruas e na imprensa, muito menos agora, numa situação que e talvez a mais grave que se tem apresentado no mundo*. Em resumo: S. Ex. não nega que há ausência de grande energia na nota brasileira, mas, recordando que a energia em taes casos equivale a declarações inamistosas, estabelece esta alternativa. *Si queremos a guerra, a nota é fraca; si queremos a defesa da dignidade, dos interesses nacionaes e da posição dos neutros, a nota é excelente* (O DIA, 1917, p. 3).

Dessa forma, encerra-se o mês de fevereiro. Para o mês seguinte, oito edições compõem o quadro selecionado. Estava muito próximo o rompimento de relações entre o Brasil e a Alemanha. Talvez antevendo esse cenário, a edição de 09 de março traz na página três um texto escrito por um jornalista norte-americano, cujo nome não é revelado, em que são mostradas as razões pelas quais a Alemanha está preparada para o enfrentamento com os “gigantes”, ou seja, os EUA e, possivelmente, se fosse o caso, o Brasil (O DIA, 1917, p. 3).

No dia seguinte, a página três, local costumeiro das matérias referentes à guerra, reproduz um texto originalmente publicado no jornal *Imparcial*, em que o tema é o comércio brasileiro nos tempos da guerra. A preocupação é com a determinação inglesa de cessar a importação do cacau e do café brasileiros, além de diminuir em 30% a compra de carnes e em 20% a quantidade adquirida pelos ingleses referente a outros produtos brasileiros. Tal notícia, que se poderia dizer normal em tempos belicosos, é analisada de forma agressiva contra os britânicos (O DIA, 1917, p. 3). O mesmo tema seria retomado no dia 16, sob o título de *Pressão Econômica*. Nesse relato, é acrescida uma nova agressão aos ingleses, por estes desconsiderarem a inteligência dos brasileiros, ao dizerem-se preocupados com eventuais prejuízos à economia nacional (O DIA, 1917, p. 3).

No dia 23 de março, uma manchete pouco usual para uma nota da guerra, razão pela qual se optou pela sua representação imagética. *O recuo dos Alemães* trata de um fato da guerra, mas que pode ser entendido pela tendência que é empregada no texto.

Figura 11 – O recuo dos Alemães



Fonte: O Dia (1917, p. 3).

Para o mês de fevereiro, quatro publicações merecem destaque: a do dia 03, em que é descrita a gravíssima situação por que passa a Alemanha, algo impensável de ser publicado nos anos anteriores; a do dia 14, na qual é feita uma reflexão sobre a legalidade do confisco dos bens de alemães no Brasil. Aqui se tem o cuidado de não exceder a defesa germânica para além do que estipula a lei. A edição do dia 15 de fevereiro mostra o martírio de cidades francesas, situação que não havia sido noticiada dessa forma, ou seja, o sofrimento e o heroísmo eram sempre do lado alemão. E, finalmente, no último dia do mês, onde a primeira página reúne notícias positivas para os aliados (O DIA, 1918, p. 1-3).

Expostas em quantidade as impressões do jornal *O Dia*, retoma-se o tema com as publicações do jornal *O Estado*.

Iniciando pelo dia 06 de maio de 1915, em uma coluna chamada Seção Livre, traz um texto de autoria do Conde Albert de Berzeviczy, ex-presidente da Câmara de Deputados da Hungria, e atual presidente da Câmara de Ciências daquele país. Intitulado *A Itália e a Áustria*. O texto é focado nas movimentações da Itália na guerra, ou seja, sua situação de saída de um acordo para outro. Bastante crítico ao país, demonstra profundas preocupações com a falta de coerência e contradições manifestadas pelos italianos. Destaca-se dessa matéria dois momentos. O primeiro seria a forma como a Itália trata os italianos que estão na Áustria:

Não, são, portanto, as veleidades belicosas da Itália que podem preocupar-nos. O que nos irrita é a ideia que se tem das relações da aliança, especialmente no que concerna à Áustria-Hungria. O que se chama “irredentismo²⁰”, foi até há pouco tempo, o jogo dos “enfants terribles” da política, mas esse jogo encontrava um adequado freio em atitude dos homens políticos prudentes. Agora a doutrina, segundo a qual os italianos têm o dever de redimir os compatriotas que ainda gemem sob o domínio estrangeiro, (e isso se pensa só a respeito dos italianos sujeitos à Áustria não dos outros) transformou-se em uma espécie de dogma. Ao discutir-se essa situação a existência da tríplice-aliança é ignorada (O ESTADO, 1915, p. 2).

O conde ainda reserva críticas contra a Itália em relação à sua aderência à Tríplice-Aliança e ao tratamento que os italianos dispensam aos húngaros:

Outra manifestação do daltonismo político dos Italianos é o seu juízo sobre a situação e o futuro da nossa monarquia, que ofereceria o fundamento à teoria segundo a qual – ainda no que se refere a Áustria-Hungria – a tríplice-aliança deveria considerar-se morte a enterrada. Em primeiro lugar fazem uma grande lista de culpas cometidas pela nossa monarquia em prejuízo da Itália nestes últimos anos: trata-se de Censuras que em parte são exageradas, e as restantes carecem de

²⁰ Irredentismo Italiano: teoria segundo a qual todos os italianos identificados culturalmente com a Itália pertencem a ela, mesmo que em outros territórios.

fundamento. Entre estas há algumas que anteriormente (e isto é o raro) nunca tinham sido formuladas. E agora ocorre-nos perguntar: Se todas essas acusações são fundadas, porque renovou a Itália a aliança há anno e meio? Se a Aliança foi renovada, não é justo nem generoso fazer taes acusações contra nós, que nos encontramos empenhados em uma guerra mundial (O ESTADO, 1915, p. 3).

À parte aos juízos de valor que podem ser feitos em relação às razões de cada grupo na guerra, cumpre aqui ressaltar tão somente o papel do jornal. Mesmo colocando que o autor do artigo é um político húngaro, o jornal recebe o texto e lhe dá voz. Não há nenhum editorial neste número ressaltando que a opinião ali expressa é de responsabilidade de quem a escreve, tampouco informando que tal seção é paga. A citação seguinte procura trazer esse tom de neutralidade.

Contudo, ainda no mesmo mês, é publicada uma matéria, até certo ponto extensa, que toma duas colunas da primeira página (em geral a primeira página é dividida em oito colunas), em que um contraponto é oferecido aos italianos. A partir do discurso do presidente do Conselho de Ministros, Antônio Salandra, são explicadas as motivações italianas na Guerra. A matéria é finalizada com a exposição de parte do conteúdo do “Livro Verde”, ou seja, alguns artigos do tratado entre italianos e austríacos. Deste artigo destacam-se os seguintes pontos:

Desde que conseguiu a sua unidade, a Itália a fez timbre em ser, como felizmente pode ser, um factor de moderação, concórdia e paz. E pode proclamar altivamente que cumpriu esta missão, firmemente, apesar dos sacrificios mais penosos que teve de enfrentar. Durante o último período da vida política da Europa por mais de trinta annos, o governo italiano manteve um systema de alianças e amizades, no intuito de melhor assegurar o equilíbrio e a paz. A Itália chegou rumo a tolerar a falta de segurança nas fronteiras, porque subordinava aquelle as mais sagradas aspirações nacionaes. Entretanto, viu-se forçada a assistir, com dor reprimida, às tendências methodicas de supprimir os caracteres de “Italianidade”, inapagavelmente gravados naquella regiões generosas. (O ESTADO, 1915, p. 1).

O político italiano prossegue na defesa dos interesses do seu país, agora alertando para a atitude austríaca, que havia sepultado os esforços diplomáticos:

O “ultimatum” austro-húngaro á Servia annullava por completo os efeitos desse grande esforço, violava o próprio pacto da Aliança, pois o governo de Viena omittira, quer o acordo prévio com a Itália, quer uma simples comunicação. Entretanto, o seu acto visava perturbar, em nosso prejuízo, o systema estabelecido das possessões territoriaes, a esphera de influência nos Balkans, enfim todo o espirito inspirador do Tratado da Tríplice Aliança estava, dest’arte completamente annullado. Depois, desencadeou-se no mundo esta guerra terrível, que afecta directamente os nossos interesses e os nossos sentimentos, destruindo o equilíbrio que a Aliança devia garantir, fazia ressurgir irresistivelmente, no horizonte de nossa vida, o problema de integração nacional da Itália (O ESTADO, 1915, p. 1).

Para encerrar a exposição, a valorização da postura italiana em todo o processo e a explicação para a mudança dos rumos do país na guerra:

E nós encaramos esse problema com coragem, reconhecendo-lhe toda a gravidade. Contudo, durante longos mezes, o governo tratou pacientemente de obter, por meio de um compromisso com a Áustria, a restituição do que é devido a Itália, de acordo com o que tinha razão de ser. As negociações, todavia, deviam ter os limites, impostos pelo tempo e pela dignidade, e além dos quaes a honra e os interesses do paiz ficariam comprometidos. Para salvaguardar as supremas razões da Itália, o governo foi forçado a notificar, a 4 do corrente, ao governo da Áustria-Hungria, da retirada de todas as propostas de accordo e da denúncia do tratado de alliança que ligava aquelle império, com a declaração de que passava a ter completa liberdade de acção. Desde então, não foi mais possível deixa a Itália isolada, sem segurança e sem prestígio, justamente no momento em que a história do mundo atravessa uma phase decisiva (O ESTADO, 1915, p. 1).

As razões da Itália em abandonar a aliança com as potências centrais, sua neutralidade e posterior adesão à Entente, são pontos de debate contínuo na historiografia²¹. Portanto, como já referido, cabe a este estudo entender as motivações do jornal, que até este momento manteve-se neutro, oferecendo seu espaço a ambos litigantes.

No mês de agosto de 1915, são seis edições selecionadas. A primeira é do dia 06, onde a matéria *O caderno de notas de um soldado alemão* traz o seguinte texto:

Já tivemos ensejo de assignallar o interessante caderno achado no bolso de um official allemão, que caiu mortalmente ferido ao ataque francez de Norte-Dame de Lorette. Eis agora o caderno de notas de um soldado bávaro, aprisionado durante a batalha de Arteis. É um curioso testemunho da evolução rápida dos sentimentos de um allemão que em dois mezes de campanha, passa do entusiasmo lyrico ao mais sombrio desalento. Este bávaro deixa o seu depósito a 20 de dezembro. Está jovial e confiante:

OH Allemanha! Como és forte e bela! escreve elle, ao transpor o Rheno, ei-lo na Bélgica. Observa com emoção as primeiras manifestações da guerra; cadáveres, casa queimadas e em ruínas. Em Louvain, a vista da cidade devastada lhe inspira esta reflexão: Pobre Bélgica! A amizade da Inglaterra custa caro. No dia seguinte estava em França (O ESTADO, 1915, p. 2).

Nesse momento, o soldado está motivado, exalando patriotismo e repleto de energia para lutar por seu país. A sequência do relato continua no mesmo entusiasmo, mas que aos poucos será sensivelmente diminuído.

A dois de janeiro, partia para as trincheiras. – Hurrah! – exclamava. A Allemanha nasceu para a guerra. Hernani, o príncipe dos Cherascos, bem o revelou na Floresta

²¹ A este respeito, consultar: Sondhaus, Lawrence. A primeira Guerra Mundial: história completa. São Paulo: Contexto, 2015.

de Teuteburgo²². O que os nossos antepassados fizeram, com o auxílio de Wotan²³, nós faremos também, nós bávaros, com o auxílio de Deus. Morte à Inglaterra! Viva o nosso príncipe regente!

Alguns dias decorridos nas trincheiras bastaram para transformar completamente este bello entusiasmo guerreiro. A 13 de janeiro escreve: “O nosso cortejo é lúgubre. Os homens estão exaustos. O entusiasmo desceu a zero. E isso não surpreende, pois não temos o repouso necessário e é insuficiente a nutrição que nos servem”. Desde esse dia, a depressão se fora acentuando. “Uma fluxão²⁴, a diarreia, o mau tempo, a trincheira! Que menu! A comida é intragável. A sopa é uma agua esbranquiçada. As noites se passam na excavação das trincheiras. Tudo isso concorre para apagar a última scintilha do patriotismo” (O ESTADO, 1915, p. 2).

A transformação de espírito vencedor para derrotado agora está quase completa. Falta ainda o último detalhe, que é a visita do rei e a estratégia utilizada para reanimar os soldados, que, como se verá, não surte nenhum efeito prático.

A 5 de fevereiro, o rei da Baviera visita o acampamento. Essa revista exaspera o soldado. Por ordem, lançamos um tríplice hurrah! O rei responde: “Bom dia, camaradas!”. Isto não basta para nos acalmar a fome e a sede. Fazem-nos, depois, uma distribuição de cerveja. Seria o mesmo que dar um osso a um cão para o consolar, depois de o terem fustigado brutalmente... se esta guerra durar ainda três mezes, nós nos tornaremos todos, anarchistas revolucionários. Já nos fatigam em excesso essa matança capitalista e esta fabricação de inválidos. O caderno do reservista bávaro se interrompe neste ponto. Alguns dias depois, elle gritava, durante um ataque francez, “Kamerad! Kamerad!”. Já não pensava em Wotan e deixava a outros o cuidado de “punir a Inglaterra” (O ESTADO, 1915, p. 2).

O testemunho de um anônimo é sempre uma estratégia para se mostrar os horrores da guerra e a sua consequência para um cidadão comum. Esse relato tem como intenção mostrar que o ânimo dos alemães, que era de certeza de uma vitória rápida e completa, havia mudado a partir da guerra de trincheiras, e que mesmo os próprios combatentes alemães já não admitiam vencer e queriam o fim imediato do conflito. Contudo, as peculiaridades desta matéria precisam ser pesadas com cuidado. Não deixa de ser uma história interessante, ou seja, algo que possui um apelo jornalístico forte, e que, no caso do jornal *O Estado*, que neste momento pode-se dizer que é neutro, teria interesse em publicar tal matéria justamente por sua capacidade de atração do leitor, e não tanto por replicações ideológicas.

A respeito da guerra de trincheiras, trata-se de uma das principais características bélicas da Primeira Guerra Mundial. Ocorrida a partir de 1915, foi utilizada tanto pelos alemães quanto pelos aliados, como forma de garantir a posse de territórios conquistados ou

²² O texto provavelmente evoca a batalha entre os romanos e os germanos, ocorrida nos primeiros anos da era cristã.

²³ Um dos deuses mais poderosos da mitologia nórdica.

²⁴ Vazamento de líquido dos tecidos do corpo humano.

como estratégia para impedir o avanço do inimigo. Martin Gilbert, ao descrever a cronologia do conflito, recolhe uma passagem das batalhas na Bélgica, cujo envolvimento com as trincheiras ilustra bem o seu uso como estratégia de guerra:

Na manhã de 21 de outubro, tropas da cavalaria britânica e francesa que estavam na aldeia belga de Passchendaele, numa colina na metade do caminho entre Ypres e Roulers, deixaram a localidade e dirigiram-se para Ypres. Não tinham sido atacadas, mas aumentaram a segurança ao aproximarem-se da cidade. Ambos os lados começaram a escavar trincheiras, ligando-se numa linha contínua e formando ninhos de metralhadoras, abrigos, trincheiras de comunicações que conduziam à retaguarda e terrenos minados que iam até tão perto quanto possível da linha de frente inimiga. Os postos de observação da artilharia, os balões e as patrulhas aéreas vigiavam qualquer movimento. As linhas de trincheiras estabelecidas entre Ypres, no lado britânico, e Menin e Roulers, no lado alemão, um terreno conhecido como saliente de Ypres, tornou-se o cenário, durante quatro anos, de algumas das mais ferozes lutas de qualquer guerra na história (GILBERT, 2017, p. 136-137).

Prosseguindo com a discussão anterior, no mês de setembro do mesmo ano, no primeiro dia, uma matéria semelhante à que foi elaborada com o Marechal Hindenburg é publicada. O personagem principal é o “Konprinz”, ou seja, o herdeiro do império germânico, filho do Kaiser. Repleta de elogios às qualidades do príncipe, mostra como são seus aposentos, sua rotina e seus vastos conhecimentos. Acerca da guerra, enaltece sua coragem e seu espírito patriótico e outras qualidades semelhantes. Ao final encerra com uma frase bastante significativa da imagem que se deseja construir. Ao perceber que um dos generais alemães se mostrava muito otimista quanto à vitória alemã e de forma rápida, o príncipe teria assim declarado: “*Meu general, tenha em conta que temos por inimigos, por adversários, os netos daqueles soldados a quem Napoleão conduzia.*” (O ESTADO, 1915, p. 2).

No dia 23 de setembro, o *Tenente Von Kluck* reapareceria nas páginas do jornal. Seu longo texto, dividido em três seções, preconizava novamente a vitória alemã e, por vezes, cometia ironias. Há que se observar que durante quase todo o mês, as menções à guerra eram relativas tão somente aos fatos, não a opiniões. E também nenhuma outra opinião diversa dos textos do militar circulou nesse período. Segue a reprodução integral, a começar pela introdução, acompanhando a divisão proposta pelo autor:

1. A guerra dos exércitos
2. A guerra da Intriga
3. A guerra da fome.

A Alemanha vence galhardamente as 3 espécies de guerra que lhe movem os invejosos de todo o mundo. A par da guerra dos exércitos, guerra leal e heroica, lidam a guerra infamante e vil da insidia soez²⁵ e a guerra desumana e perversa da Fome. Tanto no terreno da lucta franca e nobilitante se alça imensa a grande

²⁵ Insidia soez: termo usado para designar uma cilada desonrosa aplicada aos inimigos.

Germânia, como esphaceia e reduz ao ridículo a monstruosa campanha de difamação indigna e a louca pretensão de matar a fome o povo mais operoso da terra, a nação mais sabia e mais previdente do continente europeu. Vejamos por partes (O ESTADO, 1915, p. 1).

A primeira parte, referente à guerra dos exércitos, tem como principal argumento o preparo militar e tecnológico dos exércitos alemães. Inicialmente, como ocorreu a conquista de Bélgica, chamada de A guerra dos exércitos. Começa afirmando que é um interminável rosário de vitórias! Jamais as campanhas do passado mostraram batalhas vencidas de forma tão vasta, tão completa e terminadas com tanta rapidez, com tanta precisão, com tanto proveito e com tão esmerada arte. A tal ponto que o rei dos belgas, mais soldado que rei, mais aliado que belga, pois só fazia cumprir ordens da Inglaterra, ordens estas já decididas anteriormente em reuniões secretas, não compreendeu em tempo que ia sacrificar sua Pátria, em proveito “*dos espertos e retardados aliados*”. Não foi, portanto, um político eficaz, pois não percebeu que a enormidade da luta era demasiada e que não poderia confiar tão ingenuamente na doce esperança do auxílio inglês. Assim, transformou-se no coveiro da bela Nação. No início da campanha contra a Bélgica, a Alemanha conquistou as assombrosas vitórias de Liége e de Namur, vitórias que sacudiram os nervos do mundo inteiro, pela grandiosidade do evento, pela extraordinária da ação militar, até então nunca havia sido presenciada. As fortificações modernas, bem construídas e armadas com todos os requisitos da ciência, em poucos dias foram dizimadas e caíram em poder das compactas colunas alemãs, como se fossem insignificantes povoações (O ESTADO, 1915, p. 1).

A sequência de quatro vitórias em poucos dias, culminando com a batalha de Charleroi, onde a eficiência alemã é elogiada, encerra a descrição das batalhas em solo belga. Convém lembrar que os adversários da Alemanha somente enxergavam covardia na invasão do território belga.

A tomada de Liége a sete, a ocupação de Bruxellas a vinte, a posse de Namur a vinte e cinco de agosto, o stupendo feito de nove de outubro com a presa de Antuérpia, defendida por vinte e cinco fortes, são páginas de extraordinário fulgor na história da humanidade. Antuérpia, cercada de fortes, de entrancheamentos poderosos e de vasto lençol d'agua, era considerada inespugnável e de facto era, menos para os allemães. A grande batalha de Charleroi, que foi uma grande derrota dos aliados, fez ainda mais compreender a pujança das cahortes²⁶ invasoras. Todos estes factos (*apressadamente estudados*) dão a conhecer que, com a posse de Gant, Louvain, Charleroi, Malinas, Bruges, Ostende e de Dixmunden, em 11 de novembro, ficou a Bélgica em poder dos allemaes e que após três mezes de guerra desapareceu a desditosa nação, *tão efficaamente protegida da libertadora Inglaterra*. E apesar disso, o Kolossal mecanismo... *não deu até agora os resultados*

²⁶ Termo confuso, pois pode ser um erro de grafia para Corte, que significaria o conjunto das forças invasoras.

anunciados pelos profissionais que tanto o querem endeosar (Verdier) (O ESTADO, 1915, p. 1).

O autor não se preocupa em rebater as frequentes críticas endereçadas aos germanistas, de que a neutralidade belga havia sido desrespeitada. Prefere enaltecer a rápida ocupação e o ineditismo na história militar de tais façanhas. Segue a primeira parte com a descrição das lutas com os franceses, listando as suas numerosas derrotas: A dez de agosto, são batidos em Mulhouse; no dia seguinte em Lagarde; nove dias depois são derrotas na grande batalha de Metz; em vinte e dois de agosto em Longwy e Neufchateau; em vinte e seis, ainda do mesmo mês, é tomada a fortaleza de Longwy pelo príncipe herdeiro; e, finalmente, encerrando o mês de agosto, a vinte e oito tem lugar a completa derrota dos ingleses em S. Quentin. Para o mês de setembro, entretanto, novas quedas francesas para os alemães se verificariam: a primeiro de setembro, em Reims, e nas proximidades de Verdun; a três de setembro é tomada a fortaleza de Givet e no dia oito a praça forte de Mauleuge, onde são feitos quarenta mil prisioneiros, inclusive generais. Nesse ponto, uma pausa é feita, após citar-se tantas datas e lugares, e se afirma quão monótono seria a continuidade de tais descrições. Os nomes de von Kluck e de von Below são lembrados no avanço sobre Paris e a célebre batalha do Marne, na qual os alemães fazem a retirada, é desviada habilmente, prometendo ser assunto de outros artigos. Como esse assunto não interessa, prossegue a nota afirmando que já são treze meses em que os alemães plantaram uma muralha humana no território francês e estão ali na defensiva estratégica, enquanto ganham tempo para conter os russos. Entremedio a isto, os franceses, que deveriam já ter expulso os alemães, o que poderiam fazer? O artigo ironiza o passado napoleônico de glórias militares e pergunta aonde foi parar esta França gloriosa. Terá desaparecido? Não, está apenas mutilada, pois *“loiros guerreiros espadaúdos, vindos de nordeste, assentaram suas tendas nas nossas províncias do norte, exploram as nossas minas e bebem todo o nosso vinho, da Champagne! Malditos boches!”* (O ESTADO, 1915, p. 1).

O artigo finaliza com os números que evidenciam as nítidas vantagens alemãs. Nesses números constam armamentos, conquistas de territórios, perdas dos adversários.

Generalizando as vantagens da actual guerra, em todos os seus sectores podemos afirmar que a Alemanha tem como fructo de treze meses de árdua campanha, o seguinte resultado: Cento e noventa mil (190.000) kilometros quadrados de território conquistado, sendo cento e quarenta mil na Rússia, vinte e nove mil na Bélgica e vinte e um mil na França (21.000). Quatorze (14) praças fortes e fortalezas de 1ª classe na Rússia, seis (6) fortalezas francezas e três praças fortes belgas. Duzentas e quarenta e cinco cidades e villas francezas, russas e belgas. Um milhão, setecentos e

vinte mil, tresentos e quarenta e cinco prisioneiros (1.720.345), inclusive 15 generaes russos, seis francezes e três belgas. O material bellico conquistado as hostes inimigas monta em (7.300) sete mil e tresentos canhões, incluída a artilharia grossa das vinte e três fortalezas e praças fortes subjugados. Além de três mil e quinhentas metralhadoras, a presa de armas portáteis, de munições, de automóveis blindados, de wagons militares tem sido colossal. Ampliando um pouco a nossa estatística, diremos que monta em cento e sessenta e cinco (165) os navios aliados postos no fundo do mar pelos submarinos e minas allemãs, inclusive dreadnoughts, couraçados de linha, torpedeiros, etc. Os raids dos zeppelins e dos taubes a Londres e a Paris, a par dos raíds dos submarinos em todos os mares da Inglaterra, (ex-rainha dos mesmos), são ainda vantagens Moraes para a Alemanha, que se patenteia como a mais sagaz e a mais heroica das nações em guerra (O ESTADO, 1915, p. 1).

A segunda parte desse artigo somente seria publicada uma semana depois, a 29 de setembro de 1915. Nesse dia, as notícias de guerra dão conta de vitórias contra os alemães, mas estão na página 3, em duas pequenas notas, cada qual com três a quatro linhas. Ou seja, há uma preocupação de informar os fatos da guerra, mas não se tem neste momento nenhum texto em favor dos aliados. Por conta da extensão do artigo e de já ter sido feita a descrição integral de sua primeira parte, optou-se por reproduzir desta segunda somente uma síntese, em três momentos mais breves (O ESTADO, 1915, p. 3).

A primeira menção a este artigo, intitulado nesta parte de *A guerra da Intriga*, procura responsabilizar a Inglaterra por uma política internacional astuciosa, na qual pretendia parecer colaborativa para o mundo, mas sórdida na defesa de seus interesses. Em contrapartida, a Alemanha surgiria nesse cenário como uma nação justa e reveladora desse aspecto da política britânica.

Somente um facto extraordinário que abalasse profundamente os interesses inglezes, poderia romper o denso vèu que sempre o encobrio, a hipocrisia dos *albions*.²⁷ Procurando manter uma aparente linha de correcção, a Inglaterra tem, disfarçadamente, vivido à custa das desgraças das outras nações. Partidária do menor esforço do seus subditos, ella faz as suas guerras de conquista, com o sangue dos seus aliados, desde os tempos os mais remotos. Com todas as atrocidades imagináveis, ella tem dominado os pretos da África e os amarells da Ásia. Chegou, porém, o dia em que a libertadora dos territórios alheios, vio o seu seriamente comprometido. De accordo com o seu verdadeiro character, ella lança então meio dos processos os mais condemnaveis. É montando na City o grande laboratório da diffamação. Senhora dos cabos submarinos, ella transmite ao mundo as mais aterradoras notícias, dando como *bárbaros* os soldados da mais culta nação da Europa. Não há atrocidade conhecida na história da humanidade que não seja atribuída as falanges victoriosas na Bélgica. Os boatos das pretendidas infâmias praticadas pelos alemães partem de Londres, como de Pariz, com a sancção dos homens mais eminentes d'esses dois paizes. É creada em Londres a sociedade de Agitação, com ramificações no estrangeiro, para os assassinatos políticos. Sir

²⁷ Expressão criada pelo poeta francês Augustin Louis de Ximenes, conhecido como Marquês de Ximenes, em 1793, “a pérfida Albion”. Albion era o nome que os romanos utilizavam para a antiga Bretanha. Na visão do poeta, a Inglaterra se constituía em um modelo de hipocrisia, um reino onde se dizia uma coisa e praticava-se outra.

Casement²⁸ escapa com dificuldade da trama infernal. E a guerra desfez em pouco em tempo a atmosfera de respeito que outrora cercara a Inglaterra, pela divulgação universal dos seus processos injustificáveis. Sir Edward Grey já não faz comunicações, mais ainda está na memória de todos as suas *verdades* espalhadas telegraphicamente por todo o orbe. Igrejas destruídas, crianças mutiladas, mulheres violadas, famílias conduzidas para as linhas de fogo, etc, são os crimes atribuídos pelos vencidos aos correctos e humanos vencedores.

Não paira, porém, ahí a intriga. É preciso envolver os países neutros. Vem, então, a estafada e irritante questão da expansão territorial na América (O ESTADO, 1915, p. 1).

O texto continua mostrando que a ideia do perigo alemão, tão amplamente debatida em outros veículos de comunicação, não passa de uma artimanha britânica para desvalorizar a Alemanha. E que é muito triste ela ser, em parte, assimilada no Brasil. Ironicamente, afirma que as duas nações *amigas* do Brasil, tão preocupadas a ponto de desejarem aliviar o país do trabalho penoso de possuir a Ilha da Trindade e o território do Amapá, avisam *camaradamente* que a Alemanha quer se apossar do sul do Brasil. A ironia continua com a frase: “*Que belos amigos! A insidia produziu seus efeitos malevolos nos primeiros meses da guerra, a ponto de fazer em certos países neutros um partido de aliados, que se esquece da nacionalidadc verdadeira.*” Segundo o texto, muitos brasileiros ainda não conseguiram ver os males extraordinários que vem causando, há muitos meses, a guerra comercial que a Inglaterra declarou contra o Brasil. O café, o cacau, os couros e quase todos os produtos de exportação brasileira são considerados contrabando de guerra, a não ser que passem pelas mãos dos ingleses. Os brasileiros se esquecem do que aprenderam na escola e vem em público dizer heresias, inverdades, argumentos distorcidos. A seguir são citados fatos da guerra de acordo com essa interpretação equivocada: A retirada dos Cárpatos nesse contexto passa a ser uma retirada estratégica. O recuo aliado na Polônia se transforma na “*estratégia centrifuga do grão Duque*”. A batalha do Marne, “*é a grande concepção de Jofre, o dorminhoco*”. Finalizando, é lembrada a armada britânica, que, estacionada, cria limo e mariscos, mas tudo isto é parte de um plano gigantesco de Sir E. Grey. Enquanto isso, a realidade é que a linha alemã no ocidente não é rompida, o que os aliados não conseguem explicar com bons argumentos. Agora, porém, está desfeita essa campanha indigna, repleta de mentiras. A

²⁸ Trata-se de Roger Casement, ativista da causa irlandesa e que desejava o rompimento com a Inglaterra. Tentou uma aproximação com a Alemanha, acreditando que deste modo receberia o apoio para a independência irlandesa. Trabalhou no Brasil como Consul, no Rio de Janeiro. Seria preso, julgado e executado em 1916, a 3 de agosto, quase um ano depois da data de escrita do artigo.

opinião pública está modificada. Agora ninguém mais dá crédito às atrocidades alemãs, que somente existem na versão dos aliados (O ESTADO, 1915, p. 1).

A matéria é bastante irônica, utilizando das contradições britânicas, como o desejo de posse de territórios brasileiros e a imagem de libertadora do mundo durante a guerra. Questiona também a capacidade dos brasileiros de divulgarem notícias da guerra minimizando os feitos alemães, que, nesse período, eram realmente mais exitosos que os demais.

A última parte do texto, ainda na mesma edição, era a respeito da Guerra da Fome, analisando a tentativa de isolamento da Alemanha, cortando a obtenção das necessidades básicas. As ironias continuam também nesta abordagem.

A Guerra da Fome

A humana e libertadora Inglaterra, antiga protetora dos *boers*, resolveu, levada por delicados sentimentos, matar a fome os setenta milhões de habitantes da *barbara* Alemanha. Modificando com o seu poderio onipotente todos os Tratados Internacionais, todas as convenções, inclusive a de Londres, calcando todos os sentimentos nobres e manifestando, com toda a pujança, a bestialidade do ódio, tenta a *commercial* nação, privar a população civil de alimentos e para isso declara o bloqueio absoluto. A Alemanha, sciente do seu valor, confiante na operosidade e patriotismo dos seus filhos, responde a bravata inglesa com uma gargalhada. É então que se nos apresenta este paiz por uma das faces mais brilhantes. É estupendo e não há espirito bem formado que não sinta em estremecimento de entusiasmo ao lembrar-se que a Alemanha basta a si mesmo. Uma nação que bloqueada há longos mezes tem a capacidade de sustentar os seus milhões de habitantes, sem recursos externos, merece admiração sem limites. O *Kriegslord*²⁹ é a prova irrecusável das preciosas qualidades de resistência desse povo excepcional (O ESTADO, 1915, p. 1).

Depois de mencionar as inabaláveis qualidades alemãs, a guerra da fome se volta contra as demais nações, que são acusadas de bloqueio injusto e desumano, mas que se revelou, ao final, inútil diante da capacidade germânica.

As nações neutras, pelo interesse de umas e fraqueza de outras, sancionam o injustificável e desumano bloqueio. Quiz, porém, a Deusa das victorias coroar de êxito os esforços germânicos e ao gigantesco trabalho interno para alimentar a população civil, vieram juntar-se os colossaes despojos dos moscovitas em fuga. D'ora em diante a Polonia e a Curlândia³⁰, vasias de russos, também produzirão os preciosos grãos. A Inglaterra assumio o poder dictatorial, legislando e impondo discricionariamente as suas ordens ao commercio das nações neutras. Nada conseguirá. Além do desrespeito dos convênios ella patenteou a sua barbaria, destruindo as casas commerciaes allemãs, confiscando os bens dos allemães domiciliados nos seus territórios, e proibindo os pagamentos devidos os subditos do Kaizer. Apesar de todos os actos de prepotências, de toda a selvageria inglesa, na

²⁹ Literalmente, significa senhor da Guerra. No contexto da frase, a forma como a Alemanha se preparou e como organiza seu esforço de guerra.

³⁰ Região da atual Letônia.

Allemanha come-se como d'antes. Augmentou extraordinariamente a producção do trigo e da batata e de todos os cereaes alli cultivados. Todo o terreno foi aproveitado, mesmo os parques e jardins. As mulheres, as creanças e os prisioneiros cultivam a terra. Assim, não morrerá de fome o bravo povo, como não sucumbirá á intriga. Heroico na guerra dos exércitos, sábio e correcto na guerra trahidora da intriga, previdente e operoso na guerra da fome, elle assombra o mundo e apavora os inimigos. As suas victorias desdobram-se em todos os terrenos (O ESTADO, 1915, p. 1).

Com a conclusão deste texto, há uma nítida impressão de que, nesse momento, o jornal procura dar espaço à causa germânica, pois os meses de agosto e setembro não trouxeram matérias favoráveis aos aliados.

Na edição do dia seguinte, 21 de julho, a germanidade seria reforçada. Uma matéria sobre o submarino alemão *Deutschland*, que empreendera viagem aos Estados Unidos. Na opinião do militar brasileiro, entrevistado pelo jornal *A Noite* e reproduzida na matéria, comandante Souza e Silva, existiam três aspectos relevantes no caso: o técnico, o comercial e o militar. Mas o comandante foi prudente na sua análise e tratou de não alarmar aos brasileiros, considerando o submarino não perigoso (O ESTADO, 1916, p. 2).

Entretanto, a matéria mais importante desta edição é até um fato, de certa forma, anedótico, mas que representa significativamente o ponto de vista dos alemães, visto, até este momento, nenhum fato desta natureza foi trazido pelo jornal. O breve relato leva o título de *Audácia Germânica*, com o seguinte conteúdo:

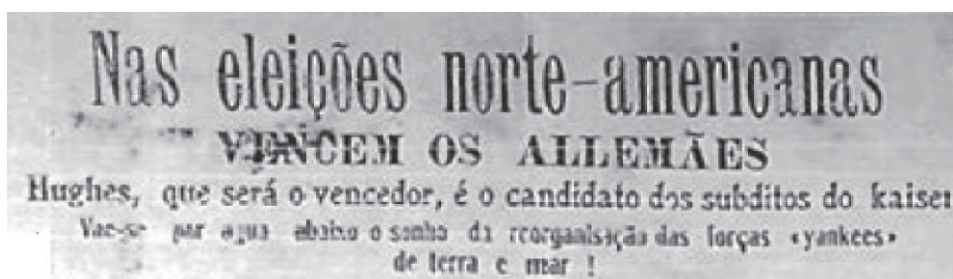
Deu-se um facto interessantíssimo, num porto inglez, que tanto tem de fabuloso que foca ás raias do impossível, mas que se deu na verdade conforme a narração por official inglez. Um belo dia eis que entra num porto da altiva Albion³¹ um torpedeiro com todo a pose e sem cerimônia. Officiaes e tripulantes trajavam o uniforme inglez com todo o garbo. O commandante n'um inglez correctissimo reclamou a toda pressa munição e carvão allegando uma missão de summa importância, pois tratava-se nada menos de aprisionar um navio allemão que queria forçar o estreitissimo boqueio inglez e que elle havia de mostrar aquelles damnados allemães o que era tactica inglesa! As auctoridades do porto desenvolveram uma actividade espantosa para satisfazer as exigências do “patriótico” commandante, e em poucas horas tudo estava prompto e o navio carregado de munições e de carvão. O commandante assignou com toda a convicção o recibo, tecendo rasgados elogios às auctoridades do porto pela rapidez do serviço e pela gentileza proverbial dos esforçados “patrióticos”, dizendo até que mereciam todos, pelo menos, a cruz “Victoria” por tão relevante patriotismo! Dito isso zarpou magestoso e recheado o falso torpedeiro em demanda do “inimigo” com os votos de feliz viagem e brilhante successo (O ESTADO, 1916, p. 1).

A publicação de um episódio como este tem um efeito moral, de mostrar a esperteza de um sobre outro. Pode ser vista como um mero folclore da situação da guerra, mas pode

³¹ Inglaterra, ou no caso, Bretanha, como a chamavam os romanos.

também ser entendida como uma forma de supremacia alemã, além das vitórias militares, de um povo mais capacitado em todos os sentidos. Isto faria com que se pensasse que o jornal, afinal, havia assumido seu lado alemão. Mas a publicação do dia 27 de julho, cujo título está na imagem a seguir, muda drasticamente o discurso:

Figura 12 – Eleições Norte-Americanas



Fonte: O Estado (1916, p. 1).

Esta matéria é um pouco diferente das até então estudadas. Há uma transcrição inicial de uma reportagem, publicada no jornal *A Rua*, do Rio de Janeiro. É relatado o clima das eleições americanas, a escolha dos candidatos para a disputa e o envolvimento dos descendentes dos alemães. Esta primeira parte está na íntegra, dividida em dois momentos:

John Hudson escreve, de Washington, para “*A Rua*”, do Rio: Estão definidos os campos em que se vai travar a grande pugna política da qual resultará, a 3 de novembro próximo, a eleição do futuro Presidente da União. Era de presumir, e assim todos suppunham, que a quantidade excessiva de candidatos ao cargo supremo na magistratura nacional estabelecesse o caos entre os partidos, especialmente no seio do Partido Republicano e na facção d'elle scindida, o Partido Progressista, a cujos sufrágios concorriam vultos dos mais conspícuos na política “yankee” como Theodor Roosevelt, Elliott Rool e Charles E. Hughes, o juiz dito incorruptível. O que se viu, entretanto, causou a maior das admirações. O Partido Progressista apoiava Roosevelt, incondicionalmente, tendo ficado resolvido que na grande convenção de Chicago sahiria das urnas prestigiado pelo voto unanime da assemblea, o nome do enérgico successor de Mac-Kinley. Entretanto, a união do Partido Democrata era absoluta, tendo sido acolhido o nome de Wilson como candidato único desse partido. O facto causou sensação no campo contrário e a consciéncia de todos appareceu a necessidade de se harmonizarem os ânimos e preparal-os para uma certa união de vistas no sentido de derrotar os Democratras (O ESTADO, 1916, p. 2).

A descrição dos movimentos partidários prossegue, com o intuito de se demonstrar ao final como se comportarão os eleitores americanos de origem alemã.

Sorgiu, então, a idéa de fazer-se simultaneamente as duas assembleas republicanas em Chicago não resolvendo em definitivo o Partido Progressista sem primeiro saber

a orientação seguida pela assembléa republicana propriamente dita. Não obstante todos esses preparativos cautelosos, o certo é que nas duas assembléas reinaria talvez a maior confusão, ainda que o número de candidatos tivesse diminuído de um, com a radical oposição encontrada no partido pelo nome do candidato Henry Ford, não obstante a sua popularidade em Michigan e as sympathias que contava em Nebraska e Pennsylvania. Quem cortou o nó górdio, trazendo aos arraiaes Republicano-Progressistas maior calma e reflexão foi Theodor Roosevelt, que ante a perspectiva de derrota do seu partido, em favor, mais uma vez, dos ‘democratas’, renunciou, na véspera da reunião das convenções, a sua candidatura ao supremo e gostoso e invejável posto de hospede mais graduado da ‘White House’. Dir-se-ia que Roosevelt contava com a derrota e por isso dispensou-se de ser candidato. A esses responderemos que elle contava com os votos de 20 delegados e dos 986 que deveriam reunir-se na grande convenção de Chicago, sendo muito provável que outros viessem engrossar a somma e dar-lhe os necessários 493 votos que o fariam candidato official do partido. Isto não excluiria, porém, a apresentação de outros nomes e a consequente derrota dos republicanos em favor dos democratas. Assim, pois, com a voluntária retirada de Roosevelt, o sr. Root perdeu a occasião de aspirar ao poder, e o St. Hughes, reuniu a totalidade dos votos da convenção (O ESTADO, 1916, p. 2).

Até este momento, a matéria é um tanto trivial, descrevendo os detalhes das primárias americanas e o movimento dos partidos e dos líderes. Depois de finalizado este trecho, há um espaço em branco e um pequeno travessão, como se indicasse uma mudança no autor. Como o texto que se segue é uma análise, tudo leva a crer que outra pessoa, que não o repórter da matéria anterior, escreveu o que se segue:

O que de mais interessante existe, porém, na solução do problema da successão presidencial americana não é o facto da personalidade intrínseca do candidato que sahir victorioso das urnas, no dia da batalha decisiva, que qualquer delles é bastante illustre e conta serviços que o recommendam à consideração e ao respeito nacional. O que está em jogo presentemente é o sonho da organização militar posta em vigor pelo actual governo. É quasi certo que os Estados Unidos verão fugir mais uma occasião a oportunidade de se tornarem fortes pala organização das suas forças de terra e mar, como já o são pela disciplinada organização das finanças e das suas industrias. Calculadas as forças políticas em jogo; é indiscutível que a maioria está representada pelos republicanos, pois apesar de Wilson contar com os votos de todo o Sul, exclusão feita do Texas, e com outros esparsos em toda a Republica, o seu número não pode se comparar com os suffragios que deve obter o candidato republicano. Esperam-se mesmo algumas deserções do campo Democrata d'aquelles que soffreram a decepção da desastrosa administração do professor de Princeton (O ESTADO, 1916, p. 2).

Agora o texto vai clareando por onde os alemães se comportaram politicamente nas eleições americanas e tornando mais evidente o que se pretende com a publicação deste artigo. Afirma-se que o Partido Democrata tem perdido elementos de grande valor, sem ter sabido conquistar outros aliados, de modo que aqueles que venceram na eleição passada não o fizeram pelo seu próprio prestígio no seio da Nação, mas simplesmente aproveitando a discórdia surgida no arraial contrário mais importante – o Partido Republicano, agora devem

ser derrotados pelo bloco constituído em torno de Hughes. Este é citado como um nebuloso pacifista, que surge na política americana como astro de primeira grandeza, conhecido pela sua fortaleza de carácter, pela sua incorruptibilidade, e havia sido apoiado principalmente pelo voto dos alemães. O apoio dado por estes era no sentido de que não fossem mais utilizadas medidas militares, com o argumento de que armar o povo é comprometer a paz. O jornal *New York Stats Zeitung* e outros pertencentes à imprensa alemã alocada nos EUA são citados como os baluartes de defesa mais importante para Hughes. E, para maior convencimento daqueles que duvidavam da verdade evidente, surge então Christovam Rebhan, presidente da *Korrieges Verein*, que diz o seguinte: “*De todos os candidatos mencionados, nós, os que governamos e dirigimos o voto allemão na América, trabalharemos por Hughes, se elle se decidir a contrapor o seu nome à reeleição de Wilson.*” (O ESTADO, 1916, p. 2).

Com efeito, Charles Hughes e Woodrow Wilson disputaram a eleição, que terminou com a vitória deste último. O que é mais esclarecedor é o tom incisivo que anuncia o término do texto:

Quer isto dizer que os vinte milhões de allemães e seus descendentes se oppõem á preparação nacional, cujo primeiro acto de Hughes como presidente será vetar o augmento do exército e da armada, facilitando a conquista moral da América se os allemães conseguissem vencer a guerra. Felizmente para esta grande nação e para todo o continente, a desgraça está afastada definitivamente do cálculo das probabilidades e o esforço victorioso dos teutões da América será annullado com a reintegração da justiça e da civilização sobre os escombros da barbaria ululante e feroz que cobre de vergonha geração actual e enlameará para todo o sempre este começo de século, tão fértil de acções que rebaixam ao nível das feras a dignidade humana. (O ESTADO, 1916, p. 2).

Com esta matéria, que taxativamente coloca os alemães como vilões na guerra, o jornal recupera parte da sua neutralidade. As edições do mês de agosto podem confirmar ou desconfirmar tal impressão. O fato é que, mesmo com as matérias pró-Alemanha em maior frequência, esta última, pelo seu tom forte, equilibra razoavelmente as tendências.

O fato de comentar e analisar a política norte-americana mostra que o jornal pretende ampliar a sua capacidade de informar e de trazer à discussão os temas que poderiam ter influência no Brasil; os americanos servem assim como um contrapeso às seguidas referências aos alemães, franceses e ingleses.

A edição de 26 de setembro tem na segunda página o sugestivo artigo *Na trincheira allemã – Declarações do Coronel Hoffmann*, em que é descrita, a partir de uma mensagem de um correspondente de guerra, como a situação dos alemães se configurava. Proveniente do

quartel general do Marechal Leopoldo, príncipe da Baviera, o correspondente de guerra do *La Nacion* (nome ilegível na matéria) comunicava que no dia 17 de setembro, acompanhado dos correspondentes do *Chicago News*, da Associated Press e do *Stockholm Dagblad*, foi recebido pelo marechal Príncipe Leopoldo da Baviera, que então substituíra o Marechal Hindenburg ao comando das operações na vanguarda da frente oriental. A partir dessa recepção, nos próximos quatro dias o correspondente percorreu os arredores de Baranovichy, constatando que até então os russos, apesar dos grandes sacrifícios, pouco resultado obtiveram. Essas posições alemãs são poderosamente construídas e as mais completas de todas que o jornalista pôde presenciar em dois anos de experiências nos campos de batalha. Em determinado setor, cita à guisa de exemplo, dois regimentos estiveram escavando durante onze meses na região marginal do Schtschara³², onde construíram um subterrâneo à prova de bombas, com capacidade suficiente para abrigar todos os seus homens. As linhas de arame farpado estendem-se até 170 metros de distância das trincheiras. Os alemães se precaveram na construção dos sistemas de defesa dos flancos, de tal modo que em todos os pontos o ataque pode ser rechaçado em todas as direções possíveis. Em 13 de agosto, os russos desferiram potentes ataques, todavia não alcançando vantagens de importância (O ESTADO, 1916, p. 2).

A organização dos equipamentos, das instalações, bem como a sua conservação são amplamente elogiadas a partir de agora:

A descrição pormenorizada destas posições torna-se impossível. Tudo está na maior ordem e extraordinariamente limpo. Abaixo dos parapeitos encontram-se os fortes, que se sucedem uns aos outros, tendo grande profundidade. Há, além disso, túneis muito profundos, iluminados a luz eléctrica. Em diferentes partes desta cidade subterrânea encontram-se focos luminosos para facilitar o tráfego. Durante o dia não se combate. Roguei e obtive permissão para passar a noite nas trincheiras. Com efeito, passei a noite na secção mais avançada, nessa ponte sobre o Schtschara. Os russos ficam a trinta metros de distância de nós. De repente começaram a explodir minas nos arredores. As metralhadoras russas golpeiam continuamente os parapeitos e cercas de arame. As granadas passam por cima de nós, procurando vítimas na retaguarda. Os soldados cumprem sua missão com calma e cuidadosamente. Na minha opinião este sector permanecerá nas mãos dos alemães. Cheguei aqui em automóvel posto à disposição dos correspondentes no quartel-general do Príncipe Leopoldo. Fui recebido por um chefe do estado-maior, Coronel Hoffmann, um dos mais importantes cabos de guerra do exército alemão, que me fez as seguintes declarações: “Não há nada a temer, nem a ocultar na nossa frente, que tem 1.400 kilometros de extensão. Os russos intentaram romper as nossas linhas na direcção de Boranovitch, afim de impedir o rápido transporte de tropas e material para a rectaguarda da nossa frente” (O ESTADO, 1916, p. 2).

³² Rio da Bielorrússia.

Quanto às impressões do correspondente, precisa ser considerada a forma como foram obtidas. O jornalista foi recebido com cordialidade, a ele foi disponibilizado um automóvel, concedida a permissão para passar a noite juntos aos combatentes na trincheira. Ou seja, todas as condições para que a matéria tivesse um tom favorável aos anfitriões, o que resultou na prática. A ponto de se inserir um juízo de valor, considerando que os russos não teriam capacidade de assumir o controle do território, na opinião do jornalista.

O mês de setembro finda com duas matérias selecionadas, uma para cada lado combatente, reforçando a neutralidade.

No mês de outubro, somente as duas primeiras edições contemplam alguma matéria que possa fazer alusão a um dos grupos em combate. No primeiro dia do mês, sob a manchete *Um corpo de exército grego protegido pelos Alemães*, evoca a seguinte situação, reportada pelos próprios alemães:

No comunicado alemão do dia 14 de setembro findo, encontramos o seguinte: As tropas alemãs e búlgaras tinham-se visto obrigadas a penetrar na Macedônia grega, afim de contrapor-se aos ataques do general Serrail. Atraz da ala esquerda dos búlgaros, que avançou até o Struma, permaneceu estacionado o quarto corpo do exército grego, que, armado em guerra, ocupou Seres, Drama e Kavala. A "Entente" procurou induzir as tropas gregas e com ella fazerem causa comum. No caso contrário ameaçavam-nas com as mesmas medidas de violência empregadas, apesar de todas prescrições do direito internacional, para com a 2ª Divisão de Salonica. As communicações entre o commandante do corpo e a capital, Athenas, achavam-se impedidas, as com as autoridades no resto da Grecia, severamente fiscallisadas pela "Entente". Nestas circumstancias o commandante do corpo viu-se na necessidade de agir por conta própria. Fiel ao que elle sabia ser a vontade do chefe supremo dos exércitos gregos e do governo legal da Grécia, elle se resolveu a libertar as tropas ao seu commando, ameaçadas pelos horrores da fome e pelas epidemias, da pressão insupportavel que sobre ellas era exercida, e no dia 12 de setembro pediu protecção ao commandante em chefe alemão. Foi combinado que as tropas gregas receberiam abrigo e tratamento das forças alemãs. Em virtude desta combinação, todo o corpo do exército grego foi transportado com todo o seu trem bellico para a Allemanha, onde gozará da hospitalidade alemã até que sua pátria se ache liberta dos invasores estrangeiros (O ESTADO, 1916, p. 2).

O relevante deste artigo é a benevolência demonstrada pelos alemães e a fragilidade dos aliados, que não puderam ou não se interessaram em conter a rendição grega. Ainda no sentido da caridade na guerra é a matéria seguinte, de 03 de outubro, que mostra o heroísmo de um soldado alemão no campo de batalha. O título, bastante sugestivo, contém uma mensagem irônica: *“Os bárbaros...”*, pois dá a exata noção de que os alemães não podem ser considerados bárbaros, se são capazes de atitudes como a que se segue: Com base no texto de uma revista inglesa, o jornal formula a seguinte notícia: Após os recentes combates da frente ocidental, saíram gravemente feridos em um local próximo um alemão da Bavária e um

inglês. O médico que atendia os feridos, de origem prussiana, à medida que identificava suas nacionalidades, curou o do seu exército e não fez caso do inimigo. O soldado bávaro vendo, porém, que o inglês pedia socorro, e pela forma enfática que o fazia e, ainda, percebendo que era católico, arrastou-se até junto dele. O inglês confessa a ele então que há muitos anos não ouvia missa nem se confessava, e por isso sente naquele momento grande falta de um sacerdote, que pudesse absolvê-lo, comoveu o alemão. Este então, num rasgo de caridade heroica, arranca da própria ferida a atadura e o penso e usa ambos para tratar do soldado inglês. Diante da negativa do soldado inimigo, pois ele achava que tal sacrifício não era justo, exclama o bávaro: *“Um de nós tem que morrer, se não nos acodem com prompto auxilio: ora vós não vos confessais há muitos annos e eu confessei-me hontem e communguei esta manhã; não sou digno de morrer, mas Deus é bom.”* Devido à perda de sangue resultante da retirada do penso, acabou o bávaro falecendo momentos depois; contudo o fez com o nome de Jesus nos lábios. O inglês, ao contrário, foi levado ao hospital, onde se recupera e faz questão de contar a todos este exemplo edificante (O ESTADO, 1916, p. 2).

Dessa forma, o mês de outubro referenciou os alemães como seres civilizados no cenário da Guerra. Para o mês de novembro, apenas uma edição, entre as 22 disponíveis, foi considerada portadora de conteúdo relevante a esta seção. É a do dia 06 daquele mês, integrante da seção *Telegrammas*, que geralmente abria a primeira página e continha as notícias da guerra. Normalmente esta seção trazia pequenas notas, com o acontecido na semana, sem quaisquer comentários adicionais. A seleção desta notícia acontece pelo fato de fugir a esta dinâmica, pois são as impressões do diretor da *United Press* o conteúdo do artigo, razão pela qual segue a transcrição integral:

NewYork: - Acaba de regressar da Europa o Dr. Roy Howard, director geral da United Press, que visitou ultimamente as principaes capitães dos paizes belligerantes. Howard manifesta nestes termos as suas impressões sobre a situação geral.

Visitei a Inglaterra, a França e a Allemanha e posso affirmar pelo quo vi e ouvi, que não há nenhuma possibilidade de paz antes de dois annos. Os francezes foram até ao Somme afim do proteger a ala direita ingleza o ganharam mais terreno durante a sua offensiva que os inglezes. Esse factio junto com a resistência franceza em Verdun demonstra o formidável ímpeto francez. A França, entretanto, tem ainda muitas reservas, mas a França, assim como a Inglaterra caem em crassíssimo erro acreditando que a Allemanha está esgotada. Isso não é verdade. Visitei as capitaes dos três paizes. Paris está alegre, Londres está inteiramente mudada do que era no outomno de 1914. Na Allemanha ridicularisa-se a idéa dos alliados de que possam a vir algum dia penetrar nas linhas de defesa do Rheno e invadir o império allemão. (O ESTADO, 1916, p. 1).

A seguir, são narradas as impressões do autor em relação ao comportamento dos ingleses logo ao início dos combates na Europa continental. A maior transformação que observa é em Londres. Cita ele que no outono de 1914, os ingleses falavam dos seus negócios completamente alheios ao cenário de guerra. Na primavera seguinte, contudo, quando o jornalista volta à capital britânica, já é outro sentimento. Os ingleses aborreciam-se pensando no prolongamento da guerra, acarretando mudanças na rotina dos negócios. Agora é preciso separar o dia a dia dos negócios e o cotidiano da guerra. Nos centros comerciais de Londres considera-se atitude incorreta pensar nos termos de paz. Atenas e sua situação são assuntos obrigatórios de todas as conversas de Londres. O desejo do povo inglês, nesse momento, ao menos na visão do jornalista, pode ser resumido no desejo de se ter mais soldados, mais munições e mais dinheiro alocado na guerra. Toda a Inglaterra somente pensa agora em descobrir mais recursos de toda a espécie para auxiliar a obra de que está encarregada a França. Em Londres saboreia-se a guerra com o mesmo entusiasmo com que os alemães faziam nos últimos meses de 1914, em Berlim. Conclui o jornalista que a única possibilidade que a Alemanha tem para conseguir fazer a paz nas condições que deseja seria se conseguisse manter seus inimigos sem condições de mobilidade até levá-los à bancarrota. Fora deste cenário jamais será possível à Alemanha fazer a paz em condições satisfatórias para si (O ESTADO, 1916, p. 1).

Embora este artigo tenha um tom favorável à Alemanha, não se trata de uma campanha difamatória, nem de acusar os aliados de não terem conduzido a guerra com o devido cuidado. É, antes de tudo, um alerta de que o conflito não finalizará tão cedo.

No último mês do ano, as publicações selecionadas aumentam em número. São ao todo seis, iniciando pela edição de seis de dezembro, que na verdade é uma pequena nota, com a manchete *Um tenente-coronel allemão foge do campo de concentração dos prisioneiros francezes*, com a transcrição nos seguintes termos:

Londres – 5: Os jornaes daqui revelam hoje o facto interessante do tenente-coronel Wohannes Bernhard Pier, do exército allemão, que se encontrava prisioneiro no campo de concentração da França e que conseguiu fugir, chegando a Rotten, onde desembarcou com nome supposto, com o propósito de chegar até um paiz neutro e salvar-se. Por motivos ainda desconhecidos, accrescentam os jornaes, o tenente-coronel Pier desembarcou em porto britannico sendo somente descoberto quatro dias depois de sua chegada em território inglez. O official allemão alimentou-se durante quatro dias, segundo confessou às autoridades militares inglezas, com um vidro de leite condensado (O ESTADO, 1916, p. 1).

Esta matéria tem um tom irônico, de como o oficial alemão teria conseguido fugir e, ainda mais, desembarcar em porto inglês e ser descoberto apenas quatro dias depois. Contudo, ainda não é suficiente para considerar como uma fragilização dos aliados, ou mesmo uma valorização dos alemães.

A sete de dezembro, um excerto do livro de bordo do comandante do submarino *Deutschland* é publicado em primeira página. Nele é relatado o sentimento que toma conta dos alemães quando leem os relatos contidos no livro de bordo do comandante do submarino *Deutschland*. Esse livro, publicado pelo governo, é lançado pelos jornais (que transcrevem livros inteiros) com grande desejo popular. Em um dos capítulos, podemos encontrar a seguinte narração: O capitão Koenning descreve, com boa extensão de vocabulário, a emoção que teve um dia ao ver um vapor de aspecto aparentemente inofensivo. “*O vapor não nos viu ainda. Prossegue no seu caminho misterioso e parece não dar atenção a nós. Decido, assim, não mergulhar, porquanto nós vamos dentro em pouco separar.*” Mas repentinamente o navio muda nitidamente de direção e vem ao encontro do submarino alemão. Agora é possível ver que o navio faz todas as manobras para ser percebido como neutro e de natureza mercante. Para o comandante, essa é uma grande atitude de lealdade e bastava para convencê-lo. Assim, ele posiciona seus homens nesse sentido, dá ordem de submergir e aguarda em posição (O ESTADO, 1916, p. 2).

O desfecho do ocorrido é surpreendente, pelo menos para o comandante alemão, que não esperava a reação do navio estrangeiro.

Então, com grande espanto nosso, eis o que aconteceu desde que o neutro percebeu o nosso movimento e o nosso mergulho, voltou-se rapidamente. Ao mergulharmos, nós o vimos, no meio de nuvens de fumaça, afastar-se, executando característicos zig-zags. Essa confissão de uma sã consciência era para nós simplesmente um triumpho. Assim, nunca rimos tanto quanto com essa fuga do homem honrado, sem destino conhecido. O finório julgava-se desmascarado e temia receber um torpedo nos flancos. Que raiva devia ter! Teria sido tão agradável aproximar-se, como neutro, às “peste”, e então, numa distância segura, deixar cair, ao mesmo tempo, os seus “sabords³³”, e as suas intensões puras de atirar. A cilada ao submarino “U” era bem feita: ao pirata alemão só cabia aproximar-se um pouco mais. Em vez desse, nós mergulhávamos na água, onde permanecemos duas horas, antes de subir à tona. Primeiramente, inspecciono o horizonte com o periscópio e abro a escotilha, meio imersa, da torre, afim de olhar com o binoculo. A atmosfera está límpida: ao sul, a lua levantou-se e mais transparente torna a claridade difusa da noite. Mas, tão longe quanto o olhar alcança, o mar esta deserto; nenhum vapor se vislumbra. O “Deutschland” pôde, sem se inquietar, seguir o seu caminho. Além do jubilo completo que nos causa a decepção do astuto navio, tenho doravante a convicção de que vemos os navios antes que elles nos possam ver. E isso vale alguma cousa”. O “Deutschland” esteve, certamente, em Baltimore e dahi regressou. Mas a prudência extrema do capitão Koenning explica a lentidão da sua viagem, que começava a

³³ Canhoneira que se instala na lateral do navio.

inquietar aquelles que o esperavam. Si o “Bremen” ainda não chegou, é talvez porque o seu capitão é ainda mais prudente (O ESTADO, 1916, p. 2).

Essa narrativa tem pelo menos dois sentidos claros: deixar evidente que há uma superioridade bélica dos submarinos em relação aos navios, e que os alemães são civilizados, pois deixaram seguir um navio que poderiam ter afundado e ainda o deixaram pensar que era o mais esperto de ambos. Como último ingrediente de boas intenções, o texto acrescenta à narrativa do capitão, no último parágrafo, a informação de que todos os capitães alemães, não somente o comandante do *Deutschland* (citando o Bremen como exemplo), são igualmente civilizados.

A 10 de abril, na seção *Brasil – Alemanha*, são publicadas pequenas notas que vão pressionando para o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países:

O ministro allemão conferenciou com o presidente da República O dr. Paoli, ministro allemão, tendo solicitado, insistentemente, uma conferência ao presidente da República, foi recebido às 17 horas pelo dr. Wenceslau Braz, no palácio do Cattete. Sabe-se que as explicações do ministro não modificaram o intento do governo.

O dr. Nilo Peçanha conferenciou com o presidente da Republica

O dr. Nilo Peçanha, presidente do Estado do Rio de Janeiro, a convite do dr. Wenceslau Braz, presidente da República, desceu de sua fazenda da Itaipava, em Petrópolis, afim de conferenciar com s. exa. no palácio do Cattete. Ao retirar-se, o dr. Nilo Peçanha declarou, aos reporters que fazem o serviço do palácio, estar satisfeito da attitude enérgica do governo, acreditando que, logo que chegue o resultado do inquérito a que se está procedendo em Cherburgo, a propósito do torpedeamento do cargueiro Paraná, haja rompimento diplomático com a Allemanha (O ESTADO, 1917, p. 1).

A edição seguinte confirmaria o prenúncio da última nota transcrita e traria uma página inteira com os detalhes do rompimento de relações diplomáticas. O trecho transcrito é a primeira matéria, que tinha os seguintes subtítulos:

Figura 13 – Relações Brasil-Alemanha

Brasil-Allemanha

A solemnidade do acto do rompimento de relações entre o Brasil e a Allemanha

O povo no Rio.—A sua attitude

A attitude do dr. Wenceslau Braz

Fonte: O Estado (1917, p. 1).

Há uma longa, realmente bastante extensa descrição de como ocorreu o anúncio do rompimento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com a Alemanha. A descrição chega a ser morosa, com a riqueza de detalhes. Embora a transcrição que se segue possa ser considerada também extensa, o propósito é mostrar como o ato representava uma ansiedade da sociedade. Pontualmente às 20h30min, o dr. Wenceslau Braz desce dos seus aposentos particulares do Palácio do Catete para o salão de despachos, onde se realizaria, às 21 horas, a reunião do ministério, a fim de o governo resolver sobre o inquérito ordenado para apurar o caso do torpedeamento do Paraná e determinar a atitude do Brasil com a Alemanha. Para esse fim, o palácio teve o portão central aberto desde as 8 horas da noite. Minutos após, precisamente às 20h55min, chegou ao palácio o Ministro da Viação. Em poucos instantes, adentravam naquele diversos personagens importantes: o marechal Caetano Faria, José Bezerra, Alexandrino de Alencar, Carlos Maximiliano, Lauro Müller, Pandiá Calógeras e Urbano dos Santos, sendo este conduzido imediatamente ao salão de despachos. Exatamente às 21 horas, reunidos todos os ministros de Estado, sob a presidência e vice-presidência de Wenceslau Braz e Urbano dos Santos, o chefe da nação, de posse do resultado das conclusões do inquérito procedido, a fim de apurar o caso do torpedeamento do Paraná, submeteu à apreciação do ministério a resolução que o governo brasileiro devia tomar, que era de romper as relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha. Às 23h30min, a resolução estava definitivamente assentada. Lauro Müller, ministro do exterior, dirigiu-se à sala da imprensa e comunicou verbalmente aos jornalistas a decisão. Sua Excelência, o presidente, acompanhado dos seus auxiliares, secretários, oficiais de gabinete e pessoas gradas, entrou na sala de trabalho dos jornalistas, que se levantaram todos para recebê-lo. Terminada a solenidade, que

foi bastante comovedora, o presidente retornou ao salão de despachos. Somente à meia-noite, os ministros de estado deixaram o palácio (O ESTADO, 1917, p. 1).

O tom solene e detalhista prossegue, agora mostrando a expectativa da população ao redor do Palácio do Governo:

Sabendo o povo que fora marcada para as 21 horas pelo presidente, a reunião de todo o ministério em palácio, para ser resolvido definitivamente o palpitante caso, á hora marcada compareceu em massa ao Cattete, estacionando ali em attitude serena de quem espera uma resolução suprema. Os acadêmicos, com commissão principal, erguiam bandeiras de todas as nações alliadas. No centro moços empunhavam estandartes; um delles trazia bem alto, nos braços, o busto de Rio Branco. No palácio foram abertas as janellas e a porta, de par em par. Amplamente illuminado dizia bem com a magestade do momento. No saguão os delegados auxiliares e outras autoridades davam ordens, que eram logo cumpridas. A reportagem anciosa interrogava os funcionarios do palácio. Entretanto, passavam-se minutos, passavam-se horas de anciedade. Augmentava a multidão. Começou a chuva a cahir, a princípio miúda, pouco depois mais forte, irritante, sem descontinuar. Centenas de chapeos abriram-se subitamente. Houve um fremito geral. Um clarão iluminou o espaço. Eram os photographos que das janelas do saguão do palácio tiravam chapas do aspecto. Ninguém se lembrava de arredar pé, embora a chuva fustigasse toda gente, mais forte que o bater das 11 1/2 no grande relógio da sala de imprensa. Na entrada surge, grave, o dr. Lauro Muller. S. exa. desce num passe vagaroso e dirige-se immediatamente para a sala dos jornalistas: cercam-no logo ávidos os repórteres. O ministro do exterior declara em phrase curta que vai transmitir em nome do governo a resolução tomada na reunião colectiva do ministério com o presidente da República. Solemne, com a mão esquerda no bolso, de pé, diz em voz pausada, verbalmente, os termos da nota official, em face do torpedeamento do navio Paraná. Ao terminar cumprimentou levemente com a cabeça, retirando-se da sala da imprensa, novamente subiu as escadas para se reunir aos outros ministros, que ainda conferenciavam com o Presidente da República. O saguão ficara deserto porque as autoridades ali presentes também tinham ido para a sala onde o ministro das relações exteriores leu os termos da nota governamental (O ESTADO, 1917, p. 1).

O último trecho transcrito que, como já referido, não comporta o total das informações da primeira página, é marcado pela descrição da imponência do Presidente da República, numa clara intenção de significar o momento histórico e a decisão acertada do governo. Ainda é preciso registrar a intenção de pressionar a declaração de guerra, que seria o próximo passo.

A multidão compreendeu nitidamente que a nação deliberara qual o caminho a seguir. Uma avalanche de gente queria saber a resolução do governo. Uma comissão de acadêmicos, aproximando-se, soube os termos da nota resolvida na conferência. Immediatante a notícia correu célere, de bocca em bocca. Toda multidão, enthusiasmada então, rompeu em vivas calorosos e delirantes ao Brasil e em morras á Allemanha. Empunhando bandeiras, alçando-as bem alto, os populares chegaram até as portas de palácio. As autoridades procuraram evitar esse movimento, mas elle era impulsivo demais para que não se contivessem ali junto a porta. A multidão em delírio não cessava de acclamar o chefe da nação. Os populares mais enthusiasmados pediam, solicitavam, reclamavam, em altos gritos, a guerra como verdadeira e exacta solução nacional. Neste momento os delegados auxiliares, da porta, e os majores Bandeira Mello e Carlos Reis pediram á população por meio de signaes, com a mão espalmada, que fizesse silencio. O rumor foi cessando. Na janella superior do palácio assomou o presidente Wenceslau Bras. S. Ex. foi breve,

foi muito breve, disse apenas: “o Brasil cumpriu o seu dever. Viva a Republica”. O delírio da multidão neste instante chegou ao auge. Agitavam-se bandeiras entusiasmamente. Vibrava o povo em plena expansão do seu vehemente entusiasmo. O acadêmico Lustosa Aragão, usando da palavra, elogiou em frases inflamadas a resolução governamental. Convidou o povo a deixar o palácio em direção a cidade (O ESTADO, 1917, p. 1).

A matéria ainda continuaria por mais duas colunas da primeira página, mantendo este mesmo tom de júbilo e imponência. Na mesma edição, estão presentes notícias e notas menores, que reforçam o ato. Entende-se que o descrito até aqui é suficiente para mostrar como a Alemanha seria vista pela imprensa de agora em diante.

É preciso, contudo, ainda comparar o espaço dedicado a uma notícia mais técnica, que seria o conteúdo da análise efetuada do episódio do torpedeamento. O presidente informa que, tendo em vista o resultado das conclusões do inquérito mandado proceder relativamente ao torpedeamento do navio brasileiro Paraná, apurou-se cinco situações que motivam e justificam a decisão brasileira. Primeiramente, o navio viajava com marcha reduzida; em segundo lugar levava todas as luzes regulamentares, inclusive um grande disco com o nome Brasil, em lugar bem alto e visível; ainda acrescenta que o navio não teve qualquer intimação para verificação da sua condição de neutralidade ou em relação à carga que levava; em quarto lugar, que foi torpedeado sem aviso prévio, recebendo, em seguida, cinco tiros de canhão; e, por último, que não foi prestado, pelo submarino que a guarnição avistou sem nenhuma dificuldade, nenhum socorro ou auxílio. O governo brasileiro checkou estas e outras informações e as fez constar nos termos da nota dirigida ao governo alemão, nota esta de protesto contra o bloqueio dos submarinos. Isso pode ser confirmado pelo telegrama do ministro das Relações Exteriores do Brasil, de 13 de fevereiro. Assim, por considerar essencial para as relações entre os dois países que nenhum navio brasileiro fosse atacado, o sr. presidente da República resolveu romper as relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha (O ESTADO, 1917, p. 1).

Assim, fica claro que para a imprensa, o ato hostil da Alemanha para com o Brasil representou uma mudança no olhar para com os alemães. A parte emotiva teve um maior destaque nesta edição do que os motivos técnicos. O mês de abril ainda registraria muitas inserções do assunto, as quais serão sintetizadas de agora em diante.

No dia 13 de abril, a primeira página estampou, em duas colunas, a nota da Chancelaria brasileira com as motivações do rompimento. Essa matéria, por se tratar de uma

publicação de conteúdo diplomático, não possui o tom emotivo da anterior e trata de expor as razões que motivaram a decisão. Dessa forma, não é necessária sua transcrição, apenas a menção do ponto principal, que aponta claramente que o fato de o navio ter sido destruído constitui-se na violação mais importante cometida pela Alemanha, pois a ideia era de apresamento, não de afundamento (O ESTADO, 1917, p. 1).

A última edição do mês de maio foi publicada no dia 30. Na sua primeira página, a revogação da neutralidade brasileira foi o destaque, com os comentários de parlamentares brasileiros, da imprensa brasileira e da imprensa alemã. O torpedeamento do Tijuca também foi lembrado. Na segunda página, notícias dos últimos combates e movimento de tropas na Europa. Também nessa página, uma pequena nota informava que, por meio da ação do deputado Lebon Régis, o estado de Santa Catarina receberia armas e munições para os clubes de Tiro de Laguna, Tubarão e São Francisco, provando que a movimentação militar estava realmente em curso (O ESTADO, 1917, p. 2).

Os meses de abril e maio de 1917 foram plenos de informações e comentários a respeito da participação brasileira na guerra, desde o afundamento do Paraná. Esse clima de ansiedade pela entrada na guerra não iria arrefecer, até outubro, quando foi declarada a guerra contra a Alemanha. Por conta disso, somente se fará a transcrição integral das matérias naquelas mais relevantes em relação a germanidade. Contudo, não se deixará de citá-las, de forma a materializar o sentimento então em voga.

Na edição de 19 de agosto, a crítica é a um religioso alemão, acusando-o de defender a guerra, enquanto o Papa se esforçava para defender a paz. Também na mesma página, uma pequena nota fala da ajuda do governo brasileiro aos patrícios que se encontravam na Alemanha e dos recursos financeiros para lá enviados, com o intuito de trazê-los ao Brasil:

Diz um telegramma de Berlim que o Arcebispo Von Hauck, pregando perante três mil homens em Bramberg, disse, textualmente:

- Seria cobardia e fraqueza nossa desejar a paz. A todo o custo, mesmo com a perda da nossa honra e da nossa independência política, econômica e commercial, preferimos a guerra até os últimos extremos de preferência a qualquer paz que nos faça escravos dos estrangeiros.

O sermão do arcebispo Hauck causou sensação em vista da attitude assumida presentemente por S.S. o Papa, que tanto se tem interessado pela paz (O ESTADO, 1917, p. 1).

Em quatro de setembro, sob a manchete *Espionagem Alemã?*, lança um olhar sobre o caso do Tenente Kopschitz, um brasileiro de origem alemã. A matéria acusa a imprensa do

Rio de Janeiro de ter alocado muito espaço para o complicado caso de espionagem alemã, ocorrido no Clube de *Tiro 7*, onde é alvo de desconfiança o tenente atirador Ernesto Kopschitz. Já havia sido noticiado o fato anteriormente pelo jornal, mas nesse momento, melhor esclarecido, pode enfim *O Estado* informar aos seus leitores que o tenente sobre quem pesa esta grave acusação é filho de pai austríaco e de mãe alemã. Nasceu em São Paulo e esteve em Strasburgo durante cinco anos, onde recebeu educação formal, trazendo grandes conhecimentos sobre assuntos militares. Demonstrou grande capacidade nesses estudos, conseguindo, assim, quando se inscreveu entre os soldados do Tiro n. 7, as melhores referências dos instrutores. Dessa forma, não foi difícil galgar todos os postos até alcançar a patente de tenente. Além de português e alemão, fala francês como um parisiense. Prova disto é que, há poucos meses, quando o visconde de la Horie, adido militar da França, esteve em visita ao Tiro, Kopschitz conversou longamente com esse oficial, merecendo dele grandes elogios em virtude de sua cultura literária e vastos conhecimentos sobre assuntos relativos à guerra (O ESTADO, 1917, p. 1).

Após esses elogios, o texto agora muda de tom, com a menção de alguns fatos:

De gênio irascível, o tenente não era bem visto pelos seus superiores. Kropschitz, como commandante de recrutas, não admittia a menor falta de seus commandados: era de uma rispidez absoluta. Certa vez, quando entre os seus discípulos se achava o dr. Miguel Calmon, o tenente chamando-o á fala para ensinar-lhe determinadas posições foi grosseiro. O dr. Calmon, no emtanto, achou que elle era razoável e enérgico. Submeteu-se à disciplina e louvou depois aquella altitude. Kopschitz conhece, mais que muitos de nossos officiaes,, todos os assumptos que se relacionam com materiaes bellicos e posições estratégicas. O tenente Escobar, instructor do Tiro n. 7, em palestra com um jornalista confessou isso, accrescentando: - Kopschitz quando leccionava aos seus discípulos mostrava conhecimentos taes sobre armas, principalmente sobre Mauser, que eu ficava pasmado. Com effeito, esses conhecimentos elle não os adquirira commigo. Falando de sua conducta como soldado, disse: - Kopschitz, tinha o grande defeito de violar a minha correspondência, particular ou não, tomando de tudo conhecimento. Os meus auxiliares de secretaria communicaram-me esse factó. Diante disso prohibi a sua entrada no meu gabinete, mas mesmo assim elle o devassou muitas vezes, indo ao absurdo de abrir os armários e violar os segredos profissionaes que elles continham. O tenente Ernesto Kopschitz apresentou-se ao sr. ministro da Guerra declarando ser victima de uma perseguição e desmentindo as asseverações do tenente Ildefonso Escobar (O ESTADO, 1917, p. 1).

Na verdade, poucas informações apresenta o jornal sobre o caso, no que o mesmo interessaria, ou seja, quais seriam os atos de espionagem praticados. Do que se pode apurar pelo texto, trata-se de um oficial dedicado e interessado em guerra, de origem alemã e temperamento questionável. Mas o tom da reportagem é de alertar contra elementos como este, que podem representar um perigo para a sociedade.

As quatro publicações seguintes, todas na última semana de setembro, fazem parte da seção *A Guerra*. Em todas elas, há pelo menos uma nota mostrando o inevitável rompimento da Argentina com a Alemanha, além de outras notícias desfavoráveis para a mesma. A polêmica do avião francês que teria morrido ou não; e, na edição de 25 de setembro, uma matéria intitulada *O Brasil na Guerra – uma entrevista com o comandante Müller dos Reis*, trata de intensificar o ambiente para a declaração do estado belicoso com a Alemanha:

O correspondente do *La Nacion*, de Buenos-Ayres, entrevistou, em Montevideo o comandante Müller dos Reis, director commercial do Lloyd Brasileiro, que se encontra presentemente naquela capital. Entre outras cousas, declarou o comandante Midler dos Reis, que as minas de Santo Amaro estão em condições de produzir sómente 60 mil toneladas mensaes de carvão, ou seja a quarta parte do necessário ao consumo do Brazil, tornando-se, assim, impossível exportar-o. Relativamente aos navios allemães, disse que o pessoal que os vae tripular é todo brasileiro e vem recebendo, há dois annos, a instrucção necessária. Acrescentou já estarem preparados completamente dez desses mesmos navios, apesar dos allemães terem destruído os cylindros das machinas, na supposição de que, no Brazil, não houvesse fornos capazes de fundil-os. Elogiou a acção previdente de Rio Branco, cuja mesma política de cordialidade americana o chanceller Nilo Peçanha vem observando. Perguntado pelo correspondente de *La Nacion* si no caso em que o Uruguay viesse a romper as relações com a Allemanha Brazil lhe proporcionaria elementos para serem movimentados os navios allemães que se acham no Rio da Prata, declarou o sr. Müller não poder responder categoricamente, acreditando, porém, que o governo do seu paiz accederia a isto, dada a communhão de idéas e de interesses recíprocos dessas nações. A respeito do concurso que o Lloyd Brasileiro prestará a exportação de productos agropecuários argentinos, disse que vai conversar com o dr. Alcebíades Peçanha, sendo, aliás, de opinião que esse concurso se tornaria valioso, principalmente em relação ao transporte de salitre e outros productos. Sobre o convenio de cabotagem entre a Argentina e o Brazil, declarou que a solução deste assumpto cabe ao poder legislativo, parecendo-lhe, entretanto, difficil chegar-se a em resultado positivo, visto as tendências do Brazil serem francamente proteccionistas. Deu, mais, a entender que não tardará muito que toda a América rompa com a Allemanha (*O ESTADO*, 1917, p. 1).

As perguntas dirigidas ao comandante pelo jornal argentino deixam clara a preocupação deles em relação a cada movimento do Brasil no cenário da guerra. Por fim, a declaração mais importante colhida do depoimento é a sensação de que toda a América ficara alinhada contra a Alemanha. Ainda na mesma publicação, duas notas da seção *A Guerra*:

Um jornal allemão ataca o seu governo
Diz um telegramma de Amsterdam: O jornal *Wornaents*³⁴ continua a atacar violentamente o governo da Allemanha, considerando tardia e desorientada a resposta que a chancellaria de Berlim deu a Argentina sobre o caso Luxburg. Na edição de hoje diz o mesmo jornal: Quando o conde Luxburg partir da Argentina, viajando luxuosamente, salvo dos ataques dos submarinos, deixará ali milhares do allemães abandonados, sem defeza, unicamente porque o governo allemão continua a proteger diplomatas incapazes, cujo descuido tem posto em perigo as relações exteriores da Allemanha, acarretando para o povo allemão ódios e antipathias do mundo inteiro.

³⁴ Nome indecifrável. Pode se tratar de *Worments*, que seria *Vermes*.

Argentina e Alemanha – Na Câmara dos Deputados

Um despacho de Buenos-Ayres para esta capital diz que o sr. Puerredon, ministro do Exterior, depois de ter lido na Câmara o telegramma que recebera do ministro argentino na Alemanha, respondeu ao deputado José Arce que na sessão de sexta-feira havia brilhantemente defendido o projecto declarando suspensas as relações diplomáticas e commerciaes com a Alemanha. Disse o ministro Puerredon que, apesar do telegramma que acabava de ler, ia communicar oficialmente á Câmara dos Deputados que o governo allemão repudia os actos do conde Luxburg, ex-ministro na Argentina, mantendo todas as promessas anteriormente feitas. Disse mais que o governo aceita o projecto do deputado Arce propondo a ruptura das relações com a Alemanha, mas achava, porém, já que as idéias a respeito do incidente com a Alemanha eram uniformes, de muita conveniência a suspensão da sessão até segunda-feira para que, assim, pudessem os deputados argentinos meditar o harmonizar as suas idéas. Foi em seguida suspensa a sessão. Affirma-se geralmente, na capital da Argentina, diz o despacho telegraphico daquela capital, que a Câmara, a exemplo do Senado, approvará a ruptura das relações diplomáticas com a Alemanha (O ESTADO, 1917, p. 1).

As duas notas pressionam a Alemanha. Era de supor que houvesse vozes na imprensa alemã que criticassem o governo, e o jornal se apossa de uma dessas vozes. O caso do diplomata alemão na Argentina também é citado como combustível para aumentar o fogo pela declaração de guerra.

A edição do dia seguinte, 26, reforça as conversações entre os deputados argentinos pelo rompimento com a Alemanha e traz ainda uma pequena nota sobre a situação no Haiti:

O Haiti na guerra

Telegrammas de Por-au-Prince communicam que o conselho d'Estado approvou a resolução do governo declarando que a Republica do Haiti se encontra em estado de guerra com a Alemanha. Estes despachos accrescentam que o governo haitiano publicou um decreto dizendo que, a contar da declaração do estado de guerra, não serão mais concedidas licenças a firmas allemãs para continuarem a funcionar, ou para se estabelecerem no paiz (O ESTADO, 1917, p. 1).

A attitude do Haiti em termos bélicos nada representava, mesmo em termos econômicos pouco poderia influenciar. Mas, politicamente, ou ainda ideologicamente, é mais um país a se posicionar contrário à Alemanha, o que o jornal não deixaria de registrar.

No natal de 1917, o jornal publicou nesta edição artigo em que, ao pé da primeira página, uma coletânea de frases proferidas por padres alemães foi utilizada para, de certa forma, escandalizar o antigermanismo. Pois o tom das palavras atribuídas aos padres é altamente ofensivo, no mais alto grau até agora utilizado:

A ALLEMANHA – LOUCURA FERROZ

De uma conferência feita na capella do Hospital S. Nicolau de Issyles-Moulineaux, pelo arcebispo de Laodicéa, D. Sebastião Herscher, e publicada pelos *Annales Politiques et Littéraires*, destacamos, traduzidos, os seguintes edificantes tópicos:

Para conhecer bem o estado da alma alemã, é mister ler certos escriptos ou sermões que eclesiásticos de diferentes confissões deram ás suas ovelhas, no curso desta guerra. Li-os todos ou quasi todos. Limito-me a citar-vos apenas extractos. Ouvindo-os, tremerá vosso coração movido pela indignação ou gelar-se-á de desprezo. Excutae:

O pastor Konning exclama: *Ha affinidade efectiva entre o Allemão e o espirito de Jesus. Quem não percebeu a voz allemã, vox germânica, no grande concerto do Evangelho?*

O pastor Hermann Wagner affirma o seguinte: *Seremos, ao menos, até nova ordem, o povo missionário da terra. Que outro povo nos igualaria?*

Segundo o pastor Le Seur, de Berlim, *o espirito do christianismo é o espirito allemão.* Pretende até que os dois espiritos *contraíram um casamento para sempre... Nós, Allemães, sabemos que dirigimos o negócio do Altíssimo.*

O pastor Fritz Philippe, de Berlim, proclama do alto do púlpito que *a missão divina consiste em crucificar a humanidade.* Suas palavras que seguem, fazem horror: *Assim como o Todo Poderoso fez crucificar seu filho, afim de que se realisasse a obra da redempção, assim a Allemanha está destinada a crucificar a humanidade para assegurar a salvação desta. A humanidade deve ser salva pelo sangue, pelo fogo e pela espada... A missão divina da Allemanha é crucificar a humanidade. Em consequência, é dever dos soldados allemães ferir impiedosamente; devem matar, devem queimar, devem destruir. As meias medidas seriam ímpias. Deve ser uma guerra sem misericórdia* (O ESTADO, 1917, p. 1).

A continuidade do artigo agora passa por outras citações, de professores e de religiosos: a primeira delas é proveniente do periódico *O Standard*, que reproduz igualmente uma homilia do pastor Loebel, da maior igreja luterana de Leipzig: *“E esta consciência de nossa missão que nos permite alegrar nos e felicitar nos, com o peito cheio de reconhecimento, quando nossas machinas de guerra abatem os filhos de Satan e quando os nossos maravilhosos submarinos, instrumentos da vingança divina enviam ao fundo dos mares milhares de não eleitos.”* Da mesma maneira, outro depoimento, desta feita de um catedrático, no caso o professor Rheinhold Seeberg, teólogo na Universidade de Berlim, exclama, em pregação na catedral: *“Não odiamos nossos inimigos. Unimos o mandamento de Deus que nos ordena amal-os. Mas consideramos fazer uma obra de amor matando-os, fazendo-os soffrer, queimando-lhes as casas e invadindo-lhes os territórios...”* O conferencista cita ainda muitas frases ferozes de pastores protestantes e de sacerdotes e bispos católicos, todos eles irmanados no mesmo propósito (O ESTADO, 1917, p. 1).

Com o final da guerra se aproximando, aumentam as manifestações de como aconteceria o armistício. No mês de outubro, dois textos seriam publicados nesse sentido. Ainda outras referências nos moldes das anteriores continuariam a ser manchetes. Ao todo, seis edições foram seleccionadas.

No mês de janeiro, além das normais notícias da guerra, há uma coluna extensa na edição do dia 05, na qual se descrevem situações envolvendo padres, brasileiros e alemães, na mesma propositude das matérias veiculadas em 1917, razão pela qual não é necessário

transcrever o texto na íntegra, apenas reforçar que até este momento não há alteração na conduta do jornal.

Ainda sobre o ano de 1917, foi publicada ao longo do período uma série de pequenos capítulos de uma história da guerra, chamada *A testa da minha companhia*, em que eram descritos feitos heroicos da guerra, praticados pelos combatentes alemães.

O jornal *O Clarão*, para o ano de 1916, manteve a sua conduta de se posicionar contra a germanidade. Para tanto, usou e abusou de argumentos bélicos, religiosos, educacionais e sociais, procurando sempre demonstrar que o Brasil teria muito mais coerência nos seus atos se entendesse o que os alemães pretendiam em seu território. O perigo alemão, mencionado inúmeras vezes, foi até mesmo exagerado em sua importância. Além disso, o jornal não poupou críticas a seus concorrentes, principalmente o jornal *O Dia*, a quem acusou abertamente de germanófilo, apesar de ostentar discurso de neutralidade.

Para o ano de 1915, a tônica do periódico foi a de abordar temas religiosos com muito mais frequência do que a Primeira Guerra. São frequentes as citações de padres, no exterior e no Brasil, e mesmo o próprio Papa e, desse modo, uma ou outra referência é feita em relação ao conflito.

Contudo, poucas matérias referentes a este ano podem ser relacionadas aos temas deste estudo. E quase todas elas foram publicadas no mês de fevereiro. As edições 18, 19 e 20 procuram compreender a guerra pelo principal motivador da existência do jornal: a religião. A primeira dessas publicações traz um texto do Padre Júlio Maria e, como se trata de uma produção de um religioso, o conflito é mostrado deste ponto de vista, entendendo que cada padre, cada sacerdote, cada líder de cada crença tentará liderar seus adeptos e que o saldo final disso tudo é uma fragilização da própria religião. Paralela a essa reflexão, o padre procura demonstrar, de forma sutil, principalmente no texto que é publicado no dia 20 de fevereiro, semana seguinte, como a França tem de ser compreendida em duas vertentes: a católica e a protestante. Chamando a França Católica de França Real, a ela são dirigidas qualidades e certezas que não contemplam a França Protestante, chamada de França Oficial.

Contudo, a neutralidade seria bem mais explicitada em seus termos na matéria do dia 17 de junho, *A nossa Neutralidade perante a Guerra*.

Temos mantido, de ha muito tempo a esta parte, a mais rigorosa neutralidade sobre a tremenda guerra que ha dous annos ensanguenta as nações europeas. Partidarios da paz como catholicos que somos, não temos sympathias nem por esta nem por

aquella nação beligerante. Nosso maior desejo é que tenha termo tamanha calamidade e que uma paz duradoura se restabeleça no mundo; são esses os votos que ardentemente fazemos a Deus. Infelizmente, essa linha de neutralidade traçada pela A Época, tem sido censurada acemente por muitas pessoas que collocam suas accentuadas sympathias pelas nações em guerra, acima de todo o sentimento religioso. Entendemos que a religião não tem patria e a caridade, em toda a sua puresa, deve ser o apanagio do verdadeiro catholico. Lembremo-nos que em todas as nações que se degladiam e se exterminam, ha innocentes criancinhas abandonadas chorando a perda de seus paes; mães e esposas afflictas passando os maiores tormentos. Somos partidarios da paz. Acompanhando assim Sua Santidade o Papa Bento XV, nosso amado Pontífice, que tem empregado o melhor de seus esforços para que termine tão horrorosa carnificina que jamais houve exemplo no mundo. Propositalmente, publicamos hoje, na primeira pagina de nossa folha, um bellissimo artigo da palavra de Dom Duarte Leopoldo, distintissimo Arcebispo de S. Paulo sobre a guerra, para o qual chamamos a attenção dos nossos leitores (A EPOCA, 1916, p. 2).

Embora o texto não possua nenhum conteúdo que possa gerar polêmicas ou controvérsias, ele é muito claro em mostrar a posição do jornal. E, apesar de ser um texto que realmente exalta a neutralidade, sabe-se, por outras matérias, que é uma neutralidade a partir de um ponto de partida católico.

Na mesma data, a matéria assinada por Dom Duarte Leopoldo, partilhava da neutralidade, mas deixava algumas impressões além:

A desesperada lucta em que ora vao empenhadas as grandes potencias, despovoando e infelicitando tantos lares, não podia deixar indifferente aos que, mesmo de longe, assistem ao pavoroso e tremendo digladiar. Qual dos partidos é o nosso? Nenhum, porque ambos esqueceram os principios da Fé, repelliram os ensinamentos da Igreja. Qual dos partidos é o de Deus? – Nenhum, porque a contenda não é de crenças religiosas, senão de ambições humanas e de interesses puramente commerciaes. Qual dos dois braços - se o direito, se o esquerdo - ha de estender-nos a Victoria quando, cansada do extermínio, vier a sentar-se sobre ruinas donde porejam lagrimas e sangue, mal abrigando a viuvez e a orfandade? Não sabemos. Talvez nenhum, talvez ambos. É segredo impenetravel de Deus. Deus fez sanaveis as nações, dizem as Escripturas. Mas, como os indivíduos, também ellas hão de espiar os seus delictos e suas infidelidades. Como os indivíduos, também ellas podem alcançar misericórdia, contrabalançando os próprios pecados com outros feitos que lhes valham as bênçãos do Juiz Supremo. Lembremo-nos do que ai ha de choros, dores e lamentos; lembremo-nos dos que se vão, sem sacramentos, e dos que ficam sem consolações; lembremo-nos do que soffre a Igreja, duramente golpeada em milhares de seus filhos sacrificados a reprováveis ambições; peçamos a Deus se compadeça da sorte de nações valorosas, onde, se uns o desconhecem, muitos o servem com denodo e sinceridade. Brasileiros, a lucta nos é estranha; catholicos - só nos interessa pelo que ha de pavoroso e cruel no colossal embate. A nós a comiserção, a prece, os votos pela paz; Deus — a justiça inteira inquebrantável e infalível (A EPOCA, 1916, p. 3).

D. Duarte Leopoldo exortava as virtudes da ética universal, mas sempre sob o prisma do catolicismo. Essa é a ideia mais forte com que o jornal trabalhou ao longo do conflito. Pelos textos expostos até agora, considera-se que ela ficou suficientemente representada.

O último registro para o ano de 1916 vai abordar, novamente, a temática religiosa. Com o título *A religião no Exército da França*, o jornal reproduz uma matéria do colega *A União*, que, por sua vez, cita como fonte a revista inglesa *Studies*, uma classificação dos líderes militares franceses, nos seguintes termos:

Extrahimos da “A União” de 3 deste: A revista inglesa *Studies*, a respeito da religião dos principaes chefes francezes: «São inimigos da igreja Sarraill e Percim, que foram demittidos por Joffre, devido á sua incapacidade. São indifferentes em materia religiosa: Joffre, Mannaury, Dublar, Dublais e Marcand. Galliéni, embora não praticasse, pediu antes de morrer, o Sacramento da Extrema Unção. Os restantes 16 generaes são catholicos práticos que professam publicamente sua fé: De Castelnau, Petam, Pau, Foch, d'Amade, Diubal, de Mand'hui, Gourand, de Langle de Cari, Frauchet, d'Esperrey de Villaret, de Mitry, Humbert e Bailloud. A maior parte dos Generaes catholicos foram educados nos collegios dos Jesuítas (A EPOCA, 1916, p. 2).

O ano de 1916 caracterizou-se pela guerra de trincheiras e pelo consequente amortecimento de grandes fatos. Some-se a isso a forma como o jornal abordava o tema e assim é possível entender o porquê de poucas manifestações no período.

No dia 06, coloca-se na segunda página um texto que cobre toda uma coluna, criticando a posição brasileira na guerra, a partir das atitudes de Graça Aranha, questionando o porquê de defender a causa brasileira na Europa:

A NOSSA NEUTRALIDADE

Abaixo publicamos um telegramma de Paris, em que nos é anunciada, em resumo, uma entrevista concedida ao “Tempo” pelo Sr. Graça Aranha, diplomata aposentado e nosso antigo ministro em Berna. O Sr. Graça Aranha, declara, antes de tudo, que foi para a Europa em propaganda da Liga pellos aliados do Rio de Janeiro. Os francezes que agradeçam ao ilustre literato e athleta nacional os beneficios que vão receber dessa propaganda. Com que se funda no Rio de Janeiro uma liga pellos aliados e, em logar de se fazer no Brasil a propaganda de seus intuitos práticos, um cavalheiro se abala depois e vae fazer essa propaganda em Paris? Pois a liga é no Brazil e a propaganda se faz em Montmartre? Francamente não entendemos a missão do Sr. Graça Aranha. Parece-nos que a sua acção seria muito mais benéfica para os beligerantes da quadrupla “entente”, se o nosso antigo diplomata, ao envez de se expor ás aventuras da guerra em Paris, abalasse para os Estados do norte e do sul do Brazil pregando a cruzada santa e procurando adquirir, não as adhesões dos francezes, mas dos brazileiros, para os fins da Liga pellos aliados. Não lhes parece mais lógico? O Sr. Graça Aranha propõe se a obter a immediata adhesão dos gregos e rumaicos á causa dos aliados. Ainda mais uma vez a Europa. “se curvará ante o Brazil e o acclamará em meigo tom” (O DIA, 1915, p. 2).

O trecho seguinte questiona a própria capacidade do diplomata e a viabilidade da sua estratégia:

O Sr. Delcassé, que é considerado o maior diplomata europeu, ‘echona’, diante da nebulosa diplomacia britannica, não obtendo, até agora, nem elle, nem seu sucessor,

nem o ministério Viviant, a solidariedade de nenhum dos paizes balticos á causa da heroica Servia. Vai dahi, o nosso ineffavel diplomata, em nome da Liga do Rio de Janeiro, propõe-se conseguir o que não lograram as maiores cabeças da diplomacia anglo-italo-franco-russa. E mais: o Sr. Aranha vai obter que todos os paizes sul-americanos quebrem a sua neutralidade e cedam armas e munições e viveres para os aliados. E' difficil a tarefa? Não sabemos. Difficilima será, se o Sr. Graça Aranha pretender continuar em Paris para obter, em França, adhesões á liga do Rio de Janeiro e, no Brazil, armas e munições de boca para os aliados. Não seria mais logico arranjar tudo isso aqui no Rio do que em Paris, onde todo francez está firmemente convencido de que a Liga pelas Alliados do Rio de Janeiro foi fundada em Buenos Ayres, capital da republica de Tacna e Arica!... (O DIA, 1915, p. 2).

Na última parte, é transcrito o telegrama publicado pelo jornal O Tempo, entendendo que a própria mensagem do diplomata é a constatação do desacerto das suas ações:

Mas, para que commentarios? Leia o publico o ineffavel telegramma:

PARIS, 29 - O "Tempo" publica uma entrevista com o Sr. Graça Aranha. Declarou o antigo diplomata brasileiro que vinha à Europa em propaganda, segundo o programma da Liga pelos Alliados do Rio de Janeiro. Disse o Sr. Graça Aranha que vae dirigir, em nome da liga um appello instante aos gregos e rumaicos, afim de que elles não se demore em socorrer a Servia e em se juntar aos exércitos que luctam pela independência das nacionalidades e pala cultura latina, contra o imperialismo e a barbárie germânicos aliados aos próprios inimigos da christandade. O Dr. Graça Aranha é de opinião que os "latinos não devem ficar neutros, mas antes devem prestar o seu concurso aos aliados nesta guerra, enviando-lhes armas, munições e viveres. Bastara para isso que as grandes Republicas da America do Sul resolvam reduzir os seus próprios armamentos. Então poderiam ellas ceder aos aliados importantes quantidades de material bellico, de que não teriam mais necessidade e assegurariam assim a consolidação da sua independência nacional, cujo principio está em jogo na actual guerra" (O DIA, 1915, p. 2).

Nesta matéria o jornal teve o cuidado de buscar um argumento que não fosse ofensivo aos interesses dos muitos apoiadores da Liga de Defesa Nacional. Ao questionar a estratégia, o jornal se reserva o direito de argumentar que não questiona o objetivo. Contudo, isso contradiz todas as opiniões e posições que foram publicadas até o momento.

No mês de fevereiro, treze edições são pertinentes a este estudo. Já no primeiro dia do mês, a edição dedica praticamente toda a página n. 3 para comparar os católicos franceses e os católicos alemães. Depois de iniciar criticando padres franceses que teriam atacado verbalmente colegas alemães, o artigo vai comentando as diferenças entre ambos na relação com a guerra, determinando ao final que o catolicismo alemão é pacifista e que a Alemanha estava na guerra por necessidade, não por escolha, argumento este já utilizado em outras discussões anteriores (O DIA, 1916, p. 3).

A 13 de julho, publica-se uma análise da conferência dos aliados, em que são desmontados os argumentos destes, com o intuito de mostrar que a guerra somente poderia ser vencida pela Alemanha (O DIA, 1916, p. 2).

Os textos ufanistas em relação à Alemanha ganham mais um exemplar na edição publicada em 14 de julho. Apesar de não alcançarem uma coluna inteira, em termos de tamanho, não economizam nos elogios. Começando pelo título ... *uber alles* (acima de tudo, em português), o artigo descreve a maneira como a Alemanha assombra o mundo, vencendo a guerra de modo categórico e dando lições de honestidade a cada episódio. Quase ao final, o título é repisado, acrescentando-se no início *Deutschland* (Alemanha acima de tudo) (O DIA, 1916, p. 1).

A edição datada de 13 de janeiro mostra como o catolicismo alemão se envolveu na guerra e que mesmo na tragédia havia um “benefício” religioso, qual seja, a atitude de união, de valorização da fé a partir das dificuldades dos tempos de guerra. Esta é a ideia mais comum do jornal: aproveitar o cenário da guerra para reforçar a importância da religião na vida e de cada cidadão.

No mês de fevereiro, ao se referir à guerra submarina, pela primeira vez o jornal dá um tom mais ácido às suas críticas contra a Alemanha. Uma coluna, com a manchete *Da Guerra*, coloca em um texto razoavelmente extenso o que segue.

O calor da guerra e as conseqüentes hostilidades, ações e reações acabam por gerar diferentes manifestações. É o caso da nova fase da guerra submarina, decretada pela Alemanha, que no seu *struggle for life*³⁵ - não respeita amigos nem inimigos. Por óbvio que o cenário é de guerra, mas ainda assim, há que se ter critérios e não se abandonar o razoável. A Alemanha possui grandes necessidades motivadas pela guerra, mas estas maiores se tornarão se o país levar adiante este novo modo de combate. Por isso, os Estados Unidos da América do Norte, assim que perceberam a aproximação do primeiro submarino alemão, sondando a vastidão de suas águas à procura de um alvo para encrustar nele seus torpedos, apressou-se em notificar aos alemães que não admite e se posicionaria militarmente contra qualquer ataques aos navios neutros. Não obtendo, porém, uma resposta satisfatória, deixou-se tomar por um desejo bélico. Ao movimentar tanto o exército quanto a marinha, decretar o aprisionamento dos navios alemães naquele país, chamar o seu representante em Berlim e despachar para aquela capital o representante alemão, mostraram que os americanos agem

³⁵ Expressão da língua inglesa que remete à Luta pela Vida, ou Luta pela Sobrevivência.

como se estivessem dentro de suas realizações cinematográficas. Todavia, tais atitudes não foram suficientes para obrigar os submarinos do kaiser a se afastar, deixando o comércio livre para os neutros. Assim, os americanos do norte entenderam que devem arrastar consigo nessa atitude todos os demais povos do mundo. Emitiram, portanto, uma nota circular a todas as nações neutras, cientificando do ocorrido e pedindo a sua opinião a respeito. Felizmente o Brasil, em acordo com as principais repúblicas sul-americanas, soube encarar com calma essa questão. A Nota expedida pelo Presidente da República ao Imperador da Alemanha está redigida em termos bastante enérgicos, mas que, apesar disso, não deixam transparecer ofensa alguma ao governo daquela nação (A ÉPOCA, 1917, p. 3).

Dessa matéria, várias observações são pertinentes. Primeiro, como já referido, é a primeira vez que a Alemanha é colocada como uma parte culpada na guerra. Ao citar a guerra submarina, que seria uma forma de extrapolar o conflito, já que assim atinge os países neutros, o jornal começa a atuar como grande parte da imprensa brasileira. É preciso ainda entender que em fevereiro está próximo o torpedeamento dos navios brasileiros pelos alemães, o que quer dizer que era algo imaginado a partir da admissão de uma guerra submarina. Ao mesmo tempo, o jornal não deixa de exercer uma crítica aos americanos, por tomarem a defesa de suas águas e na tentativa de buscarem envolver as demais nações americanas. Por fim, o elogio à atitude brasileira, ao demonstrar força em defender seus interesses, porém com o cuidado de ainda não transformar a Alemanha em inimiga.

A esse respeito, também outras figuras nacionais mostravam seu entendimento. Uma delas é Rui Barbosa:

Ao lado da defesa dos direitos das nações neutras, violados pela política alemã de guerra submarina, a questão da identidade nacional era enfatizada. No âmbito da guerra submarina, todos os países foram lançados à guerra, independentemente de sua vontade, pois a Alemanha abandonou a distinção entre nações beligerantes e neutras, argumentava Barbosa. Diante do “tratamento ilegal e bárbaro”, imposto pela Alemanha às nações neutras, Ruy Barbosa assevera que tudo impunha a nossa participação na guerra: “[...] nesta crise universal, em que, a meu ver, se acha envolvida a duração do nosso regimen, a conservação do nosso território, a preservação na nossa nacionalidade” (RIBEIRO, 2014, p. 16).

Como se percebe no texto, a preocupação era de que, inflamado pelas ações dos alemães, o Brasil abandonasse a neutralidade e declarasse a guerra contra a Alemanha. O rompimento das relações diplomáticas permitia pensar nesse sentido.

Ao final desta seção, discutiu-se como se processaram as matérias dos jornais que buscaram descrever as relações entre Brasil e Alemanha, tendo neste ponto a análise da neutralidade um destaque, pela quantidade de publicações. As posições dos jornais variavam, no sentido de aproximação ou distanciamento da Alemanha, mas se mantiveram alinhadas ao que se discutiu nas duas primeiras seções.

Como síntese deste capítulo, é possível perceber que a maior quantidade de matérias selecionadas provém dos jornais de circulação diária. Ambos fornecem uma diversidade de abordagens, sendo que abertamente o jornal *O Dia* utilizou de todas as estratégias possíveis para preservar a imagem alemã, mesmo com o rompimento de relações e declaração de guerra. Já o jornal *O Estado* se mostrou neutro ao início, mas as críticas à Alemanha se tornaram mais frequentes com o tempo.

3 ALEMÃES DE SANTA CATARINA: A IMAGEM CONSTRUÍDA

Este capítulo vai trazer à discussão, proveniente dos artigos de jornal, a forma como os alemães residentes em Santa Catarina, nascidos na Alemanha ou descendentes de famílias alemãs, foram expostos para a sociedade da época. A questão é complexa, pois, se ao mesmo tempo, no decorrer da guerra, os alemães se transformam em inimigo, no território catarinense eles constituíam um grupo razoavelmente numeroso, além de possuírem influência política e comercial. Assim, angariavam defensores e acusadores.

Dividido em três seções, a exposição inicia com as matérias que procuravam apontar, usando dos próprios jornais locais e de matérias de jornais de outros estados, como a sociedade brasileira era informada a respeito dos alemães de Santa Catarina.

A segunda seção tem por objetivo mostrar a germanidade em termos de Brasil, sempre, contudo, relacionada ao que acontece e ao que se pensa em Santa Catarina.

E na terceira seção estão concentradas as matérias que mostram os alemães de Santa Catarina, quando são alvos de elogios, de críticas, de acusações, de desconfiança, enfim, todos os sentimentos experimentados pela sociedade.

3.1 A IMAGEM CATARINENSE NO BRASIL EM RELAÇÃO AOS ALEMÃES

Para iniciar as reflexões propostas para este capítulo, será feita uma exposição de diversas matérias, publicadas em Santa Catarina, mas citando ou reproduzindo integralmente artigos, opiniões e fatos que, de alguma forma, podem mostrar como o restante do país entendia o que se passava em Santa Catarina.

Antes disso, faz-se necessário trazer algumas impressões sobre como os brasileiros enxergavam os alemães e vice-versa. Existem diversas interpretações dessa relação e as variantes temporais, espaciais e culturais permitem que se abra um amplo debate a respeito do fenômeno. Dessa forma, sem pretender esgotar o assunto e utilizando o exemplo de Lauro Müller, é possível ter uma boa apreciação do fenômeno:

A identidade étnica tem força mesmo naqueles casos exemplares de indivíduos assimilados e integrados à política nacional, como mostram as trajetórias de Lauro Müller, Felipe Schmidt e os Konder. A mais singular é a de Lauro Müller: antes de chegar ao posto de tenente-engenheiro (que o conduziu à política), tem sua identidade étnica reforçada pela passagem numa "escola alemã", separado da sua família nuclear. Deve ser lembrado que uma trajetória de ascensão social pela

educação superior na área técnica naquele momento (segunda metade do século XIX) não tinha muita escolha: o melhor curso de engenharia funcionava na Escola Militar. Mas isso pouco importa ao argumento aqui desenvolvido. O elemento significativo na trajetória política de Müller é sua dupla evidência como símbolo da capacidade germânica, por um lado, e da assimilação possível de um alemão irredutível, por outro. Mas o símbolo da assimilação é destruído em 1917, quando deixa o ministério das Relações Exteriores e o Brasil declara guerra à Alemanha. Conforme as palavras de um colono anônimo, "a guerra veio provar que mesmo um cidadão modelar como Lauro Müller é, para os brasileiros, apenas um alemão". Essa frase, de certa forma, mostra as dificuldades de relacionamento entre descendentes de alemães e brasileiros, que chegou ao ponto máximo de tensão no Estado Novo. Durante a campanha de nacionalização, mais uma vez é imposto um limite de exclusão através do termo "alienígena", que desqualifica os cidadãos não assimilados (SEYFERTH, 1993, p. 14).

A primeira menção, por conseguinte, para o germanismo em Santa Catarina, não em ordem cronológica, mas em termos de espaço dedicado ao assunto é proveniente do jornal *O Dia*. Publicada em três edições, nos dias 09, 10 e 11 de maio de 1917, consta de um longo texto, elaborado por um jornalista de nome Ivo Arruda, e é retirado do jornal *A Notícia*, do Rio de Janeiro. As matérias consistem na experiência do autor ao visitar Santa Catarina. Na primeira parte, mais introdutória, é explicado como o texto foi construído e que valor o mesmo possui.

I
SANTA CATHARINA
O GERMANISMO NO SUL DO BRASIL

(D' A Notícia, do Rio, de 28 de Abril)

Chegados a Santa Catharina, num momento como este por que atravessa o Brazil, era natural que a nossa atenção se voltasse, quasi inteiramente para os factos que têm sido amplamente divulgados aqui no Rio, e por todos os Estados do paiz. Sob os titulos de 'A germanização dos Estados do Sul'. Por mais que desejassem desviar essa atenção para a riqueza de Santa Catharina, para o seu extraordinario desenvolvimento industrial, para a sua agricultura em tão alto grão de florescimento, para a sua pecuaria, para a sua organização social, voltavam-se sempre a nossa curiosidade e nosso espirito de observação, para tudo quanto se pudesse prender a esses graves factos que tem sobresaltado, profundamente, e com razão, o espirito do nosso povo, o coração da nossa Patria (O DIA, 1917, p. 1).

A "missão" do autor ao visitar Santa Catarina e desfazer possíveis equívocos de interpretação é, aos poucos, mais detalhada. Essa visão capturada por viajantes, estrangeiros, foi utilizada em vários momentos, como uma possibilidade de cativar o público leitor, sob o princípio da autoridade. De maneira semelhante, também discursos de personagens com alguma notoriedade em algum segmento são incorporados ao noticioso:

Demais, comprehendemos bem — além de levar em conta a propria insufficiencia para desempenharmo-nos da grave missão que tomaramos — ser escasso, escassissimo o tempo de que dispunhamos para uma observação minuciosa, tanto quanto nos fosse possível, de tudo o que ocorre entre o elemento germanico que

vive em Santa Catharina, em face do nosso rompimento com a Allemanha, das suas tendencias e, principalmente, da possibilidade de perturbações da ordem naquellas zonas, por elle provocadas. Claro está que, numa viagem rapidissima — em treze dias duma romaria incessante atravez de paragens bellissimas e adeantadas, onde se trabalha de verdade — as notas que tomámos, as observações que fizémos, se resentem, logicamente, desse apressamento e não podem ser encaradas como observações de ordem psychologica, mais profundas, mais definitivas, sobre aquella raça forte que vem surgindo, com caracteres de accentuada energia, de grande capacidade de trabalho, nas terras do interior de Santa Catharina (O DIA, 1917, p. 1).

O jornal, em sua linha editorial publica frequentes elogios aos alemães, que podem ser percebidos aqui também. Buscando ser isento, o autor não descarta outros pontos de vista, ao mesmo tempo que reforça o seu.

Difficil, muito difficil, será, por certo, fazer affirmações decisivas, categoricas sobre a confiança que devemos ou que podemos depositar nos elementos germanicos com que ali tivemos occasião de conviver na nossa excursão. As apparencias, porém, os factos a que assistimos, aquillo que ouvimos, os phenomenos de ordem social e doutra ordem com que deparamos, tudo, enfim, trouxe ao nosso espirito uma boa dose de tranquillidade; tudo, enfim, repetimos, serviu para dissipar duvidas que alimentavamos, ao pisar, cheios de incertezas e desconfianças o solo catharinense (O DIA, 1917, p. 1).

Esse prêambulo é necessário para esclarecer o leitor de que se trata de uma leitura imparcial, de que a visita realizada não tinha nenhuma ideia preconcebida. Isso se revela posteriormente, quando se faz a concessão para a atitude dos alemães e dos brasileiros, em relação aos costumes dos primeiros e as consequências na sociedade.

Com relação, entretanto, aos brasileiros descendentes de allemães, a sittuação não è a mesma. E é naturalissimo que assim seja. Ligados, certamente, às tradições da patria de origem dos seus paes, conhecendo a sua grandeza e a sua força — tão mal empregada agora ao serviço barbaro das ambições duma casta condemnada e execravel — esses brasileiros, entretanto, demonstram, sempre que lhes é possível, o seu amor ao nosso paiz, á terra que, se lhes não deu riqueza, lhes deu, pelo menos, uma relativa abastança, uma existencia feliz, sem privações e sem, grandes luctas. Já dos seus paes haviam elles herdado — fructo talvez dum natural egoísmo — esse sentimento de carinho pela terra que lhes abriu paternalmente os braços, por aquellas flores tas magnificas, à sombra de caras arvores pela vez primeira descansaram, por esses campos que a intelligencia do homem e o seu braço fecundaram, fazendo brotar os formosos verdes fructos dum trabalho heroico. Emigrados de sua patria, premidos por difficuldades da vida insuperaveis, os colonos têm vindo, desde alguns annos, povoar Santa Catharina: construíram, uns, fortunas consideráveis, emquanto os menos afortunados- - se a sua existencial se pode classificar de desafortunada - vive uma vida tranquilla, proprietarios de nucleos de terra com que nunca, talvez, houvessem sonhado. (O DIA, 1917, p. 1).

Ao deixar uma crítica aos alemães quanto à guerra, fica claro o desejo de poupar destas críticas os alemães do Brasil. Além disso, há uma ousada afirmação de somente se

perceber fartura e abundância em Santa Catarina. É preciso trazer novamente a esta discussão o que já foi citado no início deste estudo: Santa Catarina ainda resolvia problemas de limites com o Paraná; não havia eliminado ainda os desconfortos causados pela guerra do Contestado, não possuía, ainda, uma organização social, que podia ser vista nos lugares que o autor menciona, estava longe de ser homogênea. Em suma, é um texto despido de perspectiva crítica.

Nos municipios que percorremos não vimos um só vagabundo, um desoccupado. Todas as populações brasileiras, germanicas ou brasileira de origem germânica - vivem para o trabalho productivo da terra. O caboclo, o natural, vae como os bandeirantes rasgando sulcos na floresta, penetrando por todos os confins, luctando contra a Natureza, contra o selvagem, contra as feras. Atraz delle vem o colono, vêm os filhos do colono. Compram-lhe a terra, nella costróem o seu lar, della tiram a sua subsistencia quasi de abastados. Fecundam-na. Engrandecem-na, fazendo-a productiva. Voltemos, porem, ao germanismo dos Estados do sul. Frisemos que aos nossos olhos, aos nossos ouvidos, ao nosso coração de brasileiro, não surgiam com agrado, ás esquinas, as legendas em lingua allemã ao lado da vernacula; não soavam com satisfação as palavras ditas na lingua germanica; não appareciam, mesmo sem ao principio sacudir-nos os nervos, aquellas cabeças loiras, aquelles homens espadaudos, fortes, de grandes olhos claros, aquellas figuras cujos traços caracteristicos differiam tão antagonicamente da ethnica da nossa raça (O DIA, 1917, p. 1).

À medida que o autor adentra no conhecimento da realidade cotidiana, sua tranquilidade vai aflorando e os elogios continuam a surgir com mais intensidade. Afirma o jornalista que bastam algumas horas para que o contato às pessoas simples do lugar termine por desfazer toda e qualquer dúvida ou impressão errônea inicial, criando assim um cenário de confiança e amizade. Todos se esforçam, por serem alemães, a se fazer compreender, a despeito das dificuldades da língua, embora não deixem de registrar que sentem a falta de uma ação mais definitiva do estado para lhes ensinar a língua portuguesa; neste ponto o autor não hesita em também deixar a sua crítica, chamando de criminosa a inércia do governo. A seguir, encerra esta parte dizendo que muito ainda há para contar, mas que devido ao cansaço da viagem de trem, o fará aos poucos, sempre reforçando o prazer que sente em narrar sua viagem. Assina Ivo Arruda (O DIA, 1917, p. 1).

A primeira parte se encerra com um convite para apreciar os textos seguintes. Na segunda parte, a educação é a grande discussão pela qual se vai mostrar o porquê da desconfiança em relação aos teuto-brasileiros, baseada no desconhecimento das coisas brasileiras e no uso da língua alemã.

II
SANTA CATHARINA
O GERMANISMO NO SUL DO BRASIL

(D' A Noticia, do Rio)

Encerramos as nossas notas de hontem com uma referencia a situação das populações do interior de Santa Catharina, condemnadas ao analphabetismo, pela imprevidencia dos governos do nosso paiz, caso não quizessem ellas estudar nas escolas allemãs disseminadas por todos os lados. Assim, essas populações, em parte é certo pela falta de escolas nacionaes, especialmente nas zonas das coloniais mais distanciadas das cidades, estudam nas escolas allemãs, aprendem a lingua allemã, a historia da Allemanha, num desconhecimento completo da língua vernacula e de todas as coisas que se prendem à sua verdadeira Patria. Convem ressaltar, entretanto, que os governos do Estado vem empregando esforços profícuos no sentido de desenvolver o ensino, adoptando methodos inteligentes, construindo bons edificios para as suas escolas, onde não se procura cultivar o espirito das creanças, mas tambem inculcar-lhes nos corações, os sentimentos do civismo, do amor ao Brasil (O DIA, 1917, p. 1).

Os alemães, por certo, amam o país que adotaram, pois não deixam de homenageá-lo por ocasião da sua festividade máxima, o dia 07 de setembro. Pelo menos esta é a impressão que o texto procura causar, que o alemão, por conta de sua educação cívica, já praticava tais atos em sua terra natal e, por ser uma escolha racional, não deixaria de fazer o mesmo no Brasil.

Para justificar esta ultima affirmativa lembraremos aqui que numa festa assistida na Escola Complementar de Blumenau, num programma constante de 21 numeros, figuravam todos estes de caracter patriotico; Hymno Nacional, por todos os alunos; 7 de Setembro, poesia; Brasil, poesia; Dia de Festa; Viva o Brasil, poesia; A Republica, dialogo; Hymno á Bandeira, por todos os alunos; Nosso Pendão, Tiradentes, a Bandeira Nacional e Hymno do Estado. Tudo isto, porém, é insufficiente. Afora a frequencia nestes estabelecimentos de ensino, as creanças – a maioria dellas, talvez – recebem instrucção de professores allemães (O DIA, 1917, p. 1).

A situação do professor brasileiro, remunerado pelo poder público, e do professor alemão – que não é um profissional exclusivo da educação –, é uma das explicações para a disseminação das escolas de língua alemã. Contudo, a omissão dos governos não é esquecida, todavia com o cuidado de não criar um atrito com os atuais mandatários. A língua alemã, bem como a sua associação com a educação, são também lembradas sob o ponto de vista de quem descreve a imigração alemã:

Quando o Brasil se posicionou contra a Alemanha na primeira guerra mundial em novembro de 1917 o governo fez uma campanha nacionalista e evocou a necessidade de domínio da língua portuguesa a imprensa em língua alemã foi proibida associações e escolas foram fechadas e professores afastados terminada a guerra as coisas voltaram aos seus lugares a cultura germanismo se reorganizou enquanto o governo se esforçava para prover escolas nacionais ou exigir o ensino de língua portuguesa nas escolas teóricas (FLORES; ROCKENBACH, 2004, p. 32).

Os autores entendem que o processo voltar ao “normal” era o fato de os alemães não serem mais perseguidos, mas também deixam claro que diante das condições que encontraram, a atitude dos alemães não poderia ser diferente.

Retornando ao texto jornalístico, este informa como os professores são remunerados, principalmente nas zonas rurais, a partir das contribuições que fazem os pais dos alunos, ganhos que se situariam entre 30\$ a 60\$³⁶, pois estes pais são agricultores e, portanto, podem, assim, auferir lucros de suas atividades, o que não ocorre com os professores, dedicados unicamente ao magistério e necessitando assim de ganhos mais vultuosos para sua sobrevivência. É citado ainda que o estado não tem como custear a educação nessas condições e locais e nem sequer o aparelhamento necessário para a escola; desse modo, a iniciativa local é a solução possível para o problema e, nesse ponto, é questionado como se pode reclamar que os alemães não falem o português, ao mesmo tempo que se nega a eles as condições para que isto ocorra. É citado ainda um trabalho escrito elaborado pelo Dr. Heráclito Ribeiro, magistrado de Joinville, trabalho este aprovado pelo Quinto Congresso Brasileiro de Geografia. Diz o magistrado que a instrução é regularmente desenvolvida nas estradas, entre a população rural, mas, em sua maioria, as aulas são ministradas em alemão, sendo o português pouco e mal ensinado. O juiz ainda acrescenta sua tristeza em constatar que ainda se encontra com frequência, em grande número, brasileiros que desconhecem o idioma. Mesmo em atos judiciais, como nas inquirições de testemunhas, nos casamentos, há sempre a necessidade de intérpretes. Os responsáveis por essa situação, ainda segundo o relato do juiz, são administrações do Império, pois estas nunca consideraram o problema da educação nos núcleos coloniais com o zelo, a dedicação e o interesse que merece esta importante questão social. Todavia, os governos republicanos não são isentos de culpa, embora as últimas administrações catarinenses tenham tentado, dentro de suas condições, elevar o nível do ensino, adotando novos métodos e criando mais escolas. Encerra o texto dizendo que o que se observou é o perfeito retrato do que descreveu o magistrado (O DIA, 1917, p. 1).

A seguir os números da educação e ataques aos padres alemães, que têm feito campanhas para boicotar as escolas brasileiras.

³⁶ No final do século XIX, o salário de um professor primário era aproximadamente 45.000\$, enquanto que o de um professor secundário chegava a 167.000\$. Considerando a inflação de mais de uma década, é razoável supor que o pagamento ao professor na situação descrita era compatível com os centros urbanos. Disponível em: <https://www.diniznumismatica.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html>.

A frequencia nas nossas escolas tem aumengtado muito, como se pode ver pela presente estatistica, referente ao grupo Escolar Luiz Delfino, de Blumenau. Em 1914, a sua matricula inicial constava de 192 alumnos e a de encerramento de 164; em 1915, a inicial era de 172 alumnos e a de encerramento de 134; em 1916, a de abertura era de 140 e de encerramento 255; em 1917, essas aulas abriram se com a frequeneia de 246 alumnos, sendo 9 allemães natos e todos os demais brasileiros. Os estabelecimentos de ensino brasileiros, entretanto, soffrem guerra tenaz do clero germânico, que é muito poderoso no Estado. O professor Julio Machado da Luz, director do Grupo Escolar de Joinville, publicou na Comarca, folha local, um artigo sobre o ensino, onde aflirma 'que é bem patente a campanha que o clero faz aos grupos escolares e escolas isoladas. Não faz muito tempo, em Itajahy accrescenta, o vigario, assombrado com a grande matricula do grupo que naquella cidade foi creado, fez do pulpito do templo catholico forte campanha contra o alludido estabelecimento, intimando aos fieis a, sob pena de excomunhão, não matricularem seus filhos nas escolas do Estado! (O DIA, 1917, p. 1).

Após a exposição dos números e de iniciar uma estratégia perigosa, no sentido de acusar os padres alemães, a sequência do texto vai ainda subir o tom e chegar ao ponto de se tornar temerária:

Nas escolas allemãs esses educadores separam, ostensivamente, o filho do allemão do cabloco. Gozando de grande prestigio, esses prelados fazem incessante propaganda das suas escolas, a qual importa. Inilludivelmente, directa ou indirectamente, numa propaganda germanica. Alguns desses professores percorrem as casas dos colonos, convencendo-os, a um por um, das vantagens da escola allemã sobre a nacional. As religiosas, professoras, fazem tambem sentir a sua acção. Alguns desses padres tem sido tão desabusados e inconvenientes que se ha solicitado a intervenção do respectivo bispo. Assim, foi com o director da Escola Parochial de Joinville, reverendo José Simdrup. Entendemos que o primeiro passo a ser dado, encarando-se de frente, o trabalho da nacionalisação verdadeira daquellas populações, deveria consistir no fechamento immediato das escolas allemãs. Ao lado de cada uma delas, como se fez nos Estados Unidos, deveriam então ser abertas escolas brasileiras tão boas ou melhores do que as que tivessem as suas portas cerradas (O DIA, 1917, p. 1).

Um último exemplo encerra o artigo, de um fato trazido do Espírito Santo, onde também existia uma escola alemã, que foi fechada por não aceitar o ensino da história e da língua brasileira. O autor afirma categoricamente que um fato semelhante nunca ocorreria em Santa Catarina, por conta da índole dos alemães que ali vivem.

Esse exemplo, alias, já foi dado segundo um telegramma procedente da capital do Espirito Santo. Existindo na Victoria uma escola allemã, onde o seu director se recusava ministrar o ensino da história e da língua patria, o director do Ensino do Estado resolveu mandar fechal-a. Houve, conseqente a essa medida, um conflicto. Em Santa Catharina tal não acontecera. Aquellas populações brasileiras, descendentes de germanicos, acostumadas a um regimen de disciplina social inalterável, ordeiras e faceis de guiar, não se rebelarão, sem duvida, contra uma medida de tal natureza. Desde que lhes ministrem o ensino da nossa historia e da nossa lingua, aquelles brasileiros recebel-o-ão de bom grado. Nós mesmos temol-os segregado do nosso meio. É preciso que os chamemos ao nosso convivio. E para isso, inicialmente, é necessario. é indispensavel o fechamento das escolas allemãs. IVO ARRUDA (O DIA, 1917, p. 1).

O autor adota uma tática ousada, pois para preservar a sua ideia, não hesita em sacrificar os padres e as próprias escolas de língua alemã. Certamente que estes argumentos precisam ser mais bem elaborados e discutidos, pois, a título de exemplo, para contraponto, poderia restar a pergunta: se os teuto-brasileiros estão interessados em se integrar ao Brasil, por que não prestigiam as escolas brasileiras e boicotam os padres que fazem a defesa da escola alemã? Ainda é preciso acrescentar que, na linha editorial adotada pelo periódico, foram poucas as ocasiões em que, ao se tentar promover os valores da cultura e sociedade da Alemanha, foram usados argumentos como este, que poderia ter o efeito contrário, ao confundir o leitor.

A terceira e última parte da série de artigos vai se referir às sociedades de Tiro, notadamente em Joinville. Inclusive o autor se dá o trabalho de listar os seus membros, pretendendo com isto mostrar que não são numerosos e que, assim, não representam nenhum perigo. Ainda a ideia da informação exagerada é lembrada como arma utilizada contra os alemães.

III

SANTA CATHARINA

O germanismo no Sul do Brasil

(D'A Noticia, do Rio).

Para que se creasse esta situação de temores e desconfianças desarrazoadas relativamente á situação de Santa Catharina, apontada como sob o dominio dos subditos do Kaiser, ha concorrido de maneira decisiva o exagero com que são contados aqui no Rio os factos da mais pequena significação. Iremos além mesmo, affirmando que na maioria das vezes não há simplesmente exagero, mas requintadas e perigosas invencionices. Os correspondentes dos jornaes brasileiros demonstram, muita vez, uma leviandade que merece severas censuras. Para provar o que venho dizendo, contarei um exagero telegraphico, remettido para Santa Catharina, aliás inoffensivo. Assisti, nesta capital, á manifestação feita ao illustre brasileiro senador Ruy Barbosa. Quatro dias após eu lia nos jornaes catharinenses que, na Avenida, por occasião dela, se agglomeravam trezentas mil pessoas! O mesmo ocorre com o que aqui se publica sobre os assumptos catharinenses. Muito especialmente temos visto as mais inveridicas noticias sobre a temivel organização militar dos germanicos naquelle Estado. As suas sociedades de Tiro são formidaveis unidades do Exercito allemão, promptas ao primeiro grito! Os seus alvos têm a amplitude do thorax de um homem! Tudo isto, porém, precisa, com muita simplicidade e clareza, ser repostos nos seus verdadeiros termos (O DIA, 1917, p. 1).

A seguir a lista de nomes, salientando que quase todos são brasileiros, e os alemães de nascimento são casados com brasileiras. A matéria na sua íntegra traz mais de 50 nomes, os quais foram suprimidos na segunda parte, por se entender que os nominados na primeira parte já são suficientes para o entendimento do artigo. É preciso reparar a menção dos sobrenomes, para deixar claro que “estes alemães são brasileiros”:

E é o que vamos fazer. Sobre as sociedades de Joinville é que mais aqui se tem falado. Ellas são simplesmente quatro: A ‘Sociedade de Tiro de Joinville’ fundada em 25 de dezembro de 1885; “Mittellweg”, a ‘Sociedade de Atiradores Teuto-Brazileiros’; e a ‘Sociedade de Atiradores de Pirabeiraba’. Do livro de matricula de socios da sociedade de Tiro Joinville, tiramos uma lista completa. Eil-a: Frederico Mueller, Guilherme Mueller, Henrique Jordan, Hans Jordan, Otto Jordan, Otto Boehm, Willy Boehm, Max Boehm, Guilherme Walther, Conrado Kuehne, Ricardo Karmann, Victor Weiss, Francisco Klein, Max Colin, Roberto Wolf, Walter Brand, Hans Lange, João Dietrich, Hans Dietrich. Todos esses cidadãos, no que pese aos seus nomes arrevezados, são brasileiros, exceptuando-se, apenas, os srs. Victor Weiss e Francisco Klein, allemães tão identificados conosco que ambos são casados com brasileiras. Da ‘Sociedade de Atiradores Teuto-Brazileiros’ são socios os srs. Albino Kohlbach [...], brasileiros também. Com um trabalho mui pouco penoso, encontraremos que o exercito do Kaiser em Santa Catharina, constituído pelas sociedades germanicas de tiro, consta de menos de 79 homens, porque, se a lista é de tantos, ha diversos que têm o seu nome repetido, fazendo parte até das quatro referidas associações. Já tive occasião de dizer que estas sociedades de tiro não têm organização militar; que não passam de simples sociedades de tiro ao alvo; que na sua maioria os seus associados, são homens de idade, que quasi os inhabilitam para o serviço das armas; isso, sim, afirmamos sem temor de errar (O DIA, 1917, p. 1).

Ao final, a ironia é utilizada para mostrar que os “Soldados” alemães se reúnem para práticas de tiro, mas também para outros interesses de lazer, que nenhuma relação possui com atividades de guerra. Utilizando como exemplo uma fábrica de cerveja, localizada na rua do Meio, em Joinville, em cujas proximidades há uma sociedade chamada de Mittelweg. A história começa por descrever o proprietário da fábrica de cerveja, de nome Guilherme Walther que, segundo o autor, não pode exercer atividade bélica em razão da avantajada obesidade, assim, construiu, no terreno ao lado da fábrica, uma cancha de jogos, um teatro pequeno, um salão de baile e um *stand* de tiro, de pequenas dimensões, como se faz questão de ressaltar. As atividades ali realizadas, gerenciadas pelo proprietário, que geram algum lucro do consumo de alimentos e bebidas, atraem pelo barulho e pela animação dos festejos. É este o argumento: o fabricante de cerveja está tão somente interessado em promover o consumo da sua bebida, ao invés de ter interesses bélicos. Teria sido feito uma investigação, cujos detalhes e conclusões não foram ainda tornados públicos, com a intenção de avaliar o porque de tal instituição existir e que perigos poderiam dali surgir. A defesa dos alemães continua com uma leve ironia, que pode ser resumida nos seguintes termos: caso a Alemanha perca a guerra, estaria eliminado o sonho da Alemanha Antártica e o sonho do pangermanismo. Caso a Alemanha vença a guerra, só vai ser hegemônica onde os alemães forem maioria, o que não é o caso em Santa Catarina. Portanto, mesmo vencedora, a Alemanha terminaria por se fundir aos brasileiros, por serem minoria. Assina Ivo Arruda (O DIA, 1917, p. 1).

Foram expostos estes artigos, apesar de sua extensão, transcritos integralmente, para evidenciar que são determinantes para ilustrar a mudança de estratégia do jornal. A partir do momento em que a Alemanha passa a ser vista como inimiga, é preciso resguardar a comunidade alemã de Santa Catarina. Para isto, há que se sacrificar alguns pontos desta imagem, no caso parte do clero e as escolas de língua alemã. Além disso, já há a omissão de erros praticados pela Alemanha na guerra – situação que até então nem era mencionada.

Isto não quer dizer, entretanto, que o jornal *O Dia* tenha abdicado da defesa da causa alemã. Apenas remanejou seus argumentos e estratégias, entendendo a gravidade do ato de declaração de guerra. A transformação dos alemães no inimigo externo torna muito delicada a exposição de ideias em seu favor. É nesse sentido que deve ser entendida a atitude do jornal, ou seja, não haviam mais possibilidades de continuar com a linha editorial anterior a 1917.

Porém, há também os que acusem fortemente os alemães de intenções de dominação do território brasileiro. Um deles é *O Clarão*, que depois de matérias mais brandas no ano de 1914, começa o ano de 1915 com mais ênfase em suas críticas. No mês de janeiro, em sua última edição, utilizando da primeira página por completo, reforma a ideia do perigo alemão, ao explicar como o *Atlas Revelador* organizava a conquista do Brasil, utilizando de estratégias semelhantes às aplicadas pelos alemães na invasão da Bélgica. Ainda no mesmo exemplar, encontra-se na página quatro uma coluna com o título *Desaforos de um Jesuíta Alemão*, novamente atacando a ação dos religiosos (O CLARÃO, 1915, p. 1-4).

O alerta contra o perigo alemão seguiria sendo uma constante, adentrando ao mês de fevereiro, no dia 05, complementando as matérias anteriores. Contudo, na mesma data, há uma matéria peculiar, que merece uma transcrição completa:

COMO ELLES PENSAM

Um negociante de nossa praça, nascido e creado nesta cidade, porém de origem allemã, em visita a uma família e em palestra sobre a guerra disse isto:

“Não se illudam, a Allemanha há de vencer e então virá ao Brasil ajustar contas, nós, saberemos então tratar bem aos que não nos hostilizaram e castigar aos que se mostraram nossos inimigos”

Tomem bem nota, nós saberemos, etc. Filho de Santa Catharina, brasileiro portanto e tratando da Allemanha diz: “Nós!”. Como este os outros pensam do mesmo modo (O CLARÃO, 1915, p. 2).

Referências desta natureza são impactantes para a opinião pública, pois trabalham com o medo e a insegurança do indivíduo, no espaço da sua vida cotidiana. Embora a matéria possa ser questionada em vários pontos (confiabilidade da informação, generalidade, etc.), o

impacto sobre a imagem alemã no Brasil não pode ser desprezado. Para além das notícias da guerra, dos esforços de cada lado em vencer os combates, há uma outra batalha, de valores e ideais, sendo travada no convívio social.

No último exemplar do mês de abril do mesmo ano, duas matérias retomam o tema. Na primeira página, com letras garrafais *Neutralidade?*, o jornal utiliza novamente do caso do professor impedido de ministrar suas aulas para traçar um embate furioso com o jornal *O Dia*. Este é o primeiro momento em que, desde que iniciada a cobertura da guerra, é publicada uma matéria tão ostensiva à posição do veículo rival. O tom das palavras acidifica-se ainda mais ao final da matéria:

O Dia, pois, não é tão neutro, é germanophillo, “enrage³⁷”, germanophillo de papo vermelho. Diz que é uma coisa, e faz outra, inteiramente diversa. Pois o Clarão, apesar de pequenino, e “sem ser da boa Imprensa”, é mais correcto, porque tem a coragem de sustentar os seus actos. Não apregoa vinho do Porto para vender cerveja marca barbante. É apologista dos aliados, e nao faz mysterio de o fazer em letra redonda (O CLARÃO, 1915, p. 1).

Nesse ponto, há uma admissão de posição, mas não estende o mesmo direito ao jornal rival, pois o acusa de fazer o discurso de neutralidade e, na verdade, defender a posição germanófila. Para reforçar o argumento, assume-se como aliadófilo e tenta fazer parecer que esta é a única posição racional. O parágrafo final precisa ser transcrito na íntegra, para a compreensão plena da intenção do texto:

O Dia Que não falle mais na sua neutralidade, porque compromette uma incoherencia digna de palmatoria. Tenha a coragem de dizer o que é, e publique as suas dezenas de telegrammas contrariando o que diz a imprensa de todo o mundo, já que isso é para elle uma consolação; mas não pretenda engazopar o publico com a sua neutralidade. Isso aqui não é terra de beócios (O CLARÃO, 1915, p. 1).

A edição seguinte, de 09 de setembro, estampa na página dois, em letras grandes *BONITO! O germanismo no Brasil – recrudescer a propaganda*. O conteúdo em questão é a Sociedade Deustcher Frauen Verein Germania de Itajahy, ou seja, uma sociedade para mulheres alemãs. Parte do estatuto é publicado, enfatizando as condições para se integrar à sociedade. Falar bem o idioma e ter interesse em preservar a cultura alemã. O jornal alerta que acaba de ser fundada tal associação, mas, na realidade, os estatutos foram aprovados em 20 de setembro de 1910, informação que consta na matéria. Depois da exposição de vários artigos

³⁷ Este termo revela-se impreciso, pois não é possível, devido ao estado do documento, determinar a grafia correta. Existem, pelo menos, duas traduções a se considerar: se em língua inglesa (enrage, sem acento), significaria “furioso”. Se em língua francesa (enragé, com acento), significaria “louco”.

do estatuto, encerra-se com uma Nota da Redação: “E digam lá que não há o perigo alemão.” (O CLARÃO, 1915, p. 2).

Em sua cruzada contra o perigo alemão, o jornal não arrefece. O próximo destaque neste sentido será a capa da edição de 16 de setembro de 1915. A matéria cobre a página inteira e mais da metade da segunda página. Basicamente, o texto recupera parte do mencionado anteriormente, da sociedade alemã de Itajaí, para iniciar uma longa acusação à cultura alemã, pela sua resistência em se abrigar e, mais ainda, por considerar-se superior à cultura local. Ironicamente, os alemães concederiam, esporadicamente, algumas aberturas aos brasileiros, gente reconhecidamente inferior. Termina por afirmar que as crianças alemãs já capturam, desde os primeiros anos, este sentimento. E que o perigo alemão é mais do que evidente (O CLARÃO, 1915, p. 1-2). Nesse momento, aparecem em diversas ocasiões comentários menores, mas que acabam sempre se referindo à temática principal.

Uma das situações mais utilizadas quando os jornais – e aqui não só *O Clarão* – desejavam alertar contra o perigo alemão, era o uso da língua materna por parte destes, mesmo em casos onde comprovadamente os teutos já dominassem o idioma português. A recusa de se comunicar com os brasileiros era visto como um ato de hostilidade. Embora possivelmente existissem tais atos, é muito mais plausível pensar que faltavam escolas e professores para as comunidades alemãs, no meio rural, sendo tal carência, inclusive, não restrita aos alemães.

A última edição do mês de setembro, publicada no dia 30, dedica as duas primeiras páginas aos alemães. Na primeira página, trata do êxodo dos colonos alemães do sul do Brasil em direção ao Paraguai. O jornal vê este fenômeno com bons olhos, mas ressalta a posição do jornal *A Noite*, que critica a saída dos colonos, visto que com isto perde o Brasil a força de trabalho de milhares de pessoas. *O Clarão* diz não lamentar a saída dos colonos, mas o fato de mais um jornal brasileiro não perceber o perigo alemão e tomar a defesa destes. Tanto que para a matéria inserida na página dois, o título é mais ousado: “*Há ou não há o perigo alemão?*” A matéria retoma vários pequenos fatos, alguns já publicados anteriormente, tanto no mês de setembro quanto nos meses iniciais do ano. E novamente é feita uma crítica ao *O Dia*, que pertenceria a capitalistas alemães (O CLARÃO, 1915, p. 1-2).

Após todas essas referências ao perigo alemão, o ambiente parece ter se acirrado. Isto porque a primeira edição de outubro, dia 07, contou com 6 páginas, ao contrário das 4 normais. Além disso, as três primeiras páginas aludiam ao tema e, ainda assim, em outras

notas, uma ou outra menção se fazia aos alemães, compreendendo praticamente toda a edição. A temática não precisa ser descrita novamente, visto que tão somente reforça o que já foi dito. O importante nessa altura é asseverar a frequência e intensidade com que o periódico procurou combater, tanto o germanismo quanto seus rivais na imprensa que o defendiam.

No ano de 1917, há poucas semanas disponíveis no acervo digital para este semanário. Todavia, todas as 9 edições trazem conteúdos pertinentes e, assim, foram selecionadas, sendo que cinco edições deste período servem aos propósitos deste capítulo. Os exemplares somente estão disponíveis nos meses de novembro e dezembro daquele ano, o que vale dizer que o período que antecede à declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha não poderá ser apreciado. É razoável supor, entretanto, que em face das publicações anteriores, com o torpedeamento dos navios brasileiros, o jornal tenha elevado seu tom contra a Alemanha. Isso é reforçado pelas matérias a seguir:

No mês de novembro, quatro edições atacam o germanismo de várias formas, brandas e pesadas, irônicas ou sérias. A começar pelo dia 03, em que uma série de pequenas notas relembram os afundamentos dos navios brasileiros, a declaração da guerra e o principal, a lei alemã acerca da naturalização, onde é assegurado ao alemão que optar pela nacionalidade brasileira, que não colocará em risco a sua cidadania alemã. Tal fato é pesadamente questionado pelo texto (O CLARÃO, 1917, p. 1).

Na data de 10 de novembro, é retomada a situação envolvendo a lei alemã, mas desta feita para compor o cenário da dominação germânica na América do Sul. Com o subtítulo *Como a Alemanha deve colocar sob o seu protectorado os paizes Sul-Americanos*. Citando obras (Riemer, Joseph Luidwig: *Ein Pan Germanisches Deutschland*, 1915, p. 93), o texto mostra como acontecerá a introdução da administração alemã, por meio da tecnologia, da política e da cultura. A matéria, extensa, somente irá se concluir nas duas edições seguintes (O CLARÃO, 1917, p. 1).

Para este semanário, torna-se evidente que os alemães constituíam uma nação belicosa, que visava, por meio da guerra que travava na Europa, consolidar seu poder e sua hegemonia nos demais continentes. O Brasil seria, assim, um alvo estratégico, pela sua vastidão territorial e posição econômica e política na América do Sul.

Contudo, a historiografia é mais prudente ao analisar o fato. Alguns pontos, discutidos ao longo da exposição das ideias oriundas dos jornais, podem ajudar a esclarecer a situação.

Uma primeira consideração seria a de que, após a chegada dos portugueses, o primeiro povo europeu a tentar se estabelecer no Brasil, já no século XIX, foram os alemães. Seus primeiros movimentos ocorrem nas primeiras décadas daquele século, dezenas de anos antes da chegada, por exemplo, dos italianos. Ou seja, a percepção física dos alemães incorporou-se no Brasil praticamente um século antes da eclosão da segunda guerra mundial.

Outra reflexão necessária nesse momento é trazida por Pereira (2011), quando trata da dinâmica executada pelos alemães fora de seu território:

Durante aproximadamente 50 anos os alemães exerceram um duplo papel no Brasil, pois se de um lado exerceram deliberadamente uma influência étnica desejada na formação do país, para outro preservaram em suas colônias a identidade alemã. O enquistamento étnico entendido aqui como a preservação de traços culturais típicos da nacionalidade de “origem” consolidaria no imaginário brasileiro as concepções de não assimilação e, por conseguinte de perigo alemão. (PEREIRA, 2011, p. 13).

O autor percebe a dualidade advinda da imigração germânica, desejada pelo estado brasileiro, mas, ao mesmo tempo, com um aspecto de preocupação em razão da postura disciplinada dos alemães no que diz respeito a resguardar seus costumes. Com a chegada da guerra, seria cabível pensar no uso que se poderia obter de tal conduta, utilizando-a como propaganda negativa.

Feitas essas observações, prossegue-se com o tema da imagem dos alemães, agora novamente pela ótica do jornal *O Dia*, a esta altura já conhecido pela identificação com este povo, por certo adota postura diversa ao semanário anterior. Partindo do ano de 1915, os temas vão surgindo, com produção local ou replicação de jornais dos grandes certos.

O primeiro registro neste sentido é no dia 21 de julho, na página quatro, edição 8036, uma coluna com o nome *A naturalização dos Alemães*, reproduz uma matéria originalmente veiculada no *Jornal do Commercio*, em que o tema eram as críticas a respeito da lei alemã que regula a cidadania estrangeira, mais especificamente, as situações onde se extingue o direito à cidadania alemã, para os nascidos neste país que estejam residindo no exterior. O texto compara as legislações de 1870 e de 1913, defendendo que, uma vez radicados no Brasil, estes alemães passam a ser brasileiros e que não se deve ter desconfianças em relação a este fato (O DIA, 1915, p. 4).

Aqui temos mais uma variação de estratégias por parte deste jornal: a imposição da legalidade, ou seja, os alemães são brasileiros porque assim o quer a lei nacional, portanto,

não poderá restar dúvida de tal condição, sob pena de se desconsiderar a própria legislação do país.

A defesa aos alemães continua cotidianamente. O exemplar publicado em 23 de julho traz duas colunas sobre isso. Na primeira página, sob o sugestivo título *Violação do Direito Internacional*, é explicado como ingleses e americanos tentam controlar as rotas marítimas, ferindo os princípios legais estabelecidos e acusando os americanos de assim o fazerem para obterem as condições de comercializar armas e munições para os países em guerra. Pela lógica do texto, trata-se de uma estratégia ilegal, cujo intuito é prejudicar a Alemanha. Já na página quatro, trata-se da manchete *Exemplo nobilitante das colônias alemã e austríaca no Brasil*, onde são descritas as ações de ajuda aos brasileiros do Ceará, movidas por estas colônias, em virtude do quadro de miséria ali existente. É encaminhado ao Ceará “*enorme donativo*”, cuja quantia é comparada com os que recebem dos brasileiros: 100\$ a 200\$00, no caso destes, e de 11:646\$300, no caso dos alemães e austríacos. Em seguida, críticas pesadas à imprensa, nos termos: “*não há injúria, não há mentira, que os órgãos aliadophilos, com a sua linguagem envenenada, não lancem infamemente a esses povos dignos de todas as considerações e esses soberanos dignos de todo o respeito.*” A coluna encerra ironizando os ingleses, a “Rainha dos Mares”, a quem se acusa de desprezar o Brasil (O DIA, 1915, p. 1-4).

Na edição do dia 07 de setembro, comemoração da Independência, coincidentemente ou não, o jornal publica uma coluna chamada *Os alemães no Brasil*. Essa coluna se torna importante na estratégia de desmistificação do perigo alemão, será aqui transcrita integralmente. A primeira parte descreve o livro de Alberto Rangel, onde não faltam críticas a ele.

Os allemães no Brasil - Um livro do Sr. Alberto Rangel e os Srs. Lauro Muller e
Felippe Schmidt (D' O Paiz)

Que moçoilos inconsequentes e incultos vivam por ahi clamando contra a Allemanha, vendo na sua grandeza um serio perigo para o Brazil, comprehende se. O que não se explica é que homens de talento e cultura se atemorizem diante deste mythologico perigo a ponto de inectivarem nomes nacionaes merecedores de todo o acatamento. Está nesse caso o sr. Alberto Rangel, autor de um grande livro: “Inferno Verde”. Desse autor acaba de ser publicado um volume: Quinzenas de campo e guerra. São mais de duzentas paginas de apologia lyrica dos exercitos dos aliados contra a Germania. Dellas destaco, de entre muitas outras coisas, as seguintes phrases:

“Neste momento decide-se tambem a sorte do Brazil. A victoria allemã segmentaria a dóse de insolencia dos milhares de teutos que se recusam, calculada e abertamente, à incorporação na mestiçagem nacional e faria com que, dentro de cincoenta anos, as tres provincias do Sul se transformassem num Kíáo Tchê ou americano. Aliás, Ludwih Reimer apontava á aguia de Potsdam os montes cantabricos como um período onde a América latina era já terra do imperio. A tunda nos incursionistas do

Mosa ao Marne pode animar os srs. Lauro Muller e Felipe Schmidt a não obedecerem ás imposições hereditarias do seu sangue, acobertando os passos de estrangeiros insubmissos e relapsos ao genio do povo aturdido que os acolhe” (O DIA, 1915, p. 1).

Continuando a transcrição, o autor retoma as críticas, acrescentando um pouco mais de ousadia, embora reconheça os argumentos e faça a defesa de Lauro Müller e de Felipe Schmidt:

Ha muita ingenuidade nas entrelinhas desses periodos, gritados em tom prophetic, o que não admira, pois, a conflagração européa fez com que na nossa terra explodisse, com maximo esplendor, uma geração curiosa de prophetas... Para o sr. Alberto Rangel a guerra do velho mundo decidirá a sorte do Brazil. Vou mais longe: antes do fim da peleja ficou decidida a nossa sorte, estando de sobejo provada a nossa miseria, que, antes, era acobertada com as purpuras e lantejoulas que nos vinham da estranja. Todos os commentarios e conceitos desse escriptor são razoaveis e perdoaveis dentro do ponto de vista em que elle os collocou. Ha, porém, entre as linhas supracitadas, um período perfeitamente deslocado pelo seu absurdo. Que têm o sr. Lauro Muller e Felipe Schmidt com tudo isso?... (O DIA, 1915, p. 1).

O fato de os alemães não serem o único povo a se instalar no Brasil e o seu número ser inferior ao dos italianos, também é mencionado. Apela-se também para a própria inteligência do acusador, ao dizer que ele é suficientemente inteligente para perceber que seu argumento não é válido:

Quer o sr. Rangel dizer que elles facilitam e animam a eclosão do prussianismo nos Estados do sul, permittindo que os estrangeiros dessa especte alimentem a esperança de dominar o nosso paiz. Essas asseverações anulam-se por si mesmas. Dellas ficam apenas o retumbante do estylo para encanto dos nossos ouvidos. O artista das ‘Sombras n’agua’, discipulo de Euclides da Cunha, esquece os effeitos da desnacionalização de S. Paulo pelas consideraveis correntes immigratorias italianas; esquece que no sul, fazendo se uma estatística dos polacos, austriacos, russos, o immigrante allemão fica numa triste attitude de minoria. Póde se concordar com todas os platonicos temores do sr. Alberto Rangel, que vê na Águia Germanica uma especie de mula sem cabeça.... O que não é toleravel é que um homem de talento como s. s. se deixe levar pela cegueira sentimental a ponto de fazer do sr. Schmidt o bode expiatorio de todos os desmandos dos seus antecessores (O DIA, 1915, p. 1).

Prosseguindo com a defesa das figuras políticas catarinenses, o autor usa agora também da ironia, artifício de largo emprego por todos os periódicos. A ironia, todavia, não deixa de se constituir em um perigo, pois aquele que a usa pode dar a impressão que não lhe resta outra possibilidade. Não é o caso para o leitor contumaz do jornal, pois este teria inevitavelmente se deparado com diversas expressões ao longo da cobertura da guerra:

Uma das primeiras medidas do actual governador de Santa Catharina foi tornar mais ampla o instrucción publica, dando aos allemães e seus descendentes naquelle Estado

meridional escolas em que elles se cansavam de implorar aos outros governantes sem resultado. É esse o crime do sr Schmidt?

E o crime do sr. Lauro Muller ?... Ah esse deve ser muito maior!... S. ex., com certeza, quando titular da pasta da viação, tratou de construir avenidas, para que nellas os allemães pudessem passear triumphalmente... S. ex celebrou o tratado do A. B. C. para que á Alemanha pudesse mais facilmente nos conquistar!.

Rio Branco, quye era militarista e imperialista, e endeosado e chamado o Anjo da Paz!... Lauro Müller, que apesar de general, é um extremado pacifista, é appellidado fomentador de invasões estrangeiras!...

Sempre o contraste provocado pelos que não querem ver o sol, para poderem negar lhe a existência... E ao cabo de muitas considerações, o sr. Rangel mostra-se, então, acima de todas as coisas, um apologista da burocracia, clamando pela nomeação de uma commissão de inquerito, afim de apurar logros numa negociata de armamentos. Esquece-se s. s. de mais uma coosa: é creação de uma secretaria para policiar os descendentes de allemães, impedindo, a pretexto da repressão do expansionismo tedesco, que elles sejam patriotas na terra que lhes de serviu do berço... CARLOS MAUL.

(*) Transcrevemos do “Paiz”, o artigo acima, em que brilhantemente esmaga as estultices do sr. Alberto Rangel, para que o publico veja até onde vae a idiotice (O DIA, 1915, p. 1).

Ainda nesta linha do “perigo alemão”, em 21 de setembro, a edição fala do “perigo inglês” que, segundo o texto, existe e não é considerado como tal e que o sentimento contra os alemães seria na verdade uma forma de se deixar de lado a verdadeira ameaça. A coluna traz dados econômicos, cita o pacto ABC, como argumentos de sustentação desta tese (O DIA, 1915, p. 3).

Finalizando o mês de setembro, na edição de 25 é questionado se os austríacos de língua italiana se sentem mesmo pertencentes à Itália e se as tentativas dos italianos de libertá-los têm algum cunho patriótico, como se queira fazer parecer (O DIA, 1915, p. 1).

A principal matéria do mês de dezembro diz respeito ao custo da guerra e da responsabilidade das nações sobre ela. A publicação é do dia 28 e inicia com uma referência ao discurso do Secretário das Finanças do Império Alemão, de nome Helferich, publicado em um artigo do *Daily Chronicle*, jornal americano, publicado em forma de comunicação oficial pela Legação Britânica. Na referida comunicação, o secretário apresenta um projeto que solicita crédito adicional de dez milhões de marcos, o que, somados aos créditos anteriores, remete a quarenta bilhões³⁸. Pela explicação do secretário, desde agosto de 1914, em que os gastos da guerra foram iniciados com 2 bilhões mensais, esses valores foram gradualmente se elevando em todos os meses seguintes, por três motivos: a ampliação progressiva do palco da guerra, que exigiu o aumento dos exércitos, munições e equipamentos; a variação para cima

³⁸ Aqui pode haver algum erro de grafia em um dos casos, ao citar milhões e bilhões. Na sequência se fala em 2 bilhões, o que estaria mais próximo em valores. Nesse caso, poderia-se pensar que o crédito solicitado no início era de 10 bilhões.

dos preços de artigos necessários ao esforço de guerra, especialmente aqueles cuja importação foi cessada ou diminuída; e, finalmente, o esforço do país para prover os combatentes de melhor alimentação, segurança e bem-estar (O DIA, 1915, p. 3).

A visão de que a Alemanha possa ser eleita como causadora da guerra foi defendida durante o conflito, mas diante do ocorrido após o término das batalhas, esta responsabilidade de provocador da guerra atribuída aos alemães se tornou mais contundente:

Humilhada em Versalhes, a Alemanha perdeu a guerra e territórios, e foi obrigada a desarmar-se e a assumir a culpa pelo conflito. As reparações eram simbólicas, lembranças permanentes de tudo isso para o cidadão comum, acirradas quando o país mergulhou no caos inflacionário. Seu efeito psicológico na estrutura política doméstica alemã foi arrasador. As reparações criaram ressentimentos, rancores, hostilidades que seriam capitalizadas pelo primeiro líder que decidiu, em seus sonhos megalomaniacos, reerguer o Reich (BARACUHY, 2006).

As negociações de paz, a Liga das Nações, o Tratado de Versalhes, por ser a Alemanha a parte derrotada, colocam a ela mais facilmente o papel de responsável pelo ocorrido. Voltando à matéria do jornal, o longo discurso prossegue, agora expondo a cautela com que os recursos foram utilizados. Até aquele momento, dos 30 bilhões votados pelo parlamento, 25,5 foram cobertos por empréstimos; dos restantes 4,5, uma parte (que não é especificada) foi coberta por bônus do tesouro, e o restante ainda não empregado, reunido a uma parte do novo crédito, que será também provisoriamente coberto por bônus do Tesouro. Dessa forma, a Alemanha pode esperar tranquila, em se tratando de recursos econômicos, até o mês de março de 1916, quando nova emissão de empréstimo seria efetuada. Ainda é ressaltado o fato de que os pagamentos estão sendo feitos rigorosamente em dia, mostrando a responsabilidade do governo alemão ao conduzir a guerra (O DIA, 1915, p. 3).

Como se trata de uma extensa explicação financeira, há que se registrar como o jornal valoriza o assunto e faz questão de mostrar a seus leitores que a guerra, apesar de ser algo não desejado por ninguém, não deixa de expor ao mundo a capacidade alemã enquanto potência mundial.

Prosseguindo, o secretário Helferich informa que foi permitida, a seu conselho, a circulação de forma intensa, na Alemanha, de uma publicação, oriunda do exterior, na qual se afirma que o governo alemão ameaçou os gerentes das instituições bancárias com a aplicação da lei marcial e com o confisco dos depósitos dos bancos, visando com isso forçá-los a autorizar os empréstimos. A intenção do secretário ao permitir tal publicação era a de

justamente mostrar que o folheto somente servia para evidenciar a condição moral dos inimigos. Depois de mais laboriosas explicações, todas envolvendo cifras e responsabilidades de cada país, resume-se que a Alemanha terminou por reunir 25 bilhões, enquanto que a Inglaterra somente conseguiu reunir 18 bilhões. Esta certamente era a grande intenção de toda a explicação, pois enquanto o número britânico é inferior ao alemão, a França, outra adversária importante, somente naquele momento é que encaminha a emissão de um empréstimo. Os elogios à Alemanha prosseguem, ao dizer que os alemães fizeram seus empréstimos dentro do próprio país, enquanto que os inimigos tiveram de pedir ao estrangeiro o dinheiro de que necessitavam. A dívida de guerra francesa, portanto, remonta a 22 bilhões de francos, dos quais 7.500 milhões cabem ao banco da França; 75 milhões ao banco da Argélia; 8.250 milhões foram cobertos por bônus da defesa nacional, com dez anos de prazo, e mais de mil milhões em transações menores. A Inglaterra emprestou para os franceses 1.250 milhões e o restante foi cedido pelos Estados Unidos. O final deste trecho é dedicado a mencionar as taxas de juros, muito mais convenientes às que se praticavam pelos alemães (O DIA, 1915, p. 3).

Antes de seguir com a matéria, é preciso fazer dois registros: primeiro, há uma comparação entre valores, em que se usa o marco e o franco francês; não se pode tomar como valores absolutos, desse modo, seria necessário fazer uma conversão para validar a ideia pretendida pelo texto. Em segundo lugar, é preciso reforçar que, até aqui, a Alemanha tem a maior capacidade de contrair dívida, não precisa de dinheiro estrangeiro, é a que melhor gerencia seus gastos e contrai empréstimos com os menores juros. As comparações, principalmente com a Inglaterra, todavia, ainda não haviam terminado.

A tática agora é atacar a estratégia britânica. Afirma o secretário que o primeiro ministro inglês havia calculado, em maio de 1915, o custo da guerra para a Inglaterra, em 1.233 milhões de libras e, no entanto, alguns meses mais tarde elevava essa soma a 1.590 milhões. Nos últimos dias, o crédito votado havia sido de 1.600 milhões de libras, para um período de dois meses e meio. Além disso, a Inglaterra se viu forçada a aumentar os juros, a três e meio por cento, em uma transação que somente foi levada a termo porque os bancos, com esta taxa, apropriaram-se de 100 milhões de libras. Com isto, a libra esterlina perdeu em setembro daquele ano cerca de 8% de seu valor. Ainda acrescenta que o empréstimo concedido pelos Estados Unidos, por essa razão, gerou apenas 500 milhões de dólares, ao invés do 1 bilhão pretendido. Com mais números, mais explicações de variação cambial e

taxas de juros, é envolvida novamente a França. Ao final do parágrafo, resta a afirmação óbvia: a estabilidade das finanças alemãs (O DIA, 1915, p. 3).

Finalizando, o secretário Helferich é taxativo: depois de tantas descrições econômicas e monetárias, o mundo deve se convencer de que a responsabilidade pelo sangue derramado pela miséria que envolve o mundo, pelo perigo que corre a civilização não pode e não recairá sobre a Alemanha, mas sobre as demais nações, que não reconhecem nas vitórias alemãs na guerra o desfecho inevitável, ou seja, não admitem que irão perder a guerra e, com isso, torna-se cada vez mais custosa, tanto em recursos quanto em vidas humanas (O DIA, 1915, p. 3).

O depoimento do político alemão, ao valorizar as qualidades de seu país, é acolhido com entusiasmo pelo jornal que, assim, tinha, para clarificar seus argumentos, uma série de números e comparações. Declarações semelhantes a esta são as mais repetidas, criando a imagem na percepção do leitor: como pode uma nação tão próspera, tão organizada, tão objetiva em suas ações, não saber distinguir o certo do errado e assim levar o mundo a uma catástrofe? A guerra, efetivamente, nesse pensar, não poderia ser imputada aos alemães.

As três últimas referências ao ano de 1915 são as edições dos dias 29, 30 e 31. As duas primeiras, sempre usando a página três, elogiam os submarinos alemães e alegam que eles serão decisivos para a Alemanha ganhar a guerra. A derradeira edição do ano mostra, com um texto emotivo, como ocorreu o enterro de um militar alemão que se sacrificou por sua pátria (O DIA, 1915, p. 3).

O cenário econômico voltaria a ser combustível de discussões em 1917, mais precisamente, a 06 de abril, o argumento é econômico. Na primeira página, em quase três colunas são exibidos números do comércio do Brasil com os países em guerra. Detalhando importações e exportações com cada país desde 1910 até 1916, a síntese final é a seguinte, nas palavras do próprio artigo.

O balanço dos saldos dos aliados é negativo para o Brazil, pelo total de 85.456:677\$000. O nosso prejuizo commercial, balanceadas as transacções do Brasil com as oito potencias e, guerra, é grande, pois se do lado dos Imperios Centraes temos a nosso favor o lucro de 63.567 contos, do lado dos aliados temos contra nós o prejuízo de 85.456 contos, o que representa, no final do balanço geral, o prejuízo irremediável de 21.889 contos! Estes algarismos de certo interessam a quem sabe comprehender o valor dos números, que, não tendo retoricadas, encerram grandes ensinamentos (O DIA, 1917, p. 1).

Uma análise mais aguda teria de considerar quais produtos são exportados e importados, e em qual país, pois essas peculiaridades são necessárias para se analisar a balança comercial. Além disso, restringir esta análise a oito países pode turvar a compreensão do fato. Mas a intenção aqui é a de perceber como o jornal se posiciona, ainda mais no momento em que as tensões vão se agravando entre Brasil e Alemanha.

Na edição de 03 de fevereiro, a relação entre americanos e alemães é abordada. O artigo, intitulado *Nem todos os Norte-Americanos são germanófilos*, recolhe uma opinião de William Hearst, empresário americano do setor de comunicação. Por se tratar da relação da Alemanha com os Estados Unidos, e do interesse para os defensores da causa alemã em ter a simpatia dos americanos, segue a transcrição integral do texto:

William Randolph Hearst, o conhecido estadista norte-americano, proprietário d'um sem numero de diarios que se publicam nas principaes cidades dos Estados Unidos, candidato a governador de Nova York, faz poucos annos e das figuras mais salientes do mundo financeiro e jornalístico da America do Norte, publicou, em 17 de outubro do anno corrente, no *Nem York American* o seguinte manifesto, que traduz os sentimentos de grande numero de americanos no que diz respeito á attitude, adoptada pelos seus compatriotas na presente guerra.

“A verdadeira neutralidade prohibe o apoio a qualquer uma das nações beligerantes”, disse o sr. Hearst. Despachos, recentemente chegados, informam que Mr. Henry Ford foi condemnado e multado na Inglaterra, Canadá, França e Italia, por haver declarado que não era boa diplomacia e além d'isso negocio sujo para o povo dos Estados Unidos subscrever empréstimos para o estrangeiro. A causa das nações européas, actualmente envolvidas na guerra, não lograra nada pelo castigo a um cidadão americano, unicamente por elle haver manifestado a sua opinião (O DIA, 1916, p. 3).

Na sequência, o autor compara o tratamento dispensado às nações em guerra, por parte dos Estados Unidos no que se refere à economia, mais especificamente, à concessão de empréstimos, quando afirma que Ford não seria nem é hostil aos aliados, tampouco aos alemães. Na verdade, o que o empresário tão somente reconhece é que a guerra atual é desastrosa. Apenas diz que uma nação neutra, como no caso os EUA, não deveria contribuir com dinheiro para a continuação de uma guerra mortífera e destruidora. E assim como Henry Ford, muitos americanos se solidarizam com esta opinião, em razões de humanidade e patriotismo. E o governo americano, a “administração democratica de Washington”, assim também age, pois quando a Alemanha solicitou empréstimo, este só foi autorizado quando os aliados assim o fizeram. O povo americano, assim como o governo, não é inconstante no seu modo de pensar, nem tão variável nas suas opiniões, nem toma atitudes parciais. E isso, no caso da população, acontece porque as pessoas não recebem notícias e não enxergam as coisas

como as vê o Presidente Wilson; ou seja “através das colunas do Londres Weekly Times.” (O DIA, 1916, p. 3).

Encerrando, Charley’s Dunt, o autor do texto, que provavelmente se trate de um pseudônimo, faz o alerta para que os leitores não se deixem enganar: os americanos, como um povo, querem a neutralidade e respeitam a todos. Quem financia a guerra para os aliados são aqueles que tem interesses comerciais no conflito, ou seja, não são aqueles movidos por interesses humanitários.

Os cidadãos americanos que pensam como Mr. Ford, não assignarão este emprestimo. Os fabricantes de munições e canhões, os que fabricam pernas e braços artificiaes, os representantes dos Poderes Europeos nos Estados Unidos, os que fazem especulações de bolsa na guerra actual, os que, apesar de serem industriaes, térn interesses bancarios, estes, sim, assignarão, mas não o povo sensato da America. Estes manterão a sua neutralidade e a sua cautela commercial porque são os seus direitos. Seguirão em tudo a conducta traçada pela administração democratica de Washington, quando, sob pretexto de neutralidade se negára a assignar o emprestimo de guerra Alemão. Da attitude do Presidente em opposição aos emprestimos de guerra, copiamos o que o livro sobre a campanha democratica dizia no anno passado: “É’ incompativel com o espirito de neutralidade que uma nação neutra faça emprestimos a nações belligerantes, porque o dinheiro é o peor contrabando de guerra”. Existem tambem outras razões. A guerra européa impoz um encargo mui pesado a todas as nações neutras; já basta as que estão envolvidas no conflicto. Se os Estados Unidos emprestassem dinheiro, seria mais difficultoso assistir pecuniariamente aos neutros, dos quaes já recebeu pedidos de emprestimos. A attitude neutra e humanitaria do nosso povo será apreciada pelos alliados e os allemães depois da guerra, e as nações européas quando fatigadas e exhaustas pela guerra a adoptarão, levam o actual conflicto a uma conclusão recta e justa.

Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1915 (O DIA, 1916, p. 3).

Dessa forma, fica claro que aos alemães interessa a neutralidade americana e que qualquer figura relevante deste país que tenha a mesma opinião terá espaço no jornal.

Nesse ponto, é conveniente ampliar a discussão de como a neutralidade, ou ainda, a postura dos países sul-americanos foi conduzida no conflito. Primeiramente, uma visão geral e também uma perspectiva em termos de Cone Sul:

No continente americano, todos os países adotaram o princípio da neutralidade. Na região do Cone Sul, os países que estavam tentando estabelecer um bloco político regional, com o chamado Pacto ABC – Argentina, Brasil e Chile –, ensaiaram uma ação diplomática coordenada, visando garantir a neutralidade diante do conflito. Essa posição foi respaldada pela opinião pública, pois os vínculos políticos, econômicos e culturais com os países beligerantes não justificariam uma ruptura e uma tomada de posição ao lado de um dos blocos que ensanguentavam o cenário europeu (HEINSFELD, 2016, p. 142).

A posição brasileira, em razão do papel geopolítico desempenhado pelo país no continente, suscitava discussões em outras nações. No caso do Chile, que também acompanhava os movimentos do estado argentino, a imprensa apoiava que se seguisse no mesmo caminho:

Quando o Brasil rompeu com a Alemanha, *El Mercurio* defendeu que o Chile não só deveria demonstrar todo o apoio ao Brasil, mas que deveria seguir o mesmo caminho, dando mostras de “solidaridad continental”. Em editorial assinalava que “el gobierno traicionaría los sentimientos de Chile si no interpretara al del Brasil como lo siente realmente el alma nacional” (HEINSFELD, 2014, p. 369).

No caso do Chile, a questão do cone sul impactava diretamente na análise da sua posição concatenada com Brasil e Argentina. Já na Venezuela, a notícia da guerra e da opção pela neutralidade provocou um efeito diverso, assim descrito:

Aunque Venezuela mantuvo una posición de neutralidad frente a la beligerancia, la noticia generada tuvo un impacto en la economía nacional. Verbigracia, trece días después de haberse divulgado en los periódicos el inicio de la confrontación, el Gobernador del Distrito Federal, Juan C. Gómez, envió una comunicación al Prefecto del Departamento Libertador notificándole que, por motivo del conflicto armado, los precios de víveres y bienes de primera necesidad que se vendían en dicha plaza¹⁷, se habían incrementado de manera injustificada y apresurada. El pan de trigo, uno de los productos de mayor consumo y más demandado por la mayoría de la población de Caracas, en algunas panaderías, había sido reducido de su tamaño natural, contraviniéndose las leyes sobre la materia. Además, el precio de los frutos del país y de los traídos de naciones ajenas a la guerra, habían aumentado tanto, perjudicando los intereses del colectivo. Razón por la cual, el Gobernador Juan C. Gómez nombró una junta de honorables personalidades del comercio y de la industria caraqueña para que estudiara el asunto y aplicara las medidas pertinentes (NIMER, 2013, p. 116).

Assim é que os jornais, em cada país, buscavam adaptar a opinião pública aos seus interesses, mas também, ao mesmo tempo, procuravam trazer os movimentos continentais, mostrando que a integridade nacional era um componente importante e que necessitava ser preservado.

Ainda para o mês de abril, outras sete edições trouxeram referências positivas aos alemães, temos assim em breve síntese: iniciando pelo dia 07 de abril, tem-se o artigo *A eficiência Alemã*, um texto em duas colunas, retirado do jornal *O Estado de São Paulo*, em que o autor mostra como os alemães estão organizados para a guerra, como a economia está ajustada, como a educação é eficaz e como o treinamento militar é bem superior aos demais países (O DIA, 1916, p. 3). Na sequência, a 12 de abril, a matéria é: *Os vapores alemães*, matéria que questiona como a América assistiu sem se manifestar ao ataque dos americanos

ao México e que tal postura contradiz com a intenção de se apossar dos navios alemães (O DIA, 1916, p. 1). No dia seguinte, 13 de abril, é publicado o discurso do Chanceler Alemão: a Alemanha está em plena produção industrial, seu exército está preparado e armado, mesmo com a colheita ruim de 1915, há sobra de alimentos, os estoques estão cheios; ou seja, tudo está indo muito bem, apesar da guerra. É um discurso otimista e de acerto das decisões do estado (O DIA, 1916, p. 3). Dois dias depois, a 15 de abril, na página três, uma matéria que ocupa três colunas mostra como a Inglaterra é prejudicial ao Brasil, transformando-o numa “colônia”, por conta de sua política econômica sufocante. Cita como exemplo a atitude do ministro inglês para com a Companhia de Pesca de Santos, à beira da liquidação, por conta das imposições britânicas. As três últimas linhas do texto são por demais eloquentes: “O aliadophillos, só por ódio à Alemanha, acham tudo isto muito justo, e sobretudo muito patriota.” (O DIA, 1916, p. 3). Já no dia 16 de abril, um domingo, em uma edição com 12 páginas, são escritas várias matérias elogiosas à Alemanha, com destaque para a página cinco, com foto do general Hindenburg, mostrando sua competência no comando do exército alemão e suas vitórias (O DIA, 1916, p. 5). A última reportagem desta série é do dia 26 de abril: na primeira página, um artigo de duas colunas – O Bloqueio do Brasil – chama a atenção para o fato de que empresas brasileiras estão inoperantes por falta de carvão e que tal fato é responsabilidade dos ingleses, que dificultam a chegada do produto ao Brasil. Entre as empresas estão as catarinenses Hoepcke e Cia, e a Jordan Gorkën e Cia, esta impedida de carregar os navios com seus produtos para exportação (O DIA, 1916, p. 1).

Todas essas inserções procuram valorizar os alemães e a sua chegada, permanência e desenvolvimento no Brasil. Entender essa motivação é necessário e pode ser feito sob mais de uma ótica. Ao analisar o fenômeno no Rio Grande do Sul, Schulze se vale do discurso produzido pela Igreja Protestante, que reafirma valores, como o que se segue:

O discurso veicula uma imagem dos alemães no sul do Brasil como aqueles colonos que desbravaram a selva com muito esforço e ali criaram um paraíso alemão – o discurso fala de pioneiros. A imagem do Rio Grande do Sul como uma “Alemanha melhor” tem a sua origem em afirmações do alemão Robert AvéLllement (1859) que escreveu um relato de viagem algo exagerado sobre o caráter alemão do sul brasileiro. A isto se junta o pensamento, defendido por Friedrich Fabri nos limites do discurso colonialista, segundo o qual a Alemanha era, como civilização bem desenvolvida, a “representante de uma missão cultural”. Nesta perspectiva o sul do Brasil se desenvolveu por causa dos imigrantes alemães. Mas a germanidade não devia se transformar: “Nossos irmãos no estrangeiro não devem se transformar em estrume popular, mas em sal popular.” (SCHULZE, 2008, p. 23).

Há, portanto, um elemento na cultura da imigração germânica que se revela suficientemente objetivo para conduzir exposições semelhantes, em outros lugares e em outros contextos. Mas não é o único, pois na mesma explicação, o autor acrescenta mais uma vertente:

No discurso em questão encontramos a forma discursiva do “próprio” e do “outro”, através da qual o próprio se torna bom por meio do outro mau. Se o discurso falar do outro, ou seja, do não-alemão e do não-protestante, surgem “contra-imagens antropológicas: a construção da ‘diferença’ inferior”. O discurso nega ao catolicismo uma ligação íntima à germanidade e o caracteriza com palavras como “superstição”, “fanatismo” e “degeneração”. A paradigmática desvalorizante é a expressão de uma estratégia difamatória e fanatizante que é usada pelo discurso contra o seu adversário religioso. Esta estratégia tem que ser vista no contexto do conflito interconfessional no Império Alemão (SCHULZE, 2008, p. 23).

Assim, é bastante plausível entender como e por que o jornal se apossa de tais ideias, que encontram eco na comunidade alemã, e que, na visão destes, podem ser absorvidas pela sociedade em geral. Ao citar “o outro” como “não adequado”, existe uma razão para isto, que é anterior e que significa que o “próprio”, ou seja, o autor do discurso é o “adequado”.

A seguir, tem-se mais de uma dezena de publicações, dos mais variados tamanhos e formatos, mas todas elas procurando atingir o leitor com a inserção de personalidades, declarações, textos com autores usando pseudônimos, menções a fatos menores, mas carregadas de opinião. Essas publicações compreendem os anos de 1916 a 1918 e pode-se perceber, assim, algumas variações de abordagem, sem, contudo, perder o sentido original, ou seja, construir a imagem positiva dos alemães a partir de um universo maior que o Estado de Santa Catarina, com os olhos voltados para o cenário interno.

No dia 21 de maio, a edição publica na primeira página uma entrevista com Foncier Lafont, banqueiro francês encarregado dos interesses financeiros no Brasil, que alertava para as dificuldades oriundas do cenário da guerra, solicitando intervenção do governo brasileiro para evitar perdas de capital, o que o jornal acolhe como uma demonstração da admissão de derrota por parte dos aliados (O DIA, 1916, p. 1).

A edição de 25 de maio, usando a página três, chama a atenção para uma publicação dos EUA, na qual claramente se mostra como a guerra naval está amplamente favorável aos alemães. O texto trata isto como uma exceção, já que seria o único que traz a verdade, posto que os americanos publicam as vitórias dos aliados, o que não corresponde, segundo o jornal, ao que de fato acontecia (O DIA, 1916, p. 3).

De fato, a censura da imprensa também se fez presente com certa intensidade nas matérias dos jornais. A censura era explicada na origem das notícias, ou seja, as agências de imprensa internacionais ficavam limitadas a publicar versões oficiais, emitidas por cada país, impossibilitando que outras fontes chegassem aos leitores. Embora os jornais criticassem tal situação, ao mesmo tempo tiravam proveito dela, pois poderiam, assim, construir outra narrativa, a partir, por exemplo, de um depoimento de um soldado, de um cidadão europeu que estaria no Brasil, etc.

No mês de outubro, mais oito edições continuam a trabalhar a temática. O *Valor alemão* é lembrado no dia 05, na página três, com um artigo de duas colunas. Novamente são feitos os costumeiros elogios às qualidades do povo germânico, para, em seguida, acrescentar que a melhor prova de tais qualidades é a forma como os aliados enfrentam o cenário da guerra, ou seja, a parte política e ideológica dela, pois no entender do autor do texto (João de Paulo, provavelmente um pseudônimo), cabe aos países contrários à Alemanha uma campanha de legitimação de seus motivos, uma constante preocupação em conquistar a simpatia dos países neutros, ao passo que à Alemanha basta combater em campo, já que suas motivações são legítimas por si só (O DIA, 1916, p. 3).

Dois dias depois, o jornal desmente a versão da imprensa inglesa a respeito do navio Brussels, de que ele teria sido capturado e conduzido por um submarino alemão até um porto na Alemanha. Explica que tal fato é muito improvável que ocorra e que a Alemanha não pode arcar com uma versão desse fato (O DIA, 1916, p. 3).

No dia 10 de outubro, a página três é dedicada inteiramente ao discurso de Bethmann Helweg, o chanceler alemão. O político faz uma descrição do papel da Alemanha na guerra e como os aliados pouco puderam fazer perante os objetivos de seu país (O DIA, 1916, p. 3). Seria de se esperar que o discurso projetasse favoravelmente à Alemanha. O fato é que o jornal nunca publicou algo semelhante que fosse oriundo de um país contrário aos alemães.

A grande crise, uma síntese dos acontecimentos da semana entre 07 e 13 de outubro de 1916, foi o tema de um artigo publicado em 15 de outubro. Composto por duas colunas, o resumo dos fatos é na verdade uma acusação a Sir Edward Grey, secretário das Relações Exteriores britânicas, no sentido de promover uma campanha de difamação dos alemães e colocar nisto mais energia do que na própria guerra. À medida que desenvolve esta ideia, o texto busca atenuar a invasão da Bélgica, ponto em que os alemães eram atacados continuamente (O DIA, 1916, p. 3).

Ainda sobre a invasão da Bélgica, o principal ponto de defesa utilizado pelo jornal *O Dia* consistia em reforçar que a Alemanha precisava resguardar tudo o que havia construído para si mesma e para a humanidade (conquistas tecnológicas, científicas, culturais, etc.) e, portanto, diante de um cenário de tensão que fez eclodir a guerra, obrigou-se a tomar a iniciativa bélica, pois àquela altura dos acontecimentos somente lhe restava essa opção. É uma forma de explicar porque uma nação amante do progresso e do desenvolvimento tenha de recorrer a uma situação que lhe desagrade; todavia, entre os opositores da Alemanha, tal fato não fazia jus à realidade e estes alegavam que a diplomacia seria suficiente. Como em todas as discussões, existem para cada um dos pontos de vista argumentos e contra-argumentos e, nesse caso, todos eles mostravam alguma solidez. Disso a grande tarefa dos jornais em fazer validar a sua narrativa.

Nos dias 20 e 21 de outubro, as seções *A margem da guerra* e *Echos da guerra*, trazem na página três e cinco, respectivamente, os fatos da guerra sob o ponto de vista germânico. Contudo, a guerra não foi o principal ingrediente nesses dias, pois a assinatura do acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina repercutiu intensamente, gerando, inclusive, uma circulação de uma edição com 12 páginas (O DIA, 1916, p. 3-5).

No dia seguinte, 11 de abril, registram-se pequenas notas sobre o caso, de cunho informativo e não opinativo. Mas uma matéria sobre a prisão de um oficial de um navio, atracado no Brasil, por um oficial inglês, mereceu destaque. Nesse momento, era conveniente apontar para as intromissões inglesas no Brasil (O DIA, 1917, p. 3).

O rompimento de relações entre Brasil e Alemanha, que se encaminhava como inevitável, foi o assunto das edições entre os dias 12 e 14 de abril. Na primeira página foram publicadas as notas oficiais, tanto do governo federal quanto do estadual, mas sem comentários ou análises. Apenas no dia 13, o mesmo autor “João José” publica um artigo chamado *Tempo ao Tempo*, em que procura, novamente, amenizar o fato (O DIA, 1917, p. 1-3).

Adentrando ao ano de 1918, a partir do mês de junho, chegam-se a mais três edições. A primeira delas, do dia 08, é uma pequena nota intitulada *A Rússia nas mãos dos alemães*, que, na verdade, era a notícia da entrega de uma parte da esquadra russa à marinha alemã, com o compromisso de devolução após o final do conflito. A manchete é mais impactante que o fato em si, mas o registro é importante por ser uma ocasião em que o jornal pode exercer a sua intenção, sem ser responsabilizado legalmente por isto (O DIA, 1918, p. 1).

As demais edições de junho, publicadas no dia 09 e 16, tratam de um manifesto pela paz – ressaltando que este é o desejo da Alemanha – e, novamente, do alistamento militar, sempre se remetendo ao patriotismo (O DIA, 1918, p. 1).

Para o mês de julho, ainda restaram sete publicações, descontadas aquelas mencionadas anteriormente como pertencentes às seções. A paz que, neste momento, a quatro meses do final do conflito, já parecia iminente e irreversível, passa a ser tema mais corriqueiro, aparecendo nas edições dos dias 07, 13, 24 e 26. Os textos são esperançosos e não responsabilizam ninguém pela guerra, antes comemoram o seu final (O DIA, 1918, p. 1-3).

Entretanto, ao mesmo tempo que a paz é desejada, a quinta ofensiva alemã é noticiada, nas edições dos dias 19, 20 e 25 de junho, com a diferença de que agora o heroísmo é dos aliados, que resistem bem a esse avanço alemão (O DIA, 1918, p. 1).

Finalmente, as edições de agosto já foram mencionadas na abordagem das seções e, assim, restam duas para o mês de setembro, ambas chamadas *Rabiscos*. A 12 e 18 de setembro, o final da guerra era considerado nestes artigos, inclusive, com críticas aos brasileiros que porventura ainda duvidassem da vitória dos aliados (O DIA, 1918, p. 1-3).

Assim é que o germanófilo jornal esgota a temática desta subunidade. É o mais ardoroso defensor da germanidade e não poupa espaços nas suas páginas. Comparativamente, tem-se muito mais conteúdo deste diário do que dos demais veículos, o que é um dado significativo para se perceber como as opiniões em contrário eram também frequentes no dia a dia da sociedade catarinense.

Resta, então, para encerrar a discussão, descrever as contribuições do jornal *O Estado* que, apesar de menos extensas, são igualmente importantes, embora de um caráter mais neutro.

É no ano de 1915, nas duas últimas edições do mês de agosto, que se encontram indícios da posição do jornal em relação ao tema e, nesse sentido, inicialmente são de conteúdo favorável aos alemães. A de número 93, datada em 30 de agosto, descreve uma rápida entrevista com o Marechal Hindenburg, que termina com a profecia da vitória alemã, embora pouco traga de algum argumento plausível racionalmente, ou seja, é mais uma apelação emocional. Já a edição do dia 31 de agosto mostra na primeira página um artigo de autoria de Antonio Azpeitua, que provavelmente deve se tratar de um jornalista espanhol, nascido em 1891 e executado na Guerra Civil Espanhola em 1939. Era conhecido por seu

ativismo socialista. O texto, que ostenta o título *Como os alemães julgam seus inimigos*, retrata um encontro entre um jornalista americano, o autor, e três militares alemães, sendo um capitão da artilharia que havia sido ferido em batalha, um comandante de cavalaria e um oficial do estado maior; e as impressões do autor sobre a postura dos alemães na guerra. O texto inicia com o relato do militar alemão acerca do seu contato com os combatentes russos.

- Os russos, *garantiu o artilheiro com a sua franqueza de soldado afeito ao campo*, são tenazes, ousados até a temeridade, impetuosos no ataque, sem, contudo, perderem a sobriedade dos seus deveres militares, cuja nação eles exageram. Na defensiva então os moscovitas têm qualidades quasi inimitáveis, não cedem o terreno facilmente e resistem tanto que nunca os vi fugir após nossas victorias. Os seus officiaes são obrigados a usar de medidas energicas para que a soldadesca obedeça á ordem de retirada porque cites preferem morrer a abandonar as posições. E como se explicam essas massas de prisioneiros russos! As causas são muitas, e o bravo russo é alheio à sua origem. A principal acredito que é a falta de organização militar, mas a natureza desse povo não se conforma com uma rendição. O heroismo e o ímpeto são hoje factores secundarios na guerra moderna. Importa tanto ou mais que as tropas estejam aprovisionadas, com rapidez e abundancia, que as munições não escasseiem nunca e que os reforços cheguem sempre dentro da oportunidade. Sabe-se que os russos não tem tido esse complemento ás virtudes guerreiras, e os seus cheffes são os responsaveis. Por mais heroismo que tenham soldados semelhantes, o seu commando não sabendo ou não podendo evitar manobras fulminantes do inimigo, o desastre é inevitavel. Os russos que temos aprisionado não se renderam, foram surprehendidos por nós, e os seus Generaes não souberam evital-os ao nosso cerco. Nunca vi um prisioneiro moscovita cansado de lutar (O ESTADO, 1915, p. 1).

A seguir, o autor questiona ao comandante da cavalaria, quais seriam as suas impressões a respeito dos soldados franceses:

- A de que esses temiveis vizinhos não perderam nada de bravura, da galhardia, do heroismo e do espirito de sacrificio herdados do genio napoleonico. São os mesmos guerreiros que acompanharam o grande corso, victorioso, por todo o mundo. Atacam sem medir os obstaculos, tem a garridice de affrontar a morte com um descmbaração que parecem estarem fazendo uma sortida³⁹ de gymnastica, e em linha de fogo movem-se com os bellos gestos dos soldados poetas. O soldado francez ainda é Cyrano, Roland, D'Artagan e os granadeiros das legiões do grande Bonaparte. Ah! o valente gaulez é um adversario que, vencedor ou vencido, honra a quem lhe fez a guerra ! (O ESTADO, 1915, p. 1).

A última indagação foi endereçada aos ingleses. Assim, o autor ia coletando que juízos de valor faziam os alemães a respeito dos exércitos inimigos que enfrentavam.

- Os ingleses são de um sangue frio, de um vigor, que os tornam mais temiveis. É difficil subjugal-os corpo a corpo. A guerra para elles é um sport a mais, na sua enorme lista onde figura o “tennis”, o “foot-ball”, o “cricket” e outros exercicios violentos a que estão acostumados. Vão ás trincheiras como iriam a uma partida de caça, sem a emoção propria do guerreiro. Não são impetuosos no ataque, porém o

³⁹ Termo mais comum no português luso, cujo significado é ato de escapar, simular uma cilada.

realizam com uma precisão como se não tivessem pela frente um inimigo que avança com uma artilharia formidável. Em nenhum movimento os ingleses são vítimas do nervoso com da impaciência. Elles desafiam o perigo com calma, e tem o heroísmo consciente das consequências dos seus actos (O ESTADO, 1915, p. 1).

A esta altura, já um pouco desconfiado dos elogios aos exércitos adversários, o autor narra que a conversa ainda continuaria, incluindo belgas e italianos, nos quais os alemães foram menos generosos em seus elogios, mas ainda assim restou nítido o respeito pelos militares estrangeiros no discurso. O autor se convence de que a atitude alemã de acatar os valores alheios é também uma forma de se fortalecer para o confronto e de criar uma atmosfera favorável à missão da Alemanha em relação à guerra, tanto interna quanto externamente. O trecho final da matéria, narrado pelo autor:

Ouvindo-os fallar assim dos adversarios da Allemanha, não porque pessoalmente tenham uma opinião distincta e contraria, mas porque o ódio e paixão da lucta não lhes mataram o sentimento nobre de fazerem justiça. A medida que lhes diziam isso, o soldado allemão crescia, agitava-se na minha imaginação, e eu pensava como o querido Jacintho Benevente: ‘o amante não deve redoirar aos olhos da amada o perfil da sua rival, porque, se fizer, diminue-se a si mesmo’. A opinião desses tres officiaes e geral em toda a Allemanha; nunca ouvi descrever se aqui os exercitos francezes, inglezes e russos como em Paris e Londres e em Petrogrado se pintam os exercitos allemães da Allemanha faz-se justiça aos muitos aos méritos dos adversarios convencidos de que afinal, os inimigos serão vencidos. A Allemanha convence-se por essa maneira tão nobre, de que os seus inimigos são fortes, são formidaveis, são dignos para que o seu triumpho sobre elles mereça o sacrificio de toda nacionalidade confederada. É racionando dessa forma, que o povo allemão espera a volta dos soldados gloriosos, depois de assignada a paz sobre a Europa colligada contra ella (O ESTADO, 1915, p. 1).

Nesse ponto, é justo pensar que em quase cem edições do jornal, quer-se manter um *status* de neutralidade, ora evocando as capacidades alemãs, ora mostrando que a guerra para os germanos é uma armadilha. O que é curioso está no fato de estas matérias não estarem intercaladas, ou seja, em uma semana um ponto de vista a favor dos aliados, na outra semana a favor dos alemães.

Resumidamente, pode-se dizer que neste ponto, os jornais mantêm suas posições; o *Estado* com uma política mais neutra em relação às nações beligerantes, *O Clarão* fortemente empenhado em combater a causa alemã e *O Dia* agindo no sentido contrário. Apenas o semanário *A Época* nada publicou que atendesse aos propósitos desta discussão específica.

3.2 OS ALEMÃES NO BRASIL

Nesta seção do capítulo vão ser mostradas as matérias, que, de uma forma ou de outra, expõem como eram descritos os alemães que viviam no território nacional, mais particularmente do ponto de vista externo a Santa Catarina, mas fazendo referência mais específica àqueles neste estado radicados.

A exemplo do que foi feito na unidade anterior, inicia-se pelo jornal semanal *O Clarão*, no ano de 1915. Já com o conflito em sua fase de trincheiras, o jornal não hesitava em acusar, em Santa Catarina, aqueles que cultivassem algum tipo de identificação com o germanismo. Na edição de 25 de setembro, sob o título *Colossal Escândalo*, a matéria informava que o jornal *A Noite*, no dia 16 de setembro daquele ano, havia publicado uma matéria nos seguintes termos:

A Noite, em sua edição de 16 do corrente, estampa uma photographia de um edital da superintendência de Brusque, assignado pelo secretário Bernardino Gevaerd, e redigido em allemão!!! em allemão - note bem o público! em allemão!!! (O CLARÃO, 1915, p. 1).

Depois de incitar as autoridades a investigar o que acontecia em Brusque e de acusar os colégios alemães de mostrarem mapas onde o Brasil pertencia à Alemanha, a matéria se concluía com um apelo ao sentimento nacionalista, com as seguintes palavras: *Basta de tantas humilhações!! Ou o Brasil é dos brasileiros, ou então é melhor que desapareça de uma vez isto que se chama Brasil !!!* (O CLARÃO, 1915, p. 1).

Na edição do dia 02 de setembro, na primeira página, acusa-se o Jornal *O Dia* de chamar o Brasil de “casa da sogra”, onde mandam todos os genros. Argumenta-se que isto só ocorre porque, na verdade, o Brasil não toma providências mais enérgicas contra os alemães. No mesmo sentido, mas em outra matéria, publicada na página quatro, há uma comparação entre os italianos e os alemães, sendo que os primeiros não se reconhecem mais como italianos, e sim como os brasileiros; enquanto que os alemães, mesmo na quinta ou sexta geração de nascidos no Brasil, ainda se enxergam como germanos e, portanto, não são dignos de permanecer na terra que os acolheu (O CLARÃO, 1915, p. 1).

Na semana seguinte, praticamente todos os alertas repetem-se. A novidade aqui é a reprodução de uma publicação do jornal *O Estado*, assinada por Hilário Freire, com os *Mandamentos da Guerra*. Como os seus semelhantes na Bíblia, são em número de 10, alguns deles apelando ao patriotismo, outros incitando abertamente o repúdio aos alemães,

aconselhando a não fazer comércio com eles, a saudar a bandeira brasileira, pois do contrário os alemães a reduziriam a trapos, e assim por diante. Mas apenas da observação da redação do primeiro mandamento, tem a dimensão do que pretende tal decálogo: “*Verás em todo allemão um inimigo; não ha allemães inofensivos; todos os allemães são latentemente perigosos.*” (O CLARÃO, 1915, p. 1).

As três últimas edições daquele ano seguem na mesma dinâmica, atacando, sobretudo, a atuação dos padres alemães e a questão do ensino, enfatizando com nomes de professores e de escolas, como os alemães haviam se apoderado da educação pública, e que, portanto, somente era possível estudar sob o idioma alemão. Para o ano de 1916, os artigos, embora criticassem sempre os alemães, não se enquadram no escopo desta temática.

O ano de 1917 seguiu, em termos de cobertura do jornal, nos mesmos termos dos anos anteriores. Em que pese a declaração de guerra por parte do Brasil, o tom se manteve homogêneo, apesar que aqui cabem duas ressalvas. A primeira, era de que as críticas ao germanismo podem ser consideradas pesadas desde o início da guerra. A segunda é que, como já citado, apenas os três últimos meses do ano puderam ser analisados.

Assim, embora de forma breve, e também por ser um jornal de circulação semanal, ficam os registros do periódico.

Já o outro semanário deste estudo, *A Época*, adota uma conduta um pouco diversa. Até a entrada do Brasil na Guerra, sua maior preocupação era a de tecer críticas ao conflito, com forte base religiosa, mas sem tanta contundência para um dos lados, embora os alemães tenham recebido as maiores contestações. Assim é que, os dois últimos anos proporcionariam alguns elementos novos, principalmente depois que as hostilidades alemãs atingiram o Brasil. O jornal reagiria a esta nova situação com a sua habitual postura, mas com algumas situações mais específicas, que serão analisadas uma a uma.

O ano de 1917 começa com discussões sobre a paz. Como ela seria possível e em que termos. A edição de 06 de janeiro, em uma pequena nota, argumenta que os aliados estão desenhando um cenário para o fim da guerra, mas coloca esse cenário em dúvida, ou seja, contesta a sua eficácia. Ao final, uma advertência a todos os países neutros: “Responderemos a eles o mesmo que dissemos à Allemanha, isto é, que os aliados só farão a paz quando tiverem garantias absolutas de uma paz duradoura, para impedir a repetição desta tragédia provocada pelo militarismo.” (A ÉPOCA, 1917, p. 2).

Contudo, na edição de 21 de abril, uma matéria que registra o recebimento de uma correspondência pela Escola Normal de Florianópolis e a sua conseqüente resposta proporcionam mais um aspecto desta visão. Primeiramente, a mensagem recebida:

Os alumnos da nossa Escola Normal receberam o seguinte telegramma de Ribeirão Preto: Estudante, Escola Normal.- Florianópolis -- Ribeirão Preto, 12: Povo Ribeirão Preto reunido grande comício e interpretando sentir Estado São Paulo e todo o paiz envia irmãos grande Estado Catharinense palavras conforto angustioso transe confiado mocidade Escolas saberão collocar-se vanguarda da vigilancia elemento germanico e repressão qualquer movimento contrário nossa soberania na união Brasileira. - Pela Comissão Mario Moura (A ÉPOCA, 1917, p. 2).

A resposta dos alunos revela algum conteúdo de ironia, de uma certa repulsa pela desconfiança em relação ao possível germanismo sulista, além de uma leve acusação de que apenas palavras pouco resolvem.

Mario Moura - Ribeirão Preto. Sciente vosso telegramma declaramos superior qualquer desconfiança — Santa Catharina aguarda defender patria adorada agressão estrangeiros bellica energia mais que eloquência demagogica. A exemplo grande catharinense Lauro Müller agiu braço firme decisivo prescindindo insinuações catharinenses todos porão almas forças serviço Brasil mal sôe hora acção Santa Catharina não é allemã nem São Paulo italiano. Unidos ambos sentimentos filliaes Terra Brasileira são zeladores integridade (A ÉPOCA, 1917, p. 2).

Em que pese este episódio possa ter se constituído em um fato isolado, resultante do entusiasmo de algum grupo de cidadãos, não é de todo improvável supor que tal sentimento pudesse ser algo mais concreto, em termos de Brasil. A resposta dos estudantes evoca, inclusive, o nome de Lauro Müller, que sofreu com acusações de germanismo, em razão de seu sobrenome alemão. Ao publicar a nota, o jornal solidariza-se com os estudantes e a utiliza como estofa para manter a sua neutralidade, embora, nesse momento, já no sentido de poupar sofrimento à sociedade, visto que a Alemanha já era mencionada como inimiga.

A respeito de Lauro Müller e da relação entre Brasil e Alemanha, é preciso registrar que os alemães estavam acompanhando os movimentos entre o Brasil e os EUA:

Os alemães ficaram satisfeitos ao notar que países latino-americanos pareciam criar uma certa resistência contra influências dos Estados Unidos, o que era um dos maiores objetivos alemães nos tempos da Guerra. Outro grande objetivo alemão era manter o Brasil neutro, para que pudesse continuar a exercer influência sobre o País. E, para isso, era necessário que fosse contra-atacada a propaganda aliada no Brasil, o que o governo alemão intentou por meio de seus diplomatas. Nesse sentido, provaram-se ser de suma importância o suporte desses intelectuais. Diz-se que até mesmo Lauro Müller, ministro das relações exteriores, que tinha ascendência germânica, apoiava clandestinamente a causa alemã, embora fosse defensor da neutralidade, diferentemente de outros que também a defendiam a neutralidade, o

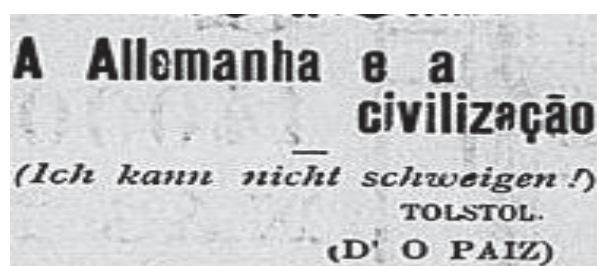
ministro tinha conhecida simpatia pela causa da Alemanha, por mais que seu cargo não o permitisse externar essa simpatia (NASCIMENTO, 2017, p. 16).

Assim é que a entrada ou não do Brasil na guerra, e a forma como os alemães eram vistos no Brasil são, também, resultados de movimentos políticos e diplomáticos com vários níveis e atores.

Até este ponto, trabalhou-se na seção com os artigos dos dois semanários. As contribuições destes são menores, embora o jornal *O Clarão*, por ser mais agressivo nas suas declarações, deixando mais evidente sua posição, obtenha maior destaque, não resta dúvida de que a grande contribuição para o assunto desta subunidade provém dos jornais de circulação diária. O jornal *O Dia* vai usar largamente suas páginas para a defesa dos alemães. A quantidade de matérias que vem a seguir ilustra o gigantismo da tarefa, operada cotidianamente. Inclusive, os textos e artigos poderiam ainda ser um número maior, pois muitos cortes foram efetuados, de modo a preservar os mais pertinentes.

A longa série inicia-se em 1914, logo após os primeiros combates. No dia 06 de setembro, o jornal publica uma matéria (concluída somente 4 edições após, ou seja, no dia 10 de setembro), escrita pelo jornal *O PAIZ*⁴⁰, claramente favorável à Alemanha.

Figura 14 – Jornal *O Dia*, de 06 de setembro de 1914



Fonte: *O Dia* (1914, p. 1).

Essa matéria ocupou um total de 8 colunas, nas quatro edições em que foi publicada. Inicialmente apela para um argumento já utilizado anteriormente, por outras publicações, de que os brasileiros desconhecem a Alemanha, por terem maior influência de outros países. Faz elogios diretos ao povo alemão e critica abertamente o político Antônio Azeredo, à época senador, que em discurso proclamou que os brasileiros esperavam uma vitória francesa. Asperamente, aponta que o senador não pode falar em nome do povo brasileiro, dando a

⁴⁰ Jornal carioca, que circulou do final do século XX até 1930. Era um dos principais veículos do Partido Republicano. E também do ideal abolicionista.

entender que são numerosos os que torcem por uma vitória alemã. Finaliza a parte publicada no dia 06, afirmando a competência alemã em todos os aspectos de uma sociedade e ainda exorta as demais nações a terem a Alemanha como modelo. Na segunda parte, publicada em 08 de setembro (não houve edição no dia anterior, feriado nacional), o texto continua na mesma lógica, elogiando a Alemanha e acrescentando que havia no Brasil uma ideia, defendida pelos seguidores dos aliados, de que a Alemanha teria um projeto para tomar posse dos três estados do sul do Brasil, em razão do número de alemães e seus descendentes que aqui viviam. Um dos argumentos utilizados é claramente racista, afirmando que os alemães não se conformariam em ser governados por mulatos. A matéria ironiza esta ideia (O DIA, 1914, p. 1-4).

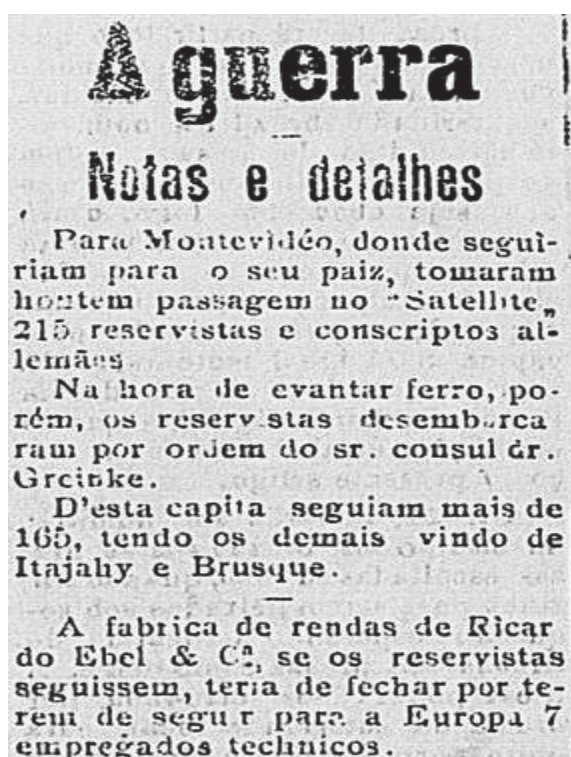
Na terceira parte, publicada em 09 de setembro, o texto relembra que foi o próprio Brasil que incentivou e iniciou a imigração alemã. Descreve como os alemães aqui se fixaram e justifica a educação em língua alemã, sob o argumento que o estado brasileiro se mostrou ineficaz nesse ponto. Finaliza afirmando a obediência dos alemães aqui residentes ao governo brasileiro, deixando bem claro que eles trataram de acolher esta terra como sua. Na última parte, o autor mostra os diversos pensadores e cientistas alemães que estudaram e contribuíram com o desenvolvimento do Brasil, ressaltando o seu brilhantismo e desprendimento, citando, inclusive, naturalistas que foram capturados por índios, mas ao invés de se revoltarem com este fato, optaram por viver junto deles e estudar sua cultura. Essa matéria, bastante extensa, defende a ideia que aqueles que desejam a derrota alemã na guerra desconhecem sua grandeza e apontam para os prejuízos que um revés alemão traria ao Brasil (O DIA, 1914, p. 1).

Na edição seguinte, 11 de setembro (também em partes, só concluindo no dia 13), novamente um texto favorável à Alemanha. Chamado de *A hora solene do Império Alemão*, mostra os potenciais políticos e econômicos da Alemanha e, mais uma vez, coloca a pressão inglesa pelos espaços comerciais como a razão provocadora das tensões, que resultaram na guerra. O texto ainda contém elogios semelhantes aos utilizados na matéria citada anteriormente, embora de autores e procedências diversas.

No dia 19 de setembro, o jornal publica o depoimento de um alemão que vive no estado do Rio Grande do Sul. O autor chama-se Carlos Hilvihaw, casado com uma brasileira e seus filhos nascidos aqui. Reforça este fato na abertura do artigo. A seguir, pergunta: “*Que mal a Alemanha tem feito ao Brasil*”? O argumento aqui utilizado é econômico, lembrando

que a Alemanha é grande compradora dos produtos brasileiros; é cultural “*O alemão é um bom cidadão, em geral ordeiro, e cumpridor de seu dever*” e, por fim, diplomático, “*ela (Alemanha) sempre se mostrou cavalheira para com o Brasil.*” Não é de estranhar que o autor do artigo pense assim. Sendo alemão, seria natural assim proceder. A questão aqui é o espaço que o jornal dedica ao seu artigo, pois o jornal poderia publicar artigos de outras pessoas, mostrando que a França, a Inglaterra, e outros, sempre foram cordiais com o Brasil e assim por diante. A abertura de espaço a estes artigos mostra qual era a intenção do jornal com a cobertura da guerra (O DIA, 1914, p. 1-2). Acrescente-se a isto, no dia 08 de agosto, os dados numéricos dos indivíduos embarcados para a Europa.

Figura 15 – Jornal *O Dia*, de 08 de agosto de 1914



Fonte: O Dia (1914, p. 1).

Essa exposição positiva da Alemanha vai continuar, de forma intensa, até 1917. Assim como o depoimento do alemão residente no Brasil é publicado, outros depoimentos, de brasileiros e não brasileiros, no sentido inverso, para desmerecer ingleses, franceses e norte-americanos, principalmente. Estes, segundo o jornal, estão sempre interessados no proveito que podem tirar do Brasil, ao passo que os alemães ofereciam algo vantajoso a ambos.

A guerra, na visão do jornal, não estava claro quem a iniciou, mas certamente tal papel não cabia responsabilizar os alemães, de acordo com o depoimento do Kaiser, publicado na edição do dia 13 de julho:

O Kaiser e a guerra

Num discurso o presidente da Universidade da Califórnia snr. Benjamim Ide Wheeler, referiu o seguinte sobre uma conversa que teve com o Kaiser por ocasião das festas em regosijo aos vinte cinco annos de governo do Imperador. 'Seja de quem for a culpa desta guerra, uma cousa fica bem patente: a guerra européa rebentou contra os interesses contra os desejos e contra os esforços do Kaiser. O Kaiser me disse que de todas as aquisições durante o seu governo a mais importante era a conservação da paz, em segundo lugar vinha o desenvolvimento da indústria e o arranjo de mercados estrangeiros para os productos fabricados na Allemanha, depois as belas artes e a architectura. Em seguida o Kaiser declarou que a Allemanha sem dúvida estava guiando o mundo inteiro com seus trabalhos de esquadrinhador e sua influênciã nos campos ideaes da música e instrucção publica se estendiam até além-mar. A Allemanha, disse elle, não precisa de colônias novas; a Allemanha precisa de mercados abertos para os seus productos. A esquadra deve servir apenas para conservação d'estes mercados. A força deve ser usada somente em épocas de crise; em geral a verdadeira posição da Allemanha deve basear-se sobre a estima, a consideração e a influênciã que adquiriu no terreno da arte, da instrucção publica, da música, da medicina, da chimica e, enfim, em quasi todas as ciências. Para poder progredir a Allemanha precisa unicamente da paz. De forma alguma a Allemanha pensa em augmentar os seus territórios. A Allemanha deseja visinhos amigos e pacíficos, assim como sempre foi visinho pacifico nestes 25 annos do meu governo. Agora rebenta a guerra finaliza Wheeler, esperada há annos porém já mais desejada por pessoa alguma da Allemanha (O DIA, 1915, p. 4).

Como se percebe, o jornal deixa muito claro que a guerra era inevitável, mas que os alemães teriam aderido a outras formas de solução de confronto de interesses. Opiniões desta natureza também foram emitidas por polítics e militares aliados, mas o jornal não deu a elas o espaço que concedeu aos alemães.

No dia 17 de setembro, um texto sobre as crueldades da guerra se mostra como um dos mais reveladores da posição germânica do jornal. Ao comparar as humilhações e violências sofridas pela população civil por parte de soldados russos com as atitudes dos soldados alemães em situações semelhantes, o artigo promove uma longa descrição, cuja transcrição se segue:

Crueldades verdadeiras e fingidas

O nosso correspondente de Berlim escreve: Na segunda metade do mez de março os russos podiam invadir o districto de Memel da província da Prússia Oriental, aquelle districto comprido e estreito que de dois lados entra em território russo e que não é protegido pela natureza. Esta occupação, é verdade, durou só poucos dias, pois os intrusos foram logo expulsos sob grandes perdas de vidas, mas a estes poucos dias bastavam aos russos para transformarem em ruínas não só aldeias florescentes, mas também para commetterem os crimes mais hediondos contra a saúde, a vida e a honra da população civil. O celebre viajante explorador sueco Sven Hedin que

visitou Memel logo depois de expulsos os russos, escreveu ao Jornal “Aftonbladet” de Stockolmo: “Cheguei em Memel no dia depois da sahida dos russos. Os cadáveres de cidadãos pacíficos achavam-se ainda no lugar onde foram mortos” (O DIA, 1915, p. 4).

A seguir, a descrição dos feridos, agredidos, mortos, enfim, das vítimas das brutalidades da guerra e dos soldados russos, coisas que não são comuns a todos os combatentes, ou seja, se fossem soldados alemães isto não teria acontecido.

Falei com uma dúzia de civilistas gravemente feridos. Havia entre elles um rapaz ferido no craneo pela coronha de uma espingarda, e o burgomestre de Memel ferido por numerosas bayonetas. O pai de uma mocinha violentada morta em consequência dos actos da brutalidade, contou-me ou horrores que a sua filha teve de soffrer antes de morrer. A mãe suicidou-se com arsênico e o pai desesperado abriu mesmo as artérias, mas ficou salvo por intervenção de um médico. Nem um só cidadão de Memel ou subúrbio tomara parte no combate. Europeu civilizado algum não pode compreender esse modo brutal russo de fazer a guerra. O que Sven Hedin aqui diz, fica confirmado pelo reporte de guerra do jornal “Vossische Zeitung” senhor von Koshitzki. Elle descreve os soffrimentos dos camponezes de que muitas centenas foram expulsas das casas para marchando em frente das tropas russas, servirem de alvo para as balas atiradas pelos soldados allemães. Os russos suppunham que os allemães não atirassem para não matar os seus concidadãos. Effetivamente uma metralhadora allemã deixou de dar tiros quando se approximava a população civil empurrada diante da frente russa (O DIA, 1915, p. 4).

As crueldades não param; até mesmo pessoas idosas não escapam dos atos desumanos dos cossacos. Aqui o apelo é para a sensibilidade humana, para a empatia. Se o leitor é convencido que os adversários alemães não têm respeito para com o seu semelhante, e os alemães, mesmo em guerra, sabem diferenciar a situação, o jornal terá cumprido sua narrativa.

Na pequena aldeia de Nummersatt os cossacos ás 6 horas da manhã tiraram da cama mulher velha de 76 annos de idade obrigando a vestida só de uma camisa a sahir da casa para o frio enorme de inverno da rua. A mulher de um empregado da estrada de ferro foi violentada por 5 Russos em presença do seu marido e dos filhos. Alguns officiaes russos tentando pelo menos a fazer cessar as crueldades commettidas pelos seus soldados eram impotentes contra a sanguinolência e a falta de disciplina das tropas. Essa é a gente que combate pela liberdade e pela civilização e com que se alliam os francezes e os inglezes! Talvez movida pela vergonha sobre taes alliados a imprensa das potencias do oeste accusa de crueldades sempre de novo os soldados allemães; quer se fazer crer que os Allemães não são melhores do que os Russos, os bons aliados da entente (O DIA, 1915, p. 4).

O texto continua agora mais interessado em mostrar como os alemães se diferenciam dos outros ao fazer a guerra e como são injustiçados pela imprensa:

A diferença, porem, é essa que enquanto que as crueldades russas podem ser confirmadas por testemunhas fidedignas, as taes crueldades dos soldados allemães podem ser constatadas sempre como mentiras. Ha pouco provamos nestas linhas que

o “sábio”, francez Bédier querendo provar cartas e trechos de diários de soldados allemães as crueldades allemãs commetteu ao traduzil-as graves falsificações. Estas foram provadas não só do lado allemão mas também do lado neutro - criticando a cremas justamente o procedimento pouco honesto de um sabio que quer ser o sr. Bédier. Mais uma mentira propalada sobre crueldades allemãs! O “Matin” em seu numero de 26 de março de 1915 affirmava que em agosto de 1914 foram mortos em Jmn (ilegível) por ordem de um capitão allemão uns operarios italianos - ao todo quatorze - sendo nove delles obrigados a cavarem o seu tumulo. Que crueldade exquesita que faz nos lembrar os romances mais horríveis! (O DIA, 1915, p. 4).

O texto poderia parecer que não fazia parte de um jornal germanófilo. Mas a sua conclusão esclarece tudo, ao dizer que essas histórias não passam de uma propaganda de guerra mal feita e injusta.

Mas a verdade é que tudo era mentira. Por ter se dado tiros pelas janellas de um restaurante, sobre uma patrulha allemã foram presos quatorze italianos que se achavam dentro do restaurante. Apesar de encontrar-se em suas mãos uma espingarda de caça e um revólver, portanto havia motivo para suppór elles terem tomado parte nos tiros sobre os soldados allemães, elles foram todos soltos por não se achar uma prova certa da sua participação no excesso de francos atiradores. O tribunal de guerra procedeu, portanto com uma clemencia e uma escrupulosidade que não póde ser maior mesmo em tempos de paz e perante um tribunal civil. Um deputado italiano provou que todos os quatorze italianos voltaram sãos e salvos para a sua patria. Eis os italianos mortos do “Matin”, que tinham sido obrigados a fazerem o seu proprio tumulo. Quanto tempo ainda vai se dar credito no estrangeiro ás mentiras da imprensa franceza e ingleza sem vergonha! Ella não comprehende que publicando taes mentiras e contribuindo para a sua divulgação, toma parte no officio abominavel da calumnia! (O DIA, 1915, p. 4).

É nítido o esforço do jornal em mostrar que os alemães estão sendo vítimas de uma guerra de informações, que tem por objetivos mostrá-los como cruéis e responsáveis pelos horrores da guerra. Contudo, o mesmo argumento poderia ser usado para os aliados, pois se os alemães são vítimas de uma artimanha para desmoralizá-los, não poderia ser o mesmo caso, apenas invertendo os papéis? Quais as fontes confiáveis e não confiáveis nesses casos? A pergunta segue sem resposta, com cada jornal defendendo seus pontos de vista.

A edição de 20 de setembro publica uma coluna que mostra como os aliados estão falhando em proteger seus pontos estratégicos e de como a guerra está sendo vendida competentemente pela Alemanha. Posições estratégicas na Europa, no Oriente Próximo, estão sob controle dos alemães. E ainda acrescenta que há uma guerra de informações que tenta minimizar os erros dos aliados e os resultados das batalhas (O DIA, 1915, p. 4).

Para o mês de outubro, sete edições vão mostrar como o heroísmo alemão é verdadeiro e como do lado dos aliados somente existem mentiras e distorções dos fatos. A primeira

menção é uma pequena nota, publicada na primeira página da edição de 06 de outubro, onde é informado que o político Dunshee de Abranches, conhecido por seus discursos favoráveis à Alemanha, acabava de ser nomeado professor de Línguas Romanas pela Universidade de Heidelberg. O fato em si não tem grande relevância, mas, por exaltar as qualidades de um germanista, estava na primeira página e ligado aos seus pares brasileiros e catarinenses (O DIA, 1915, p. 1).

Dunshee de Abranches é o principal articulador no Brasil da chamada germanofilia. Sobre ele, Pires (2017) traz uma boa síntese da origem e características das suas posições:

No mês seguinte ao início das hostilidades no Velho Continente, ou seja, em setembro de 1914, legislador maranhense e então presidente do Comitê de Diplomacia da Câmara dos Deputados analisou publicamente a guerra sob uma perspectiva inusitada, destoando da ideia de vozes uníssonas a favor dos aliados, tão veiculada na historiografia brasileira atual. Seu discurso encaminhou-se no sentido contrário, defendendo a superioridade alemã sobre os seus inimigos de armas e como o Brasil poderia nela se espelhar para alcançar o tão desejado progresso. A intenção declarada daquelas palavras não era defender o império de Guilherme II, mas apresentar um modelo – alemão – compatível com as necessidades e ambições brasileiras para o futuro. O encaminhamento da sua fala obedeceu a esse propósito, o que não o impediu de expressar suas interpretações sobre a guerra, que não passava, na sua concepção, de uma luta econômica, fruto do imperialismo britânico, para aniquilar sua principal concorrência, o Império Alemão. Não era uma batalha de modelo cultural latino contra o modelo cultural germânico, da barbárie contra a civilização, e, sim, uma disputa pragmática, com finalidades materiais, mas com uma evidente superioridade moral alemã, na opinião de Dunshee (PIRES, 2017, p. 4).

O nome de Dunshee irá aparecer diversas vezes nas matérias do jornal *O Dia*, justamente por ser o mais contumaz personagem em nível nacional a abraçar a germanidade. Como presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados, Abranches constituiu-se uma figura de influência no Congresso.

Já no dia 08 de outubro, relembra-se o massacre de civis em 1905, na Rússia, e de como as nações do mundo repudiaram a ideia. E acusa o mundo, em 1915, de não ter mais o mesmo repúdio anterior, ou seja, desconsiderar o que os russos fizeram no passado e vê-los hoje como uma nação simpática (O DIA, 1915, p. 2).

A esta altura, os russos já eram vistos com desconfiança pelo jornal, embora a Revolução Russa só iria ocorrer dali a dois anos, retirando o Império Russo da guerra. Todavia, os acontecimentos de 1905 eram de certa forma um prenúncio, pois já atuaram ali os ideais socialistas, principalmente no sentido de criação dos comitês operários para acompanhar e influenciar os movimentos de constestação ao Czar.

A revolução em si, ocorrida em 1917, terminaria por extinguir o Império Russo e determinar a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, mas para os fins deste estudo, sua maior consequência foi a retirada das tropas russas do conflito.

A principal menção no mês de outubro de 1915 para os objetivos deste estudo foi publicada no dia 13, com o título *Como os aliados mentem*. Localizada na página dois e um pequeno trecho na página três, sua transcrição integral é a seguinte:

Como os aliados mentem

O Jornal do Commercio de 16 de setembro corrente, em sua primeira página, publica um comunicado oficial enviado pelo Sr ministro da Inglaterra, datado do Londres, 15, que se intitula “Sumario dos comunicados officiaes russos de 11 a 13 de setembro”. Eis o trecho final desse comunicado do governo inglez, em transcrição integral, gryphado apenas nos trechos interessantes:

O comunicado official russo faz ainda uma nova affirmativa: Os comunicados allemães de 9 de setembro contradizem os nossos de 8 em que annunciamos a captura de muitos prisioneiros, 30 canhões, etc. O quartel general considera que deve explicar que, dentro dos limites da capacidade humana e dos preceitos da lei militar, tem sempre procurado referir os acontecimentos taes como realmente occorreram. Ha sempre a possibilidade de erros oriundos de excitação inherentes da acção militar. O annuncio da vitória de Tornopol foi baseada pelo estado-maior na lista dos trophéos tomados ao inimigo, emquanto não se recebiam relatorios circunstanciados. Dos canhões referidos como capturados, já conseguimos de facto, retirar para a retaguarda das linhas russas 6 canhões de 10 cms, e 6 de 15 centímetros. Antes de entrar nos detalhes dessa confissão russa, um facto deve ser assignalado: Os comunicados allemães de 9 do corrente, recebidos em Nova York e no Rio, chegaram sem a parte contradictora do comunicado russo de 8, á qual se refere a transcrição. Porque viria assim? A resposta é facilima, e é muito suggestiva: Nova York não recebeu aquelle comunicado directamente, como é habito, pela a radiographia entre a mesma cidade e Berlim. As más condições atmosphericas do dia impediram o trabalho do telegrapho sem fio. O comunicado allemão passou por um cabo submarino na Inglaterra, e os ingleses cortaram o desmentido da falsa victoria russa; desmentido tão cabal, que obrigou o governo russo a confessar solenmente a falsidade da sua informação, sendo assim forçado o governo britannico a sahir do seu systema criminoso do occultar a verdade (O DIA, 1915, p. 2).

O mês de dezembro de 1915 tem praticamente citações de elogios aos alemães todos os dias. Foram seleccionadas as mais pertinentes, ao total quatorze. No dia 01, a edição mostra em duas colunas da página dois como a arte e a ciência alemãs se distinguem das demais e que mesmo em tempo de guerra continuam com toda a beleza e em pleno desenvolvimento (O DIA, 1915, p. 2).

Nos dias 03 e 04, dois artigos procuram, de algum modo, minar a imagem dos aliados. O primeiro trata a respeito da saída do militar francês Decassé, entendendo como um erro da organização dos aliados, a qual o líder francês teria discordado e, por isso, optou por deixar o comando. No dia seguinte, a edição evoca a guerra de 1807, entre a Inglaterra e a França, com o episódio envolvendo a neutralidade da Dinamarca e a forma imoral como os ingleses se

portaram. Novamente é utilizada uma manchete irônica: *A eterna moral inglesa* (O DIA, 1915, p. 3).

Já nos dias 09 e 10, a mesma estratégia é utilizada, ocupando o mesmo espaço. Na primeira data, um artigo com duas colunas na página três, *Vozes insuspeitas de um general Francês*, mostra os acertos da estratégia alemã, o perigo que correm os aliados e elogia as qualidades de Hindenburg. Como se trata de um militar francês, o general Maletterre, a ideia do texto é parecer insuspeito. O mesmo procedimento é adotado na edição seguinte, apenas com a variação do personagem: *Vozes insuspeitas de um escritor francês*, em que o *Le Temps*, jornal francês, publica escritos de um autor identificado como Dampierre, onde os alertas são no sentido de que, na verdade, não se pode aceitar o argumento de que a guerra é o embate entre duas culturas diferentes, das quais apenas a francesa é civilizada. O texto acrescenta ainda que vários países respeitam e se identificam mais com a cultura alemã, como, por exemplo, a Suíça. Com dois franceses reconhecendo os méritos alemães, o jornal encontra um argumento que provoca reflexões naqueles que porventura tenham sentimentos antigermânicos (O DIA, 1915, p. 3).

De fato, o jornal parece ter apreciado esta forma de convencimento de seus leitores. Tanto que no dia seguinte, 11, o jornal ocupa as duas primeiras colunas da página três para, mudando da França para a Espanha, descrever as impressões de um indivíduo, que se denomina M. de Valflor, com o seguinte texto: *A Alemanha e as simpatias espanholas*. Depois de rasgados elogios aos alemães, o final do artigo é enfático: “*É impossível triunfar sobre ela. Os factos o mostram.*” (O DIA, 1915, p. 3).

A esse respeito, não faltavam defensores do pragmatismo e objetividade da Alemanha. Daehnhardt, ao analisar o papel da Alemanha nos anos que antecedem a guerra e no seu início recorre a Ranke, historiador alemão:

Em inícios do século XX, como em tantas épocas da história europeia, a questão do estatuto de poder de Grande Potência foi um dos catalisadores para a atuação política dos Estados. A ambição de confirmação de um novo estatuto de poder ou o receio de perda do estatuto adquirido motivou os principais atores. No século XIX, o historiador alemão Leopold von Ranke definiu uma Grande Potência como “aquela que consegue assegurar a sua existência contra todas as outras, mesmo quando estas estão unidas. Essa Grande Potência é tão potente que não necessita de nenhuma aliança, dependendo apenas dela própria”. No verão de 1914, a Alemanha parecia segura da sua capacidade de autossuficiência, da dispensabilidade de alianças e da sua força militar para contrariar alianças contra ela criadas. Economicamente, a Alemanha estava a desenvolver uma forte capacidade industrial e nas ciências naturais e humanas assim como no domínio da cultura, a Alemanha era um dos países europeus mais modernos. Como afirmara o historiador Fritz Stern, o século XX poderia ter sido “um século alemão” (DAEHNHARDT, 2014, p. 3).

Aproveitando as contribuições de Ranke, pode-se dizer que as matérias publicadas nos jornais faziam eco àqueles que acreditavam no poder econômico e bélico do Império Germânico. M. de Valflor voltaria a aparecer na edição de 14 de dezembro, na mesma página três. Com o título *A indenização da guerra*, o artigo explica como se realizam indenizações durante e após os conflitos. O ponto de interesse nessa coluna é quando o autor aponta a situação da Turquia e os riscos que este país corre de ter de, por décadas, pagar indenizações aos russos. Em seguida, uma expressão revela, sem rodeios, as forças que motivam o autor: “Os *nossos inimigos* puzeram de lado com os seus processos de guerra brutaes tantas opiniões hereditárias, que não nos admiraria, se também na conclusão de paz as velhas ideias sobre as relações jurídicas entre os estados fossem sujeitas a uma revisão.” (O DIA, 1915, p. 3, grifo nosso). Ao explicar como ocorrem as indenizações, o autor não hesita em se assumir como defensor da causa alemã e chamar os aliados de inimigos.

Aqui temos mais uma variação de narrativa com a qual é preciso aprofundar. Ao utilizar dos espanhóis e dos franceses para qualificar os alemães, a veracidade da afirmação se intensifica, pois se os próprios adversários (no caso os franceses) e os neutros (espanhóis), conseguem ser racionais e enxergar a realidade (pelo menos a realidade que o jornal se propõe a defender), é também justo esperar que os brasileiros adotem a mesma racionalidade. Nem sempre, porém, será possível usar do mesmo estratagema. A situação seguinte mostra isso.

A edição publicada no dia 15 de dezembro dedicou quase inteiramente a página três ao caso de Edith Cavell, enfermeira britânica que havia sido executada pelos alemães em outubro de 1915. A acusação sobre ela foi de traição, pois o seu trabalho como enfermeira foi no sentido de atender e buscar salvar as vidas de combatentes de ambos os lados. O artigo procura minimizar a participação alemã no fato, promovendo uma longa discussão, detalhando os fatos e afirmando categoricamente que o caso estava tão somente servindo de propaganda negativa para a imagem dos alemães na guerra. Entre os vários motivos para sua execução, o principal seria a admissão de culpa pela própria enfermeira (O DIA, 1915, p. 3).

De fato, se o jornal insistia na civilidade alemã, como explicar a execução de uma enfermeira (em princípio, médicos e enfermeiras estão empenhados em salvar vidas), se a acusação que pairava sobre a enfermeira era a de ter buscado salvar todos os feridos, independentemente de que nacionalidade fossem, mereceria assim a pena máxima? Não seria o caso, para uma nação civilizada, mesmo em se tratando de uma traidora, de levá-la à prisão, deixando o julgamento para depois do conflito terminado?

O caso mostra que em tempos de guerra, ambos os lados cometem excessos, erros e acertos, não somente um deles, como o jornal queria fazer crer.

No dia 17, a página três foi dedicada a elogiar os progressos científicos alemães na área química. Sob a manchete *A vitória da química alemã*, são mostrados os avanços deste ramo do conhecimento em termos bélicos, mas ressaltando que, após o final da guerra, a humanidade irá usufruir destes conhecimentos em tempos de paz, sendo assim, mais uma contribuição da Alemanha para a sociedade mundial. Como sempre, muitos elogios e a confirmação de que, por parte dos alemães, era natural esperar algo extraordinário (O DIA, 1915, p. 3).

A edição publicada em 22 de dezembro mostra como os ingleses estão temerosos pelo desfecho da guerra, pois esperam uma derrota humilhante. O texto não aponta especificamente um motivo, mas relata o estado de insegurança da opinião pública no país, especialmente, em Londres (O DIA, 1915, p. 3).

No mês de janeiro, onze publicações demonstram, de uma forma ou de outra, como os alemães continuam hegemônicos no conflito e como suas razões são mais aceitáveis do que as dos aliados. A primeira edição do ano descreve de forma bastante apelativa à emoção, as agruras de um soldado austríaco no combate contra os russos, mantendo a linha de elogios à bravura dos alemães e seus aliados (O DIA, 1916, p. 1).

No dia 04 de janeiro, o jornal utiliza uma das seções da guerra para reproduzir discursos de políticos alemães, o que faria ainda por várias edições seguintes. Nesta data traz o discurso de Anton Fendrich, que representa o partido socialista. O artigo descreve que, apesar das desconfianças iniciais dos alemães em relação aos socialistas, não resta dúvida hoje que, ao primeiro sinal de ameaça à pátria, também eles não demoraram a pegar nas espingardas, ressaltando assim a união e o sentimento patriótico dos alemães para além das diferenças políticas (O DIA, 1916, p. 3).

A seis de janeiro, continuando a série, na página três um discurso do deputado alemão Dr. Spahn, líder do Centrum, partido católico alemão, é publicado. Na fala, o parlamentar defende que os resultados da guerra até o momento já deveriam assegurar aos alemães plena liberdade de comércio nos mares. Segundo o artigo, o discurso termina sob esfuziantes aplausos no Reichstag (O DIA, 1916, p. 3).

Os Ingleses têm medo da Alemanha é a manchete da página três do exemplar publicado em 07 de janeiro, cuja transcrição, que contém um caso relatado por um autor que se identifica apenas como Maritz, é a seguinte:

O socialista irlandez Sheehy Skeffington foi condenado, por causa de seu discurso contra o recrutamento militar e o serviço obrigatório a seis meses de trabalhos forçados, mas ao cabo duma semana foi posto em liberdade provisoria, unicamente por elle recusar a alimentação. Bernard Shaw dirigiu pouco depois a senhora Skeffington, da directoria do movimento feminista na Irlanda, a seguinte carta: Mui distincta Senhora Skeffington! Interessei-me naturalmente pelo caso de seu esposo com attenção, não sómente as noticias dadas pelos jornaes no que diz respeito ás sentenças pronunciadas pelas auctoridades, senão tambem a copia do discurso que me enviou. Tomei tambem nota das referencias que se fizeram no parlamento e em outros logares da Inglaterra referentes á contradicção que existe entre o tratamento infligido ao senhor Sheehy Skeffington e a completa liberdade no castigo com a qual Lord Northcliff não sómente se esforçou por difficultar o recrutamento livre, recusando publicar em seus jornaes as ordens do ministerio da guerra, senão que realmente, e para dizer a verdade, com o mesmo fim, ou seja a implantação do serviço militar obrigatorio, publicou uma carta do bispo de Pretoria, que não sómente entre o publico inglez, senão tambem na Allemanha produziu a impressão de que o exercito britânnico em Flandres, por causa do seu esgotamento e da superioridade do inimigo, estava dominado por este, devendo converter-se prontamente em sua victima senão appellava logo ao serviço militar obrigatório (O DIA, 1916, p. 3).

A personagem em questão, o irlandês Francis Sheehy-Skeffington, foi um ativista e escritor, nascido em 1878 e falecido em 1916. Sua prisão, ocorrida no mesmo ano de sua morte, foi em razão de seus discursos e mobilizações públicas, em que protestava contra o recrutamento militar e apelava para a paz. Ao prosseguir na narração do acontecido, o artigo continua a comparar o caso do escritor com o de Lord Northcliff, na verdade o jornalista Alfred Hamsworth, jornalista proprietário de dois periódicos ingleses, o *Daily Mail* e o *Daily Mirror*:

Agora bem; ve-se claramente que, se o sr. Sheehy Skeffington, pelo seu discurso na praça de Beresford, que não logrou ter mil ouvintes, merece seis mezes, Lord Morthcliff deve merecer uns sessenta annos. Somente pode desejal-o, dadas as circumstancias atuaes que se encontra ainda em liberdade. Sem duvida, não se pode fazer nada. A lei da defeza nacional supprime toda a classe de liberdades na grã-Bretanha, Irlanda fora das que as auctoridades quizeram nos deixar. Ainda, quando as faculdades concedidas pela lei não bastassem podia o governo agir arbitrariamente sem o menor perigo, posto que, fôra da revolução, não ha nenhum procedimento contra semelhante arbitrariedade. Por acaso lembra de que a lei antes de ser modificada, não dava poderes ao governo de assassinar os espiões allemães? Isto não impediu para que matasse um e modificasse depois a lei. Se, por conseguinte, o governo, por qualquer motivo, se lembrasse de levar o seu marido para o logar da execução, não dispunha V. Exa. de meio algum contra isso. Os protestos são completamente inuteis. A opposição da Camara não quer se oppor. A Imprensa não quer fallar do assumpto. A Inglaterra tem seriamente medo da Allemanha. Sob estas circumstancias creio que o seu marido commeteu uma grande falta em metter a cabeça na bocca do leão. Pode-se frequentar o tratamento d'um

governo tyrannico, mas não no d'um governo cheio de terror e d'um povo amedrontado! (O DIA, 1916, p. 3).

O jornal aproveita as ideias de George Bernard Shaw para confirmar o que seria de seu interesse, ou seja, o medo que os ingleses nutriam pelos alemães. Não se pode deixar de mencionar que Bernard Shaw era irlandês, portanto, teria seus motivos para se expressar dessa forma. Além disso, o ativista, também irlandês, era mais interessado na paz do que propriamente em poupar a Inglaterra dos alemães.

A 11 de janeiro, na página três, mostra como os canadenses resistem ao recrutamento inglês, principalmente entre os franco-canadenses, que não entendem serem justos os motivos de ser empreender guerra contra a Alemanha (O DIA, 1916, p. 3).

Três dias depois, a costureira primeira página não foi suficiente para um longo artigo, que ocuparia também parte da página quatro, onde se mostrava como economicamente a Alemanha estaria nitidamente à frente da Inglaterra. Intitulado *A derrota da Inglaterra nos mercados mundiais*, este artigo vai aumentando a natureza dos argumentos que o jornal utiliza: bélicos, estratégicos, culturais, políticos e também econômicos. Todos valorizando a Alemanha (O DIA, 1916, p. 3-4).

Ampliando o rol dos argumentos bélicos, a edição publicada a 22 de janeiro fala sobre as qualidades do exército alemão. Apesar de disciplinado, nele existe uma democracia, na qual há respeito, cordialidade e responsabilidade. Ainda acrescenta que o exército é composto por cidadãos, não os mercenários que a Inglaterra contrata. Salienta, ainda, que os líderes militares alemães não são valorizados como os demais, por emanarem das camadas populares da sociedade (O DIA, 1916, p. 3).

Concluindo as publicações do mês de janeiro de 1916, no dia 26, vai buscar em duas cartas, escritas pelos italianos Garibaldi e Mazzini, elogios para os alemães. Garibaldi diz que o espaço de liderança mundial, para o bem de todos, teria de ser ocupado por uma nação como a Alemanha. Já Mazzini reconhece a Alemanha como uma nação surgida da vontade popular, ao passo que a França teria surgido como resultado de um processo sem legitimidade, a partir de uma “*abdicação covarde de Napoleão*”. Como é possível de se perceber, todas as referências elogiosas à Alemanha estavam sendo utilizadas, ainda que se pudesse contestar o cenário e o tempo em que foram elaboradas (O DIA, 1916, p. 3).

A última matéria selecionada do mês de abril cabe ser transcrita integralmente, pois mostra com clareza o ideário do jornal a respeito dos alemães no Brasil, comparando-os inclusive com outros estrangeiros, como por exemplo os italianos:

Colônia Allemã

COLLABORA PARA O NOSSO ENGRANDECIMENTO

(Da Imprensa, de Curitiba)

O diletantismo patriótico que fermenta o cérebro de grande parte dos nossos patricios brasileiros fal-os laborar num grande erro e numa immensa ingratidão quando se lhes dá na telha apreciar o valor, a importancia e a superioridade das colonias estrangeiras que junto a nós desenvolvem a sua actividade. Aqui, no concerto da nossa marcha para o progresso, trabalham connosco numerosos filhos de outros paizes. São numerosos os italianos, os allemães, os austriacos, os russos, os hespanhoes, os portuguezes e os syrios. Não queremos propor nestas linhas a superioridade de uns sobre outros. Mas vamos simplesmente repór as cousas nouseu verdadeiro logar; queremos fazer valer a verdade agora esquecida pela paixão cega que tem dominado grande parte do espirito dos nossos patricios. Affirmamos que no sul do Brasil a colonia que mais tem concorrido para o engrandecimento da nação é a colonia desse valoroso povo germanico. E isso não precisamos nós dizer aqui, pois que é verdade positiva, demonstrada em factos, que qualquer pode verificar. O trabalho dessa colonia na zona meridional da Republica ha sido utilissimo para nós e tem nos trazido incalculaveis vantagens que passaremos a ennumerar no correr destas apreciações (O DIA, 1916, p. 3).

Prosseguindo, as qualidades alemãs são ressaltadas, marcadamente a educação, o patriotismo e a disciplina, mas, sobretudo é um povo ordeiro, chegando mesmo a colocar em letras garrafais no texto:

O allemão tem qualidades que nós não possuímos. Mantem em qualquer acto de sua vida o espirito de disciplina e de ordem; é trabalhador; tem força de vontade; tem cultura intellectual. É por isso, o melhor colono, o melhor factor para o desenvolvimento de um paiz, porque, alem de trazer essas qualidades, elle sabe tambem modifical-as conforme o meio em que vae elaborar e mesmo transmittil-as em parte. O Estado do Paraná muito deve à colonisação alleinã, ao seu braço e a seu cerebro. Ao contrario de outra colonias que daqui somente fazem o campo de exploração individual, esquecendo os favores que lhes presta a patria adoptiva, a terra que os recebeu com leal carinho, os allemães trabalham connosco, honestamente adquirem algumas posses e as applicam em empresas que redundam em beneficio nosso. O nosso commercio melhorou, incontestavelmente, em virtude do commercio Alemão, que para aqui trouxe novas formas de transacções menos especulativas. Mas tudo isso o allemão deve á sua preciosa educação e disciplina, ao seu espirito de ordem e de trabalho. Fallemos mais demoradamente sobre essa excellente qualidade germanica, a

ORDEM

Comecemos por dar intensos exemplos de como o allemão é um individuo superior e que não se deixa arrebatado facilmente por qualquer cousa. Sabemos que a colonia Alemã em Curitiba, como em todo o Paraná, como em todo o sul do Brasil é numerosíssima, representada por centenas de milhares de pessoas. Nessas condições, a declaração de guerra da Inglaterra, Russia e França, com o grande imperio central, devia provocar natural exaltação de espirito patriótico em tão numerosa e potente

colônia. O que vimos foi o contrario. As ruas da nossa capital enchiam-se de verdadeiras multidões naquelles memoraveis e terriveis dias, em que estourou a conflagração mundial. Todos commentavam os acontecimentos europeus. Os brasileiros discutiam, exaltavam-se, tomavam partidos pró-alliados quase todos e pró-germania alguns. Os allemães liam simplesmente os telegrammas mentirosos affixados nas pedras dos jornaes e iam commental-os dentro de suas casas ou dentro de suas sociedades. Nunca se viu um allemão exaltar-se. Os insultos que elles recebiam ahi nas ruas respondiam ironicamente com a confiança que tinha da sua patria sahir victoriosa da luta injusta que ainda está soffrendo de todo o mundo (O DIA, 1916, p. 3).

Ao afirmar que o alemão é um indivíduo superior e não se deixa “envolver por qualquer cousa”, o que se quer dizer é que, não é por conta da guerra que se pode temer uma reação dos alemães no Brasil, que pudesse ferir a soberania nacional. Contudo, a mesma afirmação infere que todos os demais povos são inferiores aos alemães, inclusive, os brasileiros. A partir da entrada da Itália na guerra, os italianos no Brasil passam a ser comparados com os alemães aqui residentes, numa visão desfavorável para os primeiros:

Alguns mezes após do inicio da grande guerra um outro paiz entra na luta: a Itália. Como se portaram os italianos em emergencia não só aqui como em outras partes do paiz? Tiveram a mesma educação dos allemães? Respeitaram o paiz neutro em que vivem? Não. Reuniram-se em manifestações publicas com passeatas, musicas e bandeiras e vivas. Não comprehenderam que estavam num paiz neutro, como é o Brasil, onde não podiam e não deviam, por um principio de cortezia, não só para nós, mas tambem para a colônia austro-allemã aqui domiciliada, produzir estardalhantes explosões patrioticas como o não tinham feito nem os allemães nem os austriacos. Será porque os italianos sejam mais patrioticos do que estes? Não, absolutamente não. Não há ninguém mais patriota do que o allemão. Não há ninguem que mais ame e defenda a sua terra como esse brilhante povo, como está demonstrando agora em que elle se bate pela sua cultura, pela sua civilisação, pelas suas conquistas de progresso, pela sua paz, pela sua familia, pelo lar, por tudo isso que elle tem construido durante tantos annos de trabalho intenso e honrado. O allemão é patriota dentro das fronteiras da sua patria ou fóra delas. Ingrato ou inferior seria elle si esquecesse a sua patria de origem. Censuram-no, até, por isso (O DIA, 1916, p. 3).

A comparação prossegue, agora acrescida de mais alguns elementos, como a capacidade de se divertir com moderação, sem brigas, nem ofensas, a disciplina de manter as regras de etiqueta em todos os momentos e, também, a organização de seus clubes e associações, tanto do ponto de vista estrutural, material quanto do ponto de vista social.

Entretanto essa bellissima qualidade de sentimento affectivo pela terra em que nasceu, é e deve ser considerada como uma demonstração de nobreza de alma, de coração e de consciencia. Demos, porem, outros exemplos da ordem e disciplina allemãs: elles realisam as suas festas campestres em que comparecem milhares de pessoas e durante os folguedos todos se divertem sem que nenhum facto desagradavel venha perturbar a boa ordem reinante. Os socios das sociedades allemãs andam em dia com os seus pagamentos; comparecem às sessões e não faltam às suas obrigações de socios. Aqui em Coritiba as maiores sociedades são as

alemãs, todas ellas com enormes edifícios propios e theatros, onde elles representam revistas, comedias e operetas. Entre essas sociedades estão a Saengerbund, a Operarios Allemães, a Gymnastica Teuto Brasileira, a Thalia o Theatro Hauer, que são gigantesco documento a favor de sua operosidade. Emquanto as sociedades nacionaes vivem em edifícios propios, com numero reduzido de socios e sempre lutando com difficuldades, as sociedades germanicas prosperam dia a dia e apresentam um brilhante exemplo de união e de ordem (O DIA, 1916, p. 3).

Finalizando novamente com o argumento do povo ordeiro, o artigo apela para o bom senso da nação, para que ela valorize aqueles que trabalham para o seu engrandecimento:

E é esse grande e poderoso fator - ordem, que torna a Allemanha invencivel. O glorioso imperio teutonico bem e justificadamente poderia engastar no seu labaro nacional o luminoso lema – Ordem e Progresso. Os portugueses, tambem, no Rio de Janeiro e em outras cidades, mais do que os italianos, derespeitaram a neutralidade do nosso paiz e, em plena capital da Republica, deram morras uma nação amiga da nossa. Ainda bem que houve autoridades que souberam fazer valer a nossa qualidade de povo que por enquamto, não é dominado por estrangeiros (O DIA, 1916, p. 3).

Esse é um dos textos mais eloquentes e diretos que o jornal publicou a respeito da superioridade alemã. Em que pese seu tom racional – procura mostrar que isto ocorre de forma natural, sem que signifique menosprezo a outros povos – fica evidente que seria muito melhor para o Brasil que a Alemanha ganhasse a guerra e que os dois países se aproximassem.

Duas horas com o Kaiser, uma matéria originalmente publicada no jornal *La Nacion*, de Buenos Aires, foi o tema da edição de 27 de setembro. Como seria de se esperar, em razão da linha adotada pelo jornal, o Kaiser foi alvo de palavras grandiosas. Ao final, o estadista alemão se mostrou surpreso com a imagem dos seus patrícios nos Estados Unidos, pois, como no Brasil, as suspeitas sobre eles são infundadas (O DIA, 1916, p. 3).

Com o título de *O Suposto Perigo Alemão*, uma matéria retirada do jornal *A Gazeta*, fundado em 1906 em São Paulo, traz a opinião do Barão do Rio Branco, sobre a tentativa germânica de se apossar do Brasil e de como isto acabava por afetar as pessoas que vivem no sul do país.

O suposto perigo alemão
A opinião de Rio Branco
(Da Gazeta)

É uma questão que as vezes tem incandescido, esta das pretenções imperialistas da Allemanha sobre o sul do Brasil, notadamente sobre o Paraná e Santa Catharina. Não faltaram espíritos, alguns mesmo de valor, como o do fallecido publicista Silvio Romero, que, à maneira dos gansos do Capitólio, bradassem: ‘Olhemos para o Sul’.

Que é afinal que se pode temer no sul da parte da colônia alemã, de certo numerosa, mas dedicada aos trabalhos da terra, à indústria e ao commercio, e mais do que qualquer outro povo immigrante concorrendo para o progresso desta parte do nosso paiz? Não se deve obscurecer que na própria Allemanha surgiram, é facto, algumas idéas (alias muito divulgadas pelos germanophilos de cá) sobre a conveniência da expansão germânica no sul do Brasil. Taes publicações, entretanto, nunca tiveram character algum official nem mesmo officioso. Eram opiniões, como qualquer as pode ser, portanto até mesmo na Allemanha podem existir visionários (O DIA, 1916, p. 4).

Segundo o Barão, não passam de suspeitas infundadas, pois na prática nada se observa de concreto, ou seja, tudo não passa de falatórios, agitações da opinião pública ou, ainda, simplesmente, má intenção de quem não tem simpatia pelos alemães:

Nenhum acto do governo allemão, nenhuma publicação official ou patrocinada pelos poderes públicos jamais traduziu qualquer pretensão no sentido da conquista da região do Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul. Tomamo-las do próprio Barão do Rio Branco, o creador da diplomacia no Brasil, depois da República, e o estadista cujo descortino e cuja visão se podem medir com os mais argutos diplomatas europeos. Tendo então o nosso ministro em Londres, dr. Francisco Regis de Oliveira, dirigido ao Barão de Rio Branco um officio, enviando ao chanceller um artigo com que pelo “South American Journal” de 20 de janeiro de 1906 replicara a outros do sr. F. W. Wilie a respeito da colonização allemã no Brasil, escripto para a “Fortingthly Review”, accrescentou o Barão, como annotação à margem desse officio, o seguinte: “As colônias allemãs no Rio Grande do Sul, Santa Catharina e Paraná foram fundadas pelo governo Imperial, pelo dessas três províncias, e depois pelos três estados da União” (O DIA, 1916, p. 4).

As decisões do estado brasileiro em relação à imigração também são lembradas pelo diplomata, bem como a mudança de mentalidade que ocorre depois que o Brasil se aproximou da chancelaria de Berlim:

Os governos da Allemanha, particularmente o da Prussia, embaraçaram sempre a immigração para o Brasil, e só a partir de 1902, compreendendo afinal que essas colônias tinham concorrido para o desenvolvimento do commercio entre os dois paizes, a chancelaria de Berlim modificou a politica que havia seguido até então. Ainda hoje o governo não consente que os estados de São Paulo e os do Brasil Meridional tenham agentes de propaganda ou de immigração na Allemanha, como me foi declarado há mezes, em resposta a um pedido do governo de São Paulo. Os despropósitos escriptos pelo Dr. Walter Kundt e outros sonhadores allemães não podem ser imputados ao governo allemão, que apenas deseja favorecer o desenvolvimento do seu commercio com o Brasil, e em geral, com a America do Sul (O DIA, 1916, p. 4).

O Barão encerra se dizendo satisfeito com os alemães e suas realizações no Brasil. E o jornal acrescenta a importância da declaração de Rio Branco, unindo a ele outro personagem histórico, Ruy Barbosa, de forma a consolidar o peso das palavras:

É por isso que os concorrentes commerciaes da Allemanha (inglezes, portuguezes, francezes e norte-americanos) se esforça, por desacreditar a Allemanha e levantam o espantallo de perigo tedesco. Estamos muito satisfeitos com a colônia allemã, e desejamos que os allemães emmigrem em maior numero para o Brasil. Aqui está um documento que merece, sem duvida, ser lido e conservado, e em que tão bem se espelha a clarividência do grande chancellor que nos deu as Missões, o Amapá e cuja personalidade Ruy Barbosa fundiu numa phrase quando lhe chamou o “Deus Terminas das nossas fronteiras” (O DIA, 1916, p. 4).

O artigo utiliza de um argumento forte, o da autoridade. Evocando a figura central da diplomacia brasileira, que havia sido ministro plenipotenciário na Alemanha no período de 1901-1902 (o cargo de ministro plenipotenciário equivale ao de Embaixador), tece uma construção bastante racional, a partir da sua visão e das impressões deixadas por Rio Branco. Mas é importante salientar que o Barão havia falecido há mais de quatro anos e que, portanto, suas constatações já poderiam ser colocadas em reflexão. Ainda se pode acrescentar que é pouco prudente utilizar das ideias de quem já não pode mais se pronunciar na atualidade, como um retrato fiel do tempo presente. Por último, não era interesse do Barão qualquer tipo de hostilidade com outros países no período em que se consolidava o processo de definição das fronteiras brasileiras.

Passando ao ano de 1917, a matéria mais importante do mês de janeiro é o discurso do deputado Dunshee de Abranches, um dos mais conhecidos defensores do alinhamento com a Alemanha. Publicado a 10 de janeiro, ocupa duas colunas na primeira página e outras duas na terceira, sob o título de *Também se trabalha no Brasil, pela paz*. Embora as palavras do político tragam elementos já discutidos por outros textos, também novos elementos são evidenciados. Eis o discurso:

Tambem se trabalha, no Brasil, em prol da paz
Appello do deputado Dunshee de Abranches ao Presidente da Camara

Foi lido na Camara dos Deputados o seguinte: "Sr. Presidente da Camara dos Deputados - Se o meu precario estado de saude me tem privado de tomar parte estes ultimos dias nos trabalhos parlamentares, o meu patriotismo e a attitude franca, sensata e decisiva que, em boa hora, assumi desde o inicio da actual conflagração européa na defesa da neutralidade, da soberania e -dos altos interesses internacionaes do Brasil, mais uma vez me impõem o dever de me dirigir a V. Ex. como supremo e autorizado interprete da representação nacional na Camara dos Deputados. E' inutil pretender occultar a profunda impressão e as grandes esperanças despertadas na opinião brasileira, como nas dos outros povos neutros, especialmente os americanos, diante do gesto nobre e magnanimo do Imperador Allemão, oferecendo a paz aos seus inimigos no momento preciso em que os exercitos victoriosos dos Imperios Centraes, em batalhas fulminantes, que assombraram o universo inteiro, em poucas semanas se apoderaram de mais uma nação com que as potencias alliadas tinham imaginado deter-lhes a marcha (O DIA, 1917, p. 1).

Abranches retoma a palavra, exortando sempre o valor da paz e alertando que nem sempre o leitor está informado de todos os aspectos da guerra, em virtude da censura imposta à imprensa.

Passada a surpresa dos primeiros instantes, amortecidas as justas iras com que, da parte dos governos adversos, fôra recebida a generosa iniciativa do soberano germanico, suppondo-se haver em semelhante offerta antes o desejo mesquinho de humilhar os que se poderiam julgar os vencidos do que o anello elevado de pôr termo a tão sangrenta contenda, uma reacção benefica, todavia, não tardou a manifestar-se nos paizes em luta. Apesar de todos os rigores que, entre elles a censura marcial impõe ao telegrapho e á imprensa, percebe-se, de longe mesmo a ancia intensa que palpita em todas as suas populações por uma paz que, parta de onde partir, faça-se como se fizer, acabe de uma vez com a mais horrorosa das carnificinas que hão enlutado o mundo desde a origem dos seculos (O DIA, 1917, p. 1).

Essa introdução ao longo discurso é necessária, para preparar o leitor de forma a perceber que, no fundo, embora seja chamado de germanófilo, Abranches pretende ser visto como alguém defensor da neutralidade.

Nos proprios parlamentos dos belligerantes, agrupados em torno da Grã Bretanha, atravez mesmo dos discursos de opposição ou de applauso e das moções de confiança ou de censura aos gabinetes guerreiros, e até das orações dos primeiros ministros, por mais altivas arrogantes ou paradoxaes que afigurem, o que se prescrua é apenas as difficuldades que experimentam todos em achar uma formula condigna de satisfazer ás aspirações geraes de regresso concordia e a tranquillidade, resalvando-se ao mesmo tempo melindres pessoaes e preconceitos dynasticos, ou evitando-se crises politicas e relações intestinas uma vez finda a peleja, possam vir ainda conturbar a ordem interna ou as instituições domesticas de cada um dos Estados compromettidos sinistramente no conflicto (O DIA, 1917, p. 1).

Superada a fase inicial do relato, em que mais aparecem elementos protocolares, o deputado vai afinando o tema e, sutilmente, mesmo se declarando defensor da neutralidade, aponta as qualidades alemãs e a relação com os interesses brasileiros. Afirma o político que a guerra puramente comercial e econômica, que coloca frente a frente duas grandes potências rivais da Europa, e em seu entorno os seus aliados, permite a todos que têm capacidade crítica e não se deixam levar pela paixão, percebam que “o golpe planejado pela política inglesa contra a grandeza crescente e a incomparável prosperidade da Confederação Germânica, falhou inteiramente aos seus fins.” (neste ponto, a imagem de neutralidade desejada por Abranches é abalada, pois os elogios à Alemanha ficam evidentes). Prosseguindo, afirma Abranches que os próprios ingleses reconhecem o fato, por ser voz corrente no parlamento inglês os relatos dos insucessos dos aliados, tanto no mar quanto em terra. Dessa forma, a tentativa de extermínio da Alemanha, ou a tentativa de confiná-la a um espaço de um estado

diminuto, como havia afirmado Lord Grey ao início dos combates, hoje é vista apenas como um deslize, uma vertigem, um vislumbre que se apossou dos políticos e dos jornais, baseado na ideia do imenso poderio naval inglês. Esquecem, porém, os ingleses, que há praticamente 30 anos a decadência do Império é visível, a ponto de serem hoje os britânicos meros parasitas de suas colônias, e mesmo estas se encontram em declínio. Por outro lado, a Alemanha, no mesmo período, florescera rapidamente, organizada, civilizada e se tornando a simbologia mais adequada para uma sociedade progressista, científica e que valoriza a arte e a cultura, bem como o trabalho, o comércio e a indústria. A metáfora utilizada por Abranches não deixa de ser convincente: seria uma contradição à lei da evolução, que nos mostra que, se a liberdade e o progresso não se exterminam, não podem também desaparecer os povos que têm uma missão histórica a desempenhar (O DIA, 1917, p. 1).

Prosseguindo, Dunshee de Abranches relembra os investimentos dos países europeus prevendo a guerra que se avizinhava e o erro estratégico de subestimar a capacidade da Alemanha.

Destruir também o poder militar da Alemanha, como se proclamou depois modificando o tom primitivo da fórmula exterminadora do governo britânico, não se tardou a verificar sem custo que não passava de uma nova utopia. Esse poder, ali está bem claro, não residia apenas nos formidáveis aparelhos de guerra nem na disciplina, instrução e patriotismo das forças germânicas. Como a Alemanha, tiveram a França, a Rússia e outras potências europeias anos seguidos os mesmos orçamentos militares; gastaram quasi as mesmas sommas colossais no preparo e equipamento das suas tropas, tal qual a Grã-Bretanha jamais deixou de despender quantias fabulosas com a sua formidável esquadra. E, como não é possível atribuir-se que, em uma ou alguma dessas nações, essas verbas tivessem tido destinos diferentes, o que se conclue logicamente, é que, se a patria de Bismarck ficou superior ás outras em força, foi isso devido a que, como já o afirmamos mais de uma vez, acima do seu poder militar, o que lhe ha garantido a victoria em todas as frentes é a sua incomparavel organização economico-social (O DIA, 1917, p. 1).

A inutilidade do esforço aliado em vencer a Alemanha agora se escancara. Ainda neste ponto, as rivalidades entre o Brasil e a Inglaterra são lembradas e, ao mesmo tempo, o deputado acusa os brasileiros de não possuírem uma boa memória histórica. Assim se pode afirmar categoricamente que não existe uma forma de enfraquecer economicamente a Alemanha, como desejam os britânicos, e que as diversas reuniões feitas até agora entre os aliados já deveriam ter convencido a todos deste fato. O bloqueio que já está perto de completar três anos e cujos efeitos se fazem sentir a todos, grandes e pequenos comerciantes, países, indústrias, não conseguiu aniquilar o comércio germânico, causando, ao contrário, um forte desejo de todos que dele dependem ou que com ele tem negócios, de que o bloqueio seja

desfeito o mais breve possível, pois os EUA não puderam substituir o papel desempenhado pela Alemanha. A lista negra, além de outros procedimentos de bloqueio aos alemães são aqui lembrados, mas não fizeram a Inglaterra, a exemplo dos EUA, transformar-se na grande exportadora mundial. Os ingleses continuam a ser os grandes comerciantes, mas no papel de intermediários, controlando o tráfego naval entre os neutros e aliados, obtendo daí lucros, o texto admite; mas também faz questão de ressaltar que os custos de importação para os ingleses são tão altos que não compensam. Destaca-se ainda que as colônias inglesas não conseguem equilibrar o quadro (O DIA, 1917, p. 1-3).

Todavia, ainda outros pontos merecem ser lembrados pelo artigo. O comércio não pode abdicar da sua característica de ser cosmopolita. A competitividade comercial fica assim se prejudicando, terminando por ficar desinteressante a todos. O autor reconhece que, durante algum tempo, foi realmente a Grã Bretanha a maior potência comercial do planeta. Mas isso já não corresponde à realidade. A questão Christie, que envolveu Brasil e Inglaterra, é neste momento usada como exemplo, ao se descrever que as atitudes inglesas, no sentido de assaltar os portos brasileiros e aprisionar navio, de deboche ao pavilhão nacional, geraram uma revolta entre os comerciantes brasileiros, que juraram solenemente nunca mais comprarem nada da Inglaterra. A ameaça, contudo, jamais foi cumprida, pois toda a organização e estrutura comercial da América do Sul dependiam do capital e dos produtos ingleses. Assim, as relações comerciais voltaram ao normal e a libra continuou a ser o regulador monetário das transações. Mas agora, tal fato jamais se repetirá, pois o eixo comercial deslocou para a Alemanha, para as cidades de Hamburgo e Bremen. O alemão, ao contrário do inglês, nunca ofendeu os brasileiros, nem procurou se apossar de nenhum pedaço do território nacional, e, além disso, em virtude de sua educação, sua discricção, sua forma de negociar, nunca exerceu sobre a vida dos brasileiros, social e politicamente, nenhuma influência. O ditado alemão é bem útil para simbolizar a situação: onde está um alemão, está a Alemanha (O DIA, 1917, p. 1-3).

Encaminhando o final do discurso, sempre se utilizando da sutileza, Abranches admite que a guerra não será vencida pela Alemanha e propõe um “empate” e que todos reconheçam que a paz é a melhor saída para o momento.

Se, portanto, não só entre os aliados com a Inglaterra á testa, como entre todos os neutros, não há mais dúvidas neste momento de que se malograram todos os planos destruidores, que largamente se haviam architectado antes da guerra, se impracticavel se torna; não já exterminar a nação alemã ou extinguir o seu poder militar, mas ao menos arrancar-lhe a supremacia economico mercantil no mundo contemporaneo - que salta á consciencia de cada um é que, esta hora, em ambos os

grupos belligerantes, só ha um ideal absorvente, que uma das partes já teve a coragem de desvendar, e a outra se sente ainda constrangida em confessar; isto é, abrirem-se as negociações para a paz e fazer a paz em um pacto honroso em que todos se declarem vencidos diante dos horrores da guerra e, ao mesmo tempo, gloriosos pelas provas de bravura, abnegação e civismo dadas indistictamente pelos heroes tombados nos campos de batalha (O DIA, 1917, p. 3).

O papel do Brasil é a exposição final. Estados Unidos e Suíça são citados como exemplos de estratégias que o Brasil poderia adotar.

O Brasil deve assim seguir os exemplos que nos acabam de dar os Estados Unidos e a Suissa, procurando pôr termo á luta aproveitando a acção nobilissima do Imperador Guilherme, hoje, como hontem, o grande pioneiro da paz, do trabalho e do progresso no mundo civilizado, como praticamente o demonstrou completando a obra gigantesca de seus maiores e fazendo da sua Patria a mais culta, a mais prospera e a mais poderosa de todas as nações. Desde que o grupo, de facto ou aparentemente mais forte, como quizerem, dentre os belligerantes, na sua offerta de paz, não impoz nem insinuou condições, nada mais natural e mais digno do que os neutros altruisticamente coligarem e ouvindo uns e outros, estabelecerem a formula salvadora, e que nenhum se possa sentir humilhado e se assentemos bases grandiosas, senão de um novo estado social para a Europa, ao menos de um estagio menos alarmante e mais fecundo para as gerações que tenham de receber a lactuosa herança do presente. Ao integro Presidente da Camara dos Deputados ao Congresso Nacional do Brasil, bem poderia ficar pertencendo entre nós tão benemerita iniciativa, se se dignasse incluir na Exposição com que, segundo os estylos, terá de encerrar dentro de poucas horas os trabalhos parlamentares, um appello também ás nações amigas em guerra, para que não deixem perder a feliz oportunidade que, ao lado da Suissa e dos Estados Unidos, lhes proporcionam todas as republicas americanas, para deporem as armas, permittindo que, de novo, a concordia reine na Europa e, conto até homem, a liberdade, o trabalho e o direito se tornem os grandes propulsores da vida e do progresso no mundo civilisado. Ahi deixo respeitosaente a ideia ao alto critério e sabedoria patriótica de V. Ex.

S. Paulo, 28 de dezembro de 1916.- *Dunshee de Abranches* (O DIA, 1917, p. 3).

Apesar de longo, a transcrição do discurso é importante para demonstrar os argumentos da germanofilia e também como um indicativo do que virá ao decorrer do ano, quando será cada vez mais difícil conceber a Alemanha como vitoriosa, bem como de optar-se pelo alinhamento com a mesma.

O caso dos espões é o tema da edição de 14 de fevereiro. O jornal defende com veemência a situação em que foram acusados dois cidadãos, de nomes Johan Karl e Fritz Heyer, fato que ocorreu em Niterói.

O Caso dos espões
A leviandade de certa imprensa.
Triste figura
As consequencias da intolerancia.

No domingo ultimo, quando se achavam a passeio no forte de Imbuhy, em Nitheroy, Jobank Karl e Fritz Heyer, aquelle empregado da casa Hanpt o este da Theodor Wille, foram presos por suspeitos de espionagem. Os jornaes alliadophilos estouraram de notas escandalosas dando os retratos dos presos e bordando de commentarios cada qual mais phantastico. Afinal, aberto inquerito, verificou-se que Johanh Karl foi quem montou as nossas principaes baterias e quem installou toda a rêde eléctrica do forte Imbuhy. Ninguem melhor do que elle conhece, portanto, os menores detalhes de nossas fortificações, não tendo necessidade de tornar croquis d'aquillo que elle fez e do que poderia possuir plantas. Ultimamente Karl ainda mudou a bateria electrica da Ilha das Cobras. Acabou, pois, tudo em opereta, sendo soltos os 'phanaticos' espiões. O 'Correio da Manhã', tratando do caso, traz um editorial dizendo que factos como estes só servem para nos desmoralizar e, n'um paiz como o nosso, sem segredos militares, assumem o aspecto de acena comica. É' mais uma vergonha que nos è inflingida pela paixão alliadophila (O DIA, 1917, p. 1).

O caso, em si, é de pouca ou nenhuma importância, mas fatos como esse jamais deixariam de ser aproveitados pelo jornal, que via nisto uma oportunidade de desfazer o mito dos alemães que queriam se apossar do Brasil.

No mês de julho, apenas duas matérias serão transcritas na íntegra. As demais sete edições selecionadas serão apresentadas numa síntese. No dia 10 de julho, é publicado em três colunas da primeira página, uma reprodução do jornal *Noticia*, de autoria de Jackson de Figueiredo, *Os alemães no Brasil*. Este texto é bastante indireto, capturando impressões do discurso do deputado Lebon Régis, citando filósofos e escritores, mas sem entrar definitivamente no mérito da ideia a ser defendida. Essa estratégia já fica evidente na primeira coluna, como se pode verificar:

Os allemães no Brazil

(Da Noticia, do Rio, de 26 de junho)

- O Diario do Congresso Nacional, do dia 15, logo após o interessante debate sobre a capacidade eleitoral da mulher brasileira - debate em que não se sabe o que mais admirar, se o entusiasmo da ala de namorados, se o scepticismo de alguns pequeninos Schopenhauers do nosso Parlamento - trouxe em suas largas columnas officiaes materia para maior meditação. Quero referir-me ao discurso do Sr. Lebon Regis, representante de Santa Catharina, na Camara Federal. Após estes longos mezes, em que o imperio do Sr. Medeiros e Albuquerque se tem feito tão poderoso, que já se não contenta de derrubar ministros e vae até o arroubo dictatorial com que decreta a desnacionalisação de um Estado nosso... após estes longos mezes de pezado jugo, a exposição clara do deputado catharinense sobre o que, ua verdade, existe em sua terra, no que respeita aos alemães, foi uma victoria, da nossa dignidade, tristemente ultrajada na campanha diffamatoria de que tem sido alvo aquela unidade da Federação. Ouviu a Camara aquele discurso que pode ser encarado como o typo perfeito da unica eloquencia necessaria á vida das nações, isto é: a eloquencia simples da verdade, baseada toda a argumentação em factos positivos, em fontes insuspeitas. A outra, a que se enfeita de citações desnecessarias e procura convencer pelo peso extenuante de uma infidavel egolatria, sem a belleza das coisas artificiaes, mas é incapaz de convencer. Desde que se fizeram tão vivas, no Brazil, as iras contra a Alemanha, tenho a tido o cuidado de esclarecer-me, tanto quanto possivel, sobre esta famosa ameaça de germanisação, não só de Santa Catharina, mas de todo o sul do Brasil. E é este um ponto que o deputado

catharinense esqueceu de analysar. Se este perigo existe, é preciso não insultar os alemães de Santa Catharina. Sylvio Romero, que estudou esse problema de que muito depende a nossa futura integridade, não se limitava a aprofundalo só no que diz respeito á terra do Sr. Lauro Muller. Um dos seus ataques mais vigorosos foi justamente ao Sr. Borges de Medeiros, que o sociologo patricio figurou servindo ingenuamente aos representantes do imperialismo allemão. Não resta duvida porém ser Santa Catharina o centro desta Allemanha Antartica, nosso pesadelo na hora actual, que assim penamos por termos sido generosos e hospitaleiros, o que augmenta a autoridade do pensador que disse um dia ser a hospitalidade virtude de povos atrazados... (O DIA, 1917, p. 1).

Buscando agora a confirmação de suas ideias junto a escritores e pensadores, o autor continua a defender os alemães, mas o faz servindo-se de analogia com outros povos, ou seja, se há perigo externo, porque só considerar o perigo alemão?

Estes alemães do sul do Brazil já não preocupam somente europeus e brazileiros. Escriutores sul-americanos tratam do assumpto como de maxima gravidade. Um peruano, o Sr. Garcia Calderon, auctor de um livro felizmente citavel, dado que não pode ser suspeito aos nossos aliadophilos, uma obra offerecida a Boutroux e prefaciada pelo actual presidente da Republica Franceza, dedica-nos um capítulo inteiro, e baseado em Sylvio Romero, espalha entre os leitores da 'Bibliothèque de Philosophie scientifique', a noticia de que numa extensa zona da terra brazileira, os alemães já representam a raça dominante, a nacionalidade de facto. Leu tambem o Sr. Graça Aranha, e diz de 'Chauaan' que é o drama do contracto das raças... e o annuncio doloroso da conquista. Não se póde ser mais pessimista, e se eu tivesse o endereço do Sr. Garcia Calderon, enviar-lhe-ia o discurso do Sr. Lebon Regis, optimo remedio ao seu desasocegado coração, latino-americano. Entretanto (singular compensação para os politicos da nossa terra, oficialmente monroistas) este mesmo Sr. Garcia Calderon diz que a tutela 'yankee' lhe parece bem mais perigosa que a invasão alemã e que, sem negar a realidade deste perigo, não se pode deixar de reconhecer que será difficil estabelecerem-se, de maneira duravel, em terra brazileira, colonias que refflictam as glorias da 'Deutschtum', dado que os 350.000 allemães que para aqui vieram já se perderam na massa nacional, nada significando demographically em meio de 19.000.000 verdadeiros brazileiros (O DIA, 1917, p. 1).

Colocado como ameaça, os EUA parecem ser, de acordo com o texto, algo bem mais perigoso para os brasileiros. Contudo, não se pode dizer da contradição deste argumento: ao igualar americanos e alemães como ameaças à soberania brasileira, ou seja, se americanos são dignos de preocupação, não são os alemães da mesma forma? A sequência do texto terá de eliminar tal possibilidade.

Mais ainda: que, para fundar-se um imperio colonial no interior da nossa Republica, é necessaria uma forte base de homens; que os theoreticos da expansão germanica precisam de 18 ou 20 milhões de immigrantes, e que é certo que o contingente da emigração tedesca diminue... Como se vê o Sr. Garcia Calderon cae em dois excessos contrarios... A principio, demasiadamente pessimista, e, depois, optimista demais. Explicam-se, porém, as duas attitudes contradictorias do seu espirito; primeiramente elle encarava somente o estado actual das coisas, tal como lh'o haviam pintado Sylvio Romero e os nietzscheanos de 'Chauaan'; em segundo lugar, exausto de tantos temores, subindo-lhe ao peito a energia dos desesperados, anteviu

o futuro como se fosse certa a realização dos seus bons desejos latino americanos... Tudo nos leva a crer, porém, que errou duplamente; e nem se pôde dizer que aquella zona é já de facto um desdobramento politico da Allemanha, nem tambem que só o peso de 20 milhões de allemães poderia constituir um serio perigo para a nossa nacionalidade. Se no sul do Brazil existissem realmente 350.000 allemães, unidos, com o ideal vivamente ambicionado de fazerem uma patria á parte da nossa, o perigo seria enorme, incalculavel. Não se pondo mesmo em linha de conta a ajuda possivel da Allemanha—coisa aliás provavel — basta lembrar que aquelles homens, senhores da terra ha tanto tempo, conhecedores della, e com a capacidade de disciplina que lhes é propria, seriam combatentes certamente a temer, pois o nosso Exercito, de que não se pôde negar a bravura e a dedicação, tem entretanto soffrido, em luctas recentes, e contra bem menor numero de combatentes, todas as agruras que o desconhecimento do terreno e a falta de meios de transporte podem apresentar, justamente nas regiões visinhas da supposta zona germanisada. E não foi com muito maior população que o Transwaal se defendeu, por tanto tempo, da rapina britannica. Assim, a unica consolação que nos resta, ante as consequencias da passada ingenuidade, está na verdade mesma se, quanto ao estado actual daquela zona, ella corresponde ao que, de modo tão positivo, disse ultimamente o Sr. Lebon Regis, com a dupla responsabilidade de militar e representante da Nação. De mim tenho a dizer que creio sinceramente nas palavras do deputado catharinense. Ellas reflectem conhecimento profundo do que se vae passando naquellas regiões, sob todos os pontos de vista, moraes e econommicos (O DIA, 1917, p. 1).

O texto se encerra chamando para a responsabilidade os brasileiros, que devem zelar por sua pátria em todos os sentidos, contra todas as ameaças. Há uma mudança de postura; se antes a tônica dos artigos era que não existia o perigo alemão, agora já há a admissão, ainda que sutil, do mesmo, mas compartilhada com outras situações, que envolvem outros povos além dos alemães.

E tanto a verdade parece insophismavel, que o sr. Lebon Regis, não esconde as suas apprehensões, não disfarça os erros ali commettidos, erros cuja responsabilidade recae sobre a Nação inteira, não somente sobre o governo de Santa Catharina. O Sr. Lebon Regis fala, por exemplo, da pequena porcentagem ie estrangeiros que ali existe, e fóra um ponto que tornaria suspeitas as suas palavras, se elle não se apressasse de declarar que, na verdade; os teuto-brazileiros vivem mais ou menos tão extranhos á nossa vida, como se fossem realmente estrangeiros. Entretanto, com justa razão, allega em defesa daquella gente que o mesmo facto se reproduz no Brazil inteiro no que diz respeito a outras colonias (O DIA, 1917, p. 1).

Citando obras e autores, sobre fenômenos semelhantes no Estado do Espírito Santo, e ainda envolvendo também os italianos, assim continua a defesa:

E esta é a verdade pura. Ainda ha poucos annos, um francez, ao que supponho, o Sr. Paul Walle, no seu livro “Du rio S. Francisco a l'Amazoné”, assignalava o mesmo phenomeno no Estado do Espirito Santo, e não nos nucleos allemães, nos italianos também. O Sr. Lebon Regis aponta o unico remedio capaz de attenuar o que já está feito, e de evitar as futuras desastrosas consequencias. E o remedio é a instruccão feita por gente competente, que saiba tão bem o allemão como o portuguez. Foi este o processo usado nos Estados Unidos; e processos “yankees” tem agora entre privilegios “yankees”. Porque condenal-o? Penso que não são, todavia, para desprezar outras medidas, principalmente as de character economico, lembradas por Sylvio Romero (O DIA, 1917, p. 1).

Retomando a redação do texto, ou seja, deixando de transcrever as impressões do deputado, a matéria direciona para outro personagem, um colaborador do *Jornal do Comercio*.

A exposição clara e sincera do deputado catharinense tem a seu favor o testemunho de um jornalista que não escreveu por ouvir dizer, que lá esteve ultimamente, em meio daquela gente suspeita, observando os costumes, attitudes, procurando sondar-lhe a consciencia. Trata-se do Sr. Manoel Duarte, de quem li, no “Jornal do Commercio”, dois artigos dignos da atenção de todos os que se interessam seriamente por este problema brasileiro. O Sr. Manoel Duarte também não esconde o mal que viu, não subtrahiu á verdade o seu lado de máu agouro para a nossa patria. O que ele não fez foi calluniar. Antes se mostrou penalizado ante as apprehensões que também entristecem aquelles brasileiros “que se sentem numa situação a parte da communitade brasileira”, e isto por falta maior do nosso lado. Ninguém que tenha noção do tem sido sempre a politica européa, em relação aos povos dos outros continentes, tem direito de duvidar das ambições allemãs, tão justificaveis quanto ás ambições da Inglaterra ou da Russia (O DIA, 1917, p. 1).

O argumento final é o da soberania brasileira em decisões desta natureza. Habilmente, o autor do artigo resalta que cabe ao Brasil, como nação autônoma, precaver-se de seus inimigos, sejam eles de que nacionalidade for.

O Brazil tem o dever de precaver-se contra às possiveis investidas... e não só da Alemanha. Hoje em dia mesmo os nossos irmãos do Novo Continente ha quem seja capaz de provocar pendencias, como a do Panamá... No caso dos alemães ou dos brasileiros e descendentes, nós precisamos cuidar diariamente de salvaguardar o nosso futuro, só de todo garantido por uma completa harmonia de consciencia, no se refere aos ideaes com que nos devemos guiar, para a realização da nossa autonomia moral e intelectual. O Sr. Lebon Regis apresentou um projeto autorisando o governo da União a auxiliar o Estado de Santa Catharina a completar o serviço que este está fazendo no que respeita á instrucção daquelles nucleos em que predomina o elemento germanico. Ao envez das catilnarias injustas contra aquella unidade da Federação, não seria mais patriótica, mais proveitosa a acção dos nos germanophobos, se elles todos, unanimamente procurassem apoiar, da imprensa ou da tribuna, a idéa tão altamente justa daquele projecto? Se assim fizerem prestarão grande serviço ao paiz; e creio mesmo que não descontentarão os Alliados... JACKSON DE FIGUEIREDO (O DIA, 1917, p. 1).

Com essa publicação, é possível perceber que, gradativamente, o jornal vai entendendo a dificuldade de defesa do germanismo e o apelo ao Brasil, ao patriotismo, substitui o argumento das qualidades alemãs.

Mais adiante, na mesma perspectiva, tem-se na metade no ano, o texto mais provocativo deste grupo, que foi publicado em 12 de junho, sob o título *A Germanização dos Estados do Sul*. O autor é o jornalista Ivo Arruda, colaborador contumaz neste período. Segue sua íntegra:

SANTA CATHARINA

A germanisação dos Estados do sul

Corpo de Bombeiros de Joinville

(Da “Notícia”, de 24 de Maio)

Joinville possui um corpo de bombeiros, composto de cidadãos que exercem esse mister por simples espírito de humanidade, sem retribuição de espécie alguma. A corporação é formada de cidadãos joinvillenses, de todas as categorias sociais e os serviços que presta, sempre que é mister prestá-los, são, como é de supor, relevantes. Tendo o Brasil rompido as relações com a Alemanha, o Corpo de Bombeiros de Joinville tomou uma deliberação que merece registro. Reunindo-se, a corporação deliberou desligar provisoriamente do seu seio, os cidadãos que não fossem de nacionalidade brasileira. Assim, deixaram de fazer parte dela um cidadão de nacionalidade suíça e outro alemão. Essa deliberação foi tomada pelo corpo de bombeiros joinvillense após consultar a respeito o Sr. Luiz Brockmann, um alemão de grande influência em Joinville e que vive há muitos anos no Brasil.

Este Sr. Brockmann é uma figura interessante. Tivemos ocasião de visitá-lo e ouvi-lo falar do Brasil com um admirável carinho. Paralytico, quando a sua paralyisia começou a combalir as suas forças de homem descendente duma raça sadia e forte, o Sr. Brockmann foi ao seu país de origem consultar especialistas. Nada conseguiu e regressou, “a morrer no Brasil”, segundo a sua própria expressão. Da sua viagem contou-nos coisas pittorescas. Não se podia conformar com o rigorismo das leis alemãs, das multiplas posturas que a todo o momento o forasteiro está infringindo e pagando multas, consequentemente. Uma coisa, sobretudo, causava-lhe, também, estranheza: não se podia habituar a somente ver gente branca! Sentia um desejo enorme de defrontar-se com um preto ou com um mulato e foi prazer immenso para elle esse encontro, logo ao chegar, de regresso, ao Recife...

Falámos, também, sobre o germanismo no sul, sobre as idéas de formação da Alemanha Antártica em Santa Catharina. O nosso interlocutor manifestou-se magoado com as suspeitas que se alimentam contra a maioria dos alemães que vivem, há muitos anos, no Brasil. Em certa altura da nossa palestra, o Sr. Brockman exclamou:

— “Nós amamos, acima de tudo, a nossa Patria”...

— A Alemanha? Interrompemos — A nossa Patria é o Brasil. A idéa do nosso país de origem é muito vaga no nosso espírito. Aqui encontramos liberdade, justiça, trabalho e riqueza. Aqui constituímos família e aqui morremos. Eu, por exemplo, sou casado com uma brasileira, tenho filhos brasileiros e morrerei no Brasil. Sou um invalido, não posso mais trabalhar. Portanto, com os recursos de que disponho, tanto poderia viver no Brasil como na Alemanha. Prefiro, entretanto, o meu país; o “nosso” país... Como se pode suspeitar dum homem como eu? E como eu há muitos. E' preciso que nos emprestem o direito de um pouco de amor a esta terra que nós fecundamos e que nos dá todos os seus bellos fructos.

E o Sr. Luiz Brockman, emocionado, dolorosamente resentido com o que se diz e o que se escreve sobre os alemães do sul do Brasil, falava-nos, sempre, nesses mesmos termos, com as mesmas expressões de entusiasmo pelo nosso país.

IVO ARRUDA (O DIA, 1917, p. 3).

No mês de novembro, quase todas as edições disponíveis no acervo contêm artigos ou notas relevantes. Assim, será feita uma síntese do período, com as vinte publicações selecionadas.

Em 01 de novembro, a seção *O estado de guerra*, com o subtítulo *Providencias Policiais*, na primeira página, é descrito na íntegra o documento recebido pela polícia de Santa Catarina, originado no Rio de Janeiro, com quinze artigos, no qual são detalhadas as instruções de como proceder em relação aos alemães e seus descendentes. Destacam-se os

artigos 12, 13 e 14, que regulam como devem funcionar as sociedades germânicas, que vedam a residência de alemães próximos a quartéis ou outras instituições de cunho militar e que proíbem a posse de armas de fogo a estas pessoas (O DIA, 1917, p. 1). Já no dia 04 de novembro, na seção *Brasil – Alemanha*, na primeira página, são relatadas medidas do Ministério da Guerra em relação à segurança pública (O DIA, 1917, p. 1).

As notas são frequentes, mas nem sempre precisam ser bombásticas, ou gerar polêmicas. A insistência com publicações curtas, com pequenos detalhes, faz parte de um todo, que é oferecido aos poucos.

As três publicações seguintes, de 06, 07 e 09 de novembro, tratam, respectivamente, dos temas: na seção *Brasil – Alemanha*, na primeira página, o governador emite uma nota oficial ao povo catarinense, solicitando que nenhuma manifestação pública que possa gerar tumulto seja realizada, para que a boa imagem de Santa Catarina não seja afetada (O DIA, 1917, p. 1). Em seguida, na primeira página, várias notas referentes ao tema, com destaque para a notícia de que o “patriótico” Tiro 40 acha-se aquartelado, por medida de segurança, no edifício onde funcionava a escola alemã (O DIA, 1917, p. 1). E finalizando, o artigo: *O melhor patriotismo*: uma coluna na primeira página, convocando a população para o esforço de guerra e os homens para o treinamento militar. Fala no inimigo sem mencioná-lo especificamente (O DIA, 1917, p. 1).

As publicações dos dias 10, 11 e 13 e 15, são as que ainda merecem um destaque diferenciado: a primeira página, que ocupa quase por inteiro a página inicial, traz notas sobre a guerra. Destaca-se uma delas, publicada em uma moldura, na qual se recomenda o respeito pelos bens e pela integridade física dos alemães residentes no Brasil (O DIA, 1917, p. 1). Contudo, a recomendação do dia anterior parece que não surtiu efeito. Na primeira página é noticiada a destruição de propriedades de alemães em vários locais do Brasil (O DIA, 1917, p. 1). Nos dias 13 e 15, é retomado o apelo para que se respeite os alemães no país. Notas ao longo da primeira página em ambos os números (O DIA, 1917, p. 1). Entre os dias 18 e 30, a primeira página do jornal ficou repleta de manifestações desta natureza. Foram citadas, ainda que de forma breve, as mais importantes. É necessário dizer que, em termos de quantidade, houve um esforço para se mostrar que o jornal estava ao lado do Brasil, que os alemães eram inimigos, mas que se devia respeitar aqueles que viviam no Brasil e que, pelo menos aparentemente, estavam ao lado dos brasileiros.

Ainda no mês de novembro, duas matérias merecem sua transcrição integral. A 08 daquele mês, na seção *Brasil – Alemanha*, da terceira página, a expulsão de um avião causou repercussão entre os germanófilos, como se pode perceber a seguir: “*A expulsão do avião Darioli*”, relato proveniente do *Estado de São Paulo*, por meio de um telegrama, informa que o senhor Pedro Lessa aceitou o cargo de Presidente do Aero Clube Brasileiro. O atual presidente da associação, sr. Gregorio Seabra, ao ser inquirido por um jornalista, disse, entre outras coisas, que o estado de guerra entre Brasil e Alemanha o motivou a tornar o clube útil à pátria. Para viabilizar esse desejo, consultou o Marechal Caetano de Faria, Ministro da Guerra, e ele solicitou ajuda no sentido de recursos para melhorar a situação do clube. Contudo, o Ministro declarou que o governo, por enquanto, não cogitava incorporar a associação; não descartando, porém, que poderia fazê-lo no futuro. Outro pedido de auxílio referia-se ao serviço do policiamento dos hangares por soldados do Exército; este sim, de pronto aceito pelo ministro, face à situação atual. Mas o principal assunto, a demissão do tenente Ernesto Darioli do cargo de Aviação do Aero clube Brasileiro, recebeu do presidente o seguinte comentário: “Fosse outro o piloto instrutor e já poderíamos dispor de muitos aviadores completamente habilitados. A última irregularidade praticada por esse avião aborreceu grandemente não só a mim, mas a outras pessoas, inclusive algumas autoridades.” Tal irregularidade foi o comprometimento do piloto em voar sobre o campo de São Cristóvão no dia 7 de Setembro, por ocasião dos desfiles e comemorações. Cientes de que o voo aconteceria, o Aero clube notificou o ministro e também a imprensa, que por sua vez noticiou o voo. No dia e hora aprazados, o piloto Darioli decolou, fez-se ao ar, mas tomou rumo diverso do campo, não sendo visto pelos que aguardavam na celebração da Independência. Somado a esse episódio, o clube, na pessoa de seu presidente, optou por demitir o avião do cargo de instrutor da escola do clube (ainda o aero clube alega que os serviços de Darioli deixavam a desejar, pois tudo ocorria sem a necessária agilidade: ora um aparelho estava danificado, ora outro para nada servia; por conseguinte, nenhum voo de valor significativo aconteceu durante o tempo em que esteve ele à frente do cargo de instrutor. Por fim, a pérola da narrativa: Darioli havia sido retratado em um avião e a fotografia havia sido publicada em uma revista, ou jornal, da Alemanha (O DIA, 1917, p. 3).

A matéria prossegue agora associando a demissão do suposto avião simpatizante do germanismo, com a possibilidade da prática de espionagem no território brasileiro.

O chefe de polícia da Capital Federal fez distribuir a seguinte
CIRCULAR

Chamando a vossa atenção para as instrucções que expedi relativamente á acção da policia deste Districto em consequencia da situação citada pela lei n.3.361, de 26 de Outubro de 1917, cabe-me ponderar-vos que as ditas instrucções devem ser entendidas como assentando no duplo fim de prevenção nacional e de protecção pessoal aos subditos do Imperio Allemão. O governo brasileiro não tomou, na reunião ministerial de 27 do corrente, quanto aos allemães aqui residentes, outras providencias que não as relativas á vigilâncias contra a espionagem, á internação das tripulações dos navios que confiscamos, á prohibição de publicação de jornaes escriptos em alemão e ao funcionamento de escolas estrangeiras. Sendo assim, não foram os filhos do paiz inimigo collocados fóra da linha das leis nacionaes, á cuja sombra se abrigaram antes da guerra. Repete-se destarte, no Brazil, para honra do seu governo, o facto, entre outros, já assignalado na França e na Inglaterra, onde, por occasião da guerra da Criméa, os russos permaneceram em paz, bem como na guerra entre a China e o Japão, em que este consentiu que continuassem em seu territorio os naturaes do paiz adverso. Se o direito internacional affirma que, “sujeitos ás leis de policia e de segurança do Estado, os subditos do adversario devem mais do que nunca respeitar as ditas leis”, não é menos verdade que elles podem invocar sua protecção. A autoridade publica, pois, não deve exercer neste momento nenhuma compressão inutil em relação aos subditos allemães. Com a pratica de uma moderação magnanima e de uma cordura delicada, a sua acção deve limitar-se a uma vigilancia indefesa, deixando apenas para os que se não mostrarem dignos desse tratamento —os espiões e traidores— a applicação inflexivel da lei de excepção para eles adoptado. Deveis providenciar, portanto, para que se verifique a maior urbanidade do pessoal ao vosso serviço no registro creado pelas instrucções que hoje expedi. Ao mesmo tempo, chamando a vossa attenção para o momento delicado que o paiz atravessa, recommendo-vos a maior attenção no policiamento, cumprindo que tenhaes principalmente em vista os elementos habituaes de perturbação da ordem no vosso districto. —(A.) Aurelino de Araujo Leal, chefe de policia (O DIA, 1917, p. 3).

As duas matérias, aparentemente sem conexão, na verdade foram assim alinhadas para que o leitor percebesse que, se um aviador era simpático aos allemães, nada mais justo que fosse afastado de suas funções; por outro lado, não se perdeu ainda a vontade de proteger os allemães no Brasil, alertando para a legislação brasileira e para a tradição de comportamento nas guerras anteriores; ou seja, o jornal quer preservar os seus interesses, quanto aos allemães.

No mês de abril, o uso da língua alemã foi um tema a ser abordado em três publicações, nos dias 05, 07 e 18. A proibição das missas em língua alemã, o ensino em língua portuguesa e o tratamento dado aos estrangeiros nos EUA por conta da guerra, foram exemplos citados de patriotismo e merecedores de aplausos (O DIA, 1918, p. 1).

Ainda neste mês, a publicação 8896, de 27 de abril, tece grandes elogios a Ferdinand Foch, o General Foch, que recebera o comando das forças aliadas. Era impensável uma matéria nestes termos antes da declaração da guerra (O DIA, 1918, p. 1).

A nota destoante, se bem que somente de forma parcial, foi o artigo publicado em 12 de abril, que descrevia a situação dos brasileiros na Alemanha. Como o texto sugere que estão

sendo bem tratados e respeitados em seus negócios e propriedades, a recíproca deveria ser verdadeira. Dividida em duas partes, segue o primeiro texto na íntegra:

Brasileiros na Alemanha

À proposito de uma noticia dada pelo “Jornal do Brasil” sobre os pretensos maos tratos soffridos pelos brasileiros na Alemanha, foram trocadas as seguintes notas entre o Brasil e a Suissa. A nota enviada pelo Ministerio do Exterior ao ministro do Brasil em Berna, para ser entregue ao governo suizo, foi a seguinte: “Queira passar nota verbal ao governo suizo, nestes termos: ‘O governo brasileiro ficou sciente, pela nota verbal desse Ministerio, que os brasileiros, que ainda se achem na Alemanha, estão sendo tratados de modo diametralmente opposto ao tratamento de que gozam os allemães no Brasil, onde, livremente, exercem a sua actividade em varios ramos de commercio e industria, no gozo de todas as garantias, corno os nacionaes. Os proprios commandantes, os officiaes de bordo e os marinheiros perto de tres mil homens desembarcados dos navios allemães, utilizados pelo Brasil, estão sendo tratados com desvelo, bem alojados e alimentados pelo governo. Em taes circumstancias, não é possivel admittir a falta de reciprocidade por parte do governo allemão, nem será licito suppor que este estado de cousas continue, sem que o governo brasileiro tome medidas de represalia, correspondentes ás que opprimem a colonia brasileira na Alemanha. Espera, entretanto, o mesmo governo que o da Alemanha facilitar a saida dos brasileiros do seu territono, afim de evitar males inevitaveis. - Nilo Peçanha”.

Eis o telegramma do governo dos Paizes Baixos, á sua Legação no Rio de Janeiro, communicado por copia ao governo brasileiro (nota dessa Legação de 27 de agosto - Haya, 25 de agosto, às 5 horas e 5 minutos pm) (O DIA, 1918, p. 1).

A segunda parte, também proveniente da Holanda, reforça a tranquilidade dos brasileiros na Alemanha e salienta que os controles a que são forçados a se submeter, são válidos também para os alemães, ou seja, um tratamento igualitário.

“Legação da Holanda – Rio - Julgo util informeis o governo brasileiro de que cidadãos brasileiros na Alemanha não estão impedidos de deixar o territorio, nem são tratados com descortezias. ‘Estão obrigados a se apresentar regularmente ás autoridades locaes e submetter-se aos regulamentos geraes, referentes ao direito de estadia. Para deixar a Alemanha, eles devem obter, como os proprios allemães, uma autorisação especial, que necessita de um exame minucioso, referente à personalidade, exigindo, naturalmente, certo tempo, esperando que o governo brasileiro continuará a conceder tambem para o futuro, aos subditos allemães, a liberdade de que gozam actualmente”. O governo imperial esforçar-se-á para apressar, logo que seja possivel, as formalidades supra mencionadas. -Lawton Trentenur, ministro dos Negocios dos Paizes Baixos”. A esse tempo o governo do Brasil enviou soccorros aos brasileiros na Alemanha, na importancia de 50.000 marcos (O DIA, 1918, p. 1).

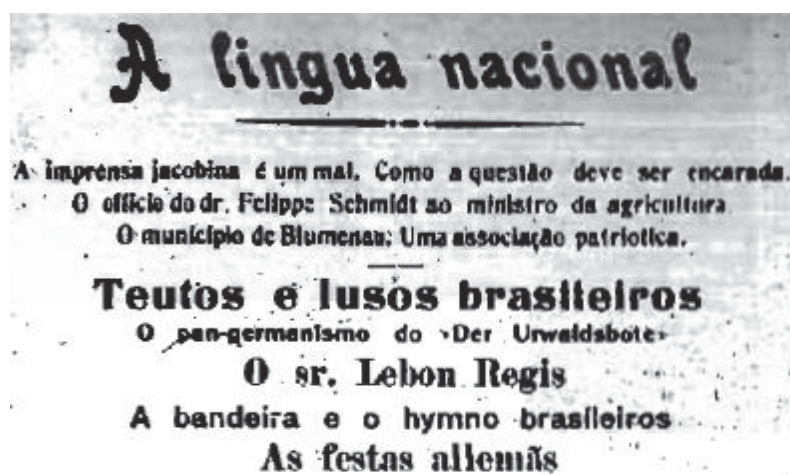
Este artigo sai em defesa dos alemães de forma muito sutil, sugerindo na verdade que a defesa é dos brasileiros. Mas cobra uma coerência do governo brasileiro em relação aos alemães que aqui residem, ao mostrar como são tratados os brasileiros na Alemanha.

Já no ano de 1918, no mês de maio, sete publicações foram selecionadas. É possível agrupá-las em dois temas: as questões ligadas ao ensino, com as edições dos dias 14, 25 e 26

de maio. Tratam das subvenções do estado brasileiro para as escolas das ex-colônias alemães, para que com este recurso organizem os estudos da realidade nacional, bem como da história e geografia do Brasil. Ainda nesse sentido, a nacionalização do ensino em SC, renovando o compromisso de não mais serem permitidas aulas em língua alemã (O DIA, 1918, p. 1-3). Essa notícia vinha a confirmar o que publicou nos anos anteriores, que os alemães não resistiam a aprender a língua, na verdade, o que existia era a dificuldade de fazê-lo.

Em 26 de junho, a primeira página foi ocupada quase pela metade com um texto que abordava diversos aspectos do germanismo, unificado sob a questão da Língua Nacional. A imagem mostra a amplitude da matéria, que será reproduzida parcialmente a seguir:

Figura 16 – A Língua Nacional



Fonte: O Dia (1918, p. 1).

Dessa forma, o jornal *O Dia* demonstra, utilizando várias estratégias de exposição, de relacionar fatos, que a sua principal preocupação era a de salvaguardar os interesses dos alemães no Brasil, em termos de negócios, influência e prestígio político. Com a eclosão da declaração da guerra à Alemanha, deixou-se de lado a tática de defesa intensa e passou-se a defender a paz e o respeito à propriedade germânica no Estado.

Dentro do tema desta subunidade, é também igualmente importante o conteúdo provindo do jornal *O Estado*, que se mostra propenso a manter a neutralidade e publicou diversas matérias na temática desta subunidade, mas nem sempre deixou clara a sua posição. Inicia-se a exposição dessas matérias já nas primeiras publicações, no ano de 1915.

Como uma espécie de espaço concedido a uma opinião, o texto inicia com a intenção de mostrar como o germanismo é percebido pela sociedade e como a ação do Estado se manifesta sobre ele. Sem identificar o autor, é perceptível que o texto não é de origem alemã.

Com a mais viva satisfação abrimos espaço a interessante Carta que nos dirigiu distincto e illustrado brasileiro aqui residente: “Estimado Sr. Redactor: O modo mais efficaz da acção dos poderes publicos, assim como de todos que collaboram com orientação segura no problema de levantar as forças do paiz e pôl-o em condições de conservar, apurar e cultivar uma nacionalidade propria, assenta incontestavelmente era vigorar na instrucção primaria, como pondera com clareza consoladora o dr. Governador do Estado, na representação que dirigiu ao Sr. Ministro da Agricultura e que o vosso jornal, com louvavel proposito, estampou em lugar de destaque. Neste caminho é que se pôde fazer obra limpa. Esta campanha irritante de reacção em Imprensa jacobina, o pretender embaraçar o esforço, em parte justificado, dos que aqui apertaram fiados em promessa lor mal dc que lhes seriam garantidas todas as liberdades, só consegue effeito contraproducente de provocar animadversões, cultivar incompatibilidades entre partes de uma população que precisa da mais completa harmonia para se desenvolver, prosperar e preencher os seus fins. Quem vos escreve estas linhas, tendo estado grande parte de sua vida em condições de conhecer de perto as mais palpitantes necessidades de um dos mais importantes municípios de origem estrangeira do Estado, já ha cerca de doze annos, insisti com um dos nossos representantes federaes sobre a necessidade da União impulsionar a instrucção primaria nacional nos municipios coloniaes. Ainda sobre este assumpto occupou-se com o então governador e a idea não vingou por não ficar apurada donde e como devia partir a iniciativa, si da Camara Federal, do governo ou do Congresso estadual (O ESTADO, 1915, p. 1).

Até este ponto cauteloso, o autor se limita a reafirmar as atribuições do Estado, as prerrogativas da normalidade e o que a população espera de cada governo. A nota política vai surgir no próximo parágrafo, onde se expõe a questão da língua portuguesa:

Felizmente as cousas transformaram-se e todos podem agora ver claramente o que eu, por estar mais perto, comecei a ver mais cedo. O antecessor do dr. Felipe Schmidt, que na época a que me refiro julgara, por motivos respeitaveis, não competir-lhe a iniciativa, annos mais tarde, quando na posse effectiva do cargo, não hesitou, entre tantos problemas que encaminhou utilmente, tomar a peito mais este, cuja magnitude comprehendeu-a logo o actual governo, reforçando o pedido de auxilio federal e insistindo peia solução que lhe parece inadiavel, para que se evite situação mais embaraçada do que a actual já tão pouco commoda. E' preciso, porém, que nos capacitemos de que não é unicamente para os nucleos novos que urge este auxilio. Para evitar males, cujos exemplos já nos assoberbam, é indispensavel que este auxilio estenda-se a corrigir faltas que se cometeram, que se leve a instrucção primaria na língua do pais aos ultimos recantos dos municipios colloniaes e são muitas as centenas de escolas de que tem necessidades aquellas populações que bem comprehendem as vantagens de saber ler e escrever em vernáculo (O ESTADO, 1915, p. 1).

A questão da língua portuguesa suscitou discussões já abordadas também por outros jornais, como, por exemplo, o fato de não se aceitarem professores que não falassem o idioma alemão em determinadas localidades. Por conseguinte, a preocupação que o Estado tomasse à

frente, universalizando a instrução primária, que seria uma forma de impedir o avanço de alfabetização na língua alemã, é mencionada na sequência do texto:

Quatro quintos da população de Blumenau, por exemplo, é nascida aqui no Brasil. Sí em tempo si tivesse cogitado seriamente de instrucção na língua do paiz o problema estaria hoje resolvido. Ha um ponto melindroso, que, certo, não terá escapado ao actual governo, fazendo tudo crer que elle está disposto a dar o nobilitante exemplo, é que dado o auxilio do Governo Federal, não se colloque nas diversas cadeiras pessoal incompetente, ao sabor das aggremações politico-eleitorais locaes, cujas vistas limitam-se a proteger afilhados necessitados, e sim professores que tenham a comprehensão de sua alta e salutar missão. Na mesma época que me referi ha pouco, considerando o que se faz na Allemanha e na Italia para manter as respectivas linguas entre seus emigrados e divulgá-la na sua descendência, pretendi fundar uma associação central, com séde em Florianopolis e sucursais nos municípios coloniaes, para intensificar nelas o ensino da lingua do paiz, associação que procurasse haurir elementos de vida em todo o que conseguiria talvez com mais facilidade do que o governo do Estado, pela nobreza de seu fim de ensinar aos novos brasileiros descendentes de pais emigrados a lingua de sua nova patria. Minha idea fanou-se ao nascer. Quem sabe si actualmente, entregue a um orgam vigoroso da Imprensa catharinense, como O Estado, encontraria melhores elementos de vida? Não ha movimento mais patriotico do que este, é quasi certo que encontraria amparo em todos os recantos desta grande terra. (O ESTADO, 1915, p. 1).

Nesse momento da matéria há uma coincidência de opinião com o jornal *O Dia*, que reiteradamente afirmava serem os alemães capazes e interessados em aprender o idioma nacional, mesmo não possuírem as condições de manter uma escola com professores brasileiros.

Uma associação como a que falo, alheia ao partidarismo politico e as outras influencias corruptoras, agiria mais desassombradamente. Muitas vezes os governos se vêm coagidos por influencias impertinentes de mandões eleitoraes. Daquele tempo para cá, que obra grandiosa estaria feita? Infelizmente, por um motivo talvez de temperamento, nos inclinamos mais a conseguir tudo com impetos violentos, abandonando o caminho calmo e razoavel, dando com tal leviandade vantagens e elementos de vida àquillo que pretendemos combater. Pela nossa índole tolerante e liberal não nos assenta combater e obstar o movimento do emigrado, para conservar as suas tradições; o que nos convem e fazemos outro paralelo, usando um direito que elles usam, fazendo em proveito de nossa causa nacional o que elles fazem relativamente a sua (O ESTADO, 1915, p. 1).

Respondendo à matéria anterior, referente à entrevista publicada de Theodor Roosevelt, a preocupação é com a desvalorização dos brasileiros perante os alemães. Ainda o uso de bandeiras e hinos alemães é visto como uma negligência do governo, bem como de um certo receio de confrontar as atitudes dos colonos alemães. Por fim, o deputado Lebon Regis sofre críticas nesse sentido.

Já que o assumpto permite, conceda-me ainda Sr. Redactor, que diga alguma coisa a proposito dos razoaveis commentarios feitos pelo vosso jornal de quarta-feira, “As Idêas de Roosevelt”. A denominação de teuto-brasileiro, para designar os de origem

germanica com a de “lusu” para designar todos os mais, sejam de que origem forem, teve o fim, parece-me unico, de destacar os primeiros, preocupando-se pouco como o meio anonymato em que ficou o resto. Antes disto a expressão não linha curso formado nem me consta que se a tivesse aproveitado para tão pouco simpatico fim de classificar brasileiros. Infelizmente, muitos patricios adoptaram logo, sem medir o alcance da irreflectida adesão e ainda agora um nosso ilustre representante a usou prodigamente na esfera federal. O mais interessante é que elle proprio, lendo ascendencia mais complexa, não encontrou um “poly⁴¹” qualquer, que a synthetisasse e favorecesse uma marca de fabrica para sua especie de brasileiro. Não percebeu o nosso bom amigo Lebon Regis⁴² que nelle estava um frisante exemplo do quanto é inesquecível e insustentavel este conservadorismo em tal materia. Ha uma outra face deste conservadorismo que tem seus pontos bem interessantes e merece ser notada; refiro-me ao que diz respeito a bandeira, ao hymno e as cores nos emblemas de sociedades. Si o geral dos brasileiros tivesse de por em pratica preceitos analogos aos que os apóstolos da campanha pangermanista acham indispensaveis nos de sua casta, quando realisassern festas populares em dias sollenes muitos como o nosso representante precisariam ter um capital empregado em mastros e bandeiras e perda horas e horas a ouvir hymnos até das bis-avós, para não deixar qualquer de suas nacionalidades de origem em “condição humilhante.” Antes de terminar, permitta-me ainda uma pequena nota, para vos mostrar a sorte da campanha do brasileirismo em sua irreflexão. Antigamente, nos dias de festas nas colonias de origem germanica básica hasteavam sempre a bandeira brasileira ao lado da allemã e como signal de respeito, não tocavam o hymno allemão sem que fosse tambem ouvido o brasileiro. Agora a nossa bandeira e o nosso hymno estão prohibidos por lei de figurar cm qualquer festa que não seja official. A consequencia foi de atiradores, de sociedades gymnasticas, de canto, etc, que são populares nas colônias, são exhibidos exclusivamente bandeira e hymno allemães. Tem porventura aquellas sociedades culpa disto? Quem foi, sr. redactor, que mais poderosamente concorreu para apagar aquella tênue sombra nacional que os allemães, com a boa fé mais sincera, davam às suas festas? (O ESTADO, 1915, p. 1).

Essa extensa coluna demonstra que o jornal procurou manter um equilíbrio entre os interesses brasileiros com a presença dos alemães. Se relutou em expor ostensivamente o “perigo alemão”, também procurou não o ignorar ou, dependendo do ponto de vista do leitor, tratá-lo com racionalidade. Ao direcionar críticas ao governo do Estado, no sentido da instrução primária, tenta mostrar que, com ação do estado e da sociedade, os alemães estariam incorporados à sociedade catarinense, no mesmo sentido das palavras de Roosevelt.

No mês de fevereiro, começam os indícios de que a situação da América em relação à Primeira Guerra Mundial sofreria significativas alterações. Na edição de 8 de fevereiro, é publicada uma extensa nota, contendo uma comunicação do governo alemão para os Estados Unidos. Basicamente, o parágrafo que sintetiza esse comunicado é reproduzido a seguir:

O governo Imperial vê-se consequentemente, na contingencia de suspender as restricções que até agora impuzera ao emprego dos seus meios navaes de ataque, firmemente convencido de que o povo americano e seu governo comprehenderão as razões dessa decisão e a sua necessidade. O Governo Imperial espera que os Estados

⁴¹ Ou Poty. Expressão que significa um nome de valor.

⁴² Lebon Regis: Deputado Estadual e Federal, com vários mandatos, entre os anos de 1901 a 1915. Pertencia ao Partido Republicano Conservador (PRC).

Unidos apreciarão o novo estado de coisas de um ponto de vista elevado e imparcial e cooperarão para evitar novas misérias e inúteis sacrifícios de vidas humanas (O ESTADO, 1917, p. 1).

Ou seja, os alemães a partir de agora vão responder militarmente nos mares a qualquer tentativa dos americanos em abastecer os aliados. Nesse mesmo sentido, a edição de 11 de fevereiro, ao retratar o *Momento Brasileiro*, manchete que seria frequente até o final da guerra, reproduz a nota enviada pelo Ministério das Relações Exteriores ao governo alemão:

O Ministério das Relações Exteriores forneceu à imprensa, hontem, as 22 horas, cópia da nota que o governo do Brasil enviou ao da Alemanha e ao da Áustria-Hungria, protestando contra o bloqueio estabelecido por estes dois países para o litoral da Inglaterra e suas ilhas, França e Mediterrâneo Oriental. Segue, na integra, o referido documento: 'Transmiti ao meu governo immediatamente pelo telegrapho a nota de 3 do corrente em que v. exc. communica a resolução do Governo Imperial Allemão de bloquear as costas da Gra Bretanha e de suas ilhas, o littoral da França e da Itália e o Mediterrâneo Oriental por submarinos que, de 1 de fevereiro corrente em diante, impedirão todo trafego maritimo naquellas zonas, supprimidas as restricções observadas até agora no emprego de meios de combater no mar e admittidos todos os meios armados para destruição de navios. Accrescenta a mesma nota que o governo Allemão, confiando na apreciação justa que o do Brasil fará desses meios de guerra que as circumstancias presentes o forçam a tomar, espera que os navios brasileiros avisados do perigo que correrão se entrarem nas zonas interdictas e, bem assim os passageiros e mercadorias que se acharem a bordo de quaesquer outros navios mercantes, neutros ou não. Acabo de receber instrucções para declarar a v. exa. que o Governo Federal tem o maior empenho em que não se modifique, até o fim da actual guerra, a situação de isenção que lhe creou a observância rigorosa das regras de neutralidade que estabeleceu desde o rompimento de hostilidades entre nações amigas. Assim procedeu sempre, reservando-se, como lhe cumpria o direito de reclamar nos casos concretos que afectassem interesses brasileiros, como o tem sempre leito. A inesperada comunicação agora recebida, de um extenso bloqueio de paizes com os quaes o Brazil tem activas relações economicas e está em ininterrupto contracto por navegação também brasileira, produziu a mais justificada e profunda impressão pela ameaça imminente de injustos sacrificios de vidas, destruição de propriedades e completa perturbação das transações commerciaes em taes circumstancias (O ESTADO, 1917, p. 1).

Em tempos de guerra, deve-se ter toda a cautela, mas não se pode abdicar da soberania nacional, nem esquecer que o conflito cessará e que no futuro as posições de agora podem não ser esquecidas:

Seguindo invariavelmente o seu proposito anterior, o governo Brasileiro, depois de ler estudado a matéria da nota alemã declara nesta ocasião que não pode aceitar como effectivo o bloqueio ora subitamente estabelecido pelo governo Imperial Allemão porque, tanto pelos meios empregados para realizar esse bloqueio e desmedida extensão das zonas interditas, como pela ausência de quaesquer restricções no ataque, inclusive a dispensa de prévio aviso aos navios mesmo neutros, e o uso anunciado de destruição de quaesquer meios armados, tal bloqueio não seria regular nem effectivo e desobedeceria os princípios de direito e clausulas convencionaes estabelecidas para operações militares dessa natureza. Por isso o Governo Brasileiro, não obstante o seu sincero e vivo desejo de evitar divergências com as nações amigas, e a em luta armada, sente-se no dever de protestar contra esse

bloqueio, como effectivamente protesta e em consequência disso, a deixar ao Governo Imperial Allemão a responsabilidade de todos aquelles casos que se derem com cidadãos, mercadorias e navios brasileiros, desde que se verifique a postergação dos principios reconhecidos do direito internacional ou de actos convencionaes em que o Brasil e a Allemanha sejam partes (O ESTADO, 1917, p. 1).

Este é o cenário que antecede o torpedeamento dos navios brasileiros, que aconteceria a partir de abril. A partir desse ponto, a tendência dos jornais no território nacional foi a de adotar uma dose de cautela em vincular conteúdos simpáticos aos alemães.

A 20 de fevereiro, na seção *Brasil – Alemanha*, outra que ficaria frequente até o final da guerra, o jornal publica uma declaração de Lauro Müller a um jornalista, a respeito da nota:

O sr. Lauro Müller, conversando com um jornalista, a respeito da nota do Brazil, disse: “O Brasil não desmentiu o seu passado de honra. A Allemanha dando conta do bloqueio marítimo a caça aos navios mercantes, neutros ou não, encontrou da nossa parte a mais categórica reprovação. Fomos, na América do Sul, os primeiros a protestar contra aquelle acto do Imperio Germanico; os primeiros, porque não devemos encarar a acção dos Estados Unidos como um protesto, senão como um decisivo rompimento de relações, o que é muito differente. Nesse caso tão delicado e num momento tão angustioso para a humanidade, tenho consciencia de que defendi, á frente da chancellaria brasileira, a dignidade e os grandes interesses do paiz. Os termos da nota com serem cordeaes não perderam o traço de absoluta energia. Observe que, no trecho em que tratamos dos damnos que nos possam causar a guerra submarina, sem restricções, frisámos bem que deixamos a Allemanha a responsabilidade de todos aquelles casos que se derem com cidadãos, mercadorias e navios brasileiros, verificada a postergação de princípios, reconhecidos de direito internacional. Quer expressões mais positivas? O caso não comportava discussões de theses. A redacção da nota obedeceu a um princípio de rigorosa conclusão diplomática, não tendo mais palavras do que as estrictamente necessarias (O ESTADO, 1917, p. 2).

Para o diplomata, o Brasil não considerou agir em bloco, pois pensou na defesa dos seus interesses. Essa afirmação de Lauro Müller, da forma como foi trazida pelo jornal, mostrava que o antigermanismo não era uma bandeira que se queria ver desfraldada a todo instante.

- E sobre a acção conjunta, de que varios jornaes falaram? perguntou o jornalista.

Disse s. ex:

- O Brasil não pensou nisso: o seu acto tinha de ser forçosamente isolado, como foi. Estavamos diante de um caso de honra nacional, que cada nação defende corno entende. Depois da recepção da nota allemã, comuniquei immediatamente aos representantes diplomaticos da America do Sul que iriamos protestar. Não pedi, porque não podia pedir um absurdo, o apoio dos seus paizes para, com o Brasil, formular um protesto. Não houve mesmo negociações nesse sentido. As chancellarias americanas agiram com a maxima liberdade, sem acceitação ao que me parece, suggestões deste ou daquelle governo.

- E que resposta espera v. ex. da Allemanha?
- A nota do Brasil tem de ser respondida. Acredito que o sr. Bethmann Hollveg a tome na consideração que ella merece, pela sua superioridade e pelo seu claro direito. O que asseguro é que o governo brasileiro aguarda tranquillamente os acontecimentos, para agir de accordo com o seu passado de honra e altivez. E sobre outras notas, que pensa v. ex.?
- Oh! Não me cumpre a mim fazer-lhes a critica. Se são boas ou más, não me compete dizer.
- Mas, a nota argentina?
- Não é bem uma nota, isto é, não é uma nota de protesto. A Argentina lamenta apenas as medidas extremas que sejam empregadas pela Allemanha contra o direito dos neutros. A nossa, como sabe, é mais positiva na defesa desse direito (O ESTADO, 1917, p. 2).

A nota repercute, ainda, suscitando opiniões que o jornal vai acolhendo. Não somente a repercussão da declaração de Lauro Müller parece ter sido suficiente, pois outros também vão emitir suas opiniões. A 23 de fevereiro, é o seguinte parecer da nota que vai na segunda página do jornal:

O DR. RODRIGO OCTAVIO⁴³ E A NOTA DO BRAZIL Á ALLEMANHA

A proposto da nota brasileira o Dr. Rodrigo Octavio declarou o seguinte: O governo desejando manter a neutralidade, que é o que nos convém, collocou a nota no seu verdadeiro terreno. Poderá haver outras notas mais enérgicas, mais incisivas, e melhor redigidas do que a nossa; a questão, porém, não deve ser encarada sob o traçoeiro prisma dos confrontos, porquanto não se trata de um concurso de notas e sim de se apurar se a nota do Brasil corresponde ao interesse nacional. Sob o ponto de vista dos interesses geraes, o que nos convém de modo o absoluto é nos mantermos estranhos á luta, isto é - neutros. Parece-me ser este o desejo de todos os brasileiros. Os que censuram nota quereriam certamente, que ella fosse de molde a nos levar à guerra por isso que vivem agora appellando com entusiasmo para o apparecimento de casos concretos, afim de que possam ver como irá agir o governo. No entanto, o que se me afigura de todo o ponto desejavel é que esses chamados casos concretos nunca se verifiquem. A situação é extremamente delicada, principalmente para nós, unico paiz da America do Sul que tem marinha mercante navegando para a Europa (O ESTADO, 1917, p. 2).

Mas seria o bloqueio legal ou ilegal? Difícil questão, pois no meio jurídico são possíveis de se buscar as mais variadas leis, acordos, tratados, casos julgados anteriormente para se chegar a uma resposta. Por isso, é importante perceber que linha de raciocínio o jornal traz para seus leitores.

Quanto á illegalidade do bloqueio allemão, diz s. ex., como internacionalistas, que o bloqueio, mesmo em prejuízo dos paizes neutros, é meio que todos reconhecem como licito; mas é mister para tanto, que essa operação seja effectiva, isto é, que a nação bloqueadora tenha elementos reais para impedir qualquer comunicação com porto da costa bloqueada. Estes são os princípios por nós proclamados desde o nosso tratado com a Inglaterra em 1828 e é generalizado depois da declaração de Paris, de

⁴³ Provavelmente trata-se de Rodrigo Octavio de Langgaard Meneses, subsecretário de Estado das Relações Exteriores no governo Epiácio Pessoa.

1856 e das declarações de Londres de 1909. Conclue. s. exa. que foi justamente neste terreno da impraticabilidade de bloqueio tão vasto como a Allemanha pretende, que o nosso governo se collocou, baseado em principios estrictamente jurídicos, desejoso de manter o Brasil numa situação neutra, o que deve ser, aliás o desejo de todos. A nota não poderá assumir caracter inamistoso; e, portanto, sendo jurídico o seu fundamento, protestando como protesta tornar effectiva a responsabilidade da Allemanha pelos prejuizos directamente causados aos interesses nacionaes pelo bloqueio, disse o que devia dizer nos limites do que era conveniente. Não parece a s. v. exa. inutil pôr em evidencia o que seja esta declaração de responsabilidade (O ESTADO, 1917, p. 2).

Admitida esta parte, resta outra questão: se o bloqueio pode ser considerado lícito, então também os atos decorrentes deste e suas consequências também deverão ser, pelo menos é o que sustena o entrevistado.

Todos os protestos que se fazem para alcançar certo effecto juridico, declara s. ex., visam uma eventual effectividade de responsabilidade em que alguém possa incorrer; e quem pratica acto que decorre damno para terceiro é responsável pelo damno, se há culpa ou má fé e se pratica acto illicito. Ora, no caso presente, desde que o bloqueio é considerado acto licito, das certas condições, era indispensavel que o governo fizesse sentir á Allemanha, como o fez, que a tornaria responsavel pelas consequencias desse bloqueio, por isso que não considerava em termos legais, não só pelas já citadas condições de impraticabilidade absoluta, como porque, mesmo no caso de bloqueio effectivo, não é permitido o afundamento de navios sem prévio aviso, mas tão somente apresamento, sendo o afundamento apenas admittido na hypothese de ser impossível levar o navio apresado a porto nacional. Mas, mesmo nesse caso, cumpre não esquecer que devem ser salvos a tripulação e os passageiros. A generalidade com que todas as nações neutras fizeram protestos contra o bloqueio pretendido pela Allemanha, demonstra a regularidade do procedimento do nosso governo. Ainda mais, a circunstância de quasi todas ellas se referirem á responsabilidade eventual da Allemanha, prova que nada há a censurar na nota brasileira pelo facto de se referir ella tambem a essa responsabilidade.

O dr. Rodrigo Octavio conclue affirmando ser necessario considerar que, se nos casos normaes, a diplomacia não se faz nas ruas e pela imprensa, muito menos agora, numa situação que é talvez a mais grave que se tem apresentado no mundo. S. exa. não nega que há ausência de grande energia na nota brasileira, mas recorda que energia em taes casos equivale a declarações inamistosas e estabelece esta alternativa – se queremos a guerra a nota é fraca, se queremos a defesa da dignidade dos interesses nacionaes e a posição de neutros, a nota é excellente (O ESTADO, 1917, p. 2).

De fato, a nota brasileira de repúdio à atitude alemã repercutiu bastante, como seria de se esperar, pois é o preâmbulo para determinar que tipos de relações o Brasil passaria a ter com a Alemanha daí em diante. Os comentários do subsecretário, Rodrigo Octávio, simbolizam bem essa situação, inclusive prevendo o cenário de guerra.

Toda essa descrição a respeito da nota brasileira para a Alemanha tem por função demonstrar a diferença de cobertura entre os dois jornais diários selecionados. A exposição de fatos que fez o jornal *O Estado* não foi encontrada em momento algum, de forma similar, no

jornal *O Dia*. Para este último, sempre a palavra era em favor dos alemães: os interesses brasileiros surgiam quando era conveniente encaixá-los no discurso. Mas, para *O Estado*, é possível perceber mais prudência e mais vontade de informar, embora em alguns momentos também as críticas tenham sido mais veementes que a informação.

Três dias depois, a 18 de abril, da mesma forma que as edições anteriores, dedicou toda a primeira página para a guerra, mas as duas colunas centrais reproduzem a íntegra da carta remetida pela Liga da Defesa Nacional, ao governador do Estado. A missiva faz todo um discurso de patriotismo, alertando para os cuidados que se devem ter em todas as cidades brasileiras e preparando, em vários momentos, a opinião pública para as situações de maior tensão, ou seja, o estado de guerra, que não tardaria a chegar. Nenhuma menção mais ostensiva é feita aos alemães residentes em Santa Catarina. O jornal ainda tece elogios à Liga, chamando de “Patriótica” (O ESTADO, 1917, p. 1).

Já no primeiro dia do mês, a coluna *Brasil – Alemanha* ratifica a saída do ministro alemão, realçando que ocorreu sem incidentes (O ESTADO, 1917, p. 1).

Na edição seguinte (do dia 3), um discurso do parlamentar catarinense Lebon Regis é significativo para a compreensão do sentimento do país em relação à presença alemã no Sul, e de como seus habitantes se manifestam para os demais:

O jornal *A Noite* entrevistou os deputados federaes sobre a actual situação. O deputado Lebon Regis assim se exprimiu: “Sou suspeito para faltar. Todos sabem que sou amigo do ministro Lauro Müller e que, portanto, nada há de extranho em significar o meu applauso a attitude governamental. Além disso sou de Santa Catharina, Estado contra o qual a imprensa anda tão prevenida a ponto de julgar qua ali o patriotismo é planta que degenera. Falam de Santa Catharina como si ali todos fossem allemães, e como si nos seus 29 municipios preponderas-se o elemento teutonico, o que na realidade acontece em Joinville, Blumenau e Brusque”. Terminou o illustre deputado por Santa Catharina, recordando que, em casos de tal natureza, seria disparate agir com precipitação, motivo por que louva o acerto do governo. “Precipitarmo-nos? Para que? Não vemos que os Estados Unidos tomaram attitude depois de terem tratado da mobilização? Não sabemos que a Italia se preparou durante um anno para se manifestar favoravel aos alliados? A guerra ha de vir, mas tratemos primeiramente da nossa propria preparação; que se cortem fardamentos, se fabriquem calçados para o exercito, se depositem munições, se mobilisem os Brasileiros e depois, então, que ao declare a guerra e assim poderemos agir com certa autoridade”. E terminou o dr. Lebon Regis, affirmando: “Estou certo que é inevitavel a guerra e que os catharinenses, mesmo os descendentes de allemães, não serão os ultimos a cumprir os seus deveres” (O ESTADO, 1917, p. 1).

A respeito dos fatos ocorridos em Porto Alegre, a edição de 04 de maio voltava a carga com o assunto, sob o título *Os sucessos de Porto Alegre*, em que um dos alemães envolvidos expunha a sua versão dos fatos.

Eis o que informa um jornal riograndense: “Correndo, na cidade de Porto Alegre, a noticia de que iam ser interrogados, em audiencia do juiz districtal da vara do crime, dr. Sinval Saldanha, os criminosos Schmidts, desde cedo grande numero de curiosos se agglomerou nas immediações do Tribunal do Jury. Entre o juiz e Frederico Schmidt foi travado o seguinte dialogo:

- Diga a verdade. É certo que premeditou o crime?

- Sim, senhor, respondeu Frederico. Tinha estado, na vespera, no centro da cidade e assisti ás manifestações e gritos de ‘Morra á Allemanha’, que me deixaram irritado. Tive vontade de protestar, mas calei. No dia seguinte, disse comigo: Se a coisa vier cá para os meus lados saberei mostrar como um filho da Allemanha cioso de seu patriotismo, não consente impunemente em desrespeito publicos ao seu paiz.

- E foi, então, armou-se?

- Foi. Ordenei tambem aos meus filhos que se armassem e lhes forneci carabinas e munições. Então, juntamente com elles, fui entrincheirar-me atrás de uma parede de tijolos, aguardando a passagem do bonde. Justamente quando o bonde aproximou-se, tremi de raiva! Aponta a carabina e ordenei aos meus filhos: Fo-go! A descarga partiu. Senti minha patria desaffrontada dos morras que davam. Só então vi que o povo, de mistura com a policia, nos cercava e nos prendia.

- E não se arrepende de seu acto?

- Absolutamente não. Meu patriotismo justifica-o. Sou cidadão allemão em primeiro lugar, e em segundo considero a Allemanha o primeiro paiz do mundo. Não podia, portanto, permitir, sem protesto, que gritassem morras.

- Visto o que diz, foi o sr. unicamente quem premeditou o attentado?

- Unicamente. Meus filhos auxiliaram-me, mas por ordem minha, obedecendo como bons patriotas allemães que tambem são, embora nascidos no Brasil.

- Já leve noticia de que o povo ateou fogo ao hotel?

- Já, mas isso não me inquieta. Que é isso para um homem que abaixo de Deus só considera o kaiser.

Depois de certo silencio, durante o qual o escrivão ia fixando no almasso os depoimentos, disse o sr. Schmidt:

- Entretanto, Sr. Juiz, queria saber quem me indemniza os prejuizos por mim sofridos”.

O juiz, sorrindo mordazmente, respondeu: - O kaiser, naturalmente!

O accusado Otto Bischoff, tambem um dos autores do attentado contra o povo, na noite de 15, em frente á Pensão Schmidt, requereu "habeas-corpus", allegando a sua nenhuma participação no crime dos Schmidts. O mais importante é que Bischoff requereu o “habeas-corpus” como preso pobre quando e sabido ser elle estabelecido com uma grande serraria na rua Voluntarios da Patria (O ESTADO, 1917, p. 1).

O sentimento antialemão é bem explícito nesta matéria, que coloca o acusado do atentado em uma posição de orgulho, indiferente ao crime que praticava, e a sua indiferença quanto ao fato de seus filhos serem brasileiros e ele mesmo residir no Brasil.

Com a publicação desta história, que remete ao período imediatamente após o rompimento de relações entre Brasil e Alemanha, fica constatado que, a partir de agora, não há mais interesse nem prudência em relação à imagem alemã. São inimigos do Brasil e não se enxergam como brasileiros, como ficou explicitado na entrevista com a personagem do ocorrido.

A próxima referência é em relação à saída do ministro brasileiro em Berlim, Gurgel do Amaral, escoltado pelos alemães até a fronteira suíça, e de como tudo transcorreu sem incidentes (O ESTADO, 1917, p. 1).

A treze de março, a edição publica na primeira página uma coluna completa com um texto da Liga da Defesa Nacional, conclamando os brasileiros para com seu dever, com a seguinte manchete: *A Defesa Nacional!! Venham para nós todos os brasileiros que sintam dentro dos seus peitos o Brasil! O. Bilac.* Segue o texto na íntegra:

Attendida a exclamação do Poeta a Liga da Defesa será uma força definidora da grandeza da Patria. Venham para nós os brasileiros, diz elle, aquelles que sintam, que comprehendam, que amem o Brasil: fóra fiquem os farrapos das facções, a degenerescencia da politica, o mercantilismo das consciencias, os rancores e os ódios. É o culto da Patria que ressurgue, arregimentando energias, codificando vontades. É a Nação que se redime de peccados cometidos, que se penitencia por ter andado em descaminhos. Venham para nós todos os brasileiros que sintam dentro dos seus peitos o Brasil, o resto nós o faremos: assim falou a Liga da Defesa. E assim é, assim será. O seu programma é de luz. Não ha trevas que lhe resistam. Reunindo dois grandes movimentos, o cívico e o militar, moldando-os na forma perfeita do amor da Patria, a Liga da Defesa Nacional pelos meios de victoria que expõe, guinda-os a uma eminencia de tanta luz que, do seu cimo, o coração mais descrente, a alma mais pessimista de quantas andam no Brasil sorri ao quadro de grandeza e de triumphos que desse novo monte Nebo se descortina. O intuito fundamental dessa excenlente criação de Pedro Lessa Miguel Couto e Olavo Bilac, que é o pregoeiro da sua gloriosa grandeza e do seu escopo victorioso, pelas terras do Brasil. É a fundação de um centro de iniciativa e de encorajamento, de resistencia e de conselho, de perseverança e de continuidade para a acção dos dirigentes e para o labor tranquillo e assegurado dos dirigidos. E neste intuito vae um mundo de trabalho, um alluvião de energias, um despender de actividades que, certissimamente, transformará o entusiasmo que lavra pela Nação em sementeiras prodigiosas que florescerão, um dia, em grandeza, abnegação, nobresa e victoria. A Liga vae realisando o seu ideal sob a egide dos nomes mais augustos e valiosos do Paiz. Ella tem procurado com uma largueza de vista de todo o ponto excellent: (O ESTADO, 1917, p. 1).

Olavo Bilac é o Patrono do Serviço Militar do Brasil. Seus discursos e sua poesia evocam os amores pela pátria. Assim, no momento de tensão com a Alemanha e da consequente necessidade do fervor patriótico, é dele que os jornais se servem com frequência. A seguir, os pontos importantes para o compromisso da Liga da Defesa Nacional para com a nação:

Manter, em todo o Brasil, sempre um estado efficaz, a idéa da integridade da Patria realisada na collimação de todos os ideais patrióticos, fazendo desaparecer esse terror de desmembramento que asoberba a todo aquelle que reflecte sobre o nosso futuro, desmembramento pela falta de intensas correntes de apoio e de accordo, pelo desvirtuamento da educação moral e civica pelas falhas de direcções publicas, desvalorização e indiferença quasi graves;
Vulgarisar o sentimento patrio pelos elementos: instrucção primaria, professional e militar;

Dar combate ao analfabetismo por meio dum professorado eficiente e edoneo: ao alcool pelas ligas de defesa da dignidade pblica; á vagabundagem pelos processos de correcao e trabalhos; á disoluçã dos costumes pela regeneraçã do homem; Desenvolver o civismo pelo estudo da nossa historia “que é Limpa e nobre”, creando-se o culto do heroismo: fundar linhas de tiros, batalhões de escoteiros, companhias patrióticas – o que importa dizer: treinar, amestrar a infancia e a mocidade para pelejarem a boa peleja, fortificando-as com a gymnastica sublime do verdadeiro patriotismo: cultuar o passado, confiar no presente e crer no futuro; Intensificar por todos os meios o culto da Patria, “lavrando a alma do Brasil”, essa alma que anceia, que vae reagindo, que vae vencendo (O ESTADO, 1917, p. 1).

A Liga de Defesa faz um longo discurso, evocando as memórias patrióticas, o senso de dever e sentimentos afins, para mostrar que os novos tempos exigem do brasileiro uma conduta exemplar em relação ao conflito.

Esse sentimento de patriotismo foi novamente elevado na edição de 15 de maio, incitando à guerra, com o sugestivo título *Não há que esperar*:

Usando deste mesmo titulo, um nosso collega paranaense lança o seguinte appello á mocidade Brasileira: ‘O rompimento de relações diplomaticas e commerciaes com a Allemanha, que o attentado brutal praticado contra nossa soberania exigiu, é prologo da entrada do Brasil num grande conflicto. É quasi certo, que teremos de pegar em armas. Em taes circumstancias, não se admite tergiversações - urge que cada um se apreste, sem perda de tempo, e saiba cumprir com o seu dever. As linhas de tiro e os corpos permanentes do Exercito estão á disposição da mocidade vigorosa, que não poderá recusar seu sangue em defeza do Brasil. O momento a chama - é preciso que nos adestremos no manejo do fuzil. Esqueçamos por instantes o football; deixemos os preostos emphaticos e improductivos das ruas e cerrando fileiras, recebamos dos devotados instructores que do nosso Exercito tem abnegadamente saído, a precisa instrucção militar, de que tanto temos descurado. Si não conseguirmos sahir sem haver enfrentado o inimigo, e sem termos uma prova mais cabal do quanto é necessario ao povo que quer fazer das suas fraquezas o preparo de suas forças de defeza, que nunca mais nos saia da memoria este momento extraordinario, em que o Brasil teve de fazer das suar fraquezas forças para se jogar intemerato contra os valentes titães que desafiam o Universo! O instante é por demais eloquente, para que nossa mocidade não se penitencie de sua acedia pela aprendizagem da arte da guerra, decaida no Brasil. Raros são os jovens que jogam esgryma e o nosso caboclo visa melhor com uma arma de fogo, do que nossos cidadãos! E uma verdade o que dizemos! Nada, pois, de vacinações - às armas, compatriotas! (O ESTADO, 1917, p. 1).

O texto conclama os cidadãos para o inevitável, para o perigo da guerra, ao mesmo tempo que constata a inaptidão dos “cidadãos” para o manuseio da arma de fogo, coisa que os “caboclos” têm mais habilidade. Não se pode deixar de notar o tom depreciativo com que são separados “cidadãos” e “caboclos”.

A edição de 28 de setembro retoma a questão entre Alemanha e Argentina e homenageia o aviador francês, notório por ter abatido grande números de aeroplanos alemães. Tal notícia seria desmentida posteriormente e confirmada no mês de outubro.

A GUERRA

O celebre aviador Guynemer

A Paz – NOTA SUPPLEMENTAR ALLEMÃ

Argentina e Alemanha

FALLECE O NOTAVEL AVIADOR GUYNEMER

Rio, 27: Um despacho telegraphico de Pariz noticia o falecimento devido a um desastre do espião Guynemer, valoroso aviador francez. O desaparecimento do mais célebre e popular aviador causou unanime e dolorosa emoção em toda a França. Guynemer foi o mais formidavel typo creado pela Guerra aerea. Elle não era somente o maravilhoso caçador, mas tambem um tecnico notavel. Guynemer é official da Legião de Honra. Aos 22 annos e meio, já havia abatido 53 aeroplanos inimigos, elevando-se actualmente, ao numero 80.

A ALLEMANHA E A PAZ

Rio, 27- Confirma-se a noticia de ter a Alemanha incluído na nota suplementar da resposta que deu às propostas de paz a declaração de que está disposta a evacuar a Belgica, comprometendo-se a contribuir com parte importante necessaria para reparar os danos soffridos pela Belgica durante a Guerra. A Belgica em troca deverá garantir que qualquer ameaça contra a Alemanha não se renovará no futuro.

ALLEMANHA ARGENTINA - MANIFESTAÇÃO POPULAR

Rio, 27 - Telegrapham de Buenos-Ayres o seguinte: Conforme estava anunciado realizou-se a grande manifestação popular a favor da quebra de relações diplomaticas entre a Argentina e a Alemanha. É impossivel descrever a imponente manifestação na qual tomaram parte umas 30 mil pessoas (O ESTADO, 1917, p. 1).

Finalmente, para a última edição de setembro, do dia 29, as manchetes da Guerra continham um pouco de tudo que foi referido anteriormente, com o desmentido da morte do aviador francês. Esse fato é relevante, uma vez que a utilização de heróis de guerra é um argumento eficaz na construção de um inimigo. Portanto, a notícia de que estava vivo aumenta a intensidade do combate aos alemães.

A GUERRA

NOS ESTADOS UNIDOS

Descoberta de uma grande conspiração

O aviador Guynemer está vivo

Ultimatum à Alemanha

Nos Estados Unidos – Uma grande conspiração descoberta pela policia especial
Rio, 28 —Diz um despacho telegraphico de Nova York que a policia especial organizada pelo Ministerio do Exterior contra a espionagem allemã nos Estados Unidos conseguiu descobrir e frustrar a conspiração que tinha por fim fazer voar numerosas fabricas de munições. Conhecendo em todos os seus detalhes o tenebroso plano as autoridades prenderam hoje de surpresa noventa subditos dos paizes inimigos que tinham conseguido introduzir-se nas fabricas como mecânicos, obtendo, para isso, contractos com o governo, mediante falsos papeis de identidade. Em poder desses individuos foram encontrados documentos compromettedores entre os quaes importantes cartas e varios mapps. A policia apprehendeu muitas armas e grande quantidade de explosivo chamado *carbonorium*, especialmente apropriado para a destruição de machinas. Causou sensação nos Estados Unidos a grande descoberta da policia especial que age sob a orientação do Ministerio das Relações Exteriores.

COMMUNICADO ITALIANO

Rio, 28 - Diz o general Cadorna em seu comunicado: Em diversos pontos das frentes do Trentino e Alpes numerosos grupos de forças inimigas tentaram suprehender os nossos postos de vigilancia, sendo, porem, energicamente repelidos.

COMMUNICADO FRANCEZ

Rio, 28 -Annuncia o comunicado da tarde: Na frente do Aisne ha grande actividade da artilharia. Os allemães depois do violento bombardeio ás nessas posições desde Vauxgeorne até a região oeste de Cerny atacaram-nos ao sul da Arbo Cerny, sendo, porém, forçados a voltar as suas linhas depois do soffrerem pezadas perdas.

ULTIMATUM A ALLEMANHA

Rio, 27 - O governo da Republica do Perú apresentou ultimatum a Allemanha para, no praso de oito dias, dar plenas satisfações acerca do afundamento do vapor peruano Horton.

O CAPITÃO GUYNEMER

Rio, 28 - De Paris desmentem o fallecimento dcojovent e celebre aviador francez capitão Guynemer que já conseguiu abater 80 aeroplanos inimigos (O ESTADO, 1917, p. 1).

Para o mês de outubro, quando o Brasil finalmente declara a guerra, sete edições foram seleccionadas. Na primeira delas, publicada no dia 07, traz a notícia de que a morte do aviador francês referida anteriormente foi confirmada. Mas a primeira manchete retoma o livro *Nuestra Guerra*, acrescida do sugestivo subtítulo “*tudo manejo dos allemães*”.

O livro “Nuestra Guerra”

A legação Argentina informa o nosso governo

Tudo manejo dos allemães

RIO, 6: O ministro da Republica Argentina, acreditado junto ao nosso governo, esteve hoje no Itamaraty, onde fez entrega ao sr. dr. Nilo Peçanha, Ministro do Exterior, da seguinte comunicação: De accordo com as delligencias effectuadas a respeito pela Policia de Buenos Ayres, sobre o autor do folheto Nuestra Guerra, que se occulta sob o pseudonymo de Pedro Cordoba. sabe-se que é o subdito hespanhol Julio Cola. director do jornal *Gazeta de España*. Esse jornal é subvencionado pela colonia allemã estabelecida em Buenos Ayres. Alguns dados que contém o folheto parecem fornecidos pelo escriptorio da legação Imperial da Allemanha (O ESTADO, 1917, p. 1).

A polêmica do livro finalmente se encerra, com a culpa do mesmo atribuída à colônia alemã. E segundo os termos do jornal, “parece” que algumas informações partiam da legação do Império Alemão. Na edição de 12 de outubro, duas matérias sobre revoltas na marinha alemã tomam destaque na primeira página:

Revolta na esquadra allemã

Morte de um commandante

A infantaria negou-se e atirar sobre os rebeldes

Rio, 11 - Os jornaes de New York, dizem noticias telegraphicas dali, estão repletos de telegrammas sobre a revolta da esquadra allemã. Despachos de Amsterdam informam que essaur rebelião estalou simultaneamente em quatro unidades ancoradas em Wilhelmhaven. O commandante do cruzador *Westphalen* foi pelos seus subordinados atirado ao mar, morrendo afogado sob cerrado tiroteio. Armadas com revolveres e carabinas as tripulações chegaram a desembarcar tentando ir até a

cidade, o que não realizaram devido ao facto de ter sido a infantaria de marinha mandada ao seu encontro afim de suffocar o movimento. Mesmo assim a infantaria de marinha negou-se a fazer fogo sobre os rebeldes conforme determinavam ordens superiores, limitando-se apenas a cercal-os e prendel-os. Há notícias de vários fuzilamentos de rebeldes, emquanto as informações de outras fontes seguras dizem que se deram alguns motins nas frentes de batalha (O ESTADO, 1917, p. 1).

O outro texto confirma a prisão do Conde Luxemburg, bem como o motim a bordo do navio alemão e as providências do governo imperial. As notas pequenas e frequentes agora se assemelham com os jornais que defendem os alemães, apenas invertendo o conteúdo e se fixando em outra época, ou seja, pós-relações rompidas.

A GUERRA

Na esquadra allemã - Uma conspiração - O conde Luxemburg

A sua prisão

Rio, 11: Informam de Amsterdam que telegramas de Berlim dizem que o almirante von Cacle, fallando hoje no Reichstag sobre a descoberta de uma conspiração na esquadra allemã disse que infelizmente são verdadeiras as noticias sobre o triste facto occorrido na nossa marinha. Tenho informações seguras, disse o citado almirante, de quem seja o principal cabeça do movimento e só agirei depois de haver conferenciado com os deputados no Reichstag. Os socialistas independentes, entre os quais Bethmann, Hasse, e Vogtheir a quem o almirante explicou os seus planos deram-lhe plena aprovação.

O conde Luxemburg – A sua Prisão

Rio, 11: De Buenos Ayres telegrapham dizendo ter-se confirmado a noticia da prisão do Conde Luxemburg, na povoação do general Madariaga. O commissario que effectuou a prisão espera instrucções do Presidente da Republica sob se o Conde de Luxemburg será enviado para a ilha Maslim Garcia, onde aguardará a chegada do vapor que o conduzirá á Europa (O ESTADO, 1917, p. 1).

Na edição de 21 de outubro, as manchetes tornam-se mais agressivas, mostrando a pilhagem efetuada por submarinos alemães, as vitórias alemãs sendo tratadas como catastróficas e as ações dos americanos, quando do afundamento do navio Antilhas, que estava a serviço dos americanos. O clima cada vez mais tenso desembocaria nos próximos dias (O ESTADO, 1917, p. 1).

Na edição de 27 de outubro, o assunto era o torpedeamento do Macau, mas de última hora foi acrescentado, em letras garrafais, a manchete mais importante até então:

Figura 17 – Declaração de Guerra

**Rio, 26 às 19,50 (urgente) -A camara acaba de declarar
a guerra por cento e quarenta e nove votos contra um.**

Fonte: O Estado (1917, p. 1).

A primeira página é dedicada ao tema, do qual as duas primeiras colunas contêm as manchetes mais relevantes, organizadas, como de praxe, em pequenas notas:

BRAZIL E ALLEMANHA
O TORPEDEAMENTO DO MACAU
DECLARAÇÃO DE GUERRA

Casas allemãs guardadas

Rio, 26 - Devido a grande agitação popular pelo torpedeamento do vapor *Macau*, da nossa marinha mercante, a policia, como medida preventiva mandou guardar, por praças devidamente embaladas, os estabelecimentos bancarios e casas commerciaes de propriedade de allemães.

A tripulação do MACAU

Rio,26 - À ultima hora chegou ao Lloyd Brasileiro a noticia de que todos os tripulantes do navio brasileiro, *Macau* torpedeado por um submarino allemão, foram salvos.

Meeting acadêmico

Rio, 26 - Conforme telégrafos, os estudantes das escolas superiores desta capital, promoveram hontem um grande comicio popular para protestar contra o torpedeamento do vapor *Macau*. O meeting esteve extraordinariamente concorrido. Fizeram-se ouvir varios oradores que atacaram fortemente o procedimento da Allemanha. Os oradores foram vivamente applaudidos pela enorme multidão.

Boato desmentido

Rio, 26 - Foi desmentido o boato que corra esta manhã de terem sido recolhidas aos respectivos quartéis as tropas do Exercito que se acham presentemente em manobras.

Romaria ao Lloyd

Rio, 26- Tem havido verdadeira romaria de pessoas que vão a Directoria do Lloyd Brasileiro saber notícias dos seus parentes e amigos pertencentes a equipagem do *Macau* (O ESTADO, 1917, p. 1).

Outras notas ainda compõem a mesma matéria, dando conta das pequenas repercussões que o torpedeamento e a declaração de guerra provocariam ou já haviam provocado.

Voluntarios de manobras

Rio, 26 - Noticias chegadas neste momento do campo de manobras dizem que os voluntarias, no auge do entusiasmo, promptos a se baterem pela grande causa da Patria e da Humanidade, cantam hymnos patrioticos e canções militares. Aqui na capitai a mocidade nao está menos enthusiasmada.

Na capital da Republica

Rio, 26 - O Rio apresenta um aspecto dos seus grandes dias. Em frente às redacções dos jornaes estaciona grande multidao que lê o resumo dos boletins noticiosos que a cada momento são affixados.

Os estudantes do Rio

Rio, 26 - Os estudantes daqui, em delirantes aclamações patrióticas, percorreram as ruas hontem a noite, cantando hymnos. Os academicos visitaram os jornaes.

Ruy Barbosa no Itamaraty

Rio, 26 - O eminente senador Ruy Barbosa esteve hoje no ministerio do Exterior para felicitar o governo Brasileiro pelas medidas energicas e patrióticas tomadas sobre o torpedeamento do vapor Brasileiro Macau por um submarino da marinha de guerra allemã.

Na Camara dos Deputados

Rio, 26—A Camara dos Deputados votará hoje as medidas solicitadas na Mensagem do Dr. Wenceslau Braz, presidente da Republica.

No Senado

Rio, 26 - O Senado, que se acha reunido em sessão permanente, esperará a solução da Camara dos Deputados para proferir o seu voto (O ESTADO, 1917, p. 1).

As últimas notas, que detalham também movimento e repercussões, contribuem para materializar a simbologia do ato, descrito nos seus pormenores. A cada exposição de um detalhe, ressalta-se a magnitude do Brasil participar do conflito que até então, embora presença constante nos artigos, estava restrito aos demais países:

A declaração de guerra - Na Camara

Rio, 26 (às 19,53): - A sessão da Camara esteve imponentissima, comparecendo o dr. Nilo Peçanha, ministro do Exterior e avultado numero de diplomatas. A Camara declara guerra por cento e quarenta e nove votos contra um. Deu seu voto contrario o deputado Joaquim Pires.

No Senado

Rio, 26 (às 19,53)- À hora em que telegrapho o Senado está reunido para discussão da declaração de guerra. É opinião geral que o approvará por unanimidade. - Hoje mesmo o governo declarara o estado de guerra.

O voto contrario - O unico que engoliu a afronta

Rio, 26 (às 19,53) - O deputado Joaquim Pires, que deu voto contrario a declaração de guerra, foi muito ridicularisado pelos seus collegas da Camara. A imprensa diz que elle foi o unico deputado que teve a coragem de engolir a affronta allemã, divorciado do pensar unanime da Nação.

Um cruzador auxiliar

Rio, 26 (às 19,53)- O ministro da Marinha pediu ao dr. Ozorio de Almeida, presidente do Lloyd Brasileiro, para que cedesse um navio ex-allemão, para servir de cruzador auxiliar.

Navios brasileiros na zona perigosa

Rio, 26 - A directoria do Lloyd Brasileiro está sem noticias dos navios presentemente na zona considerada perigosa.

Não luctaremos na Europa

Rio, 26 (às 19,53) – O marechal Caetano de Faria, ministro da Guerra, declarou que não mandaremos tropas para os campos de batalha da Europa.

A Mensagem do presidente

Rio,26 —O texto da mensagem do dr. Wenceslau Braz, presidente da Republica, foi transmittido para o estrangeiro.

A sessão no Senado

Rio, 26 (às 20 horas) - A sessão do Senado continúa. Telegrapharei noticiando os acontecimentos.

A declaração de guerra

O SENADO A APPROVA

Rio, 26 (às 20,10) - O Senado às 19:40 acabou de votar por unanimidade a declaração de guerra. O dr. Wenceslau Braz, presidente da Republica, a sancionará hoje mesmo.

É' sancionada a declaração de guerra

Rio, 26 (às 20,56) - O dr. Wenceslau Braz, presidente da Republica, acaba de sancionar a declaração do estado de guerra, pedida ao congresso na sua mensagem de hontem (O ESTADO, 1917, p. 1).

Declarada a guerra, as notícias restantes até o final de 1917 seguiriam mais ácidas ainda em tudo o que se relacionasse à Alemanha. Ainda no mês de outubro, a edição de 28 mostrava o aprisionamento e inutilização de uma canhoneira de guerra alemã que se encontrava em um navio ancorado na Bahia (O ESTADO, 1917, p. 1).

Nesta seção do capítulo, ficou evidente que a intenção do jornal era a de considerar (como de fato eram, do ponto de vista jurídico) os alemães como inimigos. Nesse ponto, o jornal *O Estado* se diferenciou do jornal *O Dia* por conta de que este, no mesmo período, embora deixasse de defender a Alemanha, não cessou com as tentativas de amenizar para os alemães que viviam no Brasil e os descendentes de imigrantes.

3.3 OS ALEMÃES EM SANTA CATARINA

Esta subunidade vai mostrar as matérias referentes aos alemães que residem, ou tem seus negócios, ou, de alguma forma, estão relacionados com Santa Catarina.

Iniciando pelo jornal *O Clarão*, no ano de 1915, duas matérias merecem destaque nesse sentido: a primeira de 20 de novembro, em tom irônico, atacando os padres alemães, alegando que eles estão realizando casamentos, no bairro da Trindade, em Florianópolis, ao valor de 3\$000 a 4\$000 réis, e que são abençoados pela... Nossa Senhora da Bigamia. E prossegue no mesmo tom irônico, dizendo que cada homem pode casar de novo e, ao final, casar com dez moças diferentes. “Você casa hoje com este moça, depois de um mez você si aborrece d'ella e vem ter commigo eu casa você com outra moça.” (observar o deboche do português falado pelos imigrantes alemães) (O CLARÃO, 1915, p. 3).

A segunda matéria, que finaliza o ano de 1915, de 15 de dezembro, ainda usando da ironia, mas de forma mais leve, aponta em letras grandes: *Não há perigo allemão?*, uma alusão ao que defendia o jornal *A Época*, que se empenhava em desmentir a teoria da dominação cultural alemã em Santa Catarina. A matéria prossegue mostrando, em Blumenau, Gaspar, Timbó e outros municípios, uma lista com 41 escolas, citando o local e um nome, possivelmente um professor(a) ou diretor, sempre com sobrenomes alemães. Logo após a manchete, o jornal adverte: “No entanto, a Instrução Publica de todo o Estado está entregue a eles.”

Existe certamente um exagero na matéria, pois não são todas as cidades, nem todas as escolas, citadas na matéria. Além disso, os locais listados são aqueles onde justamente predominava a etnia alemã.

Essas duas últimas matérias, nas quais se buscou utilizar de certa ironia, mostra com propriedade como a guerra de informação se processava. Nesse sentido, para analisar o que o jornal publicou em 1915, é preciso considerar os seguintes aspectos:

- a) No ano de 1915, os alemães estavam impondo diversas derrotas aos aliados; a virada aconteceria mais perto do final do conflito; portanto, os jornais germanófilos tinham mais argumentos e dados concretos para legitimar sua versão dos fatos;
- b) Por conseguinte, restava para combater o argumento da guerra, algo que fosse de natureza não bélica. Surgem, assim, temas, como a cultura, a religião e a ideologia, principalmente a teoria de que, em a Alemanha vencendo a guerra, o Brasil seria uma possessão da mesma;
- c) Assim se pode compreender o vazio dos argumentos utilizados no período, como o ataque aos padres alemães, o deboche ao seu modo de falar, o uso de língua alemã em jornal brasileiro e, por fim, a generalização utilizada na questão do ensino público gerenciado unicamente por alemães.

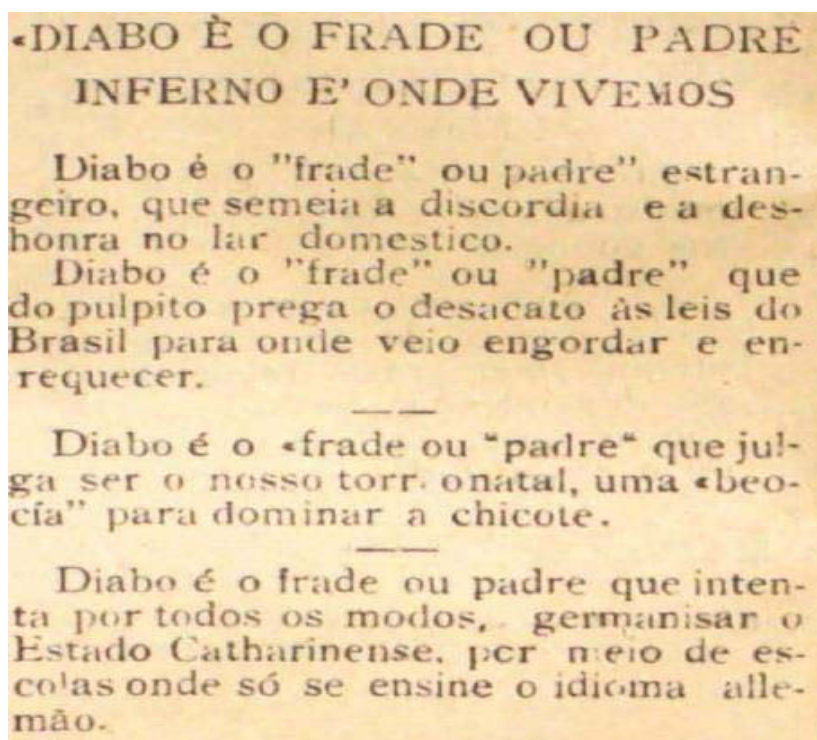
No ano de 1916, dezenas de intervenções do jornal mostram como a ideia de se atacar o germanismo prosseguia. No mês de janeiro, foram selecionadas três matérias, correspondentes às edições dos dias 08, 22 e 29. Na primeira matéria, o jornal noticia que os alemães estavam pedindo pelo fim da guerra e usa esse argumento para desmentir as informações veiculadas pelo jornal *O Dia*, que pretendia fazer crer que a Alemanha estava vencendo a guerra. Na matéria seguinte, intitulada *Um profeta*, que ocupa a primeira página de forma completa, há uma longa descrição de um indivíduo, não identificado, que estaria tentando convencer os habitantes de Florianópolis de que a ideia do “perigo alemão” não existiria, que seria somente uma invenção para combater os alemães que viviam no Brasil. A matéria segue afirmando que os indícios da dominação alemã no Brasil são muitos, repetindo argumentos já utilizados anteriormente: os jornais em língua alemã, os livros, o ensino, os discursos, etc.

Não só contra autoridades políticas o jornal se manifestava. Na edição seguinte, o alvo eram os “padres alemães”, nos seguintes termos:

Estamos bem informados que nos dois domingos anteriores ao do dia 26 do mês que findou na matriz da cidade de Lages, os exemplares frades educadores da mocidade, que alli montaram uma artilharia para o extermínio da moral, do respeito às Leis da Nação que os consente em seu território, e da harmonia e paz do lar doméstico que naquella localidade existia; e aconselharam do púlpito a seus ingênuos ouvintes que: Os filhos devem desobedecer a seus Paes para se tornarem agradáveis a Deus!! (O CLARÃO, 1915, p. 3).

Continua a matéria, assinada por apenas um nome (LUSBEL), que os padres desaconselhavam a frequência nas escolas brasileiras, e que a alegada desobediência aos pais na verdade era uma desobediência ao próprio Brasil. Após esta matéria, uma série de pequenas notas continua acusando padres alemães, como se pode perceber na figura a seguir. A manchete não deixa de ser sugestiva: *Diabo é o Padre ou Frade. Inferno é onde vivemos*. Ou seja: se os representantes de Deus na terra são aqueles que transformam a sua criação na própria negação do ato divino, pode-se perceber o tom de gravidade dessas expressões. Ao comparar os padres com o diabo, o jornal reveste-se de uma ousadia que não deixa dúvidas a respeito da convicção com que defende suas ideias.

Figura 18 – Acusações



Fonte: O Clarão (1915, p. 1).

E assim prossegue com mais quatro pequenas notas, todas na mesma dinâmica, prometendo (e cumprindo) continuar no número seguinte.

Para o mês de abril de 1916, quatro edições merecem destaque: já no primeiro dia do mês, com o provocante título de *Como elles são nossos amigos e como elles nos mimoseiam*, são citados sete exemplos, em diferentes locais e entre os anos de 1914 a 1916, mostrando como os alemães se manifestam em relação ao Brasil. O primeiro episódio é de setembro ou outubro (conforme o jornal) de 1914, em Canoinhas, onde um padre alemão teria proclamado do alto do seu púlpito: “A República Brasileira está tão fallida que nem dinheiro para comprar sabão para lavar suas imundices.” (O CLARÃO, 1916, p. 1).

O segundo episódio, ocorrido em Joinville, sem citar a fonte nem a data, relata o caso de um professor alemão, que somente ensinava em língua alemã, teria levado seus alunos a um piquenique com a bandeira alemã, ao som do hino alemão, enquanto que as crianças seguiam com a bandeira brasileira. Encerra a nota dizendo que tal insulto ficou impune (O CLARÃO, 1916, p. 1).

O terceiro fato teria ocorrido em Anitápolis, região próxima à capital do estado, onde um movimento teria sido organizado para expulsar dali os colonos brasileiros e italianos. O então delegado de polícia da capital, Fernando Machado, ao chegar ali fora recebido por 200 colonos alemães “armados e municidados ao toque de clarim”, e liderados pelo próprio cônsul alemão⁴⁴. A matéria não traz mais detalhes nem como teria sido o desfecho (O CLARÃO, 1916, p. 1).

Ainda em 1914 ou em 1915, a matéria não cita com precisão a época, mas teria acontecido em Joinville, após um desentendimento entre um alemão e um turco, tendo este último infligido “ferimentos leves” ao alemão. Ao ser detido e, posteriormente, ter solicitado um *habeas corpus*, as autoridades na casa de audiência foram surpreendidas por 200 alemães armados, liderados pelo cônsul, de modo a exigir que tal *habeas corpus* não fosse concedido, o que ao final acabaram conseguindo (O CLARÃO, 1916, p. 1).

Os fatos seguintes ocorreram entre os anos de 1914 a 1916, na freguesia de Teresópolis (município de Aguas Mornas). O primeiro, sob a autoridade local do Sr. Vidal Ramos, em que o padre alemão barrou a chegada de duas professoras normalistas, nomeadas pelo governo, com o seguinte argumento: “*em sua parochia não consentia o ensino leigo e sem religião, possuindo já aquela parochia duas escolas de ensino de língua allemã e de religião catholica.*” Já na administração de Felipe Schmidt, mas no mesmo local, outra

⁴⁴ Na Pesquisa por tal levante, não foi possível localizá-lo. Pode tratar-se de algo que mobilizou pessoas, mas que não tenha gerado nenhum desfecho em termos de conflitos, o que não o tornou digno de registro.

professora fora nomeada e, da mesma forma, pelo mesmo sacerdote, impedida de trabalhar. Encerra a nota acusando de fraqueza o então governador, que não possibilitou o ensino em língua portuguesa naquela localidade (O CLARÃO, 1916, p. 1).

O sétimo caso é o referido anteriormente, envolvendo o professor Antônio Victor de Souza e o suposto líder político local, Hugo Westphal. O jornal cobra novamente a solução para o impasse.

As palavras finais da matéria soam bastante pesadas:

Ainda há inúmeros desatinos e crimes praticados contra a nossa nacionalidade por estes tartufos allemães cujos crimes seria longo enumerar. Alguns delles praticados ás barbas das autoridades, como o facto da retirada da Bandeira Nacional, do cadafalço, por occasião das exéquias do dr Alfonso Penna, presidente da República. Assistiram a esse insulto os srs. drs, Juiz de Direito e Promotor Público da comarca da Palhoça. A missa rezou-se, porém, sem a Bandeira (O CLARÃO, 1916, p. 1).

Percebe-se pelo tom das palavras que o veículo impresso não nutria nenhuma simpatia pela presença alemã em Santa Catarina, procurando de todas as formas demonstrar o quão nocivo seria isto. É preciso, porém, observar que as informações carecem de maiores detalhes e de fontes confiáveis.

No dia 15 de abril, a primeira página estampa uma matéria que a cobre quase toda, com o sugestivo título de “?”. Descreve como o perigo alemão é ignorado e até mesmo absorvido em tom de ironia e, ao mesmo tempo, cita diversos acontecimentos e estratégias utilizadas pelos alemães em Santa Catarina. Termina fazendo um apelo ao civismo e ao sentimento de brasilidade.

Sinteticamente, o cenário se desenrola em torno da ida ao Rio de Janeiro, do procurador Geral de Santa Catarina, Thiago da Costa. Na então capital federal, o procurador proferiu uma conferência, ao que parece para brasileiros e estrangeiros, sendo que um dos temas era o apaziguamento do Perigo Alemão. O jornal critica os argumentos usados na conferência, ironizando os elogios feitos pelo conferencista às cidades alemãs de Santa Catarina: Joinville, Brusque, Blumenau e Itajaí. Em seguida, desqualifica os progressos materiais que os alemães promoveram no Brasil, sob a alegação de que tais progressos somente foram possíveis graças às benesses concedidas pelo governo aos colonos alemães, em detrimento dos brasileiros:

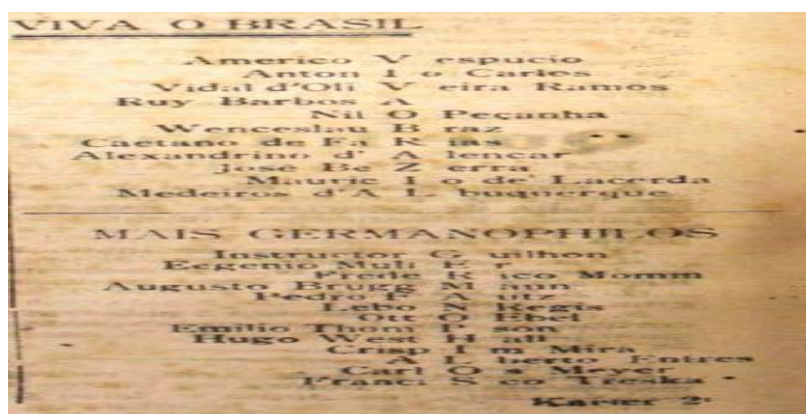
A “encantadora” cidade de Joinville, a “laboriosa” Blumenau, a “encantadora” Itajahy, a “catita” Brusque, como as classifica o sr. dr. Thiago. não admira que sejam tudo isto, desde que nos lembremos que para, onde ia um allemão o governo encaminhava um pactolo⁴⁵ com águas de ouro, sem se importar que ficassem na miseria os pontos genuinamente nacionaes. Ao colono allemão dava-se tudo, desde a ferramenta até o dinheiro; aos pobres brasileiros tudo se negava (O CLARÃO, 1916, p. 1).

Nas duas páginas seguintes, novamente são descritos os processos de conquista do Brasil pelos alemães, que incluem desde o domínio das florestas até a fecundidade das famílias, calculando os filhos e seus descendentes, que poderiam criar um contingente de alemães no Brasil superior à própria Alemanha. Além disso, pequenas ironias, referências e fatos no sentido do antigermanismo.

Essa mesma cantilena retornaria na edição de 21 de outubro. Nessa ocasião, o argumento mais citado é o do ensino público, das lacunas deixadas pelo governo, que permite o ensino em língua alemã. E também na edição de 28 de outubro, na página três, o conferencista novamente é atacado, com apoio de matéria do jornal *O Progresso*.

Para o dia 17 de novembro e também para a última edição do mês, dia 24, várias notas alertam para o perigo alemão, os padres alemães e outros, praticamente o mesmo estofado utilizado até então. Mas surgem duas montagens, em forma de acrósticos, com forte ironia do que os alemães representam para o jornal. Na primeira, são ovacionadas as personagens da história brasileira, agrupada sob a seção Viva o Brasil. Na segunda, alcunhada Mais Germanophilos, são citadas pessoas de sobrenome alemão que viviam em Santa Catarina, algumas já descritas anteriormente, como Crispim Mira, Hugo Westphal, Lebon Regis.

Figura 19 – Acróstico

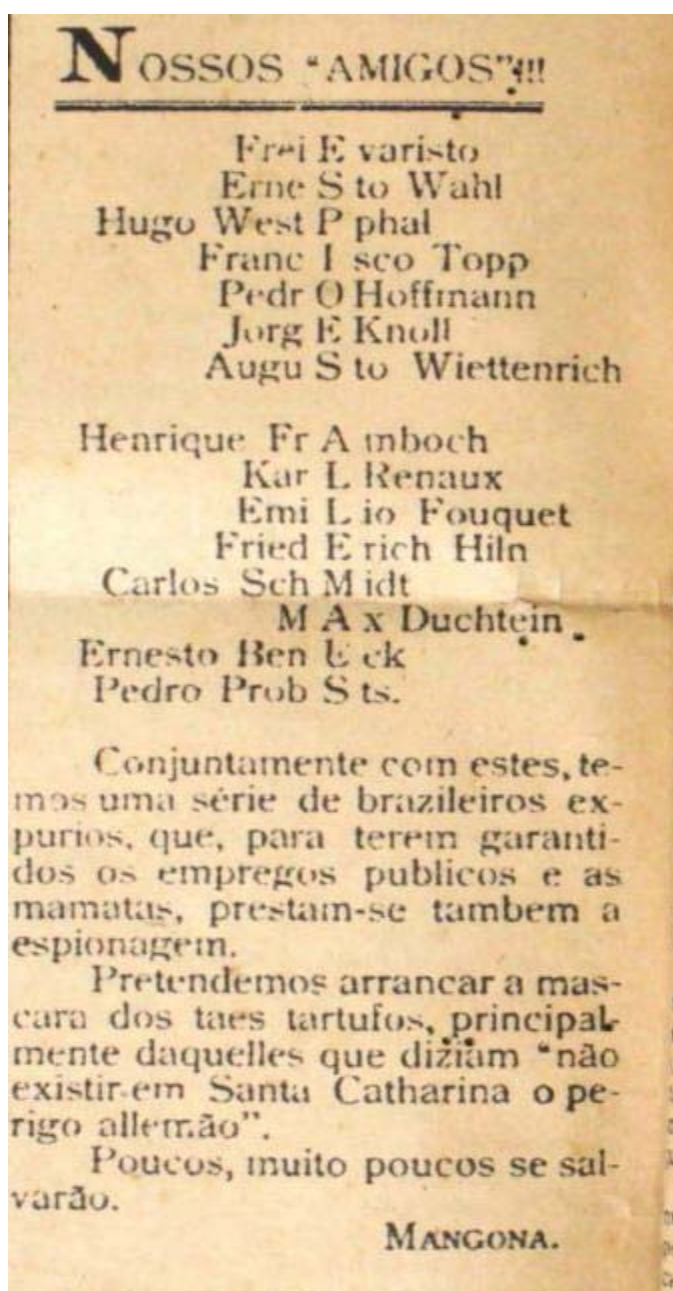


Fonte: O Clarão (1916, p. 3).

⁴⁵ Termo usado para designar riqueza, recursos abundantes.

O acróstico seguinte, como já citado, publicado a 24 de novembro, é mais provocativo ainda, pois alega que os alemães são “*Nossos Amigos*”, e reunidos pela expressão “*ESPIÕES ALLEMÃES*”, repete alguns nomes anteriores, acrescenta outros e continua, no texto a seguir, acusando os brasileiros que, por interesses pessoais, praticam também a espionagem e, conseqüentemente, traem a sua pátria. Assina o artigo um anônimo, sob o apelido “Mangona”, que remete a uma espécie de tubarão, acidificando a provocação.

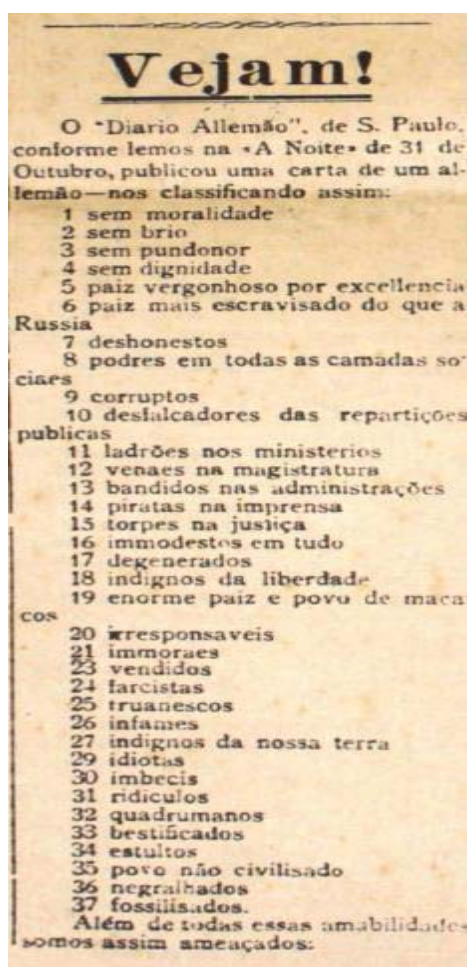
Figura 20 – Acróstico 2



Fonte: O Clarão (1916, p. 3).

O tom não se abranda no mês seguinte. Na primeira edição do mês de dezembro, praticamente todas as quatro páginas focam sobre a guerra, mais no sentido do germanismo. O primeiro texto chama-se *O Brazil e a Guerra* e, basicamente, descreve a passividade nacional frente ao avanço alemão, usando termos, como “os allemaes tem livre transito em toda parte, como se nada houvesse.” Na segunda página, são três matérias, todas endereçadas ao germanismo. *E porque calaram?*, novamente criticando a passividade brasileira. *O braço esquerdo do Imperador Allemão*, que reporta uma deformidade no braço, que seria 10 cm mais curto. Depois de toda uma longa descrição do fato e das limitações decorrentes, o texto se encerra de forma cruel, afirmando que é com este braço curto que o Imperador aponta para as vítimas que devem ser sacrificadas, e que ele irá arder no inferno, por conta de seus crimes. Fecha esta página a matéria *Vejam*, que transcreve reportagem do jornal *A Noite*, onde os alemães dirigiriam uma série de ofensas aos brasileiros, conforme se pode ver na figura:

Figura 21 – Acróstico 3



Fonte: O Clarão (1916, p. 3).

As duas últimas páginas ainda atacam o tema, com várias notas, seguindo a linha já adotada anteriormente. As figuras que trazem os acrósticos consistem em algo peculiar a este jornal. Nenhum dos demais periódicos pesquisados utilizou de algo parecido, para trazer ao leitor uma mistura de ironia, deboche e, ao mesmo tempo, de agressividade. Se pode ser percebido em outros periódicos a defesa dos alemães, estes o fazem sem a tentativa de minimizar os brasileiros. Já *O Clarão* não hesita em atacar, apontando falhas de caráter nos alemães, das quais a mais evidente é a hipocrisia, incluindo neste grupo, também, os brasileiros que se aproximam dos alemães.

Já para o jornal *O Dia*, o cenário é outro. Naquele espaço os alemães são defendidos, nunca acusados. Assim, quando temas espinhosos à opinião pública no sentido de prejudicar os alemães têm de se discutidos, por vezes se usa da ironia, ou da acusação de mentiroso a quem ataca os alemães.

Assim, temos que o “perigo alemão”, já mencionado várias vezes, volta à cena em 26 de maio. Desta feita, o escritor e jurista Crispim Mira, personagem já constante em outras publicações, envia uma carta ao também escritor Paulo Barreto, na qual novamente a defesa dos alemães é feita, com a estratégia de desdenhar do perigo alemão e transferi-lo para uma espécie de “perigo aliado”. Crispim Mira afirma não ser germanófilo, apenas “reconhecer os alemães pelo que são e pelo que valem.” (O DIA, 1916, p. 3).

A educação também foi utilizada pelo jornal como um meio de se trabalhar o germanismo, capturando um discurso proferido pelo deputado estadual Marcos Konder, cuja ideia principal era de, antes de ensinar a lutar, ensinar a escrever. Sutilmente, era uma forma de relacionar esta prerrogativa com as qualidades do povo alemão, que sempre prezou pela ciência e educação (O DIA, 1916, p. 3).

A matéria mais impactante do mês de outubro foi publicada no dia 26, sob o título *Hontem*. O discurso de Felipe Schmidt, abordando a presença alemã em Santa Catarina é o principal tópico:

HONTEM

Do Diário do Rio

O coronel Felipe Schmidt, governador do Estado de Santa Catharina, um nome que viveu sempre cercado do maior prestígio, da mais alta consideração na política nacional. A sua eleição última para governador de Santa Catharina foi ainda uma excelente prova disso, particularmente, um attestado de quanto vale sua ex. para o povo de sua terra; pois é sabido que os catarinenses escolheram o coronel Schmidt para o actual período governamental devido á sua attitude a questão de limites,

interpretando em absoluto o sentimento geral do Estado. Ainda agora a acção do coronel Schmidt no accordo a ser assignado com o Paraná soube reunir todo o Estado a applaudil-o e grangeou-lhe a maior sympathia em todo paiz. Ora, o sr. governador Schmidt acaba de conceder uma entrevista ao 'Jornal do Commercio', publicada na edição matutina de hontem aquela folha, da qual extrahimos o trecho seguinte (O DIA, 1916, p. 3).

O primeiro argumento utilizado pelo político é da diferenciação, ou seja, em relação aos grupos coloniais, não se pode olhar a todos da mesma forma, pois há significativas características entre os novos grupos e os antigos.

Quanto aos grupos coloniaes, faz-se preciso distinguir os antigos e os novos. Os antigos são todos muito florescentes. São os creados desde muitos annos atrás. Ahi se fabricam manteiga e productos de salchicharia. Essa manteiga é exportada, em parte para os Estados do Norte do paiz, que a preferem a outra qualquer. Era de desejar que o senhor fosse áquellas colonias antigas para ver que não ha néllas o perigo allemão. Os que as constituem, comquanto de origem alemã, são brasileiros natos, são filhos, netos e bisnetos de allemães. Certamente que elles amam a terra de origem paterna. Mas dizem francamente que, no caso da Allemanha voltar-se contra o Brasil, elles, por sua vez, voltar-se-hão contra a Alemanha, em defesa do paiz onde nasceram, o Brasil. E falam assim não só os moços, como os mais velhos dentre elles. Demais, toda essa gente faz parte da vida politica do Estado, estando assim ligada aos seus mais vitaes interesses. São deputados á Camara Estadual, chefes nos municipios, afinal exercem todos os cargos publicos. Quanto a nem todos fallarem portuguez, explica-se. Em começo, essas colonias foram fundadas em plena matta. Os governos abandonaram-nas, do ponto de vista de instrucção. Em presença disso, os allemães instruíam os filhos na propria lingua, por isso que não tinham os professores de portuguez. Hoje, porém, tudo isso tende a mudar. O governo do Estado vae fundando, como póde, escolas entre brasileiros descendentes de allemães (O DIA, 1916, p. 3).

A defesa da acção governamental acompanha o discurso do governador, ao explicar que o domínio da língua portuguesa já está solidificado nos grupos coloniais novos, e que não se pode esquecer daquilo que ocorreu antes, ou seja, a omissão dos governos anteriores (bom não esquecer também que Felipe Schmidt estava, neste momento, em seu segundo mandato, sendo também ele um dos governantes anteriores⁴⁶).

E nas cidades que substituíram aquelles antigos grupos coloniaes, já se fala o portuguez correntemente. Apenas nas casas isoladas, em lugares mais centraes, falla-se somente o allemão. Mas a culpa positivamente não cabe aos brasileiros de origem teutonica. A culpa é, sim, dos governos passados, e quanto ao dizerem que as actas, nas camaras municipaes, são redigidas em allemão, não é bem a verdade'. Como se vê, a primeira autoridade Santa Catharina, depositário da confiança de seus patricios, o juiz que deve decidir sobre a accusação do perigo allemão, fiscalizado por um povo de patriotas, - como se vê, o governador de Santa Catharina acaba de vez com as calumnias germanophobas com que os aliados da Europa e do Brasil exploravam criminosamente um incidente perfeitamente natural na evolução do Estado (O DIA, 1916, p. 3).

⁴⁶ Felipe Schmidt governou o estado de Santa Catarina entre os anos de 1898 a 1902 e 1914 a 1918.

Contudo, a matéria segue, abordando novamente o caso da Grécia que, nesse momento, torna-se a principal contraofensiva dos alemães para minimizar a invasão da Bélgica. Ao final, a notícia desmentida da guerra biológica e uma pequena nota:

A França e a Inglaterra, segundo telegramma da **Havas**⁴⁷ de hontem acaba de exigir da Grecia em **ultimatum** o desarmamento e entrega da esquadra grega, a entrega das fortalezas, a superintendencia dos serviços postaes e do material naval, telegraphico e ferroviario. A Grecia cedeu ás imposições do **ultimatum**, mas o seu governo fez um protesto, segundo informa a insuspeita **Noite**. Enquanto os aliados desarmam o governo grego. Venizellos⁴⁸, com todo o prestigio dos aliados, mobilisa o seu exercito de revoltosos e promete ir para a frente, segundo a **Havas, sem Athenas e sem a velha Grecia...** Este acto derradeiro da tragedia grega de nossos dias é daquelles factos que não precisam de commentario. Os aliados violam a neutralidade da Grecia, a sua independencia, desarmam o pequenino paiz pouco a pouco, apoderam-se delle á trahição. Que faz o mundo civilisado ante ignominia tamanha? Por emquanto, infelizmente, o silencio. Se por acaso a fascinação anglo-franceza não permittir ao mundo neutro que ouça a voz da justiça, restar-nos-a um consolo - a certeza de que na trahição de Venizellos, segundo a propria confissão deste, não foi possivel conseguir de modo algum o concurso de **Athenas** e da **velha Grecia**. Se o mundo neutro não protestar contra a hypocrisia dos mesmos exploradores pharisaicos da invasão da Belgica, a resistencia de Athenas e de Hellade antiga, confessada por Venizellos, ficará como um protesto da civilisação do passado, protesto que se dirigirá tambem contra o silencio da civilisação do presente...

Os jornaes de hontem divulgaram uma infamia da Havas, a qual diz que aeroplanos inimigos lançaram sobre a cidade rumena de Constanza certa quantidade de **bacillos** do colera-morbus. Os jornaes apenas divergem quanto aos portadores de taes **bacillos**: uns dizem que os aviadores lançaram **bombas** com o microbio, outros **bombons**. Um delles chegou mesmo a fallar em **bombardeio** com os **bombons**. Queiram perdoar-nos o calembourg, mas o morbus da colera dos aliados, que á Havas bem atacou, transforma uma invenção dessa ordem, calumniosa e infame, num simples acto de idiotice e estupidez.

Nota. - Os allemães lançaram vírus do cólera Morbus sobre Constanza, para irem regalar-se com elles, agora que ocuparam a cidade. Eis como se desmascararam as mentiras (O DIA, 1916, p. 3).

Finalizando o mês de outubro, novamente a seção *A margem da guerra*, na primeira página. O tema é a Grécia, mais uma vez, e a insistência do jornal em usar o termo invasão, numa tentativa de igualar os lados combatentes, já que sobre os alemães pesava o fardo da ocupação da Bélgica (O DIA, 1916, p. 1).

O perigo alemão volta à carga no dia 03 de abril. Utilizando de um depoimento do deputado catarinense Joe Collaço, ao jornal *Nota*, do Rio de Janeiro, com a manchete *Um estado que triunfa*. O político se diz descendente direto de portugueses e, portanto, sem nenhuma obrigação genética de defesa dos alemães. Faz os costumeiros elogios ao laborismo

⁴⁷ Empresa de mídia e publicidade, sediada em Paris.

⁴⁸ Primeiro Ministro da Grécia na época.

alemão e vai além: diz que todos os descendentes de estrangeiros no sul do país pegarão em armas caso necessário, para defender o Brasil, sem hesitação (O DIA, 1917, p. 1).

A 10 de abril, o jornal publica o torpedeamento do navio Paraná. Duas referências devem ser feitas nesta edição. A primeira é um texto que consta na primeira página, cujo autor já havia sido mencionado nas publicações do mês de março. Depois, na terceira página, uma pequena nota, que será reproduzida na sua imagem original.

Primeiramente, o texto da página um, em sua forma integral:

DIÁRIAS

O caso do "Paraná"

Diz-se que vamos cahir tambem nas malhas da estensa rede que ameaça envolver o mundo inteiro nos acontecimentos da guerra européa. Quando a Allemanha decretou o bloqueio das costas inglezas, fraucezas e italianas, prornettendo fazel-o effectivo por meio de submarinos que metteriam a pique navios belligerantes ou neutros, sem aviso previo, que navegassem na zona de guerra, o governo brasileiro protestou contra esse bloqueio e deixou à Allemanha a responsabilidade de sua propria acção. A nota brasileira foi geralmente bem recebida. No Rio, alliados rubros elogiaram-na. Era um documento nobremente redigido, sobrio, claro, expressivo e superiormente patriotico. O mesmo conceito externaram a imprensa ingleza e a imprensa franceza (O DIA, 1917, p. 1).

Para tentar justificar o torpedeamento, o autor passa a utilizar vários elementos. O primeiro é desviar o foco, colocando a figura de Lauro Müller como vítima deste processo, já que ele, por ter sobrenome alemão, sofreu com a desconfiança do país. Explora também o fato de o político ser catarinense, apelando para o sentimento de localidade.

Em Florianopolis as coisas se passaram de modo diverso. O sr. Lauro Muller tem dois crimes que o tornam abominavel aos olhos de certos contemporaneos e conterraneos: tem talento, coisa que nem todos possuem, e attingiu ás culminancias da política e da notoridade nacional, ao passo que outros ficaram na planicie, atordoados, cheios de inveja e de odio. E' muito dificil subir de mulêtas... Os que ficaram na planicie não perdem oportunidade de atirar pedras contra o sr. Lauro Muller, pedras que, aliás, nem chegam aos pés do chanceller. A nota do Itamaraty foi entre nós recebida na ponta da lança ou talvez da espada, pelos escriptores dos alliados. Não será melhor dizer no singular? A nota foi rigorosamente dissecada pela competencia pontevirgular de um grande patriota. Era um documento miseravel, covarde, que levava o Brazil, amarrado e de joelhos aos pés da Allemanha, quando o dever primordial do governo da Republica seria declarar a guerra, expulsar todos os allemães do nosso território e fazer as diabruras todas suggeridas por qualquer espirito trefego (O DIA, 1917, p. 1).

Outra estratégia utilizada é comparar o dano sofrido pelo Brasil com os danos de outros países, diminuindo o fato e propondo uma espécie de banalização, ou seja, um efeito que todos podem esperar no quadro da guerra.

Agora um navio brasileiro é mettido a pique por um submarino allemão. A opinião publica agita-se. Nos tempos que correm o caso é vulgarissimo. A Hollanda e a Noruega já não sabem quantos navios perderam, mas aguardam-se para regularisar a questão em momento opportuno. Mas nós somos portadores da fatalidade de outro temperamento: somos mais impetuosos e menos firmes. Si um navio brasileiro foi a pique, não esperamos a acção do governo, não vamos pôr em ordem os nossos papeis e os nossos negocios, como o fazem os inglezes, e esperar a hora da mobilisação. Queremos praticar excessos (O DIA, 1917, p. 1).

O episódio ocorrido em Florianópolis, que consistiu em uma passeata em protesto ao torpedeamento, também foi utilizado para desviar a atenção do afundamento em si. Criticar os manifestantes e constar as suas razões é melhor do que analisar o navio afundado.

Ainda domingo, aqui mesmo, se cogitou de um meeting ou de um cortejo cívico para vingar a morte dos três brasileiros do Paraná, segundo rezava um cartaz. Vingar como e em quem? Nos Alemães daqui? Seria estúpido e selvagem. Si pudéssemos pegar o tal submarino, estaria tudo muito direito. Entretanto, o governo está agindo serenamente, dentro dos princípios que pregou na resposta dada á notificação allema sobre o bloqueio contra os aliados. A nota brasileira não reconheceu o bloqueio e protestou contra as medidas que o governo allemão annunciou praticaria sem contemplações de qualquer natureza. Ainda hontem ouvi de um espirito desapaixonado que não temos razão para gritar, porque não tinhamos que mandar navios para a zona que a Allemanha considera bloqueada e que, a mandal-os para ahi para fins commerciaes, deveriamos mandal-os também para a Allemanha. A observação, parece-me, quão tem razão de ser. Os neutros são obrigados a reconhecer um bloqueio quando feito na conformidade dos princípios reguladores do direito das gentes e quando a potencia bloqueiadora tem elementos que o tornem efficiente e completo. O bloqueio contra a Allemanha é completo e o neutro que tentar violal-o será detido e considerado presa de guerra. A Allemanha não tem elementos para manter o bloqueio que annunciou e notificou. O commercio da navegação não foi interrompido na Inglaterra, na França ou na Italia. Os submarinos não destroem vinte por cento dos vapores que fazem esse commercio. De facto não existe o bloqueio; e de direito esse bloqueio que destrua navios sem prévio aviso, que mata indistinctamente combatentes e não combatentes, homens, mulheres e creanças, está fóra dos princípios e das regras adoptadas em todas as guerras (O DIA, 1917, p. 1).

Finalizando, o autor lembra que existem leis e princípios para esses casos, e é neles que o Brasil deverá se fundamentar para suas ações futuras, ou seja, nada de atitudes apressadas:

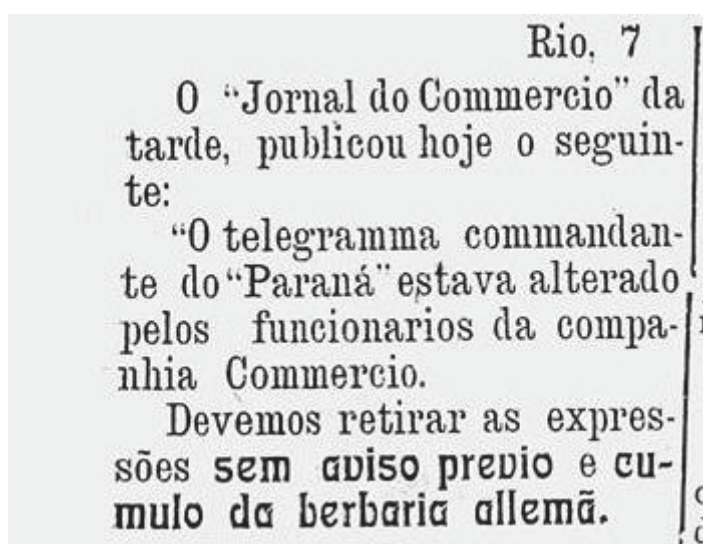
Dahi a situação que se creou em torno da Allemanha diante dos seus novos processos de guerra maritima, que constituem, é certo, um recurso desesperado, porque os aliados alem de considerar contrabando de guerra os generos de primeira necessidade, inventaram ate as listas negras para perseguir o allemão em qualquer parte do mundo, embora attentando contra a soberania de todos os povos. Seja como fôr, o Brazil protestou contra esse bloqueio e, portanto, não poderia respeitá-lo, paralyndo as suas operações commerciaes, do mais alto vulto, com os paizes da Entente. E eis ahi o aspecto verdadeiro do caso do Paraná, que o governo resolverá na conformidade das nossas tradições, do decifro e da honra nacional. Mas não pratiquemos actos pequeninos que nos envergonhem mais tarde, diante de nós mesmos...

João José (O DIA, 1917, p. 1).

O texto toma o cuidado de não fazer críticas à atitude alemã em si, ou seja, porque a Alemanha afundou o navio? Que motivos teria? Se os alemães eram tão civilizados, como cometeram este ato contra uma nação neutra? Se a amizade entre Brasil e Alemanha era tão valiosa, tanto para os brasileiros quanto para os alemães, por que arriscar este valor? Perguntas como estas foram habilmente afastadas e substituídas por outras.

Na página três da mesma publicação, registra-se a imagem a seguir, retificando uma primeira versão da notícia do afundamento. É evidente a preocupação do jornal em abrandar o tom da cobertura do fato.

Figura 22 – Barbárie Alemã



Fonte: O Dia (1917, p. 3).

Como o fato contra os alemães era muito forte, o jornal tratou de explorar outros pontos, apelando para a emoção, inclusive. Na edição do dia 15 de abril, foi uma dessas oportunidades. O artigo noticiou a tentativa de suicídio de Paulo Renaux, acusado de colaborar com os alemães.

Consequência de uma Intriga
Paulo Renaux tentou suicidar-se hontem
Boatos alarmantes

Não quizemos noticiar homem a diligencia policial effectuada por ordem de autoridades militares contra o sr. Paulo Reuaux accusado perante o sr. commandante do destroyer Alagoas de ter vindo a esta capital adquirir armas e munições de guerra para os allemães do Brasil. Não o fizemos em o nosso proprio interesse, para não agravar uma situação que se quer forçosamente complicar com intuitos que não

podemos compreender. O resultado da diligencia, feita sem as formalidades constitucionaes porque o que seria legal, logico e natural era que as autoridades militares se dirigissem á policia do Estado ou ao governo e solicitassem a providencia que julgavam necessaria e que certamente não lhes seria negada, o resultado dessa diligencia foi completamente negativo, ficando evidente que se tratava apenas de uma intriga. Realmente não seria com 500 cartuchos de Winchester e 300 para pistola browing que Brusque iria insurgir-se contra o Brasil. O sr. Paulo Renaux, moço impressionavel, forçado a vir preso para esta capital, a ser submettido a interrogatorios, foi acatado de invencivel depressão nervosa. Regressando ante-hontem para Brusque em caminho, tentou suicidar-se com um tiro de revolver, sendo para ali transportado hontem em melindroso estado. O sr. coronel Carlos Reuaux, presidente do Conselho Municipal de Brusque, telegraphou hontem ao dr. chefe de policia communicando o facto e declarando que a munição comprada pelo seu filho destinava-se ao tiro de Brus-que que uza carabinas Winchester em seus exercicios e terminou protestando contra a violencia soffrida pelo mesmo. O dr. Ulysses Costa respondeu que as autoridades do Estado foram alheias áquella diligencia, realizada a sua inteira revelia. As intrigas continuam. O sub-delegado de Annitapolis communicou hontem ao dr. chefe de polícia que a situação dos colonos ali e em Therezopolis é de verdadeiro terror. Os boatos mais disparatados são postos em circulação, de modo que muitos que estavam de viagem para esta capital regressaram para as suas residências. Esses factos mostram que a situação não está sendo encarada devidamente. Ha uma visível falta de tacto em tudo isto, podendo acarretar desordens e dissensões com os quaes o Estado será o único a perder. De todas as localidades de população de origem germânica o governo está recebendo affirmações de paz e de lealdade á causa do Brasil. A que vem então quereremos que não sejam brasileiros individuos que aqui nasceram? É' odioso e é triste (O DIA, 1917, p. 3).

A seção *Brasil – Alemanha* seguiria movimentada ao longo do mês de abril. Do dia 17 até o dia 20, as edições abordaram temas, como a nota da Liga de Defesa Nacional, conclamando os brasileiros aos seus deveres patrióticos; um apelo ao bom senso, qualificando de “Injusta Campanha” o sentimento de repulsa aos alemães aqui no Brasil, que não são responsáveis pelo que ocorre na Europa; e notícias diversas, principalmente o combate aos vários boatos de ações dos colonos e empresários de origem germânica no Brasil (O DIA, 1917, p. 1-3).

A 22 de abril, uma nota procedente de Joinville, assinada por 81 cidadãos descendentes de alemães, afirma o seu patriotismo e devoção ao Brasil e, ao mesmo tempo, protesta contra as injúrias e injustiças que vem sofrendo (O DIA, 1917, p. 1).

A partir do dia 24 de abril, uma série de matérias, intituladas *Conspirata de Opereta* foram publicadas até o dia 29. No dia 30, uma edição extra, com 4 páginas, chegou às bancas com uma síntese de todos os capítulos anteriores. Esse fato mostra a importância que o jornal deu ao fato, propiciando aos seus leitores que porventura tivessem perdido algum dos artigos a oportunidade de tê-los todos agrupados em um único exemplar.

Assim, os seis artigos descrevem como os alemães em Santa Catarina foram pressionados, caluniados, agredidos verbalmente e acusados de conspiração contra o Brasil. Não faltaram menções, até mesmo ao governador, e fatos envolvendo autoridades militares, inclusive. A munição que foi citada no caso de Paulo Renaux também voltou a ser assunto naquela semana. Sinteticamente, foi uma espécie de minissérie escrita que se desenrolou por uma semana, com o claro objetivo de afastar de Santa Catarina o sentimento de animosidade bélica contra os alemães que, a esta altura, estava corporificado no Brasil (O DIA, 1917, p. 1-4).

O mês de maio seria praticamente reservado para a continuidade do combate ao sentimento antigermânico e, nos últimos dias, para discutir a revogação da neutralidade. Dessa forma, optou-se em dividir as edições selecionadas, que são em número de dezoito, em três blocos: um mais amplo, contendo as diversas matérias que defendem a imagem alemã; um segundo bloco, composto de um artigo publicado em três edições, chamado *O germanismo do sul do Brasil*, que será transcrito integralmente; e o terceiro bloco, referente aos dias 24, 30 e 31 do mês, *A revogação da nossa neutralidade*, também com várias edições.

O primeiro bloco, em resumo, consta das seguintes matérias: a 01 de maio – ainda o caso de Paulo Renaux, com o depoimento de um jurista o inocentando do caso; em 02 de maio – duas notas da primeira página, mostrando a situação dos brasileiros na Alemanha, como estão se organizando para deixar o país e entrevistas de personalidades brasileiras comentando o acerto da decisão do governo em relação aos alemães; no dia seguinte, *A bem da Ordem* – mais um apelo para não se realizarem manifestações populares contra os alemães em Santa Catarina; nos dias 04 e 05, comenta-se a situação de Lauro Müller e as injustiças que ele sofreu, acusado de germanofilia, e o texto de Crispim Mira, chamado *O Nativismo e Santa Catarina Caluniada*, em defesa da imagem do estado perante o país; no dia 06 de maio – *O Nativismo*, retoma o conteúdo do dia anterior; dez dias depois, o artigo *Mais invencionices*, desmente notícias do Brasil e do exterior em relação aos alemães; no dia 17 – *Ainda as munições*, refere-se novamente ao caso de Paulo Renaux e ao armamento do campo de tiro de Brusque; nos dias 20 e 22 de maio – *Campanha Inglória*, duas matérias na terceira página, que descrevem como o sentimento de declaração de guerra ofusca a mente dos brasileiros, e que os defensores da não entrada do Brasil na guerra devem ter atitude serena e racional ante a resistência dos contrários; e a última data deste bloco, dia 23 de maio, contém uma nota na terceira página, mostrando que a germanização do sul do Brasil somente existe para aqueles que são mal-intencionados ou desconhecem a realidade (O DIA, 1917, p. 1-4).

Na edição de 20 de junho, *Santa Catarina e o Suposto Germanismo*, é abordada a matéria da venda de colônias de terras exclusivamente para alemães. Esse fato foi descrito também pelo jornal *O Clarão*. Na passagem a seguir, deixa-se na grafia original o texto dos anúncios, mas antes é preciso explicar a defesa que os antecede. Tratando como “suposto germanismo”, é informado que, na verdade, os tais terrenos onde estão localizadas as colônias ficam no Estado do Paraná. O jornal reafirma que não pode ficar calado enquanto outros periódicos estão tão empenhados em distorcer a verdade (O DIA, 1917, p. 1). Seguem os anúncios:

AOS COLONOS E COMPRADORES DE TERRENOS

Se V. S. procura terreno e pretende compral-o, pedimos seguir o nosso conselho e, antes de comprar qualquer terreno, verificar os nossos. O preço é diminuído e as futuras economias com o tempo atingem a muitos contos de réis. Não vos deixeis enganar por outros, porém vinde pessoalmente para ver, pois vos garantimos que nunca vos arrependeréis de ter feito tal negocio.

As nossas colonias são as seguintes:

- Bom Retiro (Paraná). Desves Hacker. Nesta colonia SÓ SERÃO ADMITTIDOS COLONOS DE ORIGEM ALLEMÃ e já se acham habitada por 60 familias.
- S. Pedro, nas immediações de União de Victoria (Paraná). Nesta colonia SÓ SERÃO ADMITTIDOS ALLEMÃES CATHOLICOS.
- Franconia, situada em frente á colonia S. Pedro, cujos terrenos só SERÃO VENDIDOS A ALLEMÃES PROTESTANTES.

O rapido desenvolvimento das mesmas é garantido pelas muitas vantagens que offerecem, e são por isso preferidas por todos. Nossos representantes são Augusto Sckerer — Não me toque; Guilherme Schmaedeche Sobrinho — Colonia Alto Jacuhy. Willibaldo Hartmann — São João de Montenegro.

João Sprokhoff—União da Victoria.

Albert Maier - Estação Herval e Colonia Bom Retiro.

Igualmente dão informações os Rev, p. Franciscano em União da Victoria — o pastor Fritz Schultz eni Marcellino Ramos. Do producto da venda do terreno das colonias de ‘S. Pedro’ e ‘Franconia’ daremos 20\$ de cada lote para construcção de igrejas e escolas, organizando dessa maneira rapidamente congregações. Carasinho, fevereiro de 1917. - H. Hacker & C., Empreza Colonizadora (O DIA, 1917, p. 1).

A seguir, mais um trecho de explicações que, ao final, são assinadas pelo autor. Saliente-se, porém, que algumas localidades realmente se localizam no Paraná, mas outras estão em território catarinense, como Bom Retiro e Estação Herval, já incorporadas em 1916 pelo Acordo de Limites.

Nesse documento se faz expressa menção de que as terras colonizáveis são situadas no Estado do Paraná e, portanto, concessão do seu governo. Entretanto, é Santa Catharina que é accusada de germanização. Essa activissima e insidiosa campanha vem dos patriotas, empenhados obseccadamente em fazer ruir o accordo de limites. Para isso não poupam elle estratagemas. Ora, são aeroplanos fantasticos voando sobre Santa Catharina e Paraná; ora, são submarinos e o contrabando de armamentos não são menos imaginados. Por fim lançam mão do ensino nas escolas; e porque um regulamento antigo da administração Vidal Ramos, exigia dos professores das colonias conhecimento da língua allemã para poderem ransmittir aos alumnos allemães o conhecimento do portuguez, invertem o factos e accusa-se o actual

Governador de intuítos opostos! Também é este acusado de ter entregue o ensino secundário a padres alemães, quando há mais de 12 anos isso se dá sem reclamação alguma e sem que o actual Governador tivesse concorrido de modo algum para semelhante facto.

Elyseu Guilherme
(O DIA, 1917, p. 1).

Além disso, o autor admite o germanismo, pois não se empenha em negá-lo, mas em deslocá-lo para o estado paranaense. Esse assunto seria o tema das últimas edições publicadas em 23 e 28 de junho. Com as manchetes *Mais uma mentira desfeita* e *Mentira desfeita*, a questão das terras e a qual estado pertenciam é esclarecida (O DIA, 1917, p. 1).

Ainda é importante constar no registro do mês de novembro de 1917 o discurso de Nereu Ramos, proferido por ocasião das comemorações da República e publicado na edição de 17 de novembro. Por ser longo, será feita uma síntese, intercalada com passagens retiradas fielmente do texto, a começar pela manchete: *O discurso do dr. Nereu Ramos foi uma locução magistral e vibrante, que abaixo publicamos na íntegra*. Segue a exposição do político, que começa se dirigindo aos “moços da minha terra” (as mulheres ainda não exerciam o direito ao voto), afirmando que o Brasil não poderia ficar alheio a tudo o que os alemães faziam na guerra, desde a invasão da Bélgica, até a destruição de conventos, bibliotecas, cidades inteiras, navios, além de assassinatos covardes e cruéis (O DIA, 1917, p. 1).

Nereu Ramos prossegue dizendo ser o passado brasileiro o de um povo civilizado e culto e, por conta disso, não poderia por mais tempo se permitir a enxergar tudo meramente como espectador da guerra que ensanguenta a Europa. Cita com orgulho o Código Político Brasileiro, o qual considera o mais adiantado do mundo, em que foram proibidas as guerras de imperialismo e de conquista, e eleito como ferramenta de mediação o arbitramento internacional (O DIA, 1917, p. 1).

A seguir, Ramos relembra Rui Barbosa e seu discurso em Haia, pela defesa das nações menores. Por conseguinte, não poderia o Brasil deixar de interferir entre o certo e o errado, que no texto está recheado de adjetivos fazendo a contraposição, como, por exemplo, liberdade e escravidão, justiça e pirataria, e assim por diante. Finaliza esse trecho do discurso, dizendo que não poderia ser outro o caminho do Brasil, ao responder à agressão alemã com “*nobre altivez e serena dignidade*.” (O DIA, 1917, p. 1).

Como País livre e soberano, não poderia o Brasil tolerar semelhantes agressões ao seu pavilhão, sob pena de o ver tremular sem honra e sem dignidade. Assim, a “*descomunal*

ambição de germanizar o mundo”, intenção da Alemanha, tem de ser bem repelida pelo Brasil, no mesmo sentido que já fizeram outras tantas nações (O DIA, 1917, p. 1).

Ao terminar o discurso, que foi reduzido em bom tamanho nesta síntese, pois está repleto das expressões demagógicas próprias de falas dessa natureza, Nereu Ramos aplaude a atitude do Presidente, realçando seu civismo, responsabilidade e dignidade. Depois, dirige sua admiração ao grupo que o escuta. Encerra com estas palavras: “*A mocidade catharinense está prompta a dar seu sangue em defesa da soberania, dos brios da honra da Patria, grande, gloriosa e amada. Viva o Brazil!*” (O DIA, 1917, p. 1).

A publicação deste discurso marca o início de uma nova fase. Isto porque Nereu Ramos afirmou que o Brasil se levantou contra tudo aquilo que o jornal havia se esforçado em dizer que era mentira. A Alemanha como nação bárbara, como causadora da guerra, o perigo alemão no sul do Brasil, o desejo alemão de dominação do país. Não há nenhum comentário de contraponto ao discurso do político.

Neste ponto, não pode ser considerada tão decisiva a argumentação do jornal *O Dia*, como foi para outras situações. Ao encerrar a exposição do material deste jornal, para esta seção do capítulo, cabe ainda uma reflexão sobre um dos temas que preocupou o jornal no período.

Quem provocou a guerra? Esta não é uma questão fechada, pois depende de quem escreve a versão da guerra. A esse respeito, Remond recolhe uma perspectiva de perfeito encaixe para esta provocação. Atribui para o início da guerra vários aspectos e os explica, mas quando menciona a responsabilidade dos seus atores, aponta duas explicações, uma jurídica e uma econômica, da qual se separou a primeira:

Uma é jurídica: tem por si a vantagem da simplicidade e teve também por muito tempo a autoridade da coisa julgada. Nela se apoia o Tratado de Versalhes em seu artigo nº 231 ao atribuir a responsabilidade da Guerra as potências centrais e, sobretudo, a Alemanha. Explicação simples. Para que procurar alhures? A causa da Guerra reside na vontade da Guerra em uma ou várias potências que desejariam instaurar sua hegemonia. A opinião pública alemã não aceitou esse julgamento que valeu ao Tratado de Versalhes o nome de *Diktat*. Era o artigo que legitimava as reivindicações dos Aliados por ser responsável pela guerra, a Alemanha deveria assumir suas responsabilidades até o fim e indenizar os vencedores de todas as perdas que a guerra de causar (REMOND, 1974, p. 16).

Ou seja, como derrotada, a Alemanha tem de arcar com os custos da guerra, portanto, está em posição de ser responsabilizada também pelo seu início. Todavia, o uso do termo

diktat (imposição ao vencido) demonstra de forma suficiente que outros caminhos interpretativos poderiam ser escolhidos e nisso o jornal se ancorou.

Esse aspecto é fundamental para a defesa da Alemanha e, mais ainda, para os alemães do Brasil e de Santa Catarina. Se o jornal consegue convencer o leitor de que os alemães não são culpados pelo início das hostilidades, muito mais fácil será a sua tarefa de proteger a comunidade germânica residente no Brasil, sejam nascidos aqui ou não.

Encerrando esta seção, temos o material proveniente do jornal *O Estado*. Iniciando já no ano de 1917, tem-se como último registro selecionado do mês de janeiro, no dia 28, onde é publicada, na segunda página, com foto, uma nota pela passagem do 58º aniversário de Guilherme II. A julgar pelo último parágrafo, há uma boa possibilidade de ser uma matéria paga pela colônia alemã do Estado de Santa Catarina, como é possível confirmar na imagem reproduzida a seguir:

Figura 23 – Kaiser



Fonte: O Estado (1917, p. 2).

Esta foto quer demonstrar, ao mesmo tempo, o poder político e econômico da colônia alemã em Santa Catarina e atrair simpatias ela. Contudo, como já referido, o último parágrafo permite pensar que o jornal foi pago para publicar o conteúdo.

A vinte de abril, uma série de pequenas notas compõe a seção *Brasil – Alemanha*, que precisam ser registradas. Embora de curta redação, elas trazem na sua intenção os elementos buscados neste estudo. A primeira nota, de apenas duas linhas, informa a dissolução da Liga Pró Germania, no Rio de Janeiro. A segunda, mostra como a situação em Porto Alegre estava calma, mas que houve incidentes, como os incêndios da casa Bromberg, a pensão Schmidt e o Club Germania. Ainda a fábrica de gasosas Fischer, quando do assalto promovido pela população, encontrou uma máquina de produção de moeda falsa, que resultou na prisão do proprietário. Uma terceira nota parabenizava o Clube de Tiro alemão de Itajaí por ter colocado sua munição à disposição da guarnição local. A última nota selecionada informa que o jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, diz possuir a informação de que na casa do empresário Carl Hoepcke existem, em prontidão de uso, equipamentos para submarinos alemães. Não há nenhum comentário a respeito desta nota no sentido de sua veracidade ou não (O ESTADO, 1917, p. 1).

Da mesma forma que na edição selecionada anteriormente, a de 22 de abril publica várias notas na seção *Brasil – Alemanha*. Destas, duas serão transcritas na íntegra, por se relacionarem aos alemães; uma no Rio de Janeiro e uma em Joinville, Santa Catarina. A primeira nota narra um conflito entre marinheiros alemães e a guarnição brasileira no navio Cap Roca:

Serio conflicto entre marinheiros allemães e a guarnição brasileira no Cap Roca
Apesar dos desmentidos officiaes, sabe-se que o ministro da Marinha, referentemente a occorrencias a bordo do vapor allemão *Cap Roca*, quarta-feira, entre marinheiros d’esse navio e a guarnição brasileira, tomou as providencias que o caso exigiu. Effectivamente, temos informações de que a bordo do *Cap Roca*, deu-se serio conflito, do qual sahiram feridos dois marinheiros brasileiros e um allemão. Os marinheiros estão com tratamento no Hospital de Marinha. Por esse motivo está prohibida a entrada no mesmo hospital (O ESTADO, 1917, p. 1).

A segunda nota externa uma reclamação dos alemães residentes em Joinville, no qual reiteram seu patriotismo e não admitem serem tratados com desconfiança pelos brasileiros:

Um protesto dos joinvilienses
Os allemães naturalisados e os brasileiros descendentes de allemães, desta a cidade, dirigiram ao presidente da Republica o seguinte telegramma: ‘Deante da campanha diffamatoria contra os elementos de origem allemã, vimos protestar perante v. exa. contra as torpes injurias de que estamos sendo alvo. Não permitimos a ninguem duvidar da nossa lealdade de brasileiros e asseguramos a v. exa. que tanto nós como os nossos amigos de Joinville, quando necessario, saberemos cumprir os nossos deveres de Brasileiros em defeza da nossa Patria. (Seguem-se 81 assignaturas) (O ESTADO, 1917, p. 1).

A partir daí, não somente notícias elogiosas aos alemães vão ficando raras, como um tom de alarme vai se intensificando. A 24 de abril, a edição traz a seguinte nota, no primeiro espaço da primeira página:

De Coritiba telegrapham dizendo que ali se constatou a passagem de um aeroplano sobre a cidade, ás duas horas da madrugada; que o facto é indistructivel; que varias pessoas viram-no atravessar o espaço; que tambem é fóra de duvida que os allemães do sul estão se concentrando nesse estado; onde chegam diariamente; que ali se julga imminente um levante de allemães nos Estados do sul; que affirma-se terem percorrido aquelle Estado, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, estudando a topographia das cidades para lançamento de bombas; que ali tem andado Buschmann⁴⁹, irmão do que foi fusilado em Londres, aonde fora espionar por conta da Allemanha, que a policia não perde de vista o Contestado; que ali chegam noticias de grande movimento chefiado pelos allemães (O ESTADO, 1917, p. 1).

Essa nota é uma típica do que hoje se consideraria uma “*fake news*”. Isto porque não há nenhuma fonte, ou autoridade, que possa dar uma confirmação ao que se reporta. O avião, possivelmente, tenha sobrevoado a cidade. Contudo, todas as conclusões daí advindas são meramente especulativas, pois não é apresentado nenhum dado que as sustente. Dessa forma, fica evidente que até o momento em que a guerra seja declarada contra a Alemanha, o “perigo alemão”, que outros jornais valorizavam bastante e que este ainda não havia tomado como efetivamente possível, agora passa a trabalhar nesse sentido.

A última matéria selecionada do mês de abril, edição nº 593, de 29 do mesmo, traz várias notas a respeito da relação Brasil X Alemanha, destacando a saída do embaixador alemão Paoli, que já vinha sendo noticiada desde o início do mês. A este respeito, um pequeno excerto da nota do Itamaraty: *O governo brasileiro, considerando as dificuldades de comunicação com o Império Allemão resolveu offerecer ao ex-ministro conducção a bordo do Rio de Janeiro, que o levaria a um paiz neutro, de onde pudesse chegar a sua pátria* (O ESTADO, 1917, p. 1).

Com essa matéria encerra-se o mês de abril, pródigo em referências às relações entre Brasil e Alemanha. Para o mês de maio, onze edições serão apresentadas, mostrando o acirramento do desejo de declaração de guerra.

Todavia, no dia 30 de outubro, a edição foi mais ampla e mais chamativa. Quase toda a primeira página foi utilizada para descrever as seguintes manchetes:

⁴⁹ O irmão, no caso, era Fernando Buschmann, brasileiro de origem alemã executado na Torre de Londres, cuja espionagem até hoje é controversa.

Figura 24 – Declaração da Guerra

A declaração de guerra
Brilhante manifestação popular
DISTRUIÇÃO DO CLUB GERMANIA
O incendio do Tiro Allemão

Fonte: O Estado (1917, p. 1).

Será reproduzido o texto que trata da destruição dos clubes alemães, o de tiro e o associativo, bem como a indignação popular, que abre a matéria:

A indignação popular

A noticia do torpedeamento do navio brasileiro Macau, em águas da Europa, por um submarino allemão, causou nesta capital a mais intensa revolta e a mais viva indignação. Deante dos ‘placards’ dos jornaes estacionava de ha dias, constantemente, enorme massa popular, anciosa por minucias desse infame attentado e, mais que tudo, anciosa por saber a attitude que o governo brasileiro assumiria para desaffronta dos nossos brios e da nossa honra. Não foi, pois, sem francas manifestasões de entusiasmo que o povo catharinense recebeu a noticia que o eminente chefe da Nação, num gesto magnifico de civismo, pedira ao Congresso que votasse immediatamente a declaração de guerra, como justa repressalia ao insulto prussiano. E mais ainda se accentuou o contentamento e o jubilo publico deante da attitude altamente significativa e louvavel das duas casas do congresso, apoiando unanimamente quasi o preclaro dr. Wenceslau Braz, a quem testemunharam a mais inteira e absoluta solidariedade. Fervia, pois o entusiasmo popular, só a custo contido até hontem a tarde, quando teve toda a sua plena expansão (O ESTADO, 1917, p. 1).

Diante da repercussão do ato oriundo do Rio de Janeiro, na capital catarinense as manifestações se sucederam. Havia o temor, em razão da presença de alemães e seus descendentes no território catarinense, de atos de violência e de vandalismo. Tal receio pode ser melhor compreendido ao se observar a sequência do texto exibido anteriormente:

Um convite vibrante

Ao meio dia começou a circular na cidade um entusiástico boletim, convidando o povo para uma manifestação de solidariedade aos aliados, como vibrante protesto ao attentado allemão. Eram estes os termos do convite, profusamente espalhado por toda a cidade:

Aos Brasileiros

Convida-se ao nobre e altivo povo desta terra a comparecer hoje, ás 17 horas, na praça 15 de Novembro, para acompanhar a mocidade catharinense n'unia eloquente e entusiastica manifestação de solidariedade aos representantes das nações alliadas,

como protesto vibrante e forte ao vandalismo alemão, contra quem a nossa alma de moços revoltada quer publicamente testemunhar a sua repulsa. É tempo de alevantarmos o grito de protesto que nos asphyxia.

A reunião

À hora marcada, a praça 15 regorgitava de povo. Pouco depois chegava a banda musical “Amor á Arte”, recebida com palmas e vivas. A multidão enchia toda a Praça, sendo a massa popular mais compacta defronte o escriptorio da “Standard Oil & C.”, ponto escolhido para a organização do meeting. Às 18: 30 horas appareciam na Praça 15 as bandeiras do Brazil e de todas as nações alladas. Foi indiscriptivel o enthusiasmo com quem foram recebidos os pavilhões gloriosos da Patria e dos paizes amigos. Do seio da multidão partiu uma ovação delirante que se prolongou por muito tempo no meio de vivas e applausos. O povo cantou após o Hymno Nacional (O ESTADO, 1917, p. 1).

O tom de patriotismo e de indignação com as agressões germânicas para com o Brasil não ficou restrito somente à manifestação na Praça XV de Novembro. Os manifestantes acabaram por destruir o Clube Germania, além de outras atitudes, descritas no texto a seguir:

EXALTAÇÃO POPULAR

A destruição do Club Germania

Dissolvido o “meeting” um grupo numeroso e exaltado de populares se dirigiu ao “Club Germania”, na esquina da rua Alvaro de Carvalho e Tenente Silveira. Arrombando as portas e janellas do predio os populares evadiram o edificio, destruindo completamente todos os moveis e utensilios que lá encontraram. Defronte ao predio foi construida uma barricada com os moveis que iam sendo jogados á rua, o que obrigou a força de cavallaria de policia que acudira ao local a estacionar a certa distancia. Durou approximadamente 20 minutos a destruição do que existia no predio do “Germania”, sendo inteiramente sem resultado a interferencia de algumas pessoas, no sentido de acalmar os animos. No meio de uma gritaria infrene os populares, apoz terem destruido tudo, abandonaram o predio do Club Germania, cujas salas deixaram completamente vazias. As portas e janellas do edificio foram arrancadas. Um grupo felizmente reduzido, tencionava incendiar o edificio, não o tendo feito, no emtanto, graças a opposição energica da maioria e a interferencia muito oportuna de pessoas acatadas em nosso meio social. Dando vivas e morras, armados com pedaços dos moveis destruidos, desceram em grita ruidosa a rua Tenente Silveira (O ESTADO, 1917, p. 1).

A multidão, entusiasmada com o clima de antigermanismo, não poupou esforços para, inclusive, confrontar a polícia. Depois de disparos de armas de fogo, o animo somente arrefeceu quando a massa popular chegou ao Palácio do Governo, onde as palavras do governador dispersaram a multidão:

Um conflito com a Policia

No instante em que desembocavam na Praça 15 de Novembro, do lado da Cathedral surgia uma força da policia, armada de fusil. O clarim que a acompanhava deu o toque de “carga de bayonetta”, tendo os policiaes se posto immediatamente em guarda. Irritados com essa attitude da policia, os populares proromperam em gritos de “não pode, avança, pega, etc”, ao tempo que contra elles atiram pedras, pedaços de paos e tudo que encontravam á mão. Mal dirigidos, os soldados da Força Publica “embolaram-se” estacionando defronte a Cathedral, de bayonettas caladas e em guarda. Os populares, que se haviam afastado da força ás corridas voltaram apoz, apressadamente, de um e outro lado, ameaçando envolver os policiaes.

O capitão Collaço é ferido

O sr. capitão Joe Collaço, commandante do Tiro 40, e que desde o inicio do “meeting” se promptificara a auxiliar o serviço de policiamento, receioso de que os soldados da Força Publica fossem envolvidos pelos populares, para elles se dirigiu aconselhando-os a que estendessem em linha. Tendo se aproximado muito da força e embora estivesse fardado recebeu uma forte coronhada na frente. O sargento João Paiva, que o acompanhava, tambem recebeu uma violenta pancada com arma. O capitão Joe, um tanto perturbado foi conduzido em braços até ao saguão terreo do Palacio e o sargento Paiva levado para a sua residencia por alguns camaradas.

Tiros

Estavam as cousas neste pé quando partiram diversos tiros de revolver do meio dos populares, estabelecendo-se logo enorme confusão em toda a Praça 15 que regorgitava naquelle instante de familias, motivando atropelamentos e correrias desenfreados. Em vista disso e do numero muitas vezes superior de populares a força de policia foi obrigada a recuar, entrincheirando-se na porta principal do Palacio do Governo. Os exaltados seguiram-lhe no encalço estacionando defronte ao Palacio, aos gritos de *morra e mata*. O ex. o sr. coronel Felipe Schmidt, governador do Estado, assomando a uma das saccadas fallou aos populares, aconselhando-os a que tivessem a maxima calma e pedindo-lhes que dispersem no que foi promptamente attendido (O ESTADO, 1917, p. 1).

O último episódio, que resultou em dois feridos e uma vítima fatal, ocorreu por conta do incêndio do Clube Tiro Alemão, efetuado por outro grupo de populares. Mas o jornal alerta ao final que na edição seguinte mais informações seriam publicadas. A nota é publicada dividindo espaço com mais quatro acontecimentos. O caso do incêndio consiste em uma ação de populares, que antes da polícia tomar qualquer providência, atearam fogo no edifício, que se consumiu rapidamente em meio às chamas. Desta ação resultou em ferimentos de três pessoas, que se encontravam no andar superior, sendo que o fogo se iniciou no andar térreo. As três pessoas terminaram por se ferir em razão de que, não tendo outra saída, tiveram de se atirar da janela. Dois ficaram feridos com gravidade e o terceiro com escoriações mais leves. Mais tarde, um dos feridos graves, de nome Arlindo Gondim, chegou à Farmácia Central, onde todos seriam atendidos, já sem vida. Informa ainda a nota que no enterro do jovem, grande multidão acompanhou o féretro. Encerra-se a matéria com os relatos da Força pública de segurança, no patrulhamento e que resultou, após esses acontecimentos, em absoluta calma e tranquilidade, embora o contingente da guarda tenha permanecido em plantão no Ginásio Santa Catarina (O ESTADO, 1917, p. 1).

Com efeito, a primeira página da edição do dia 31, foi inteiramente dedicada à cobertura dos fatos mencionados no dia anterior. Será reproduzida aqui as três primeiras colunas, que contêm os elementos mais pertinentes à análise que se pretende efetuar.

Os acontecimentos de ante-hontem

Graças ao serviço de vigilância e policiamento estabelecido na cidade na noite de domingo, cessaram as agitações populares que tão viva impressão causaram no espirito publico. É de justiça acentuar que os distintos militares que servem na

nossa Guarnição agiram inteligentemente, a elles e aos seus commandados se devendo o restabelecimento da ordem publica naquella noite. O “54” até de madrugada esteve distribuido em patrulhas pelas ruas da cidade. Ao toque de reunir na caserna do “54” para lá correu pressurosa a mocidade desse Tiro, permanecendo em rigorosa promptidão até ao amanhecer de ante-hontem. Nada de anormal houve no emtanto durante a noite (O ESTADO, 1917, p. 1).

A segunda parte da nota diz respeito às medidas preventivas. Na verdade, o que se esperava era que o jornal trouxesse novos fatos de agressões, depredações, mas na verdade as duas notas fizeram tão somente comentar o acontecido, enaltecer as forças policiais e alertar para o valor do sossego da sociedade.

Medidas preventivas

Na manha de segunda feira foram destribuidas fortes patrulhas do Exercito por diversos pontos da cidade, guarnecendo o Hotel Metropol, as casas com merciaes de Carl Hoepeck & C., Ernesto Beck & C., Escola e Egreja allemã, Gymnasio Santa Catharina, Collegio Coração de Jesus, a redacção d'O Dia, e as casas de propriedade de allemães. Durante a noite o predio do Club Germania fora tambem guardado por um grande contingente, tendo-se estabelecido um cordao de praças no edificio do Tiro Allemão, que fora completamente destruido pelo incendio ahi ateado pelos populares. Até as 2 horas da tarde de ante-hontem nada ocorreu que perturbasse o socego habitual da cidade. Previa se, no entanto, que por occasião do enterro do jovem Arlindo Gandin, victimado no incendio do Tipo Allemão, se dessem alguns conflictos ou assaltos às casas allemãs que ficam situadas na rua Conselheiro Mafra. Por isso foi muito acertadamente combinado que todo o serviço de patrulhamento ficaria aos cuidados da Guarnição Federal. Pouco antes da hora marcada para o enterramento do jovem Arlindo Gondin foi estendida uma força do Exercito ao longo da rua Conselheiro Mafra, ficando um pelotão à parte para ladear o enterro que foi feito em muita ordem (O ESTADO, 1917, p. 1).

Para o mês de junho, das oito edições disponíveis, nenhuma delas trouxe alguma matéria mais significativa para este estudo. Apenas a edição de 09 de junho colocou algumas manchetes mais chamativas na primeira página, relatando os feitos dos soldados americanos e o testemunho de um soldado francês, em relação à quantidade de cadáveres de soldados alemães (O ESTADO, 1918, p. 1).

Do mês de julho, último do ano de 1918 que conta com pouco exemplares disponíveis, pois a partir de agosto os exemplares estão quase dispostos na totalidade, apenas duas edições serão registradas. A do dia 27, por conta das suas manchetes de primeira página *A febre incendiaria dos Alemães*; e a do dia 13, cujo texto da coluna *Um cartaz patriótico* é transcrito a seguir:

A “DEUTSCHER VERBANDT”⁵⁰,
Um cartaz Patriótico

⁵⁰ Associação Alemã.

No “placard” d'o “Estado” esteve exposto hontem um exemplar do cartaz profusamente distribuido ha dias na cidade de Joinville, e no qual é acremente exprobadado o procedimento indecoroso dos brasileiros que se haviam filiado a “Deutscher Verbandt”. É' o seguinte o texto desse cartaz patriótico: (O ESTADO, 1918, p. 1).

Esta é a introdução ao texto do cartaz, que procura alertar a população de Joinville sobre o verdadeiro motivo da utilização do imóvel situado à Rua Rio Branco, que pretensamente seria apenas um local para palestras.

Brasileiros! No dia 9 de Julho a sociedade allemã “Deutscher Verbandt” desta cidade inaugurou o seu novo predio à rua Rio Branco. Nesse dia o sr. Capitão Manoel do Nascimento Lins, digno commandante do 13º Batalhão aqui estacionado, acompanhado de alguns officiaes do mesmo Batalhão, apresentou-se inesperadamente naquella sociedade, e lhe foi dito que aquella casa era apenas um local para palestra, etc. Com effeito alli estavam reunidos muitos socios. A opinião publica, desde tempos, vem apontando a “Deustcher Verbandt”, como uma associação adversa e perigosa aos interesses e aos sentimentos brasileiros (O ESTADO, 1918, p. 1).

A autoridade local faz, então, as verificações de rotina, sendo que os documentos que lhe são apresentados estão redigidos em língua allemã. Além disso, somente os que dominam tal idioma serão aceitos na associação, que tem por objetivo a expansão dos interesses daquele povo.

O digno commandante do 13 Batalhão apprehendeu os Estatutos e a lista dos socios, tudo isso escripto em allemão, verificando-se então que os Estatutos confirmam as suspeitas de que semelhante sociedade é inimiga da nossa Patria, porque em seus dispositvos declaram que “A Deutscher Verbandt” (Liga Allemã) é fundada para expansão dos interesses peculiares do povo allemão. Que somente poderá ser acceito socio quem for de origem allemã e fallar a lingua allemã como língua materna. Que no caso de dissolução da sociedade, o producto dos bens será applicado a fins de interesses allemães (O ESTADO, 1918, p. 1).

Agora se faz o apelo à brasilidade, sem hesitação de considerar que os membros do tal clube allemão, no fundo, não passam de inimigos da nação brasileira.

Brasileiros! Ao lado de estrangeiros que assim reuniam para contrariarem os intuitos da nossa Patria, hoje em estado de guerra com a Patria delles, vemos BRAZILEIROS degenerados atraçoando sua terra e seus patricíos naturaes, acalentados pelo nesmo sonho irrealisavel de entregarem o Brazil á dominação estrangeira! Se o estrangeiro que assim procede é ingrato e hypocrita, o brasileiro degenerado é um traidor e merecedor de alta punição. Em cada um dos individua que se compõe a “DEUTSCHER VERBANDT” devemos ver um inimigo da nossa Patria. Elles desejam que nós, cidadãos livres de uma Patria Livre, sejamos subditos subservientes, quasi escravizados, de um Imperio

onde o exagero da ordem e o dever da obediência passiva matou na consciência do homem os instintos da Liberdade (O ESTADO, 1918, p. 1).

Finalizando a matéria, o tom de alerta é mantido, mas ainda se acrescenta o repúdio ao fato de também brasileiros comporem o quadro de associados da entidade alemã:

BRAZILEIROS! Acautelai-vos contra essa gente que sempre se afastou da nossa convivência, que sempre viveu a menoscar as cousas e as glórias brasileiras, que sempre contrariou a aprendizagem da língua nacional, que sempre evitou o entrelaçamento da família brasileira! (com raras exceções) e que agora se desmascaram unindo-se em associação antipatriótica depois da declaração de guerra entre o Brasil e a Alemanha! Tomai nota do nome de cada um. Seguiam-se os nomes dos 115 sócios da liga filiados até 1º de Outubro de 1917, dos quaes para vergonha nossa 30 são brasileiros natos. Amanhã publicaremos os nomes destes “brasileiros”, ou melhor, retovados (O ESTADO, 1918, p. 1).

Com efeito, na edição de 14 de julho são publicados os nomes dos 30 brasileiros filiados à Liga Alemã de Joinville, todos de sobrenome alemão, acrescido do comentário: “Alguns entre elles exercem cargos públicos electivos e de nomeação. É bem triste isso tudo, não vos parece? (O ESTADO, 1918, p. 1).

Sem nenhuma sutileza, o jornal aponta para este grupo de pessoas como a materialização do inimigo, colocando-os em fragilidade perante a sociedade a qual pertencem. Não foi possível apurar se algum destes cidadãos sofreu algum tipo de represália após a publicação dos nomes, por conta das lacunas existentes no mês. Nos meses posteriores, nenhuma referência foi encontrada. De toda forma, a exposição pública destes indivíduos é bastante esclarecedora referente a como o tema era tratado pelo jornal.

No mês de agosto, quatro edições são selecionadas para ilustrar o andamento da cobertura da guerra e da diminuição moral da Alemanha. Em três delas, dos dias 01, 03 e 07, as manchetes que abrem a primeira página são bastante esclarecedoras: *Em Kieff matam um general Alemão*; *A Alemanha não tem frutas nem trigo*; *A derrota no Marne e o desespero Alemão*. As notícias seguem o mesmo tom, dando a entender que é questão de tempo até a derrocada final.

Contudo, é na edição de 15 de agosto, que o combate ideológico aos alemães é mais incisivo. Isto porque a partir de uma atitude de alguns padres alemães, o jornal entende que há um desrespeito à lei:

Não pode ser!! Acima de tudo a lei!!

Com o título e subtítulo acima o nosso colega “O Planalto”, de Lages, publicou em seu último número a seguinte nota. Para ela chamamos a preciosa atenção das autoridades competentes. Perante as leis republicanas; que nos regem, o casamento religioso nada mais é do que uma mancebia. E para acabar com as mancebias que diariamente se consumaram, os poderes constituídos publicaram há tempo uma lei, declarando que era expressamente proibida a celebração de casamento religioso antes da celebração do casamento civil. Pensam que os srs. Padres - padres allemaes, em geral - ligaram importância a essa proibição? Engano! Elles continuam espezinhando a lei e celebram quanto casamento religioso appareça, sem ao menos aconselharem aos nubentes que - em benefício da família - realizem o casamento civil. No Cerrito, onde de vez em quando um padre faz incursões, ha uma infinidade de pessoas casadas religiosamente apenas! Entretanto esse estado de cousas não pode continuar assim! Não pode ser! Acima de tudo, a lei! (O ESTADO, 1918, p. 1).

Como se vê, os padres priorizavam a união religiosa, frente à união civil. Mas o detalhe é que o desrespeito à lei era, sobretudo, dos padres alemães.

No mês de setembro, sete edições contêm elementos antigermânicos. Três delas, a partir das manchetes: *A ridícula presunção do Kaiser*; *A Alemanha transforma suas estatuas em munições*; e *A fuga desesperada dos alemães*, edições dos dias 03, 06 e 25.

Das outras quatro matérias, apenas uma requer transcrição. As demais, total ou parcialmente, conforme a sua natureza, tratam dos indícios do final da guerra. Em 11 de setembro, é trazido um caso ocorrido na cidade de Canoinhas, com o sugestivo título de *Atrevimento Boche*. Sinteticamente, trata-se do seguinte: chega ao conhecimento do jornal, pela manifestação de *Epaminondas Ricardo da Silva*, secretário da Liga da Defesa Nacional, que os alemães, chamados aqui de “boches”, fizeram insultos ao Brasil, no dia 7 de Setembro, por ocasião da comemoração da independência, no *Bouquet Club*, onde estavam presentes o juiz de direito Dr. Gil Costa, o promotor público, Dr. Hildebrando Freire, e várias personalidades, que proferiram discursos de amor ao Brasil. Contudo, os descendentes de alemães optaram por não comparecer à festa nacional, promovida pela mocidade brasileira, preferindo uma reunião na casa de propriedade de Octávio Raueu e Walter Debener. Nesse local, os alemães inauguram uma quadra para o jogo da bocha, isso tudo ouvindo músicas alemãs, destacando-se *Deutschland über alles*. Durante o jogo, outros cantos surgiram, entremeados com insultos e palavrões contra os brasileiros. O grupo seria liderado pelos seguintes indivíduos: Luiz Dserlit, Adolpho Raueu, João Reymert e Alfredo Meyer, sendo que este último seria reservista do Tiro 226 de Joinville. Acrescenta a nota que todos serão chamados à responsabilidade e que os brasileiros, indignados com o fato, buscaram satisfações com os alemães, que acabaram fugindo. As autoridades de Canoinhas iniciaram então um rigoroso inquérito e, ao mesmo tempo, recusam-se a conceder a licença para o

funcionamento da referida casa, conhecida como Antro de espionagem, de conspiração e difamação do Brasil. O secretário encerra a nota pedindo ampla publicização dos fatos, que entende serem demasiado ofensivos à soberania nacional, consistem em um ultraje dos inimigos, que assim zombam da hospitalidade e cometem traição com o Brasil (O ESTADO, 1918, p. 2).

De diversos pontos do estado de Santa Catarina ecoavam situações como esta, onde repetidamente os alemães eram categorizados como inimigos. Já não se faz questão de silenciar, ou dar pouca publicidade a tais fatos.

Finalizando o mês de setembro, temos as edições datadas de 13, 18 e 25. A de 13 de setembro, várias notícias procuram mostrar que os alemães já admitem negociar a paz e dão mostras de enfraquecimento. A de 18 de setembro, *Viva a Liberdade*, é o grito proferido pelos alemães quando do encontro com as tropas americanas. E no dia 25, a primeira página mostra em letras garrafais a admissão pelos alemães que era necessária a negociação pela paz (O ESTADO, 1918, p. 1).

De modo geral, os jornais mostraram ao povo catarinense que os alemães eram gente industriosa, de reconhecida capacidade, educada, patriota e interessada no desenvolvimento do Brasil; este foi o caso do *O Dia*; ou nem tanto assim, na verdade os alemães de Santa Catarina não passavam de espões, de gente infiltrada, armada para a guerra, que se recusava a falar o português e que entendia ser o Brasil um pedaço da Alemanha; nesse caso, foi o jornal *O Clarão*, de forma destacada, *A Época*, com menos ênfase, e *O Estado*, em determinados momentos e com menos paixão que os demais.

4 A GUERRA DA INFORMAÇÃO: VERSÕES E REPRESENTAÇÕES

Neste capítulo, estão agrupadas informações dos jornais, algumas inclusive com temáticas semelhantes às tratadas no capítulo anterior, mas com outra forma de organização e exposição. O objetivo desta seção é mostrar como os jornais travaram uma “guerra” de informações, com a intenção de criar para o seu público a versão desejada dos fatos.

Elaborado a partir de três discussões principais, o capítulo inicia com os conteúdos pertinentes ao desenrolar da guerra e, quando possível, o provável vencedor na ótica de cada jornal.

No segundo momento, é analisado o papel da Alemanha no conflito, em diversos aspectos, sob o prisma de ser o lado certo ou não. Isto é, que carga ideológica é atribuída à Alemanha na Guerra e na sua relação com o Brasil.

No último subtítulo, e o mais crucial deste capítulo, os jornais mostram a sua versão dos fatos. Nesse ponto foi possível confrontar um jornal contra o outro abordando a mesma situação.

Preliminarmente, é precioso recuperar o papel da imprensa brasileira em relação ao conteúdo recebido pelas agências de notícias estrangeiras, que fundamentavam as publicações nacionais:

A maioria dos periódicos com atuação no Brasil trazia diariamente notícias da guerra, em geral, fornecidas pelas agências francesas ou inglesas, motivo pelo qual, replicavam sem nenhum filtro a imagem que os aliados da *Tríplice Entende* tentavam vender dos alemães como um povo bárbaro e ambicioso. Essa transposição das matérias que compravam nas agências de notícias, também ajudou a criar uma imagem negativa dos alemães em terras brasileiras, bem antes dos ataques dos navios brasileiros pelos submarinos alemães. Por outro lado, provocou a ira das colônias germânicas que já viviam no país. A recíproca, no entanto, era verdadeira, os alemães também atuavam nos meios de comunicação visando desqualificar os aliados da *Entende* e destacar sua superioridade. A Alemanha abordava na imprensa a calúnia dos inimigos. Suas matérias traziam comparações apontando a superioridade em dados sociais, econômicos e culturais, renda per capita e analfabetismo, além de superioridade no arsenal bélico. “Ironicamente intitulado ‘nós, os bárbaros’, o quadro comparativo procurava mostrar que apesar do seu ‘barbarismo’ os alemães eram superiores aos inimigos em diversas variáveis indicativas de desenvolvimento e grau de civilização” (REGO; LEAL, 2015, p. 11).

Assim, de lado a lado dos combatentes, se poderia esperar exageros, distorções, omissões e repetições sistemáticas, sempre dentro das intenções determinadas por cada veículo noticioso.

4.1 QUEM VENCE A GUERRA?

Na edição datada de 16 de outubro, *o Clarão* se revolta contra a forma de se informar as notícias da guerra, ironizando os telegramas publicados por “*um conhecido jornal*”, que se originavam de agências alemães e que mostravam como a Alemanha avançava nos territórios europeus e como repelia ataques dos aliados, ou seja, como a Alemanha estava vencendo a guerra. Usando o episódio da segunda batalha de Champagne, na França, é exposta a matéria do jornal acusado de germanismo e, em seguida, a matéria publicada pelo *Estado de São Paulo*, onde é desmentida a vitória alemã, citando como contra-argumento uma troca de correspondências entre o Rei George da Inglaterra e o presidente francês, Poincaré. Ao final, a ironia prossegue, nos seguintes termos:

O jornal que publicou o primeiro, talvez julgue ser elle o único jornal lido aqui nesta capital, e por isso não use de ceremoneas. Aquilo será de grande efeito ahi para certos lugares, onde o dito jornal é distribuído às mãos cheias em certos dias semana, mas cá para nós não serve... (O CLARÃO, 1916, p. 3).

A historiografia⁵¹ considera que as batalhas de Champagne foram vitórias dos alemães. Embora não haja consenso com o resultado da primeira batalha, a segunda envolveu mais de 600 mil combatentes e, ao final das ofensivas e contraofensivas, em novembro de 1915, os franceses haviam perdido mais de 100 mil homens e várias localidades que controlavam ao início.

O jornal tenta combater seu adversário na imprensa da capital do estado, mas utiliza de uma estratégia um tanto quanto frágil. Enquanto o jornal acusado publica dados concretos (como armamento apreendido, baixas do inimigo e captura de oficiais), o jornal *O Clarão* apresenta apenas uma correspondência protocolar entre dois chefes de estado, que se elogiam.

A contribuição nesse sentido do semanário é breve, porém valiosa, na composição do cenário entre as ideologias que duelam nos jornais.

⁵¹ A este respeito, consultar: Gilbert, Martin. *A Primeira Guerra Mundial: os 1590 dias que transformaram o mundo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.

Já o outro semanário utilizado neste estudo, *A Época*, ainda no ano de 1914, na edição de 21 de novembro, usando o título *Uma vitória imprevista*, relata que tanto a Alemanha quanto a França e a Inglaterra, no decorrer da guerra (são os primeiros combates), perceberam que precisam da força e do apoio divinos para prosseguirem. A França, rotulada como “inimiga da fé”, aos poucos se enche de “novos pensamentos” e percebe que a vitória somente virá com a ajuda de Deus. Faz-se o mesmo raciocínio, em seguida, para a Inglaterra e a Alemanha, mas usando de outros artifícios.

No dia 28 de novembro, uma matéria bastante cautelosa, analisa a guerra até aquele momento e não aponta um vencedor, nem se declara esperançoso de vitória para um dos lados.

Da cobertura da guerra neste primeiro ano, é possível, pelo menos, uma reflexão: o jornal é cauteloso na questão dos fatos, deixando ao leitor uma interpretação do andamento dos combates. Mas empenha-se em defender as qualidades dos alemães.

A exaltação continuaria, com especial menção no mês de agosto. Um longo texto, que pela primeira vez se dispunha a olhar para a guerra mais analiticamente, ensejando que a guerra de trincheiras pudesse ser o indício de uma negociação para o armistício. A primeira parte faz um balanço dos sucessos alemães:

Ha uma anciedade geral para que a paz seja um facto concreto e para que ella venha sem mais tardança. O mundo inteiro soffre, a civilisação sangra e o progresso perece com essa tragedia macabra cujo epilogo ruinoso parece relegado para o domínio das kalendas gregas. E a difficuldade para. que os belligerantes cheguem a um accordo reside na falta absoluta de urna victoria decisiva, indiscutivel e aniquiladora do adversario. Outrora bastava às vezes uma batalha campal para o decidir da victoria e dar rema-te a uma guerra. Hoje uma dezena de victorias ainda não bastará para determinar de que lado ficará o fiel da balança. A prova temô-la na Allemanha que até a presente é que tem alcançado maior somma de victorias; conquistando a Polonia, aniquilando a Servia; submettendo o Montenegro, occupando a Belgica, invadindo a França e resguardando os Dardanellos e, apesar de todos esses triumphos brilhantes e estupendos ainda não pôde impor a sua vontade aos seus inimigos (A EPOCA, 1916, p. 2).

Observando os custos da guerra, e projetando o futuro, o texto admite os fracassos das ideologias operantes e finaliza com o inevitável apelo ao cristianismo.

A unica esperança dos aliados está no tempo que tudo transformando, pode modificar sob a sua acção devastadora e inconoclasta a vantajosa situação militar da Allemanha. Mas poderão os belligerantes prolongar essa situação angustiosa asphixiante e intoleravel ameaça leva-los todos sem excepção. á voragem do descabro e da bancarrota? Parece que não. As despesas da guerra vão num crescendo geometrico assustador e apavorante. A Inglaterra despense mensalmente

2 milhões e setecentos mil contos de reis e a Italia, a que menos gasta, um milhão de contos. Accresce que a moeda dos paizes em guerra soffre uma depreciação muito sensível que concorre para tornar mais premente a sua situação economica e financeira. Cem coroas austriacas (ouro) valem hoje, 62; e cem lyras italianas (ouro) corresponde a 6: poderá o leitor julgar dah'i acrescimo dos embarços oriundos da crise financeira. A nosso ver, a guerra ha di terminar logo sem vantagem alguma apreciavel para os combatentes levando a todos a convicção de que o canhão é hoje impotente para solucionar os problemas que dividem as nações. A desmoralisação, a fallencia da guerra está patente aos olhos de todos. O que não conseguiram a propaganda socialista, as conferencias pacifistas, os congressos de paz, realisou-o a trincheira que, permittindo ao povo mais fraco fazer face ao mais forte, prolonga indefinidamente o conflicto até que a vitalidade dos combatentes se esgota se dilua sem que o brilho da victoria illumine e doure nenhum campos adversos. Seja como for, que venha logo sem mais delonga, essa paz almejada e com ella o esquecimento dos odios, o renascimento do trabalho e a esperanza de melhores dias para a christandade, são os nossos melhores desejos (A ÉPOCA, 1916, p. 3).

As matérias seguintes vão na mesma tônica anterior, até o final do ano. Em novembro, uma breve nota da guerra aponta levemente para uma crítica aos alemães, com uma manifestação de Von Humberburg, que teria respondido dessa forma a uma pergunta sobre as possibilidades da paz: “- *Não se trata agora de paz. Trata-se de fabricar munições.*” Ao que a matéria prossegue: “*Vê-se, portanto, que os allemaes estão dispostos a ir até o fim.*” (A EPOCA, 1916, p. 2). Esta é uma polida intenção de demonstrar que os esforços da paz estão do outro lado do combate.

Assim como o seu colega de circulação semanal, por dispor de menos espaço, *A Época*, traz à luz poucas matérias, mas de cunho importante para a compreensão do quadro.

Para os jornais de circulação diária, contudo, a questão é diversa. Já no primeiro ano do conflito, o jornal *O Dia* fez da guerra um assunto constante, como seria de se esperar. Isto porque a chamada “Conflagração” envolvia diretamente as maiores potências europeias e pelo fato de existirem no estado de Santa Catarina grande número de alemães e seus descendentes. Além disso, o interesse natural que desperta na população a eclosão de uma guerra. À medida que o conflito avança e, conseqüentemente, o Brasil toma posição (no período estudado o Brasil se declara neutro, somente rompendo esta neutralidade em 1917), o jornal vai deixando claro que, embora a cobertura dos fatos possa ser considerada equilibrada (as vitórias de ambos os lados são mostradas), as matérias que mostram a guerra além dos fatos, ou seja, que têm algum conteúdo analítico, ou têm impressões da guerra, são claramente favoráveis a uma posição alemã.

As primeiras notícias da guerra são publicadas logo após o assassinato de Francisco Ferdinando. Nos dias 07 e 11 de julho, o assassinato do duque é novamente citado, já como

elemento deflagrador, não ainda do conflito, mas de seu estado de iminência e da preocupação que assolava os países europeus.

Esta é a tônica dos primeiros registros da guerra. De fato, até o dia 12 de agosto, as notícias que cobrem os fatos parecem neutras, mostrando o que faz cada lado belicoso. Contudo, temos assim, no dia 15 de julho, matéria sobre as alianças, que mostra como o mundo deve enfrentar a Alemanha; no dia 01 de agosto, um artigo mostrando que o desejo da guerra é dos alemães, não dos demais. Além destes, outras pequenas notas vão descrevendo a situação na mesma dinâmica.

Contrariando, pela única vez neste período inicial, no dia 12 de julho, um artigo, nitidamente colocando a França como provocadora do conflito, é publicado. Resumidamente, a matéria descreve que os brasileiros, por uma questão cultural, estavam muito mais familiarizados com o pensamento francês do que com a Alemanha. Por essa razão, o texto convida a refletir se esse posicionamento não tem consequências na forma de se olhar para a guerra agora. Evocando o conflito de 1870/71, em que a França perdeu os territórios da Alsácia e de Lorena para a Alemanha, a matéria adverte que a proximidade com os franceses não pode cegar os brasileiros e assim deixar de perceber que esta guerra é uma tentativa de desforra dos franceses. Ou seja, em outras palavras, não é por adotar aspectos da cultura francesa no Brasil que os mesmos estão do lado certo nessa guerra.

A esta altura, é preciso lembrar que existia um movimento, encabeçado pela Liga Brasileira pelos Aliados, que reforçava o alinhamento do Brasil com a França:

Os fatores determinantes para que a maioria das populações dos grandes centros urbanos do Brasil se posicionasse como simpatizante da causa aliada foram uma forte influência cultural Francesa e a atuação da Imprensa enquanto veículo de propaganda e formador de opinião pública. No período imperial, as elites brasileiras eram educadas segundo o modelo educacional francês, idioma bastante familiar nos estabelecimentos de ensino do país. Para consolidar e desenvolver esta simpatias, a Liga Brasileira pelos Aliados, fundada a 7 de março de 1915, promoveu manifestações públicas, redigiu petições para apresentação no Congresso Nacional, organizou protestos contra a Alemanha e arrecadou contribuições para a Cruz Vermelha em auxílio ao povo francês. A Liga contava com a participação de personalidades do porte de Ruy Barbosa (político, escritor e orador), Graça Aranha (diplomata e romancista), Antônio Azeredo (Presidente do Senado), Pedro Lessa (membro do Supremo Tribunal), Barbosa Lima (deputado federal), Olavo Bilac (poeta), Coelho Neto (escritor) e Félix Pacheco (jornalista), entre outros. Com livre acesso aos meios de comunicações combatiam violentamente os não adeptos da causa aliada (MENDONÇA, 2008, p. 29-30).

existe a possibilidade, segundo o jornal pouco provável, de os franceses revidarem a derrota de 1870, que culminou com a perda da Alsácia-Lorena para os alemães.

A partir do dia 12 de agosto, começa a se observar uma mudança, não tão drástica, dos rumos do jornal. Em que pesem as notícias – os fatos propriamente ditos – continuarem a ser publicadas conforme os movimentos da guerra, ou seja, dando as vitórias conforme se sucediam, utilizando, inclusive, os adjetivos “grande”, “colossal” para qualquer um dos lados, as matérias começam a tomar forma pró-Alemanha, assim se conduzindo até o final do período estudado. No dia citado, o jornal publica um artigo dizendo claramente que a Alemanha não provocara a guerra, do qual se transcreve da forma original o seu início.

Figura 26 – Extrato da matéria *A origem da Guerra*

Os telegrammas publicados pelo *Norddeutsche Allgemeine Zeitung* provou, á evidencia, que enquanto estavam pendentes as negociações em prol da paz eu-ropéa, a Russia ameaçava a Alemanha e que qualquer medida militar por esta tomada encontra justificativa no procedimento da- quella.

Fonte: O Dia (1914).

Esta matéria, oriunda do jornal *Comércio do Paraná*, que por sua vez reproduziu conteúdo do *Nordeutsche allgemeine Zeitung* (*Jornal do Norte da Alemanha*), alega que tem como fonte os telegramas trocados entre o Imperador Guilherme II e o Czar Nicolau II. O governante alemão solicita, por diversas vezes, que se tome uma atitude pacífica para a resolução das tensões entre os países. Posteriormente, é mostrado que enquanto a Alemanha iniciava estas tratativas pacíficas, é “surpreendida” pela mobilização das forças do Império Russo, sendo que à Alemanha caberia, então, responder a esta ofensiva.

No dia 16 de agosto, um artigo, que seria concluído na edição do dia 18, condenava a existência da guerra de forma genérica, não responsabilizando nenhum dos contendores. Chega-se a citar, por exemplo, que as campanhas napoleônicas em nada contribuíram para um mundo melhor, servindo apenas para ambições pessoais. Essa imparcialidade, embora tenha sua obviedade escancarada, serve também para amenizar o tom pró-germânico, ou mesmo para exercer efeito contrário.

A partir do dia 23 de agosto, notícias oriundas de jornais alemães começam a ganhar espaço. Essas notícias minimizam derrotas germânicas e procuram, como seria de se esperar, mostrar o que a guerra provocava nos alemães. Prova disto é que no dia 27 de agosto, uma matéria sobre o abastecimento da Alemanha é publicada, reforçando a ideia de que, apesar do conflito, os alemães estavam preparados, resistiam ao esforço de guerra e mantinham o seu abastecimento intacto. Essa demonstração de organização e de força convinha à ideia de que uma vitória alemã seria benéfica ao Brasil. Essa é uma corrente que foi defendida no Brasil, tendo um dos seus expoentes o deputado Dunshee de Abranches, o qual, em seu discurso em 26 de setembro de 1914, depois de descrever longamente os progressos que a Alemanha havia obtido no século XIX, e de fazer duras críticas aos Estados Unidos, à França e à Inglaterra, assim encerrou sua manifestação:

Aproveitemos o momento. O que garantiu à Alemanha esse formidável poder militar que está resistindo às investidas dos exércitos coligados das outras potências foi a prodigiosa organização das suas indústrias, do seu comércio, da sua lavoura, do seu crédito, da sua fortuna pública e particular, em uma palavra, da sua incomparável administração interior (ABRANCHES, 1914).

Esse discurso ilustra o pensamento de parte dos políticos brasileiros da época, que viam na Alemanha um parceiro comercial e tecnológico mais viável para o Brasil do que os Aliados. Além desse argumento, utilizavam também o fato da política imperialista inglesa em relação ao Brasil no século XIX, do imperialismo americano, no período mais recente e da pouca importância da França em termos comerciais, embora reconhecessem a influência cultural francesa, mas colocando-a como algo menos importante.

Na edição de 01 de março, a matéria da página três é sobre a cidade de Aden, ponto estratégico da guerra no oriente, e a sua tomada pelos ingleses. Ironizando a justiça de caráter do povo inglês, o autor do texto, que se identifica como Marc Moukarzel, não vê legitimidade do ato britânico em se apossar dos territórios alheios. Essa foi uma posição por várias vezes utilizada contra os aliados, pois a Alemanha praticamente não tinha possessões, principalmente se comparada à França e a Inglaterra (O DIA, 1916, p. 3).

Usando a mesma linha de raciocínio e argumentos semelhantes, a edição de 04 de março ataca os ingleses, acusando-os de ocuparem portos de nações neutras, numa clara violação do direito internacional. O texto é novamente assinado por M. de Valflôr, cuja participação já havia ocorrido anteriormente (O DIA, 1916, p. 3).

No dia 09 de março, a acusação contra os britânicos é econômica: analisa os empréstimos dos EUA para os aliados, que acabaram por se materializar de forma bem menos ambiciosa do que se havia projetado de início. Esse fato leva a concluir que, além de uma impotência militar dos aliados frente aos alemães, somam-se aspectos diplomáticos e econômicos, o que faz pensar em uma vitória germânica para breve (O DIA, 1916, p. 3).

Como nós somos tratados pelos nossos amigos franceses! é o título do artigo da edição de 09 de março. O texto relata de como os franceses estariam atacando a imagem internacional brasileira, acusando o país de ser um reduto da germanofilia. Por ocasião de transações financeiras entre Brasil, Inglaterra e França, os franceses colocam em dúvida a confiabilidade dos títulos brasileiros, propositalmente frágeis para favorecer a Alemanha. O texto traz algumas ironias, desenvolvendo a ideia proposta no título (O DIA, 1916, p. 3).

No dia seguinte, a edição acrescenta mais uma ideia à discussão anterior, mostrando como a Inglaterra estaria numa situação desesperadora financeiramente, não podendo mais custear o esforço de guerra, além de um enfraquecimento moral e político (O DIA, 1916, p. 3).

A 17 de março é publicado um desmentido a respeito da vitória que os russos teriam infligido aos alemães no golfo de Riga, em agosto de 1915. Usando os próprios russos como fonte e também o silêncio nos meses seguintes à batalha, o artigo dá a entender que os russos não haviam conseguido a vitória que os jornais aliados queriam fazer crer. Assim, o título *A grande vitória naval dos Russos sobre a Esquadra Alemã no golfo de Riga* torna-se irônico ao final, inclusive mencionando que poderia ser o efeito do alcoolismo que criara tal versão (O DIA, 1916, p. 3).

A historiografia da primeira guerra menciona que os cruzadores alemães, o V-99 e o V-100, foram afundados por um cruzador russo, o Novik. Os detalhes são como os navios combateram e não fornecem uma visão clara da batalha como um todo. Mas como não são mencionados afundamentos de navios russos, pode-se supor sim que a vitória tenha sido russa (DARÓZ, 1917).

O exemplar do dia 23 de março reserva um espaço para valorizar a Turquia, procurando reverter a imagem que o ocidente tem dos turcos, ressaltando sua cultura milenar, sua diplomacia e a educação de seu povo. Os idosos colocados para servir na fronteira com a Bulgária, onde não há conflito, são escolhidos para exemplificar a sabedoria do estado, ao

ocupá-los de forma digna e útil à sociedade. Por último, chama a atenção para o fato de os alemães terem marchado em conjunto com os turcos no período da guerra (O DIA, 1916, p. 3).

A estratégia de mostrar os ingleses como invasores é o assunto da primeira edição do mês de abril. A manchete *Invasão do nosso território – Violento Atentado – Desembarque – Um telegrama sensacional*. Reproduzindo uma matéria do jornal *Correio da Manhã*, o artigo relata como um grupo de ingleses apareceu em um sítio na localidade de Viçosa, no litoral baiano, em número de 19 pessoas, e que teriam sido vistos no sítio de um particular. Depois disso, teriam chegado à praia, escalado os coqueiros e após derrubarem inúmeros frutos, despiram-se e andaram nus pela praia (O DIA, 1917, p. 1). O fato em si não parece muito alarmante, na verdade é uma arruaça promovida por um grupo de pessoas, que não resultou em roubo, nem agressão e violência. Mas, no contexto que o jornal desejava, ganhou ares de ameaça à soberania nacional.

Duas matérias encerram o mês de fevereiro e se constituem as mais importantes para esta subunidade. A 15 deste mês, a edição publica uma manchete em letras grandes: *Os países aliados esperam que os Estados Unidos não entrem na guerra!!! Não é paradoxo!!!* O texto integral é o que se segue, escrito em 06 de fevereiro de 1912⁵², por um autor que se identifica com o pseudônimo de Tikowaia, extraído do jornal *A Tribuna*, do Rio de Janeiro:

Os aliadophilos exultam com a possível entrada dos Estados Unidos na guerra contra a quadrupla aliança! Por seu turno, os que entendem de guerra exultam também e fazem votos para que chegue quanto antes o dia venturoso da declaração de guerra do presidente Wilson aos Imperios Centraes! Os primeiros mais uma vez se illudem, como se illudiram com a entrada da Itália e da Rumania, ambas encarregadas, não se sabe bem por que artes de berliques e berloques, de pôr termo á guerra, dando a victoria completa aos aliados! Os segundos comprehendem nitidamente que é muitíssimo preferível apressar a victoria definitiva dando a campanha submarina a máxima extensão do que ter o luxo de conservar em Washington um plenipotenciário. Os primeiros serão summamente prejudicados com a entrada dos Estados Unidos na guerra; os segundos serão enormemente beneficiados com a belligerancia americana. Tudo isso que parece um paradoxo não o é de facto, como vamos demonstrar (O DIA, 1917, p. 3).

Depois desta primeira explicação, o autor passar a relacionar os motivos que colocam a Alemanha numa situação de maior conforto para administrar e vencer a guerra. Note-se que o termo “invasão” é usado para designar a ocupação da Bélgica pelos alemães. É o primeiro texto selecionado, dentre os defensores do germanismo, para este estudo, que usa esta palavra.

⁵² A data, obviamente está errada, pois os acontecimentos citados no texto são posteriores. O ano correto é 1917.

A Alemanha ocupa no centro da Europa uma posição estratégica privilegiada. Com a invasão e posse da Bélgica, tendo afastado das suas fronteiras as hostes inimigas nos theatros oriental e occidental⁵³, ela está actualmente em condições de poder atacar os seus próprios territórios, ao passo que estes não poderão fazer a mesma cousa porque se encontram na mais deplorável situação estratégica. E tal tem sido essa situação que as esperanças dos aliados se cifram, reduzem-se apenas á formula altamente humanitária e bella de matar a Alemanha á fome! Eles sabem perfeitamente que vencer os Imperios Centraes no campo de batalha é um impossível tão grande que os faz appellar para o chamado bloqueio, sobre o qual se fundaram todas as esperanças e todas as razões que justificaram a necessidade de prolongar a guerra por muitos annos. A formidável esquadra britannica estava te encarregada de desempenhar o papel máximo; ella deveria ser a fome personificada seu poder assombroso. Mas a ‘contra-fome’ inauditamente posta em pratica com tamanha efficacia, isto é, os admiráveis submarinos allemães vieram, juntamente com a extraordinária batalha da Jutlandia, desvanecer por completo aquelas esperanças e transformar a formidável e invencível esquadra ingleza de factor supremo que parecia ser em um instrumento quasi amorpho e de insignificante valor estratégico (O DIA, 1917, p. 3).

Continuando com o desfile dos motivos alemães, o tom se eleva um pouco, passando a considerar os inimigos da Alemanha como forças débeis e facilmente derrotáveis.

O bloqueio da Alemanha que no mez de agosto de 1914 era de facto um bloqueio effectivo e efficaz, logo após o desastre tremendo dos três cruzadores couraçados *Cressy*, *Hogue* e *Aboukir*, postos no fundo por um só submarino de em meia hora, tornou-se um bloqueio inócuo, incapaz, porque o mar do Norte poude ser sulcado pela bandeira allemã, sempre que isto foi necessário, e o Báltico na tornou-se de exclusivo domínio da Alemanha. Por outro lado, as brilhantes victorias nos Balkans, o anniquillamento da Servia, abrindo caminho franco e seguro para a Ásia, passando por Belgrado, Sofia e Constantinopla, e ultimamente o esmagamento da Rumania deram aos Imperios Centraes tal vitalidade econômica, tal capacidade de subsistência, que elles não precisam absolutamente do mar para continuarem a viver como até agora. De modo que temos esta anomalia interessante: emquanto os aliados proclamam a efficacia do bloqueio marítimo, os Imperios Centraes se dilatam, se estendem pela Europa affora, justamente se apoderando de territórios os mais férteis, com os quaes vão se libertando dos effeitos contrários e malefícios desse bloqueio. A decepção dos inglezes sobretudo é enorme e deprimente. Mas, emquanto é esse o aspecto da situação militar em relação aos Império Centraes victoriosos em terras e no mar, outro muito diferente desenha-se relativamente aos aliados, porque o bloqueio marítimo para os aliados ser a morte instantânea (O DIA, 1917, p. 3).

Na sequênciã, o autor acusa os norte-americanos de serem os responsáveis pelo prolongamento da guerra, uma vez que são os fornecedores de armas, munições e de capital para os aliados contra a Alemanha. Não fosse por isso, a paz proposta pela Alemanha já teria sido aceita.

⁵³ Na Primeira Guerra Mundial, considera-se como principais movimentos as Frentes (ou front) Ocidental e oriental. A Frente Ocidental compreende na maior parte as áreas fronteiriças entre Alemanha e França, e parte da Bélgica. Já a frente Oriental diz respeito à Rússia, Alemanha, Polônia (Prússia) e Império Austro Hungaro.

É esta perspectiva que dá ao bloqueio allemão sem restricções, illimitado, brutal si quizerem, mas necessário, imprescindível e justo porque é um meio legitimo de defesa própria, o valor absoluto que nunca teve nem poderá ter o Boqueio dos Imperios Centraes pelos alliados. A entrada em scena dos submarinos com capacidade militar igual a de qualquer outra espécie de navio, e usando como ataque o torpedo, arma das mais terríveis, e como defesa a faculdade de descer até 60 metros de profundidade, com um raio de acção de mais de 3.000 milhas e com uma velocidade na superfície de mais de 20 milhas horarias, tendo linda artilharia capaz de se bater até com cruzadores e destroyers, como prova combate naval em Funchal e o bombardeio desse porto fortificado, veiu modificar radicalmente o aspecto da guerra naval, porque até hoje é a uma arma que ainda não encontrou antidoto, isto é, ainda se não conhece outra arma capaz de evital-a, capaz de aparar os seus golpes, capaz de superal-a. É justamente esta verdade que faz tremer os inglezes, que vivem do mar e pelo mar e que sabem que num mez de bloqueio effectivo e eficaz a Inglaterra está perdida. Ora, com as restricções que a Allemanha havia concedido aos próprios Estados Unidos no tocante à campanha submarina, não era possível impedir em absoluto que os alliados continuassem a receber de fora não só as matérias primas como toneladas e toneladas de munições e armamento confeccionados. Esse estado de cousas, a continuar, servia para alimentar á força material dos inimigos da Allemanha, prolongando por muito mais tempo a guerra, porque chega a ser cousa sedicha se dizer que si não fossem os norte-americanos, que querem mais ouro, vendendo armas e munições aos alliados, estes já se teriam submettido á paz imposta pela Allemanha victoriosa (O DIA, 1917, p. 3).

Os argumentos agora vão ainda mais beirar o insano, pois as leis de Direito Internacional passam a ser consideradas um enfeite, um discurso sem pertinência, como se verifica a seguir:

Entretanto, com taes restricções, cerceada por questões sentimentaes do Direito Internacional muito discutíveis quando se trata de guerra, porque na guerra a lei suprema, o primeiro artigo dessa lei é vencer com Direito Internacional ou sem elle, porque acima do sentimentalismo e desses direitos todos está a razão estratégica, que deve predominar sobre todas as outras, a Allemanha, com a campanha submarina restricta e limitada conseguiu já produzir enormes damnos ao commercio do contrabando de guerra, *pondo no fundo mais de dous mil navios, que representans cerca de cinco milhões de toneladas, das quaes três milhões cabem à Inglaterra.* Ora, é positivamente logico que, acabadas as restricções com a belligerancia dos Estados Unidos, celleiro bellico dos alliados, que de lá recebiam armas e munições para matar gente branca, a campanha submarina, com os submarinos e com as minas, há de produzir pelo menos o duplo do effeito que já tem produzido. A liberdade de acção que a Allemanha terá nesse caso será absoluta e os fructos dessa liberdade serão de natureza a pôr fim talvez muito mais depressa do que se presume, a esta guerra *que os alliados a pouco e pouco vão transformando em uma guerra suja, porque abandonam o campo de honra, que é o campo de batalha, para se enlamearem no campo da calumnia, da mentira, da intriga e da lassidão.* Em taes condições, portanto, é muito preferível para a Allemanha que quanto antes lhe declarem a guerra os Estados Unidos. Por sua vez, além da faculdade que terá a Allemanha de metter no fundo todos os navios que tentarem romper o bloqueio, somente o estado de guerra impedirá aos Estados Unidos de socorrerem os alliados com o seu dinheiro, com as suas armas, munições, e etc., porque de tudo isso precisarão para o uso próprio. São estas as vantagens enormes para a quadrupla alliança com a entrada dos Estados Unidos na guerra (O DIA, 1917, p. 3).

Finda esta exposição, o autor prossegue desdenhando da capacidade americana de empreender guerra, tanto em terra quanto no mar, bem como da capacidade de mobilizar e enviar para a Europa um exército de número considerável de soldados.

Vejamos agora as desvantagens. É positivamente certo que a nação americana materialmente fallando possui uma poderosa esquadra. Mas, pelo caracter especial desta guerra, pela posição central da Allemanha, no continente europeu, *mais esquadra menos esquadra destrói-se*. A esquadra americana, portanto, fará na guerra papel tão secundário que será mais ridículo do que o papel ridículo da enorme esquadra britannica. Do exército norte-americano nem temos notícia! Exército americano não existe, e sabendo-se como se sabe que o povo americano se divide em alliadophilos e germanophilos, e que desta guerra que si promete nada terá que usufruir de útil e proveitoso, havemos de vér meia dúzia de *gatos pintados* empunhar as armas em defesa de que ideal? Si quando da questão do México houve uma azafama dos mil peccados para se conseguir mobilisar 40.000 homens, e havia nessa questão uma questão muito seria para os *yankees*, *o das minas de petróleo*, que que esperar agora em que mesmo 200.000 americanos que no fim de dous annos consigam atravessar o Atlântico infestado de minas e submarinos, serão como uma gotta d'agua no oceano? Que prejuízo terá a Allemanha que os Estados Unidos enviem á França um exercitosinho de 200.000 homens por exemplo, si 800.000 rumaicos, si os milhões de Cadorna nada mais conseguiram sinão facultar aos Imperios Centraes maior expansão, melhor situação econômica, política e militar? É por isso que para Allemanha é muito preferível fazer a campanha submarina sem restricções do que ter o Sr. Gerard e o conde Bernstorff em Berlim e Washington. Sinão esperemos.
Rio, em 6-2-912.

Tikowaia
(Da Tribuna)
(O DIA, 1917, p. 4).

Pelas palavras finais, o autor tenta transformar em benefício o que, na verdade, revela-se um temor, o de que os norte-americanos se envolvam na guerra com o efetivo militar.

A neutralidade brasileira e sua consequente revogação encerram os assuntos referentes ao mês de maio. A edição de 24 de maio traz uma nota de Nilo Peçanha ao governador de Santa Catarina, comunicando a posição brasileira diante das hostilidades entre Estados Unidos e Alemanha. A atitude do presidente é de submeter o assunto ao Congresso, com todas as tradicionais recomendações de cautela (O DIA, 1917, p. 1). E nas duas últimas publicações do mês, dias 30 e 31, a revogação da neutralidade é descrita no Congresso, passo a passo, mas sem uma análise da parte do jornal (O DIA, 1917, p. 1).

Pela exposição do conteúdo deste periódico, pode-se concluir que tanto no espaço de tempo em que o Brasil foi neutro quanto após a revogação da neutralidade, o papel da Alemanha era o de uma nação pacífica, que somente participava da guerra como última alternativa e que no cenário procurou manter-se fiel às suas convicções. Por certo, não é a

mesma realidade descrita pelos jornais e pela própria historiografia, pois atos de bravura, de covardia, de traição, de solidariedade, ocorrem em ambos os lados combatentes.

Encerramos esta seção com o jornal *O Estado*, sendo a primeira edição de 12 de outubro de 1915. É na verdade uma notícia da guerra. Proveniente de Amsterdam, do dia 10 de outubro de 1915, a agência internacional de imprensa informa que os alemães, por meio de comunicados oficiais do seu Ministério da Guerra, contrapõem-se a uma nota do Almirantado Inglês, que afirmava ter a esquadra inglesa afundado ou destruído 60 submarinos alemães, desmentido tal comunicado com o argumento de que a Alemanha possui tão somente 15 submarinos (O ESTADO, 1915, p. 3). Tal afirmação, porém, é um tanto controversa, pois existem diversas fontes históricas que apresentam números maiores. Recolheu-se uma delas, por entender que no objetivo deste estudo não é a principal meta discutir ou não a veracidade das informações publicadas pelo jornal, mas a construção da imagem dos alemães na guerra.

Os primeiros planos de guerra, envolvendo a construção de submarinos alemães, começaram quatro anos antes do início da guerra e quatro anos depois da construção da primeira classe de submarinos da Kaiserliche Marine⁵⁴, a U1, sendo que em 1914 a Alemanha já tinha cerca de 45 submarinos, prontos para entrar em serviço ou em construção (FERNANDES, 2016, p. 141).

Ou seja, tem-se três informações diferentes do mesmo fato. O que interessa aqui é mostrar a preocupação, naquele momento, de desmentir as notícias que chegavam ao Brasil, via telegramas das agências de imprensa internacional, e não propriamente qual das versões é a correta. Ainda nesta mesma edição é publicada, logo abaixo das seções de notícias curtas sobre a guerra, uma nota da Legação Alemã, sediada em Petrópolis, para o consulado alemão em Santa Catarina, com notícias do conflito. A matéria está em letras bem menores que as demais matérias, provavelmente por conta de custos da publicação.

O tom muda um pouco na matéria exibida em 26 de outubro. Intitulada *A morte de um heroe*, relata os últimos instantes de um jovem soldado sérvio. O militar confessa sua admiração pela França, a quem considera a salvadora de sua pátria. Por se tratar de uma variação dos últimos conteúdos, optou-se por reproduzi-lo integralmente.

O jovem Birtchanine, de 18 anos de idade apenas e descendente de uma das mais ilustres famílias servias, alistou-se, desde o começo das hostilidades, para combater os agressores da sua pátria. Cheio de ardor, de bravura e de júbilo, participou das lutas mais sanguinolentas. Ele havia sido muitas vezes citado em ordem do dia, depois promovido a alferes no campo de batalha e condecorado com a medalha de ouro. Pelo seu bom humor e por causa do amor que dedicava à França, os

⁵⁴ Marinha de Guerra Alemã.

companheiros o tinham denominado o “Francez”. Recentemente, uma bateria austriaca se postara n’um montículo que dominava uma columna servia, contra a qual dirigiu um fogo muito mortífero. A frente do seu pelotão, Birtchanine atirou-se e apoderou-se da bateria inimiga. Mas um regimento húngaro veio em socorro. Com quanto esmagado pelo numero e coberto de ferimentos, dois mortaes, o heroico sérvio conseguiu abrir uma passagem através das columnas húngaras, ás quaes tomou a bandeira. Teve a força de reunir-se ao Estado-maior servio.

- Meu general’, disse elle, com voz debil, morro com um só pezar, o de não ter visto a bella e grande França, á essa França que é a nossa salvadora, a nossa protectora, e que eu tinha resolvido ir visitar no fim desta pobre e justa guerra.

- Irás á França, meu filho. Serás tratado e curado. Verás Paris, capital do mundo.

-Não, meu general. Dentro de poucos instantes, estarei morto. Mas se morro com esse pezar, morro tambem com um jubilo immenso, que me é dado pela certeza do proximo esmagamento dos austro-alemães e pela minha fé absoluta ao futuro esplendido da Sérvia, amiga da França. Adeus, meu general! Viva a justiça! Viva a liberdade!

Commovido, o general depoz um beijo de adeus sobre a fronte de Birtchanine, que succumbio, sorrindo. Assim se junta uma pagina heroica ao livro de ouro da admiravel e pequena Servia (O ESTADO, 1915, p. 1).

Descontadas a linguagem e o forte apelo emocional do relato, é um fato digno de registro que o jornal se preocupou em mostrar também um pouco do sentimento que movia os combatentes dos alemães. Ao aproximar-se o final do primeiro ano de existência do jornal, segundo ano do conflito, embora as matérias tenham sido publicadas para ambos os lados belicosos, as de cunho germânicos são mais extensas e mais contundentes. No mês de dezembro, nenhum exemplar está disponível no acervo digital, de modo que a exposição do ano de 1915 se dará com a menção de quatro edições do mês de novembro.

A batalha de Verdun, travada entre fevereiro e dezembro de 1916, é uma das citadas do conflito, pela sua duração e importância estratégica. A vitória francesa ao final, foi significativa para os rumos da guerra. No período em que a notícia é publicada, ou seja, final de fevereiro e início de março, a defesa francesa ainda não estava totalmente organizada e não contava com todo o efetivo que viria a equilibrar o combate. A junção de matérias de vários periódicos mostra um desejo de vitória dos franceses, que ainda não havia transparecido em outros comunicados.

Com os artigos citados até aqui, ainda há uma prevalência de matérias pró-Alemanha. No mês de agosto, três edições reforçarão a ideia de neutralidade. A primeira, publicada em 06 de agosto, mostra os efeitos econômicos da guerra e ressalta os perigos resultantes dos movimentos e boicotes registrados em época de guerra. O texto faz parte de um levantamento alfandegário feito pelos franceses, impressores de livros, postais e outros produtos similares:

O “Bulletin Official da Union Syndicate des Maitres Imprimeure de France”⁵⁵, traz, no seu numero de maio ultimo, um “*Rapport présenté par M. Lahure sur la question de douanes*”⁵⁶, no qual se estuda a questão da entrada livre em França de impressos em lingua franceza, provenientes do estrangeiro. Não deixam de ser interessantes as observações do “rapporteur”, sobretudo no que respeita á expansão commercial da Allemanha: Vê-se por alli que a guerra economica que os aliados concertam contra o Império Germânico, antes de ser levada aos mercados neutros, tem de começar nos proprios mercados da Entente, onde o gênio da raça teutônica havia sabido penetrar, creando se uma situação preponderante e, por vezes, superior mesmo á producção nacional. É o que se verá, no ligeiro apanhado por nós extrahido do referido relatório. Diz elle que os impressos em preto, em lingua franceza, procedentes do estrangeiro entram rictualmente naquelle paiz isentos de direitos; entretanto, a praxe geralmente seguida em outros paizes tem sido a de que os impressos escriptos na língua do paiz em que elles pretendem entrar são de ordinario taxados, ao passo que os em língua estrangeira nada pagam. Por que, pois a França se deixou arrastar á franquia de livros, publicações, revistas, jornaes, catálogos, prospectos em lingua franceza? (O ESTADO, 1916, p. 2).

O tom acusatório de um acordo mal feito, que no momento beneficiava de modo alarmante os alemães, ganha mais fôlego e mais preocupação:

E explica: "No tratado de Francfort reside a causa da decadencia na industria e do commercio francezes e do surto da industria e do commercio allemães; foi elle que impoz a clausula: "Tratamento de nação mais favorecida". A França acha-se inundada de producções más sob todos os aspectos, cantando as glórias allemãs, suas virtudes e sua ‘kultur’, e nas quaes não raro a França é redicularisada e rebaixada. Em Aurillac, a 1º de janeiro de 1915, os habitantes, entre os presentes que elles faziam aos feridos, deram a cada um meia duzia de cartões postaes. Todos haviam sido desenhados e impressos na Allemanha. Os prisioneiros aquartellados nas escolas da cidade não encontravam difficuldades para notar que os cartões illustrados por elles dirigidos de França á suas famillas eram de origem allemã. Sobre urna centena de jornaes de de modas espalhados por toda a França, 70 pelo menos vêm de Berlim, Vienna, Francfort, isto é, dous terços. Só a casa Backwitz, de Viéna, publica 23 jornaes de moda impressos em francez, especialmente editados para a exportação. A casa Finkelstein, de Vienna faz o mesmo; ella publica 17 desses jornaes. A casa Gustay Lyon, em Berlim, vem em seguida com 14 jornaes. A casa Marteins, de Francfort-sur le Mein, edita dous jornaes para uso dos francezes, etc. E depois de perguntar si a ‘kultur’ austro-allemã que rege o goste femenino em França; de estranhar que nos lyceus francezes os alumnos francezes estudem os classicos francezes em textos impressos na Allemanha e que nos programmas dos cursos de bacharéis e douttores em letras para os estudos de certos classicos gregos e latinos sejam officialmente impostas as edições procedentes de Leipzig, o relator cita o facto do catalogo das vendas Doucet, cuj; impressão, confiada a uma casa hollandeza, foi por incapacidade desta quasi toda executada por um impressor de DusseIdorf (O ESTADO, 1916, p. 2).

A parte final do artigo mostrará números, os quais não podem ser muito bem avaliados em razão de não estarem totalmente legíveis e, portanto, não puderam ser transcritos

⁵⁵ Tradução: União dos Sindicatos dos Mestres Impressores da França. Esta entidade publicava boletins mensais e anuais.

⁵⁶ Tradução: Relatório apresentado pelo sr. Lahure a respeito da questão da alfândega.

fidedignamente. Contudo, a intenção em si não é discutir a veracidade dos números, mas o que o jornal pretendia com a publicação do relatório.

E continúa. “Si se contassem os impressos em francez que nos vêm dos nossos inimigos, ficaríamos apavorados das sommas que nos são arrebatadas ao trabalho nacional. São milhões que elles restituem à fôrma de estilhaços de granadas, de balas ‘dumdum’⁵⁷, e de gazes asphyxiantes nos peitos dos nossos filhos. Não se tentou introduzir em França grande quantidade de lapis acompanhados de certificados de origem suissa? Elles traziam como inscripções ‘Joffre’ ou ‘O.75’. O inquerito procedido por agentes francezes provou que nas mesmas lojas na Suissa se encontrava o ‘Hindenburg’ ao lado do ‘Joffre’ e o ‘77’ ao lado do ‘75’ (os lapis eram exactamente os mesmos) e que na Suissa não havia nenhuma fabrica de lapis! Os certificados eram apenas certificados de origem e não de fabricação, preparados por agentes allemães, fazendo se passar por suissos”. Na Allemanha, diz o relatorio, tal não se dá, porque lá se exerce fiscalisação severa; ainda ha pouco em Munich foram apprehendidos quatro milhões de cartões postaes, por não trazerem o nome dos impressores e dos editores, nem o lugar de fabricação e que, portanto, podiam ser importados. O apanhado das Importações em França de producções em língua franceza fabricadas no estrangeiro mostra o perigo crescente que ameaça a numerosa corporação do livro: impressores como editores, patrões como operários (O ESTADO, 1916, p. 2).

Segue a tabela, com a crítica na sequência. É importante notar que o último item não pôde ser transcrito, pois não se pode obter uma dedução razoável do tipo de impresso a que se refere o texto.

	1912	1913	1914
Livros	7.506.000	8.863.000	6.613.000
Periódicos	13.753.000	16.685.000	13.805.000
Impressos	2.325.000	3.504.000	1.863.000
Lithographias	18.522.000	18.157.000	9.510.000
C. geográficas	321.000	353.000	
(... Ilegível)	780.000	795.000	

Sem a guerra, essa importação teria sido em 1914 de 10.200.000 – 19.000.000 – 2.700.000 - 18.200.000 – (Ilegível) e 800.000, respectivamente, na qual a Allemanha com mais de XX (ilegível).603.000. Contra essa infiltração allemã - continua o relatório -faz se mistér uma ‘entente’ entre os aliados, devendo a França decretar impostos elevados sobre todo impresso em lingua franceza vindo do estrangeiro e acabar para sempre nos seus tratados de commercio com a clausula “Tratamento de nação mais favorecida”. Os allemães foram sempre bastante habeis para repetir que não se devia cercar o pensamento, encarceral-o, mas o pensamento e a sciencia allemães não se fazem imprimir no estrangeiro em sua lingua nacional (O ESTADO, 1916, p. 2).

⁵⁷ Bala de efeito explosivo após se alôjar no alvo. Foi condenado o seu uso em 1899, pela convenção de Haia, mas usos de tipos derivados continuaram a serem utilizados.

Assim, a primeira edição de agosto é desfavorável aos alemães, criticando, porém, em conjunto a França, que havia se deixado seduzir por um acordo que agora mostrava os seus efeitos, não somente econômicos, mas políticos, morais e culturais.

A edição de 10 de agosto reforça a retomada da neutralidade, pois publica um texto sobre a bravura francesa nos combates da Primeira Guerra Mundial, em um artigo intitulado *O indomável soldado de França*.

O general chefe dos exércitos britânicos exprimiu, numa mensagem official, a admiração da Inglaterra pelos heroes de Verdun. Disse: A Allemanha quebra em vao as suas forças contra os indomaveis soldados da França. Nenhuma homenagem é mais preciosa. Os ingleses e os francezes se conhecem de longa data. Muitas vezes se mediram nos campos de batalha. Podem apreciar o seu reciproco valor. Em Waterloo, os ingleses deviam resistir até ao derradeiro homem contra Napoleão, a espera da chegada de Blucher. Resistiram. Em Verdun, os francezes resistem como os soldados de Wellington. Mas a sua victoria não terá sido o effeito de uma carga brilhante, de um impulso impetuoso e rapido; será o início de um esforço longo e tenaz. Nestes cem annos os francezes não tem degenerado. A força allemã era terrivel. Ella explicava as ambições desmedidas da insolente Allemanha. Todos os viajantes que tinham visto tropas alemãs nas paradas e nas manobras, tinham avaliado a cohesão, a força do choque desses combatentes de escól de uma raça militar. E o coração dos amigos da França angustiosamente se apertava. Pela segunda vez, depois de seiscentos dias de guerra, os francezes dominaram essa força terrível primeiramente no Marne, depois, em torno de Verdun. O exército allemão era formidavel, não somente pela sua organização, como tambem pela sua selvagem bravura. No Marne, no Yser, deante de Verdun, os allemães vinte vezes voltaram ao assalto de posições inacessiveis, onde a metralha os ceifava aos milhares. E elles transpunham montanhas de camaradas que expiravam, para morrer por seu turno. “Cada vez que se rebaixa o esforço allemão e que se mostram os allemães gritando ‘Kamerad’! á primeira ameaça, esbofetea-se a gloria do nosso exército”, escreve, no “Journal” o escriptor Urbain Gohier, o que consagra aos seus irmãos que se batem, uma bella pagina de commovida admiração. Dezenove mezes no sangue, na lama gelada, num inferno de soffrimentos e de horror! Em Verdun sómente, quatro semanas de uma lucta louca, sem descanso, sob uma tempestade de fogo e de aço, entre duzentos mil cadaveres. E ninguern se move, ninguem vascilla. A raça franceza fica inquebrantavel. Os nervos vencem o musculo (O ESTADO, 1916, p. 2).

Mais um artigo que exalta os aliados, especialmente na figura dos franceses, e que, desse modo, pende na balança da opinião contrária aos alemães. A soma destes artigos vai se transformando em uma neutralidade. Contudo, não se pode dizer que o verificado nesta seção é a tônica do jornal para todo o período de guerra, pois tanto neste capítulo quanto nos anteriores, existem posições contrárias para o lado dos austríacos e alemães.

4.2 ALEMANHA: VILÃ OU HEROÍNA?

Este espaço no capítulo pretende trazer à discussão as matérias que, de uma forma ou outra possam direcionar para o papel desempenhado pelos alemães no conflito, se o seu protagonismo foi positivo ou negativo, na visão de cada periódico.

Iniciando pelo jornal *O Clarão*, no ano de 1916, no mês de fevereiro, dois pontos merecem destaque. Nos dias 12 e 19, o jornal utiliza dois personagens, um indivíduo comum, o Sr. Crispim, e uma figura notória, o chanceler Otto Von Bismarck, como âncoras do antigermanismo. Em relação a Bismarck, a primeira página da edição de 12 de fevereiro o descreve como pessoa e como político/militar, dando a impressão de enaltecer a sua figura. Todavia, após finda essa descrição, o texto questiona as falas do chanceler, que teria afirmado que a vida de um soldado prussiano vale mais que a glória artística de um povo inteiro, e outras frases neste sentido. Ao final, a matéria procura rebaixar a importância do personagem, bem como daqueles que porventura simpatizassem com ele no Brasil (O CLARÃO, 1916, p. 1). Aqui o efeito é o inverso do periódico anterior, pois a Alemanha é apontada como vilã, mal representada pelo seu chanceler.

Já o “Sr. Crispim”, que a matéria não deixa claro quem seja e que posição ocupa, mas que se sabe que é o jornalista Crispim Mira, já referido em outros momentos, teria feito um discurso no qual exporia o seguinte argumento, criticando os aliados: “Não podendo vencer com as armas nobres do combate, apela para a vilania da compressão pela fome.” O Sr. Crispim refere-se ao boicote de envio de alimentos aos alemães pelos aliados, sugerindo que esta tática feriria os protocolos de guerra. O texto contesta veementemente a posição do Sr. Crispim, oferecendo como contraponto principalmente, duas ideias: A primeira, que a frase proferida é contraditória, pois se os aliados não podem vencer com as armas, como estão vencendo? (seria uma admissão de derrota pelos alemães). O segundo ponto é que boicotar os alimentos é menos terrível que invadir países neutros e desrespeitar a população civil e os patrimônios históricos e culturais destruídos pela guerra.

Novamente aqui a tática utilizada é de colocar, na opinião de um anônimo, o pensamento de uma nação inteira. Os contrapontos são questionáveis assim como os argumentos do Sr. Crispim. Enfim, trata-se de manipular a opinião pública durante a guerra (O CLARÃO, 1916, p. 1).

Na semana seguinte, praticamente todos os alertas se repetem. A novidade aqui é a reprodução de uma publicação do jornal *O Estado*, assinada por Hilário Freire, com os *Mandamentos da Guerra*. Como os seus semelhantes na Bíblia, são em número de 10, alguns deles apelando ao patriotismo, outros incitando abertamente o repúdio aos alemães, aconselhando a não fazer comércio com eles, a saudar a bandeira brasileira, pois do contrário os alemães a reduziriam a trapos, e assim por diante. Mas apenas da observação da redação do primeiro mandamento, tem a dimensão do que pretende tal decálogo: “*Verás em todo allemão um inimigo; não ha allemães inofensivos; todos os allemães são latentemente perigosos.*” (O CLARÃO, 1916, p. 1).

As três últimas edições do ano seguem na mesma dinâmica, atacando, sobretudo, a atuação dos padres alemães e a questão do ensino, enfatizando com nomes de professores e de escolas, como os alemães haviam se apoderado da educação pública e que, portanto, somente era possível estudar sob o idioma alemão, reforçando o papel de vilão para os germânicos.

No entanto, o jornal *A Época*, a 11 de agosto de 1917, publica uma manifestação do Imperador Guilherme, sem comentários da parte do editor.

Segundo o *Imparcial*, comunicam de Berlim que o Kaiser Guilherme II, assinalando o terceiro aniversario do inicio da guerra, mandou fazer a seguinte declaração, endereçada ao povo allemão: «Ao fim de três annos de guerra, meu coração lamenta profundamente a perda dos soldados mortos e dos aprisionados nesta luta tremenda, mas a determinação que prevalece em meu espirito é a de prosseguir nesta guerra de justa e legitima defesa até poder terminá-la com uma solução feliz para a Allemanha. O inimigo quer assentar a garra sobre nosso territorio, porém jamais conseguirá fazê-lo. Novas nações entram na guerra a cada anno que passa, mas isso não nos amedronta, pois conhecemos as forças com que podemos contar. O desejo de nossos inimigos é ver-nos débeis debaixo de seus pés, mas enganam-se com loucas esperanças. Receberam nossas propostas de paz desdenhosamente, por que não sabem como e até quando Allemanha pode lutar contra todo o mundo. Para compensar seus insuccessos nossos inimigos calumniam o nome allemão, mas não conseguem apagar os factos gloriosos de nossos marinheiros. No fim de três annos de campanha permanecemos erectos, e inamoviveis, intrepidos, victoriosos. Duras provações nos esperam ainda, mas havemos de vencel-as com serenidade e com fé. Após três de façanhas incomparaveis, o povo allemão continua a resistir com firmeza contra todos os poderes combinados do inimigo e com a prolongação da guerra elle terá mais a soffrer do que nós. Quanto as façanhas realizadas em todas as frentes de batalha, devemos manifestar nossa gratidão pelos soldados magnificos que realizaram essas penosas tarefas e devemos persistir na luta, equipar nossos exercitos com a consciencia de que o sangue allemão não está sendo derramado por fantasias, ambições de conquista ou desejo de subjugar outros povos, mas pela defesa forte e livre do imperio, e pela segurança de vossos filhos. Que todas as nossas acções todos os nossos pensamentos se voltem para essa luta. Seja esta a solemne promessa neste dia. – Assignado Guilherme» (A ÉPOCA, 1917, p. 4).

Tal manifestação poderia ser contestada, uma vez que se trata de uma comunicação ao povo da Alemanha e, como tal, tem o intuito de manter o sentimento patriótico em alta intensidade e de convencer a população da justeza do envolvimento alemão na guerra. A alegação que a Alemanha pode enfrentar e vencer uma guerra em que o mundo todo está aderindo para a parte contrária, faz bem ao orgulho germânico, mas soa irracional para quem não partilha desse orgulho.

Contudo, o jornal não faz nenhum acréscimo à carta do Kaiser. Limita-se a publicá-la, sem nenhuma publicação aliada para contrabalançá-la. Poderia ser uma adesão à causa da Alemanha ou uma tentativa de diminuição da mesma? No restante da edição, não foi encontrada nenhuma matéria que pudesse esclarecer esse ponto. Até o mês de dezembro, o jornal publicaria as principais notícias da guerra, praticamente reproduzindo telegramas de jornais do Rio de Janeiro, que era a forma mais comum de se trazer as notícias em Santa Catarina. Algumas referências na relação da guerra com a religião, como também já havia acontecido nos anos anteriores. As matérias mais reflexivas, já no mês de dezembro, iniciam com a coluna chamada *Patriotismo e bom senso*, que seria publicada no dia 1º. Ainda nessa mesma edição, uma matéria aborda a possibilidade de espionagem alemã no Brasil.

Podemos afirmar que são completamente tendenciosos os boatos espalhados nesta capital sobre a attitude dos colonos de Capivari e Braço do Norte que estariam armados, em pé de guerra, prontos para a pratica de actos aggressivos contra forças que, por ventura, o governo mandar àquellas localidades. O governo ordenou syndicancias a respeito desses boatos e chegou a evidencia de que o pé de guerra dos colonos de Capivari, e Braço do Norte é igual ao dos colonos de Theresopolis. O que houve de verdade em tudo isto que espíritos irrequietos mandaram avisar aquelles colonos que seguiriam forças com o fim de ataca-los, noticia que os alarmou profundamente em sua vida pacifica e laboriosa. Esses colonos estão entregues ao seu trabalho, tratando de intensificar a produção, conforme as recommendações do governo federal e do governo do Estado. Discursando, há dias, em Nitheroy, Olavo Bilac disse que já basta de discursos e de manifestações tumultuarias, por que a gravidade do momento exige ponderação, calma, acção e trabalho. Infelizmente não se está entendendo assim. O que se procura conseguir é a anarchia dos espíritos, é a divisão entre brasileiros, é o tumulto das ruas, é a insegurança, é o desassocêgo de todos, podendo succeder que, quando o inimigo nos bater às portas, venha encontrar-nos enfraquecidos e divididos, porque longe de sermos serenos e patrioticos, em hora tão melindrosa, enveredamos pelo caminho de uma demagogia rubra que vae até ao excesso de querer que se esqueçam dispositivos de garantias constitucionaes, que se entreguem cidadãos brasileiros de origem estrangeira à cólera e á vindicta das paixões provocadas e que se desorganize a nossa vida econômica, perturbando-se o trabalho. Chega a parecer que queremos fazer a guerra aqui mesmo. Contra os allemães que se tornarem perigosos à nossa segurança, que abusarem da nossa hospitalidade, ou contra os brasileiros que se tornarem traidores á Patria, o poder publico saberá agir, aparelhado como está de recursos excepcionaes. O patriotismo sem o bom senso poderá levar-nos onde não pensamos chegar... (A ÉPOCA, 1917, p. 4).

Ao entrar o mês de outubro, as notícias vão diminuindo em frequência e tamanho, do mesmo modo as matérias analíticas. Na primeira edição daquele mês, uma matéria que mostra as impressões de um brasileiro na Alemanha é publicada. Quinze dias depois, um depoimento do chanceler alemão ganha destaque.

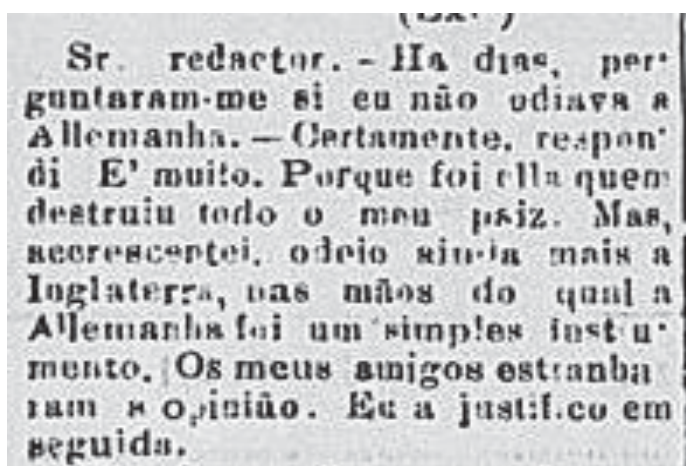
Nas edições finais de outubro, algumas notas parecem se referir a críticas que o jornal teria recebido, provavelmente de outros periódicos, referentes ao teor de suas matérias. No dia 24, uma matéria chamada *Uma Intriga* e no dia 28, uma matéria intitulada *Lista de mentiras*. Fechando esse mês, uma matéria, concluída em 03 de novembro, *Da Alemanha*, também com posicionamento germânico. Nos dois últimos meses de 1914, as publicações diminuíram e apenas três são dignas de registro, por mostrarem o ponto de vista pró-Alemanha. Nos dias 13 e 19, *Cartas da Alemanha*. E na última edição de 1914, um depoimento pró-Alemanha.

A *Época* oscilou um pouco nesse ponto, pois foi possível detectar matérias até certo ponto neutras e, em outras, uma sinalização que a Alemanha cabia um papel mais civilizado no desenrolar da guerra, sem, contudo, ser possível afirmar que para este jornal os alemães é que seriam os heróis do conflito.

Iniciando a contribuição do jornal *O Dia*, tem-se, a nove de novembro de 1915, a edição que dedica duas colunas da segunda página para acolher um texto, de autoria de um florianopolitano, chamado Marc Moukarzel, intitulado *A Nação Civilizadora*. O artigo critica pesadamente a Inglaterra, utilizando ironicamente o adjetivo de *justa* para o mesmo, por várias vezes. Basicamente, alega os prejuízos causados pela Inglaterra aos países por ela colonizados e que estabelecem com ela relações de comércio. Finaliza com duas perguntas: qual seria o destino da Turquia, sem o apoio da Alemanha? Qual das duas nações (Inglaterra ou Alemanha) pode ser considerada civilizadora? Que a humanidade julgue (O DIA, 1915, p. 2). Essa matéria direciona para o posto de uma Alemanha heroína, já que, de acordo com a visão do jornal, a Turquia estava desamparada sem o apoio alemão.

Contudo, é preciso retroceder à data de 27 de novembro de 1914, onde se tem uma das matérias mais emblemáticas: Com o título de *Invasão da Bélgica: carta de um belga*, o jornal utiliza até mesmo um dos pontos mais frágeis daqueles que defendem o ponto de vista alemão (a invasão da Bélgica pelos alemães foi duramente criticada, usando-se como argumento os tratados de guerra que previam o respeito aos países neutros), para consolidar a imagem pró-Alemanha. O autor do artigo afirma que, apesar de seu país ter sido invadido pela Alemanha, a Inglaterra seria ainda uma vilã ainda maior. Nas palavras originais:

Figura 27 – Jornal *O Dia*, de 27 de novembro de 1914



Fonte: Jornal *O Dia* (1914, p. 1).

Transcrição, na grafia original: Sr Redactor: Há dias, perguntaram-me si eu não odiava a Allemanha. – Certamente, respondi. E muito. Porque foi ella quem destruiu todo o meu paiz. Mas, accrescentei, odeio ainda mais a Inglaterra, nas mãos do qual a Allemanha foi um simples instrumento. Os meus amigos estranharam a opinião. Eu a justifico em seguida.

A seguir, o artigo expõe de que forma a Inglaterra provoca a guerra, reduzindo a Alemanha a um mero instrumento neste tabuleiro de xadrez. Não é o interesse deste estudo discutir o mérito científico do artigo, mas novamente mostrar como o jornal conduziu a questão. Durante o período, vários foram os argumentos e as formas utilizadas. Mas esse artigo tem o mérito de ser ousado e se apossar de um aspecto que a Alemanha era largamente questionada.

No dia 26, o jornal noticia a derrota francesa na tentativa de expulsar os alemães do país. Depois de publicar a nota do general Joffre, é feita uma análise, a partir do ponto de vista sustentado por documentos alemães, com a prevalência deste (*O DIA*, 1915, p. 2).

Já no dia 29, o jornal traz uma pequena nota na primeira página, onde com o título *Um ato de Bravura...*, ironiza o ataque inglês à Bulgária, que resultou na morte de 25 mulheres e crianças. Dois jornais búlgaros são citados: segundo o *Echo da Bulgária*, com esta atitude a Inglaterra perdeu o seu último resto de prestígio. Já o *Norody Prava* é mais taxativo: A Bulgária deve pedir ajuda aos Impérios centrais para aniquilar a Inglaterra, que sempre viveu à custa do sangue das demais nações (O DIA, 1915, p. 1).

No dia seguinte, o heroísmo alemão foi homenageado com uma pequena nota na primeira página, citando matéria do jornal alemão *Norddeutsche Allgemeine Zeitung*, em que o comportamento dos alemães nas trincheiras era exemplar, que segundo os franceses, eles combatiam “como uns diabos”, ao passo que pelo lado francês, houve muitas perdas porque estes combatiam embriagados (O DIA, 1915, p. 1).

No encerramento do mês, a edição contou com seis páginas, duas a mais que o habitual. Na terceira página, *A Grande Guerra*, texto que ocupou três das seis colunas, descreve o conflito até ali, chamando a atenção várias vezes para os erros de estratégia franceses e os acertos militares alemães (O DIA, 1915, p. 3).

Seis edições compõem o material selecionado para o mês de novembro. Duas delas têm número maior de páginas, no dia 15, aniversário da República, contou com 12 páginas; e no dia 20, a publicação continha 8 páginas.

No dia 04 de fevereiro, o jornal traz na página três uma pequena nota, com o título de *Barbarismo não Alemão*, na qual acusa os aliados de terem vitimado, na ocupação da França e da Bélgica, 101 mulheres, 89 homens e 75 crianças, além de ferirem 208 mulheres, 181 homens e 108 crianças. Ou seja, os bárbaros na guerra estão no contingente aliado, não no alemão (O DIA, 1916, p. 3).

Os discursos dos parlamentares alemães provocaram reações na Inglaterra, como seria de se esperar. Contudo, as reações dos políticos ingleses, no ponto de vista alemão, foram inadequadas e demoradas; este é o tema do artigo *A má consciência dos estadistas ingleses*, publicado a 08 de fevereiro. O artigo acrescenta ainda que o espaço dedicado à causa alemã na imprensa brasileira só vem crescendo desde o início da guerra (O DIA, 1916, p. 3).

No dia seguinte, o jornal publica uma descrição da vida de 4.000 prisioneiros ingleses, que vivem em uma espécie de vila em Berlim. Segundo o relato, nada falta para esses prisioneiros: circulam livremente nos limites da vila, onde existem bares, armazéns, teatros,

pratica-se esportes, enfim, uma vida tão normal e tão boa que muitos deles, quando findar a guerra, retornarão para seus lugares de origem para viver em piores condições. *Como são tratados os ingleses na Alemanha* é o título do artigo, que vem confirmar a nota do dia anterior, que acusa os aliados de serem bárbaros (O DIA, 1916, p. 3).

A doze de fevereiro, a edição traz um artigo escrito por um literato inglês, Frank Harris, o qual analisa as condições militares da Inglaterra e deduz que há um processo de decadência do poderio bélico inglês, e que se aproxima a hora de a Inglaterra e a Alemanha traçarem a batalha decisiva da guerra, fato que preocupa os ingleses (O DIA, 1916, p. 3).

Nos dias 15 e 16 de fevereiro, a exemplo do que já fizera o jornal *O Estado*, são publicadas informações, na primeira e na terceira páginas, sobre a festa da Cruz Vermelha Alemã em Florianópolis. As fotos das senhoras organizadoras são exibidas na primeira página; também é dado grande destaque aos discursos e homenagens recebidas pelas mulheres alemãs no país são registradas. A julgar pela cobertura oferecida por dois jornais de circulação diária, entende-se como um evento que reuniu pessoas importantes da sociedade da época (O DIA, 1916, p. 1-3).

O Socialismo e a grande guerra é a matéria publicada no dia 17 de fevereiro, em que são mostrados dados a respeito dos deputados socialistas em vários países, a respeito da opinião deles a respeito da guerra. A conclusão é que, à exceção da Itália, onde estão mais divididos, a maioria dos socialistas é a favor da paz. Finalizando com a posição alemã, afirma-se categoricamente que não há divisões, todos estão empenhados em levar a guerra até o fim. Isso, certamente, é uma demonstração da convicção da vitória final (O DIA, 1916, p. 3).

O caso de Azevedo Amaral, jornalista e escritor brasileiro deportado de Londres, por conta de seus escritos favoráveis aos alemães, foi tema das edições dos dias 22, 23 e 24 de fevereiro. O jornal publicou, sempre na página três, longos artigos nos quais é feita a defesa da democracia, da liberdade de expressão e onde se acusam os ingleses de não suportarem a verdade posta pelo brasileiro. O artigo que provocou a expulsão do jornalista também é publicado (O DIA, 1916, p. 3).

Azevedo Amaral se constituiu em uma figura polêmica, por conta da defesa da eugenia em seus escritos. Foi acusado de racismo no I Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro, em 1929.

Encerrando o mês de fevereiro de 1916, Crispim Mira, jornalista, que também foi citado pelo jornal *o Clarão*, escreve artigo chamado *Os Inimigos da Alemanha*, em que defende como os alemães são benéficos para os interesses brasileiros, e que, por conta disso, aqui são alvo de uma campanha de ataques sistemáticos, pois conflitam com interesses ingleses, que seriam pouco interessantes aos brasileiros, se comparados com as vantagens oferecidas pelos alemães (O DIA, 1916, p. 1).

No dia 30 de março, a seção *Brasil – Alemanha* publica uma coluna que cobre de elogios o estado de Santa Catarina, particularmente Florianópolis, feitos pelo escritor austríaco Ernst von Hesse-Wartegge. Segundo ele, somente as dificuldades de acesso de navios de grande porte é que ainda fazem o mundo desconhecer tamanha beleza da Ilha de Santa Catarina (O DIA, 1916, p. 3). Obviamente, o jornal deseja valorizar a opinião dos alemães e de seus aliados a respeito do Brasil, aproximando os países.

No mês de maio de 1916, sete edições trouxeram matérias relevantes para este estudo. No número 8270, a 4 de maio, um texto de razoável tamanho, intitulado *Singular Contraste*, foi publicado ocupando três colunas na página três e mais uma coluna na página quatro. O artigo analisa as posições da Alemanha e dos Aliados na guerra, posicionando-se favoravelmente aos alemães, ainda que modo sutil. Tal fato já havia acontecido por várias vezes, mas, nesse caso, um elemento peculiar foi acrescentado. Ao final do artigo, assinado por Alberto Torres, há um outro texto, este sem autoria, apenas com o pseudônimo “Incognito”, que ocupa mais uma coluna e meia, explicando que, originalmente, o texto deveria ter sido publicado no jornal *A Noite*, pois se trata de um espaço ocupado corriqueiramente, mas foi censurado em razão das “posições aliadófilas” do referido periódico (O DIA, 1916, p. 3-4).

No dia 16 de maio, a edição publica na seção *Comunicados Alemães* as mensagens de guerra, como era de praxe, já que este espaço é utilizado quase diariamente. A menção em especial a este dia é pelo tamanho maior – uma coluna, com letras miúdas, o que vale dizer, mais informações, e a linguagem menos técnica do que a usual. Descrição mais longa das vitórias alemães e registro quase monossilábico dos revezes germânicos (O DIA, 1916, p. 3).

Parodiando o chamado perigo alemão, o jornal traz uma pequena nota, na página três da edição datada de 17 de maio, com o título *O Perigo Inglês*. O texto provém do jornal *Rua*, de Porto Alegre e explica porque sistemáticos ataques têm sido feitos aos ingleses por aquele periódico. Tal atitude se justifica porque atacar os ingleses é, na verdade, proteger os

brasileiros, acusando inclusive a “lista negra” de provocar prejuízos econômicos consideráveis à sociedade brasileira (O DIA, 1916, p. 3).

Contudo, a 19 de maio, o artigo comparando ingleses com alemães seria ainda mais ousado e contundente. Ocupando praticamente três colunas – metade da página três – o autor, identificado como Leite Castro⁵⁸, inicia sua longa descrição no sentido das qualidades de uma nação e de seus habitantes:

O que seríamos

Da geral preocupação do espirito brasileiro pelos factos decorrentes da conflagração entre as nações européas ainda não lhes veiu ao pensamento qual seria a sorte que aguardaria o Brazil, caso vencessem os colligados, caso vencesse o Alemão. Poderíamos, facilmente, examinando de per si o character de cada povo, antecipamos o futuro com segurança e firmeza e quasi mesmo com infallibidade, abstraindo de cada um o que mais nos converia, para depois, pela somma que colhessemos, e que mais avultasse, conjecturarmos qual a nação que mais nos convinha que vencesse, porque, naturalmente, das nações em lucta, as que victoriosas mais nos influenciam, iminente a sua maior affinidade para com o Brasil, seriam a Inglaterra e a Allemanha. A nação que sair victoriosa de tão tremenda lucta, necessariamente irradiar a todas as nações; maxime às da America do Sul, sua vida social. A nação não é somente o solo em si mesmo, nem tal ou qual instituição particular: é o espirito commum a todos cidadãos, é a idéa que todos expressam, e o sólo que todos habitam, são as instituições, as leis, é a religião. São os costumes de que participam. So pelo exame attento e accurado de cada um destes elementos constitutivos de uma nacionalidade, é que podemos conjecturar quaes dellas mais nos converiam, quaes as que nos poderiam elevar a máxima perfeição social, ao maior esplendor patrio, quaes os que assimilados pela nossa patria nos poderiam conduzir a meta visada por todos os povos, a do seu perfeito e completo desenvolvimento no conceito das nações, no commercio do mundo. O exame, a inspecção dos elementos constitutivos de uma nacionalidade, o seu character dominante, devem assentar sobre um espirito desapaixonado, menos svmpathico a esse ou aquelle, e que só vise, imperturbavelmente, separar o joio do trigo, peneirar tudo, para que o seu juizo se firme na verdade, se inspire na razão. Para isto, devemos sómente ter vontade, e este phenommeno espiritual é uma forma da liberdade individual (O DIA, 1916, p. 3).

Após esta introdução, o autor examina as particularidades de ingleses e alemães, iniciando pelos primeiros, mas tendo para com estes uma dureza de julgamento de seu caráter:

Começamos o nosso exame pela nacionalidade ingleza e por elle verificaremos que teriamos a ganhar ou a perder pela victoria dos colligados ou da Inglaterra, que delles é o expoente máximo. A Inglaterra, sendo um paiz insular, os seus habitantes naturalmente não têm os mesmos sentimentos que nos continentaes; o espirito de pirataria segue do berço os que acostumados a contemplar o oceano, sabem ser elle vasto campo para o espirito aventureiro dos que ambicionam locupletar-se pelos meios mais efficazes. O espirito do anglo-saxao é formado pela ambição audaciosa de possuir milhões, embora para isso seja preciso sacrificar este ou aquelle direito, este espirito, por certo, não nos poderia aproveitar, attendendo-se que o brasileiro,

⁵⁸ Pode tratar-se do General José Fernandes Leite de Castro, ministro da Guerra entre 1930 e 1932. Contudo, não foi possível detectar simpatias germânicas na biografia deste militar que autorizem a pensar-se nele como autor do texto.

pouco ou nada ambicioso jamais emprehenderia sacrificar os direitos de seus semelhantes, direitos que representam o espirito da lei, a garantia commum, muito embora tal crime lhe trouxesse os maiores proventos; logo, não nos aproveitaria o espirito inglez (O DIA, 1916, p. 3).

O tom acusatório contra os britânicos tem um acréscimo no trecho seguinte, descrevendo como o inglês se relaciona com as demais nacionalidades, principalmente quando não está no seu país.

A idéa que o inglez fórma da humanidade é de que todos, indistinctamente, devem se curvar ao jugo saxonico. O inglez em toda a parte do mundo, é inglez, isto é, um typo altaneiro, arrogante, sempre dominando: numa fabrica é sempre o gerente, o administrador, o proprietario. O logar mais infimo, para os de sua raça num destes estabelecimentos é o da guarda-livros; o resto dos empregados, isto e, a parte anonyma é constituida pela zerosidade indigena. O inglez, sciente de que todos o olham como o senhor do orbe, tem maneiras excentricas, vestuarios originaes, mesmo para se differenciar dos seus servos; isto é, das outras nacionalidades; por toda a parte julga elle estar nas suas colonias indianas: terno amarello, botas da mesma côr, cachimbo fumegando o louro Virginia capecete e uma vara sempre na mão para corrigir algum descuido dos seus homens; ora, a idéa que o inglez forma de si e do resto da hummanidade não pôde convir ao brasileiro porque este povo educado na religião catholica, respeita o direito de todos, e a ninguem se julga superior, o brasileiro modesto procurando mesmo atenuar o brilho da posição elevada que acaso occupe, é sempre o amigo do seu semelhante, é sempre o homem essencialmente moralizado; se numa fabrica a sorte não o leva a posição de gerente ou de administrador, elle embora dotado das qualidades precisas para o desempenho destes cargos, sujeita-se sem constrangimento ao seu destino, sente-se feliz em poder trabalhar honestamente (O DIA, 1916, p. 3).

A primeira parte do relato vai terminar com a descrição do comportamento do brasileiro, bem como do retorno à acusação do ar de superioridade britânico e, por fim, da inutilidade dos hábitos bretões em terras brasileiras.

Não procura o brasileiro differençar-se do resto dos seus semelhantes; as suas maneiras são as de todos os civilizados, seus vestuários, os de todo o mundo: logo, as idéas que povoam o cerebro inglez são inadaptaes ao meio brasileiro. Às leis inglezas foram feitas para serem applicadas entre féras, sim entre féras, porque a inflexibilidade da lei não corrige os costumes, não regenera ninguem; o homem é fraco, é o caracteristico das coisas terrenas, portanto, a cada momento esta exposto a infringir a lei que, talvez, elle mesmo tenha cooperado para sua feitura, e não é por uma irreflexão de momento, filha da fragilidade humana, por um descuido da razão, que se deve inutilizar uma liberdade ou uma vida que, talvez, perdoada, se tornasse cara a um lar, preciosíssima a patria; ainda pelas leis inglezas o Brazil nada lucraria, porque o seu coração teria de sangrar ante tanto rigor, tanta atrocidade desnecessaria. Os costumes inglezes nada têm de esthcticos, o uso do “whisky”, do tabaco encachimado, dos violentíssimos “sports”, da pouca consideração para com as senhoras, nada melhorariam taes costumes os do Brazil; portanto, pelo exame ligeiro que fizemos da nacionalidade ingleza verificámos que, caso vencessem os colligados, isto é, a Inglaterra, só o relho nos aguardaria como a todas as nações; seriamos os escravos dos anglo-saxões (O DIA, 1916, p. 3).

Agora ao analisar os alemães, o raciocínio se inverte: povo pacífico, desinteressado de explorar o seu semelhante, afável e plenamente integrado a cada sociedade onde se estabelece:

Agora, examinemos o allemão: a Allemanha, paiz continental, não têm os seus habitantes o costume da pirataria. O espirito germanico é formado das virtudes evangélicas; a ambição não o apoquentá, a cubiça não o mortifica. A ambição do allemão cifra-se em engrandecer-se com o sacrificio de seus semelhantes, o que é natural, na especie humana. A cubiça de possuir milhões não o seduz, não se aninha em seu peito; este espirito é o que justamente conviria ao Brazil, porque só nos traria o adiantamento, o aperfeiçãoamento social. A idéa que o allemão fórma da humanidade é de que todos são iguaes perante a lei, com mais ou menos aptidões para o engrandecimento proprio e o de sua patria, e de que todos indistinctamente se devem curvar ao jugo do direito, do dever, da verdade e da razão. O allemão em qualquer lugar em que se domicilie, perde, em parte, o seu caracter germanico e amolda-se facilmente aos costumes locaes; modesto, exerce qualquer cargo sem se reservar especialmente os elevados. Póde elle ser o proprietario, o administrador ou o gerente, como tambem pôde ser o carreiro do estabelecimento (O DIA, 1916, p. 3).

Aqui não há economia nos elogios, nos louvores e no reconhecimento do que representam os alemães para a humanidade e, particularmente, para o Brasil. Nesse ponto, busca-se aproximar as identidades dos dois povos, chegando ao exagero ao referir-se aos criminosos alemães.

As raças, no seu estabelecimento, só se distinguem por merecimento. Os allemães jamais cogitam de se distinguir de seus semelhantes por excentricidades quixotescas. Os seus vestuarios são os de todos, os seus modos os seus super-civilizados. A idéa que é commum aos allemães é justamente a que mais concorreria para o maior alevantamento da nacionalidade brasileira: a idéa de progresso. As leis allemãs, rigorosas na sua expressibilidade juridica, são, no entanto, um instrumento admiravel de organização social. O delinquente para o allemão não é nativamente um criminoso, é um doente que necessita de um sanatorio, é um enfermo que necessita de medico - são destas leis que o Brazil precisa, por elle precisa elevar-se ainda mais pela logica e pela moral de não iuutilizar-se pela ferrea applicabilidade de leis irremissíveis. Os costumes do povo allemão são os mais conformes com os nossos; o allemão fuma e bebe como todos sem excentricidade; os seus modos para com as senhoras são de uma refinada gentileza, são de uma honesta cortezia. A instrucção e a educação, sendo na Allemanha, a maior preocupação do povo fizeram desta nacionalidade o ideal do saber e da compostura, o povo modelar por excellencia (O DIA, 1916, p. 3).

O último parágrafo é reservado para um apelo ao bom senso: os brasileiros precisam se convencer que são os alemães os mais adequados para os seus interesses, e que o passado histórico com os ingleses não favorece o Brasil.

O seu commercio imitativo ou original, é o que menos lucros offerece ao commerciante, porque é o unico que não explora o consumidor; ora, digam-nos, pelo exame comparativo das duas partes contentadoras, com quem mais teria a lucrar - o inglez arrogante, separando-se de tudo que não seja inglez, escravizando todos,

fazendo do seu ouro, os grilhões que prendem a humanidade ao seu azorrague, não se cruzando com outras raças para não macular a sua; que considera negra a raça brasileira, vencedor, transformaria o Brazil como terra de credores insolentes em uma fazenda, onde elle só veria a escravatura negra ou mesclada sob o seu domínio de caucaso senhor do mundo. E o allemão? Ah, seria o que tem sido até hoje, em todo o Brazil: ide a Blumenau, a Santa Catharina, mesmo a Therezopolis e o vereis, mesclado com a raça brasileira, já afeiçoado aos costumes de sua nova nacionalidade, o vereis trabalhando, educando a familia só se diferenciando dos brasileiros natos pelos seus caracteristicos phisicos. O resultado do confronto, isto é, a mesma dos caracteres que mais nos convem das duas nacionalidades que procuram, a victoria nos dá, o allemão como o povo que mais nos convem, como o elemento de progresso, como instrumento de perfeição social. LEITE CASTRO (O DIA, 1916, p. 3).

O artigo, claramente germanófilo, certamente que pode ser contestado em suas afirmações, tanto da parte dos ingleses quanto da parte dos alemães; contudo, não é o objetivo deste estudo a desconstrução dos argumentos, nesse momento.

No dia seguinte, uma nota intitulada *De vez em quando* compara os casos da neutralidade belga e grega, de modo a suavizar a invasão da Bélgica, utilizando de uma ironia: “Um abuso justifica outro abuso.” (O DIA, 1916, p. 1).

A última matéria selecionada de julho foi publicada no dia 18 e proclama em bom tom como as acusações contra os alemães no Brasil são improcedentes. Comentários desta natureza são os mais adequados para este estudo, por isso a transcrição integral do artigo, intitulado *As linhas de tiro Alemão*:

A proposito de um artigo publicado por nossos collegas d'A Noite, sobre as linhas de Tiro alemãs, procuramos, hontem, o sr. tenente Amaro Villanova, representante do Commando da Região, junto às linhas de tiro não pertencentes à Confederação do Tiro Brasileiro afim de ouvirmos a sua opinião relativamente aos conceitos emittidos por aquele vespertino. Informou-nos o illustre militar que o que poderia dizer-nos estava condensado em carta que dirigira hontem á tarde, ao director da «Noite», nosso collega dr. Mauricio Cardoso, cuja copia, que tivemos occasião de ler, é a seguinte:

Porto Alegre, 29 de junho de 1916 - Sr. Dr. Mauricio Cardoso - O artigo intitulado ‘O perigo das linhas de tiro allemãs’, publicado hontem no vosso jornal, mostra que fostes muito mal informado sobre tal assumpto. Si existisse perigo eu o teria levado ao conhecimento do senhor General Commandante desta Região como era o meu dever, na qualidade de seu representante junto as sociedades de tiro não incorporadas á Confederação do Tiro Brasileiro. Não existem grandas massas de tedesco que compõem suas linhas de tiro neste Estado: os socios de taes linhas tiro são em sua grande maioria ou quasi totalidade brasileiros, sendo unicamente allemã a sua origem. O seu numero está longe de attingir a quinze mil, e é quasi certo não attingir a dez mil, o que só posso affirmar depois de concluir a estatistica detalhada e completa que estou organisando. Os taes oitenta mil alemães das linhas de tiro, munidos de armas de guerra, não passam de uma grandissima mentira inventada no Rio de Janeiro e analogo á do hospital fortaleza. Desnecessario será dizer que o vosso informante é incapaz de provar o contrario. A existencia dessas sociedades está garantida pelos artigos 36, alinea f, e 50 do Regulamento, em pleno vigor que baixou com o Decreto n. 8.083, de 25 de junho de 1910. Cerca de metade dessas

linhas de tiro formam a liga das Sociedades de Tiro do Rio Grande do Sul, com sede nesta capital, que tem entre seus directores um deputado estadual e um conselheiro municipal. Si os brasileiros descendentes de allemães fossem subditos do Kaiser o nosso ministro do exterior tambem o seria. Desse modo só seriam brasileiros os selvicolas do Brasil e seus descendentes. Como podem taes linhas de tiro constituirem reservas inimigas dentro de nossas fronteiras, mesmo com o absurdo de considerar allemães os filhos de alemães aqui nascidos e criados? Não estamos em guerra com a Allemanha e não me consta que tenhamos motivos para isso. Como? Porque? A Alemanha nunca avançou em porções do nosso territorio, nem nunca pretendeu nos humilar. Ella não tem culpa do facto de um simples livreiro ter editado um mappa assignalando as porções do nosso territorio, onde existem allemães, com as mesmas côres com que assignalou a Alemanha e seus condomínios. Só uma profunda cegueira deixará ver que os allemães e seus descendentes são no nosso Estado ordeiros, pacíficos, laboriosos respeitadores das leis e que são um dos principaes factores que concorreram para collocar o nosso Estado na brilhante posição que occupa entre os seus irmãos. Procurar, pois, sem razão alguma, hostilisar esse elemento, parece-me não só um muito mal-entendido patriotismo como uma clamorosa injustiça (O DIA, 1916, p. 1).

As sociedades de prática de tiro foram no período, por motivos facilmente detectáveis, alvo de muita desconfiança. O fato de um alemão se “sentir alemão”, mesmo fora de sua pátria, era constantemente lembrado pelos Aliadófilos e constantemente negado pelos germanófilos.

No mês de agosto de 1914, somente três edições foram selecionadas, duas delas tratando da *Lista Negra*, que era o boicote que sofriam os alemães no Brasil. A primeira matéria, do dia 08, é uma tentativa legal de superar esse boicote, com a transcrição do projeto de lei enviado ao Congresso, que ainda renderia outros artigos no futuro. Três dias depois, outro artigo, *A famosa lista negra*, alertava às pressões inglesas a fim de que o boicote continuasse. Ainda sobre o mesmo tema, a edição de 24 de agosto.

Um projecto contra a Black List

É este o projecto de lei que os srs Dunshee de Abranches, Rafael Cabeda e Valois de Castro apresentaram á Camara dos Deputados contra a ‘black-list’.

“O Congresso Nancional decreta:

Art. 1 .- O poder executivo, na conformidade das attribuições que lhe competem, não consentirá que continuem a representar as suas nações junto ao governo brasileiro os agentes diplomaticos e consulares que, por publicações na imprensa, circulares, cartas ou outro qualquer meio, procurarem directa ou indirectamente cercear a liberdade de commercio estatuida na Constituição federal e assegurada a nacionaes e estrangeiros residentes na Republica.

Parapho único - Para que essa providencia seja tomada, além das informações colhidas propriamente pelo poder publico, bastará a exhibição feita ao mesmo poder por qualquer particular de prova plena dos actos ou factos acima referidos.

Art. 2 - prohibido estabelecerem em qualquer contracto commercial a exclusão de comprar ou vender effeitos commerciaes a pessoas de determinadas nacionalidades.

Art. 3 - O poder executivo poderá retirar a personalidade juridica a toda a sociedade nacional ou estrangeira que exclua, com proposito deliberado, em suas relações com o publico, tratar operações ou negocios com pessoas de uma nacionalidade determinada e pela unica razão dessa nacionalidade.

Art. 4. - Da data da publicação da presente lei fica prohibida no territorio nacional a propaganda publica e privada afim de se não comprar ou vender, de se não terem relações commerciaes com pessoas de determinada nacionalidade. Os infractores incorrerão, na primeira vez, na multa de 5:00\$000, e na reincidenci, na de 10:000\$000.

Art. 5: - Revogam-se as disposições em Contrario (O DIA, 1914, p. 1).

Uma vez enviado o projeto ao Congresso, seriam ainda necessárias algumas etapas para sua aprovação, contudo, conforme os rumos da guerra afastavam o Brasil da Alemanha, a discussão deixava de ser estratégica.

Na última edição selecionada do mês de março, a guerra submarina é o assunto. Aqui o Direito Internacional é evocado, como argumento contrário à ação inglesa, o mesmo Direito que havia sido inferiorizado no artigo do dia 15 de fevereiro. Ou seja, a amplitude dos argumentos é alta, mesmo que isto signifique gerar uma contradição (O DIA, 1917, p. 3).

Contudo, os relatos mais cruciais do mês de março são duas matérias sobre o *Perigo Alemão*, publicadas em sequência, a 21 e 22 de março, e um texto chamado de *Insulto Ingles*, publicado a 24 de março. Esses serão transcritos na íntegra, a seguir.

O primeiro relato se refere a um artigo que remete ao jornal *O Estado de São Paulo*. Depois de tecer alguns elogios iniciais, o texto utiliza o periódico paulista como um balizador da realidade do sul do Brasil.

O perigo allemão

O Estado de. S. Paulo é um dos órgãos mais respeitaveis da imprensa brasileira. A sua attitude diante da conflagração européa não pode ser mais decididamente accentuada em favor da causa das nações da grande entente. Mas ha uma coisa que o Estado de S. Paulo não perdeu: é aquillo que eu não sei por que se chama o senso vulgar, desde que não ha muito quem o possua sequer em doses homeopathicas. O jornal paulista, que constitue uma força muito ponderavel na opinião publica, apreciou um desses dias a facilidade com que entre nós são divulgadas umas tantas mentiras e a facilidade maior com que muita gente se promptifica a dar-lhes credito. O Estado refere-se ao eterno e sempre explorado thema do perigo allemão, flagrante injustiça praticada contra á laboriosa colonia germanica do sul do Brasil. Agora mesmo revive a famosa historia de actas municipais lavradas em allemão, de preponderancia allemâ em nossa vida e em nossos costumes. Os pregoeiros dessa fantasia esquecem que longe de prejudicar os allemães, essa história concorre mais para o nosso descredito, porque, se assim fosse, que povo seriamos nós, que governo teriamos para que se consumasse aos olhos de um e outro tamanha obra de desnacionalisação e absorpção? (O DIA, 1917, p. 1).

A seguir, são apresentadas as características mais comuns quando se trabalha o assunto do perigo alemão: a educação, a seriedade, a honestidade dos germânicos.

Os allemães vivem do seu trabalho, concorrendo eficientemente para a prosperidade nacional. Por temperamento ou por calculo, deixam-se ficar indifferentes á essa campanha que vae nos cobrindo de ridiculo. Os brasileiros que padecem dessa obcessão, affictam um patriotismo mal entendido, esteril e dispersivo. O nosso dever é assimilar o estrangeiro, é fazel-o amar á nossa patria, confiar em nós, em nossas instituições e no futuro da nossa terra e não afastal-os do nosso convivio. Que serviço, porventura, prestaram a Santa Catharina os que mandaram dizer para o Rio que em Palhoça o promotor publico está processando um brasileiro pelo crime de ter dado um viva ao Brasil em uma festa de teutos? O Estado comentava crimonosamente essa noticia que só não é revoltante, porque é profundamente idiota. Que se dirá lá fora de nós, diante de semelhante noticia? Ha manobras contraproducentes. A mentira nunca deixará de ser mentira. Poderá ser explorada um instante por individuos desoccupados, odientos ou de má fé, mas acabará sempre desfazendo-se em poeira. O que se passa aqui com os allemães é o mesmo que ocorre no Norte com os inglezes. Em Pernambuco a colonia ingleza é numerosíssima. Os inglezes monopolisam ali a viação ferrea, os carris urbanos, as instuições bancarias, o serviço de luz e alguns outros, possuindo ainda importantes casas commerciaes. Pois bem, o inglez, que tem o temperamento que toda gente sabe, vive cambem á parte; tem o seu *British Club*, os seus *sports*, tudo independente e sem ligação com a vida nacional. Não raro surgem recriminações contra essa attitude. Não as acho razoaveis, nem justas. A culpa é nossa, tanto lá, com aqui. Os motivos são os mesmos e residem em falhas de nossa propria educação. Entretanto, não fantasiemos ainda um perigo inglez, nem um perigo italiano, nem um perigo francez. De toda a parte só enxergamos o perigo allemão (O DIA, 1917, p. 1).

O perigo alemão é explicado pela obra geográfica que mostrava a Germania Antarctica, que, segundo o jornal, é tão somente o devaneio de quem a escreveu, não sendo um desejo governamental.

Porque houve na Allemanha um escriptor que engendrou a tal historia da Germania Antarctica, não a esquecemos jamais; vivemos a tocar nesse bordão estafado, como se o ter escriptores e sujeitos, mais ou menos desorganizados fosse somente uma concessão feita ao Brazil pela bondade da Divina Providencia! Na Allemanha tambem os ha, como no mundo todo. O que é preciso é que deixemos de infantilidades. Digo infantilidades, referindo-me somente aos que são credulos de boa fé e não aos que agem movidos por sentimentos inconfessaveis, importando-se pouco com o juizo que se possa fazer de nós mesmos, dos nossos sentimentos civicos e da nossa cultura. E' verdade que até se procura fazer distincções nativistas entre brasileiros, mas quando apparece um espirito estreito com esses propositos, a repulsa é unanime. Façamos o mesmo, tenhamos o mesmo gesto de repulsa para essa campanha pedida que nos quer separar de elementos que se devem caldear com a nossa raça, porque esses elementos são dignos do nosso convivio, pela sua capacidade, pelo seu trabalho e pelo seu espirito de ordem. Não queiramos ser aquillo que Metternich disse uma vez da Italia: uma simples expressão geographica. Sejamos uma nação consciente, generosa, forte, hospitaleira e digna, fazendo justiça a todas as aptidões, amparando todas as aspirações nobres e acoroçoando o esforço de todos os trabalhadores. E sobretudo desprezemos as parvoices de todos os malandros e promovamos a hospitalisação dos idiotas que, á viva força, querem que sejamos julgados pelo nivel de Marrocos ou da China.

João José (O DIA, 1017, p. 1).

Mais uma vez, o perigo alemão era desmistificado, esforço contínuo do jornal desde o início da guerra. No dia seguinte, a edição tratava de repercutir mais um pouco o artigo anterior, reproduzindo agora uma nota publicada por aquele veículo:

Perigo allemão

São da secção *Noticias diversas*, do ESTADO DE S. PAULO, sob o titulo que epigrapha estas linhas, os seguintes conceitos emettidos por um jornal de summa responsabilidade a que encara ós problemas sociaes com extrema elevação. E' tanto mais valiosa a opinião do Estado de S. Paulo quanto todos lhe reconhecem, na guerra que ora convulsiona o mundo, uma franca tendencia pelos alliados. Eis a nota do Estado: (O DIA, 1917, p. 3).

A nota segue na íntegra e é ela que encerra a matéria, sem quaisquer comentários adicionais. Entende-se não serem necessários, pois o texto se mostra eloquente o bastante.

Tivemos, recentemente, occasião de fazer demoradas referencias ao pouco escrúpulo com que grande parte da nossa imprensa dá curso ás mais falsas e mais inverosimeis historias, jogando com ellas como se fossem factos perfeitamente apurados. Veiu isso a proposito da repetição, por varias folhas, da velha fabula das actas redigidas em lingua alleman, em camaras municipaes do sul do Brazil. Não pudemos levar em paciencia essa reedição de uma descabellada mentira, ha muito reduzidas ás justas proporções por uma fôrma decisiva, e que tinha o duplo inconveniente de falsear os elementos de apreciação num assumpto de tão alto interesse, como a questão alleman no Brasil, e de nos deprimir inutilmente aos nossos proprios olhos apresentando-nos como passivos espectadores de uma obra anti-nacional dentro da nossa patria. Contestamos essa balela, assim como outras igualmente relativas ás colonias germanicas do sul do Brasil, e igualmente falsas e teimosas. Não sabemos se conseguimos então convencer de erro algum dos confrades em luta com o perigo allemão. O que sabemos é que mais de um delles attribuiu ás nossas affirmações intuitos differentes dos que estavam declarados junto dellas. Não se lhes afigurava curial que se pretendesse desfazer uma mentira, só pelo facto de ser uma mentira. A falsidade, hoje, parece que tem direitos especiaes, - e até melindres. A fabula das actas redigidas em allemão continuará, provavelmente, a ser por ahi repetida a cada passo, sempre que surgir na arena dos altos debates jornalísticos “a germarnisação do sul do Brazil”. Ainda agora, ella vem por ahi a qualquer momento, infallivelmente, porque de novo se agita a questão. Agita-se com os mesmos processos de sempre. Tem-se escripto uma porção de coisas tremendas, e entre ellas a seguinte: que em Palhoça, Santa Catharina, está sendo processado um individuo porque deu vivas ao Brazil, numa festa promovida por teuto-brasileiros, ou por teutos puros, não sabemos ao certo. Contando e commentando esse caso, a imprensa tem, naturalmente, entrado em pormenores, tem citado outros casos igualmente alarmantes, tem pintado a situação como horrivel. Pois bem: em Palhoça, no Estado de Santa Catharina, não ha processo algum ao gosto daquelle de que si occupam as gazetas. E', pelo menos, o que manda dizer á “Noticia”, do Rio, o seu correspondente de Florianopolis, que deve saber alguma coisa a respeito. Tratando do caso, a imprensa tem feito referendas ao procurador da Republica que é uma fera contra os brasileiros, porque é allemão pan-germanista. Pois está verificado que esse allemão é um brasileiro genuino, neto de francezes! Eis ahi ao que se reduz mais este alarma (O DIA, 1917, p. 3).

A conclusão do artigo mostra que, apesar da pouca simpatia do jornal paulista pelos alemães, não será utilizando de inverdades que ele defenderá suas posições:

Não esperemos, porém, que o caso de Palhoça desapareça, nem que o procurador da Republica em Santa Catharina deixe de ser allemão. Tudo isso, já agora, ha de repetir-se eternamente, entre indignados commentarios á inercia criminosa dos nossos governos, tão criminosa, tão inconcebivel que até permite essa ignominia das actas redigido em lingua alleman, em varias municipalidades do Sul. E quando nós dissermos que tudo isso são pêtas, hão de retrucar-nos que nós o que queremos é tapar o sol com un peneira, naturalmente, com intuitos aconfessáveis. Paciência. Mas creia quem quizer que nós não temos motivo algum para desejar ser agradaveis aos allemães. Antes pelo con-trario ... E' que as falsidades são falsidades, e falsidades a ninguem aproveitam. Não basta isso? (O DIA, 1917, p. 3).

Além de minimizar o perigo alemão, havia também o interesse de mostrar como os ingleses extrapolavam a sua presença no Brasil. Nesse sentido, a edição de 24 de março relatava um caso envolvendo um proprietário de embarcação fluvial e o cônsul inglês, no norte do país:

Insulto inglez

A “Gazeta da Tarde”, de Manaus, em seu numero de 11 de dezembro ultimo, refere o seguinte, cujo commentario deixamos ao criterio dos, nossos leitores: “Veio a nossa redacção o sr. Antanio Dantas, brasileiro, proprietario commandante da lancha ‘Alice’, ha poucos dias chegada do Acre Federal, e relatou-nos o que, com a mais justa indignação, vamos fielmente historiar:

- Que tendo trazido a bordo de sua lancha uma partida de borracha embarcada por Amide Zaid e consignada á firma Adelbert H. Alden Limited, desta praça, de cuja firma receberia a importancia do frete, ao apresentar conhecimento para cobrança, o gerente da dita firma recusara-se a pagar-lhe o referido frete, allegando não poder receber a borracha sem prévio consentimento do consul inglez, visto achar-se a agencia da ‘Alice’ confiada á firma de Semper e Comp., que se acha incluida na ‘Lista Negra’, sendo portanto, necessario que o sr commandante fosse com elle, gerente da casa Alden, pedir ao consul inglez, a precisa permissão, sem o que não pagaria o frete nem receberia a borracha. Não comprehendendo bem se ia tratar, por uma gentileza e principio de boa educação, o sr. Antonio Dantas prontificou-se a satisfazer aquella primeira exigencia, indo em companhia do tal gerente á presença do consul inglez, que, autoritariamente, declarou só permittir a entrega da borracha, mediante uma declaração escripta e assignada pelo commandante Antonio Dantas, na qual o mesmo se compromettesse a retirar immediatamente a agencia da sua lancha da casa Semper e Comp. e a não mais receber a bordo da sua lancha productos que viesse consignados a firmas allemães. A essas absurdas e revoltantes imposições, o commandante Dantas declarou formalmente que não sujeitaria, porquanto não conhecia poderes no sr. consul Inglez, para o mesmo ditar leis no Brasil; achava que nem o sr. consul nem o tal gerente, tinham poderes para obrigar-o a cumprir aquellas absurdas imposições e assim esperava que o frete lhe fosse pago sem precisar elle, commandante, recorrer aos meios judiciaes. Durante cinco ou seis dias, o consul não cedeu, e o gerente da firma consignataria da borracha recusava a pagar o frete, vendo que aquella teimosia se prolongava por mais tempo, o commandante Dantas resolutamente declarou ao tal gerente que ia requerer ao Juiz Federal a venda da borracha para o pagamento do frete, e foi, então, que decidiram pagar e receber a borracha, sem mais delonga difficuldades, tendo, porém, o commandante assignado, a pedido do consul, um escripto em que declarava que a entrega da borracha tinha sido feita á firma consignataria por autorisação do mesmo consul. Ao sr. dr. procurador da Republica, neste Estado, pedimos, pois, que se digne informar ao governo da União a fórma violenta e attentatoria porque o consul inglez, nesta cidade está observando o decreto da nossa neutralidade, afim de que os nossos patricios não venham mais a soffrer prejuizos, violencias e vexames como os por que passou o commandante Antonio Dantas” (O DIA, 1917, p. 3).

Assim, o mês de março mostrou-se rico em detalhes na defesa do germanismo. Contudo, o mês de abril traria indicativos de mudança nessa dinâmica, pois os torpedeamentos iniciaram neste período. Não por outra razão, em quase todas as edições disponíveis havia informações relevantes. Ao final, vinte e uma publicações serão aqui referenciadas, algumas de forma agrupada, pois existem temáticas desdobradas ao longo do mês.

No mês de agosto, dez matérias foram selecionadas, com destaque para o discurso de Lauro Müller e a última manchete do mês, o problema alemão do sul. A primeira referência deste mês é a edição de 14 de agosto, que explica o ocorrido na localidade de São Pedro, onde um incidente envolvendo um falso advogado e a implantação de uma cerca em área de servidão, teriam gerado animosidades teuto-brasileiras. O Jornal esclarece que nada há de germanismo no fato, apenas uma comunidade lesada por um espertalhão (O DIA, 1917, p. 1).

Nos dias 17 e 18 de agosto, a terceira página vai ser ocupada pela descrição das sessões do Congresso Catarinense, especialmente os discursos que têm relação com Felipe Schmidt e Lauro Müller, resgatando-os da condição de germanistas e reforçando o patriotismo e o seu caráter (O DIA, 1917, p. 3).

A 21 de janeiro, é o discurso de Lauro Müller que ocupa a terceira, a quarta e metade da quinta página, com manchete em letras garrafais. A fala do político é por ocasião do convite por ele recebido pela Academia Brasileira. Fazendo várias referências ao Barão do Rio Branco, o ex-diplomata reforça seu amor pelo Brasil e, de forma indireta, responde aos questionamentos de sua fidelidade à pátria (O DIA, 1917, p. 3-5).

O perigo alemão volta a ser o protagonista dos assuntos do jornal. Na edição de 23 de agosto, o artigo mostra como o deputado Marcos Konder representou Santa Catarina no Rio de Janeiro, contando ainda com o discurso de outros dois parlamentares, esclarecendo sobre o germanismo.

O perigo allemão

(Artigo que, conforme sollicitação do seu director, o *Imparcial*. do Rio, deve publicar hoje, d'aqui transmittido por telegramma).

O sr. Marcos Konder teve sacudidos os seus nervos de teuto-brasileiro com os discursos ha dias proferidos na tribuna do nosso Congresso pelos srs. Caetano Costa e Arthur Costa. O primeiro desses deputados é um brasileiro de raça. O seu sangue não tem misturas suspeitas aos melindres patrioticos de quantos no actual momento

implicam com os cabellos louros e as cutis vermelhas que lembram gente do Rheno. É um lageano que desceu da serra com o seu diploma de deputado e o seu partido na conflagração mundial. O sr. Caetano é pro-alliados. Mas, não tendo perdido o bom senso, vendo as coisas como as coisas são, o sr. Caetano occupou a tribuna da Camara para combater a campanha de diffamação que, paga ou gratuitamente, se levantou no Rio contra Santa Catharina, Estado pequeno e progressista, apontado ao resto do paiz como uma possessão teutonica, dominado economicamente, politicamente e socialmente por allemães que aqui tudo podem e tudo dominam. Essa campanha é principalmente uma injuria aos brios do povo catharinense que em todas as emergencias da vida nacional tem concorrido com o seu contingente na construcção do sagrado patrimonio de nossas glorias. O deputado serrano foi abundante em considerações dessa ordem. Abundante e logico. Depois provou que o elemento allemão não é lá tão numeroso que justifique as comichões patrioticas que assaltaram a delicadeza de certas epidermes. E alem do mais essa gente o seja pela propria psychologia da raça, seja pelo meio, seja pelas circumstancias, seja pelos interesses, é essencialmente pacifica. Não fala da população de origem teuta, porque esta é brasileira e está identificada com as nossas aspirações e os nossos destinos. E assim, nesse diapasão, foi todo o discurso do sr. Caetano Costa, a quem substituiu na tribuna um outro Costa, o sr. Arthur, brasileiro da Bahia e catharinense de Joinville, um dos grandes centros allemães do Estado, segundo dizem os patriotas que, não tarda muito, só reconhecerão como brasileiros genuinos os selvicolas do coronel Rondon (O DIA, 1917, p. 1).

Continuando com o discurso, Arthur Costa mencionou o clube de Tiro 226 e lembrou como o restante do país entendia que Santa Catarina era o caso de uma intervenção militar para recuperar o território para o Brasil.

O sr. Arthur Costa falou *ex-abundantia cordis*⁵⁹ no mesmo tom do discurso do sr. Caetano. E illustrou os seus argumentos com o magnifico Tiro 226 de Joinville, composto em sua quasi totalidade de rapazes com os cabellos, a cutis e os olhos da raça maldita e, o que é mais, de nomes arvezados. O deputado de Joinville afirmou – e não precisava que o fizesse – porque todos vimos aqui por ocasião da sua recente visita á esta capital que o Tiro 226 está possuido de um alto sentimento militar e brasileiro. O sr. Konder ouviu, ouviu e falou tambem. Felicitava-se por tudo que acabara de ouvir. Houve um momento em que o paiz inteiro chegou a suspeitar que Santa Catharina era um caso perdido, que para aqui deveria marchar todo o exercito brasileiro e para as nossas águas o sr. Alexandrino deveria mandar a sua esquadra com officiaes – se fosse possivel encontral-os – como o commandante do Alagoas, que andou a implicar até com inoffensivos holophotes usados pelas nossas embarcações costeiras. Era preciso submeter Santa Catharina ao regimen brasileiro. O aparelho de compressão germanica estava aqui victoriosamente montado. Os aeroplanos andavam pelo céu e os submarinos se occultavam no fundo das nossas enseadas. Tinhamos ainda estações radiographicas, deposito de armamentos e campos de concentração de allemães militarizados. O sr. Medeiros e Albuquerque, com aquelle seu todo de cavalleiro andante do patriotismo, chegou a pedir a libertação da Alsacia brasileira, que outra não era senão a laboriosa e pacifica terra do sr. Lauro Müller. Somente a enfibratura superiormente calma do sr. Felipe Schmidt poderia resistir á essa onda alterosa de maledicencia e de insulto. Resistiu e venceu. Todo o paiz sabe que os patriotas diziam patranhas, uns a tanto por linha, outros por despeitos, outros por interesses mal occultos de politicagem bastarda e ainda outros compellidos pela propria actividade malefica (O DIA, 1917, p. 1).

⁵⁹ Do fundo do coração; com sinceridade.

Para mostrar que tudo não passava de uma rede de intrigas, motivada pelas razões já expostas, foi utilizada como prova da importância dos alemães a sua capacidade de empreender e desenvolver, materializada na geração de tributos.

E tal qual no principio das coisas, a luz se fez. Não havia nada. Do Rio vieram jornalistas, uns serenos com o sr. Manoel Duarte, outros trefegos, todos com desejos de vér e auscultar o monstro do germanismo que ameaça o sul do Brasil. Vieram e voltaram na mesma. O sr. Marcos Konder desfibrou a insidiosa campanha, hoje reduzida a triste recurso de lunáticos e de despeitados. Espirito pratico, depois de alludir a todas as patranhas, depois de salientar a nobreza e a serenidade de acção do sr. Felipe Schmidt que evitou a anarchia dentro do Estado e o descrédito de Santa Catharina no julgamento da Nação, o sr. Marcos Konder mostrou que os chamados tento-brasileiros tem sido por excellencia os factores da nossa prosperidade economica. Não ha como a eloquencia das cifras para as documentações esmagadoras. O sr. Marcos Konder mostrou que o norte do Estado, onde é mais numeroso o elemento teuto, concorre para o erario estadual com quasias de dois mil contos de reis. Só Itajahy rendeu no armo findo, 492.784\$513, Blumenau 325.155\$513, Joinville 297.671\$073. Está ahi somente a receita das collectorias em cifras elevadas que denotam a prosperidade economica desses municipios, onde o trabalho agricola e as industrias estão admiravelmente organisadas. Exigir que os teuto-brasileiros andem pelas ruas a dar vivas aos Aliados e morras á Allemanha é excessivamente forte. Mesmo porque essa gente é pouco affeita a expansões de viverios: fala pouco, trabalha e produz muito. Chegue para o Brasil uma hora de perigo, a hora incerta que vem sempre para todos os povos como para todos os individuos, e os patriotas mais ou menos lunaticos não serão encontrados na vanguarda dos que se promptificarem para a gloria ou para a morte. O sr. Marcos Konder recordou, com emoção, o que fizeram os antepassados dos temos de hoje, quando foi preciso desaffrontar o Brasil nos extensos banhados do Paraguay. E' não houve no recinto e nas galerias um aparte ou um protesto contra tudo que disseram os tres deputados. E que o ridiculo dessa campanha absurda já passou em julgado. Ulysses Costa (O DIA, 1917, p. 1).

No dia seguinte, o perigo alemão era novamente evidenciado, com uma nota na primeira página, chamada de “*Uma Torpeza*”, onde é ridicularizada a ideia de que Lauro Muller tramava, juntamente como o general Botafogo, um complô para destituir o presidente da nação e no seu lugar, implantar um governo pró-Alemanha. (O DIA, 1917, p. 1).

A 23 de outubro, uma entrevista com Hercilio Luz, tem como título *O Perigo Alemão*, mas pouco se refere a ele. Ainda assim, outros elementos são importantes, como a insistência em dizer que tudo está muito bem em Santa Catarina e que o progresso é evidente. Como representante do partido, Hercilio Luz não poupa esforços para construir esta imagem.

Política de Santa Catharina
O senador Hercilio Luz e o Correio da Manhã
A Situação do Estado e o problema da successão
O PERIGO ALLEMÃO

O Correio da Manhã publicou o seguinte: *O Itagiba*⁶⁰ trouxe de Santa Catharina o sr. senador Hercilio Luz, que é um dos mais prestigiosos proceres politicos do Estado.

⁶⁰ Navio que efetuou o transporte.

Só hontem S. Exa. compareceu ao Senado, onde um dos nossos companheiros conseguiu entrevistá-lo, do seguinte modo:

— Senador, como deixou o seu Estado?

— Santa Catharina está completamente em paz, accentuando cada vez mais a sua prosperidade. O sr. Felipe Schmidt tem feito um governo benemerito. Espirito reflectido, tolerante, justo, ninguem o demove de seu caminho. Deve lembrar-se da agitação trefega que se fez em torno da pretensa germanisação de Santa Catharina, de que se chegou a dizer que era um Estado perdido para a Federação? Pois bem, todas essas explorações fracassaram, como fracassam fatalmente todas as manobras da intriga e da perfidia. Diante de todo o tumulto que se fez, o sr. Schmidt não modificou uma linha em sua attitude. Brasileiro e patriota, deixou que gritassem em paz, que insultassem á vontade os que querem ser mais brasileiros que os outros. E a campanha terminou, nem podia deixar de ser assim, porque nós, os homens publicos catharinenses, não precisamos de licções de patriotismo. Para prova basta vêr o que foi e o que está sendo em Santa Catharina o serviço de alistamento e rodeio militar; basta ver o entusiasmo das linhas de tiro que contam um effectivo de 1500 atiradores; basta vêr a organização do ensino cívico dentro do ensino primario; basta saber-se que frequentam os nossos grupos escolares e escolas isoladas trinta mil creanças; basta saber que a instrucção publica está organizada em moldes adiantadissimos como o fizeram poucos Estados da Republica. Quer saber mais? Pois ouça. O sr. Schmidt organisou um plano de viação geral do Estado, plano que está executando e que faz honra á sua competencia technica de engenheiro; novas industrias estão sendo protegidas, a lavoura desenvolve-se e o Estado augmentou a seu territorio com quatro vastas comarcas do ex-Contestado; o anno passado a receita arrecadada excedeu em mais de 30 % á receita orçada e no corrente exercicio o mesmo succederá. Tudo isto significa paz, trabalho, progresso e capacidade de governo (O DIA, 1917, p. 1).

Prosseguindo na descrição de Santa Catarina, a guerra do Contestado, encerrada no ano anterior, passa a ser a pauta:

— E o antigo Contestado?

— Também está em paz. O territorio que nos coube foi dividido em 4 comarcas e constitue um districto eleitoral que dará deputados ao Congresso do Estado O accórdo levado a effeito pela pertinacia patriotica do sr. Wenceslau Braz e assignado pelos srs. Schmidt e Camargo foi incontestavelmente uma obra nacional. Santa Catharina e Paraná eram quasi inimigos. Hoje são dois irmãos que melhor se conhecem e melhor se estimam. A questão de limites era uma monstruosidade; um sorvedouro de energias, de dinheiro e até de vidas. Ainda ha pouco se explorou aqui uma carta do dr. Ulysses Costa, chefe de policia do meu Estado, a um official da Força publica, na qual dizia que *talvez fosse preciso atacar Vallões*⁶¹. Ora, Vallões não era urna villa ou uma cidade como se disse: era um acampamento. Não convem revolver o brazeiro extinto, mas a ordem do chefe de policia do meu Estado tinha toda a razão de ser. Era logica e necessaria. O territorio de Vallões nunca estivera sob a jurisdicção paranaense e essa jurisdicção começou a ter lugar quando para ali foram os individuos que atacaram, destruíram e incendiaram a nossa prospera Villa Nova do Timbó, prevalecendo-se para isto do movimento de fanáticos. A autoridade catharinense não poderia cruzar os braços diante de semelhante situação. A questão de limites está cheia de episodios dolorosos, dos quaes a responsabilidade cabe aos dois Estados. Era uma luta que poderia ter consequencias funestas. Felizmente tudo passou. Paranaenses e Catharinenses, esquecendo o passado, podem dizer hoje que tudo os une e nada os separa (O DIA, 1917, p. 1).

⁶¹ Localidade que depois gerou o atual município de Ireneópolis, no planalto serrano catarinense.

Contudo, o principal assunto, que inclusive rendeu o título do artigo, o Perigo Alemão, passa quase que despercebido. Poucas palavras o entrevistado dedica a ele, preferindo tratar dos temas políticos. Porém, nessas poucas palavras, ele mostra que não considera o assunto como algo relevante.

— Senador, diga-nos com franqueza, o que é o perigo allemão? —Ainda o perigo allemão, meu caro? Quer saber o que é o perigo allemão?

—Sim.

—Pois ouça: é apenas o producto morbido de uma hysteria patriotica.

—E a situação politica?

—Só temos em Santa Catharina um partido, o de que é chefe suppremo o senador Lauro Muller. Para ver quanto esse chefe é acatado basta dizer-lhe que, quando foi de sua sahida do Itamaraty, os tres senadores do Estado, no mesmo gesto e no mesmo momento, puzeram as respectivas cadeiras á sua disposição. S. Ex. apenas teve o trabalho da escolha.

— E quem será o candidato provavel á successão do sr. Schmidt? Falla-se tanto...

—Tudo correrá em paz. Em Santa Catharina não se faz a politica das imposições. Discute-se, combina-se e resolve-se. Se ha divergentes das soluções adoptadas, nem por isto se perturba a paz nos campos de Agramante.

—Mas lá um dia poderá cahir a casa.

--Não cahirá. Nós somos conservadores e acima de tudo collocamos o progresso, a paz e a grandeza do Estado.

—Falla-se muito no nome de V. Ex.

- Falla-se principalmente mal no nome dos políticos.

—Não é isto. Queremos dizer que se falla no nome de V. Exa. como um dos papaveís á successão catharinense.

—Papaveis somos diversos. Bem comprehende, porém, que ninguém é candidato a cargo de tamanhas responsabilidades, sem que a opinião publica se manifeste pelos órgãos consultivos. Não sou candidato á cousa alguma. Sou um velho soldado republicano habituado a não escolher posições. Foi assim em 1893, quando me fiz soldado, e marchei para as linhas de fogo em defeza da legalidade e da ordem constitucional; foi assim, quando, extinto o incendio da revolta, tive de aceitar o governo de Santa Catharina para reconstituir o Estado por entre os destroços do furacão da luta civil. E nada mais tenho a dizer-lhe, meu caro amigo.

E assim o senador Hercilio Luz a rematou a sua interessantissima palestra comnosco (O DIA, 1917, p. 1).

É compreensível que o jornal, por ser uma instituição partidária, cobrisse de afagos a figura de Hercílio Luz, bem como valorizasse seus pontos de vista. Apesar da coloração partidária, é preciso dizer que a defesa que Hercílio Luz faz da figura de Lauro Müller também encontra eco na realidade, pois a condição de diplomata do Estado brasileiro nunca foi utilizada para aproximar o Brasil da Alemanha.

Entre os dias 26 a 30 de outubro, as edições publicam uma seção chamada *Estado de Guerra*, em que a declaração de beligerância contra a Alemanha é noticiada e analisada.

Sempre na primeira página, a seção, organizada em pequenas notas, em quase todos os momentos limitou-se a relatar os fatos. Mostrou o decreto de declaração da guerra, descreveu

as reações dos parlamentares, publicou opiniões protocolares de políticos catarinenses, registrou a reação da população, aplaudindo o ato e dando “vivas” ao Brasil. Em apenas uma situação foi possível perceber que o germanismo ainda merecia uma defesa, quando o jornal descreve a reação de Felipe Schmidt, que se coloca à disposição, como soldado, para o caso de luta armada, e é elogiado pelo seu patriotismo (O DIA, 1917, p. 1).

No último dia do mês, a edição traz uma série de telegramas recebidos pelo governador, publicados na primeira página, todos parabenizando a ação brasileira e exortando o patriotismo. Na mesma página, um comunicado, que é reproduzido em sua imagem:

Figura 28 – Escolas Alemãs

Jornaes e escolas allemães

S. exa. o sr. dr. Governador do Estado recebeu ante hontem o seguinte telegramma:

«Rio, 28.—Como providencia decorrente do decreto que declarou o estado de guerra entre o Brasil e o Imperio Allemão, o governo federal resolveu prohibir a publicação de jornaes em idioma allemão e o funcionamento de escolas em que não se ensine a lingua portugueza.

Peço a v. exa. fazer publicar e executar nesse Estado aquellas duas medidas de caracter excepcional.

Saudações cordaes
(A.) *Carlos Maximiliano*»

—De conformidade com as ordens do sr. dr. Governador do Estado, o dr. Secretario Geral ordenou o fechamento das escolas e o dr. chefe de policia a prohibição de se publicarem os jornaes nas condições referidas em Blumenau, Joinville, Brusque e S. Bento.

Fonte: O Dia (1917, p. 1).

A partir daí a língua alemã sendo considerada ilegal, inibirá manifestações mais evidentes de germanismo, que a esta altura já havia diminuído.

Do mês de março em diante, duas observações se fazem necessárias: a primeira, o slogan *O BRASIL ESPERA QUE CADA UM CUMPRA SEU DEVER*, lema da batalha naval do Riachuelo, travada na guerra do Paraguai, é publicado com frequência, dentro de uma

caixa de texto, geralmente na primeira página. É um sinal do reforço do esforço patriótico. A segunda observação diz respeito às seções *A margem da Guerra*, *O Brasil e a Guerra* e *A Guerra*. Tais seções trarão informações de diversas naturezas, mas sempre registrando a preocupação com a atitude patriótica e a necessidade de enfrentar o inimigo. Sinteticamente, as três seções correspondem a duas inserções no mês de março, seis inserções no mês de abril, outras quatro no mês de maio, cinco no mês de junho, quatro no mês de julho, três nos meses de agosto e setembro, totalizando 27 publicações com este objetivo. Assim, com base no numerário delas, fica registrada a sua intenção, não havendo necessidade de detalhamento das matérias.

Assim, restam ainda para o mês de março três publicações a serem comentadas: todas do mesmo tema, o sorteio militar para a convocação no exército. Datadas de 14, 15 e 16 de março, as duas primeiras publicações tratam de mostrar que, mesmo entre os brasileiros, há aqueles que não se mostram dignos de assim serem chamados, pois procuram falsificar documentos de modo a não atenderem à convocação para o treinamento militar. A última notícia da série diz respeito aos filhos de estrangeiros, que estão sujeitos ao mesmo encargo da lei (O DIA, 1918, p. 1-3).

Não resta dúvida que o jornal *O Dia* reservou para os alemães o papel de heróis na primeira guerra mundial. Não bastasse o que foi exposto nesta seção, mesmo em outras análises se pode perceber claramente que o Brasil, se dependesse da opinião deste veículo, deveria ter se associado aos alemães, pois certamente estaria do lado vitorioso e vantajoso para seus interesses. Após o rompimento das relações brasileiras com a Alemanha, e a consequente declaração de guerra, o jornal abrandou o seu discurso, mas continuou a insinuar na sua ideia, agora com outros argumentos, demonstrados nos últimos artigos.

Para finalizar esta seção, restam os textos do jornal *O Estado*. Estes começam na edição de 01 de junho de 1915, quando o jornal publicou sua versão a respeito do caso de Anitápolis, já abordado anteriormente pelos outros periódicos. A questão seria o possível armamento de colonos alemães e o consequente controle da região por estes. A descrição inicial da matéria aponta para uma tragédia em curso:

O perigo alemão está agora concentrado entre as colinas verde de Anitápolis. O monstro foi descoberto e acuado por um arguto funcionário do ministério da agricultura, que se apressou em dar o grito de *Catilina ad portas*⁶², em um substancial relatório, destinado pelo seu autor a figurar nas cogitações da nossa

⁶² Referência às Catilinárias, de Cícero. A expressão significa “dar o alarme”, chamar a atenção para.

chancellaria e a fazer a sua gloria de salvador da integridade nacional. É em torno deste relatório que alguns jornaes do Rio fazem, neste momento, as suas reportagens sensacionais e maravilhosas, denunciando ao paiz que Santa Catharina não é, desde já, uma colônia germânica porque sobreveio a Guerra europea (O ESTADO, 1915, p. 1).

Todavia, os termos de abertura era tão somente uma ironia. Ao longo do texto, o relatório é descaracterizado e mesmo a capacidade de compreensão da realidade do funcionário é questionada:

Graças a Deus e graças à Conflagração promovida por sir Edward Grey conforme os allemães e pelo Kaizer conforme os ingleses, os colonos de Anitapollis não desceram dos seus montes, occuparam o palacio de Florianopolis e depois se espraíram para o norte e para o sul como as aguas de uma inundaçã avassaladora, instituindo por estas regiões brasileiras tão facilmente conquistaveis por duas centenas de colonos, a tão celebrada e famosa Germania Antarctica. Um funcionario do ministerio da agricultura teve a visão terrivel deste *finis partis* e com o seu apuradissimo faro tudo desvendou, rasgando o véo de um profundo mysterio. E o seu relatorio conta cousas apavorantes. Ha uns collonos que fazem a barba duas por semana, limpam as unhas e plantam roseiras. Não ha duvida: são officiaes armados do estado Maior allemão, mandados para Anitapollis com a missão facilima da conquista brasileira. Ha colonos que entendem de agrimensura, que sabem utilizar-se de teodolitos. São engenheiros militares allemães que vieram para aqui preparar o embasamento para os formidaveis morteiros 420, como fizeram na Bélgica. Enfim, Annitapolis não è um nucleo colonial: é o acampamento de um regimento imperial allemão, com a flor dos officiaes do corpo de exercito, deslocada do theatro de uma guerra para o fim de preparar outra em um paiz distante. No relatorio cm questão, cujas linhas geraes nos são conhecidas, vagamente, por informações vindas do Rio, o ex-director do núcleo de Anitapollis alude a um formidavel deposito do anuas e munições alli existente. Não disse se já existem em Annitapolis metralhadoras e canhoes de artilharia Krupp. Mas, em compensação, affirma que o perigo allemão está ali; que os colonos de Annitapolis, em sua maioria, são officiaes e soldados e que de lá se irradiará forçosamente a conquista militar do Brazil meridional (O ESTADO, 1915, p. 1).

A seguir, o texto mostra a identidade do autor do relatório e continua a tecer sobre ele alguns argumentos depreciadores:

Esse funcionário é o sr. Verney Campello, um rapaz muito estimavel, muito inteligente, mas que, ou acaba de dar uma prova do muita pobreza de criterio e capacidade de observação, ou então é um delirante, com o espirito trabalhado por alguma morbidez allucinadora. Quando o sr. Verney Campello foi nomeado director do nucleo Annitapolis, occorrera alli um levante de colo-nos. O governo do Estado providenciou, como lhe cumpria, fazendo seguir para o nucleo uma autoridade policial acompanhada apenas de ordenanças. Essa autoridade foi recebida pelos colonos com todas as mostras de acatamento e, pacificamente, apresentaram-lhe os motivos de sua revolta. Não podiam mais supportar as injustiças, os vexames e as exigencias dezarrazoadas que lhes eram impostas pelo sub-delegado do districto. O enviado policial apurou devidamente a procedencia das reclamações dos colonos e o sub-delegado foi punido, sendo demittido a bem do serviço publico. Foi quando chegou o sr. Verney Campello. Contaram-lhe que cada colono tinha uma carabina, que no dia da revolta se moviam a toques de clarim e que marchavam militarmente. Gerou-se no espirito do homem a obsessão de que o perigo germanico estava alli.

Não quiz convencer-se de que todos os colonos tiveram seu tempo de serviço militar na pátria; que todos elles tinham naturalmente a sua carabina ou a sua espingarda de caça. Porque o governo lhes permite taes armas, necessarias a quem vai viver nos sertões e desbravar florestas; não quiz finalmente attender que entre esses immigrants ha muitos que tem uma instrução bem regular que os habilita a enfrentar as vicissitudes da vida, a qual, em certos paizes da Europa, é dada a maioria dos individuos nas escolas primarias e profissionaes. Estão alli os soldados, os engenheiros e os officiaes do Estado maior allemão que o Sr. Verney Campello descobriu (O ESTADO, 1915, p. 1).

Com a evidente ironia, o texto determina que os alemães assentados em Anitápolis nada mais eram que trabalhadores rurais e que seria muita pretensão da Alemanha dominar o Brasil a partir de um contingente tão inexpressivo e num momento de grandes preocupações na Europa. Além disso, a crítica contundente ao exagerado olhar bélico do funcionário sobre os habitantes do Núcleo Colonial. Houve, porém, como o próprio jornal admite, um momento de insatisfação dos colonos, por conta de suas reivindicações locais, e que exigiu uma averiguação oficial.

O texto se encerra com um pedido de prudência e de olhar para as coisas realmente importantes para o Brasil e para Santa Catarina. Reforça a capacidade alemã, critica aqueles que defendem o “perigo alemão”, chegando mesmo a alfinetar a Inglaterra e a França.

Em Anitapollis ha effectivamente uns poucos elementos inadaptaveis ao meio e ao regime de vida alli organizado. A culpa é dos nossos agentes de imigração na Europa, os quaes, ao envez de nos mandarem agricultores, mandam relojoeiros, motorneiros, individuos desocupados, recrutados nas grandes cidades, trazendo tendencias e velleidades de um socialismo avançado. Em Annitapolis ha desses elementos que não trabalham porque não tem aptidoes para a lavoura e, intelligentes, fazem-se de chefes, promovendo constantes reclamações a respeito de estradas, de vias férreas, de automoveis, de numerário para o núcleo, constituindo-se, por isso mesmo, de centro de possiveis agitações indisciplinares. O que é conveniente é o afastamento desses elementos daquelle Nucleo, simplesmente por uma questão de ordem e não pelos motivos apresentados pelo Sr. Verney Campello, que, sem medir as responsabilidades da função publica que exerce, apresentou a um ministro de Estado um documento pejado de informações que não diremos levianas, porque são todas revoltantemente fantasticas. Ha dias, três colonos de Anitapolis - tres dos inadaptáveis - sendo um deles um excellente relojoeiro, entregaram-se ao banditismo, abatendo bois a tiros e carneando-os, chegando ao extremo de praticar um assassinato. A polícia deu-lhes caça e elles ahí estão, recolhidos á cadeia da capital. O regimento allemão acantonado em Annitapolis não desceu para arrebatal-os do poder de uma escolta de 5 praças de polícia fortes (O ESTADO, 1915, p. 1).

Esclarecidas as circunstâncias do acontecido em Anitapolis, agora a preocupação é fazer com que os fatos não sejam exagerados, ou mesmo inventados, e que a preocupação chamada de “Perigo Alemão” seja logo esquecida.

Devemos acabar de uma vez por todas com essas infantilidades de perigo allemão, grave injustiça feita a um paiz que jamais nos demonstrou outra ambição de conquista que não fosse a de sua maravilhosa expansão commercial em nossos mercados, que jamais tentou plantar o seu pavilhão em qualquer recanto do nosso paiz. Não foi a Allemanha, apesar de pretender a hegemonia dos mares e de ter uma poderosa frota mercante nos vae-vens do mar do Norte para o Atlantico sul, que nos quiz tomar a ilha da Trindade; não foi a Allemanha que ocupou o Amapá, seduzida pelas riquezas auríferas daquela terra brasileira; não foi a Allemanha, para somente referir factos contemporaneos, que nos quiz inflingir a humilhação dos protocollos. Isto não quer dizer que vivamos tambem com a obsessão de um perigo inglez; de um perigo francez ou de um perigo italiano. Pelo nosso proprio decoro nacional deveremos ter confiança na integridade da patria o na força do nosso Civismo. Sejamos fortes, justos e patriotas e conquistaremos o respeito dos fortes (O ESTADO, 1915, p. 1).

Ao final, a defesa dos alemães ameaça a própria ideia de uma neutralidade. É importante lembrar que o jornal estava no seu segundo mês de existência; talvez fosse o caso de ainda estar amadurecendo a sua linha de atuação. Mesmo assim, a parte final revela que houve, sim, agitações e crimes na colônia dos alemães, e que tal estado de coisas poderia ter entusiasmado a visão do funcionário que “denunciou” o perigo alemão.

A edição de 16 de junho de 1915, que se encontra com sua imagem mutilada, no que resulta a perda de parte do conteúdo, prossegue nesta defesa cautelosa dos alemães. Sob a manchete *Uma campanha Injusta*, o jornal mostra exageros nos números de alemães residentes em Santa Catarina, bem como de uma tentativa de desmoralização da Casa Hoepcke. O jornal critica a postura da *Gazeta de Notícias*, periódico carioca que procura, por meio de manifestações patrióticas, criar um quadro para o sul do Brasil que não existe, pelo menos no pensar do Jornal. Por conta da imagem deteriorada, não será transcrita nenhuma passagem desta matéria, mas fica o registro de seu teor.

No dia seguinte, uma espécie de sequência da matéria foi publicada. Na primeira página, ao pé da quarta coluna, sob a sugestiva manchete *Mentiras sobre Mentiras*, prosseguia a defesa da Casa Hoepcke:

A Gazeta de Notícias diz que o Sr. Carlos Hoepcke tentou subornar um official do Exército.

A Gazeta de Notícias, em sua edicação de 11 do corrente, publicou uma entrevista que diz ter obtido de um jovem capitão do exercito. Essa entrevista termina assim: ‘Para terminar, dir-lhe-ei apenas que Carl Hoepcke teve a suprema ousadia de me oferecer dijeiro para sublevar o batalhão e trahir o governo de minha patria. Reagi co energia e fiz sciente disso as autoridades competentes, que se incommodaram tanto com o caso como o senhor que de nada sabia’.

O que ahi fica é uma rematada infâmia. Começamos pondo em duvida a existência do tal jovem capitão. Ainda mesmo que o sr. Carlos Hoepcke, o amigo e o bem-feitor de muitos brasileiros, tivesse os intuitos que a ‘Gazeta’ lhe empresta, não

andaria a tentar subornar officiaes do exército e se o tivesse feito, o caso echoaria com escândalo. E subornar para que? Essa campanha está parecendo mais uma *chantage*, habilmente engendrada e que, fiquem certos os seus iniciadores, vae produzir resultados negativos. O sr. Carl Hoepcke tem a compensal-o do travo que lhe deixa na alma de homem de bem, humanitário e probo, amigo do Brasil e dos brasileiros, tantas calumnias revoltantes e imbecis, a *sympathia* e a estima de toda a população de Santa Catharina, terra a que elle tem servido com o seu trabalho e as suas iniciativas fecundas ao seu progresso e à sua grandeza (O ESTADO, 1915, p. 1).

Ao que parece, o jornal entende que um alinhamento com a Entente não implicaria, necessariamente, uma perseguição aos alemães e seus negócios no Brasil, pelo menos quando se trata de personalidades mais notáveis, como o caso em pauta. Na edição de 23 de junho de 1915, o tema volta a ser contemplado, com a publicação de parte de uma entrevista de Theodor Roosevelt, quando se refere aos alemães que estão radicados nos Estados Unidos:

Sou, quanto a mim, pelo serviço militar obrigatório: tão completo que os pacifistas não lhe possam escapar e, em caso de guerra, sejam incorporados às fileiras combatentes, como qualquer outro. Os peores inimigos de uma nação são os homens de cabellos compridos e as mulheres de cabellos curtos; as que não querem fundar um lar e os que se recusam pegar de uma carabina para defendel-o (O ESTADO, 1915, p. 1).

Indagado a respeito do serviço militar obrigatório para os alemães e sua representatividade nos Estados Unidos, a resposta foi contundente e alocada para representar o que o jornal pretendia:

É verdade, são numerosos e o estomago americano ainda não teve tempo de digeril-os. Mas seria um meio de absorvel-os mais depressa. Seria um meio de lhes marcar uma nacionalidade nitidamente definida. Para designal-os inventaram uma palavra nova: camam-nos germano-americanos, o que eu não posso comprehender. Ou bem elles são allemães, que vão cumprir o seu dever no exercito de seu paiz, que vão bater-se por sua pátria. Se são americanos, que se conduzam como verdadeiros americanos, e que não formem aqui uma nação contra a nossa, um Estado contra o nosso estado (O ESTADO, 1915, p. 1).

Nas palavras de Roosevelt, fica evidente o pragmatismo americano: se vieram para os EUA, é como americanos que devem viver. Se tem dúvidas de pertencimento, que retornem ao seu país. Essa ideia servia ao Brasil para agregar à sociedade brasileira o trabalho dos alemães, que no contexto da época se revelava importante para o desenvolvimento social, e que, ao mesmo tempo, se dirimissem as dúvidas de que os alemães nunca se esqueciam do seu local de origem. A esse respeito, na oralidade do cotidiano do sul do Brasil, Silveira Junior, em suas memórias, ao retratar sua infância passada nos anos 20 do século passado, nos

arredores do atual município do Joinville, estado de Santa Catarina, exprime dessa forma o sentimento dos alemães que migraram para o Brasil: “*Se uma gata dá cria dentro de um forno, não nascem biscoitos; nascem gatinhos.*” (SILVEIRA JUNIOR, 1980, p. 174). Dito em outras palavras, não importa onde um alemão nasça, sempre será um alemão. Situações como esta alimentavam a ideia do perigo alemão.

A germanofilia vai se consolidando, pois na edição seguinte, de 09 de novembro, uma nota surge do núcleo colonial de Anitapolis. Essa localidade já havia suscitado acontecimentos envolvendo autoridades brasileiras e colonos alemães e outros jornais alertaram para o “perigo alemão”. Já o jornal *O Estado* preferiu olhar para o caso mostrando que, na verdade, as agitações não eram culpa dos colonos alemães, mas de um mal-entendido provocado por um único indivíduo, de nome e sobrenome alemão, a serviço de uma indústria francesa.

Em Annitapolis

Um propagandista levado

O subdelegado de Annitapolis cummunicou ao sr. dr. chefe da policia ter chegado ali o súbdito allemão de nome Verner Kiepz, dizendo-se professor na colonia Braço do Norte e representante de uma fabrica franceza de bebidas. Eis ahi uma complicação para um allemão: o facto de representar não uma fabrica de bebidas, mas uma fabrica franceza. Verner Kiepz procurou levantar o espirito dos colonos estrangeiros de Annitapolis contra os colonos nacionaes. E para começar diz que o sr. Consul da Allemanha neste Estado não deva mais ser respeitado nem obedecido pellos allemães, porque muito deslealmente se collocou ao lado das autoridades brasileiras, no caso da expulsão dos chefes de motins em Annitapolis. Diz Verner que terminada a guerra, o sr. consul será substituído, mas que desde ja é preciso não obedecer-o. As autoridades de Annitapolis chamaram á ordem o propagandista vagabundo, que não se deu por achado. Em vista do que o subdelegado comunicou o facto ao dr. Chefe de policia e a administração do nucleo fel-o, igualmente ao sr. Dr. Samuel Pereira, inspetor do povoamento. Foram expedidas ordens para expulsão de Verner Kiepz do núcleo e caso não queira atendel-as, que seja preso e remetido para esta capital (O ESTADO, 1915, p. 1).

Como se percebe pela leitura do fato, a impressão que se tem é que os alemães estariam sendo influenciados a desrespeitar o cônsul, porque este teria acatado as determinações brasileiras. Há uma tentativa de minimizar quaisquer ruídos que pudessem ter sido causados pelos colonos alemães do núcleo.

O tom germanista iria se consolidando, na última edição selecionada para o ano de 1915. Trata-se de um relato feito por um brasileiro no seu regresso da Europa, onde esteve na Alemanha, na Holanda e na Suíça. Suas impressões engrandecem a atuação da Alemanha na guerra:

A Allemanha na Guerra

Impressão de uma ligeira, mas interessante palestra

Lamentando que em sua última viagem a Europa, onde passou 10 meses não tivesse ocasião de pisar por algum tempo territorio francez ou de paiz aliado, afim de poder confrontar as impressões que lhe forneceu a Allemanha com aquellas que porventura pudesse colher de passagem por algumas das nações da Quadrupla Entente, o Sr. Dr. Carlos Nicae de Souza, que percorreu cidades da Allemanha e Hollanda, e, ultimamente, parte da Suíssa, em fortuito encontro com um dos nossos companheiros, registou do modo seguinte suas recordações de viagem: Na Hollanda, onde fui por diversas vezes levado pelos interesses de uma firma commercial, tive ocasião de constatar o quanto é verdadeira a idea de que o commercio aproxima os homens e as nações, estabelecendo entre todos, laços de symphatia. Rotterdam, por exemplo, porto holandez cuja vida comercial está estreitamente ligada a Allemanha possui uma população que vive a manifestar de um modo publico sua admiração pellos allemães e a convicção de serão victoriosos, ao fim da guerra, os exércitos tedescos. Amsterdam, no entanto, possuindo grandes relações commerciaes com os paizes aliados, não cessa de elogiar os exércitos desse paizes, com entusiasmo semelhante ao que se faz no Brazil pela França (O ESTADO, 1915, p. 1).

O tom elogioso no discurso em favor dos alemães viria com a constatação de que a guerra não havia interferido sobremaneira no cotidiano da população e a representatividade da classe militar junto aos cidadãos.

A parte essa circunstância, isto é, a divergência entre as duas grandes partes, posso lhe afirmar que o sentimento predominante na Hollanda é favorável às nações alliadas. Impressionou bastante o dr. Carlos de Souza o alto grau de confiança que ao allemães possuem na victoria final, pois que em suas viagens por Hamburgo, Berlim, Magdeburgo, Munchen, Munich, Westfalen, etc, sempre notou uma grande ordem, uma admirável calma em toda a população, que, apesar da guerra, vive até certo ponto alegre, enchendo os cinemas, theatros e mais casas de divertimentos, como que inconsciente das milhares de vidas que se sacrificam nas fronteiras. O entusiasmo que os habitantes manifestam a simples passagem de um soldado ferido ou convalescente é, na opinião do Dr. Nicae de Souza, uma das provas da absoluta confiança que depositam na bravura do Exercito. Os populares tratam os militares com inexcedível carinho: as creanças, offerecendo-lhes ramos de flores em plena rua; os homens e as mulheres presenteando-os com cigarros, charutos e até com dinheiro, cousa que, segundo a observação do aludido viajante, continua a circular serenamente pela Allemanha (O ESTADO, 1915, p. 1).

O autor da viagem finaliza suas impressões mostrando a criatividade e a praticidade dos alemães na busca de soluções rápidas para todos os tipos de problemas advindos da guerra:

A recordação de Hamburgo, porto, que o Dr. Nioac conhecera na actvidade da paz, foi uma das raras tristezas que trouxe da Allemanha, pois teve ocasião do vel-o ultimamente de todo paralyzado, embora sua população vivesse como nas epocas normaes. Tratando do problema da alimentação naquelle paiz, o Dr. Nioac informou que as colheitas deste anno, devido ao auxilio do braço russo e francez, isto é, dos prisioneiros, promettem ser abundantes e que alem disso o plantio foi feito em outras proporções e que a previdencia do governo allemão vae ao ponto de promover conferencias agricolas o de distribuir instruccões practicas sobre o aproveitamento economico de varies gêneros de alimentação, como, por exemplo, da batata, que,

dizem as instrucções e conferencias, quando fritas, perdem parte de sua substancia, devendo por isso ser cozidas, visto que deste modo a unica cousa que se perde é a tenue casca que as envolve. Quanto a assumptos propriamente da guerra, segundo o que observa o Dr. Nioac, pode-se dizer que os allemães não tem em bom conceito o exercito austríaco, admiram sem restricções o denodo do soldado francez, gabam o poder de resistência do soldado russo, e, tendo em péssimo juízo os officiaes da mesma origem, odeiam, com todas as forças da alma soldados e officiaes inglezes (O ESTADO, 1915, p. 1).

Com esta matéria, finda-se a cobertura da guerra do ano de 1915. Resumidamente, pode-se dizer que com o conteúdo analisado até aqui, há dois momentos distintos: o inicial, onde é marcada uma neutralidade, mostrando ideais dos dois lados combatentes. E um momento a partir de agosto, em que se localizam dezenas de matérias elogiosas aos alemães.

Na última edição selecionada do mês de agosto, publicada no dia 19, uma comemoração acontece na capital de Santa Catarina por conta do aniversário do imperador Austríaco. O jornal faz questão de noticiar o fato e mencionar todas as personalidades importantes que prestigiaram o ato:

Commemorando a passagem do 86º. aniversario natalicio do S. M. Francisco José I, Imperador da Austria, a colonia austriaca desta capital mandou celebrar hontem, na Cathedral, uma missa solemne. Foi celebrante o revd. conego Francisco Topp, governador do bispado. A concorrencia foi numerosa. Vimos grande número de exm^{as} famílias e entre outros, os seguintes cavalheiros:

Cel. Felipe Schmidt, governador do Estado e seu ajudante de ordens Cap. Godofredo Oliveira, dr. G. Grienke, consul allemão; Ernesto Vald, cônsul austríaco; João Felix da Costa, consul uriguayo; Carlos Hoepcke, consul honorario da Allemanha; Carlos Hoepcke Junior, consul da Hollanda; Wenceslau Freyesleben, consul da Hespanha; dr. Ulysses Costa, chefe de policia; drs. Thiago da Fonseca e Fernando Caldeira de Andrade, cel. Germano Wendhausen, Fernando Wendhausen, revd, p. Zuber, reitor do Gymnasio Santa Catharina; cel. Tenorio de Albuquerque; João Klettenberg; Estanislaw Spoganzig, Miguel Tertschitsch; Francisco Treska; major João Carvalho, Bernardo Schmieglew, commandante Maschin Carlos Jonas, Carlos Bernhard, Rodolfo Weigett; João Bruggemann; Otto Fullgraf, Ernesto Vahl Junior; Antonio Calluf; Jacob Matt; Carlos Gassenfarth; Nicolao Fucks; Theodoro Gründel; Roberto Moritz; Carlos Reichenberger; Felipe Petry; Gustavo Boettger Junior, Pedro Sommer, João Moritz, Romão Brückner; Carlos Springmann; Rodolfo Freysleben; Alberto Entres; Carlos Bruggemann; Carlos Jonas Junior; Gustavo Thomsen; Carlos Stacker Junior; Andre Huber; Carlos Huber; Ricardo Ebel; Frtiz Sorge; Hugo Freysleben; Luiz de Araujo Figueiredo; João do Prado; Theodoro Grundel; tenente Manoel Guedes; Emilio Doering, João Muller; Max Kadische, e dr. Rupp Junior.

Findos os officios religiosos a sociedade de canto 'Frohsia', que se reunira no coro da cathedral, entoou com emoção e entusiasmo o hymno da Austria. O sr. consul Ernesto Vahl recebeu, em seguida, os cumprimentos dos prescritos (O ESTADO, 1916, p. 1).

A lista de convidados, encabeçada pelo governador, mostra que os simpatizantes do germanismo incluíam pessoas importantes da sociedade. É racional, contudo, imaginar que

em outras festividades, que poderiam incluir homenagens a ingleses ou franceses, muitas destas figuras compareceriam, por motivações e obrigações políticas. Mesmo assim, o registro é necessário e o jornal não se eximiu de publicá-lo.

Na edição de 27 de fevereiro, o clima entre Brasil e Alemanha começa a mostrar sinais de tensão. A matéria *Base Naval Alemã nas costas do Brasil*, contudo, procura desmistificar esta preocupação:

O Sr. Major Azevedo Costa, a respeito da possibilidade de uma base naval alemã no Atlântico, disse o seguinte: 'Conheço as costas do Brasil, principalmente as do Norte, como as palmas das minhas mãos. Não faz muito tempo, estive a serviço do governo justamente em toda esta zona que dizem estar sendo aproveitada pelos alemães. Posso afirmar que absolutamente em Marajó não é possível uma base naval clandestina. Esta ilha é bastante populosa e cheia de cidades, não offecendo nenhum ponto que ponha a coberto de fiscalização um vaso de guerra: nem mesmo na ilha Caviana é possível tal hypothse, apesar de se prestar muitíssimo para uma base naval, pelos seus inumeros canaes, pela passagem na sua frente, das linhas de vapores da Booth Lane que vão para a Europa e da linha para a América e isto de cada quinze dias. Não é possível primeiro, porque o trafego de pessoas desta ilha para a costa e vice-versa, faz-se quotidianamente e muitas vezes, de sorte que qualquer cidade da costa não toleraria a existência ahí de navios estrangeiros (O ESTADO, 1917, p. 2).

Prosseguindo na descrição do arquipélago do Marajó, o major aponta as dificuldades de navegação e da impropriedade do terreno para conter uma base naval.

Temos ainda a ilha Marxiana, na mesma situação da Caviana e que também não poder servir de esconderijo, accrescendo a circumstancia de que não offerece nenhum porto para ancoradouro. Resta a ilha Bragança e Maracá, aquella soffre ainda o fenômeno da pororoca e o vaso de guerra que lá aventuras-se facilmente viria a perder-se. Para lá só é possível com um practico de muita perícia. Não obstante, habita nessas ilhas um sargento reformado do exército, a quem sem dúvida não passaria despercebido nenhum movimento de um navio estrangeiro, e que se apressaria de comunicar o que houvesse as proximidades da ilha de Maracá. A ilha offerece um ponto de vista admirável no local chamado Ponta Pelada. Dahi a muitas milhas o observador, sem ser visto, pode ver a passagem dos navios da Booth Lane e da linha da America do Norte. Para saber se passarão dentro ou fora da ilha, conforme a rota do navio, basta que o observador esteja sobre a Ponta Pellada, o que poderá fazer sem ser visto, porque a ilha fica bem em frente a embocadura do rio Amapá, que não ser de abrigo, porque é devassada (O ESTADO, 1917, p. 2).

Além das dificuldades técnicas e geográficas, o major lembra os ataques de animais ferozes como empecilho para qualquer um que ali desejasse se estabelecer:

A ilha Maracá é habitada por uma quantidade enormíssima de onças. Ainda não há muito, lá esteve um velho em companhia da família. A princípio as onças comeram os rebanhos de bois e ovelhas e acabaram comendo os filhos do audaz habitante, que não teve outro remédio senão levantar acampamento. Sem dúvida, foi no canal entre

a ilha e o continente que se homisiou⁶³ o “Karisruhe”, que poz a pique o “Van Dyke”. Em frente à ilha passam todas as linhas de vapores e é lógico que ahi tivessem base os navios allemães. Base é um modo de dizer, visto serem frutos silvestres e nem mesmo borracha lá exista. Seriam contínuos os desastres dos navios inimigos que por lá se aventurassem. Finalmente, resta a foz do Oyapoque que sendo de difficílissima navegação, mesmo com um practico, tem a margem esquerda o porto de Mont d’Argent, francez, porto militar do presidio de Guyana. Eis porque affirmo que no local de que fallam não é possível uma base naval clandestina para nenhum navio' (O ESTADO, 1917, p. 2).

Apesar de todos os perigos detectados pelo major, como ele mesmo registra no seu depoimento, havia já casos de afundamentos de navios pelos alemães na região. Talvez tenha sido esse fato que ajudou a alimentar a ideia de uma base alemã em funcionamento na região.

No mês de março, nenhuma matéria atendeu aos requisitos deste estudo. Contudo, o mês de abril seria recheado de publicações, já que haveria nesse período o rompimento das relações do Brasil com a Alemanha. Esse momento é decisivo para as matérias subsequentes. No total, para o mês de abril, doze edições foram selecionadas. A primeira do mês, publicada em 04 de abril. A matéria estampada na primeira coluna da primeira página, ou seja, o local mais imediato que o leitor observa quando manuseia o exemplar, tem o seguinte título e subtítulos: *Na ALLEMANHA – Novos horisontes se abrem para o império Germânico – o Reichstag elege uma comissão para apresentar projectos liberaes – Um telegramma sensacional*. A euforia se justifica pelo fato de esta atitude representar uma esperança para o fim da guerra. Depois de várias exposições da finalidade desta comissão, ao final a matéria cita o telegrama referido no título, e ali aponta as esperanças otimistas:

Telegramma de Nova York de 2, diz que a situação interna da Allemanha desperta ali grande interesse, pois presente-se que se acha aquelle paiz em vésperas de grandes acontecimentos que, certamente, influirão no prosseguimento da guerra. O The Sun diz que chegou a época em que todos os autocratas, sobretudo o Kaiser que se disfarça em soberano constitucional, devem bem se acautelar, porque estão ameaçados. Quando o facho da liberdade acende-se em qualquer paiz, difficil é encontrar forças capazes de apagal-o. É o que a historia ensina. Os demais jornaes americanos fazem considerações neste mesmo sentido com relação á situação na Alemanha (O ESTADO, 1917, p. 1).

Nessa matéria, ficam evidentes duas posições: o Kaiser, por várias vezes homenageado nas publicações, foi agora desprestigiado e acusado de pouco liberal; e a ansiedade por notícias que mostrassem uma possibilidade do fim da guerra, o que seria muito favorável ao Brasil, que via se aproximar um momento de rompimento com a Alemanha.

⁶³ Emigrar, buscar abrigo em outro país.

Encerrando o mês de junho, no dia 27 a edição noticia o afundamento de um navio argentino por um submarino alemão, colocando ainda mais a opinião pública contra os alemães, ao qualificar o ato como “barbaria dos tedescos” (O ESTADO, 1917, p. 1).

Assim, à medida que os meses vão passando, os alemães passam a ser vistos como inimigos, abandonando a cautela empregada ao abordar o assunto até então. No mês de julho, cinco publicações serão descritas, mostrando que a notícia do rompimento havia se assentado.

Na primeira edição selecionada, de 06 de julho, uma nota na segunda página questiona como os reservistas serão convocados para as manobras e se os estrangeiros no Brasil podem ser considerados eleitores, mas de uma forma prudente, sem levantar nenhuma expressão mais exaltada ou polêmica (O ESTADO, 1917, p. 2).

Entretanto, esse clima prudente não resistiria a uma manchete de um jornal alemão. No dia 14 de julho, a edição estampa na primeira coluna a manchete: *Insultos ao Brasil - O que diz de nós um jornal alemão*, seguida de um comentário introdutório e a nota completa:

O jornal allemão Kölnische Zeitung, segundo telegramma da agencia Havas, publicou, em seu numero de 30 de junho ultimo, as linhas abaixo que reproduzimos á titulo de curiosidade e para que aqui se saiba como somos tratados pela imprensa allemã:

“O Brazil soffre profundamente as taras moraes inherentes á sua descendencia dos conquistadores portuguezes, que, desprovidos de sentimentos de raça, misturaram o seu sangue com o dos indigenas selvagens e dos escravos negros e depravados. Dahi o resultado: a sua população é moralmente inferior e a sua intellectualidade não tem originalidade. Era em Pariz que os reis da borracha e do café iam trocar pelos gosos da grande cidade os milhões facilmente adquiridos, e era alli que os funcionarios brasileiros gastavam o ouro roubado dos cofres do estado. Todas estas circumstancias deviam necessariamente fazer o Brazil dobrar-se á vontade da alliança da ladroagem. Sob o ponto de vista militar, a intervenção do Brazil não pode prejudicar-nos mais que a hostilidade do Haiti, da Liberia ou de outra qualquer republica de negros” (O ESTADO, 1917, p. 1).

O texto é bastante ofensivo, com fortes elementos de racismo e ataca não somente a dignidade brasileira, mas a de outros países, além de menosprezar o poder bélico que o Brasil pudesse ter. Contudo, não se pode imaginar a opinião deste jornal como a da imprensa como um todo. O fato é que em Santa Catarina, nesse momento, era este tipo de reportagem que interessa ao jornal *O Estado*.

A 22 de julho, a manchete é o desejo alemão pela paz. Com uma pequena montagem gráfica, o que não era comum – já que tal recurso foi visto poucas vezes nos exemplares analisados –, com o título *A Alemanha quer a Paz*, seguido de uma manchete em letras

maiores, *Declaração do novo Chanceler*, e dois quadros a seguir, com os requisitos para a paz escritos nos retângulos, respectivamente: *A inviolabilidade do território alemão e como deve ser encarada a intervenção na America*. Finalmente, o último subtítulo: *As condições essenciais para a Paz*:

Para New-York, communicam de Berlim ao discurso que pronunciou no Reichstag o novo chanceler Michaelis declarou que os alle-mães desejavam a conclusão da paz, mas como combatentes que realisaram o seu objectivo e que desde o principio da guerra se mostraram invencíveis. Como convicção essencial para a paz o chanceler Michaelis estabelece a inviolabilidade do territorio allemão e acrescentou textualmente: “*devemos, mediante accordo, assegurar as condições de existência do Irnperio Allemã.o pelo continente ultramar*”.

Noticiam de Copenhague que no, discurso que apresentou ao Reichstag o chanceler Michaelis declarou que a Allemanha não prosseguiria na guerra nem mais um día, desde que pudesse obter uma paz honrosa. Relativamente á intervenção da America no conflicto europeu o novo chanceler allemão disse que o facto deve ser encarado sem apprehensoes serias, pois, tem certeza de que a esquadra allemã e com especialidade a frota de submarinos dominariam a situação. O Reichstag, por uma maioria de 314 votos contra 111, approvou uma resolução a favor da paz. Houve 17 abstenções (O ESTADO, 1917, p. 1).

As manifestações de desconfiança em relação ao Brasil continuariam ainda no mês de julho, na edição do dia 25. A matéria é a respeito de um livro, chamado *Nuestra Guerra*, que se mostraria “francamente hostil” ao país.

O LIVRO “NUESTRA GUERRA”

Francamente hostil ao nosso paiz

O Correio do Sul, de Bagé, recebeu um exemplar do livro *Nuestra Guerra*, recentemente publicado na Republica Argentina e do que leu O Estado noticia em seu serviço telegraphico de ha dias. O director daquelle jornal iniciou uma serie de artigos em que se propoem rebater as razões do livro, que não passa, na sua essência, de uma intriga internacional, visando exclusivamente estremecer as relações de amistosa cordialidade que une e estreita aquella republica e o Brazil. Todo o amontoado de dados fantasistas e deduções perversas, muito habilmente tecidas no livro *Nuestra Guerra*, constituem, como muito bem diz o confrade, um ‘grito subversivo, provocador da desarmonia sul-americana e francamente hostil a nosso paiz’. Fanta Ribas nos seus artigos, tão brilhantemente iniciados no Correio do Sul, se propõe a demonstrar o seguinte:

1 - Quaes as vantagens actuaes da Argentina sobre o Brazil, oriundas de uma política interna incontestavelmente mais bem norteada que a nossa, poder-lhe-iam creditar, quando muito, num caso de guerra com o nosso paiz, a dianteira do ataque, com a invasão dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul sem compensação relativa ao sacrificio de vidas que essa temeridade lhe custaria.

2 - Que os primeiros toques de corneta da guerra o Brazil se levantaria como um só homem, armando as legiões formidáveis de seus habitantes e expulsando os invasores, que seriam impotentes para receber o choque do alude brasileiro.

3 - Que os nossos 25 milhões de habitantes não representam simplesmente o triplo da população argentina em numero, mas uma força na sua quasi totalidade nacional, ao passo que os nove milhões da população argentina representam um composto de varias nacionalidades, preponderando nelle o elemento europeu, inproveitável quasi numa guerra em que se chocaram interesses exclusivamente americanos (O ESTADO, 1917, p. 2).

O principal ponto de defesa é, certamente, o de número quatro, pois este valoriza a figura nacional, enquanto estado e enquanto povo. No ponto seguinte, a ideia de que o Brasil, a exemplo das pessoas racionais da Argentina, não teme qualquer conspiração de domínio do subcontinente por aquele país, atribuindo tais rumores a alguns indivíduos mais exaltados.

4 - Que o Brazil não quer a guerra, mas não a teme: não a quer, porque reconhece a necessidade de uma paz douradora na America do Sul, a bem do desenvolvimento, do progresso e da felicidade das nações que habitam o território desta parte privilegiada do continente: não a teme, porque si uma fatalidade a ella nos arrastasse, em poucos mezes de lucta todas as vantagens se inclinariam para o nosso lado, reduzindo á impotência a nossa inimiga, quer pela nossa superioridade nos elementos próprios com que contariamos, quer pelos liames de uma politica internacional de amizade e de sympathia que desfructamos desde os primeiros vagidos⁶⁴ da nossa nacionalidade.

5 - Que o sonho de urna combinação de forças entre as Republicas hispano-americanas, com Buenos Aires a frente, como tutor e dominador, visando a aniquilar e subdividir o Brazil, é uma utopia de meia dúzia de visionarios e constitue um plagio da obra idealizada por Solano Lopes, causa das desventuras do Paraguay e que o seria também da Argentina, se os seus estadistas tivessem o mau gosto de se arrisarem em tão ingrata empreitada.

Pelas nossas palavras e documentos com que as reforçaremos, vrrá quem tiver olhos para ver e mente para entender, que os inimigos dos pequenos Estados sul americanos não estão entre os brasileiros, mas no seio da nobre nação argentina, cujo sonho de conquista, de expansão territorial e de hegemonia politica, há mais de meio seculo a deslumbra e seduz (O ESTADO, 1917, p. 2).

A primeira guerra mundial suscita também as questões de rivalidade continental, onde a menção ao livro é um bom exemplo. Esse texto foi selecionado para reforçar o conteúdo patriótico que o jornal adotou depois dos ataques aos navios brasileiros.

Os embates entre os populares e a polícia prosseguiriam, pois, os alvos alemães já estavam bem definidos. Pedradas, gritos e correrias continuaram por toda a tarde, chegando ao cair da noite novamente à praça XV de novembro.

Novas agitações

Quando voltava do cterro a multidão que acompanhara até ali o feretro, um grupo exaltado de populares, ao entrar na rua Conselheiro Matra, prorompeu em vivas ao Brazil e morras à Allemanha. Immediatamente foram ladeados pela força, que os seguia de perto no intuito de evitar excessos lamentaveis. O sr. Capitao Souza e toda a officialidade da guarnição procuravam, com calma e bondade, serenar os ânimos . (O ESTADO, 1917, p. 1).

Assalto e pedradas

Em frente a residencia do sr. Guilherme Kasper os populares estacionaram abruptamente, e aos gritos atiraram pedras sobre as vidraças, destruindo-as inteiramente, tendo sido forçada e arrombada a porta. A força interviu em tempo de evitar que penetrassem no predio o que conseguiu muito a custo. A multidão,

⁶⁴ Choro de recém-nascido.

sempre aos gritos se dirigiu para a praça 15, tendo tentado em caminho assaltar diversas casas, no que foi impedida pela força com boas maneiras. Como ao desembocar na praça recrudescesse a grira e a agitação o sr. dr. Nereu Ramos fallou ao povo, aconselhando-o a que tivesse calma e attendesse a solicitação das autoridades, dispersando. Em vista disso e das constantes e insistentes pedidos do capitão Souza e demais officiaes da guarnição meia hora depois só pequenos agrupamentos teimavam em não se afastar do local, permanecendo no emtanto em attitude calma. O serviço de policiamento continuou a ser feito durante a tarde com maximo cuidado.

Ao anoitecer

Ao cahir da noite a multidão voltou a se agglomerar na Praça 15 de Novembro. Começaram os vivas e morras com redobrada grita! Um extenso cordão de praças circulava constantemente entre a massa popular. O sr. Camilo Navarro, aclamado pela multidão, fez um entusiastico discurso cantando o passado e as glorias do Brazil. Foram reforçados os contingentes que guarneciam os lugares que podiam ser atacados, havendo na cidade um constante movimento de forças de um para outro lado (O ESTADO, 1917, p. 1).

O desejo de assaltar e destruir os alvos alemães teve seu ponto mais intenso à noite, quando as forças policiais tiveram de intervir. O texto salienta que os policiais estavam armados, boa parte deles apenas com sabres.

Tentativas de assalto

As 8 horas a excitação havia chegado ao auge. Um grupo muito numeroso tentou assaltar o Hotel Metropol, não o tendo feito porque um pelotão accudira em tempo. Os populares dirigiram-se depois para a residencia do sr. Ernesto Beck, na Prainha, quebrando na passagem muitas vidraças da fabrica de moveis do sr. Reinisch. O sr. Capitão Souza deu ordem para que o Tiro 40, que se achava de promptidão no Quartel do 54, sahisse immediatamente á rua, afim de auxiliar o contingente que com precisa antecedencia fora prestado na Prainha. Para lá se dirigiu esse official de automóvel, acompanhado do Rodolpho Rupp á cavallo. Um pelotão do Tiro, tendo feito a marcha em acelerado, lá chegou muito a tempo de evitar o premeditado assalto. Vendo frustrados ainda uma vez os seus planos os populares dirigiram-se para o Collegio e Egreja Allemã, que apedrejaram á distancia, sendo obrigados a recuar, repelidos por uma grande força de atiradores e soldados do 54. As corridas seguiram após para o Hotel Metropol, que fizeram alvo de uma saraivada de pedras e calhaus, sahindo ahi ligeiramente feridas varias pessoas, entre ellas o 1º tenente atirador sr. José Rodrigues Fernandes. Novo reforço foi então enviado a esse ponto, principal objectivo dos exaltados. O sr. coronel Salles Brasil, diante da attitude dos populares, dirigiu-lhes algumas palavras, concitando-os a se acalmar e dispersarem. Emquanto isso outro grupo tentava assaltar o Gymnasio Santa Catharina não o conseguindo. As forças corriam incessantemente de um para outro lado, accudindo todos os pontos ameaçados (O ESTADO, 1917, p. 1).

Outro trecho da matéria mostra as casas apedrejadas e registra as inúmeras prisões efetuadas, além do estranho cortejo deles pelas ruas da capital:

Casas apedrejadas

As 10 horas da noite as forças, armadas simplesmente de sabres, embora muito numerosas, á quasi não podiam mais conter os populares, que atacavam simultaneamente varios pontos. Foram apedrejadas diversas casas de negocios, entre ellas as de Fullgraff e de d. Carolina Dornbusch que ficaram bastante damnificadas. Diante dessa altitude dos populares e em vista da crescente situação contra a qual já

nada podiam as boas maneiras e os meios brandos até então empregados, o sr. capitão Antonio Joaquim de Souza, foi obrigado a mandar armar e municiar as forças. Mesmo assim os populares insistiram nas suas tentativas ainda por curto tempo, sem nada alcançarem. Sendo, no entanto, tomadas varias outras medidas mais energicas, os populares foram se dispersando aos poucos, intimados pelas autoridades. Foram feitas muitas prisões. De quando em quando passava um grupo preso em direcção á Cadeia (O ESTADO, 1917, p. 1).

A matéria selecionada é finalizada com uma descrição do ambiente que tomou conta de Florianópolis:

O aspecto da cidade

As 11:40 horas havia cessado por completo a agitação. Forças embaladas passavam constantemente de um para outro lado, zelando pela ordem. Por toda a cidade foram espalhadas muitas patrulhas armadas, estabelecendo rigoroso e methodico serviço de vigilancia. Reforços embalados guarneceram durante a noite o Hotel Metropol, o Collegio e Egreja Allemã e Gymnasio Santa Catharina, a redacção d'O Dia, o Collegio Coração de Jesus, as casas commerciaes de Carl Hoepcke, Ernesto Vahl, Ernesto Beck & Cia., a Fabrica de Rendas, as residencias de diversas familias allemãs e muitos outros pontos. A cidade, batida de um lindo luar, tinha todo o aspecto e a desolada tristeza de uma praça de guerra. A 1 hora da madrugada estivemos com o capitão Antonio Joaquim de Souza. Estava fatigadissimo o distincto militar, mas continuava no seu posto, empenhando todo o seu esforço e a sua inteira energia no sentido de restabelecer a calma na cidade. Os seus camaradas, não menos exhaustos, permaneciam igualmente nes seus postos (O ESTADO, 1917, p. 1).

O jornal não utiliza nenhum argumento que possa ser considerado um questionamento à atitude da população. Exalta a manifestação como patriotismo, mas não critica a atitude exagerada e agressiva, sem motivo, contra os alemães residentes em Florianópolis. Ou seja, há o temor de se diluir a veia patriótica se tal crítica for efetuada.

Para o mês de novembro, dez edições vão mostrar como o Brasil, agora oficialmente em guerra, irá se comportar. A seção *Brasil na Guerra* vai estampar a primeira página todos os dias. É desta seção que provém nove das dez matérias selecionadas.

Em dois de novembro, a edição publicava várias notas, repercutindo ainda a declaração da guerra e mostrando como os alemães no Brasil estavam sofrendo as consequências:

O Tiro da Imprensa – Para derramar sangue pela Patria

Hoje á tarde se reunira o Tiro da Imprensa que vai pedir o apoio de todas as sociedades de Tiro do Brazil no sentido de atender o primeiro chamado do governo para derramar sangue em defeza dos nossos brios e desaffronta da Patria.

Os tripulantes do “Macau”

O sr. dr. Ozorio do Umeida, director do Lloyd & anileira telegraphou ao nosso consul em Ferral pedindo noticias sobre os tripulantes do navio “Macau” torpedeado pelos submarinos allemães.

Um telegramma do presidente Wilson ao dr. Wenceslau Braz

O presidente Wilson, dos Estados Unidos, endereçou ao dr. Wenceslau Braz, presidente da Republica o seguinte expressivo telegramma: Washington - Permitta vossa excellencia que em nome do povo e do governo dos Estados Unidos diga o sincero prazer e o cordial acolhimento com que saudamos a participação da grande republica do Brazil comnosco e com as outras nações unidas, na guerra contra a Allemanha. A sua acção neste momento de crise liga mais estreitamente os laços de amisade que sempre uniram as duas republicas.

Acclamações populares

Joinville, 1- O Tiro 226, com a totalidade dos atiradores, sahiu ontem a rua, sendo delirantemente acclamado e acompanhado por grande massa popular que entusiasticamente deu vivas ao Brazil, ao Estado aos vultos politicos da actualidade e a todas as nações alliadas.

Marinheiros allemães

Joinville, 1 - Foram presos até agora dez marinheiros allemães. As prisões são guardadas por atiradores do Tiro 226. Consta que esses marinheiros serão conduzidos para essa capital por atiradores do 226.

Escolas allemães de Joinville

Joinville, 1 - Em todo o municipio já foram fechadas 41 escolas allemães (O ESTADO, 1917, p. 1).

As reacções contra as comunidades alemães não tardaram. Em praticamente uma semana, 41 escolas foram fechadas em Joinville, além das prisões e manifestações dos atiradores. Além disso, outras matérias atacam os alemães, como a história do papagaio que foi morto por um alemão, por demonstrar patriotismo, repetindo palavras de amor à pátria brasileira; da greve de operários em Santa Maria, que estaria sob a suspeita de ter sido provocada pelos trabalhadores alemães.

A quatro de novembro, a matéria, que não será reproduzida na íntegra, publicou notas de jornais da imprensa Nacional – *O Imparcial*, *A Epoca*, *o Paiz*, *Correio da Manha*, *A Razao*, *Gazeta de Notícias*, todos declarando patriotismo e a grandeza da atitude brasileira. Ainda aparecem críticas ao único voto contrário à declaração de guerra, do deputado Joaquim Pires. Cabe citar ainda a iniciativa do professor de Direito Internacional Sá Viana, que defende o confisco dos bens alemães (O ESTADO, 1917, p. 1).

Já na edição de 06 de novembro, um texto que ocupa uma coluna inteira na primeira página clama pelo patriotismo:

Aos Brasileiros

Transcrevemos abaixo brilhante nota que o conceituado órgão da imprensa brasileira, O Estado de S. Paulo, publicou a respeito dos machiavelicos planos do celebre espião Luxburg que, na vizinha Republica Argentina muito trabalhou em pról da formação da Allemanha Austral. Já ha dias se soube que o conde de Luxburg, ex-ministro da Allemanha na Republica Argentina, pedira telegraphicamente ao seu governo que fosse enviada uma flotilha de submarinos ao Brasil, para tomar posse de territorio brasileiro do Sul, com ou sem o concurso daquela Republica. Essa noticia não foi desmentida, nem o poderá ser: foi

communicada ao nosso governo pela legação norte americana, que offereceu ao sr. Nilo Peçanha uma copia do telegramma de que ella constava, telegramma esse interceptado nos Estados Unidos. Recebendo-a, o nosso governo não a occultou. Ainda ha dias, interpellado a respeito por um dos jornaes do Rio, o Dr. Nilo Peçanha confirmou-a, embora por alto, declarando, porém que o texto do telegramma só poderia ser publicado depois de autorisação dos Estados Unidos. Sabemos mesmo que o nosso governo não communicou esse texto senão ao sr. presidente do Rio Grande do Sul. “O Estado”, porém, conseguiu obter os termos exactos do telegramma em questão, e antes de qualquer outro orgam de imprensa nacional pode, com inteira segurança de sua veracidade, dal-os a conhecer ao publico brasileiro (O ESTADO, 1917, p. 1).

O citado conde, já personagem de outros artigos, tramava para a criação de uma Alemanha Austral na Argentina, mas que não seria nada mais do que fruto da imaginação de alguns e do devaneio de outros, mas fanáticos e descolados da realidade. Ao final, pretende-se resolver tudo, unificando a todos.

Eil-os: “O conde de Luxburg pede que se envie a Buenos Aires uma flotilha de submarinos allemaes que produziriam o melhor effeito e secundariam a politica do Imperio na ‘Allemanha Austral’ com ou sem a cooperação da Argentina”. Os termos desse telegramma, confirmam e precisam, como si ve, completamente, a gravissima noticia que a dias correu. A legação alleman de Buenos Aires tramava, activamente, auxiliada, por certo, por muitos allemaes da America do Sul, uma agressão material do seu paiz contra o Brasil. Para apoial-a, procurava obter, por meio de intrigas e manejos tendenciosos, o auxilio dos brasilophobos argentinos. É disso prova a recente publicação do livro “Nuestra Guerra”, cujo fantasiado autor pregava a urgencia de uma luta armada contra o Brasil - livro esse organizado com elementos fornecidos pela legação alleman de Bueno Aires, conforme o proprio governo argentino lealmente declarou ao nosso. A divulgação do texto acima reproduzido deve acabar de esclarecer os nossos germanophilos mais ou menos disfarçados acerca das verdadeiras intenções allemãs a nosso respeito e acerca do justo papel que nos cabe desempenhar na presente conflagração. Hoje, os que continuarem a falir ou a agir de accordo com sympathias que mais nada explica, só podem ser considerados com francos inimigos do seu proprio paiz. Se é que para tanto não bastava a simples declaração de guerra feita pelo nosso governo e approvada pelo Congresso. Tambem devemos esperar uma mudança de altitude da parte daquelles, tão numerosos, que parecem entender que a declaração de guerra não deve acarretar alterações sensiveis á situação em que já nos achavam« cola o rompimento de relações. Mais uma vez: convençamo-nos de que estamos realmente em guerra, de que os allemães são nossos inimigos, de que os allemães só não nos farão o que que não puderem, e de que temos a necessidade urgente e a obrigação estriccta de tomar contra elles precauções muito serias em que todos os brasileiros collaborem, rivalizando em zelo, em actividade em dedicação de todos os momentos (O ESTADO, 1917, p. 1).

Citando novamente o episódio do conde de Luxburg, o livro *Nuestra Guerra*, o apelo é feito novamente para os brasileiros e que estes entendam que os germanófilos são um elemento estranho, destoante do patriotismo e que devem ser incorporados à sociedade brasileira. Nesse sentido, é também publicada uma pequena nota exaltando os alemães de Blumenau que assinaram um documento de apoio ao Brasil.

No mês de abril, cinco edições foram selecionadas. As três primeiras, publicadas em 03, 07 e 16, mostram em manchetes que *Impertinencia pode acabar mal*, sobre o padre alemão em Joinville que insiste em fazer suas pregações nesse idioma; *A Perversa Alemanha jamais poderá reparar seus graves crimes* e *Os bárbaros destroem os templos de Deus*. Tais manchetes, como o próprio título sugerem, aguçam ainda mais o sentimento de que o inimigo está declarado e que somente quem não é brasileiro nem uma pessoa decente pode alinhar-se a eles (O ESTADO, 1918, p. 1).

Em 20 de abril, a manchete era os detalhes da execução de *Bolo-Pachá*, francês acusado de ser agente alemão. O tom do texto é, ao mesmo tempo, acusatório e justiceiro, dentro da proposição antigermânica. Finalmente, a edição de 28 de abril dedica a primeira página e parte da segunda para as notícias da guerra, mas com comentários patrióticos, envolvendo o Brasil e os aliados (O ESTADO, 1918, p. 1-2).

Para o mês de maio, três edições, dentre as cinco disponíveis, serão citadas. Duas delas, publicadas em 12 e 30 de maio, respectivamente, por trazerem na seção *Grande Guerra*, cobrindo a primeira página, o heroísmo português e as críticas para a estratégia da pacificação proposta pela Alemanha (O ESTADO, 1918, p. 1).

Uma pequena nota, publicada em 27 de maio, informa que a lista negra, que boicotava empresas alemães, passará a vigorar também no Brasil:

O Brasil também terá a sua Lista Negra

Segundo nos consta o Ministério das Relações Exteriores trabalha com grande actividade afim de regularisar o commercio do Interior da Republica. Para isso vai o Itamaraty organizar uma Lista Negra Brasileira, onde serão escriptas todas as casas allemãs ás ou que tenham sócios allemães. Com ellas ficarão prohibidas de negociar qualquer casa Brasileira, sob pena dessa também ser incluída na lista. Annuncia-se para breve a creação de uma secção commercial no Itamaraty. Da execução e fiscallisação da Lista Negra ficará encarregada a nova secção. Poucos dias mais, estamos certos, não serão mais burladas as listas negras americana e inglesa (O ESTADO, 1918, p. 1).

A Lista Negra era uma forma de pressionar o inimigo, como estratégia comercial, e, ao mesmo tempo, canalizar a opinião pública. Em locais de maior presença alemã, como no sul do Brasil, as repercussões poderiam ser maiores.

Em 13 de agosto, a edição publica na segunda página uma carta endereçada a Amador Bueno, em São Paulo, escrita por D. Luiz de Orleans e Bragança, que seria Príncipe do Brasil, não fosse a monarquia extinta décadas antes, o qual alertava para os perigos que a guerra

contra os alemães traria. Na sua visão cabia a todos os países oponentes a potências centrais aumentarem seus esforços no intuito de finalizarem o conflito impondo derrota à Alemanha. Boa parte da matéria não está visível, mas é possível recuperar o teor da mensagem.

No mês de setembro, apenas duas publicações merecem destaque. A primeira é pertencente à edição de 23 de setembro de 1916 e trata de uma exposição do cenário da guerra no leste europeu, com o título *A derrota que se prepara para o general Mackensen*⁶⁵, e que remete ao ponto de vista dos aliados:

Um telegramma de Paris, há dias publicado pela imprensa carioca dizia o seguinte: As operações nos Balkans devem tomar, dentro em breve, uma excepcional importância. O movimento offensivo dos aliados nesse teatro da guerra, em intensa conexão com as operações dos russos na extrema ala esquerda, não pôde, por enquanto, tomar um caracter decisivo, devido aos russos não terem ainda terminado a remessa de tropas para a linha rumáica do sul. Não obstante, porém, a situação só agrava para os búlgaros, pois, ao passo que o general Mackensen avança ao longo do Danúbio, sem ousar transpor o rio, ou russos-rumáicos avançam ao longo da costa, ameaçando a retirada das tropas do general alemão, no momento em que os russos julgarem azado para tomarem a offensiva ao longo do Danúbio, momento em que será talvez aquelle em que tenham attingido a região dos lagos. O avanço dos rumáicos em território sérvio também compromette seriamente o abastecimento de todas as tropas dos impérios centraes que combatem na margem esquerda do Danúbio. A única estrada de ferro pela qual os allemães estão enviando viveres e munições para os Balkans, está approximadamente a 100 kilometros do Negotin, a cidade servia conquistada pelos rumáicos, e ao alcance dos aviões aliados. A pressão das tropas de Sarriál ao sul, está sendo feita seguramente e, se a Grécia se declarar ao lado dos aliados, como muitos esperam, sendo prenuncio desse gesto a demissão do gabinete Zaímis⁶⁶, precipitará o acontecimento. O conjunto é assim immensamente favorável aos aliados, estando preparada para Mackensen uma formidável derrota (O ESTADO, 1916, p. 2).

A reforçar os relatos pouco auspiciosos para os alemães, uma possível derrota nos Balcãs, região onde geralmente as notícias eram de pouca extensão, limitando-se ao avanço de tropas ou de prisões e batalhas.

Sinteticamente, pode-se dizer que para o jornal *O Dia*, os alemães são os heróis deste conflito, que tentaram evitá-lo, que se comportaram civilizadamente, ao contrário dos aliados; além disso, até onde foi possível, defendeu o alinhamento do Brasil com os alemães e, em 1917, atenuou as agressões destes aos brasileiros e procurou valorizar a presença germânica em Santa Catarina.

⁶⁵ General August von Mackensen, apelidado de “O Último Hussardo”, comandante alemão na Primeira Guerra. Comandou tropas na Polônia, na Servia e na Romênia.

⁶⁶ Aléxandros Zaímis, político grego que ocupou por 6 períodos diferentes o cargo de Primeiro Ministro do seu país, sempre com duração de alguns meses.

Já para o jornal *O Clarão*, os alemães, por conta da sua religião, não podem ser considerados civilizados e, portanto, são os vilões da guerra. Não possuem os sentimentos que se deseja para uma sociedade decente e somente uma conversão religiosa os traria à civilidade.

Opinião semelhante tem o jornal *A Época*, embora com muito menos veemência que o seu colega de semanário. As críticas aos alemães se relacionam também a religião, mas são mais suaves.

E quanto ao jornal *O Estado*, entende ser os alemães os vilões da guerra, mas notadamente a partir de 1917. Nos anos anteriores, foi possível perceber matérias e artigos que se situariam muito próximos da neutralidade.

Considerando-se a totalidade dos artigos, pode-se dizer que os jornais apontaram os alemães com mais intensidade no papel de vilões do que de heróis.

4.3 JORNAIS E SUAS VERSÕES

Esta seção tem por objetivo comparar o que cada jornal procurou escrever, por vezes se tratando do mesmo fato, por vezes de fatos semelhantes, ou ainda artigos que possam de algum modo mostrar como a intenção do jornal foi construída. A esta altura, já se tem com clareza a posição de cada jornal, de modo que esta seção passa a ser como uma confirmação da versão desejada.

O semanário *O Clarão*, para corroborar a sua posição antigêrmanica, no mês de novembro de 1916 procura atacar um veículo da imprensa da cidade de Brusque, a *Gazeta Brusquense*. O motivo alegado é o de, por trás de uma fachada de interesses da municipalidade, o jornal ser utilizado como veículo da propaganda alemã. O despeito à *Gazeta Brusquense* fica ainda mais evidente, porque o jornal *O Clarão* teria sido caracterizado por aquele como jornal humorístico. Na mesma matéria, o jornal *A Tribuna*, também é acusado de germanofilia. A *Gazeta Brusquense* ainda seria alvo de mais ironia já no mês de dezembro, dia 02 (O CLARÃO, 1916, p. 1).

No mês de dezembro, o jornal saúda a chegada de outro impresso, chamado *A Ordem*, que teria também a missão de desmistificar os alemães, revelando ao Brasil a sua verdadeira face. Sob o título *Saneamento Moral*, a primeira página da edição de 16 de dezembro, dedica-se a elogiar o parceiro e tecer críticas ao Papa, por conta da já mencionada preferência pelos

padres alemães em detrimento dos franceses. Encerrando o ano, ainda cabe citar a edição seguinte, em que uma possível negociação para a paz é ironizada, na parte encaminhada pelos alemães. E ainda, na semana posterior, o alvo são os padres alemães, que doutrinam a comunidade brasileira (O CLARÃO, 1916, p. 1).

Até esse momento, o Brasil ainda não havia rompido com a Alemanha. Se o tom já era de antigermanismo, a partir de 1917 é razoável supor, entretanto, que em face das publicações anteriores, com o torpedeamento dos navios brasileiros, o jornal tenha elevado seu tom contra a Alemanha. Entretanto, há poucas semanas disponíveis no acervo digital. Todavia, todas as nove edições trazem conteúdos pertinentes e assim foram selecionadas. Os exemplares somente estão disponíveis nos meses de novembro e dezembro daquele ano, o que vale dizer que o período que antecede a declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha não poderá ser apreciado.

Quanto ao antigermanismo, isto é reforçado pelas matérias a seguir:

No mês de novembro de 1917, três edições atacam o germanismo de várias formas, brandas e pesadas, irônicas ou sérias. A começar pelo dia 03, em que uma série de pequenas notas relembram os afundamentos dos navios brasileiros, a declaração da guerra e o principal, a lei alemã acerca da naturalização, na qual é assegurado ao alemão que optar pela nacionalidade brasileira, que não colocará em risco a sua cidadania alemã. Tal fato é pesadamente questionado pelo texto (O CLARÃO, 1917, p. 1-4).

Na data de 10 de novembro, é retomada a situação envolvendo a lei alemã, mas desta feita para compor o cenário da dominação germânica na América do Sul. Com o subtítulo *Como a Alemanha deve collocar sob o seu protectorado os paizes Sul-Americanos*. Citando obras (Riemer, Joseph Luidwig: Ein Pan Germanisches Deutschland, 1915, p. 93), o texto mostra como ocorrerá a introdução da administração alemã, por meio da tecnologia, da política e da cultura. A matéria, extensa, apenas será concluída na edição seguinte (O CLARÃO, 1917, p. 1).

O outro semanário deste estudo, *A Época*, oscilou entre a crítica e a neutralidade em relação aos alemães. No primeiro ano da guerra, 1914, entre as duas últimas semanas de setembro e a segunda semana de outubro (há uma lacuna, provavelmente o jornal não foi publicado, já que a numeração não se interrompe), é exibida uma matéria intitulada *O deputado Irineu Machado versus Alemanha*. O político em questão era, em 1914, deputado

federal pelo estado de Minas Gerais. Seria senador a partir de 1917, voltando a exercer mandato no Senado 10 anos depois. Também foi deputado federal pelo Rio de Janeiro, por dois mandatos. Nessa reportagem, aparece o nome de Crispim Mira, que já havia sido acusado de germanismo pelo jornal *O Clarão*. Como se trata de uma matéria extensa, visto que ocupa o leitor durante três semanas, faz-se necessário construir um resumo.

O deputado Irineu Machado teria feito, na Câmara Federal, pronunciamento contrário à Alemanha. Uma resposta a essa manifestação foi feita por Crispim Mira, que foi publicada em folheto pelo *Jornal do Commercio*. Crispim Mira foi um jornalista catarinense, colaborador da *Gazeta Catharinense* e proprietário do jornal *Folha do Commercio*, de Joinville e, mais tarde, cofundador e redator do jornal *Terra Livre*, de Florianópolis. Sua produção literária mais significativa para este estudo foi escrita durante os anos da Primeira Guerra e publicada em 1919, *Os alemães no Brasil*, onde defendia a ideia da inexistência do perigo alemão.

Procurando criar um cenário convincente, Crispim Mira começa por argumentar que os brasileiros não se reconhecem como herdeiros dos portugueses, em virtude de que estes também nunca pretenderam tal objetivo; e embora haja uma admiração tupiniquim pelo povo francês – da qual o autor não discorda, faz questão de destacar que o mesmo não ocorre por parte dos franceses, os quais, seguidamente, ironizam o Brasil e seus habitantes. Ainda na primeira parte do texto, Crispim rebate a ofensa que Irineu Machado teria dirigido à Alemanha, chamando-a de “ave de rapina”, e que o deputado teria previsto tempos muito difíceis para o Brasil em caso de vitória alemã. Encerra alegando que nem mesmo a França e a Inglaterra, litigantes diretos com a Alemanha, haviam se pronunciado em termos dessa natureza.

Na segunda parte do texto, Crispim enaltece as qualidades do povo alemão, na economia, na política, na ciência, e afirma que a única culpa da Alemanha é ter se tornado uma potência, o que a teria colocado em uma disputa com os demais países europeus. Nesse ponto, diferencia as intenções de ingleses e franceses na guerra, alegando que os britânicos simplesmente querem manter a hegemonia marítima e resguardar a primazia de seu comércio, enquanto que os franceses são movidos por revanchismo. A crítica maior de Crispim é sobre os franceses; é de se supor que Irineu Machado tenha por eles maior simpatia.

Na terceira e última parte do texto, Crispim Mira preocupa-se em demonstrar que os alemães que vivem no Brasil são ordeiros e cumpridores de seus deveres. Para tanto, usa

como argumento as cidades de Joinville e Blumenau, citando que em ambas vivem mais de 50 mil pessoas e que três ou quatro praças garantem a segurança de todos. E que não há um único caso de algum cidadão alemão que tenha se insurgido contra uma autoridade brasileira. Encerrando, declara que os franceses se referem aos brasileiros como “um grupo de negros”, enquanto que os alemães vêm ao Brasil e estudam sua natureza, seus recursos, e tem muito respeito pelo país (A ÉPOCA, 1914, p. 1-4).

Como o jornal procurou ser neutro, com leves críticas aos alemães ao final, mas com registros positivos ao início, não há registro de embates com matérias de outros jornais, o que inclusive confirma que a guerra não era um tema que interessasse sobremaneira. As notícias, embora frequentes, são em muito menor número do que as publicações do outro semanário utilizado nesta pesquisa. Assim, entende-se que a versão desejada por este veículo seria muito próxima da neutralidade.

Já entre os jornais diários, a situação é diversa. Primeiramente, na quantidade de artigos disponíveis para se construir a versão. Segundo, por um deles, o jornal *O Dia*, publicar textos abertamente germanófilos.

Iniciando, portanto, pelo mês de julho de 1915, dias 01 e 02, publicam, utilizando as páginas um e quatro, um artigo exaltando as qualidades do general Hindenburg, do qual será feita a transcrição da parte final:

Sessenta e oito anos! Uma força intellectual, um talento militar que se conserva lúcido e firme, como o aço, uma genialidade de grande guia de homens, como apenas a de sete ou oito nomes de guerreiros na história do mundo, um critério de guerra assim felizmente harmonizado entre as antigas leis bellícas e as novíssimas expressões militares; uma saúde de ferro, phisica e moral; uma robustez de carvalho secular, como aquella da raça germânica, cuja saúde phisica é um dos maiores segredos de todas as victorias, sob todos os pontos de vista; uma vontade regida e obstinada e direita como propriamente uma espada; uma virtude de consciência que se impõe sobre todas as massas como sobre todo o indivíduo. Hindenburg: sessenta e oito annos, e apenas declarada a guerra, chamam-no a serviço; ás ordens da pátria, seu desejo era commandar onde mais árdua fosse a lucta, onde mais terrível o conflicto; vencida a primeira batalha, maravilhosamente, uma batalha com cem mil entre mortos e prisioneiros russos, ficava sua vontade de continuar, sempre, de ir adeante; e naquella idade, em taes condições de logar e de estação, jogar com as massas dos seus homens com uma tal grandiosa habilidade e com um poder tão seguro, forçosamente encheu de admiração até seus próprios vencidos, todos seus inimigos. E obrigar estes, três ou quatro vezes, a mudar de planos mantendo-os sempre immoveis, fazel-os por fim fugitivos desordenadamente... Sessenta e oito anos! Hindenburg: um amor pátrio fulgente e fulgurante uma devoção simples e sublime em si mesmo! A sua cabeça igual àquella de um grande cão, forte e fiel, popularíssima, agora mais do que nunca, em todo o logar onde palpita a alma allemã, tem olhos brilhantes onde a bondade sorri; e este homem, que sempre conduziu os germanos pelos caminhos das maiores victorias tem o espirito constantemente infantil. Assim, é sempre o heroe nas lendas épicas da guerra! (O DIA, 1915, p. 4).

Pela linguagem utilizada no texto, percebe-se facilmente como o ufanismo pela Alemanha contagiou o autor, pois a figura do militar é elevada quase a um caráter de santidade. Nas próximas cinco edições, pequenos comentários, notícias rápidas, vão dando prosseguimento à defesa dos alemães. Assim é que no dia 03, acusa-se aqueles que desconhecem os fatos e apontam para os alemães como não patriotas; no dia 04, é publicada uma nota mostrando atividades que a colônia alemã promoveu, com o intuito de ajudar as vítimas da guerra do Contestado; no dia 06, explica-se como a Alemanha, após conquistar um território na guerra, o transforma para melhor; no dia 07, uma mensagem de solidariedade a Carl Hoepcke, empresário alemão radicado em Santa Catarina, que seria alvo de injustas denúncias; e no dia 08 de julho é noticiada a resposta dos alemães ao Marechal Britânico Kitchner, que os havia acusado de praticarem crueldades contra prisioneiros indefesos (O DIA, 1915, p. 4).

A guerra contra a imprensa aliadófila tem prosseguimento no dia seguinte, 24 de julho. Na primeira página, publica um texto em duas colunas, chamado de *Microcosmo*, que basicamente reforça o afirmado no dia anterior, acrescido de um testemunho: o autor do artigo, não identificado, diz ter assistido, “*em um cinema aliadophilo*”, uma exibição dos fatos da guerra, onde os feitos franceses são elogiáveis, e os atos alemães, simplesmente, são mencionados como barbárie (O DIA, 1915, p. 1).

Ainda três edições cabem ser mencionadas para o mês de julho. A publicada no dia 25, que retoma a defesa da Alemanha, perante o que o jornal chama de hipocrisia inglesa; a datada do dia 28, na qual a Alemanha responde aos EUA, alegando os princípios de guerra a serem respeitados, especificamente, em relação aos combates marítimos; e a do dia 30, onde o Papa se manifesta, ponderando que não aprovaria uma entrada da Itália na guerra, e que entende o direito moral favorável à Alemanha, já que considera a Rússia uma inimiga, pelo fato de o país perseguir os católicos (O DIA, 1915, p. 1-2).

No mês de agosto, sete edições vão continuar o que já vinha ocorrendo em julho, algumas com a mesma temática. A primeira delas, a exemplo da ajuda humanitária para a seca no Ceará, apresentava, no dia 05, uma coluna registrando as doações da colônia alemã de Florianópolis aos atingidos pela guerra do Contestado. Organizada por senhoras da capital (nenhuma com sobrenome alemão), muitas pessoas contribuíram. Mas o destaque ficou por conta de uma lista de contribuintes germânicos, como se vê na figura:

Figura 29 – Contribuições germânicas

Quantia já publicada	940\$000
Christian Kreiling	10\$000
Bertha Selinke	5\$000
Romão Brueckner	10\$000
Paulo Ehlke	10\$000
Julio Lange	5\$000
K. Brueggemann	3\$000
E. Strecker	2\$000
Carl Reinisch	20 000
Bruno Dickmann	5\$000
R. Brueggemann	5\$000
Victor Peters	10\$000
Carlo Meyer	30\$000
Eduardo Moellmann	10\$000
Alberto Moellmann	5\$000
Hugo Moellmann	5\$000
Rudolf Lange	5\$000
	<hr/>
	1:080\$000

Fonte: O Dia (1915, p. 1).

Esta lista ainda seria atualizada em publicações posteriores, porém sempre com nomes germânicos.

Ainda na linha dos desmentidos da imprensa, a edição de 08 de agosto denuncia as inverdades publicadas nos jornais europeus sobre os atos de crueldade praticados pelos soldados alemães. Vários episódios são citados, sendo o principal o caso de uma menina, criança ainda, que teve os dois braços decepados por soldados alemães, na localidade de Stresa, Itália. A criança teria afirmado que tal fato ocorreu não somente com ela, mas com vários colegas, meninos e meninas. O relato chegara ao jornal, pelo depoimento de um cidadão, que dissera ter visto a criança no hotel Des Iles Borromees. O autor da coluna publicada no jornal *O Dia* afirma ter ido ao referido hotel e, para seu espanto, ninguém conhecia a criança, nem sabia de nenhuma mutilação praticada por soldados alemães. Tal fato, segundo o texto, inverídico, teria sido desmentido por outra reportagem, chamada de *A fabula das meninas mutiladas* (O DIA, 1915, p. 4).

Em 14 de agosto, na página quatro, é publicada uma coluna proveniente do jornal *O Paiz*, de autoria de Luis Moraes, com o título *Enquanto os outros morrem*, na qual são feitas críticas ásperas à Inglaterra e à França, acusadas de não se importarem com os milhões de mortos na guerra, além dos inúmeros sacrifícios, unicamente com seus objetivos políticos e

comerciais. O autor recomenda que seria muito melhor para o mundo que a civilidade alemã prevalecesse (O DIA, 1915, p. 4).

A 20 de agosto, uma pequena nota, informando que existia a possibilidade de a Suíça entrar na guerra ao lado da Alemanha, segundo declarações do embaixador daquele país nos EUA, poderia passar despercebida, se não fosse pela manchete: *UMA NOTICIA SENSACIONAL* (O DIA, 1915, p. 1).

Na última semana do mês, três edições em sequência procuram minimizar todo impacto negativo que pudesse haver a respeito da guerra quanto à Alemanha. Primeiramente, no dia 27, uma coluna mostrando como cidades da Rússia, conquistadas pelos alemães, agora estão organizadas e melhores que anteriormente. No dia seguinte, a 8066 noticia de que um navio explorador alemão foi posto a pique pelos ingleses, mas não depois de muita resistência por parte destes. E a 29 de agosto, a edição cita vários exemplos de manipulação de informações, em detrimento dos alemães, por parte de vários veículos de imprensa, da forma como se segue:

O QUE SE FAZ DE UMA NOTICIA

Para a historia das noticias mentirosas dos in tuigos, o “Nordd. Allg. Zeitung”, traduz a seguinte revelação:

“Kolnisch Zeitung” - Depois de tornar se publica a tomada de Antuerpia, os sinos foram tangidos (Nota da Red) Na Allemanha as victorias são festejadas ao som dos sinos de todas as igrejas; “Le Matin” - Segundo noticias publicadas pela ‘Kolnische Zeitung’, por ocasião da tomada de Antuerpia, os padres d’ ali foram forçados a tocar sinos.

“The Times” - Aviso recebido pelo ‘Le Matin’ procedente de Koln, diz que os padres que por ocasião da tomada de Antuerpia que se recusaram a tocar os sinos, foram demittidos e expulsos. “Corriere de la Sera” - Noticias remettidas de Koln via Pariz, ao ‘Times’, asseguram que os infelizes sacerdotes que por ocasião da tomada da Antuerpia se recusaram a tocar os sinos, foram condemnados á pena cellular.

“Le Matin” - Diz o ‘Corriere de La Sera’, que recebeu noticias de Koln, via Londres que affirma que os barbaros conquistadores de Antuerpia, puniram os infelizes padres belgas, por estes terem heroicamente se recusado a tocar os sinos, pendurando-os vivos nos badalos dos sinos, com as cabeças para baixo (O DIA, 1915, p. 2).

Ou seja, a ideia da matéria é mostrar como, a partir da notícia alemã, que seria a comemoração da tomada de Antuerpia pelo som dos sinos em território alemão, cada jornal foi distorcendo o fato, primeiro transferindo a comemoração para a cidade belga, depois aumentando as punições para os padres belgas que se recusaram a badalar os sinos.

No mês de julho, sete edições foram selecionadas. No dia 08, retoma o episódio da lista negra e do comércio marítimo, desta vez mostrando que os prejuízos da medida que ocorriam no Brasil, passam a acontecer também na Argentina (O DIA, 1916, p. 3).

Na edição de 10 julho, as proezas do aviador Immelmann, alemão que abateu vários aviões aliados, são exaltadas na primeira página, com direito a uma fotografia, reproduzida a seguir (O DIA, 1916, p. 1).

Figura 30 – Tenente Immelmann



Fonte: O Dia (1916, p. 1).

Na edição seguinte, um longo texto, de autoria de Crispim Mira, contribuinte assíduo do jornal, fazia uma defesa até mesmo romantizada dos alemães. Recordando uma situação ocorrida no início do século, o autor do texto faz uma grande descrição do ambiente em que ocorreu o fato, a cidade de Joinville.

“Eu e os ‘Allemlães’ de Joinville”

Quando o coronel sr. Salles Brasil me deu a honra, em interessante folheto, de commentar o que escrevi a proposito da attitude dos brasileiros em relação aos allemães, na presente guerra, publicado em opusculo com a epigraphe ‘O Deputado Irineu Machado versus Allemanha’, tive desejos de lhe oppor alguns reparos, sobretudo para ter opportunidade de esclarecer, então, o incidente commigo occorrido em Joinville, a que o illustre militar alludira por uma forma ambigua, susceptivel de ser maliciosamente interpretado pela candidez da mais distincta perversidade. Accumulo de trabalho, porem, com a absorpção de duas viagens, fizeram-me ir adiando aquelle meu intuito, e por fim deixal-o de parte, por inoportuno. Fiz mal. Em primeiro logar porque nunca se deve deixar sem resposta

uma accusação pessoal. Em segundo porque o desafecto menos nobre que nos surja a ilharga, perde jamais a occasião de se abaixar no seu caminho para apanhar com volupia o detricto da allusão duvidosa. Ainda é tempo, entretanto, de explicar o explorado incidente, para mim assás honroso, pela decisão com que o espirito de solidariedade me postou em meio de um conflicto em que, si bem me lembro, não era com flores que os contendores se saudavam. Posso falar sem reserva nenhuma desse factio passado ha cerca de quinze annos. Eu estava com vinte de idade e em goso de ferias escolares em Joinville. Tenho tudo á frente dos olhos. Era numa esplendida tarde de domingo. As ruas brancas, orladas aqui e ali de roseirões em flor, andavam alvoroçadas pela grande alegria dos casaes, das crianças, das moças e dos rapazes em passeio. Carruagens ligeiras, apinhadas de gente, crusavam-se pela cidade. Contentamento nos semblantes e no espaço. Um desses maravilhosos poentes que antecipam, no sul, a suavidade crepuscular, punha nas bandas do oeste, por sobre valles e montanhas, unia polychromia d'ouro. Estavamos num salão de baile publico, dos que costumeiramente se realisam em Joinville, nos dias santificados. Casarão colonial entre arvores. Dois coqueiros á entrada. Á esquerda um angazeiro esgalhado e a chacara fartamente agricultada. Ficava direita, o jardim. Mesas toscas entre jasmineiros e a sombra de jaquitirões. Ao fundo a montanha. A frente a estrada do Jaraguá. Nada menos que um trecho agréste e aprazível da antiga coloria de D. Francisca. Risadas francas se deflagravam no encanto da tarde, enquanto lá dentro, no salão, uma charanga estridulava heroicamente (O DIA, 1916, p. 1).

O fato em si, uma discussão seguida de agressões físicas generalizadas, somente agora começa a ser contado:

De repente ha uma altercação violenta. Todos se precepitam curiosos. Vou na onda e, diviso, numa sala proxima, um amigo em lucta corporal com um carroceiro teuto-brasileiro. Por um e por outro accodem muitos dos presentes. O pugilato se generalisa. Foi nesse momento que me vi envolvido no conflicto. Dos braços e das pernas das cadeiras se improvisavam armas terriveis. Os sarrafos dos cercados são arrebatados para as despesas do rolo. Garrafas projectadas em todos os sentidos, se espatifam nas paredes como estilhaços de granadas, tilintando. Ha gritos. Há o som cavo das pancadas, mesas que rolam, portas que se fecham com fragôr. Junto a mim cae um parente com uma bordoadada. Um camarada tem a cabeça furada por um murro com pedra. Outro tem a vista machucada. E o conflicto se prolonga na angustia de vinte minutos de loucura. Ao fim, com a chegada da autoridade policial, apparece com graves ferimentos no frontal, um moço allemão reconhecidamente possante e valente. Não se sabia quem os teria praticado, mas como eu fosse visto manejando uma bengala pesada, a responsabilidade recaiu sobre mim. Durante a semana seguinte não se falava de outra cousa, como era natural. As proporções assumidas pelo tumulto interessaram toda a cidade. Passaram-se os dias, porem, e tudo ia ficando no olvido, quando certa noite, sem mais nem menos, divulga-se que a nossa rezidencia estava cercada por um grupo de teuto-brasileiros (O DIA, 1916, p. 1-2).

Percebe-se agora que tal fato não passou de um falso alarme, pois não foi achado o responsável pelo ato e, ao final, toda a confusão não seria nada mais do que uma rusga entre conhecidos, sem envolver questões de segurança nacional.

Parentes, autoridades, amigos e simples conhecidos correm em meu apoio. Os mais dedicados penetram, vasculham o quintal. Procura-se em balde, por todos os lados, o grupo agressor. Ninguem foi encontrado e só no dia seguinte se verificou que o

alarme nascera de uma pilheria de mau gosto. Era certo, não obstante, que os animos andavam algo exaltados, affirmando-se que os irmãos e collegas do moço ferido pretendiam uma desforra pessoal, visto não se haver processado o autor dos ferimentos a mim attribuidos. Nessa phase do caso communiquei ao Juiz de Direito da Comarca, hoje desembargador em Florianopolis, que precisaria andar armado. E nada mais. Absolutamente. Um mez após, findas as ferias, e como doutras feitas, regressei para o Rio, serenamente, tranquillamente. Tratava-se, portanto, de uma disputa entre rapazes, e sem maior importancia. Nella não estava implicada a colonia allemã e nem foi por motivo de nacionalidade que se deu o facto. Não eram, tambem, da melhor sociedade allemã, os adversarios momentaneos que meus amigos e eu tivemos de enfrentar. A prova da nenhuma valia de tal desintelligencia está em que, d'ahi a um anno, ao retornar a Joinville, já se não falava no incidente. Si a questão fosse por motivos de nacionalidade, essa questão não seria unicamente commigo, mas com todos os luso-brasileiros. Evidentissimo. Somente não o comprehenderão os irremesivelmente perdidos para a logica das cou-s as. É' inexacto, assim, que eu tenha sido forçado a retirar-me precipitadamente da minha terra natal. Foram, com toda certesa, a maledicencia e o despeito que engendraram essa ballela. Si isso houvesse acontecido, porém, é da minha fé, está na minha convicção que, nem assim, deixaria, mais tarde, de ter a hombridade precisa para render ao grande povo germanico a justiça que merecesse. Porque acima de tudo cultivo a verdade e detesto todas as especies de fanatismo. Não tenho a virtude de conhecer as prevenções do odio. Abomino a vingança. Preso a tolerancia e reputar-me-ia o ultimo dos vilões si não tivesse, amanhã, a dignidade necessaria para ser justo, em qualquer emmergencia, mesmo para com aquelles que me houvessem feito mal (O DIA, 1916, p. 1-2).

O texto agora chega ao seu ponto principal, onde iniciam os profundos e rasgados elogios à comunidade alemã no Brasil, bem como às qualidades da Alemanha como um todo, no Brasil e no mundo.

Nos allemães que fizeram e estão fazendo a melhor parte da prosperidade catharinense, vi de perto, durante muitos annos, o exemplo do trabalho, o padrão da ordem, a norma da honestidade, do capricho inexcedivel no cumprimento do dever, do respeito á lei, da submissão indifectivel á palavra da autoridade. Vi-os progredindo pela perseverança e pela economia. Vi-os dedicados às cousas praticas affagando ao mesmo tempo, a felicidade do lar e a alegria da vida em sociedade. Vi-os construindo povoados, villas, cidades maravilhosas. Vi-os crearem a industria de Santa Catharina, desenvolverem o seu commercio e a sua cabotagem. Vejo-os ainda, no meu Estado, no Rio, em S. Paulo, em todo o Brasil, no mundo inteiro enfim, integros, superiores, inteligentes, triumphantes. Como era possivel, nestas condições, deixar de admiral-os? Si essas nobres qualidades não são para serem estimadas, confesso não conhecer feira da esphera sentimental, que outras virtudes distinguem a superioridade de um povo. Pense lá cada um como quizer. Eu por mim, sem cogitar de transpor a ninguem o meu sentir, admiro os allemães e os considero dignos de imitação. Um obscuro trabalho que fiz imprimir em 1905, ou seja, ha 15 annos, descrevendo o município de Joinville, encerra a primeira homenagem da minha perplexidade diante da mascula estructura dessa raça. Dali por diante, estudo-a no cycloptico desenvolvimento de sua estupenda grandesa, e, quanto mais a perscruto, mais a consagro na justiça do meu apreço. Que é que constróe, que é o que faz a supremacia das nações? É, creio, antes de mais nada, o seu espirito de justiça e a sua organização constitucional, o desenvolvimento das suas artes, das suas letras, da sua sciencia, de sua instrucção, viação, commercio, industria, instituições e meios de defesa nacional. Pois bem, a Allemanha possui o melhor codigo civil do mundo, e é na pratica da justiça exemplo dos póvos. Monarchica embora, vive no regimen effectivo da opinião. Nas artes e nas letras, jorna-deia na vanguarda. Sua sciencia, assimilada ou innovada, é precisa e profunda. Na

instrucção e viação é modelar e profusa. Fez-se o assombro do mundo como potencia commercial e industrial. Isto é, o que lhe faltaria em puerilidades romanticas de digressões dispersivas, sobra-lhe no censo economico. Constituindo-se a dominadora do globo pela intelligencia do trabalho, equipou, outrosim, o maior exercito da terra e a segunda esquadra do globo. Tudo quanto pode haver de mais estulto, estaria em não ter cerebro para admirar um povo que realisou, em todas as manifestações da actividade humana, o prodígio de tão estupendas conquistas (O DIA, 1916, p. 1).

A parte final encontra o auge da argumentação. Não faltam motivos para explicar porque os navios neutros foram afundados, porque a Bélgica foi invadida e outras questões com que frequentemente os aliados acusavam os alemães de incivilidade.

Mas - gritam os aliadophilos - a Allemanha desrespeitou a neutralidade da Belgica, afunda os navios neutros, tem commettido estas e aquellas barbaridades. Vamos devagar. Accusar por antipathia, é frivolo e deselegante. E' preciso verificar, estudar, raciocinar. Nas recriminações ás suppostas monstruosidades perpetradas por allemães, ha grandes inverdades. Noticias de jornaes belgas, agora divulgadas, informam que os soldados do Kaiser eram surpreendidos, a cada momento, nas cidades da Belgica, por mulheres e civis que os assassinavam inesperadamente, ou os convidavam a entrarem em suas casas, para recebel-os com agua fervendo. Esses factos são referidos como demonstrativos do heroismo belga. Era claro, porem, que os allemães não poderiam corresponder a isso com sorrisos de resignação. Tambem com relação á neutralidade desse paiz, convem saber que no tratado dos 24 artigos, de 1831, não constava a clausula da inviolabilidade do territorio belga, o que é muito differente da simples neutralidade. Tanto assim, que nesse tratado ficou consignado entre a Inglaterra, a França e a Allemanha, não, notem bem, que deixariam de, em qualquer eventualidade, invadir o territorio da Belgica, mas que, aquelle que o fizesse, encontraria a defesa da neutralidade por parte dos dois garantes restantes. Além disso, essa cousa de neutralidade está neste momento de tal modo achincalhada pela Inglaterra, ou antes pelos aliados, que se torna inteiramente inutil insistir nesse ponto. Quanto ao torpedeamento de navios neutros, eifectivamente revolta á primeira vista. Força é reconhecer, entretanto, que esses factos unicamente se deram na zona que a Allemanha declarou de guerra, em represalia ao bloqueio que a Inglaterra lhe move. A guerra é a guerra. Na região considerada de bloqueio, a Allemanha não podia deixar de torpedear todos os navios que a estivessem prejudicando. E foi o que fez. Em igualdade de condições geographicas, os aliados procederiam, fatalmente, de maneira igual. Imagino poder avançar esta affirmação porque a lei suprema, nesta guerra, é a dictada pela voz das necessidades occorrentes. Apreciando a grande conflagração deste ponto de vista, não tive, até hoje nenhum motivo para não continuar a ser um ardoroso admirador da Allemanha. Antes pelo contrario. As pujantes demonstrações de sua força e a epopeia do seu patriotismo, conduzem-me encaral-a agora mais do que nunca, como a ultima e mais soberba maravilha dos séculos. Crispim Mira (O DIA, 1916, p. 2).

Embora a matéria seja consideravelmente longa e monótona em sua capacidade descritiva, o seu final demonstra com profundidade como o jornal entendia a questão germânica e como se posicionava numa espécie de luta contra a inveja, a ignorância e a desinformação, que faziam os brasileiros desconsiderar a Alemanha como uma parceira adequada.

No mês de setembro, seis edições trazem mais elementos à discussão, sem alterar a perspectiva do jornal. A primeira referência é do dia 06 de setembro, um texto sobre a neutralidade, mais especificamente, a neutralidade norte-americana, em que se procura mostrar que o melhor caminho para os americanos era não participar da guerra, o que, obviamente, seria preocupante para os alemães (O DIA, 1916, p. 3).

O alistamento militar e o engajamento dos teuto-brasileiros foi a pauta da edição de 16 de setembro. Em linhas gerais, o artigo elogia as qualidades dos alemães e procura desmitificar que eles não têm amor pelo Brasil, e que renunciariam de permanecer ao lado do Brasil em caso de guerra (O DIA, 1916, p. 3).

A 22 de setembro, a possível entrada da Espanha na guerra, como uma pressão dos aliados, é criticada na primeira página. Elogiando os espanhóis, o texto, embora breve, é taxativo ao afirmar que os aliados não conseguirão seu intento (O DIA, 1916, p. 1).

No mês de novembro, nove edições trazem os elementos da discussão germânica. A seção *A margem da Guerra* está presente novamente, nos dias 01 e 07 de novembro. O tema principal é a alegação que os alemães podem torpedear os navios que passam pelo litoral espanhol e, para isso, tem a anuência dos mesmos. O motivo é que, se os ingleses o fazem em suas águas, por que os alemães não poderiam fazer o mesmo? (O DIA, 1916, p. 1-3).

No dia 04, a edição traz uma matéria provocativa, trabalhando com um artigo publicado no jornal francês *L'Eclair*, referindo-se às descobertas dos alemães no ramo da química de alimentos e de como os franceses querem fazer parecer que isto é um demérito.

Uma pergunta ao redactor do « L'Eclair », de Nice

Este jornal de Nice sem pensar, mas também sem querer, rendeu há pouco tempo á tão adiantada chimica allemã os maiores elogios, declarando que nessa maldita terra dos “boches” não se encontrava mais nenhum alimento que não seja falsificado. O nosso modo de pensar sobre este facto é bem diferente do dos francezes. Nos entendemos que a “substituição” de um genero alimenticio por um de valor alimentativo igual, significa um progresso chimico e não uma falsificação. Se p. e. um chimico allemão consegue a transformação do serralho de pinheiros n'um dos celebres pasteis da Strassburgo, elle presta á humanidade um serviço mais real de que aquele jornalista francez, ridicularizando taes victorias do espirito humano. ‘Substituir e falsificar ao nosso ver são dois termos tão diferentes como dia e noite, e se casualmente um chimico francez tivesse conseguido a substituição da baunilha natural pela synthetica d'um extracto da madeira do pinheiro, seria certamente festejado como um benemérito, e não acusado, como o inventor allemão de falsificador. Este supra patriota francez na sua raiva “bochica” entre muitas outras coisas, esqueceu-se também do facto, que os seus compatriotas tornaram-se tão cúmplices dos falsificadores allemães, declarando ao seu governo no principio da guerra economica, que não podendo aproveitar taes falsificações, ficaria na França

paralysada uma das principaes industrias: a da seda. A corrupção dos boches ha muitos annos é tão grande que até corrempe o carvão de pedra, pois transformaram-o nas tão odiadas tintas anilinas. Na nossa terra dizem, que o cúmplice é do mesmo quilate do proprio culpado. Queriamos saber, se no caso do serralho, revolta-se somente o coração patriotico ou o respectivo estomago. Creio, que será mais o ultimo o verdadeiro motivo. Julgamos, entretanto, aquelle jornalista francez um homem de instrucção moderna, que lhe facultou tambem o conhecimento da transformação de toda materia. Como deve ser terrivel para um homem de estomago tão sensível a idea de saborear n'um copo vinho talvez a carne de seu “grandpere⁶⁷” ou em forma de um “lapin⁶⁸ assado” a sua “belle meré⁶⁹”. N'um caso deste trata-se de uma falsificação cometida não por um boche mas sim pela propria natureza ou por uma transformação? (O DIA, 1916, p. 3).

O tom de provocação assume ares mais profundos, fazendo, inclusive, um jogo de palavras, principalmente os termos falsificação e substituição.

Logo depois do começo da guerra, quando a mortalidade começou a superar o numero dos nascimentos, o governo francez começou a estudar á questão, ventilando a substituição dos varões brancos por francezes pretos. Tornando-se este projecto realidade, o que fez o governo francez neste caso? Trata-se de uma falsificação ou de uma transformação? O terrivel inimigo dos boches, um pouco nos apuros, talvez nos responderá: substituindo a extincta raça por uma transformada, obteve-se uma falsificada: ou falsicando-se a substituição pela transformação a quase de uma segunda raça; ou ainda transformou-se por meio d'uma falsificação a quasi extincta na sua substituição. O raivoso francez está vendo, que a interpretação da expressão da classificação da transformação, substituição ou falsificação dá as vezes uma confusão da opinião a custa da razão, provando que a suppressão da conclusão da razão é a verificação da perturbação da funcção cerebral. Se nós p. e. recommendamos hoje o uso de um chá desconhecido em vez do da India, aconselhamos a substituição d'um artigo genuinamente inglez a favor d'uma planta nacional: se aquelle francez porém, mistura o chá inglez com o outro producto, trata elle d'uma transformação; vendendo, entretanto, este transformado producto como legitimo e puro chá da India, torna-se culpado d'uma falsificação. O fim das nossas linhas, entretanto, é um outro. O que um idiota francez pensa sobre a grandeza da chimica allemã justamente no momento da maior gloria d'ella, pouco nos importa. Pois, não somos nós os que se tornam ridiculos. O fim das nossas linhas é chamar a atenção publica para um chá aromatico, d'um paladar suave, sem qualquer effeito medicinal e que justamente neste momento da crise se offerecer ao consumo por um preço ao alcance de todos nós, pois não, custa nada, nem a sua colheita causa o minimo incommodo. São as tenras folhas da nossa videira! (O DIA, 1916, p. 3).

Este artigo seria seguido de outro, com tom de provocação equivalente, mas agora direcionado ao governo inglêz, por conta de uma atitude em relação a Manuel de Oliveira Lima, diplomata, historiador e escritor brasileiro, que teria sido impedido de ingressar no Reino Unido pelo seu suposto germanismo. Eis a íntegra do artigo:

A Inglaterra e o sr. Oliveira Lima

Do Diario allemão, de 4.

⁶⁷ Avô.

⁶⁸ Coelho.

⁶⁹ Mãe Linda.

O ministro inglez no Rio, communicou ao sr. Oliveira Lima, de parte do seu governo que o illustre diplomata e notavel homem de letras não podia pizar em terras inglezas e isto, devido a sua accentuada sympathia pelos allemães: É preciso explicar que o illustre brasileiro, acaba de ser escolhido pelo nosso governo para uma importantissima missão, qual, a de estudar e escrever uma obra de grande valor sobre a historia do Brasil e, que para consecução do trabalho que foi confiado a sua sabedoria e competência, necessita recorrer aos archivos e bibliothecas da Europa, principalmente de Portugal, da Austria e da Inglaterra, e isto, com enorme economia para os cofres da nação pois que, o seu patriotismo e a sua dedicação de filho extremoso de uma patria grande, não lhe consentirão receber remunerações: a sua commissão é inteiramente gratuita.

O sr. Oliveira Lima nada cobra pelos serviços que extraordinariamente presta a sua patria como historiador dos mais abalisados. E agora, que S. Exa. no cumprimento de um dever que orgulhosamente arreliou com sacrificios da sua bolsa, do seu bem estar, preparava as malas para se fazer ao largo em busca de extranhas plagas, onde devia volver no pó vetusco dos archivos, as paginas amarellecidas pelo desdobrar de seculos que ha muito já se foram e de lá, tirar limpa e escorreita a vida ignorada do nosso passado, vem o ministro inglez, com revoltante desfaçatez, com uma ridicula e affrontosa arrogancia e diz ao nosso illustre patricio: “Não pode ir a Inglaterra porque não o quer o medo de S. M. Britannica” (O DIA, 1916, p. 3-4).

A partir deste ponto, o artigo eleva o tom de repulsa e trata os britânicos como criminosos, infames e outros adjetivos nada elogiosos.

Medo de facto e nunca a sympathia que disse, tem o sr. Oliveira Lima, pela Allemanha. Medo de que o arguto e poderoso espirito critico do diplomata brasileiro, conhecedor como poucos, da vida dos estadistas europeus, ponha a calva a mostra das gentes de Albion e com a sua semcerimonia e sinceridade, possa descrever aos brasileiros toda a verdade sobre as infamias e as miserias de que lança mão o governo inglez para opprimir uma nação que, jamais poderá vencer, mas quer fazer passar aos olhos do mundo como quasi anniquilada. Como todos os criminosos grandes ou pequenos, a Inglaterra foge da luz que possa illuminar as vergonheiras de suas acções e por isso, tremeu ao annunciar-se a ida do sr. Oliveira Lima. Ella sabe que a sua penosa aparada é um gladio afiado da justiça, que decepa impiedosamente as viboras que se acolhem no seio das sociedades, sorrateiramente, para immolal-as á sua veracidade. Como os vampiros que fogem á luz clara do sol, Albion quer viver sempre nas trevas da mentira, arrastando-se como velho bandido, nos escuros das cavernas do mundo (O DIA, 1916, p. 3-4).

O último trecho procura distinguir o Brasil dos ingleses, salientando a prudência brasileira em conservar-se neutro e não ceder ao jogo fácil proposto pelos britânicos.

E Oliveira Lima, o genial patricio, que tem se conservado independente e puro na tormentosa lida em que a Inglaterra mais porfia em cobrir o Universo com o lodo asqueroso de suas indignas tramoias, não pode ser testemunha occular do que se passa nas furnas onde se acoitam as megeras do crime porque, pode num assomo de dignidade, derrubar esse castello de cartas que a protervia ingleza terá construido vir provar exuberantemente em face da humanidade que, o procedimento da Inglaterra nesta conflagração, tem sido o de um verdadeiro emulo dos Musolinos e Vampas⁷⁰. De facto, deve ser motificado o Ministerio das Relações Exteriores do Brazil. Dessa affronta indigna atirada as faces de uma nação independente e livre, fica tambem

⁷⁰ Musolino é um bandido social italiano, tal qual Luigi Vampa, este personagem do romance *O Conde de Monte Cristo*.

senhor o povo brasileiro e os inefaveis alliadophilos, esquecidos de que a honra de sua patria deve estar acima das conveniencias e dos interesses de corsarios, spossivelmente, voltarão a outra face para receber com divina resignação, a outra salivada que John, arrancar a garganta queimada de gin, á sua impafia, transadando o sarro apodrecido do insolente cachimbo. Hão de achar, muito natural e justa, a represalia britannica, contra um diplomata, ou melhor no caso, um escriptor brasileiro encarregado officialmente pelo nosso governo da mais relevante missão intellectual. A affronta não é feita ao sr. Oliveira Lima, ella é atirada por tabella ao nosso governo que, cheio de hombridade, recusou as vantagens, não deu ouvidos as cantilenas com que as ceretas de White Chapell e Monte Martre procuraram seduzilo, para que, com a quebra da neutralidade decretada, afogar-se no charco onde se regalam as nações da Entente, a nossa soberania de povo, a nossa honra de nação. Perdidos, irremediavelmente os Alliados, pela assombrosa potencia da Allemanha, Albion vê com terror, o momento fatal em que deve quebrar a espinha, dobrar a cabeça, vergar o joelho, para receber de sua vencedora o prêmio de seus enormes crimes. E é dos homens puros dignos, imparciaes como Oliveira Lima, que ella receberá o castigo de suas infamias, serão elles, que lhe estamparão na face deslavada, com o latego impenitente e imperecivel da justiça da história o estigma inflamante que arrastará pelos seculos, como o testemunho das suas altas virtudes moraes.

Miseravel!!! (O DIA, 1916, p. 3-4).

Ao final, o adjetivo “Miserável” procura ser o fecho desta série de ofensas aos ingleses, além de manifestar a clara impressão de que um povo com essas características jamais poderia ser vitorioso no confronto com os alemães.

Ainda no mês de novembro, outros cinco artigos vão seguir na trilha de ataque aos ingleses: a edição do dia 14 fala sobre como a impressão dos brasileiros sobre os britânicos se modificou a partir do início da guerra, em razão das atitudes desumanas por eles protagonizadas (O DIA, 1916, p. 3).

Quatro dias depois, usa-se o café brasileiro como ferramenta de críticas aos ingleses, por conta de que o comércio brasileiro estaria afetado negativamente, mesmo considerando o cenário de guerra, pelas atitudes inglesas (O DIA, 1916, p. 3).

A 22 de novembro, parodiando o *Perigo Alemão*, estampa-se na página três e prossegue na página quatro, o *Perigo Inglês*, um texto de autoria de M. Gomes Nobrega, seguindo na mesma linha de acusação das matérias anteriores, ou seja, café e dificuldades comerciais (O DIA, 1916, p. 3-4).

A última reportagem desta série no mês de novembro seria no dia 29, sob o título *Perseguição ao comercio brasileiro*. A partir da manchete é possível imaginar o conteúdo do artigo, praticamente uma síntese das matérias anteriores. Na edição seguinte, que fecha os textos do mês, há uma publicação que desmente o tratamento desumano que os alemães são acusados em relação aos prisioneiros de guerra (O DIA, 1916, p. 3).

A 13 de janeiro, um comerciante de Joinville escreve um artigo comentando as agruras de ser incluído na Lista Negra, lembrando que a guerra terminará um dia e que o futuro irá cobrar o preço das atitudes tomadas no presente (O DIA, 1917, p. 3).

Ainda no cenário da possível paz, em 16 de janeiro, na página três, com a manchete *O gesto de Guilherme II*, alerta com o subtítulo: *Estamos prontos para a guerra, e estamos prontos para a paz* (O DIA, 1917, p. 3).

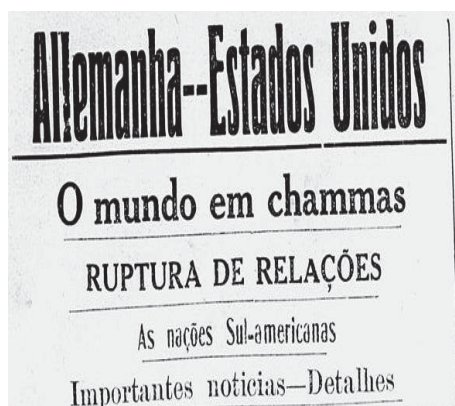
Os maus-tratos recebidos pelos alemães prisioneiros na França é o tema da edição de 17 de janeiro. Por meio do depoimento de um soldado alemão evadido de um campo de concentração francês, chegou ao conhecimento do governo que os prisioneiros estão sem ter onde dormir, em barracas onde a água escorre abundante, e onde o frio já fizera dezenas de vítimas, além de muitos estarem doentes e sem tratamento (O DIA, 1917, p. 3).

Finalizando o mês de janeiro, no dia 25 o jornal publica na página três uma pequena nota, intitulada *A insensatez inglesa*, em que o cônsul britânico no Brasil, por meio de um comunicado escrito, afirma que a Alemanha tenta iludir o mundo com falsas propostas de paz. Depois de publicar o telegrama, o jornal opina a respeito, com a ideia de que, em verdade, os ingleses é que estão desnorreados e que ofendem ao mundo com sua falta de polidez (O DIA, 1917, p. 3).

Para o mês de fevereiro, quatorze edições trazem conteúdos pertinentes. Nos dias 01 e 02, publica-se, na terceira página, um longo relato do coronel Francisco Emilio Julien, ex-adido militar brasileiro na Alemanha. Nesse relato, com toda a pomposidade peculiar aos discursos diplomáticos, são descritos os elogios do Kaiser à neutralidade brasileira (O DIA, 1917, p. 3). É possível argumentar que havia um receio da parte dos alemães que o Brasil se tornasse um adversário. Dessa forma, ganhar a simpatia do povo brasileiro via imprensa era uma estratégia a se considerar.

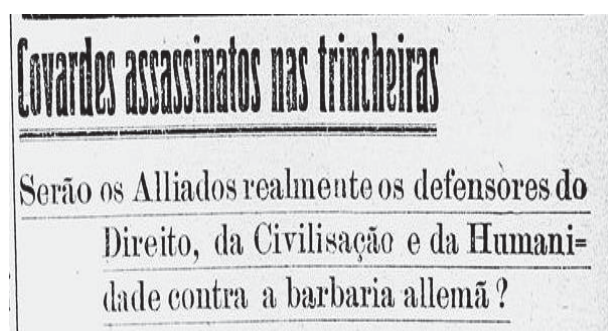
Na edição 03 de fevereiro, a página três de forma plena está repleta de notas, textos e referências aos rumos da guerra. É necessário reproduzir duas imagens das manchetes, para capturar a simbologia das notícias:

Figura 31 – Alemanha e EUA



Fonte: O Dia (1917, p. 3).

Figura 32 – Assassinatos nas trincheiras



Fonte: O Dia (1917, p. 3).

A matéria a respeito dos assassinatos chama a atenção na manchete, mas ao longo do texto vai se posicionando a favor dos alemães, produzindo um desmentido (O DIA, 1917, p. 3).

Contudo, o principal elemento em discussão é o rompimento de relações entre os Estados Unidos e a Alemanha. O temor do jornal é de que o Brasil siga o mesmo caminho. Por isso, apressa-se em afirmar que a atitude brasileira deve ser a de manter a neutralidade, evocando, inclusive, os tratados internacionais. Na edição de sete de fevereiro, a primeira página está repleta de manchetes e notas nesse sentido. A continuação acontece na terceira página, de onde é extraído o trecho que sintetiza este cenário, a respeito da nota que o governo brasileiro irá declarar:

Ficou decidido em conferencia ministerial que nessa nota se insista não somente sobre esse attentado contra o Direito Internacional, como tambem sobre os perigos que o novo bloqueio allemão offereee aos brasileiros que tiverem de viajar. A nota

será redigida muito firme, embora amigável. Sabemos que o dr. Lauro Muller fez sentir ao chefe da Nação e aos colegas de governo que julgava inconveniente que a intervenção do Brasil passasse pelo menos, por enquanto d'esse protesto diplomático. Ouvimos dizer mais que o nosso chenceller exprimiu mesmo o seu pensamento, dizendo que, si a tempestade se desencandeasse para o nosso lado, teríamos de supportal-a, mas não deveríamos correr ao seu encontro. As opiniões e idéas expressas pelo dr. Lauro receberam o apoio incondicional do presidente da Republica e dos outros ministros. Sabemos também que durante a conferencia o ministro da Marinha discutiu longamente os aspectos naváes e a situação, fazendo declaração muito franca sobre o estado de nossas forças de mar. O almirante Alexandrino chegou mesmo, segundo consta, a commentar amargamente a imprevidência do Congresso que deixou o governo destituído dos sufficientes recursos orçamentarias para enfrentar desafogadamente a crise actual. Foram discutidas e adoptadas varias providencias de caracter militar concernentes á defeza da neutralidade do Brasil (O DIA, 1917, p. 3).

Como se vê, há uma boa preocupação para a manutenção do estado de neutralidade. Inclusive, porque se houvesse o rompimento deste, ficaria muito mais difícil a disseminação da ideia do alinhamento com a Alemanha.

Em 08 de fevereiro, o “perigo alemão” é retomado, mas com um novo ingrediente. Desta feita, o jornal comemora o fato de que, segundo as suas fontes, a opinião pública já não mais considera os alemães como não patrióticos, bem como pessoas não confiáveis. Apenas alguns veículos de imprensa de menor expressão ainda insistem nesta ideia (O DIA, 1917, p. 1).

A nove de fevereiro, a terceira página é inteiramente dedicada à cobertura da Guerra. Com manchetes como *O mundo em Chamas*, e por duas vezes *Alemanha – Estados Unidos*, quase todas as notas e notícias apresentam algum acréscimo do jornal, sempre com o cuidado de preservar a imagem da Alemanha (O DIA, 1917, p. 3).

Tal fato se repete, não com a mesma intensidade, nas três edições seguintes. A seção *Quadros da Guerra*, no dia 10; a seção *Brasil – Alemanha*, no dia 11 e, novamente, na página três de forma integral, no dia 13 (não houve publicação no dia 12 de fevereiro). Ou seja, todas as notícias com alguma forma de amenização ou defesa da imagem da Alemanha (O DIA, 1917, p. 3). Seguem-se breves, mas frequentes, notas que procuram manter a dinâmica anterior: No dia 01 de julho, *O Brasil na guerra*, nota da primeira página que informa a revogação da neutralidade e que destaca o sentimento patriótico. Não faz referencia à Alemanha diretamente (O DIA, 1917, p. 1). No dia 03, *O fim do monge* – uma nota até certo ponto curiosa, que informa o paradeiro de uma das lideranças da guerra do Contestado, que reclamava a região como um estado autônomo, já que “Santa Catarina iria pertencer à

Alemanha.” (*O DIA*, 1917, p. 1). No dia 04, a nota traz a íntegra do decreto de revogação da neutralidade (*O DIA*, 1917, p. 1). No dia 07, como já ocorrera anteriormente, são publicadas cartas e artigos, escritos no Rio de Janeiro, por um viajante que esteve em Santa Catarina, sempre desmistificando o antigermanismo e recorrendo, diversas vezes, à questão do Acordo de Limites (*O DIA*, 1917, p. 1). No dia 10 de julho, na seção *Alemanha versus política* – nota da terceira página, que procura separar as questões políticas locais do germanismo (*O DIA*, 1917, p. 3). No dia 11 de julho, o texto é a *Política de Santa Catarina*; na primeira página é publicada uma nota do *Correio da Manhã*, em relação à renúncia de Abdon Batista e a consequente reposição da bancada catarinense no Congresso Nacional. Após esta nota, *O Dia* acrescenta um comentário, contrapondo à opinião do outro jornal. A questão toda é em razão de Lauro Müller. Embora não seja citada nenhuma palavra como germanismo, ou afim, fica claro o receio de que Lauro Müller pudesse se fortalecer com a troca de deputados (*O DIA*, 1917, p. 1). E finalizando a série de matéria, temos o dia 21 de julho, intitulada *Uma ligeira entrevista* – na primeira página, uma transcrição parcial da entrevista de Thiago da Fonseca, diretor do próprio jornal, quando de passagem por Santos, tranquilizando o país em relação aos alemães de Santa Catarina (*O DIA*, 1917, p. 1-3).

Essas matérias tornam-se significativas não tanto em relação ao seu conteúdo em si, mas pelo fato de serem numerosas (várias delas em um mesmo exemplar), e pela sua repetição. Além das que foram aqui trazidas, muitas outras, de igual construção, poderiam ter sido citadas.

A segunda matéria a merecer uma transcrição integral no mês de julho de 1917 é a que consta na primeira página da edição veiculada em 06 de julho, *Exportação de mentiras*, onde é analisada uma matéria do jornal *A Razão*, do Rio de Janeiro. Depois de concluída a matéria, outra nota, intitulada *E O DIA?*, segue na mesma coluna. Ela também foi transcrita, pois evidencia a guerra de informações e pontos de vista com que os jornais da capital se acusavam.

Com uma epigraphe espalhafatosa e uma porção de subtítulos, *A Razão*, que se edicta no Rio de Janeiro, em data de 23 de junho, publicou o seguinte:

“Distincto official do Exercito, nosso amigo, que daqui partiu há dias para o Rio Grande so Sul, colheu, em apenas duas escassas horas que passou em Florianópolis, os seguintes edificantes flagrantes da desnacionalização de Santa Catharina:

Em duas horas de Florianópolis, a conversar com algumas pessoas insuspeitas sobre a deplorável pressão moral que o governo do Estado, mancomunado com a colônia allemã, faz sobre a vida de todos os brasileiros que tem o culto do amor patriótico, colhemos aqui e ali noticias fidedignas dos seguintes factos:

João Klettemberg, thesoureiro dos Correios, e cunhado do governador e o major do Exército Gustavo Schmidt, commissioned no commando da policia estadual e irmão do governador, não cessam de acintosa e ostensivamente, pelas ruas e pelos cafés, de discutir a favor da Allemanha, apregoando as excellencias do imperador allemão, irritando e humilhando a população.

João Klettemberg, quando as autoridades federais brasileiras tomaram posse do navio allemão “Pontos”, surto neste porto, com escândalo geral declarou que o Brazil tomaria os navios allemães agora, mas teria de, passada a guerra, pagar ao Kaizer o capital e os juro de este acto de ladroeira (O DIA, 1917, p. 1).

A matéria prossegue, com mais notas e casos, todos agrupados na condição de serem os allemães os vilões da situação. A quem começou a leitura e a teria interrompido neste ponto, poderia pensar que o jornal abandonou a simpatia pelos allemães. Não há até aqui, e nem no próximo segmento do artigo, nenhuma tentativa de amenizar nenhum fato. Isso somente ocorrerá ao final do texto.

O governador do Estado que costuma mandar representantes a todos os actos de solenidade da vida da população, não se fez representar nem por um porteiro, na posse do navio allemão.

Ulysses Costa, chefe de policia e Thiago Fonseca, procurador geral do Estado, são redactores de O Dia, órgão official do governo, propriedade das firmas allemãs Theodor Wille Carl Hoepck & C., e alguns políticos catharinenses, menos o senador Vidal Ramos e o coronel Belisario Ramos, que se desfizeram das acções que possuíam, doando-as aos hospitais da cidade de Lages, por não estarem de acordo com a orientação do jornal.

Neste jornal todo dia se escrevem artigos em propaganda da Allemanha, fantasiando telegrammas da guerra, noticiando victorias das tropas tedescas.

Em Brusque, cidade do norte do Estado, o intendente e chefe político governista é o allemão de nascimento Karl Renaux, intermediário da compra de munições na casa Ernesto Beck & C. de Florianópolis, para os allemães daquela localidade.

Ainda em Brusque, um membro do conselho municipal, sr. Bianchini, filho de italiano nascido no Brazil, há poucos dias foi espancado barbaramente num baile por allemães, por se mostrar numa discussão favorável ao acto do Brazil rompendo a neutralidade a favor da América do Norte. No baile estava presente o capitão Euclides de Castro, delegado de policia, que não quis tomar conhecimento do facto nem abrir inquérito, apesar de Bianchini ficar três dias gravemente em sua casa, doente e sem fala, devido à agressão.

Os brasileiros de Brusque pediram por telegramma ao commando da guarnição da força federal garantias de vidas por se sentirem sob pressão moral dos allemães que o ameaçam diariamente.

O jornalzinho de Brusque, ‘Gazeta Brusquense’, de propriedade do intendente Karl Renaux, que tece elogios quotidianos aos Muller e aos Schmidt, ataca sempre a Marinha e ao Exército do Brazil, qualificando-os de incompetentes, mal organizados e compostos por mulatos e negros.

No logarejo Pouso Redondo, município de Blumenau, os allemães estão se concentrando, indo para lá a officialidade e marinheiros no navio “Pontos”, e de outros navios allemães ancorados noutros portos brasileiros, temendo-se que dahi num dado momento surjam agressões aos brasileiros da região.

Affirma-se que peças que faltam no navio “Pontos” foram conduzidas, umas para as casas de Ernesto Wahl Filho, reservista do Exército, Tiro Brasileiro 40, filho de Ernesto Wahl, consul da Austria Hungria: outras, para a casa de Alberto Probst, allemão nato, nascido em Berlim, e amigo intimo do governador Schmidt.

O hespanhol Jose Garcia Pratez, antigo commandante do ‘Syrio’ e doutros vapores do Lloyd, vencendo os ordenados de commandante, sem se ocupar em coisa alguma, por proteção do Sr. Lauro Muller, do que não faz mysterio, é um feroz propagandista da Allemanha, fazendo incursões pelo interior nesse intuito. Este facto é tanto mais notado quanto é notório que no Lloyd faltam officiaes para o commando de navios” (O DIA, 1917, p. 1).

Depois de expor todos os fatos com que o jornal adversário havia acusado o estado de germanismo, o texto inicia o processo de contraponto, no qual todas as situações relacionadas serão desmentidas.

Leram? Pois agora escutem.

O official do exercito que há poucos dias passou para o sul e esteve nesta capital doi o coronel Pedreira Franco, commandante do 8º regimento.

Esse official foi recebido a bordo pelo tenente-coronel Gustavo Schmidt com quem sempre este e em cuja residencia almoçou, indo depois visitar o sr. dr. Felipe Schmidt. Depois dessa visita o coronel Pedreira foi ao correio, onde escreveu a um seu filho residente no Rio e retirou-se para bordo, sempre acompanhado de seu amigo o tenente-coronel Gustavo Schmidt. Não foi, pois, o coronel Pedreira o missivista d'A Razão. E depois, em duas horas rapidas de permanencia em terra, não ha espirito que armazene tanta mentira, com tantas minucias. O que se diz aqui é que esse benemerito trabalho de *propaganda catharinense* está sendo feito pelo sr. coronel Salles Brazil. É o que se diz geralmente. Se S. S. é ou não o autor dessas missivas interessantissimas não o sabemos.

Examinemos rapidamente as mentiras d'A *Razão*. Quem quer que conheça o sr. João Klettenberg ou o sr. tenente-coronel Gustavo Schmidt ha de attestar os seus habitos de discreção e a integridade de character de de cada um delles. Não ha logar para os dois entre os maldizentes que nos cafés, nas esquinas e nas ruas vivem a atassalhar a honra alheia e a inventar historias que deprimem a nossa terra. O governador só se faz representar nas solemnidades para que tem convite. Não tinha que mandar representante ao acto de posse de um navio mercante.

O Dia não é propriedade de firmas allemães. É uma folha brasileira, orgão de um partido e não pede licções de n patriotismo aos informantes d'A *Razão*. O facto do sr. senador Vidal Ramos e do sr. coronel Belisario Ramos offertarem as suas acções aos hospitaes de Lages, em nada modificou a nossa situação.

O sr. Carl Renaux é brasileiro naturalizado e como tal póde ser chefe politico em Brusque. A naturalisação tem o fim de dar aos estrangeiros os direitos de cidadãos brasileiros. Quanto á compra de munições já se sabe que não passou de 500 cartuchos para Winchester.

Não é exacto que o delegado de Brusque não tivesse procedido o devido inquerito sobre o caso Bianchini. O inquerito foi terminado e remetido a autoridade competente. E demais o espancamento de Bianchini é anterior a revogação de nossa neutralidade no conflicto germanico-americano. Nem sabe mentir essa gente. O pedido de garantias de 22 brasileiros de Brusque ao commando da guarnição federal foi uma *fila* para fins partidarios. Dos 22 signatarios do

telegratnma alguns declararam que tinham sido illudidos e os demais que assim procederam porque *suppuzeram que ia acontecer alguma coisa*.

A Gazeta Brusquense jamais atacou o exercito e a marinha nacional, qualificando-os de incompetentes e compostos de mulatos e negros. O missivista d'A *Razao* com toda a sua coragem, não é capaz de apresentar um numero da *Gazeta* com semelhantes afirmações.

A concentração de allemães em Pouso Redondo é igual á concentração do campo das Camarinhas. Toda a gente está farta de saber que os officiaes e marinheiros do *Pontos* que aqui restavam, seguiram para o Rio, a bordo do *Florianopolis*.

Si o missivista sabe onde estão as peças das machinas do *Pontos*, dê, com a responsabilidade de seu nome, denúncia ao sr. capitão do porto e essa autoridade requisitará da policia as devidas buscas e aprehensoes.

O hespanhol José Garcia Prates, brasileiro naturalizado, é um velho e digno marinheiro, cheio de serviços ao Lloyd de uma brilhante capacidade profissional. Vive aqui, em Florianopolis, no desempenho das funcções de que foi incumbido e jamais andou pelo interior em Propaganda allemã. E depois para que serviria essa propaganda?

Decididamente bemaventurados sejam os pobres de espirito porque deles é o reino do ceu (O DIA, 1917, p. 1).

De fato, para todas as acusações levantadas, há uma explicação. Contudo, nem todas as explicações são suficientes para dirimir as dúvidas. Especialmente em quatro pontos: primeiro, a compra de munição por Karl Renaux é admitida, mas justificada pela quantidade e finalidade; o espancamento do sr. Bianchini não é desmentido, mas remetido à outra data, restando a dúvida de se realmente foram alemães que praticaram o ato e por qual motivo; as peças do navio alemão, supostamente sob posse dos acusados, também não se explica o seu destino, mas simplesmente cobrado o ônus da prova; e, finalmente, no caso do espanhol José Garcia Prates, simplesmente é questionado quais motivos ele teria para se portar como germanófilo, contudo nenhuma razão prática é apresentada.

Ainda nesse sentido, a nota seguinte responde a outro jornal, chamado *Opinião*, que acusa *O Dia* de ser omisso em relação aos atos praticados pelos alemães contra o Brasil, por sua condição de germanófilo. Eis a resposta:

E O Dia?

Cega pela paixão que a domina, a *Opinião* de ante-hontem escreveu: “Todos os jornaes desta capital publicaram telegrammas annunciando quebra da nossa neutralidade ante o conflicto europêo, e o nosso prezado collega ‘O Estado’, em bem lançado artigo, commenta esse gesto nobre do nosso governo, em desaffronta ao nosso pavilhão. O Dia, porém, callou-se e, não só não publicou os despachos telegraphicos que recebeu, como tambem não dignou sequer bocejar uma palavrinha a respeito de tão magno assumpto.” O publico deve ter ficado pasmo com tão inaudita desfaçatez.

O Dia, é certo, não publicou telegrammas, pela simples razão de não lhe ter sido enviada a respeito qualquer noticia pelo seu correspondente no Rio, que aliás é aliadophilo, mas publicou um artigo, (mesmo antes de ter o governo ter recebido comunicação official), que está estampado em nossa edição de domingo ultimo sob o titulo "O Brazil na Guerra", para o qual chamamos a atenção da nossa vizinha, caso não o tenha lido como parece. E enquanto os *bachareis* do "Dia", que não pedem lições de patriotismo ao militar da "Opinião) assim se manifestam, a dita folha, nada disse limitando-se, 3 dias após a publicação do nosso artigo, a dizer que nada escrevemos.

Prob pudor!

O balão furou... (O DIA, 1917, p. 1).

Resumindo, pairam sobre *O Dia* suspeitas de pertencer aos alemães. O que existe de concreto é que, em muitas edições (quase a totalidade do ano de 1917), a última página era ocupada inteiramente por um anúncio da firma Hoepcke, ou seja, sendo ou não a proprietária do veículo, era pelo menos o seu anunciante mais importante, como se pode verificar na imagem.

Figura 33 – Hoepcke e Cia

O DIA — Florianópolis, Segunda-feira, 1 de Junho de 1917

CARL HOEPCKE & C.

Florianopolis - Filial em São Francisco

IMPORTADORES DE FAZENDAS E FERRAGENS

Deposito de Carvão Cardiff e Pontaletes
Fabrica de Pontas de Paris - „Rita Maria“
FABRICA DE ARAME FAPLUDO E DE GRAMPÓS PARA CERCA
FABRICA DE GELO
Proprietarios do Estaleiro „Aratoca“
Da „Empresa de Navegação Hoepcke“ com os vapores:
„Anna“, - „Max“, - „Meta“
que mantem um serviço regular entre os portos do
Estado de Santa Catharina e o Paraná e entre
Florianopolis e Rio de Janeiro com escala
por Itaipava, São Francisco, Paranaguá,
e Santos.

Machinas e artigos technicos de toda especie
Unicos representantes para o Estado de Santa Catharina das seguintes fabricas:

Duerkoppwerke A. G., Bielefeld.
Machinas para preparar madeiras
R. Wolf, A. G., Magdeburg-Buckau,
locomoveis
Companhia General Electric do Brasil.
Rio de Janeiro
tudo artigos para „Electricidade“
THE ALFRED HORNEMANN CO.,
CINCINNATI, OHIO.
Machinas para beneficiar café e arroz
moendas de canna
sistema bertolotti e sistema „OTTO“ e „DIESEL“
SKF
sociedade sueco-normanda de rolamentos de esferas, manivelas e rolamentos para
ADLERBERGER WAGEN, HERNICH KÄRZE A. G., FRIEDRICH, NAPP,
máquinas para escrever e typographica
Granstein & Koppel-Arthur Koppel, A. G., Berlin,
Trilho, Wagões e Vegetalio

Effectuam encomendas sobre os productos
destas fabricas aos preços originarios

Tem sempre em stock:
Serras de fita sem fim e serras circulares,
máquinas para apilhoar, para fazer jantas
e molduras, torçoes
e diversas outras máchinas
para preparar madeira, mesteiras
para lavoura e obo-óro
Trilhoas, desvios e wagonetas, automoveis, máchinas
para escrever, para beneficiar
café, serras e mesteiras de canna,
diversas máchinas para trabalhar em
madeira, mesteiras para lavoura
com mesteiras e d'agua
BARRILEIROS E FERRAMENTARIAS
„ADDA“
Molinos pequenos para farinha, amoleadeiras
Máchinas para agricultura,
arabias, bicycletas.
Ferramentas de toda qualidade, algivellos,
luzes acendidas, ventiladores, hipoteses,
luzes para farmacia e muitas outras artigos
de carpintaria, marcenaria, serraria, molinos de
cristallo, etc.
Orçamentos e plantas gratuitamente

Fonte: O Dia (1917, p. 4).

A 26 de agosto, em três colunas da primeira página, um artigo da autoria de Ruy Barbosa, chamado *Auxilios a Belgica*, com a verborragia que caracteriza o orador e político,

expõe a Alemanha como causadora da Guerra, exalta a coragem e o sacrifício dos belgas e coloca ingleses e franceses como asseguradores da continuidade da civilização (O DIA, 1917, p. 1). Este artigo contraria a linha adotada pelo jornal, ao mesmo tempo contribui para amenizar a sua imagem de germanófilo, a esta altura cada vez mais difícil de sustentar.

As duas edições selecionadas para o mês de agosto de 1917 compreendem os dias 30 e 31 de agosto. A primeira delas estampa na primeira página uma matéria de duas colunas *Ontem, hoje, amanhã*, em que a questão germânica do sul novamente é abordada, mas agora sob o prisma do futuro, pois um dia a guerra acabará e o amanhã cobrará seu preço. Em tom de cautela e de reflexão, esse mesmo sentimento se descreve no dia 31 de agosto, agora com uma página inteira (a de n. 03) e mais uma coluna da página quatro, que contém o artigo chamado *O problema alemão no Sul*. Aqui, a vitória aliada é explicitamente admitida, com longas análises do que isto vai significar e o reforço do papel que os alemães vão desempenhar no Brasil (O DIA, 1917, p. 1-4).

Embora o acervo deste mês seja igual aos demais em número de exemplares disponíveis, as matérias são mais escassas e não acrescentam nenhum elemento novo, razão pela qual se preferiu elencar apenas uma para o registro do período. Contudo, o mês de outubro, em razão da proclamação do estado de beligerância, viria repleto de notícias, comentários e análises. São, ao todo, doze edições que foram destacadas, sendo que a seção *Estado de Guerra* será analisada no conjunto de quatro publicações.

Iniciando pelo dia 02, publica-se, como já havia sido feito várias vezes, discurso proferido pelos deputados catarinenses, nas páginas 2 e 3. Dentre várias manifestações, descreve-se com largo fôlego as palavras de Caetano Costa, explicando o que é ser patriota, ou seja, é considerar o bem da sua sociedade, e isto significa olhar para o germanismo de forma racional (O DIA, 1917, p. 3-4).

No dia 10 de outubro, uma pequena nota da primeira página ironiza uma matéria do jornal *A Razão*, do Rio de Janeiro, que questionava o envio de recursos para a educação em Santa Catarina, por conta da alegação de germanismo. Contudo, a matéria comete um equívoco na imagem publicada, que não passou despercebido.

Figura 34 – Jornal *A Razão*

*** *A Razão* do Rio quiz fazer barulho em torno da subvenção de 200 contos, por parte da União ao nosso Estado, para a diffusão do ensino da geographia, historia e lingua nacionaes.

Em seu numero de 3 do corrente aquelle orgão, que não faz jús ao nome que tem, estampou a photographia de uma casa, á qual chama «um collegio allemão em Azambuja, em que só se ensina a lingua teuta». Mas, por caiporismo do escrevinhador d'*A Razão*, deram-lhe a publicar uma photographia do ... Hospital de Alienados de Azambuja, como se fôra de um collegio!

E ahí está como lá por fóra se faz a propaganda do germanophilismo catharinense ...

Digno discipulo de um tal collegio, quem se aventurou a tão desarrazoada invectiva!...

Fonte: O Dia (1917, p. 1).

Esta nota ainda seria comentada novamente, agora assumindo um ar de brasileirismo mais intenso, na edição de 12 de outubro. O discurso é até mais ousado em relação à germanofilia, descaracterizando-a. Aos poucos, o jornal vai mudando sua tática e se declarando nacionalista (O DIA, 1917, p. 1).

No dia anterior, 11 de outubro, também na primeira página, uma coluna destaca como os brasileiros devem se portar durante a guerra, ou seja, sem assumir posturas aliadas ou germânicas, mas nacionalistas, pois o que estaria reservado ao Brasil era um destino incerto, tanto para um lado quanto para outro. Por isso, o sugestivo título *Entre Cila e Caribides*, fazendo alusão ao estreito de Messina e também aos personagens mitológicos (O DIA, 1917, p. 1).

No dia 16 de outubro, o ensino público é a pauta do germanismo. É publicada parte do projeto de lei que torna obrigatória a instrução pública em Santa Catarina, com o adicional de uma estratégia de nacionalização dos núcleos alemães, onde seriam utilizadas como ferramentas o ensino da história brasileira, a execução de hinos, atividades patrióticas e outras (O DIA, 1917, p. 1).

A edição de 20 de outubro mostra como a Lista Negra foi utilizada por negociantes espertalhões, que tentaram ludibriar uma empresa de Santa Catarina, não entregando a

mercadoria comprada e paga, alegando que ela estava “na Lista Negra”. O jornal, atento a tudo, não deixa de aproveitar para reforçar seu ponto de vista (O DIA, 1917, p. 1).

Para o mês de janeiro, oito publicações mostram que o ano que se iniciava seguiria nos mesmos moldes com que o ano anterior havia sido finalizado. Já na primeira semana de janeiro, um texto exortando à paz; a notícia do afundamento de mais um navio brasileiro; o fechamento de escolas de língua alemã em Santa Catarina e o conseqüente aplauso ao governador; e a primeira página repleta de notas sobre os problemas alemães na guerra; tratam de conduzir patrioticamente o rumo dos acontecimentos (O DIA, 1918, p. 1) (Edições dos dias 01, 03, 04 e 13 de janeiro).

Na segunda quinzena do mês, as quatro outras publicações selecionadas apontam o mesmo quadro, com a notícia de um suposto espião alemão, que teria passado por Santa Catarina, ser alvo de investigação da polícia do Estado (19/01); um texto sobre a necessidade de propagar ao Brasil a verdadeira imagem de Santa Catarina, que não tem sentimentos germanófilos (23/01); a primeira página da edição do dia 30, em que as notas são contrárias à Alemanha; e, finalmente, uma página inteira dedicada a uma entrevista de Lauro Müller (29/01), na qual ele reforça seu patriotismo (O DIA, 1918, p. 1).

A totalidade destes artigos permite confirmar a versão desejada pelo jornal, que pode ser ancorada em três pontos principais:

- a) A Alemanha não provocara a guerra, sendo de todos os países aquele que mais procurou evitar o conflito e esteve sempre aberto ao diálogo pela paz;
- b) Dentro das batalhas, movimentos de guerra, prisões, comércio, ou seja, em todas as ações relacionadas à guerra, os alemães sempre se portaram como cavalheiros e como nação altamente desenvolvida;
- c) Os alemães de Santa Catarina, representam da mesma forma que seus antepassados e patrícios, tudo aquilo que o Brasil necessita para seu desenvolvimento material e humano.

De todos os jornais estudados, *O Dia* foi o que mais forneceu material para corroborar sua versão dos fatos.

O último periódico a ser incluído nesta seção é *O Estado*. Como este jornal iniciou em 1915, somente nas cinco primeiras edições do mês de novembro é que foi possível, em

relação à guerra, alguns registros dignos de nota. No dia 05, todas as notas são de derrotas dos alemães, o que não ocorreu nos dias anteriores. A edição seguinte traria uma coluna inteira da segunda página com o título *A germanofilia na Hespanha*, com o subtítulo *Um discurso notável*.

Em uma sessão do parlamento hespanhol em 15 de Julho findo, o deputado Vazquez de Mello pronunciou um discurso sensacional de que extrahimos a peroracão: ‘... E quando vem a revolução de 1848, que parece o prologo de outra revolução como a de 1879 e faz oscillar todos os thronos da Europa, a Prussia se commove e não pode recuperar o seu imperio, porém começa a trabalhar silenciosa e pacientemente. E chega o dia de Sadowa, no qual alcança o predominio sobre toda a raça Germanica, e em 70 sobre a polencia latina que podia contrabalançar sua influencia no Continente. E quando já se havia levantado assim, emprehende outra tarefa paciente e tenaz, e o chamado imperialismo allemão durante os vinte e sete annos que leva já de reinado o actual imperador, *não conquista um palmo de terra com as armas*; quando quer adquirir territorios, como as Carolinas e as Marianas, ou o sultanato de Zamzibar, *os compra*. Multiplica a energia nas fabricas, as universidades, as escolas - movidas por um só impulso e uma direcção: a grandeza do império. E quando chega a hora suprema do conflicto europeu apparece essa Allemanha gigantesca, a qual, ainda que só, quando mais não fosse sessão por quanto de esthetica, haveria de saudar respeitosamente. (Applausos geraes). Não passou pelo mundo, não rodou sobre a terra uma machina semelhante á machina fornidavel do exercito ademão! Tomando a offensiva na Russia, a defensiva na linha de Flandres; com um exercito nos Carpathos, com outro em dez departamentos francezes, com outro maior, e sempre em movimento, nos comboios, o mesmo a tornar a offensiva como a defensiva, o mesmo a defender como a atacar, o mesmo a conquistar as praças como a reconquistar regiões — sempre está no primeiro posto, e tem neste momento, avassalando a terra, sete milhões de homens em armas. (Applausos delirantes) (O ESTADO, 1915, p. 2).

O discurso segue ironizando a participação da Itália e fazendo alusões ao comportamento dos povos de origem latina.

Tinha preparado, há seis rnezes, um milhão de homens, porque contava com a “conducta” da Italia (risos). E esta é a hora em que, vencida e humilhada, a Russia, que não tarda a pedir a paz, pode precipitar seu triumpho “o mais brilhante da Historia”. E é essa machina de guerra, com ser tão grande não póde ser comparada a fabrica que a produzio, que é o povo allemão; e ainda que essa fabrica seja inferior ao motor dessa machina que é o seu espirito, para medil-o ha de olhar se para a sua imagem, sua encarnação viva no grande imperador. (Applausos). Guilherme II, de quem dizia Bismarck que seria chancellor de si mesmo, é o consul do seu paiz que abre mercado aos seus novos productos; é o embaixador que trouxe para a patria novas relações, é artistica, é poeta e é humanista; fomenta e cultiva todos os ramos das bellas artes; impulsiona as sciencias até nos discursos em latim, que dirige ao reitor da Universidade de Roma; parece um peregrino quando percorre a Palestina; parece um cruzado quando penetra ao cahir da tarde, nos sanctuarios da Polonia; é “monstrum activitatis”, como Cezar (O ESTADO, 1915, p. 2).

A parte final do discurso continua elogiando Guilherme II e termina com uma crítica aos latinos, já referida anteriormente.

Um dia aparece deante das linhas de Flandres; outro, em suas cidades, preside aos conselhos de generaes; emenda os planos e, ao mesmo tempo, dirige-se aos seus ministros e as suas autoridades civis; assume o commando de divisoes, dirige batalhas, e até nos Carpatos, a luz indecisa de urna manhã, quando seus soldados, transidos de frio, luctarn com os elementos que renderam os exercitos de Napoleão. e parecem que vacillam, divisam envolto em seu capote de soldado, como urna apparição phantastica, o novo Carlos Magno, que pronuncia palavras magicas que incendeiam corações. Eu saúdo com respeito e amor, não só a personificação gloriosa da monarchia e da ordem no mundo, senão ao testamento de Felipe II e de Napoleão, porque cumpre contra a Grã-Bretanha os designios da raça latina, que esta não tem sabido cumprir. (estrepitosos applausos) (O ESTADO, 1915, p. 2).

Este texto parece ser a opinião do jornal, pois não traz a assinatura de seu autor, a quem, em última análise, poderia ser imputada a responsabilidade ideológica. Os elogios ao discurso, à Alemanha e a seu líder deixam clara a intenção de se promover a guerra como uma necessidade de enfrentamento da Inglaterra, coisa que somente os alemães até então haviam se mostrado ousados em empreender.

A primeira destas matérias é do mês de janeiro, no dia 20, em que pouco se pode apurar a respeito da guerra. Primeiramente, porque somente 7 edições deste mês estão disponíveis. Em segundo lugar, porque neste mês o jornal se preocupou apenas em divulgar informações a respeito dos fatos da guerra. A única análise capturada, na data já mencionada, é uma reflexão a respeito de uma possível discussão sobre o fim da guerra, que acabaria não prosperando, por ocasião da rendição incondicional de Montenegro para a Áustria. Contudo, essa análise de um possível armistício não contempla nenhuma crítica a quaisquer dos lados beligerantes (O ESTADO, 1916, p. 1).

No mês de fevereiro, quatro matérias dão conta de como o jornal pensava a cobertura da guerra. A primeira delas ainda caminha no sentido do germanismo, ao publicar um artigo sobre o valor da marinha de guerra alemã. É verdade que, também na mesma edição, datada de 08 de fevereiro, o jornal publica uma carta de resposta de Sir Edward Grey, à época Secretário das Relações Exteriores da Grã-Bretanha, às alegações de von Bethmann-Hollweg (Chanceler do Império, em alemão *Reichskanzler*), cuja parte inicial não foi localizada no acervo. Essa carta tem um tom pró-aliados, como seria de se esperar, mas seu tom diplomático não permite afirmar, ao menos nesse momento, que com sua publicação fica restaurada uma neutralidade do jornal em relação à guerra.

Assim, reproduz-se a íntegra do artigo sobre a marinha de guerra alemã, este sim, de caráter ufanista:

A “Gazeta de Colonia” publica o resultado d'uma visita d'um dos seus redactores á Armada allemã. O jornalista diz entre outras cousas: “Os inglezes não podem chegar até aqui” - me disse um jovem official de marinha, - acrescentando: E se o fizessem seria uma medida de desespero, a última a que recorriam. “Qual a recepção que lhes fariamos então?” Conto a ninguem se occulta, o bloqueio inglez, não se deve somente aos navios inglezes, mas lambem á configuração geographica da região do canal da Mancha e ás costas adjacentes. Sem dúvida, o bloqueio não é absoluto e a navegação commercial allemã não está completamente paralyzada, corno se cre geralmente. O redactor do jornal mencionado continua: 'Quando um pensa nas grandes cidades commerciaes da America do Norte, não pode menos perguntar a st próprio o que teria occorrido á costa allemã, se o paiz se visse envolvido n'uma guerra com o armamento naval e as defesas que tínhamos há cincoenta annos. As consequências podem-se apenas imaginar. A possessão de Heligóland só assegura a liberdade da bahia allemã. Os inglezes podem se ufanar quanto quizerem perante os neutros pretendendo que bloqueiam as costas. Entretanto quem visitar as nossas costas pode verificar que diariamente estão zarpando navios mercantes allemães nas desembocaduras dos rios e podem convencer-se de que o nosso commercio costeiro não ficou paralyzado de forma alguma. Se a esquadra ingleza se pudesse manter entre Heligoland e a costa allemã, a situação seria por completo differente. Nenhum barco de pesca poderia fazer-se ao largo. Não podia haver questões entre nós no que diz respeito á distribuiçao dos meios navaes e outros recursos que incluem as magnificas fortificações da costa, para a protecção da mesma (O ESTADO, 1916, p. 1).

O texto continua a enaltecer a marinha alemã, minimizando a tradição inglesa de controle das águas oceânicas, chegando mesmo a afirmar o temor dos ingleses em aproximar-se das costas alemães, aí não somente devido à marinha, mas também à força aérea.

Pela experiencia da Historia pode-se assegurar que é impossível que os inglezes entrem em caso algum nas desembocaduras dos nossos rios. Elles sabem perfeitamente por que não se atrevem a aproximar-se dos grandes canhões de Heligoland. A grande frota que protege a Alltemanha estende-se coma um muro de fronteira pelo mar afóra. Forma uma série de cadeias, uma detraz das outras, como se fosse uma série de trincheiras em terra inimiga que hoje constitue a nossa defeza de fronteira'. Mas adeante disse o jornalista, referindo-se ás armas secretas: ‘Hoje o paiz não poe somente a confiança na grande esquadra sempre prompta para protegelo. Tem alem d'isso, armas secretas. Um inimigo que chegar até ás nossas costas, seria objecto d'uma recepção tal, que não ousaria uma segunda tentativa. Quanto ao auxilio naval dos Zeppelins, disse: ‘O seu valor para a defeza da costa só póde ser encarecido. As nossas aeronaves poupam-nos muitos cruzadores ligeiros. Eis aqui porque a maior parte dos officiaes navaes se manifestam entusiasmados pelos dirigiveis e consideram a alliança entre as armas de terra e do ar muito fructuosas. ‘O jovem official de marinha allemã arranca ao jornalista calorosos termos. A sua figura é magnífica. Creio que a Allemanha tem entre os seus jovens officiaes de marinha um novo typo, um typo que associará á memoria d'esta época inolvidavel. Dao-nos agora a prova irrefutavel de seu labor de vinte annos. Se Bismarck poude dizer dos tenentes navaes allemães de 1870 que ninguém era capaz de imital-os, com maior razão podemos dizer hoje que será impossivel imitar o tenente naval germano de 1914 e 1915 (O ESTADO, 1916, p. 1).

Em 09 de fevereiro, é publicada a conclusão da resposta de Sir Edward Grey ao Chanceler von Bethmann-Hollweg do Império Alemão. Seu tom é pró-aliados, como não poderia deixar de ser, mas não chega a ser contundente, como havia ocorrido na primeira

parte. Mais incisiva é a matéria a respeito da Cruz Vermelha Alemã, pois, apesar de se tratar da organização de uma festividade, encabeçada pelas senhoras da capital, o fato de o jornal registrar esta nota e de fazer um comentário em especial, demonstra um apreço pela causa alemã. Some-se a isto o fato de até o momento não figurar nenhuma demonstração semelhante para a Cruz Vermelha Inglesa, ou Francesa, etc. Segue a nota na íntegra:

Pró Cruz Vermelha Alemã: Tem despertado grande animação o festival promovido pelo distinto maestro Alvaro Ramos em prol da Cruz Vermelha Allemã. A procura da localidade tem sido a melhor possível. As gentilíssimas senhoritas que estão encarregadas da organização da Kermesse, têm já recebido muitas prendas. Serão seguintes as tendas: 1a. Kermesse; 2a. Cerveja; 3ª. Gazoza; 4a. Bonole⁷¹; 5a. Sandwiches e doces; 6a. Sorvetes. Haverá grupes de charuteiras, de floristas, de jornaleiras e de loterias. Em pequenos carros, algumas senhoritas venderão confettis, serpentinas e lança-perfumes. Os ensaios para o grandioso concerto vão muito adiantados. Pelos preparativos, o festival de 12 do corrente será um grande acontecimento nos domínios da Arte e da Caridade (O ESTADO, 1916, p. 1).

A mesma festividade voltaria às manchetes do jornal, com grande destaque, ocupando quase toda a primeira página, na edição de 16 de fevereiro. O título, em letras garrafais *FESTA DA GERMÂNIA – A CRUZ VERMELHA ALLEMÃ*, encabeçava uma longa matéria, que inclusive contou com cinco fotografias, o que somente era possível em textos relevantes, além de mostrar detalhadamente todas as atrações exibidas no festival. Os elogios e as referências à alma caridosa dos organizadores foram constantes ao longo da exposição. Ao final, um agradecimento é feito àqueles que se sensibilizaram com o sofrimento dos pobres, dos envolvidos na guerra do Contestado e dos combatentes da Primeira Guerra Mundial, os grupos que foram eleitos para receber a ajuda dos participantes da quermesse. Com o propósito de registrar o impacto visual da matéria, será reproduzida a imagem:

⁷¹ O termo é impreciso, pode se tratar de alguma guloseima específica, ou de algum tipo de bolo.

Figura 35 – Festival Germânia



Fonte: O Estado (1916, p. 1).

As fotografias referem-se a, pela ordem: *Senhorita Conceição Guimarães, Senhorita Dora Pederneira, Senhorita Ambrosina Portela, Maestro Álvaro Ramos, promotor do Festival, Sr. Dr. Thiago da Fonseca, orador official*. Note-se que nenhum dos fotografados tem sobrenome de origem alemã. Somente entre os que se apresentaram é que se percebe a origem germânica.

No último dia do mês de fevereiro, 29, continuava a defesa das questões germânicas. Na primeira coluna da primeira página, o jornal mostrava sua indignação, por haver, em Paris, *Uma campanha injusta contra o Dr. Lauro Müller – Indignação da Colônia Brasileira*. Como já citado neste estudo, Lauro Müller foi alvo de contestação da sociedade brasileira por conta de sua origem alemã. O título da matéria já demonstra a intenção do texto, reproduzido integralmente a seguir:

O “*Courrier du Brésil*” publicação clandestina que se edita em Paris, e onde o Sr. Fernando Mendes Júnior explora os interesses da propaganda brasileira, abriu uma insolita campanha contra o Dr. Lauro Müller, ministro do Exterior, accusando-o de

deffensor dos interesses allemães e de haver prestigiado a Agencia Americana para correspondencia. Essa campanha é motivada por despeito de pretenções não realizadas e tem causado péssima impressão na colonia brasileira em Paris, que tem manifestado sua indignação contra tão torpes calumnias e por ver um aventureiro servir-se do nome do Brazil, na imprensa clandestina, para explorações indecorosas.

- N. da R.: - O sr. Fernando Mendes Junior é Filho do Senador Fernando Mendes, director do “Jornal do Brazil” e reside em Paris, há muitos annos. Tem vindo a passeio ao Rio de Janeiro e, em tempos, fiado na popularidade do jornal de seu pai apresentou-se candidato a deputação federal, nao conseguindo ser eleito. Ha muito que o sr. Fernando Mendes Junior, procura entrar para o corpo diplomático; dada porém, a vida pouco digna que leva na Europa, nunca foi nomeado. Quando o sr. Lauro Müller entrou para o Ministério do Exterior, o sr. Fernando Mendes Junior renovou as tentativas para obter um lugar na nossa representação no estrangeiro, não sendo attendido. Dahi os ataques que faz contra o ministro pelo ‘Courier du Bresil’ folha que não tem nenhuma cotação na Europa, nem mesmo no seio da colonia brasileira, devido aos seus processos pouco recommendaveis (O ESTADO, 1916, p. 1).

A matéria pode ser justificada pelo fato de Lauro Müller ser catarinense, ocupar um lugar de destaque na política nacional e, por conseguinte, ter a defesa de veículos da imprensa catarinense. Tal argumento, porém, fragiliza-se à medida que ele é criticado por outros veículos da imprensa, conforme já demonstrado. A nota da Redação, que finaliza a matéria, procura desqualificar o agressor, por razões políticas e morais. Não há, todavia, nenhum conteúdo que aprofunde em que termos teria Lauro Müller defendido a Alemanha e, ainda, como isto seria uma inverdade. O movimento é o que se chama, na linguagem jurídica, “palavra de um contra o outro”.

No mês seguinte, apenas duas matérias revelam alguma conotação de valores dos que combatem, sendo que a primeira – datada de 05 de março, é um artigo sobre o pai do Kaiser Guilherme, Frederico, descrevendo a doença que o acometeu e que, no momento, também ataca ao Kaiser. Trata-se de um câncer de laringe, que levou Frederico III à morte. O tom emotivo do texto e os elogios aos “grandes homens” da Alemanha não foi utilizado para as figuras dos Aliados (O ESTADO, 1916, p. 1).

Entretanto, três dias depois, uma transcrição da Batalha de Verdun, utilizando matérias de vários jornais do país e do exterior, mudaria um pouco o tom. Até então, os fatos da guerra eram meramente descritivos, sem nenhum comentário. Nesse caso, o relato da batalha é acrescido de observações, como “*Caso os allemães tomem Verdun, atravessarão elles a linha principal de comunicação com Metz. Espera-se, porém, que os francezes vençam todas as dificuldades, apesar dos gazes asphyxiantes, dos zeppelins, e dos tauben, que serão naturalmente empregados na batalha.*” (O ESTADO, 1916, p. 1).

Em outro momento, também um juízo de valor se percebe ao comentar o futuro das movimentações alemãs: “*As ultimas noticias recebidas nesta noite indicam que o Konprinz pretende seguir na segunda semana deste mez para os Balkans e Turquia. Esse facto indica que os allemães não estão preparados para continuar a investida por mais de dez dias. Parece que os teutões resolveram tomar Verdun ou admitir o completo fracasso da sua tentativa.*” (O ESTADO, 1916, p. 1).

A 08 de abril, a principal notícia do jornal era o torpedeamento do navio Paraná, ocorrido no dia 05, e que causaria o rompimento de relações com a Alemanha. Em virtude da importância do fato, e do significado para a colônia alemã em Santa Catarina, optou-se pela transcrição integral da notícia, que foi organizada em diversas seções. A primeira delas denominou-se *A atitude do nosso governo*.

Ante-hontem, recebemos, às 11 e 30, o seguinte telegramma que, sem demora, fizemos affixar no Café Natal e no Café Popular: Rio, 6: Telegramma official de Paris, do agente consular brasileiro em Cherburgo, informa que o vapor Paraná, da Companhia Commercio e Navegação, com 6000 toneladas, foi torpedeado durante a noite, 10 milhas ao largo de Point Barfleur já na bahia do Seine. A sua equipagem foi salva, com excepção do tres homens. Essa noticia causou funda impressao aqui, em toda a população. O governo pediu informações urgentes, determinando rapido inquerito ao ministro brasileiro em Paris, afim de agir promptamente, como exige a importancia e seriedade do caso. O ministro das Relações Exteriores, Lauro Muller, entrevistado, disse: “A acção política do governo brasileiro que tem sido tão prudente como todos tem visto, será tão firme como todos verão. A policia está guardando o consulado allemão e muitas firmas allemães, receiando-se qualquer desacato em represalia. O povo, em expectativa impaciente, refreia, por motivo da Semana Santa, as expansões da sua revolta (O ESTADO, 1917, p. 1).

A segunda seção, muito breve, foi a repercussão do fato para as Relações Exteriores – *O torpedeamento do “Paraná” no Itamaraty*:

Rio, 7. Durante o dia e a noite o palacio Itamaraty esteve em constante actividade, devido a situação creada pelo torpedeamento do navio cargueiro Paraná, da companhia Commercio e Navegação.

Conferencias no Itamaraty: Rio, 7. O dr. Lauro Muller conferenciou hontem, pela manhã, com o ministro da Allemanha e com o embaixador argentino, succesivamente. Tambem recebeu o ministro da Italia. Depois d'ssas conferencias, conversou longamente com o dr. Clovis Bevilaqua, consultor juridico do Ministerio das Relações Exteriores. Após o dr. Lauro Muller recebeu o Dr. Rocha Fragoso, advogado da Companhia Commercio e Navegação (O ESTADO, 1917, p. 1).

Na terceira seção, algumas pequenas notas sobre os movimentos de Lauro Müller e os consulados da Alemanha e da Austria:

O Dr. Lauro Müller conferencia com o presidente da Republica Rio, 7: O Dr. Lauro Müller communicou-se varias vezes, durante o dia, com o presidente da Republica que se achava em Petropolis, trazendo-o ao corrente de tudo quanto se passava pelos telegrammas que chegavam ao ministério.

O dr. Lauro Müller volta a Petropolis

O Ministro das Relações Exteriores retirou-se tarde da noite para a sua residência em Jacarépaguá não voltando mais ao ministerio, tendo resolvido seguir hoje ao 8:30, para Petropolis, onde irá pedir instrucções ao presidente da Republica.

As medidas da policia - Os consulados Allemão e Austriaco Guardados

Rio, 7. – A policia esteve hontem vigilante e disposta a impedir quaesquer excessos e possiveis consequencias do atentado contra o Paraná. Os consulados allemão e austriaco continuaram discretamente guardados. Foram dadas ordens para que o policiamento e fizesse vigilante em torno das casas allemães. Ou porque não houvesse vontade de agir contra aquelles estrangeiros ou porque as medidas da policia fossem efficazes, o facto é que não houve depredações, nem agitações, nem ameaças. A cidade esteve bem calma até a ultima hora. Não houve indicios que fizessem crer que a tranquillidade pudesse ser quebrada (O ESTADO, 1917, p. 1).

Duas pequenas notas sobre navios, o Paraná e o Gurupy, mostrando os valores financeiros que se perderam.

A Viagem que de futuro faria o Paraná

Rio, 7: O vapor Paraná estava contractado para uma nova viagem ao porto do Havre com o frete de 520 francos por tonelada, ou seja totalizando 2.500 contos de receita bruta.

O Gurupy intimado a retroceder

Rio, 7: Há muitos poucos dias, o Gurupy, já na zona do bloqueio, foi intimado por um submarino allemão a retroceder. O Gurupy arribou a Vigo (O ESTADO, 1917, p. 1).

As notas seguintes já diziam respeito a como seria a reacção do governo brasileiro e os possíveis confrontamentos com a Alemanha, bem como as negociações com os países vizinhos ao Brasil. Também a Liga Brasileira dos Aliados foi assunto destas notas:

A Liga Brasileira dos Alliados

Rio, 7: - O presidente da Liga Brasileira dos Alliados, convocou para hoje, na sua sede social, á Avenida Rio Branco, uma sessão do extraordinaria, para discutir o modo por que a Liga tem de protestar contra o ultimo attentado allemão contra o Brasil, com o torpedeamento do cargueiro Parana e a consequente morte de três de seus tripulantes.

O dr. Lauro Müller em Petropolis

Rio, 7: - Apesar de não haver chegado hontem resposta do ministro do Brasil em Paris, referentemente ao attentado contra o Paraná, o dr. Lauro Müller procurará convensar, desde já, com o Chefe da Nação. Aproveitando-se da estadia em Petropolis, o ministro das Relações Exteriores marcou hora para receber ali hoje os ministros da Inglaterra, Chile e Alemanha, que desejam conferenciar com s. exa.

O que se passou com o vapor “Corcovado”

Rio, 7: - Com o vapor Corcovado, da Companhia Commercio e Navegação, em sua ultima viagem deu-se o seguinte episódio: navegando na costa da Inglaterra, o Corcovado assistiu, a 200 metros de distancia, ao torpedeamento de dois navios ingleses por um submarino allemão. O commandante d’esse submarino pouco antes estivera a bordo do Corcovado, onde conversara amistosamente com os officiaes deste navio (O ESTADO, 1917, p. 1).

Sobre a Liga Brasileira de Aliados, Pires (2013) revela que ela se utilizava, basicamente, dos jornais da capital federal para suas manifestações, obedecendo ao seguinte princípio:

A Liga Brasileira foi organizada com o objetivo de promover a causa dos Aliados entre a população brasileira, direcionando sua simpatia a esse grupo de beligerantes. Em seu termo de adesão, lido aos membros por José Veríssimo quando de sua fundação, e publicado no *Jornal do Comércio*, diziam: “Por estarmos convencidos na guerra atual a verdade, a justiça e a razão que, aliadas, combatem o militarismo e o imperialismo alemães, declaramos aderir à fundação de uma liga, com o fim de prestar assistência moral e beneficência a essas nações.” Graça Aranha, discursando na mesma ocasião, afirmou ser o objetivo da reunião “organizar as simpatias brasileiras em prol da França”. Almejava, também, alertar os brasileiros para a ameaça do chamado *perigo alemão*, definido como a ambição do Kaiser de apossar-se de uma parcela do território brasileiro, através das colônias alemãs localizadas no sul do país. Para integrar a Liga Brasileira, conforme foi anunciado, era necessário residir no Brasil e aderir à mesma por escrito. Aceitavam, inclusive, a participação de estrangeiros oriundos dos países neutros, desde que suas simpatias residissem nos Aliados e contra a Alemanha, a Áustria e a Turquia. Sua atuação influenciou a criação de organizações semelhantes em outros Estados do país, como a Liga Pró-Aliados, no Espírito Santo, e a Liga Paranaense pelos Aliados, no Paraná (PIRES, 2013, p. 6-7).

Prosseguindo, as duas últimas seções compreendem notas sobre a versão do comandante do navio Paraná e de seus proprietários, bem como dados comerciais e técnicos sobre o navio.

Um telegramma do Commandante do Parana

Rio, 7: - Hontem, pela manhã, o Sr. Ernesto Pereira Carneiro, um dos directores da Companhia Commercio e Navegação, recebeu comunicação telegráfica dirigida a essa empresa sobre o torpedeamento do navio sob o seu commando. O despacho confirma as noticias divulgadas e a extensão do sinistro.

Providencias da Companhia Commercio e Navegação

Rio, 7: - A Companhia Commercio e Navegação, à vista do telegramma recebido do commandante do Paraná, tomou as necessarias providencias para minorar a situação afflictiva dos seus tripolantes salvos e das famílias do 4º machinista e dos dois foguistas victimados no naufragio. Como demonstração de pesar, fez hastear o pavilhão da empreza em funeral, na sede, nesta capital, e nas agencias do Brasil e no exterior.

A narração do desastre feita pelo commandante do Paraná

Rio, 7: - A directoria da Companhia Commercio e Navegação, que até à tardinha, conhecia o successo apenas pelas noticias dos jornaes, resolveu permanecer, durante toda a noite, ao seu gabinete, aguardando as communicacões relativas ao torpedeamento do melhor dos seus navios. Pela madrugada receberam o seguinte despacho expedido de Cherburgo, as 8 horas, pelo commandante do Paraná: Companhia Commercio e Navegacão: - Paraná torpedeado sem aviso meia noite. Quarto machinista, dois foguistas foram mortos, ficando ferida grande parte tripolação, consequência explosão espero me remeta urgentes créditos. Fomos salvos depois doze horas, por botes de torpedeiros francezes. Foi cumulo procedimentobárbaro allemães (O ESTADO, 1917, p. 1).

Na última seção, a nota que abre é a notícia da possível declaração de guerra movida por Cuba contra a Alemanha, que não será reproduzida na íntegra e, em seguida, as informações comerciais, técnicas e dos tripulantes do navio torpedeado.

As vítimas do do torpedeamento do Paraná

Rio, 7: - Uma das vítimas do desastre, segundo telegramma do commandante do Paraná, é Antonio Machado Soares. 4º machinista do navio. Era solteiro, tendo mãe viúva nesta capital. Os dois tripulantes mortos por ocasião do torpedeamento são foguistas de bordo. A companhia não sabe os seus nomes, porque são em numero de onze os foguistas que seguiram no navio, referindo-se o telegramma do commandante a sómente dois foguistas.

Os foguistas do Paraná:

Rio, 7: - São os seguintes foguistas que seguiram no Paraná: Manoel Isidro dos Santos, José Carolino dos Santos, João Manoel de Faria, Alfredo Sant 'Anna, Tertuliano Fernandes da Silva, Manoel Vicente de Oliveira, Gervsio de Souza Coelho, Octavio Rieiro de Souza, Manoel Francisco de Oliveira, Francisco Cabral de Oliveira, Manoel Bastos Barros. O 2º piloto do Paraná, Demosthenes Dardeau, é irmão de um dos redactores do *Jornal do Commercio*.

Pelas famílias dos tripulantes mortos e pelos inutilizados

Rio, 7: -Minorando a situação das famílias dos tripulantes mortos na catástrofe, a Companhia resolveu soccorrel-as com a quantia correspondente a dois annos de suas soldadas. Aos que ficaram inutilizados, além do todos os socorros medicos, a Companhia garantirá emprego quando regressarem a este porto.

O que o vapor Paraná valia

Rio, 7: - O valor do vapor Paraná, era, pelo seguro, de 140 mil libras, pagando o prêmio respeitável de 40 mil libras, quantia correspondente a 800 contos de nossa moeda. O valor do Paraná, calculado pelos actuaes preços de tonelagem, era, segundo informaram, de 300 mil libras ou de 6 mil contos em moeda brasileira (O ESTADO, 1917, p. 1).

A extensão da matéria, que cobriu quase toda a primeira página, revela a importância do fato, pois fora até então o envolvimento mais direto do Brasil com a guerra. O falecimento de três civis, outros tantos feridos e incapacitados para as funções que desempenhavam, a perda de recursos materiais consideráveis, tudo isso criaria um clima de animosidade contra os alemães, inclusive expresso na matéria, pelo cuidado como a polícia vigiou as embaixadas. Registre-se ainda o episódio do navio Corcovado, que foi molestado pelos alemães, por não ter avançado ao bloqueio. Fica, então, a dúvida: tivesse o Paraná não adentrado às águas bloqueadas, teria sido poupado? As notícias seguintes mostrariam sempre este quadro de tensão, até o rompimento de relações e, posteriormente, no mês de outubro, a declaração de guerra.

No dia 13 de junho, a edição traz na primeira página uma matéria irônica, na qual é ridicularizada uma reportagem publicada originalmente do *Die Post*, capturada em Buenos Aires e trazida pelo *Diário de Pernambuco*:

Os combates no Brazil meridional são espantosos!...

Segundo o “Die Post” há verdadeira guerra entre brasileiros e alemães. O Diário de Pernambuco de 28 do mez proximo passado publicou um artigo do sr. Oliveira Lima, no qual aparece traduzido um telegramma do Die Post de 22 de Abril proximo passado, com os seguintes titulos e via Buenos Ayres: “O numero de mortos das batalhas do Brazil - A guerra alastra-se a toda a região sul da Republica - Buenos Ayres 21 - Os colonos allemães das varias e grandes communitades germanicas do sul do Brazil, estão a braços com uma guerra feroz contra os civis commandados por officiaes do exercito brasileiro. De ambos os lados, são numerosos os mortos. A zona dos combates já se estende a toda a região meridional do Brazil, desde Porto Alegre até Uruguayana. Da mesma fôrma que em Porto Alegre, os allemães de Uruguayana ha dous dias que estão pelejando contra brasileiros, defendendo as suas mulheres e crianças, contra centenas de nacionaes, que, desorganizados, circundam os edificios e despejam fogos a pistola e a espingarda, contra o fogo calculado dos allemães. O levante no Brazil meridional contra os allemães tornou-se geral. Todas as noticiam affirmam que a lueta atingiu a um estado de verdadeira guerra”. Os brasileiros, diz o despacho telegraphico, *commandados por officiaes do nosso exercito, desorganizados, circundam os edicios e despejam fogo a pistola e a espingarda, enquanto os allemães respondem com o fogo calculado de seus fuzis*”. E... não é necessario comentar (O ESTADO, 1917, p. 1).

De fato, o relato é exagerado, pois se sabe que houveram desentendimentos e mesmo atos hostis, como os fatos citados anteriormente ocorridos em Porto Alegre, mas não há registros de conflitos armados, organizados por militares com adesão de civis, que tenham tomado as proporções descritas no texto. Note-se, ainda, que há duas formas de se fazer guerra: a dos brasileiros, desorganizadamente, e o “fogo calculado”, por parte dos alemães.

A edição do dia 15 de junho reúne diversas notícias, com destaque para os comunicados do Uruguai e da Itália, ratificando a decisão brasileira na questão da neutralidade (O ESTADO, 1917, p. 1).

No dia 15 de junho, uma edição extraordinária foi publicada. Trazia várias manchetes, destacando a carta do Presidente Wilson para Wenceslau Bras, descrevendo a resposta deste. Também uma pequena nota informava o expurgo de oficiais do alto comando do Exército Grego, com a acusação de serem germanófilos. Serão reproduzidas as duas matérias, iniciando pela referência ao exército grego:

Os germanófilos gregos e o Senador John Ruaert

De Athenas telegrafam dizendo que o senador John Ruaert, do alto commissariado da Entente na Grecia, está tomando providencias, afim de que todos os germanophilos notórios da alta administração politica do Exercito grego, acompanhem os ex-soberanos os quaes seguirão para Suissa, via Itália (O ESTADO, 1917, p. 1).

Ao ceder espaço para notas como essa, o jornal declara explicitamente que a germanofilia não pode ser apoiada e que o inimigo agora está devidamente identificado. A

troca de gentilezas entre os presidentes do Brasil e dos Estados Unidos solidifica a relação do Brasil com os aliados.

BRAZIL – ESTADOS UNIDOS

Saudações ao Brasil

O que respondeu o dr. Wenceslau Braz

Ha dois dias o sr. dr. Wenceslau Braz recebeu telegramma do presidente Wilson, saudando o Brazil. Hoje, o sr. presidente da Republica respondeu esse telegramma nos seguintes termos: Agradeço memoraveis palavras em nome do povo e do governo com que os Estados Unidos saudaram o Brazil pela franqueza da sua attitude neste momento historico. O Brazil, collocando-se ainda agora ao lado dos Estados Unidos, ficou fiel ás suas tradições políticas e diplomaticas de solidariedade continental como a grande nação americana nos inspira nesse passo sem odio e sem interesse, mas de ordem jurídica internacional; em defeza dos principios, que se estão em causa ou em perigo no velho mundo, é preciso que encontrem abrigo para o equilibrio entre povos livres das duas Américas. Em todas as suas questões externas em que esteve envolvido o Brazil nunca teve ambições de especie alguma. A nação Braziteira preza como um grande bem a amizade da grande nação Norte-Americana. Mais do que quaesquer manifestações externas, nenhuma occasião como esta, de incertezas na lucta, poderá unir tanto pelo coração o Brazil dos Estados Unidos (O ESTADO, 1917, p. 1).

A ideia de se contrapor aos alemães ganha um novo elemento a partir de um texto publicado na edição de 20 de junho. Contudo, este texto carece de elementos mais incisivos, como se verá após a exposição do mesmo.

Germanisação?

A empreza colonizadora allemã Hacker e C., do Paraná, fez publicar um annuncio dos seus terrenos, que tem provocado vivos commentarios pelas condições de venda nelle estabelecidas. A imprensa do Rio tem-se largamente occupado desse curioso annuncio que, por nos parecer interessante e digno de ampla divulgação, aqui o reproduzimos: “Aos colonos e compradores it terrenos - Se v. s. procura erreno e pretende compral-o, pedimos seguir o nosso conselho e antes de comprar qualquer terreno, verificar os nossos. O preço é diminuido e as futuras economias com o tempo attingem a muitos contos de reis. Não vos deixeis enganar por outros, porém, vinde pessoalmente para ver, pois vos garantimos que nunca vos arrependereis de ter feito tal negocio. As nossas coloniaa são as seguintes:

- Bom Retiro (Paraná) Deves Hacker. Nesta colonia só serão admittidos colonos de origem allemã e já se acha habitada po 60 famílias.
- S. Pedro, nas: immediações de União da Victoria, Paraná: Nesta colonia só serão admittidos allemães catholicos.
- Franconia, situada em frente á colonia s. Pedro, cujos terrenos sō serão vendidos a allemães protestantes.

O rápido desenvolvimento das mesmas é garantido pelas muitas vantagens que oferecem, e são por isso preferidas por todos. Nossos representantes são: Augusto Sckerer - Não-me-Toque; Guilherme Schmaedeche Sobrinho - Colonia Alto Jacuhy. Willibaldo Hartmann - S. João do Montenegro. João Sprokhoff -- União da Victoria. Albert Maier - Estação Herval e Colonia Bom Retiro. Iguamente dão informações os revmos, p. Franciscanos em União da Victoria - o pastor Fritz Schutz, em Marcellino Ramos. Do producto da venda de terras nas colonial ‘S. Pedro e Franconia’, daremos 20\$000 de cada lote para construção de egrejas e escolas, organizando-se dessa maneira rapidamente congregações.

Carásinho, fevereiro de 1917 - H. Hacker e C. - Empreza Colonizadora (O ESTADO, 1917, p. 1).

Embora o título seja bastante sugestivo, o fato de se constituir em uma interrogação e não uma afirmação acaba revelando sua fragilidade. Em que pese haver restrições para a aquisição dos terrenos, estas são mais em consequência de uma tentativa de padronização de cada colônia, do que uma estratégia de ocupação da área pelos alemães. Pode-se afirmar isto baseado na delimitação religiosa, onde somente se admitiram alemães católicos ou protestantes, conforme as características daqueles que já lá estavam.

No dia seguinte (07 de novembro), a primeira página ostenta o discurso de Ruy Barbosa, *A nossa Tarefa*, dentro da mesma lógica anterior. No dia 08, prosseguindo com a mesma intensidade e utilizando do mesmo espaço, *Um vibrante apelo Patriótico*. As edições de 09 e 10 de novembro continuam com a mesma estratégia, variando os nomes: *Espirito Brasileiro e Está confirmada a traição dos Russos* (O ESTADO, 1917, p. 1).

Já nas edições dos dias 11 e 18 de novembro, embora continuassem a reforçar o discurso brasilianista, publicam em caixa de texto o apelo do presidente da República, que pede para que sejam respeitadas as propriedades e as pessoas de origem alemã no Brasil (O ESTADO, 1917, p. 1).

A última edição selecionada do mês de novembro, do dia 22, traz duas situações cuja transcrição é necessária: a primeira são três notas sobre episódios envolvendo alemães em Santa Catarina; a segunda é o caso de Itajaí, onde foram alvo de violência popular pessoas de origem alemã:

Um padre allemão atrevidíssimo

Joinville, 21 - O padre José Sundrup, ex-vigário de Joinville, e que para decoro da Religião Catholica e da nacionalidade brasileira, fora ha poucos dias destituído do vigariado desta cidade, partiu para Sorocaba, Estado de S. Paulo. Tendo a *Gazeta do Commercio*, em seu ultimo numero, publicado um artigo sobre as suas preleções feitas em allemão, esse sacerdote, antes de partir enviou desaforadissima carta á redação daquelle jornal.

As escolas allemãs de Joinville não podem reabrir

Joinville, 21 - O dr. Arthur Ferreira da Costa, 1º substituto do dr. Superintendente Municipal, em exercício, negou licença para a reabertura de diversas escolas ruraes que eram subvencionadas, e cujos professores allemães nao fallam absolutamente o portuguez.

Em Tijucas os allemães foram origados a beijar a Bandeira e a levantar vivas ao
Brasil

Tijucas, 20 - Hontem, após a passeata cívica das escolas um numeroso grupo de patriotas promoveu nova manifestação a Bandeira Nacional, sendo indiscreditivel entusiasmo dos moços tijuquenses. Durante a passeata os manifestantes ergueram entusiasticos vivas ao Brasil, ao Presidente da Republica, aos Alliados e morras a Allemanha e ao Kalsar. Os manifestantes dirigiram-se as residencias dos allemães dos que mantém sentimentos germanophilos, obrigando-os a beijar a Bandeira Nacional e a levantar vivas ao Brazil. A bella manifestação de civismo correu em perfeita ordem (O ESTADO, 1917, p. 2).

Os três fatos demonstram como a opinião pública, insuflada pelos jornais, acaba por gerar indivíduos mais inflamados, que tomam para si a prerrogativa de estabelecer os critérios para os estrangeiros residentes no Brasil. É nesse sentido que o ocorrido em Itajaí também aponta:

As agitações populares em Itajahy

O nosso colega o Novidades assim narra os acontecimentos de ha dias em Itajahy: ‘Chegados á residencia dos vigarios as boas intenções de alguns manifestantes se converteram em ameaças, acabando os populares por intimar os vigarios a abandonarem a parochia dentro de 4 horas. O vigario não teve a menor duvida em acceitar a intimação, promettendo cumpril-a dentro do prazo marcado. S. revmas. de facto abandonaram o Itajahy no dia seguinte, as 15 horas. Nessa occasião alguns dos populares mais exaltados quizeram praticar excessos e violencias, no que foram obstados pela intervenção amistosa das senhoritas Demoro, que moram vizinhas á residencia do parochio, o do sr. dr. Bachmann, do sargento, do delegado de polícia, do sr. Eustachio Monteiro e outras pessoas. Consummada esta violencia, os populares já sem dirigente e sem elementos garantidores da ordem deram-se á pratica de maiores excessos. Atacaram em seguida a casa do engenheiro sr. Bündgus residente na mesma rua, sob o pretexto de exigir a entrega dos retratos do Kaiser de outros personagens allemães, despedaçando as vidraças do prédio e commettendo outras depredações condemnaveis. Dahi tentaram atacar o hotel do sr. Pedro Burghardt, a casa do sr. engenheiro Pertamam, a usina de electricidade Salto, mas felizmente já nesta occasião o Tiro 301 havia assumido o patrulhamento da cidade e assim perderam ser evitadas novas arbitrariedades e violencias. Só á meia noite dispersaram se os populares e a cidade voltou á sua habitual calma (O ESTADO, 1917, p. 2).

O último mês do ano de 1917 resultou em quatro matérias selecionadas, sendo que uma delas, com a manchete *Uma conspiração alemã em Lages*, foi publicada em duas edições.

A nove de dezembro, a edição publica a resolução do governo brasileiro que trata das relações comerciais dos brasileiros com os países em estado de guerra. Seria uma menção protocolar (para tempos de guerra), mas é dado um leve tom de patriotismo em razão do conflito (O ESTADO, 1917, p. 1).

Nas edições dos dias 11 e 17 de dezembro, duas longas matérias, quase que com metade da primeira página, acrescidas de pequenas notas de acontecimentos relacionados aos alemães, elevaram o tom antigermanico:

Estulta pretenção Tedesca

Transcrevemos em seguida do nosso colega *O Lageano*, de 1 do corrente, interessantes e minuciosas informações sobre uma conspiração germânica alli descoberta e tecida com intuitos os mais criminosos e sanguinários. É bem possivel que diante de factos como estes, cada dia repetidos em pontos diversos, se compreenda a necessidade immediata de certas providencias energicas e decisivas. Assim narra O Lageano a tremenda conspiração: “Pouco antes da ruptura das nossas relações diplomaticas com o Império Allemão, fundou-se nesta cidade um club com

o rótulo de “Sociedade Germanica”. O fim dessa sociedade, diziam os allemães que a compunham, era auxiliar os seus compatriotas, *do modo que lhes fosse possível*, respeitando sempre as leis e autoridades desta grande patria brasileira que os acolheu e enriqueceu, que lhes deu esposa e filhos e lhes distinguiu com altas posições sociais. Pois bem as cousas continuaram assim, sem que cousa alguma transpirasse das constantes reuniões do club allemão, até que o preclaro Governo da Republica julgou-se no dever de declarar guerra ao bárbaro Imperio Germanico, com o apoio incondicional de todo o paiz. As assembleias do club allemão local, continuaram com mais insistencia, mais seguidas e lá tomavam-se resoluções taes, cuja publicação importava em serios castigos ao sócio indiscreto. Entretanto de nada lhes valeu o sigilo com que os atrevidos allemães que aqui residem estudavam os meios para se apossarem desta parte do território catharinense. Tudo foi descoberto por um proprio allemão que descontentou-se com um seu consocio por questões de dinheiro. Veja o leitor e admire o atrevimento, a audacia, o arrojo inqualificaveis dessa gente que obedece cegamente às ordens do seu barbaro *imbirrador* ! (O ESTADO, 1917, p. 1).

O tom de deboche que encerra a introdução da matéria é bem enfático para o que viria a seguir, ou seja, o próprio relato da conspiração:

O caso é este: O allemão Christiano de tal procurou ao outro allemão Emilio May que aqui reside e se occupou por algum tempo com agrimensura, para cobrar-lhe uma certa importância. Emilio, porem, negou-se á satisfação dessa dívida, allegando não ter dinheiro: esperava, entretanto, levar a effeito os planos *kolossaes* do club allemão afim de fazer o pagamento exigido. Christiano não conformando-se com a resposta, deu com a lingua nos dentes de modo que chegando boatos alarmantes ao conhecimento do activo delegado de policia do município, esta autoridade abriu rigoroso inquerito e apurou a pretensão absurda dos tedescos deporem o coronel Superintendente Municipal, bem como as demais autoridades locais, narcotizar a policia, apossando-se do respectivo armamento. Isto feito, seriam saqueadas todas as grandes casas commerciaes e com o producto desse saque o pretencioso May satisfaria o seu debito. Veja-se até onde vae a estúpida pretensão dessa gente sanguinaria, desses vandálicos súbditos da maior *fera humana*, que é esse Kaiser assassino de mulheres e de creanças frageis, de moços invalidos e de velhos trôpegos! Concluindo o inquerito a que procedeu, o sr. delegado de policia mandou uma escolta ao rio Canoas onde Emilio estava terminando uma demarcação de terras, afim de conduzi-lo preso até a cidade, de onde naturalmente, será conduzido à Ilha Grande, onde estão sendo concentrados os suspeitos filhos do Imperio Germanico. E assim, tão fugace, como fugace é a brisa que nos alenta, foi a existência do club allemão de Lages e a estulta pretensão tedesca. Dos associados do club allemão fugiram uns, outros recolheram-se a sua insignificância e o Emilio bem caro para por todo o idiotismo que os atacou por algum tempo. Pessoa muito respeitável, residente em Lages nos e ora a passeio nesta capital, nos informou serem absolutamente exactas as informações acima. Disse-nos ainda que em poder das autoridades se encontra o livro de actas do club allemão, cujos sócios usavam de signaes de reconhecimento e senhas convencionaes quando nos seus preparativos para levar a bom êxito os seus sanguinários intuitos. Si em Lages é assim... E não há perigo allemão... (O ESTADO, 1917, p. 2).

Note-se que em vários momentos o texto se refere aos allemães como sanguinários, ingratos e a serviço de uma “fera humana”, que teria cometido toda sorte de atrocidades. Na edição seguinte, o texto é similar em tamanho ao primeiro, e acrescenta ainda mais informações, das quais foram extraídos dois parágrafos:

Chamado a policia o colono Christiano Meinberger, que, segundo consta, deixou uma famosa tradição de turbulencia em Annitapolis, e interrogado se era verdade que Emilio May disse que se a Allemanha fosse vencedora, na actual guerra, reuniria um grupo composto de allemães, para apoderar-se deste municipio de Lages, depondo as autoridades locais; disse que era verdade. Acrescentou que fez uma viagem a Annitapolis por conta do Emilio May para alliciar gente, promettendo este que quando a Allemanha vencesse todos os que o ajudassem seriam remunerados com o producto do saque desta cidade. Reinquirido dias depois, Christiano Meinberger declarou que em meados de Agosto deste anno, constando-lhe que Emilio May dissera a João José Rath ser elle respondente o chefe do complot, foi elle à casa de Rath e declarou que ia denunciar May e outros allemães que se reuniam clandestinamente para trocaram ideias sobre a revolução em Lages, e que então o dito Rath implorou a elle que nada dissesse, pois os allemães estavam ainda fracos em numero e armas e qualquer revelação seria fatal aos planos revolucionarios, tendentes a implantar em Lages o dominio allemão (O ESTADO, 1917, p. 1).

Esse parágrafo é importante porque relaciona o suposto perigo allemão de Lages com o ocorrido em Anitápolis, que já foi descrito anteriormente. Essa ligação reforça como os allemães estariam organizados para transformar o Brasil, a partir do Sul, em uma colônia germânica. O outro trecho da matéria selecionado diz respeito a algumas das testemunhas ouvidas no inquérito e que contribuem um pouco mais com o cenário:

AS TESTEMUNHAS - Carlos Wagenfarh foi chamado por Emilio May e este disse-lhe que precisava de gente para prender o Superintendente, autoridades e chefes politicos de Lages, afim de indireitar o municipio, que ia mal. Como não acceitasse o convite nem da segunda vez, foi por aquelle injuriado.

Werner Wagenfarh sabe que May mandou Christiano Meinberger a Annitapolis para alliciar colonos allemães afim de tomarem parte na revolução que pretendia fazer contra os homens publicos de Lages. Foi convidado, como seu irmão Carlos, por primeira e segunda vez, para entrar no complot, e tambem foi injuriado pelo facto de não acceitar o convite.

Nulló Becari encontrando May e Christiano juntos, em casa da residencia d'aquelle, e porque fallasse em allemão com este, Emilio que examinava um catalogo de armas, apertou-lhe a mão, mostrou-lhe o catalogo e convidou-o para fazer parte de um grupo que estava formando, de pessoas de confiança, para tomar conta da cidade pondo como chefe um allemão. Emilio May acrescentou que precisavam adquirir armas daquellas do catalogo que elle tinha na mão; que no Palacio Municipal, em casa do coronel Belisario Ramos, e na policia havia muitas armas e munições; que o grupo tomaria conta desse armamento e deporia as autoridades, saqueando o dinheiro das pessoas ricas para ser dividido entre todos do grupo (O ESTADO, 1917, p. 1).

O depoimento das testemunhas confirma a versão de uma tentativa de mobilizar um contingente de pessoas armadas e dispostas a tomar o controle da cidade. Contudo, fica uma interrogação: quanto desta história não poderia ser simplesmente resultado de uma desavença entre dois cidadãos? Enfim, não é tarefa deste estudo julgar a veracidade de tais informações, mas sim entendê-las dentro do contexto do antigermanismo. E para essa finalidade, certamente, as informações influenciaram a opinião pública a respeito.

Assim, para o mês de janeiro, apenas uma edição foi selecionada. Sua publicação ocorreu no dia 08 e a primeira página tratava da confirmação do torpedeamento do navio Taquary, bem como de outras diversas comunicações da guerra (O ESTADO, 1918, p. 1).

Da mesma forma, para o mês de fevereiro, a edição do dia 03 mostra na primeira página várias notícias da guerra, a aproximação do Brasil com a França por meio de um convenio naval (O ESTADO, 1918, p. 1). Cabe ainda registrar que nos três primeiros meses do ano somente nove edições estão disponíveis para a consulta digital.

Ainda assim, no dia 06 de março, publica-se a matéria *Um Exemplo Brilhante*, em que o patriotismo e o antigermanismo são reforçados. Segue a íntegra da coluna:

UM EXEMPLO BRILHANTE

ORDENANDO A RASGAR O SYMBOLO DA PATRIA, OS ALUNOS DE UM COLEGIO REVOLTAM-SE CONTRA O PROFESSOR. O POVO APPLAUDE O SEU ACTO

Em S. Leopoldo, no Rio Grande do Sul, em a aula de desenho no Collegio dos Padres Maristas, um dos alumnos, Frederico Bieri, amante de rabiscar, em vez de fazer o trabalho que lhe fora determinado, com o maior capricho desenhou a cores a Bandeira Nacional, usando para isso dos lapis de que dispunha. Bieri estava encantado com o seu trabalho e, na occasiao em que o mostrava ao collega que se achava no banco visinho, appareceu o professor padre Frederico que, em vez de reprehender o alumno por não ter feito o trabalho marcado, com modos asperos gritou, maltratou-o, dizendo ao innocente que rasgasse aquella borracheira. O jovem Bieri pretendeu mostra o desenho, pedindo approvação, mas não foi ouvido pelo professor, que perdeu a calma, acreditando que havia intenção por parte do alumno de molestal-o, por pertencer a um dos imperios centraes. Estabeleceu-se um attricto inconveniente. O professor não quiz rasgar o desenho, receiando qualquer occorrenca maior, e então chamou um a um, os alumnos, Costa Villa, Ernani Crussius, Ruy Bello, Arthur Fleek e Benoni Blesmann para cumprirem a ordem. Nenhum dos rapazes quiz obedecer ao professor, protestando contra a ordem e apoiando o proceder de Bieri. A questão que nenhum valor tinha, pela insistencia do professor, transformou-se em um ‘caso de patriotismo’ que exacerbou os mocinhos. Os paes, destes conhecedores do caso, encamparam a questão e reclamaram da direcção do instituto a retirada do padre; a imprensa local tomou parte na contenda e... o professor teve de ser dispensado. Em São Leopoldo a população aprova uma subscrição para mandar cunhar seis medalhas de ouro para offerecer aquelles mesmos patrioticos que se recusaram desrespeitar o pavilhão nacional, mesmo sem ter um character official. Em cada medalha foi inscripto o nome de cada mocinho, a data e a citação do nobre gesto que tiveram. A directoria do Tiro de Guerra n. 4 resolveu mandar de Porto Alegre a São Leopoldo a sua banda de musica e uma companhia de guerra para prestar continencias na entrega das medalhas. Eis um acto nobillissimo, que deve encher de orgulho as famílias daquelles meninos (O ESTADO, 1918, p. 1).

O texto coloca de forma prudente que se trata de uma situação pedagógica, que se transformou em um caso de patriotismo por conta do exagero do professor. Dificilmente se saberá se foi isto mesmo, pela subjetividade do episódio. Mas o importante é perceber como um fato corriqueiro como este mobilizou uma unidade militar, a comunidade escolar e parte

da sociedade, em torno do patriotismo. A matéria dá a entender que o professor não era alemão, mas de um país aliado à Alemanha, o que foi suficiente para desencadear o processo.

Para o mês de junho, onze edições trazem matérias pertinentes a este estudo. No primeiro dia do mês, uma pequena nota, *Os alemães residentes no Brasil e a Guerra*, mostra a preocupação destes com a possível declaração de guerra por parte da Alemanha contra o Brasil, certamente em razão de seus interesses e patrimônio aqui existentes.

Affirma-se, com fundamentos, que diversas casa allemãs das mais importantes, tem feito o possível para exprimir ao governo prussiano o desejo de que não sejam considerados bastantes para uma declaração de guerra, por parte da Alemanha ao Brazil, a utilização dos navios allemães ancorados em nossos portos, bem como outros actos praticados pelo governo brasileiro (O ESTADO, 1917, p. 1).

A edição do dia seguinte apresenta a mesma lógica da anterior, em termos de variedade de informações, apenas com o registro de uma aprovação, na Câmara dos deputados, de um projeto para elevar o efetivo do exército, por meio de convocação voluntária e, posteriormente, por convocação e chamamento de reservistas. Essa decisão prevê que a entrada na guerra está se aproximando (O ESTADO, 1917, p. 1). As demais seguem na mesma perspectiva, não cabendo uma descrição, mas o aporte numérico ao cenário descrito anteriormente.

Já para o mês de agosto, apenas três matérias serão transcritas na totalidade. A primeira delas foi veiculada no dia 10 de agosto e relata sobre o caso do navio alemão Heinmark:

Tendo a firma allemã Demschie, agente da Companhia Hamburg America-Linie, na Bahia, requerido arresto do vapor Heinmark, ali arribado e mais tarde confiscado pelo nosso governo, allegado ter fornecido o dinheiro necessário para as despesas do mesmo navio, e, tendo obtido despacho desfavorável do Juiz Federal daquela secção, interpoz agravo para o Supremo Tribunal, que hontem tratou do assumpto, devidamente relatado pelo ministro Pedro Lessa. O dr. Pedro Lessa, passando a dar o seu voto, fundamentou-o brilhantemente, dizendo que a utilização dos navios allemães pelo governo brasileiro era uma medida de ordem pública que interessa a defeza nacional. O arresto, disse s. exa, não podia ser permittido no interesse individual quando havia de ceder ao Interesse nacional. Não era possível que uma medida processual estatuída no interesse individual annullasse uma providencia do poder público, decretada em beneficio dos mais altos interesses nacionaes. Por esses fundamentos o Supremo Tribunal Federal, unanimamente, negou provimento ao agravo (O ESTADO, 1917, p. 2).

A notícia em si não representa uma novidade, ou um caso extraordinário. Mas ela se soma a todas as manifestações em favor do Brasil na sua posição antigermânica, e mesmo tenta amenizar os efeitos dos prejuízos quando do afundamento dos navios brasileiros.

Mais uma vez a ideia da Alemanha como um inimigo hostil, que não recuará na defesa de seus interesses, mesmo sacrificando sua imagem moral perante a humanidade. A última referência de agosto é a edição 29, intitulada *O plano da Alemanha*:

O plano da Alemanha

Depois de vencer a França e a Inglaterra

A Alemanha ia declarar a guerra aos Estados Unidos

Rio, 28—Notícias telegraphicas de Washington annunciam que o Sr. Lansing, ministro do Exterior, declarou que o governo norte americano obteve confirmação das declarações feitas pelo lord Robert Cecil de que a Alemanha linha projectado declarar guerra aos Estados Unidos, depois que tivesse conseguido derrotar a França e a Inglaterra.

A retirada austríaca - Confissão

Rio, 28 — Um communicado austríaco diz que os exércitos austríacos estão em plena retirada no sector de Gorizia. Essa confissão dos aliados da Alemanha tem causado sensação em todo o mundo.

Os aviadores inglezes abatem 158 aparelhos inimigos

Rio, 28—Os aviadores inglezes derrubaram 158 aparelhos do inimigo em uma semana, batendo o record mundial.

Grande conferencia em Moscou

Rio 28—Está reunido em Moscow uma grande conferencia nacional que é um balanço nas opiniões da nova Rússia.

Paris vai brilhantemente commemorar

Rio, 28—Será brilhantemente commemorada em Pariz a celebre jornada do Marne que salvou a causa dos aliados.

Está desmentida a evacuação de Riga

Rio, 28 —Está oficialmente desmentida a evacuação de Riga pelos russos. Sabe-se agora que a falsa notícia fora propalada pelos agentes allemães, sem nenhum fundamento, e com o intuito unico de levantar a moral dos soldados (O ESTADO, 1917, p. 1).

A manchete, como é a sua função, chama a atenção para o que pareceria uma informação de impacto, mas que se resume a uma pequena nota, onde um político inglês revela que teve acesso à informação do plano alemão de declarar a guerra. Não há menção a nenhum documento, nenhum projeto alemão que assim o determinasse. Dessa forma, parece mais um capítulo na guerra da informação. As demais notas que compõem a matéria foram mantidas justamente para demonstrar como, nesta altura, os fatos da guerra já estão dentro de um juízo de valor, o que antes não ocorria.

Já no mês de setembro, são cinco as publicações de interesse. Quatro delas foram extraídas da seção *A guerra*, que normalmente tratava apenas de noticiar os fatos. É

importante lembrar que os desejos de declarar guerra contra a Alemanha nunca deixaram de circular entre os brasileiros e que está muito próximo o momento desejado.

Nas quatro edições seguintes, em termos de seleção deste estudo, são tratadas principalmente, as condições em que se faria a paz. Os termos do armistício, a abdicação do Kaiser e o alerta de que todos os crimes cometidos pela Alemanha serão punidos, ou seja, não seriam esquecidos no momento de se estabelecer as condições para a assinatura do fim do estado de guerra (O ESTADO, 1918, p. 1) (edições dos dias 09, 11, 12 e 16 de novembro).

No dia 18 de novembro, a primeira página é inteiramente ocupada pela transcrição do armistício. Tal documento já foi objeto de análise da historiografia⁷² e não é intenção deste estudo retomar tal tarefa, mas tão somente de registrar como o jornal se preocupou em dar a ele grande importância. Na segunda página, uma coluna denunciava que o povo alemão ansiava pela paz, por falta de alimento (O ESTADO, 1918, p. 1-2.)

Finalizando o mês de novembro de 1918, três edições datadas de 21, 23 e 28, respectivamente, descrevem o destino do Kaiser, o fim da guerra propriamente dito e diversos fatos que compõem o cenário, por exemplo, a proclamação da República na Hungria. Com isso, ficava sacramentada a derrota daqueles que, desde a declaração da guerra pelo Brasil, vinham sendo tratados como o inimigo e como a imoralidade que devia ser derrotada (O ESTADO, 1918, p. 1).

Para o mês de dezembro, onde já não havia mais guerra oficialmente, duas menções apenas: dia 11, em que o jornal aponta como ficarão as relações entre a Inglaterra e o continente americano, em uma demonstração de que a influência alemã era algo do passado; e a edição do dia 19, que encaminhava as tratativas que seriam discutidas na conferência da Paz (O ESTADO, 1918, p. 1).

Para o jornal *O Estado*, a guerra era um fato deveras importante, precisaria ser noticiado, mas no primeiro momento a estratégia foi de fazê-lo de forma prudente, procurando contemplar ambos os lados litigantes. Somente a partir de 1917 é que as matérias contra a Alemanha ganham o tom de nação inimiga, já que tal posição era oficial e perfeitamente compreensível.

⁷² A este respeito, consultar: Nicolson, Harold. O tratado de Versalhes: a paz depois da Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Globo Livros, 2014.

Ao final deste capítulo, os pressupostos trazidos anteriormente foram confirmados: os jornais germanófilos procuraram diminuir, ou mesmo eliminar, o peso da responsabilidade de início da guerra por parte da Alemanha; já os jornais aliadófilos ou antigermânicos agiram em sentido contrário, jogando sobre os alemães a eclosão da guerra, bem como a sua continuidade exagerada.

Da mesma forma, *O Dia* procurou sustentar, até onde foi possível, que a Alemanha venceria a guerra, trazendo para este fim os mais variados argumentos: científico, militar, econômico, político, social. Em todas as situações a Alemanha era a nação mais efetiva. Foi a defesa mais intensa de um ponto de vista, pois os jornais contrários não evidenciavam com a mesma volúpia a vitória aliada, que se confirmaria ao final.

CONCLUSÃO

A Primeira Guerra Mundial, ocorrida na segunda década do século XX, foi o ponto de culminância da tensão europeia vivida pelo menos por cinquenta anos. As alianças e tratados entre os países, os investimentos em armamentos e a constante vigilância de uns sobre os outros, terminaram por envolver a Europa e, mais tarde, outros continentes, em um conflito que determinou novos rumos para o período que se iniciava.

As consequências da Conflagração Europeia se fizeram sentir em vários aspectos e por vários decênios. Seja por que variante se deseje olhar, é fato que o mundo não foi mais o mesmo. Desde os mais abrangentes desdobramentos, até o microcosmo de uma sociedade específica, a guerra deixou suas ramificações, sejam econômicas, políticas, militares, culturais, sociais, religiosas e assim por diante.

Para o Brasil, a guerra significou, entre várias situações, mudanças na perspectiva produtiva, ao introduzir uma necessidade maior de capacidade industrial. Também coube à guerra trazer à tona discussões em torno das relações exteriores, sobre qual eixo deveria a nação se posicionar e que lugar deveria ocupar no cenário internacional.

Internamente, as regiões, os estados, cada qual reagiu nas suas peculiaridades, emprestando à sociedade esses novos rumos. No caso catarinense, a guerra em si, e, principalmente, a declaração de belicosidade contra a Alemanha, expôs diversas tendências, descritas aos longos desses capítulos. É sobre elas que é necessário amarrar as últimas reflexões, para encaminhar os apontamentos deste estudo.

As guerras, pelo seu impacto na sociedade, suscitam o interesse dos cientistas e da sociedade em geral. A Primeira Guerra Mundial, portanto, provocou movimentos dentro da historiografia, na intenção de compreender o fenômeno e seu entorno. Um destes aspectos é a utilização da imprensa como fonte principal de pesquisa para se perscrutar a realidade a partir dali descrita.

Este foi o mote escolhido para trazer a Primeira Guerra ao cenário catarinense. O ineditismo desta tarefa foi decisivo, bem como a afetividade entre pesquisador e o

tema/metodologia/abordagem. Ainda nesse sentido, é preciso lembrar que a escolha pela germanidade obedeceu ao fato de a opinião pública enxergar nos alemães os causadores da guerra; além disso, a significativa presença alemã em Santa Catarina. E, por último, foi contra este país que o Brasil declarou guerra, depois de ter seus navios torpedeados.

Contudo, a seleção dos conteúdos oriundos da imprensa necessita, assim como a definição do foco de estudo, de um critério viável e racional. A quantidade de periódicos existentes no estado por ocasião da guerra apresentou-se como um obstáculo, pois demandaria tempo superior ao determinado para a confecção de uma tese. Ao todo, são mais de trezentos jornais que circularam nas duas primeiras décadas do século XX em Santa Catarina. Quando se reduz aos anos específicos da guerra, este número cai para 115, quantidade ainda inacessível nos termos que se propôs este trabalho, ou seja, o exame de todos os exemplares disponíveis de cada periódico.

Dessa forma, utilizando do critério da temporalidade, da relevância e disponibilidade, chegou-se ao número de quatro jornais: *O Dia*, *O Estado*, *O Clarão* e *A Época*. A escolha contemplou dois periódicos semanais e dois de circulação diária, todos escritos em língua portuguesa. Os acervos, disponíveis quase todos em meio digital, foram acessados, como já referidos, na sua forma integral, ainda que todos apresentassem lacunas.

O conteúdo jornalístico, trazido em forma de notas, artigos, depoimentos, notícias e afins, foram selecionados de acordo com a relevância para a descrição da imagem dos alemães. Boa parte do material foi descartado, ainda que muitos itens pudessem ser utilizados; nesse caso, o critério utilizado foi o de evitar a repetição e o exagero em afirmar ideias semelhantes. Todavia, restou ainda no acervo não utilizado material para propiciar outros estudos posteriores.

A organização do trabalho, em quatro capítulos, permite trazer, na primeira seção, todos os elementos necessários para a compreensão da relação do conteúdo jornalístico com a finalidade da análise. Nesse primeiro momento estão descritos as motivações, os objetivos, a metodologia, a opção teórica, os acervos, os dados de cada jornal. A análise de conteúdo, trazida para este olhar sob a condução de Bardin, foi acrescida de estudos de Charaudeau e de outros autores, de modo a possibilitar a criação das três categorias utilizadas.

A primeira destas categorias, que contempla o segundo capítulo, foi idealizada para trazer o motivo de inserção do Brasil na guerra. Foi por conta do afundamento dos navios

brasileiros que se declarou guerra à Alemanha. Dessa forma, a guerra naval, a guerra submarina e o torpedeamento dos navios brasileiros são os eixos sob os quais se selecionou as notícias, procurando nesse ponto não trazer opiniões, mas apreciar como os fatos em si foram apresentados ao leitor.

A segunda categoria diz respeito aos alemães de Santa Catarina. Nesse ponto, interessam as matérias opinativas, que apontavam para o alemão como um amigo ou inimigo da nação, como um indivíduo a serviço de um país estrangeiro, cujo objetivo era tomar posse do território nacional (o *perigo alemão*), ou, ao contrário, como um amigo, uma pessoa educada, instruída, que ajudava em muito o desenvolvimento local, e que não tinha nenhum interesse de defender a Alemanha, já aclimatado e declaradamente patriota. Cada jornal procurou defender sua visão a respeito, que será sintetizada a seguir.

A terceira e última categoria, chamada de Guerra de informações, procurou trabalhar com a exposição das diferenças entre cada jornal, confrontando, quando possível, a mesma notícia em mais de um periódico. Quando isso não foi possível, procurou-se alinhar perspectivas semelhantes, de modo a estabelecer a forma de construção da imagem alemã.

Observando do ponto de vista de cada periódico, tem-se um quadro equilibrado, no seguinte sentido: dois jornais declaradamente afetos ao seu ponto de vista; e dois jornais que expõem as suas ideias, mas não de forma tão veemente quanto os anteriores. Assim, um periódico alinha-se frontalmente com os alemães, outro se distancia o máximo possível deles, enquanto os outros dois exercem críticas não tão contundentes aos alemães, mas que aumentam o tom a partir de 1917.

Iniciando, portanto, com os semanários, o jornal *A Época* revela em seus escritos que a matriz religiosa se faz presente na sua forma de perceber a realidade e, conseqüentemente, de apreciar o tema da guerra. São frequentes neste jornal as referências ao custo humano da guerra, ao estado de distanciamento do homem para com Deus, que se concretiza nos atos de crueldade para com seu semelhante. É nesse aspecto que são feitas as críticas aos alemães, e também ao fato de as diferenças religiosas motivarem tais pronunciamentos. Contudo, dos quatro periódicos analisados neste estudo, é o que menos se preocupou em tecer longas reflexões sobre o conflito.

O segundo semanário, *O Clarão*, em nenhum momento mostrou qualquer hesitação em se mostrar antigermânico. Para alcançar seu intento, utiliza desde o recurso mais simples,

ou seja, uma notícia carregando o conteúdo, até a elaboração de acrósticos, salientando o patriotismo e pintando com cores inimigas tudo aquilo que possa se constituir em uma identidade do alemão. Em que pese que o jornal também tenha uma característica religiosa evidente, seu antigermanismo dá a entender, pelo teor dos escritos, não precisar de tal aspecto para se materializar.

Já os dois jornais diários, que têm a maior quantidade de contribuições para as análises deste estudo, podem ser entendidos um como defensor da germanidade e outro crítico aos mesmos.

O jornal *O Dia*, porta-voz das ideias do Partido Republicano Catarinense, como bem faz questão de exibir na capa, não se furtou, desde o início, em abraçar a causa da germanidade. Desde os primeiros estampidos da guerra, buscou junto à opinião pública, defender alguns ideários, dos quais os seguintes são os principais:

- a) os alemães não podem ser considerados os causadores da guerra, ainda que sobre eles pese o fardo da invasão da Bélgica, argumento bastante utilizado pelos adversários. O contra-argumento nesse caso era que os alemães, cuja tradição pacífica os artigos trouxeram em vários momentos, foram obrigados a tal decisão como forma de manter a própria soberania. Posteriormente, o jornal utilizou ainda da ideia do nivelamento por baixo, pois nenhum país poderia declarar que nunca havia iniciado um conflito;
- b) na condução da guerra, foram os alemães os que mais respeitaram os protocolos, os que mais trataram com dignidade o próprio exército e também seus prisioneiros, e os que mais cuidaram de não cometer nenhum excesso contra a população civil. Nesse ponto, várias vezes o jornal procurou desmentir as informações que acusavam os alemães de cometerem atrocidades. Inclusive, a própria censura foi também lembrada como motor de desinformação;
- c) os alemães residentes no Brasil, particularmente os que migraram para Santa Catarina, constituíam-se em uma importante parcela da sociedade, seja por sua formação educacional, por sua cultura, sua capacidade de geração de riqueza, ou, ainda, por sua vocação progressista. Segundo o jornal, era preciso que o estado de Santa Catarina reconhecesse sua importância e jamais duvidasse de sua lealdade, desse modo combatendo intensamente a ideia do Perigo Alemão. Ainda é importante acrescentar que este posicionamento se tornará crucial após a declaração de guerra pelo Brasil contra a Alemanha;

d) após abril e, principalmente, outubro de 1917, ou seja, durante o último ano do conflito, o jornal não mais poderia se colocar em defesa dos alemães. Com isso, duas vertentes surgiram: a primeira foi a insistente menção de que, mais importante do que saber quem provocara a guerra, era saber como e quando a mesma findaria. Assim, os discursos pela paz se tornaram uma arma, apelando para a civilidade. No mesmo aspecto, resguardar a diferença entre os alemães na Europa, lutando por suas causas, a que não cabia aos brasileiros julgar, com os alemães de Santa Catarina, estes já aclimatados e interessados, como todos, na solução dos problemas locais.

Ainda sobre o jornal *O Dia*, é preciso registrar que se trata do periódico com maior acervo, com maior disponibilidade de informações e que foi o que mais forneceu material para este estudo, em razão do que já foi citado e, também por ser, visivelmente, o mais empenhado na defesa das suas intenções com a Primeira Guerra Mundial.

O último periódico analisado, o jornal *O Estado*, iniciou suas atividades em 1915. Durante esse primeiro ano de cobertura da guerra, mostrou-se mais interessado em mostrar os fatos ocorridos do que propriamente criar uma versão para eles. Aos poucos, porém, as matérias que questionavam as atitudes alemãs foram se tornando mais frequentes do que as outras. Entre 1916 e meados de 1917, o conteúdo publicado foi lentamente se direcionando para uma posição antigermânica, que se consolida nos dois últimos anos. A Alemanha considerada inimiga é bem explorada pelo jornal, citando, frequentemente, o patriotismo e a tradição brasileira de bem se portar diante das adversidades. O papel do Brasil como líder continental também foi objeto de descrição por vários momentos.

A guerra significou, para o Brasil, uma oportunidade de inserção no cenário internacional, participando, ainda que de forma periférica, das discussões do pós-guerra. Significou ainda mudanças na sua estrutura econômica. Mas, principalmente, dentro das prerrogativas deste trabalho, a guerra mostrou como as opiniões, que podem estar razoavelmente acomodadas no cotidiano, sabem se aflorar quando se declara um segmento como inimigo.

Nesse sentido, os alemães residentes em Santa Catarina, que não constituem um grupo homogêneo, e nem assim podem ser vistos, sofreram com perseguições, discriminações e atos de violência; contudo, embora de uma forma mais branda, também responderam e provocaram situações semelhantes. Ao se findar o conflito, coube ao tempo amainar estas

arestas e permitir que as coisas, pouco a pouco, voltassem ao seu normal. A imagem dos teutos que surge ao se perscrutar os jornais, é portanto, uma imagem com mais uma matiz, pois cada veículo, a seu modo, tratou o assunto de forma diversa, seja em intensidade, seja em perspectiva.

O poder da imprensa ao publicar ideias é a mensagem final deste estudo. A imprensa como motor de uma reflexão histórica, sua capacidade de aproximar o leitor da notícia, a possibilidade de oferecer uma visão de mundo, em tudo isto história e imprensa se completam.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Dunshee de. **A iluzão brasileira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Transformações da ordem econômica mundial, do final do século 19 à Segunda Guerra Mundial. **Rev. bras. polít. int.** [online], v. 58, n. 1, 2015.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Introdução à Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2000.
- AROUCA, Fernanda Bana. Primeira Guerra Mundial: Propaganda, Imprensa e Cultura Visual. **Boletim Historiar**, Aracaju: UFS, n. 17, p. 49-62, out./dez. 2016.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. São Paulo: Ática, 1990.
- BARACUHY, Braz. A crise da Liga das Nações de 1926: realismo neoclássico, multilateralismo e a natureza da política externa brasileira. **Contexto int.** [online], v. 28, n. 2, p. 355-397, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 79.
- BONOW, Stefan Chamorro. As Listas Negras e a Grande Guerra: Repercussões sobre Capital e Trabalho Germânicos em Porto Alegre. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 4, p. 280-304, ago./dez. 2010.
- BONOW, Stefan Chamorro. **A desconfiança sobre os indivíduos de origem germânica em Porto Alegre durante a Primeira Guerra Mundial: cidadãos leais ou retovados?** Porto Alegre: PUC, 2011a.
- BONOW, Stefan Chamorro. A Primeira Guerra Mundial em Porto Alegre e o papel da religiosidade na definição da nacionalidade. **MNEME: Revista de Humanidades, Caico (RN)**, v. 11, n. 29, p. 149-171, jan./jul. 2011b. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme>. Acesso em: 29 ago. 2019.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Unicamp, 1994.
- BRANDÃO, Miguel Castro. **(Con)Viver com o Inimigo – A Atividade Submarina Alemã Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – Interações na Costa de Esposende**. Dissertação (Mestrado em História e Património Mediação Patrimonial) – Universidade do Porto, Porto, 2015. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/82191/2/37790.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- BRASIL. **Decreto 12.201, de 02 de junho de 1917**. Manda utilizar todos os navios mercantes alemães ancorados nos portos da Republica. Rio de Janeiro: 1917. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12501-2-junho-1917-498852-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

- CABRAL, Oswaldo. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1994.
- CABRAL, Oswaldo (org.). **Povo e Tradição em Santa Catarina**. Florianópolis: EDEME, 1971.
- CABRAL, Oswaldo. **Santa Catarina e sua história**. Florianópolis: UFSC; Ed. Lunardelli, 1983.
- CAPELATTO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.
- CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: análise de Discurso *versus* Análise de Conteúdo. **Contexto**, Florianópolis, p. 679-684, out./dez. 2006.
- CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba: UFPR, v. 7, n. 1, 2016.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da Linguagem. In: MARI, H. et al. **Análise do discurso: Fundamentos e Práticas**. Belo Horizonte: Núcleo da Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001.
- COSTA, João José Theodoro da. **Reminiscências Políticas**. Florianópolis: Ed. IHGSC, 2003.
- CORREIA, Sílvia Adriana Barbosa. Cem anos de historiografia da Primeira Guerra Mundial: entre história transnacional e política nacional. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 650-673, jul./dez. 2014.
- CUNHA, Idaulo José. **O salto da Indústria Catarinense: um exemplo para o Brasil**. Florianópolis: Paralelo 27, 1992.
- DAEHNHARDT, Patrícia. As origens da Grande Guerra e o estatuto de Grande Potência: o caso da Alemanha. **Relações Internacionais** [online], n. 42, p. 79-93, 2014.
- DAROZ, Carlos. **Novik: o navio que revolucionou a frota russa**. 2017. Disponível em: <http://darozhistoriamilitar.blogspot.com/2017/09/novik-o-navio-que-revolucionou-frota.html>. Acesso em: 27 set. 2019.
- DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. Análise de Conteúdo e Análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **ALEA**, v. 7, jul./dez. 2005.
- DHENIN, Miguel; MENDONÇA, Valterian. O Brasil na Grande Guerra: uma contribuição para o esforço aliado. **Cadernos de Defesa Nacional**, Lisboa, n. 18, 2015.
- DIJK, Teun A. van. **Cognição, discurso e Interação**. São Paulo: Contexto, 2000.
- DUCROT, Oswald. **Princípios de Semântica Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1972.
- DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **Filosofia da Linguagem: introdução crítica à semântica filosófica**. Florianópolis: UFSC, 2014.
- FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 1995.

FERNANDES, Mário. **República de Penas e Espadas: O Discurso da Imprensa Republicana Catarinense (1885-1889)**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4615/1/390304.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

FERNANDES, Marisa. **A Arma Submarina na Estratégia Alemã na Primeira Guerra Mundial**. Nação e defesa. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, n. 145, 2016.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil: 1880-1920**. Petrópolis: Vozes, 1978.

FLORES, Hilda Agnes Hübner; ROCKENBACH, Sívio Aloysio. **Imigração Alemã 180 anos: História e Cultura**. Porto Alegre: CORAG, 2004.

GARAMBONE, Sidney. **A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GERTZ, René. De Otto Von Bismarck a Ângela Merkel: Do “Perigo Alemão” ao “Neonazismo” no Brasil. **História: Questões e Debates**, Curitiba: UFPR, n. 58, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/33897/21158>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GILBERT, Martin. **A primeira guerra mundial: os 1.590 dias que transformaram o mundo**. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2017.

GONÇALVES, Anderson Tiago Peixoto. Análise de conteúdo, Análise do discurso e análise de conversação: estudo preliminar sobre diferenças conceituais e teórico-metodológicas. *Revista Administração e Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 275-300, maio/jul. 2016.

HEINSFELD, Adelar. A imprensa germanófila na capital federal durante a primeira guerra mundial. **Semantic Scholar**, 2018. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/A-IMPrensa-GERMAN%C3%93FILA-DA-CAPITAL-FEDERAL-DURANTE-A-Heinsfeld/afea491b5706f53551383a51d63de4bba1a61ffe>. Acesso em: 20 jul. 2020.

HEINSFELD, Adelar. A neutralidade da Primeira guerra mundial em debate: o papel da imprensa chilena. **Revista Debates e Tendências**, Passo Fundo: UPF, v. 14, n. 2, 2014.

HEINSFELD, Adelar. **Algo de novo no Front regional: neutralidade e germanofilia chilena na Primeira Guerra Mundial**. Passo Fundo: UPF, 2016.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

IPHAN. **Roteiros Nacionais de Imigração**: Santa Catarina. 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivImi_RoteirosNacionaisImigracao_SantaCatarina_v1_m.pdf. Acesso em: 04 set. 2020.

JUNIOR, Silveira. **Memórias de um menino pobre**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1980.

KLUG, João. Fragmentos da vida: Carl Hoepcke e a Germanidade em Santa Catarina. **Revista Catarinense de História**, Florianópolis: Insular, n. 4, 1996.

MacMILLAN, Margaret. **A Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Globo Livros, 2014.

MALATIAN, Teresa. A construção do convencimento: Júlio Mesquita e os Boletins de Guerra do jornal *O Estado de S. Paulo* (1914-1918). **Revista Patrimônio e Memória**, São Paulo: Unesp, v. 9, n. 2, p. 205-219, jul./dez. 2013.

MARQUES, Denilson Bezerra; URQUIZA, Marconi de Albuquerque. Análise de conteúdo em termos de Bardin aplicada à comunicação corporativa sob o signo de uma abordagem teórico-empírica. **Entretextos**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 115-144, jan./jun. 2016.

MARQUES, Jarbas Silva. Lauro Müller e a capital da República. **Revista do Instituto Histórico-Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis: Ed. IHGSC, n. 21, 2002.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

MATA, Maria Margarete Sell da. **Jornal O Estado: uma história em construção: (1915 – 1931)**. Florianópolis: UFSC, 1996.

MAX, Arthur. **Vozes esquecidas da Primeira Guerra Mundial: uma nova história contada por homens e mulheres que vivenciaram o primeiro grande conflito do século XX**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MENDONÇA, Valterian Braga. **A experiência estratégica brasileira na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)**. Niterói: UFF, 2008.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo: limites e possibilidades. *In*: ENGERS, Maria Emilia Amaral (org.). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. Disponível em: http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html#_ftn1. Acesso em: 09 dez. 2019.

NADALIN, Sergio Odilon; FABRIS, Pamela. A comunidade alemã em Curitiba e a conjuntura da Primeira Grande Guerra. **Revista de História Regional**, v. 18, 2013. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 20 jun. 2020.

NASCIMENTO, Diego Lima do. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a participação de Ruy Barbosa na definição do novo conceito de neutralidade**. Brasília, DF: UNB, 2017.

NIMER, Emad Aboasi El. La “Primera Guerra Mundial” como treta publicitaria en la prensa venezolana (1914-1918). **Revista dos Puntas**, San Juan: Argentina, ano 5, n. 8, 2013.

NOGUEIRA, Claudio Marques Martins. Considerações sobre o modelo de análise do discurso de Patrick Charaudeau. *Revista Ensaio*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 66-71, jan./jun. 2004.

PECHEUX, Michel. **Semântica e discurso: Uma crítica a afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 1995.

PEDRO, Maria Joana. **Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX**. Florianópolis: UFSC, 1995.

PEREIRA, Leonardo Nunes. **Perigo Alemão ou Germanofobia**: os alemães em São Paulo entre 1889 e 1918. PUC: São Paulo, 2011.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1988.

PIAZZA, Walter Fernando. **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: Alesc, 1994.

PIRES, Ana Livia Claro. Abaixo as armas! O discurso a favor da neutralidade no debate sobre a Primeira Guerra Mundial no Brasil (1914-1917). **Em tempo de Histórias**, Brasília, DF: UNB, n. 24, jan./jul. 2014.

PIRES, Ana Livia Claro. Do outro lado do front: Dunshee de Abranches e os germanófilos no debate brasileiro sobre a Primeira Guerra Mundial. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2017, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF, 2017.

PIRES, Ana Livia Claro. **Intelectuais nas trincheiras**: a Liga Brasileira pelos Aliados e o debate sobre a Primeira Guerra Mundial (1914-1919). Rio de Janeiro: PUC, 2013.

PIRES, Ana Livia Claro. O Germanófilo: Dunshee de Abranches e a defesa do império alemão na imprensa brasileira durante a primeira guerra mundial. *In*: ANPUH/RS, 13., 2016, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016.

PIRES, Ana Livia Claro. Os inimigos da nação: a liga brasileira pelos aliados e os discursos sobre o “perigo alemão” durante a grande guerra (1915-1919). **Oficina do Historiador**, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 8, n. 1, p. 61-80, jan./jun. 2015.

REGISTRO cronológico da Primeira Guerra Mundial. Disponível em: <http://www.acadhistoria.com.br/outextos/Registro%20Cronol%C3%B3gico%20da%20I%20GM.pdf>. Acesso em: 21 maio 2019.

REGO, Ana Regina; LEAL, Ranielle. **Imprensa Brasileira na Primeira Guerra Mundial**: intelectuais em ação. Porto Alegre: UFRGS, ALCAR, 2015.

REMOND, Rene. **O século XX**: de 1914 aos nossos dias. São Paulo: Cultrix, 1974.

RENOUVIN, Pierre. **La Primera Guerra Mundial**. Barcelona: Montserrat, 1972.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Primeira Guerra Mundial**: Impactos sobre a economia e sociedade Brasileiras – 1914 - 1918. Coimbra: Impactum, 2014.

RINKE, Stefan. Alemanha e Brasil, 1870-1945: uma relação entre espaços. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos** [online], v. 21, n. 1, p. 299-316, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014000100299&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702014005000007>.

ROSA, Maria Dionéia Paula da. **O cenário internacional sob o olhar da imprensa regional**: o jornal *a federação* e a primeira guerra mundial. Passo Fundo: UPF, 2017.

SÁ, Maisa Cristina Pereira de; GUIRALDELLI, Lisângela Aparecida. Estudando os efeitos da ambiguidade no discurso jornalístico manchete. **Entrepalavras**, Fortaleza, ano 4, v. 4, n. 1, p. 82-98, jan./jun. 2014.

SANTOS, Ana Lúcia Prado Reis dos. **Imprensa brasileira no ocaso da Belle époque: a Primeira Guerra Mundial sob olhar dos jornais paraenses**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2016.

SCHARF, Elisabete Weber. Política, briga e imprensa: Críticas à Felipe Schmidt através do jornal República. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis: UFSC, v. 2, n. 2, 2008.

SCHLICHTING, Ada Melo. **Catálogo analítico descritivo dos jornais de Florianópolis (1914 - 1930): O jornal como fonte histórica**. Florianópolis: UFSC, 1989. 1023 p.

SCHULZE, Frederik. O discurso protestante sobre a germanidade no Brasil Observações baseadas no periódico Der deutsche Ansiedler 1864-1908. **Revista Espaço Plural**, Marechal Candido Rondon: Unioeste, ano 9, n. 19, p. 21-28, 2008.

SEYFERTH, Giralda. **Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro**. 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131999000200003&script=sci_abstract&tlng=pt#:~:text=SEYFERTH. Acesso em: 03 maio 2020.

SEYFERTH, Giralda. Identidade étnica, assimilação e cidadania: A imigração alemã e o Estado brasileiro. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 17., 1993, Caxambu, MG. **Anais [...]**. Caxambu, MG, 1993. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/26/rbcs26_08.pdf. Acesso em: 09 jul. 2020.

SILVA, André Felipe Candido da. Nas trincheiras do front intelectual. Henrique da Rocha Lima e a Primeira Guerra Mundial no *Jornal do Commercio*. **Varia hist.**, Belo Horizonte: v. 31, n. 57, set./dez. 2015.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. A identidade Teuto-Brasileira pensada pelo intelectual Aloys Friederichs. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, jan./jun. 2005.

SONDHAUS, Lawrence. **A Primeira Guerra Mundial: história completa**. São Paulo: Contexto, 2015.

SPONHOLZ, Liriam. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas conseqüências para o jornalismo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 56-69, dez. 2009.

STEVENSON, David. **1914-1918: a história da Primeira Guerra Mundial**. Barueri: Editora Novo Século, 2016.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial (a diplomacia brasileira e as grandes potências)**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990.

VOGT, Olgário Paulo. O alemanismo e o “Perigo Alemão” na literatura brasileira da primeira metade do século XX. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, 2007. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/240/190>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ZANELATO, João Henrique. **O Integralismo e a Política Regional em Santa Catarina.**
Rio de Janeiro: Dimensões, 2011. v. 26.

FONTES

A Época. Florianópolis, 1914-1918.

O Clarão. Florianópolis, 1914-1918.

O Dia. Florianópolis, 1914-1918.

O Estado. Florianópolis, 1915-1918.

ANEXO A – TORPEDEAMENTO DOS NAVIOS BRASILEIROS

Navio	Data	Tonelagem	Vítimas	Observações
Paraná	05/04/1917	4.461	3 mortos	Causou o rompimento de Relações Diplomáticas com a Alemanha
Tijuca	20/05/1917	3.400	Nenhuma Fatal	
Lapa	27/07/1917	1.366	Nenhuma Fatal	
Maceió	03/08/1917	3.769	Nenhuma Fatal	
Macau	23/10/1917	3.558	1 Mortos 2 desaparecidos	Declaração de Guerra a 26/10
Guaíba	04/11/1917	1.891	Nenhuma Fatal	
Acari	04/11/1917	4.275	Nenhuma Fatal	

ANEXO B – LISTA DOS NAVIOS ALEMÃES APRESADOS PELO BRASIL

Nome	Construção	Ton.	Porto de apresamento	Nome brasileiro
Alrich	1913	6.692	Rio de Janeiro	Parnahyba
Arnold Amsinck	1907	4.526	Rio de Janeiro	Jaboatão
Asuncion	1894	4.663	Belém	Campos'
Bahia Laura	1913	9.790	Recife	Caxias; Ruy Barbosa (1924)
Blücher	1901	12.334	Recife	Leopoldina
Cap Roca	1900	5.786	Rio de Janeiro	Itu; Alm.Alexandrino (1926)
Cap Vilano	1906	9.467	Recife	Sobral
Carl Woermann	1910	5.715	Rio de Janeiro	Atalaia
Coburg	1909	6.750	Rio de Janeiro	Poconé
Corrientes	1894	3.775	Recife	Guaratuba
Ebernborg	1905	4.414	Rio de Janeiro	Acary
Eisenach	1909	6.750	Recife	Santarén
Etruria	1900	4.437	n/d	Ingá
Franken	1905	5.099	Rio de Janeiro	Taubaté
Frida Woermann	1888	2.578	Salvador	Macapá
Gertrud Woermann	1907	6.465	Rio de Janeiro	Curvello; Cantuaria Guim.
Gundrun	1909	4.772	Recife	Barbacena
Gunther	1906	3.037	Santos	Maranguape
Henny Woermann	1911	6.082	Recife	Uberaba
Hohenstaufen	1906	6.489	Rio de Janeiro	Cuyabá
Minneburg	1909	4.748	Cabedelo	Caxambu
Monte Penedo	1912	3.695	Rio Grande	Sabará; Ascânio Coelho (1948)
Palatia	1912	3.558	Santos	Macau
Persia	1914	3.566	Cabedelo	Aracaju
Pontos	1900	5.703	n/d	Pelotas
Posen	1913	6.569	Rio de Janeiro	Almirante Elizário
Prussia	1912	3.557	Santos	Cabedello
Rauenfels	1907	5.473	Salvador	Lages
Rio Grande	1905	4.556	Belém	Benevente; Duque de Caxias
Roland	1912	6.872	Rio de Janeiro	Ayruoca
Salamanca	1906	5.970	Cabedelo	Alegrete
San Nicolas	1897	4.739	Recife	Alfenas; Campos Salles (1923)
Santa Anna	1910	3.739	Paranaguá	Maceió
Santa Lucia	1907	4.238	Salvador	Joazeiro
Santa Rosa	1911	3.797	Rio Grande	Iguassu
Santos	1899	4.855	Recife	manteve o nome

Siegmund	1905	3.043	Santos	Therezina
Sierra Nevada	1912	8.235	Recife	Bagé
Sierra Salvada	1912	8.227	Rio de Janeiro	Avaré
Stadt Schleswig	1902	1.103	São Luís	Tabatinga
Steiemark	1911	4.570	Salvador	Camamu
Tijuca	1899	4.801	Recife	Baependy
Valesia	1912	5.227	Santos	Belmonte; Palmares
Walburg	1905	3.081	Recife	Curytiba

ANEXO C – CRONOLOGIA DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

1914

28 de junho: O arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, e sua esposa Sofia, Duquesa de Hohenberg, são assassinados pelo extremista bósnio/sérvio Gavrilo Princip.

2 de agosto: Tropas alemãs invadem o Luxemburgo.

4 a 16 de agosto: Batalha de Liége (Bélgica), a primeira da guerra, vencida pelos alemães sobre os belgas.

9 de agosto: Batalha de Mulhouse, também chamada de Batalha da Alsacia, confronto entre os exércitos da França e do Império Alemão.

10 de agosto: Cai a primeira das 12 fortalezas de Liége.

14 a 22 de agosto: Batalha de Lorraine (Lorena), na escalada da ofensiva francesa contra os alemães a sudeste de Metz.

14 a 24 de agosto: Início da Batalha das Fronteiras nos territórios da Alsacia-Lorena.

15 de agosto: Russos e austríacos se enfrentam pela primeira vez na Galícia.

16 a 19 de agosto: O ultimo forte de Liége sucumbe aos alemães

16 a 20 de agosto: O exercito russo derrota os alemães na Batalha de Gumbinnen e passa a ameaçar Königsberg.

18 de agosto: Três colunas alemãs atravessam a Bélgica, uma em direção a Bruxelas, outra em direção a Namur e a outra em direção a Dinant.

19 de agosto: Na Alsacia, os franceses reocupam Mulhouse enquanto outras forças seguem para Colmar.

20 de agosto: Tropas alemãs ocupam Bruxelas, capital da Bélgica.

21 de agosto: Batalha de Charleroi (Bélgica) ou Batalha de Sambre, entre as forças francesas e alemãs.

21 a 23 de agosto: Batalha das Ardenas na fronteira franco-belga.

23 a 25 de agosto: Batalha de Krasnik (hoje Polônia), com vitória do 1º Exército Austro-húngaro sobre o 4º Exército Russo.

23 de agosto a 2 de setembro: Início da Batalha de Tannenberg, entre a Alemanha e o Império Russo, com arrasadora vitória alemã.

26/27 de agosto: Batalha de Le Cateau (Le Cateau-Cambresis, França), uma das primeiras grandes batalhas da Frente Ocidental, entre ingleses e alemães, com vitória alemã.

26 a 30 de agosto: Na frente oriental, ocorre o desfecho da grande Batalha de Tannenberg, com esmagadora vitória alemã sobre o 2º Exército russo.

26 a 31 de agosto: Batalha de Komarow, Galícia, entre o 5º Exército russo e o 4º Exército Austro-Húngaro, com vitória destes.

29/30 de agosto: Batalha de Saint-Quentin, França, também conhecida como Batalha de Guise, com vitória francesa.

4 de setembro: Tropas alemãs ocupam Reims, França.

5 a 12 de setembro: Primeira Batalha do Marne, com vitória da contraofensiva dos Aliados.

6 a 11 de setembro: Na Frente Oriental, Batalha de Rawa, ou de Lemberg-Rawa Ruska, com derrota dos austríacos do General Barão Franz Conrad von Hotzendorf frente aos russos.

13 de setembro: As forças aliadas conseguem libertar dos alemães toda a região entre Nancy e Avrincourt

13 a 28 de setembro: Primeira Batalha do Aisne.

14 de setembro: Vitória britânica na Batalha da Ilha da Trindade, litoral brasileiro, entre um cruzador inglês da Royal Navy (Carmania) e outro da Kaiserliche Marine (Cap Trafalgar), que foi afundado.

25 de setembro: Primeira Batalha de Albert, resultado do avanço francês de Joffre para o norte, para atacar o flanco direito alemão exposto em Noyon.

29 de setembro a 31 de outubro: Batalha de Varsovia, ou do Rio Vistula, ou ainda 'A Grande Retirada Russa' da Galícia, Polônia, combate vencido pelos alemães.

9 de outubro: Tropas alemãs tomam Antuérpia, Bélgica, após bombardeios de Artilharia com gases tóxicos. A população evacua a cidade.

10 de outubro: Terceira invasão da Servia pela Áustria. Belgrado foi capturada no dia 2 de dezembro.

10 de outubro a 2 de novembro: Início da Batalha de Flandres, Bélgica, com as batalhas de La Bassée e 1ª Batalha de Ypres, que dura três semanas.

16 a 31 de outubro: Batalha de Yser, Bélgica, a qual assegurou as linhas costeiras da Bélgica para os Aliados na "corrida para o mar".

19 de outubro a 22 de novembro: Continuidade da Primeira Batalha de Ypres, Bélgica.

2 de novembro: Batalha de Tanga, África Oriental, entre alemães e britânicos.

16 de novembro a 15 de dezembro: Batalha de Kolubara, região do rio Kolubara, Servia, entre austro-húngaros e sérvios, com vitória total destes.

21 de novembro: Final da primeira batalha de Ypres, Bélgica, também chamada de Batalha de Flandres, última grande batalha do primeiro ano da guerra, com vitória total dos Aliados.

2 de dezembro: Ocupação de Belgrado pelas forças austríacas e posterior avanço para o sul da Servia.

18 de dezembro: Batalha de Givenchy, França, parte da Batalha de Champagne, com vitória parcial dos Aliados.

20 de dezembro: Primeira Batalha de Champagne, França, com pequeno ganho territorial dos Aliados frente aos alemães.

21 de dezembro: Primeiro ataque aéreo alemão a Grã-Bretanha.

22 de dezembro: Início da Batalha de Sarkamish no Cáucaso entre turcos e russos.

1915

1 de janeiro a 30 de março: Inicia a ofensiva aliada em Artois e Champagne.

8 a 15 de janeiro: Batalha de Soissons, norte da França, entre franceses e alemães, com vitória destes.

10 a 12 de janeiro: Batalha de Neuve Chapelle, que resulta em um pequeno avanço inglês.

11 de janeiro: Combate naval entre russos e turcos no Mar Negro resulta em sérias avarias nos

19 a 20 de janeiro: Primeiro ataque aéreo alemão ao território inglês

24 de janeiro: Batalha Naval de Dogger Bank, Mar do Norte, entre grandes cruzadores britânicos e alemães, com vitória inglesa.

4 de fevereiro: A Marinha alemã anuncia a campanha submarina contra os Aliados e impõe um bloqueio marítimo à Inglaterra.

6 de fevereiro: Em grande ofensiva alemã, as forças russas são expulsas do leste da Prússia.

7 a 22 de fevereiro: Segunda Batalha dos Lagos Masurianos, entre russos e alemães, com vitória destes.

18 de fevereiro: A Alemanha inicia seu bloqueio naval submarino.

21 de fevereiro: Na frente oriental, em face da ofensiva e da "tenaz" alemã sobre a floresta de Augustowo, 110 mil russos são forçados a capitular

25 de fevereiro a 18 de março: Na frente oriental, região do rio Narewe, os alemães “sofrem uma série de fracassos, dos quais o mais importante foi o de Prassnysk”

10 a 13 de março: Batalha de Neuve Chapelle, França, dentro da ofensiva britânica frente aos alemães na região de Artois, a qual rompeu as defesas inimigas e reconquistou a Vila, mas os ingleses não souberam explorar a vantagem e permitiram o contra-ataque, o que anulou a ação inglesa.

11 de março: A Grã-Bretanha declara o bloqueio de todos os portos alemães.

14 de março: O cruzador alemão SMS Dresden é afundado por navios de guerra britânicos.

22 de março: Na frente oriental as forças austro-húngaras (117 mil homens) se rendem aos russos na região da Fortaleza de Przemysl

5 a 14 de abril: Os aliados realizam dois ataques fracassados (dias 5 e 9) na região de Woëvre, Lorena.

22 de abril: O primeiro uso do gás venenoso cloro é praticado pelas tropas alemãs.

24 de abril: Batalha de Saint-Julien, vila próxima a Yprés, onde as tropas canadenses se mantiveram firmes contra os ataques alemães nas fases iniciais da 2ª Batalha de Yprés.

25 de abril: Campanha de Gallípoli. Tropas inglesas (80.000 homens) desembarcam na península de Gallípoli, na Turquia, para abrir o Estreito de Dardanelos e possibilitar que os navios aliados pudessem atingir o Mar Negro.

28 de abril: Maciço ataque austro-germânico na Galícia (Sudoeste da Ucrânia) provoca violentas baixas nos exércitos russos.

1 de maio: 50ª Ofensiva Görlice-Tarnow, na frente oriental: tentativa alemã sob o comando do General August von Mackensen para aliviar a pressão russa sobre o exército austro-húngaro.

9 a 15 de maio: Batalha de Aubers Ridge, também conhecida como a Segunda Batalha de Artois, entre alemães e ingleses, resultando em um desastre para o exército britânico.

9 de maio a 23 de julho: Batalhas de Notre-Dame de Lorette e do Labyrinthe. Os franceses, com a 1ª Divisão Marroquina, tomaram as posições de Vimy mas não conseguiram mantê-las pela falta de reforços.

1 de junho: Primeiro ataque aéreo a Londres por um Zeppelin.

4 de junho: Terceira Batalha de Krithia, região de Gallípoli, novamente sem sucesso para os Aliados.

15 de junho: Batalha de Givenchy (vila francesa), parte da Batalha de Champagne, com vitória dos alemães, os quais, em dezembro seguinte, perderam a mesma área.

22 de junho: Na frente oriental os alemães conquistam a região de Lemberg, possibilitando a via de acesso para alcançarem a região do rio Bug.

23 de junho a 7 de julho: 52ª Primeira Batalha de Isonzo, vale do Rio Isonzo, Itália, entre italianos e o Império Austro-Húngaro.

9 a 18 de julho: Os aliados efetuam uma investida infrutífera na região do Arras, no contexto da Batalha de Artois.

11 de julho: Afundado o cruzador alemão Königsberg, então bloqueado no delta do rio Rufiji, 160 Km ao sul de Dar El Salam, África, por dois monitores ingleses.

15 de julho: A Rússia sofre diversas e importantes derrotas na Polônia e à leste do seu território.

18 de julho a 3 de agosto: Segunda Batalha do Isonzo.

30 de julho: Tropas alemãs usam os lança-chamas pela primeira vez contra as linhas britânicas em Hooge, Yprés, Bélgica.

5 de agosto: Os alemães prendem em Bruxelas a enfermeira britânica Edith Louise Cavell, a qual será fuzilada na capital belga em 12 de outubro deste mesmo ano. É uma das heroínas da I GM por salvar a vida de soldados de ambos os lados sem distinção e em nome da vida.

6 a 21 de agosto: Batalha de Sari Bair, na costa do Mar Egeu, pelo controle do Mediterrâneo.

17 de agosto a 14 de setembro: Batalha de Varsóvia, ou 'Grande Retirada Russa', quando as forças do Império Russo se retiraram da Galícia e da Polônia.

15 de setembro a 4 de novembro: Terceira Batalha de Artois, na Frente Ocidental, também conhecida como Ofensiva Loos-Artois

18 de setembro: Tropas alemãs tomam Vilna (Lituânia).

22 de setembro a 6 de novembro: Segunda Batalha de Champagne. As tropas franco-britânicas conquistam territórios ocupados pelos alemães, mas sofrem mais de 140 mil baixas.

25 a 28 de setembro: Batalha de tomada da cidade de Loos, França.

29 de setembro: O cume (colina) de Vimy Ridge é parcialmente conquistado pela França durante a Terceira Batalha de Artois.

6 de outubro: Os aliados retomam a ofensiva para abertura de brechas em Artois e na Champagne, ambas fracassadas.

18 de outubro a 3 de novembro: Terceira Batalha de Isonzo.

10 de novembro a 2 de dezembro: Quarta Batalha de Isonzo.

22 a 25 de novembro: Batalha de Ctesiphon, Mesopotâmia, no atual Iraque, dos britânicos, inclusive indianos, contra os otomanos.

10 de novembro: Batalha de Kosovo: ataque das Potências Centrais (búlgaros, austríacos e alemães) contra as forças sérvias na região de Kosovo, conquistando Pristina em 24 de novembro.

5 de dezembro: O general Joseph Joffre convoca uma conferência dos comandantes aliados.

28 de dezembro: Início da retirada das tropas aliadas de Gallípoli, após uma severa derrota imposta pelo Império Otomano, com mais de 140 mil baixas em sete meses.

1916

22 de fevereiro: Na Batalha de Verdun, os alemães tomam a linha Brabant -Haumont, o bosque de Caures e o Herbebois.

23 de fevereiro: Em face do ataque alemão os Aliados recuam para a linha Samogneux-Beaumont-Ornes.

27 de fevereiro: O Exército do Gen Petain rechaça o avanço alemão fazendo frustrar-se todo o esforço germânico.

2 de março: O Capitão Charles André Joseph Marie de Gaulle, comandante de uma Companhia do Exército Francês, e preso pelos alemães durante a Batalha de Verdun.

8 de março: Batalha de Dujai la, Turquia, na Campanha da Mesopotâmia, entre ingleses e Turcos.

9 a 17 de março: Quinta Batalha de Isonzo.

11 de março: Batalha de Reata, front africano, na qual os aliados obrigam os alemães a abandonarem a área (Kilimanjaro).

15 de março: A Áustria-Hungria rompe as relações diplomáticas e declara guerra a Portugal.

24 de março: Afundamento, por engano dos alemães do submarino U-29, do ferry-boat francês Sussex no Canal da Mancha. Morreram cerca de 50 pessoas, inclusive norte-americanos.

27 a 29 de abril: Batalha de Hulluch, França, entre ingleses e alemães, com o uso de gás venenoso pelos germânicos. Mesmo assim, a vitória foi inglesa.

3 de maio: O navio Rio Branco, anteriormente brasileiro, operando a serviço da Inglaterra e tripulado parcialmente por noruegueses e afundado por um submarino alemão.

15 de maio: Tropas canadenses capturam Vimy Ridge, França, antes sob controle alemão.

21 de maio: Os britânicos perdem para os alemães a colina de Vimy Ridge, França.

31 de maio a 1 de junho: Batalha da Jutlandia, Mar do Norte, entre a Grande Armada Britânica e a Hochseeflotte (Frota de Alto Mar).

2 a 3 de junho: Batalha do Monte Sorrell, leste de Ypres, Bélgica, entre ingleses/canadenses e alemães, com retiradas, contra-ataques e reocupações. Ao final, as posições não haviam se alterado em relação ao início do combate.

22 de junho: Novos ataques alemães na região de Verdun resultam na conquista da região de Souville.

1 de julho: Ofensiva Anglo-francesa: início da Batalha do Somme, como reação ao avanço alemão em Verdun.

2 de julho a 25 de julho: Batalha de Erzincan: forças russas derrotam as tropas do Império Otomano na Armênia.

14 de julho: Batalha de Bazentin Ridge, no Somme, com vitória inglesa.

19 de julho: Batalha de Fromelles, ou de Fleurbaix, vila próxima a Lille, França.

23 de julho a 7 de agosto: Batalha de Pozieres, França, entre ingleses/australianos e alemães pela posse da vila e das elevações ao norte. Vitória das forças australianas e obtenção de uma posição importante para ameaçar o bastião alemão de Thiépval.

1 de agosto: Batalhas encarniçadas ocorrem na frente de Isonzo, na Itália.

3 a 5 de agosto: Batalha de Romani, na Península do Sinai. Britânicos, australianos e neozelandeses contra o Império Otomano.

6 a 17 de agosto: Sexta Batalha de Isonzo.

9 de agosto: Os italianos capturam Gorizia, vencendo os austríacos nas margens do rio Isonzo, hoje região do Friuli-Venezia Giulia.

9 de setembro: Batalha de Ginchy, França, entre ingleses/irlandeses e alemães. Os primeiros conquistaram o vilarejo de Ginchy, embora com severas baixas.

14 a 16 de setembro: Sétima Batalha de Isonzo.

15/22 de setembro: Batalha de Flers-Courcelette, França, entre ingleses e alemães com vitória inglesa e captura das localidades de Courcelette, Martinpuich e Flers.

10 a 12 de outubro: Oitava Batalha de Isonzo.

24 de outubro a 5 de novembro: Contraofensiva francesa a leste de Verdun recupera os fortes de Douaumont e Vaux.

1º de novembro: O Gen Joffre dá por terminada a grande ofensiva de desgaste do Somme. O ano de 1916 havia sido usado para desgastar os alemães. Ao final, tanto franceses como alemães haviam perdido por volta de um milhão de homens cada um.

4 de novembro: Nona Batalha de Isonzo.

9 de novembro: Batalha do rio Ancre: marca o final da Batalha do Somme.

18 de novembro: Fim da Batalha do Somme.

21 de novembro: Falecimento de Francisco Jose, Imperador da Áustria-Hungria, sucedido pelo príncipe Karl Franz Joseph Ludwig Hubert Georg Otto Marie, o Kaiser Karl I.

28 de novembro: Aviãos alemães atacam Londres com o objetivo de forçar os britânicos a retirar aviões da frente ocidental e transferi-los para a defesa de seu próprio território.

6 de dezembro: Frente Oriental: Bucareste, a capital da Romênia, e ocupada pelas tropas dos Impérios Centrais.

23 de dezembro: Batalha de Magdhaba, na Península do Sinai, entre ingleses/australianos e otomanos, com vitória britânica, abrindo caminho para Jerusalém.

1917

9 de janeiro: Batalha de Rafah, Península do Sinai, entre ingleses e otomanos, com vitória dos primeiros marcando o princípio da ofensiva britânica na Palestina. Os alemães decidem lançar uma ofensiva total de submarinos.

31 de janeiro: A Alemanha anuncia o bloqueio naval e o começo da guerra submarina.

1 de fevereiro: A Alemanha decide iniciar uma ampliação da guerra submarina irrestrita, atacando navios mercantes de nações aliadas e também de países neutros. Cinco embarcações brasileiras são afundadas.

23 de fevereiro: Segunda Batalha de Kut-El-Amara, parte da campanha britânica na Mesopotâmia para capturar o Iraque.

11 de março: Os Britânicos (Gen Maud) e indianos tomam Bagdá.

15 de março: Abdicação do Czar Nicolau II da Rússia em favor do Grão-Duque Miguel Alexandrovich Romanov, em função dos desdobramentos revolucionários em seu país.

18 de março: Após as derrotas alemãs os britânicos ocupam Peronne, França, e os franceses ocupam Noyon, também na França.

26 de março: Primeira Batalha de Gaza, primeira tentativa de capturar a região.

9 a 12 de abril: Batalha de Vimy Ridge: tropas canadenses capturam Vimy Ridge.

9 a 20 de abril: Ofensiva francesa na Champagne.

11 de abril: O Brasil rompe relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha. Neste dia, estavam ancorados em portos brasileiros 44 navios mercantes alemães e dois austríacos.

9 de abril a 16 de maio: Batalha de Arras, França, entre os aliados e o Império Alemão.

16 de abril a 9 de maio: Segunda Batalha do Aisne na região de Chemin des Dames, também conhecida como Ofensiva Nivelle, de péssimo resultado para a França e para o comandante, o General Robert Nivelle.

19 de abril: Segunda Batalha de Gaza. Segunda tentativa do General inglês Charles Dobell para capturar a região sem resultado positivo para os britânicos.

5 a 9 de maio: Batalha de Chemin des Dames (Aisne, França). Os franceses não conseguem romper a defensiva alemã.

12 de maio a 24 de outubro: Décima Batalha de Isonzo entre italianos e austro-húngaros.

7 a 14 de junho: Batalha de Messines (Bélgica), Flandres Ocidental, ofensiva vitoriosa do II Exército britânico sobre os alemães.

13 de junho: Bombardeio alemão a Londres em plena luz do dia com 20 aeronaves do tipo Gotha. Foi o maior ataque aéreo a Inglaterra, com mortes de 160 civis.

31 de julho a 6 de novembro: Batalha de Passchendaele, também conhecida como a Terceira Batalha de Ypres.

15 a 25 de agosto: Batalha da Colina 70, Lens, França: ofensiva anglo-canadense com um ataque que visava aliviar a pressão alemã sob Lens.

19 de agosto: 11ª Batalha de Isonzo. Os italianos atacam as forças austro-húngaras e retomam os montes Santo e Gabriele.

20 de agosto a 15 de setembro: Segunda batalha de Verdun, com vitória das tropas de assalto francesas em quatro dias, mas os combates no setor de Verdun persistiram até o armistício de novembro de 1918.

31 de agosto a 2 de setembro: Último combate entre russos e alemães/austro-húngaros na frente oriental, no qual estes conquistam uma cabeça-de-ponte na região de Riga.

27 a 28 de setembro: Batalha de Ramadi, Mesopotâmia, oeste de Bagdá, entre britânicos/indianos e otomanos.

14 a 18 de outubro: Batalha de Mahiwa na África Oriental com vitória dos alemães sobre as tropas coloniais britânicas.

24 de outubro a 9 de novembro: Batalha de Caporetto, Eslovênia, também conhecida como Batalha de Karfrei ou 12ª Batalha de Isonzo. Italianos contra alemães/austro-húngaros, com vitória total destes e desbaratamento da frente italiana com um total de 51 mil baixas, computados ambos os lados.

16 de novembro: No Brasil é sancionada a Lei de Guerra, que autoriza o governo a decretar o Estado de Sítio e a tomar medidas de represália contra bens e súditos inimigos.

20 de novembro a 6 de dezembro: Batalha de Cambrai, departamento de Nord, norte da França, vale do rio Escalda, entre britânicos e alemães.

1918

02 de janeiro: Alvejado o cargueiro Taquary pelos tiros de canhão do submarino U-151 nas proximidades do litoral da Inglaterra, com a morte de oito membros da tripulação. Carregado de café, o navio conseguiu escapar a perseguição, tendo se refugiado no porto inglês de Cardiff. A Marinha de Guerra brasileira cria um grupo de nove oficiais aviadores para integrar a Royal Naval Air Service (Inglaterra).

03 de março: A Rússia, a Áustria-Hungria, a Alemanha e o Império Otomano assinam o Tratado de Brest-Litovski, o qual estabelece a paz e a saída da Rússia da 1ª Guerra Mundial. Fim da guerra no front oriental.

21 de março: É lançada a primeira das cinco grandes ofensivas alemãs da Primavera (21Mar/18Jul) na frente ocidental europeia, que pretendem encerrar a guerra antes da chegada das tropas norte-americanas.

21 de março a 5 de abril: Segunda Batalha do Somme. Vitória alemã, com avanço de 50 Km em seis dias e mais de 70 mil prisioneiros.

30 de março: Batalha de Moreuil-Wood (Bataille du bois de Moreuil), margens do Rio Arve, França.

4 de abril: Primeira batalha de Villers-Bretonneux com vitória dos ingleses sobre os alemães na tentativa destes de conquistar a localidade.

9 a 29 de abril: Batalha de Lys, com vitória alemã.

21 de abril: O piloto alemão Manfred von Richthofen, o Barão Vermelho, maior piloto da Grande Guerra, é abatido e morto em combate perto de Amiens, França.

23 a 26 de abril: Batalha de Villers-Bretonneux. Pesados ataques alemães resultam na conquista da região, recuperada depois pelos ingleses. Foi a primeira batalha entre blindados da história, entre CC ingleses e alemães. Após perderem as posições, um contra-ataque inglês/australiano recuperou-as.

27 de maio: Ofensiva Ludendorff: ataque vitorioso germânico que levou as forças oponentes a Terceira Batalha do Aisne.

28 de maio: Batalha de Cantigny, entre norte-americanos e alemães, com resultado favorável aos primeiros. Os alemães transpõem o Vesle.

1o a 26 de junho: Batalha do Bosque de Belleau Wood: duas divisões dos EUA, mais um corpo britânico e elementos franceses venceram cinco divisões alemãs.

11 de junho: Os alemães são detidos por três divisões francesas e duas norte-americanas em seu avanço nas direções sul e oeste da França.

4 de julho: Batalha da floresta de Le Hamel, bem-sucedido ataque inglês/australiano e norte-americano às posições alemãs.

6 de julho a 8 de agosto: Segunda Batalha do Marne: fase final da ofensiva alemã iniciada em março; o ataque é bloqueado pelos franceses e norte-americanos. Vitória aliada mas com 293 mil baixas.

15 de julho a 5 de agosto: Quinta e última grande ofensiva alemã (Ofensiva Ludendorff) de primavera. Os objetivos foram a Champagne (15/19 Jul) e a contraposição ao contra-golpe francês de 18 de julho.

18 de julho/6 de agosto: Grande contra-golpe aliado a sudeste do Marne. Batalha de Château-Thierry, com total vitória dos Aliados que contaram com quatro exércitos franceses, oito divisões dos EUA, quatro inglesas e duas italianas.

22 de julho: Os alemães iniciam o retraimento, após a severa derrota na Segunda Batalha do Marne, que foi decisiva.

1 de agosto: Partida da Força-tarefa brasileira, a Divisão Naval de Operações de Guerra (DNOG), de Fernando de Noronha com destino a Gibraltar. Ela era formada por dois cruzadores, quatro contratorpedeiros, um navio auxiliar e um rebocador, o Laurindo Pitta. Tinha a missão de patrulhar o Atlântico. Em uma escala em Dacar boa parte dos marinheiros já estava com o surto da gripe espanhola, a qual matou 156 marinheiros.

2 de agosto: Os Aliados recuperam a linha Soissons-Reims, ao longo do Rio Vesle.

6/11 de agosto: Segunda Batalha de Amiens, ou Terceira Batalha de Picardy (Picardia).

8 de agosto a 11 de novembro: Ofensiva dos Cem Dias, iniciada em Amiens, França, pelos aliados, a qual liberta este país e metade da Bélgica da ocupação das forças alemãs.

8 de agosto: O “dia negro do exército alemão” (Ludendorff), no qual 16 mil soldados alemães se renderam em um só dia, confirmando que “o espírito do exército estava se quebrando”.

26 de agosto: Batalha de Escarpa, França, continuidade do avanço aliado e retraimento alemão.

18 de setembro: Batalha de Epehy, na qual os australianos fizeram 12 mil prisioneiros alemães.

26 de setembro a 11 de novembro: Grande ataque norte-americano na área de Argonne (Linha Hindenburg - Ofensiva Meuse-Argonne). Batalha de Argonne, França, entre norte-americanos e alemães com vitória dos primeiros. Foi a maior vitória dos EUA na guerra. Total de baixas: 242,3 mil.

28 de setembro a 11 de novembro: Batalha da Flandres, ou Quinta Batalha de Ypres, na qual os belgas do Rei Albert superam os alemães, libertando os distritos costeiros da Bélgica.

6 de outubro: Segunda Batalha de Le Cateau, com vitória inglesa/neo-zelandesa.

8 a 10 de outubro: Segunda Batalha de Cambrai : os canadenses tomam a região sem resistência.

3 de novembro: Queda de Trieste, Itália, nas mãos dos aliados, obrigando o Império Austro-Húngaro ao armistício, o que é realizado em seguida. A Alemanha fica sozinha na guerra. O Império Austro-Húngaro sinaliza a intenção de armistício com os Aliados.

11 de novembro: Fim da Batalha do Atlântico. Os britânicos entram em Mons. O governo da República alemã (República de Weimar) aceita os Quatorze Pontos de Woodrow Wilson. Às 5:00 horas do dia 11 do 11º mês, a Alemanha derrotada assina o Armistício com os Aliados dentro de um vagão de trem na floresta de Compiègne, França. As hostilidades cessam às 11:00 h em toda a frente. Fim da Primeira Guerra Mundial.